



CLÁSSICOS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS LATINO-AMERICANAS

Relações entre subdesenvolvimento e desenvolvimento

André Gunder Frank

Simón Bolívar, sua posição na história e na atualidade

Max Zeuske

Simón Bolívar, O primeiro Bonapartista da América Latina?

Manfred Kossok

ARTIGOS

Desabastecimento e Inflação na Venezuela

Pasqualina Curcio Curcio

Controvérsias sobre a teoria da dependência e seu fundamento

Juan Cristóbal Cárdenas Castro

Direito e Literatura Latino-Americana: Os Direitos Humanos insurgentes na guerra silenciosa de Manuel Scorza

Lucas Machado Fagundes, Emanuela Gava Caciatori

As políticas externas do Brasil e da Venezuela para a América do Sul entre 1999-2013: entre a cooperação e a competitividade

Rafael Pinheiro de Araújo, Fernanda Cristina Nanci Izidro Gonçalves

O Perfil Tecnológico Brasileiro no Comércio Sul-Sul

Cleidi Dinara Gregori, Angélica Massuquetti, Rosângela Viegas Maraschin

DOSSIÊ "SITUAÇÕES EXTREMAS, GRANDES PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO E POVOS INDÍGENAS: INDIGENISMO EMPRESARIAL EM PERSPECTIVA COMPARADA"

Canal de Desvio: Os Ava-Guarani e a Construção da Itaipu Binacional
Elaine Pereira Rocha

Políticas de intervención con los pueblos originarios Mapuche y Qom en Argentina

Sofia Varisco, Malena Castilla, Sebastian Valverde

A expansão espacial do capitalismo na amazônia brasileira: O caso da duplicação da Estrada de Ferro Carajás e o futuro territorial dos Awá-Guajá

Cristhian Teófilo da Silva, Carolina Ramos Sobreiro

Os Wai Wai da comunidade Jatapuzinho, em Roraima, frente aos Grandes Projetos na Amazônia

Daniel Montenegro Lapola, Maxim Carreno Repetto

M'BARAKÁ - A Palavra que Age Novas territorialidades e conflitos na Amazônia Indígena: A IIRSA e o Eixo Peru-Brasil-Bolívia

Daniel Iberé, Stephen Baines

Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas

ISSN 1984-1639

Conselho Editorial

Evelina Dagnino, Universidade Estadual de Campinas, Brasil
Daniel H. Levine, Pontificia Universidad Católica del Perú, Peru
Yamandú Acosta Roncagliolo, Universidad de la República, Uruguai
Daniel Mato, Investigador Principal de CONICET, Argentina
Pablo Gentili, Universidade Estadual de Rio de Janeiro, Brasil
Carlos Eduardo R. Martins, Universidade Federal de Rio de Janeiro, Brasil
Juan Pablo P. Sáinz, Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, Costa Rica
Ana Laura Rivoir Cabrera, Departamento de Sociología de la Universidad de la República, Uruguai
Enrique Dussel, Universidad Nacional Autónoma de México, México
Marcos R. Rosenmann, Universidad Complutense de Madrid
Sônia E. Alvarez, University of Massachusetts, EUA
Marie L. Geoffray, Institut des Hautes Etudes de L'Amérique Latine- Sorbonne Nouvelle/Paris 3, França
Benício Viero Schmidt, Universidade de Brasília, Brasil
Maria Tereza Sierra, CIESAS, México
Wilson Fernandez, Universidad de la Republica, Uruguai
Ana Maria Fernandes, Universidade de Brasília, Brasil
Gustavo Vega, Colegio de Mexico, México
Mirian Jimeno, Universidad Nacional de Colombia, Colômbia
Patricio Valdivieso, Pontificia Universidad Católica de Chile, Chile
Ronald Inglehart, Universidade de Michigan, EUA
Timothy Power, University of Oxford, Inglaterra
Victor Armony, Université du Québec à Montréal, Canadá
Nora Garita Bonilla, Universidad de Costa Rica, Costa Rica
Eugenio Enrique E. Martinez, Universidad de La Habana, Cuba
Cristóbal Kay, Rotterdam Erasmus University, Holanda
Juan Aguilló Fernández, Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Brasil
Mariano Feliz, Universidad Nacional de La Plata, Argentina
Maristella Svampa, Universidad Nacional de la Plata, Argentina
Gilberto Maringoni de Oliveira, Universidade Federal do ABC,
Andy Higginbottom, Associate Professor Kingston University

Editor Chefe

Raphael Lana Seabra, Universidade de Brasília

Editoras Adjuntas

Flávia Lessa de Barros, Universidade de Brasília

Elaine Moreira, Universidade de Brasília

Copyright © 2015

Departamento de Estudos Latino-Americanos - ELA
Universidade de Brasília (UnB)

Capa

Foto – Homero Martins Copyright © 2010

Arte - Gabriel Dauer

É permitida a reprodução dos artigos desde que mencione a fonte

Universidade de Brasília (UnB)

Reitora: Márcia Abrahão

Vice-reitor: Enrique Huelva

Instituto de Ciências Sociais

Diretor: Luis Roberto Cardoso de Oliveira

Vice-Diretor: Christiane Girard Ferreira Nunes

Departamento de Estudos Latino-Americanos - ELA

Diretor: Cristhian Teófilo

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação: Leonardo Cavalcanti

A correspondência comercial deve ser enviada para Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas Campus Universitário Darcy Ribeiro - Multiuso II, 1º piso, Brasília – Distrito Federal - Asa Norte CEP 70910-900 Brasília-DF - Brasil

Pareceristas do Número

Elaine Moreira; Cristhian Teófilo; Rodrigo Augusto Medeiros; Maxim Repetto; Florêncio Vaz; Clóvis Brighenti; Valdir Do Nascimento; Maria Helena Ortolan; Rita Coitinho; Elizabeth Ruano Ibarra; Alexandra Silva; Camilo Negri; Daniel Bin; Fabia Veçoso; José Vicente Mendonça; Rodrigo Castelo; Glauber Xavier; Elia Cia Alves; Diego Pautasso; Rubens Duarte; Roberto Goulart; Hermes Júnior.

Secretário Executivo

Paulo Roberto, Universidade de Brasília

Colaboradores

Gabriel Dauer, Universidade de Brasília

Flávia Neme, Universidade de Brasília

A **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas** (ISSN 1984-1639) é uma publicação quadrimestral do Departamento de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Brasília (UnB), indexa da embases de dados Nacionais e Internacionais, como o LATINDEX, DOAJ,, REDIB, Sumários e periódicos CAPES. Na classificação QUALIS da CAPES está situada como B1 nas áreas Interdisciplinar, direito e Planejamento Urbano e Regional/Demografia. A revista aceita trabalhos inéditos sob a forma de artigos, resenhas de livros ou entrevistas. A Revista abrange todas as áreas classificadas no CNQP como Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas.

Os trabalhos deverão contemplar: (i) a discussão dos grandes temas e problemas que caracterizam o pensamento sobre as Américas; (ii) a ênfase nos estudos comparativos e interdisciplinares; e (iii) a consistência com as linhas de pesquisa do programa de pós-graduação do ELA. A Revista publica trabalhos em português, espanhol e inglês. Poderão ser publicados trabalhos em outras línguas, a critério do Comitê Executivo.

Sumário

Nota Editorial

Aos Leitores _____ 1

Clássicos das Ciências Sociais Latino-Americanas

Relações entre Subdesenvolvimento e Desenvolvimento - *André Gunder Frank* _____ 3

Simón Bolívar, sua Posição na História e na Atualidade - *Max Zeuske* _____ 10

Simón Bolívar, O primeiro Bonapartista da América Latina? - *Manfred Kossok* _____ 31

Dossiê: “Situações Extremas, Grandes Projetos de Desenvolvimento e Povos Indígenas: Indigenismo empresarial em perspectiva comparada”

Apresentação - *Stephen Grant Baines, Cristhian Teófilo da Silva* _____ 37

Canal de Desvio: os Avá-Guarani e a construção da Itaipu Binacional - *Elaine P. Rocha* _____ 49

Políticas de Intervención con los Pueblos Originarios Mapuche y Qom en Argentina - *Malena Castilla, Sofía Varisco, Sebastián Valverde* _____ 86

A Expansão Espacial do Capitalismo na Amazônia Brasileira: O caso da duplicação da Estrada de Ferro Carajás e o futuro territorial dos Awá-Guajá - *Cristhian Teófilo da Silva, Carolina Ramos Sobreiro* _____ 124

Os Wai Wai da Comunidade Jatapuzinho, em Roraima, frente aos grandes Projetos na Amazônia - *Daniel Montenegro Lapola, Maxim Repetto* _____ 148

M'BARAKÁ - A Palavra que Age Novas territorialidades e conflitos na Amazônia Indígena: A IIRSA e o Eixo Peru-Brasil-Bolívia - *Daniel Iberê, Stephen Baines* _____ 176

Artigos

Desabastecimento e Inflação na Venezuela - *Pasqualina Curcio Curcio* _____ 204

Controvérsias sobre a Teoria da Dependência e seu Fundamento - *Juan Cristóbal C. Castro* _____ 240

Direito e Literatura Latino-americana: os direitos humanos insurgentes na guerra silenciosa de Manuel Scorza - *Emanuela Gava Caciatori, Lucas Machado Fagundes* _____ 264

As Políticas Externas do Brasil e da Venezuela para a América do Sul entre 1999-2013: entre a cooperação e a competitividade – *Fernanda Cristina N. Izidro Gonçalves, Rafael Araujo* _____ 297

O Perfil Tecnológico Brasileiro no Comércio Sul-Sul - *Cleidi Dinara Gregori, Angélica Massuquetti, Rosângela Viegas Maraschin* _____ 330

Resenhas

Por uma Filosofia Latino-Americana e Caribenha – *Marina Caixeta* _____ 357

Nota Editorial

Caras e Caros leitores,

A presente edição traz três artigos que compõem a Seção “Clássicos das Ciências Sociais Latino-Americanas”. Como afirmado na edição anterior, esta Seção foi aberta com publicação do artigo *Socialismo y Fascismo en América Latina hoy*, de Theotônio dos Santos. Portanto, neste novo número o Editorial mantém firme o compromisso com a tradução, divulgação e incentivo à leitura de textos fundamentais sobre a América Latina e Caribe através da publicação de três trabalhos inéditos em língua portuguesa e de difícil circulação em bibliotecas, livrarias e acervos em geral. Tais traduções merecem certos esclarecimentos.

No caso do texto “Relações entre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento” de autoria de André Gunder Frank, não se trata exatamente de um “artigo”, mas do plano de ensino do intelectual alemão-norte-americano na Pós-Graduação no Departamento de Ciências Humanas da jovem Universidade de Brasília. Trata-se de um documento importante para a compreensão do desenvolvimento intelectual de Frank. Fizemos o maior esforço possível de mantê-lo tal qual o documento original, daí a particularidade do título e de um “portunhol” em vários trechos do plano.

No caso dos artigos de Max Zeuske e Manfred Kossok, tratam-se de artigos que fundamentaram o Seminário sobre os bicentenário de Simón Bolívar ocorrido na Universidade Wilhem-Peck entre 24 e 25 de junho de 1983. Estas intervenções foram editadas em 1985 por Max Zeuske e publicadas sob o título *Intepretaciones y Ensayos Marxistas sobre Simón Bolívar* como edição especial da Revista *Asien, Afrika und Latein Amerika*, revista editada pelo Conselho Centro de Ciências da Ásia, África e América Latina da ex-República Democrática Alemã em 1985.

A Seção de “Clássicos das Ciências Sociais Latino-Americanas” do presente número reconhece e agradece ao pesquisador chileno, professor da Universidad Central de Chile, Juan Cristóbal Cárdenas Castro que nos forneceu o original de André Gunder Frank; como também ao pesquisador alemão, da Universität zu Köln, Michael Zeuske que concedeu a tradução do artigo de seu pai Max Zeuske para nosso número.

Como parte de nosso projeto editorial houve renovação e inclusão de novos membros na Revista. Damos as boas-vindas às novas Editoras Adjuntas professoras



Flávia Lessa de Barros e Elaine Moreira, que assumem conosco o compromisso de qualidade, seriedade e comprometimento no esforço de consolidação dos Estudos Latino-Americanos. Damos também às boas-vindas a Gabriel Dauer e Flávia Neme, ambos estudantes de nosso Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas, mas que recém-ingressam na Editoração Eletrônica da Revista. Não poderia faltar nosso agradecimento ao aguerrido Secretário Executivo, Paulo Roberto. Ao final, agradecemos às e aos autores que contribuíram com seus trabalhos para a publicação do presente número.

Boa Leitura!

Relações entre Subdesenvolvimento e Desenvolvimento¹

André Gunder Frank²

1 de julho, 1963

Propósito para um curso de pós-graduação para o segundo semestre de 1963 no Departamento de Ciências Humanas da UnB

Este curso é uma tentativa de compreender as raízes, os mecanismos e a manutenção do subdesenvolvimento através de cinco séculos do desenvolvimento capitalista. A teoria e política de desenvolvimento será baseada no estudo da realidade do subdesenvolvimento.

Neste, o curso se distingue dos cursos ortodoxos de desenvolvimento que pressupõem que o subdesenvolvimento é apenas um estado preexistente ao, ou uma falta de, desenvolvimento e que então encobrem o problema do desenvolvimento como um de apenas seguir a estrada dos países desenvolvidos para cima. Pois, o curso é uma tentativa de focar o desenvolvimento e sobre todo o subdesenvolvimento não olhando da metrópole desenvolvida mas do ponto de vista do mundo subdesenvolvido, e de América Latina e do Brasil em especial.

Relativamente novo como é este enfoque, as suas bases teóricas ainda não são fracas – se destacam com este enfoque apenas uma meia dúzia de autores como Baran, Myrdal, Lacoste, Furtado, Perroux e a revista *Tiers Monde*. Apenas um deles e um país subdesenvolvido. Os marxistas também se distinguem por sua ausência. Assim, vamos a ter nos mesmos que olhar a realidade do desenvolvimento/subdesenvolvimento e também nos mesmos que construir a nossa própria teoria. O curso toma a sua tarefa tal revisão da realidade histórica e presente, tal tarefa de descobrir uns princípios de explicação desta realidade, e a confrontação com estas das teorias ortodoxas do desenvolvimento que ainda gozam de aceitação comumente demais. Assim, o propósito do curso é menos um de dar respostas a perguntas velhas que o de levantar enfoques e perguntas novas para o futuro estudo e pesquisa.

¹ Agradecemos o esforço do prof. Juan Cristóbal Cárdenas Castro em recuperar o documento e cedê-lo para publicação na revista, sem tal trabalho inestimável não seria possível sua divulgação. A proposta de curso é caracterizada pela mistura de termos em castelhano e em português, com vários erros de digitação em máquina de escrever e alguns termos ilegíveis, procuramos manter a maior fidelidade possível ao documento original não realizando qualquer correção/falsificação do mesmo.

² Curta Biografia.



Sera conveniente para a organização deste curso duas aulas por semana, uma de 2 horas de conferencia mina no principio da semana e outra no fim da semana para discussão da mina exposição e dos textos sobre o tema da semana. Sera conveniente que començando com a terceira semana os demais participantes tambem toma parte da responsibilidad da guia da aula de discussão, umo ou dois dellos preparando cada semana ilustrações do tema geral da semana para um pais o caso determinado, ou mesmo dando um enfoco que choca com a exposição mina.

Dada a poca disponibilidad de materiais e ainda mais de exemplares na nossa biblioteka, sera necessário para um curso no nível departamental uma certa disciplina dos participantes de usar os materiais em bom tempo e de fazeros disponibles a otros. Também será necessário uma mayor capacidad de, e posibilidad de confiança na, mecanografia que no primer semestre. Sera conveniente ter auxilio de pesquisa e secretarial para mi no levantamento de materiais e dados para as conferencias, na pesquisa e o escrever relacionado ao tema do curso, e na preparação posterior em forma escrita das conferencias do curso. Sera conveniente uma sala para a centralização dos materiais bibliográficos e se possível dos demais atividades do curso. Dada a importância do problema do subdesenvolvimento como produto simultâneo do desenvolvimento e da dada ainda gran falta de estudios sobre esta relação, e consequentemente sobre as necesidades duma politica de superar ou liberar-se do desenvolvimento/subdesenvolvimento, sera conveniente tambem que este tema e os diversos problemas a ser apontados no curso sejam incluidos tambem no programa de pesquisa do Centro de Pesquisa de Desenvolvimento da UNB.

Os temas do curso e alguns materiais de leitura preliminares propostas e encontram a seguir.

RELAÇÕES ENTRE O SUBDESENVOLVIMENTO E DESENVOLVIMENTO

A REALIDADE

OS MITOS

1 O SUBDESENVOLVIMENTO NÃO É APENAS A FALTA DE DESENVOLVIMENTO

1. A REALIDADE DO SUBDESENVOLVIMENTO SUBODRINADO E

1. O MITO DO DESENVOLVIMENTO AUTONOMO

Lacoste (Os Países Subdesenvolvidos)

Rostow As Etapas de Desenvolvimento Econômico

Os Caracteres constitutivos do subdes.

Tipos de países subdesenvolvidos

Myrdal (Teoria Econômica e Regiões Subdes)

Característica geral inexplicada da realidade.

Prebisch El Desarrollo de A. L. e sus problemas principales.

Arnault (História do Colonialismo) Ensayo de Balance

2. REALIDADE E UMA TEORIA DO SUBDESENVOLVIMENTO

E 1. O MITO DO DESENVOLVIMENTISMO-O BURGUES E O MARXISTA

Lacoste – As causas originais do subdesenvolv.

Rostow – As Etapas de Des. Ec.

Baran – As Raízes do subdes. (Ec. Pol. Do Des. Ec.)

Lewis – A Teoria do Desenvol. Econômico

Furtado – Elementos de uma teoria do subdes. (Des.&Subs.)

Higgins – Economic Development

Prebisch – El desarrollo de A.L. e otras obras

Academia de Ciencias de URSS- Manual de Ec. Política

Perroux – La Coexistencia Pacífica

Sweezy – Teoria do Desenvol. Capitalista

Tiers Monde – Sousdevelopment el development

ONU – Medidas para fomentar el desarrollo económico

Simoes – O Regional no subdes. Ec.

Mead – A Neoclassical Theory of Economic Growth

Singer – Distrib. Of Gains Between invest & borrow. Counts.

Hagen – Social Factors in Economic Development (?)

II. RAIZES DO SUBDESENVOLVIMIENTO

3. DESTRUCÇÃO DE SOCIEDADES VIABLES (A REALIDADE DE) E

See – As Origens do Capitalismo Moderno

Pirenne – Hist. Ec. E social da Edade Media

Huberman – H´st da Riqueza do Homem

Las Casas – Historia de las Indias

Mariategui – 7Ensayos sobre a realidad Peruana

Dutt – India Today

Marx – British Rule in India

Lattimore-Industrial Impact on China

Woddis – Africa: As raizes da revolta

A REALIDAD DO

4./MERCANTILISMO E A CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADES DEPENDENTES

Bagú-Econ.da soc. colonial-Ensayo da hist..comp.A.L.

Williams-Capitalism and Slavery

Jullien-Les Decouvers maritime e le commerce du Levant

Arnault- Hist do Colonialismo

Furtado-Formação Economic deo Brasil

C. Prado Jr. – Hist. Ec. Do Bras. Form. do Brasil Contemp.

Simonsen- Historia Ec. do Brasil

Waibel-Capitulos de Geograf. Tropical e do Brasil

Frank-Agricult. Braz: Capitalismo e o Mito do Feudalismo

1. O MYTO DO SUBDESENVOLVIMIENTO PRE=EXISTENTE

- Brasil, India, Japon

Hagen

Lewis – A Teoria do Desenvolv. Economico

E 1. O MITO DA SOCIEDAD DUAL E DO FEUDALISMO

Boeke – Econ. heo. Of a Dual Society

Sodre-Formação Historica do Brasil

Zavala-



III; MECANISMOS CLASSICOS DO SUBDESENVOLVIMENTO

5; AREALIDAD DO CAPITALISMO MONOPOLISTA

Dobb- Estudios no Desenvolvimento Capitalista

Woddis-Africa: As Raizes da Revolta

Strachey- El Capitalismo Contemporane

E

5 O MITO DO MERCADO COMPETITIVO E LIBRE

Textos de Economia

Crítica do marginalismo e do mercado livre

6. A REALIDAD DO COLONIALISMO E IMPERIALISMO CLASSICO

Deer- History of Sugar

Manchester- British Preeminence n Brazil. Rise & Decline

Phelps- Migration of Industry to South merica

Rippy-British Investment in Latnn America, 1822-1949

Lenin- Imperialismo, Estado Superior do Capitalismo

PanikkerL'Asie el la domination occidentale

Brunschwig- La colonisacion francaise

Myrdal- [ilegível] Ec E Reg. Subdes)-sobre desigualdades

Bukharin – o imperialismo e a economia mundial

E

6 O MITO DA EGUALIZAÇÃO E DAS VANTAGENS COMPARATIVAS

Crítica da teoria do equalização no comercio internacional

Crítica [ilegível] das bases empiricas e da

inconsistência teórica da t

teoria de custos/vantagens comparativas

[ilegível] no tempo de Ricardo e depois

7. A REALIDADE DE ETAPAS POLITICAS E SETORES ECONOMICOS

CRÍTICOS E DO DESENVOLVIMENTO RUSTADO

A.Pinto Sta. Cruz – Chile, Un caso de Des. Frustrado

Portugal e España – Porque são subdesenvolvidos?

Hirshcman – Estrategia do Desenvolvimento

Lenin- Estado e Revolução

E

7. O MITO DO DESENVOLVIMENTO BALANÇADO

Nurkse-Proble s of Capital Formation



Doi: 10.21057/10.21057/repamv12n2.2018.30694

Perroux-A empresa motora... e a região motora

8. DESEQUILIBRIO REGIONAL E SETEAL (AREA DAD DE)

Simoes-O Regional no Subdesenvolv. Econ.

Perroux-A empresa motora... e a região motora

E

8. O MITO DA SOCIEDAD DUAL

Schatz-Um modelo de economia dualista de pais subdese.

IV. MANTENUAÇÃO DO SUBDESENVOLVIMIENTO

9. A REALIDAD DA ECONOMIA DO MONOEXPORT E SERVICIOS

CEPAL- La Economia de Venezuela en el ultimo decênio

Hoselitz-Economic Growth in Latin America

CEPAL – Estudios Varios

Di Tella-Ec. Y Estruct. Ocupacional en un pais subdes.

10. A REALIDAD DO SUBDESENVOLVIMIENTO E INFLAÇÃO

E

9. O MITO DAS CONDIÇÕES DO PROCESSO ECONOMICO

Clark- Les Conditions du Progres Economique

E

10. O MITO DAS DIFERENCIA ENTRE AS RESERVAS [ILEGÍVEL]

MONETRARI TAS E ESTRUTURALISTAS

Grunewald, Felix, Pinto, etc. vc. A politica do IMF

A verdadeira estrutura do desenvolvimento, a falsa

Distinção entre monetaristas e “estruturalistas”

e demonstração da similitud fundamental das bases

teoréticas e implicações po it cas entre os dois

11. A REALIDAD DO COMMERCIO? “AJUDA’ E NEOCOLONIALISMO

A. Frondizi – A Luta Antiimperialista

E

11. O MITO DA LIBERAÇÃO COLONIAL e DO CAPITAL COMO

FALTA PRINCIPAL PA [ILEGÍVEL] O DESENVOLVIMIENTO

12. REALIDAD DOS EFEITOS DA DEMONSTRAÇÃO DOSLIBERALISMOSE

ECONOMICO; POLITICO; E SOCIAL

12. O MITO DO LIBERALISMO NO “MUNDO LIBRE”

Germani- Como fomentar las classes medias en A.L.



Doi: 10.21057/10.21057/repamv12n2.2018.30694

Crevenna-Materiales para el Estudio de Classe Media
en Am. Lat.

Hoselitz – Econ Growth in Latin America

Lenin- The State and Revolution

La Segunda Declaracion de la Habana

Fanon- Les Damnes de la Terre

13. A REALIDAD DA ECONOMIA ARMAMENTISTA ; BLOCO
ECONOMICOS; GUERRA FRIA; E O SUBDESENVOLVIMIENTO

Varga-Problemas fundamentales de la economia y
de-la politica del imperialismo

Sweezy- The Present as History

Kruschchev – Sobre o Mercado Commum Europeo

Peking Review – Diferencias entre Nosotros e
Comrade Togliatti

Mas sobre Diferencias entre Togliatti y nos.

Fanon- Les Damnesde las Terr

V. IMPLICACOES PARA O DESENVOLVIMIENTO

[Ilegível]. UMA NOVA TENTATIVA ATE UMA TEORIA DO DESENVOLVIMENTO

Desenvolvimento Relacionado do Desenvolvimento/Subdesenvolvimento Quebrada do padrão Sesenvolvimento/Subdesenvolvimieho

Johnson-Pol. Change in L.A.- Emergence of Middel sect

Lipset- Political Man

Furtado- A Pre-Revolução Brasileira

Dumont- L’Afrique Npire est mal partie

E 13. A POLITICA DA FRENTE POPULAR E DA COEXISTENCIA PACE
PACIFICA

“Politica Desenvolvimientista” da Metropole paaMundo Subdesenvolv
Programas de desenvolvimento burgueses

Programas politicos de partidos comunistas



Simón Bolívar, sua Posição na História e na Atualidade¹

Max Zeuske²

A Seção de Ciências Latino-Americanas sente-se altamente honrada por ter a oportunidade de realizar um colóquio sobre o Libertador Simón Bolívar, sobre a avaliação de sua atuação e sua posição durante e na Revolução de Independência. A nosso juízo, a meta do colóquio deveria ser a de elaborar e chegar a certa unificação dos critérios marxistas-leninistas sobre a figura do Libertador, tanto como indivíduo como enquanto sua representação ou personificação da revolução de independência naquela parte da América na qual ele atuou.

Levando em conta que a figura de Bolívar não está morta, senão que vive na consciência dos povos latino-americanos, e que se converteu na personificação do mais progressista e revolucionário dentro do acervo das tradições históricas positivistas, realçamos a imensa importância que tem a correta e multifacetada interpretação de Bolívar e de sua obra para nosso trabalho em comum nos terrenos da ciência e dos combates ideológicos. Por isto devemos entender nosso debate como uma contribuição direta à luta que levam todas as forças progressistas, democráticas e revolucionárias da América Latina contra a dominação imperialista, os regimes retrógrados e fascistas, para avançar em direção a um futuro melhor dos povos latino-americanos, vendo-o dentro da perspectiva universal do mundo atual, no qual a luta se dá cada vez mais pronunciadamente entre a ruína total e comum da humanidade e a destruição definitiva do imperialismo como condição imprescindível para qualquer progresso ulterior. Se então Bolívar queria, mediante a independência e a união dos Estados libertos, estabelecer uma nova “balança do universo”, o que nem objetivamente nem subjetivamente poderia se conquistar, na atualidade a participação mais ativa da América Latina no estabelecimento de tal “balança do

¹ Agradecemos a Michael Zeuske, também historiador e atualmente professor e pesquisador do Departamento de História da América Latina e Ibérica na Universidade de Colônia-Alemanha, quem gentilmente nos autorizou a tradução e publicação do artigo. Tradução do original em castelhano por Elizabeth del Socorro Ruano Ibarra e Raphael Lana Seabra.

² Nascido em Berlim em 1927 e falecido em Oranienburg em 2001, Max Zeuske foi um historiador alemão, foi professor entre 1951-1993 passando pela Universidade de Leipzig, professor visitante na Universidade de Havana e encerrando sua carreira na Universidade de Rostock, cuja pesquisa voltava-se para História da América Latina, tendo pesquisado sobre a Revolução Cubana, Simón Bolívar e Augusto César Sandino.

universo” é não apenas uma necessidade histórica, mas também possível. Esta ideia de Bolívar, antecipadora do papel universal ativo de sua América, está se convertendo cada vez mais numa necessidade objetiva e em realidade de acordo e a medida em que avança o processo revolucionário atual.

Nesta exposição não quero fazer uma biografia completa do Libertador e nem quero nem posso me referir à totalidade dos aspectos necessários a tal consideração, tendo em conta, portanto, que vocês em seus aportes vão se ocupar de alguns muito importantes³. Assim, aspiro expor aqui apenas uma base para a discussão.

I

Desde a fase de gestação da revolução, ou seja, desde 1808, e nos sucessos insuficientemente pesquisados, Bolívar se apresenta entre os elementos ativos como um dos *mantuanos*⁴ conjurados para estabelecer a Junta Suprema Governativa (NUCETE-SARDI, 1969). Ainda que esta conjuração não tenha resultado em nada, é muito significativo que Bolívar já tenha pertencido aos que reagiram ativamente frente à crise da metrópole e às cambiantes circunstâncias internacionais. Este traço bolivariano se apresenta mais marcadamente durante os eventos de 1810 e 1811. Pode ser que sua nomeação como chefe da delegação enviada para Londres deva-se a relações derivadas de seu alto estrato social entre os membros da Junta ou a outra causa exterior; o que chama a atenção em sua atuação prática é o fato de que ele se sinta autorizado, ainda que na verdade fosse bem ao contrário, para demover Miranda a viajar para a Venezuela; não sabemos se isto foi por iniciativa própria ou por encargo de um grupo de patriotas por trás dele. Portanto, o notável é que sua própria iniciativa desencadeia consequências bem previsíveis na densa atmosfera desse ano. Não me refiro extensamente aqui ao próprio Miranda, mas me ocorre propor certa equiparação com o que Marx disse sobre Espartero⁵; em certo sentido Miranda era, em 1810, o que Marx disse em 1854 de Espartero: era uma das “personificações individuais

³ O autor refere-se aos outros trabalhos que foram apresentados no Colóquio, um deles segue publicado no presente número, de autoria de Manfrek Kossok (Nota das tradutoras).

⁴ Essa adjetivação surgida inicialmente em Caracas e, posteriormente, difundida pela Venezuela, é relativa ao branco *criollo* ligado à aristocracia local. A princípio referia-se aos enormes mantos que as mulheres, sobretudo, brancas vestiam para acompanhar as missas ou festividades religiosas no século XVI (N.T.).

⁵ Segundo o dicionário político, Espartero Baldomero Fernández (1793-1879) foi um general e estadista espanhol, regente de Espanha (1841-1843), chefe do governo (1854-1856) e dirigente do partido dos progressistas (N.T.).

da revolução”, as que não são “nenhum ser real, sendo um fantasma, um nome, uma reminiscência” (MARX, 1961b, p.385). Escondido atrás de Miranda está todo o grupo de ativos elementos ao qual pertencem Bolívar, os Ribas e todos os quais, talvez sem muito fundamento, foram chamados de grupo bolivariano, o que mais parece refletir uma justificativa retrospectiva. Mas seja como for, novamente Bolívar está entre os mais ativos, os que mantêm a iniciativa própria e independente, entre os que estão empurrando e acelerando o processo. Tudo isto parece que ainda não tem maiores e nem menores conotações de uma revolução social. Mas ao nível político Bolívar já está em sua ala esquerda desde o início do processo que se converte em processo revolucionário. Se fosse lícito aplicar aqui o critério leninista de diferenciação entre nacional-reformista e nacional-revolucionário, Bolívar já estaria entre estes. Ou para utilizar de novo um critério de Marx, parafraseando: “Não esperava que chegasse a revolução, a buscava” (MARX, 1961, p. 385). Parece-me muito importante sublinhar isso, porque esta atitude bolivariana implica em muito do que ele revelará bem mais tarde, depois das amargas experiências da primeira fase da revolução entre 1810 e 1815.

Se ideologicamente for característico um liberalismo revolucionário para Bolívar, desde os períodos iniciais ele sempre esteve muito mais próximo a um revolucionarismo pragmático que a um liberalismo dogmático. Isto não parece uma interpretação a fortiori, mas reflete sua atuação prática nos fatos positivos, como durante os eventos em Caracas que conduziram à Declaração de Independência e ao estabelecimento da Primeira República em 1811. Bem conhecido é seu discurso de 4 de julho de 1811, pujante dentro de uma estratégia extra-parlamentar: “Que os grandes projetos devam se preparar com calma! Trezentos anos de calma não bastam? A Junta Patriótica respeita, como deve, o Congresso da nação, mas o Congresso deve escutar a Junta Patriótica, centro de luzes e de todos os interesses revolucionários. Coloquemos sem temor a pedra fundamental da liberdade sul-americana: vacilar é nos perder” (BOLÍVAR, 1982b, p. 535). De fato, este movimento empurrado por Bolívar obrigou o Congresso a declarar a independência no dia seguinte.

Com este movimento Bolívar levou a seu êxito final os abortados movimentos de massas dos anos 1810, conduzidos pelos irmãos Ribas (MAGALLANES, 1975, p. 158). Claro que as relações entre Bolívar e as massas urbanas inferiores, determinadas meramente por motivos políticos, podem ser interpretadas como relações de caráter

demagógico. No entanto, não me parece ser assim pelas atitudes positivamente não-demagógicas de Bolívar em tempos posteriores.

II

Em relação a atitude bolivariana durante a primeira fase da revolução, entre 1810 e 1815, combinam-se duas características bem marcadas. A primeira, consequência direta de sua atitude em julho de 1811, é sua decisão precoce e firme para uma independência plena e a instauração da plena soberania nacional. Também a respeito desta firme decisão, Bolívar encontra-se na ala esquerda entre os *criollos*. Certamente, a relativamente rápida decisão de Caracas foi acelerada ainda mais pela situação competitiva na qual se encontrou Caracas frente a outros centros da colônia formada só 34 anos antes.

Por outra parte, Bolívar não se diferencia ainda dos demais líderes *criollos* quanto à condução da guerra, baseada unicamente nas cidades. Com muita razão, Manfred Kossok indicou que esta primeira fase da revolução foi uma mera revolução urbana e isso, claramente, nos parece expressão do outro aspecto que faltava a revolução: um aprofundamento social; porque as principais questões sociais do país se ligavam com o meio rural e as relações urbano-rurais. Por isso também, esta primeira fase assume muitos aspectos de uma guerra entre a cidade e o campo, sendo o campo o principal baluarte social da contrarrevolução. Sob este aspecto, durante esta primeira fase Bolívar se encontra na ala social-conservadora.

Mas com esta repartição de um homem não se penetra o suficiente na personalidade de Bolívar. Existe entre sua radicalidade política e seu conservadorismo uma relação contraditória, e creio que esta ligação está formada pela questão do poder. Já que a questão do poder é e foi a questão principal da revolução, a atitude de cada um frente a ela deve ser medida na exata medida. E creio que em Bolívar esta questão principal se manifesta, fundamentalmente, através de sua atitude frente ao dilema entre *federalismo* e *centralismo*, porque, como veremos e como é bem conhecido, era Bolívar – junto ao neogranadino Antonio Nariño – o principal defensor do centralismo. Na maioria das vezes o centralismo bolivariano encontra-se interpretado como expressão de sua tendência ditatorial, distorcendo e falsificando a lógica de seu procedimento. Não estamos, portanto, discutindo a questão da ditadura, deixando-a



para mais tarde. Proponho que nós devemos ver a questão do federalismo ou centralismo ao contrário.

Socioeconomicamente, o federalismo *criollo* é a expressão constitucional e política da mera existência regional e local da aristocracia latifundiária e escravista, ou seja, expressão da falta de coesão socioeconômica nacional. O centralismo, por outra parte, ou melhor, pelo contrário, é a expressão política de uma meta socioeconômica progressista e um dos meios principais para alcançá-la. Isto está claro dentro de uma perspectiva de longo alcance. Para uma perspectiva de menor alcance, o centralismo é o único meio de triunfar numa luta de morte. Mas em qualquer aspecto a formação centralista reflete uma concepção de desenvolvimento político e nacional principalmente diferente, uma visão também diferente dos interesses de classe da aristocracia latifundiária, no terreno da relação dialética entre Estado e nação. O centralismo bolivariano aparece assim como a alavanca principal para criar “desde cima”, para assim dizê-lo, a nação. Vendo desta maneira, nos revela a ligação lógica entre a atitude de Bolívar durante a primeira fase da revolução e a segunda fase a partir de 1815/1817, quer dizer, propugnando já durante a primeira fase o centralismo militar e político-constitucional, já tendo em conta mais ou menos confusamente suas implicações ulteriores, ele cimentou o caminho para posições superiores durante a segunda fase.

São bem conhecidos os juízos de Bolívar sobre o federalismo durante a primeira fase e basta citar alguns poucos parágrafos. Já em sua “Memória dirigida aos cidadãos de Nova Granada”, o Manifesto de Cartagena de dezembro de 1812 diz: “o que mais debilitou ao governo da Venezuela, foi a forma federal adotada, seguindo as máximas exageradas dos direitos do homem, que autorizando-o para que se seja por si mesmo, rompe os *pactos sociais* (itálico de M. Z.), e constitui as nações em anarquia... Eu sou do sentimento que enquanto não centralizarmos nossos governos americanos, os inimigos obterão as mais completas vantagens; seremos indefectivelmente envolvidos nos horrores das dissensões civis e conquistados vilipendiosamente por esse punhado de bandidos que infestam nossas comarcas” (BOLÍVAR, 1929, p.39).

E exatamente dois anos mais tarde, a partir de Santafé: “estou determinado a tomar Santa Maria, Maracaibo, Coro e voltar por Cúcuta, a libertar o sul até Lima, se é possível; mas para isto é necessário que tudo marche uniformemente e que não se faça

nada fora do plano que me propus, pois na unidade consiste a melhor parte de nossos bons sucessos” (BOLÍVAR, 1929, p.113).

O que se pode deduzir das atitudes bolivarianas descritas? Tendo objetivamente posições sociais-conservadoras durante a primeira fase na relação dialética entre o nível político e o nível social, Bolívar por suas posições políticas já durante esta primeira fase elabora os pontos de partida para chegar a uma compreensão e a uma estratégia superiores da luta pela nação, possuindo já nesta fase uma ideia muito mais clara que outros líderes sobre o Estado nacional. Não deve nos irritar o fato de que há certa hipertrofia do aspecto político, a qual se reflete, por exemplo, na “Guerra de morte”; ela deve-se ao prevalectimento objetivamente necessário dos meios políticos sobre as medidas sociais, causada entre outros fatores também pela carência de um agrupamento coerente de líderes com uma visão realmente nacional tal qual a do próprio Bolívar. Nota-se neste ponto que nos falta ainda um estudo sobre a formação do “grupo bolivariano”, sua composição e suas contradições internas; estudo necessário para compreender melhor as limitações sociais do próprio Bolívar durante este período, como nos explicar seus avanços da compreensão do processo revolucionário materializados na Carta de Jamaica e claramente visíveis nela. Porque, segundo nossa concepção, o gênio revolucionário de Bolívar e seu reconhecimento inclui a busca das relações dentro deste processo epistemológico social, entre indivíduo e, se é permitida a utilização do termo, o “coletivo” ideologicamente próximo a ele. Ou seja, em que medida outras personalidades contribuíram à reformulação da estratégia e tática revolucionárias ao se passar da primeira à segunda fase da revolução?

III

A segunda fase, a qual estabelecemos entre 1815 e 1821, é a própria fase “bolivariana” no teatro setentrional da guerra de independência. Como citado no Manifesto de Cartagena, também na Carta de Jamaica concretizou-se a capacidade de Bolívar nas aras do seguimento ulterior da revolução, de aprender com seus erros e debilidades, de fazer a si mesmo e a sua classe uma profunda autocrítica. De forma ainda muito mais visível que durante a primeira fase demonstra-se sua inclinação não para um liberalismo dogmático, mas para o realismo revolucionário. Todavia, não se

deve – com toda a importância que tem – superestimar Bolívar e sua Carta. Por uma parte, enquanto concepção estratégica aprofundada por sua classe na revolução, marca de fato uma virada. Mas essa relativa mudança de rumo não é, de imediato, nada mais que uma virada teórica. A outra face da moeda está conformada pelo *fato*, até agora não sistematicamente pesquisado, da luta de grupos guerrilheiros patrióticos no interior, e de que estes grupos começavam a se inclinar mais e mais para o lado dos patriotas. O pesquisado a esse respeito, especialmente por Miguel Acosta Saignes (1977), confere aos *Llanos Orientais*⁶ um bom testemunho disto. Menciona nomes de líderes que haviam lutado nos *llanos* durante dois anos, entre 1814 e 1816, como Monagas, Zarara, Rojas, Barreto, Sedeño, ressaltando a reunião destes líderes para se unir e coordenar lutas, em San Diego de Cabrutica, em maio de 1816 (ACOSTA SAIGNES, 1977, p.204). Em resumo diz: “a maior parte dos chefes militares eram de origem humilde e analfabeta” (Idem, p. 207).

“De 1815 a 1817, sobressaiu extraordinariamente a atitude de cooperação, assim como o papel do povo, da gente comum inclusive os escravos, na luta anticolonialista. O restante do exército organizado por Mariño em 1813, os escravos libertos por Bideau antes de abandonar a Güria, as guerrilhas encabeçadas por Sedeño, Zaraza, Monagas, Rojas, Barreto e outros menos conhecidos, como Sarmiento, os quais eram disputados pelos espanhóis como um dos mais capazes dirigentes, os *llaneros* de Casanare e de Apure, encabeçados por Páez, as lutas das massas margaritenhas dirigidas por Gómez e Arismendi, realizaram durante 1815 e 1816 extraordinários esforços coletivos, mantiveram o ideal de independência vivo e combatente, demonstraram que a empresa já não era apenas desígnio dos *mantuanos*, mas sim de grupos de camponeses, de *llaneros*, de pescadores, de gente marginalizada, habitantes de montanhas e *llanos*, de picos e rochedos, decididos a criar uma sociedade distinta, até onde alcançasse suas forças” (ACOSTA SAIGNES, 1977, p.211).

E com muita razão Acosta Saignes resume:

“Até agora a maior parte daqueles que escreveram as histórias da Venezuela ou estudos sobre ela, não explicaram as causas pelas quais depois das grandes derrotas de 1814, a luta continuou. Atribuem apenas uma espécie de ação mágica dos

⁶ São regiões de planície que cobrem a parte central da Venezuela e se estendem até a parte oriental da atual Colômbia. São marcadas por longos regimes de alternância entre chuvas e secas. Naquele período tinha por principal atividade econômica a criação de gado. De modo que os *llaneros* eram similares aos *vaqueros* mexicanos, *gaúchos* argentinos e *vaqueiros* do sertão brasileiro (N.T.).

Libertadores no restabelecimento dos combates. Estes se fizeram sobre a base do movimento popular que resistiu por todas as partes e, além disso, pela continuidade da rebeldia em zonas esquecidas por aqueles que confundem a história do centro da República com a de todo país. O gênio sociológico, político e militar de Bolívar distinguiu com clareza as possibilidades mantidas por grandes conjuntos de combatentes em diversas regiões e soube numa grande luta pela unidade de propósitos e esforços, fazer cumprir os planos que traçou em vistas das circunstâncias” (ACOSTA SAIGNES, 1977, p.214-215).

Em nosso juízo, a Carta da Jamaica, que por sua vez resume a primeira e introduz a segunda fase da revolução no teatro de ações de Bolívar, deveria se situar numa dupla perspectiva: primeiro, a perspectiva estratégica revolucionário-nacional, que versa sobre a fundação das nações latino-americanas, e, segundo, a que trata – mais indireta do que diretamente – da fundação das bases para a primeira. Não é nossa intenção tratá-la aqui detalhadamente, mas devemos citar alguns parágrafos curtos para demonstrar que já na Jamaica Bolívar se aproximou do conceito de aprofundamento social da revolução. Primeiro ao chegar à conclusão de que o que mais faz falta para seguir com a guerra revolucionária é a união: “o que pode nos pôr em atitude de expulsar os espanhóis e fundar um governo livre: é, certamente, a união; mas esta união não nos virá por bênçãos divinas” – como no México, com o culto à Virgem de Guadalupe – “senão por efeitos sensíveis e esforços bem dirigidos” (BOLÍVAR, 1982 p.174), quer dizer, por medidas reais para alterar a vida social do povo trabalhador, por sua organização e sua direção na luta. Bolívar capta também os efeitos contraditórios da contrarrevolução, e se dá conta de como seus efeitos estão surtindo sobre as massas do povo: “Os sul-americanos já não temem senão a tirania. Seu espírito se elevou. As perseguições da Espanha lhes tem dado a força de que necessitavam” (BOLÍVAR, 1982, p.177). E para que não reste dúvida de que se refere ao povo trabalhador, diz: “voltemos o olhar sobre a Venezuela, e veremos que seus habitantes quase aniquilados, sem armas e oprimidos, se levantam com tanta força e violência que, depois de haverem se apropriado de todas as províncias interiores, já ameaçam atacar os portos e lançar seus inimigos ao mar, segundo as últimas notícias que temos recebido” (BOLÍVAR, 1982, p.178). E numa carta adicional sobre a questão das raças acrescenta: “por um evento bem singular se tem visto que os mesmos *soldados libertos e escravos* que tanto contribuíram, ainda que a força, ao triunfo dos

realistas, se voltaram ao partido dos independentes, que não haviam oferecido a liberdade absoluta, como o fizeram as guerrilhas espanholas. Os atuais defensores da independência são os *mesmos partidários de Boves*, unidos com brancos *criollos*, que jamais abandonaram esta nobre causa” (BOLÍVAR, 1982, p.180 – itálico de M.Z.).

Acontece então que Bolívar deve ter conceituado a ideia de supressão da escravidão, e que sua ida ao Haiti, depois da queda de Cartagena, deve-se exatamente a esta ideia. Isto não diminui nem um pouco os méritos do presidente Petión de ter possibilitado materialmente duas vezes as expedições de Bolívar à costa de *Tierra Firme*, mas tira o casual e romântico de um líder revolucionário que apenas é convencido pelo fato de visitar um país de escravos libertos e renuncia o mais elementar para sua própria classe exploradora: a classe explorada. Por sua vez, tira o aspecto puramente comercial de trocar apoio material em armamentos pela promessa de libertar seus próprios escravos.

Os eventos de 1816 e princípios de 1817 nos permitem ver como Bolívar supera as ilusões que ainda lhe restavam a respeito dos efeitos de uma declaração de liberdade dos escravos e, paralelamente, de poder liberar diretamente Caracas. A elaboração da estratégia tanto militar como social forma, ao fim, todo um processo muito longo. Seus resultados essenciais são:

- 1º) A decisão de abandonar a “revolução urbana” em favor da “revolução rural”, como muito acertadamente disse M. Kossok;
- 2º) A libertação dos escravos que na realidade já haviam combatido nas guerrilhas e sua inclusão no exército revolucionário;
- 3º) A decisão por um sistema de repartição de terras como pagamento de ativos militares, quer dizer, por serviços prestados;
- 4º) A conversão de Guayana na base de sustentação e a guerra, do comércio e da institucionalização, e
- 5º) A conceituação da marcha sobre os Andes para Nova Granada, o que fez possível o triunfo de Boyacá (1819) e depois o de Carabobo (1821).

Até agora não se estimou o suficiente a importância das medidas socioeconômicas de Bolívar. Ainda que a “ruralização” da luta revolucionária não seja precisamente um dos méritos que possam se atribuir unicamente ao gênio de Bolívar, foi ele quem lhe deu uma base socioeconômica através da liberação dos escravos e da

atribuição de terras nacionais como recompensa por serviços militares. No entanto, devem ser formuladas inúmeras reservas.

Primeiro, que a aplicação inicial da política de atribuição de terras nacionais deve-se, em 1816, ao exército *llanero* de Apure sob José Antonio Páez, e que a incorporação deste exército ao exército libertador se realizou sob a condição de que Bolívar ratificasse esta política. Salcedo Bastardo o sugere com muita razão (SALCEDO BASTARDO, 1972, p.162). O que fez Bolívar foi estender esta política “a todos os corpos combatentes” através de seus decretos entre setembro e outubro de 1817 (Idem, p.163). Mas, contrariando a avaliação de Salcedo Bastardo (Idem, p.165), estas medidas não podem ser qualificadas como “reforma agrária”, porque na realidade nem buscavam a modificação da estrutura agrária e nem a realizaram, carecendo de determinações para a destruição da grande propriedade da terra. O que buscavam era prover terras aos soldados e oficiais para que as fizessem produzir, isto sim.

Segundo, esta intenção de legislação agrária bolivariana foi deturpada já no Congresso de Angostura em 1820 (ACTAS, 1969, p.383), em duplo sentido: primeiro por incluir no direito de obter atribuição não só a militares, mas também aos empregados civis, e segundo, por substituir a entrega direta de terras por vales, com discriminação entre soldados e oficiais: “Art. 10º - O pagamento destas atribuições se fará pelo total à tropa e pelas metades à Oficialidade, em vales do Tesouro Público, que serão admitidos por seu valor nominal na subasta de bens nacionais”. Não só o Congresso precisou de quase um ano para preparar esta lei, mas também que a deturpação acarretou que os vales foram vendidos por cinco por cento de seu valor a especuladores. Desta maneira o negócio dos vales se converteu dentro de poucos meses em meio eficaz de uma gigantesca concentração de terras repartidas sob esta definição de “repartição de bens nacionais”. Além disso, mediante o Art. 7º da mesma lei “pode o Presidente da República por ações muito distintas, com tal que as especifique, conceder recompensas extraordinárias em bens nacionais” (ACTAS, 1969, p.385), o que teve como resultado que dentre poucos anos a maior parte da alta oficialidade se converteu em grandes proprietários. A verdade é que Bolívar fora contrário da conversão das entregas em vales, mas não podia impor seus critérios. (SALCEDO BASTARDO, 1972, p. 170). Por consequência, surge neste terreno uma profunda contradição entre as intenções de Bolívar e as da maioria da oficialidade do exército libertador e, em especial, seus generais mais influentes (Idem, p.296).

Terceiro: também a abolição da escravidão tinha seus antecedentes diretos na primeira fase da revolução, por um lado por vias de fato, que dizer, pela fuga massiva dos próprios escravos e sua adesão primeiro aos grupos que combatiam ao lado da contra revolução, e, depois, sua conversão para o lado patriótico, e, por outro lado, através de uma espécie de “legislação revolucionária”. Esta é referente à declaração de “liberdade geral dos escravos” pelo mulado Bideau em Güiria, na costa oriental em 185 (ACOSTA SAIGNES, 1977, p.174). Bolívar, chegando em 1816 a mesma região e se apoiando nos mesmos combatentes Mariño, Bermúdez e Bideau, se adapta a uma realidade revolucionária preexistente, proclamando a abolição da escravidão, primeiro condicionada e pouco mais tarde absoluta, então como Chefe Supremo da República, o que dá muito mais peso e extensão. Como no caso da repartição de bens nacionais, pede também a confirmação de seus decretos abolicionistas ao Congresso de Angostura.

Seria interessante investigar a questão se Bolívar, além de pensar na criação de um forte exército libertador para conduzir a guerra contra o domínio colonial, pode pensar no futuro pós-revolucionário, colocando com eles as bases de um regime variado socioeconomicamente em direção a um maior peso dos pequenos agricultores e trabalhadores agrícolas livres na estrutura agrária. Parece provável, ainda que por enquanto seja difícil responder afirmativamente todos os aspectos do problema.

Quarto: igualmente como no caso das posses nacionais, para a abolição urge ao Congresso a aprovar seus atos com os mais impressionantes argumentos. No entanto, a abolição tampouco será declarada, mas será praticamente restaurada a escravidão, mesmo que sob um manto abolicionista servil. Abolindo-se “de direito”, “as coisas ficariam no mesmo modo em que se encontram hoje em dia”, versa a lei de 11 de janeiro de 1820, e a decisão é proposta [no original está “pospuesta”, mas creio ser erro de digitação] para ser vista no próximo Congresso (que ocorreu em Cúcuta em 1821). Este substituiu a abolição pelo subterfúgio do “ventre livre”. Este arranjo permitiu às classes proprietárias de imediato, durante a guerra, a aparência “abolicionista” para utilizar uma parte dos escravos como soldados e, concluída, restaurar a escravidão (Cf. SALCEDO BASTARDO, p. 310).

Estes fatos assumem maior seriedade a partir de 1821 com a libertação da Venezuela na batalha de Carabobo. Não é casual observar as manobras obscuras do Congresso em Cúcuta em julho de 1821 e estando ele mesmo num dos centros do

escravismo da Venezuela, em Valência, Bolívar escreveu: “O Congresso geral, autorizado por suas próprias leis, e mais ainda, pelas da natureza, pode decretar /já não pede a liberdade absoluta M.Z./ a liberdade absoluta de todos os colombianos ao ato de nascer em território da república... Por favor, V.E. levante esta solicitação de minha parte ao Congresso geral da Colômbia para que se digne concedê-la em recompensa pela batalha de Carabobo, vencida pelo exército libertador, cujo sangue correu apenas pela liberdade” (BOLÍVAR, 1982, p. 576). E se explica denotando a debilidade de sua própria posição como presidente naquele tempo: “Deste modo conciliam-se os direitos de propriedade, os direitos políticos e os direitos naturais” (Ibidem).

Não eram estes os únicos conflitos entre Bolívar e sua classe, está fora de qualquer dúvida que os representantes no Congresso eram representantes de sua própria classe, mais ainda, eram os mais progressistas e ilustrados representantes de sua classe. Sem poder analisar aqui em todos os detalhes, me permito indicar apenas mais dois aspectos, extremamente importantes porque referem-se diretamente à questão do poder: primeiro, os conflitos entre o legislativo e o executivo, que se desenvolvem desde o instante daquele ter sido criado por Bolívar, a princípios de 1819 em Angostura (ACTAS, 1969). “Escolhidos a mão”, os representantes no Congresso se converteram mais em entrave do que no apoio a Bolívar e seu exército libertador. Já em 1820 escreve: “Muito me tem incomodado as intrigas dos legisladores, e muito mais me convenço da impossibilidade que há entre nós de manter o equilíbrio. Será um milagre se salvamos sequer a pele desta revolução” (BOLÍVAR, 1982, p. 496). “Arar o mar” não é, desde visto dez anos antes, apenas uma expressão de misantropia e de decepção, é o resumo de toda a experiência vivida durante uma década com sua própria classe. Também em 1820 fala de sua “decisão de me salvar como possa entre estes inúteis, malvados, imbecis, ladrões, facciosos, ingratos e todos os cães do mundo” (Idem, 499). E dos representantes do Congresso diz: “as grandes autoridades de Angostura que, porque estão sobre o Orinoco, acreditam estar sobre o Tâmis e que sendo da raça de Manaure, acreditam ser da de Pitt” (Idem, p. 500).

Segundo: os conflitos sobre a posição do exército e a constituição em geral. Bastante realisticamente Bolívar observa: “nossas coisas internas exigem que haja um grande exército para manter a autoridade do governo” (BOLÍVAR, 1982, p. 494). “Colômbia é governada pela espada dos que a defendem, e ao invés de ser um corpo

social é um campo militar” (Idem, p. 551). Resumindo todos os problemas que vive, diz em 1820 sobre a Colômbia: “um Estado em que tudo vai contra meu sentimento”. “Não posso ser cidadão da Colômbia, cujas leis não me conformo. Apresentei um projeto de Constituição que não foi aprovado. Aquele projeto era minha condição para ser cidadão da Colômbia. Não sendo adotado estou certo de que não haverá estabilidade política nem social; e destaco que aquele mesmo projeto não contém tudo o que eu penso que se requer para assegurar nossa existência” (Idem, p. 563).

Tudo supracitado permite chegar a uma conclusão: paralelamente a seus grandes trunfos militares começa a se abrir uma fissura cada vez mais profunda no seio da classe dirigente da revolução e em todo o campo revolucionário. Por um lado, está sendo formado um estrato social que surge principalmente entre a oficialidade do exército libertador e da alta burocracia, que está se enriquecendo e se convertendo, por sua posição política e administrativa, desde os primeiros êxitos duradouros da revolução num componente que freava a mesma e que servia de base para uma restauração socioeconômica. Por outro, o povo (nas palavras de Bolívar: “povo subalterno⁷” (1982, p. 563) começava a ter suas esperanças de mudança frustradas, se não no essencial, mas perceptível em seu modo de viver. O próprio Bolívar, como membro de sua classe, o que ao fim e ao cabo seguia sendo, e em vista das dificuldades políticas que estava enfrentando, procure logo fugir frente a eles, e é isto – com a busca da glória – um motivo adicional que lhe força em direção ao Sul. Em setembro de 1821 escreve a respeito das acusações de ditador: “eu não vejo mais perigo que nas fronteiras. Só os godos são nossos inimigos; os outros são inimigos do general Bolívar e estes não se apresentam em batalha; se deve fugir deles para vencê-los” (Idem, p. 590).

IV

Porém, a expedição ao sul, a partir de junho de 1822, não se deve em primeiro lugar a motivos individuais e psicológicos, senão a fortes e justas razões de segurança da independência ainda não estabilizada. Ainda que não se exclua o aspecto de anexionismo (of. Guayaquil) e a exportação da revolução (Peru), parece que o aspecto

⁷ No original lemos *bajo pueblo*, optamos traduzir por *povo subalterno* na falta de tradução melhor para a língua portuguesa (N.T.).

da justa luta pela segurança prevalece. Com sua insistência em resolver este problema de segurança exterior, tanto da Colômbia fundada em 1819 quanto de Sul América na sua totalidade, Bolívar se revela Como um dos mais perspicazes revolucionários Americanos do seu tempo. A existência de fortes exércitos espanhóis no Peru e no Alto Peru, de fato, devia contribuir à instabilidade dos jovens Estados.

Mas, o remédio aplicado para curar a doença era, objetivamente e nas circunstâncias imperiosas, em vários aspectos quase tão nociva quanto a própria doença. Primeiro, a ausência de Bolívar e dos mais esclarecidos dos seus oficiais da Venezuela e Nova Granada permitia que lá se reforçasse rapidamente o “partido” antibolivariano. Este partido teria se formado ainda na sua presença, porém provavelmente não tão rápido. Segundo, a manutenção de um numeroso exército mobilizado e de ocupação deixou uma Colômbia esvaziada de homens e de meios financeiros, situação que contribui para acelerar os conflitos entre os interesses provincianos aparentes e os reais interesses estatais de longo alcance. Terceiro, a longa intromissão de Bolívar, Sucre e de outros militares nos assuntos nacionais de Equador, Peru e do Alto Peru que mais tarde se tornou Bolívia, devia aprofundar os receios nacionais. Mas, ao pesar os prós e contras de todos os problemas, Bolívar não poderia atuar razoavelmente de outro modo.

Se é verdade comprovada que cada revolução é válida desde que saiba se defender, Bolívar como representante mais ativo e perspicaz de um adequado princípio de defesa correspondeu a essa verdade, ainda que segundo o caráter e as possibilidades de essa revolução, aqui a definimos abreviadamente como burguesa. Ainda que o débil desenvolvimento das nações burguesas em Latino-América nesse tempo permita caracterizar a atuação de Bolívar como “internacionalista”, suas cartas provam que ele próprio a via principalmente sob o aspecto “nacional-grancolombiano”. Seu programa federal, isto é, a ideia de uma grande federação entre Estados nacionais se nutre, em primeiro lugar, de motivações nacionais no atual sentido do termo. A parte dos conceitos que Bolívar tinha sobre o que ele denominava “povo subalterno⁸” (BOLÍVAR, 1982, p. 563, 704), “os inimigos naturais de que se compõe nossa massa” (Idem, p. 695), os inimigos propriamente ditos que combatia tanto através de seu programa nacional quanto de seu ideário federativo de Estados nacionais não saíam do “povo subalterno”,

⁸ Traduzido conforme a nota 5 (N.T.).

mas da “elite”⁹ (Idem, p. 704). Assim diz em 1823, diante da tentativa prematura de mudar a constituição colombiana, ameaçando pela primeira vez usar suas faculdades discricionárias: “isso é o que querem os fofoqueiros: republiquetas e mais republiquetas para fazer revoluções e mais revoluções” (Idem, p. 713). “Nós seremos mais fortes quando estamos mais unidos, e esta união não nos virá nunca da satisfação pela independência e confiança sem limites; porque o dia em que nada temamos nesse dia começam os perigos da Colômbia; nesse dia ressoam as trombetas da guerra civil” (Idem, p. 718). Aproxima-se do cinismo quando fala de seu próprio país: “Quanto à Venezuela, sempre serei do ditado de que sua ruína será selada o dia que não reste um inimigo em seu território; tomara que Puerto Cabello fique sempre nas mãos dos inimigos” (Idem, p. 816). O que lhe inquieta é a “tranquilidade interior de América”, como garantia da tranquilidade para cada Estado individual (1982a, p. 69): “Cada dia me convenço mais de que é necessário dar à nossa existência una base de garantia. Vejo a guerra civil e as desordens voarem por todas as partes, de um país a outro, meus deuses pátrios devorados pelo incêndio doméstico. Falo da Venezuela, meu querido país. Esta consideração me ocupa noite e dia; porque contemplo que a primeira desordem que nasça ali destrua para sempre até a esperança, porque ali o mal será radical e logo penetra até o sangue; volto, pois, ao meu primeiro projeto como único remédio: *a federação*” (Idem, p. 68). Ela deve ser estabelecida pelo “congresso americano que, pelo menos, deve servir-nos pelos dez ou doze anos de nossa primeira infância...” (Idem, p. 69, cf. ibidem, p. 88). Quer dizer, Bolívar pensa este Congresso anfitriônico como uma instituição permanente de vigilância e de ajuda mútua para garantir o desenvolvimento dos novos Estados. Sua orientação principal é contra as inatas tendências políticas de “repúblicas aristocráticas” (“anarquia”). Simultaneamente, não falta a orientação contra movimentos populares, em primeiro lugar os baseados nas raças ou cores. Assim diz no seu “Pensamento sobre o Congresso de Panamá” (1820): “9º) A América não temeria mais ao tremendo monstruoso que devorou a ilha de Santo Domingo; tampouco temeria a preponderância numérica dos primitivos habitantes” (LECUNA, 1983, p.136). Porém, é claro que este tema parece, em Bolívar, absolutamente secundário. Situação contrária vale enquanto ao aspecto exterior: o Congresso deve formar uma liga dos Estados contra todo esforço de

⁹ No original lemos *alto pueblo*, optamos traduzir por *elite* na falta de tradução melhor para a língua portuguesa (N.T.).

menosprezar sua posição independente. Esta era então uma orientação principal. Não podemos nos ocupar da ideia de federação dos Estados hispano-americanos como estava desenvolvendo Bolívar e na totalidade de seus aspectos, deve destacar-se que Bolívar estava longe de construir um castelo no ar. Dezenas de referências nas suas cartas permitem ver com quanta cautela e perspicácia a preparava, especialmente seus aspectos exteriores, em primeiro lugar, com vistas ao predomínio britânico (BOLÍVAR, 1982a, p. 116, 129, 160, 169-170, 351) e a rivalidade dos Estados Unidos. Bolívar não tinha nenhuma ilusão e observava tanto a atitude hostil das grandes potências do seu tempo diante da plena independência e soberania como também a incapacidade dos elementos internos realmente nacionalistas e burguês-progressistas. Não é menos verdadeiro que Bolívar, tanto por preconceito frente aos movimentos do “povo subalterno” quanto por razões justificadas sob as condições sociais de seu tempo, nunca pensou seriamente em uma guerra libertadora, conduzida por ele em Cuba e Porto Rico (Idem, p.59, 137). Pensava sempre na experiência de Haiti como na tentativa de [Manuel] Piar¹⁰ ou na participação tardia de [José Prudencio] Padilla¹¹ na conspiração de setembro (1828) (BOLÍVAR, 1982 b, p. 116; 48, 64, 116)¹². Não é somente por ter sido filho da sua classe, que de fato era; porém para criar a nação e estabilizar o Estado não quis arriscar conflitos que conduzissem a uma guerra de raças.

V

Muitas vezes Bolívar foi acusado de ditador por ser ambicioso, por tendências inatas à ditadura. Nada mais equivocado do que isso. O problema da ditadura, em termos científicos, é um risco de qualquer revolução. Muito pior ainda durante a revolução de independência, que por definição é uma revolução cujas condições nem todos os pressupostos econômicos e sociais existiam para um desenvolvimento

¹⁰ O autor refere-se ao general venezuelano Manuel Piar. Sobre sua participação nas guerras de independência ver Ríos, Alicia. (1993). La época de la independencia en la narrativa venezolana de los ochenta. *Hispanérica*, 49-54 (N.T.).

¹¹ Foi almirante e militar colombiano de ascendência parda, chegando a ser Almirante da República, e com enorme popularidade sendo Senador da Gran Colômbia em 1822. Foi condenado por conspiração e traição na “Conspiração Setembrina” e executado por ordem de Bolívar em 1822 (N.T.).

¹² Em 25 de novembro de 1828 fora armado um intento de assinar Simón Bolívar sob o argumento de sua postura autoritária e ditatorial, justamente uma das questões centrais que o artigo em questão busca rebater desde uma análise de classe da luta de independência (N.T.).

“normal” do capitalismo e da sociedade burguesa, ou seja, onde o político substitui em grande parte as condições econômico-sociais existentes. Assim, a debilidade dos laços nacionais devia ser substituída – ou reforçada – por vínculos de tipo político ou ideológico. Nisso reside o grande papel da “ilusão heroica” de Bolívar durante a revolução até Ayacucho; depois, realmente sua importância teria sido ainda maior, pelas destruições e devastação das guerras e, com isso, das condições para um desenvolvimento nacional mais rápido. Porém, não sentia mais seus efeitos (BOLÍVAR, 1982a, p.430-431). Aí reside também o papel do exército e sua unidade como fundamento para a construção de Estados nacionais, e o papel do próprio Bolívar. Foi constatado que Bolívar não era dogmaticamente liberal ou conservador; ainda que se inscrever em uma ampla compreensão do liberalismo, era fundamentalmente um revolucionário que durante a revolução quis fazê-la triunfar, e depois de seu triunfo se esforçou por conservá-la, buscando todos os meios para lográ-la. Por isso, suas expressões amarguradas contra os representantes do dogmatismo liberalóide, que sacrificava a revolução aos princípios vazios de seu conteúdo libertador. Ou seja, contra um liberalismo que aos seus olhos se convertia em ideologia política de uma parte da classe latifundiária. Bolívar, como se pode observar em todas suas atividades revolucionárias, compreendeu profundamente o que Marx conceituou mais tarde como uma lei geral da revolução, tanto a burguesa quanto a socialista: “Cada conjuntura provisória de Estado depois de uma revolução requer de uma ditadura, e necessariamente, de uma enérgica” (MARX, 1961, p. 402). Objetivamente Bolívar atuou nesse sentido, embora sem sucesso global e duradouro, porque na medida em que triunfou a independência triunfaram, majoritariamente, os elementos regionalistas e provinciais que nada queriam saber sobre metas nacionais ou continentais e que, no nível político se interessavam por seu governinho, sua republiqueta e sua independência. Essa atitude colocou em perigo a estabilidade política e social, ameaçando com a ruptura do “sistema social” entre a “elite e povo subalterno” (BOLÍVAR, 1982a, p. 705), conforme notificou Bolívar em 1822. Por isso começou a dizer: “não servirei na presidência senão pelo exercício das faculdades ilimitadas concedidas pelo congresso; porque estou intimamente convencido de que a república da Colômbia não se governará com prosperidade e ordem salvo pelo poder absoluto... Para colômbia se requer um exército de ocupação que a mantenha em liberdade” (Ibidem), porque – extremamente importante –: “ a primeira qualidade das coisas é a



existência e as demais são secundárias” (Idem, p. 708). Por esse motivo, transforma-se de inimigo da constituição que considerava insuficiente em seu defensor mais enérgico quando tentavam debilitá-la: “reitero... minha primeira promessa de antes morrer, de espada na mão, encabeçando o exercício da Colômbia do que permitir que se deprecie o pacto de união que apresentou uma nação ao mundo, formada por Venezuela e Nova Granada. A constituição da Colômbia é sagrada por dez anos: não se violará impunemente enquanto corra sangue pelas minhas veias e estejam sob minhas ordens os libertadores” (Idem, p. 710). Constatando nessas controvérsias o fortalecimento das tendências opostas e que não poderia se apoiar na maioria de sua própria classe ou do “povo subalterno”, foi necessário o papel de sua própria personalidade para a conservação dos logros da revolução, dizendo: “Cada dia se confirma a ideia de que Colômbia se conservará unida enquanto os libertadores se conservem a mim unidos, porém depois haverá guerras civis” (Idem, p. 943). Não se pode encontrar nos seus contemporâneos melhor definição do seu papel individual na dura e difícil luta pela estabilidade vital dos jovens Estados independentes. Essa observação tem importância também para determinar o papel do exército naquele período. Estou em pleno acordo com Manfred Kossok, na sua exigência para distinguir entre “ditadura de primeira hora” e “ditadura pretoriana” nas mãos das classes exploradoras para conservar um sistema caduco. De fato, não há nenhuma razão para equiparar as ditaduras revolucionárias às restaurativas ou reacionárias. Isto resulta claramente do princípio de Bolívar separar o poder civil do poder militar; sendo presidente desde 1819 sempre se considerava “Presidente titular” (1982a, p. 42), porém nunca renunciou ao comando do exército enquanto única garantia da ordem revolucionária, e considerava o “poder absoluto” como a constante possibilidade e faculdade de exercer a intervenção militar a favor desta ordem. Prova disso foi sua atitude diante dos acontecimentos de 1836 em Venezuela, embora naquele tempo já fosse tarde para salvar a união da Grande Colômbia como núcleo de unidade americana. Por isso, com esses fatos começava a decadência e derrubada da ordem bolivariana, iniciava-se o último ato da sua tragédia como revolucionário e como homem de Estado. É uma tragédia real e verdadeira, porque Bolívar não capitula nem nos últimos meses de vida, senão que continua lutando para defender sua obra.

A sorte de Bolívar tinha que ser necessariamente trágica. Sua grande ilusão heroica de criar, mediante a libertação das antigas colônias espanholas da América,

uma família de nações prósperas e florescentes se revelava após três lustros de lutas, realmente, heróicas e de seus próprios triunfos, pelo menos em grande parte como uma ilusão, porém, necessária. Marx observou-o na ótica colorida, em parte pelas tradições liberal-democrática, em parte, apoiando-se em fontes impuras e, como terceiro ingrediente, na luta contra o incipiente culto conservador-oligárquico à Bolívar. Confundiu a tragédia bolivariana com a farsa de [Charles-Louis] Napoleão III¹³ ou a tragicomédia de [Faustín Elié-] Souloque¹⁴ e combatendo a través de Bolívar o culto ao terceiro Napoleão (MARX, 1961a, p. 116).

As comparações com Napoleão III e, especialmente, com Souloque parecem chocantes, em todo caso são equivocadas, porém, há na verdade só um nível de comparação possível, que é a hipertrofia do político sobre o econômico que parece igualar os três casos. Porém, no tocante ao problema do bonapartismo existem diferenças fundamentais que proíbem a comparação. O aspecto mais importante que a proíbe é o fato de Bolívar ser um representante de uma verdadeira revolução, ainda que de tipo antiquado ou “inferior”, na qual a hipertrofia do político é algo normal. Enquanto que nos outros casos as personalidades referidas não atuam como líderes revolucionários de um processo revolucionário, senão que ao contrário, contrarrevolucionário (Napoleão III) ou rural-arcaico (Souloque). O próprio Marx em carta (MARX, 1970, p. 280) explica através do artigo sobre Bolívar buscou uma comparação entre Bolívar e Napoleão I, especialmente, sobre o ponto de vista comparativo militar. Porém com a consequência de omitir a comparação histórico-revolucionária, o que poderia ter dado um resultado diferente. Porém, as fontes desse momento e o instrumento marxista, elaborado no final dos anos cinquenta do século passado, não eram suficiente. Nos anos setenta, pode afirmar-se, um estudo sobre Bolívar teria resultados muito diferentes, então Marx tendo em mãos estudos comparativos com outras regiões e países atrasados. Por isso, e para impedir o uso do artigo de Marx sobre Bolívar na luta contra o marxismo-leninismo, como o faz um número considerável de historiadores e jornalistas burgueses da América Latina,

¹³ Sobrinho de Napoleão Bonaparte foi responsável pelo primeiro tipo de golpe de Estado moderno ocorrido em 1851, numa forma de aliança civil-militar com intuito de barrar qualquer avanço do movimento operário-popular, mas também pela impossibilidade de imposição de um projeto próprio da grande burguesia na França durante a Revolução de 1848 ou *Primavera dos Povos* como disse Eric Hobsbawn (N.T.).

¹⁴ Autoproclamado Faustino I do Haiti, ainda que tivesse certa intenção de extirpar os remanescentes brancos e mulatos de postos do poder no conturbado e longo processo de construção nacional haitiana, tendeu a reproduzir vícios aristocráticos *napoleônicos* (N.T.).

fazem falta estudos aprofundados de historiadores marxistas-leninistas tanto sobre Bolívar quanto da história da revolução da independência.

Apesar de Bolívar lutar por metas inalcançáveis em seu tempo, garantiu com sua luta, pelo menos, a conquista da independência política, estas metas têm ainda hoje plena vigência. É claro que nem a classe de a qual Bolívar pertenceu e nem as atuais burguesias dos países latino-americanos têm capacidade ou disposição de responsabilizar-se com ou pelo legado de Bolívar. Assim, este legado pertence aos revolucionários de hoje. Pode-se afirmar que a figura de Bolívar e seu programa vivem plenamente na consciência dos revolucionários e dos povos latino-americanos. Do nosso trabalho, os historiadores marxistas-leninistas, depende muito dos estudos que estamos fazendo e os que faremos, do conhecimento cabal, a análise diferenciada, a mensagem revolucionária nas suas obras, para que possam enriquecer o instrumental de luta ideológica e política atual.

Resumindo, quais são os pontos mais essenciais do programa e da atuação histórica de Bolívar?

- sua constância e sua perseverança revolucionárias, lutando por seus objetivos até o esgotamento de suas capacidades;
- sua compreensão da necessidade de união de todos os revolucionários para lograr o triunfo da revolução;
- sua disposição de renunciar, pela questão da unidade e pertencendo a uma classe privilegiada, ao menos a uma parte destes privilégios;
- sua compreensão de que sem unidade política, armada e ideologicamente protegida, sem o problema do poder resolvido, a revolução não poderá sobreviver;
- sua orientação para a independência plena e soberana, partindo do cálculo frio e cuidadoso tanto próprios interesses como o dos outros países, tendo uma ideia muito clara da correlação internacional de forças;
- suas advertências constantes sobre o perigo do expansionismo dos Estados Unidos e o peso comercial e econômico crescente da Grã-Bretanha. Nesse sentido, foi um precursor do anti-imperialismo;
- seu programa e seu ideal de solidariedade internacional latino-americana com conteúdo revolucionário e progressista, ligados à ideia de conquistar um novo equilíbrio do universo mediante o aumento do peso dos países latino-americanos na balança internacional.



Referências

- ACOSTA SAIGNES, Miguel. *Bolívar: acción y utopía del hombre de las dificultades*. La Habana: Casa de las Américas, 1977.
- BOLÍVAR, Simón. *Obras Completas*, Tomo 1. Caracas: Librería Piñango, 1982.
- BOLÍVAR, Simón. *Obras Completas*, Tomo 2. Caracas: Librería Piñango, 1982a.
- BOLÍVAR, Simón. *Obras Completas*, Tomo 3. Caracas: Librería Piñango, 1982b.
- ACTAS. *Actas del Congreso de Angostura*. Caracas: Instituto de Derecho Público, 1969.
- LECUNA, Vicente (ed.). *Cartas del Libertador*, t. I, 1799-1817. Caracas: 1929.
- LECUNA, Vicente (org.). *Proclamas y discursos del Libertador, 1811-1830, t. 13*. Los Teques: Biblioteca de Autores e Temas Mirandinos, 1983.
- MAGALLANES, Manuel Vicente. *História Política de Venezuela, tomo I*. Caracas: Librería Piñango, 1982.
- MARX, Karl. “Die Krisis und die Kontrerevolution (1848)” in *Marx-Engels-Werke Bd.5*. Berlin: 1961. [tradução para o português em MARX, Karl. *A burguesia e a contrarrevolução*. São Paulo: Ensaio, 1993].
- MARX, Karl. “Bolívar y Ponte”, in: *Marx-Engels-Werke Bd.10*. Berlin: 1961a. [tradução para o português em MARX, Karl. *Bolívar y Ponte*. São Paulo: Martins Fontes, 2008].
- MARX, Karl. “Espartero” in *Marx-Engels-Werke Bd.10*. Berlin: 1961b.
- MARX, Karl. “K. Marx a F. Engels, fevereiro 14, 1858”, in: *Marx-Engels-Werke Bd.29*. Berlin: 1970.
- NUCETE-SARDI, José. “Conjuración de Caracas en 1808” in *Boletín de la Academia Nacional de la Historia*, tomo LII, nº 207, 1969.
- SALCEDO BASTARDO, José Luís. *Bolívar: un continente y un destino*. Caracas: 1972.

Simón Bolívar,

O primeiro Bonapartista da América Latina?*

*Manfred Kossok*¹

A convocação para este colóquio continha o convite à reflexão sobre os elementos bonapartistas na política e ação de Simón Bolívar. Eu gostaria de aceitar este gentil convite, mesmo que com certa intenção polêmica.

A questão do bonapartismo (ou dos aspectos bonapartistas) em Bolívar é quase tão velha quanto o culto a Bolívar ou a lenda bolivariana. A fundamentação mais vasta de tal tese nos foi oferecida por L. Vallenilla Lanz em suas concepções sobre o Cesarismo democrático, publicadas em 1919. Muitos historiadores estiveram e seguem sendo fascinados pelos aparentes elementos bonapartistas em Bolívar. O historiador liberal Gervinus, tem o mérito de haver introduzido a Independência e com ela a Bolívar na historiografia alemã, e manifestou notáveis reservas a respeito da “monocracia” do Libertador, o que não era mais do que outra expressão para bonapartismo, por ainda não existir então tal noção.

Para colocar claramente este problema de grande importância para a avaliação histórica sobre Bolívar, parece indispensável distinguir exatamente entre dois níveis de análise e interpretação:

1. O **primeiro nível** refere-se à posição de Bolívar frente a Napoleão I, cuja atitude pode observar de muito perto durante sua estadia na França e na Itália. Sobre as impressões retidas existem suficientes testemunhos pessoais de Bolívar. Os documentos existentes provam o forte impacto da personalidade de Napoleão sobre o espírito romântico do jovem mantuano. Bolívar mostrou-se profundamente entusiasmado pelo gênio militar de Napoleão, o prestígio universal do imperador francês e a ampla simpatia de que gozava entre as massas populares. Bolívar via em Napoleão o autêntico herdeiro da Grande Revolução. Porém, o inegável entusiasmo de Bolívar em relação a Napoleão como político e militar vinha acompanhado de uma concepção muito clara e crítica do nascente neoabsolutismo grande-burguês, cuja

* Tradução e revisão do original em castelhano por Raphael Lana Seabra.

¹ Nascido na Breslávia em 1930 e falecido em Leipzig em 1993, Manfred Kossok foi um historiador alemão, professor da Universidade de Leipzig, cuja pesquisa voltava-se para História Moderna e o estudo das Revoluções, sobretudo Francesa e das Lutas de Independência da América Latina.

expressão institucional foi a coroação imperial em 1804 e a pompa ao redor da famosa Corroa de Ferro da Lombardia. Bolívar criticou a auto-coroação de Napoleão como um ato “gótico”, em outras palavras, reacionário e contraproducente às ideias de 1789. Em sua conduta posterior Bolívar evitou conscientemente tudo o que pudesse ser interpretado como uma imitação de Napoleão. Dizia: “garanto que nestes países [da América Latina] teria adotado para mim o costume [de Napoleão e seu Estado Maior] se não tivesse temido que dissessem que o faria para imitar Napoleão, ao que teriam somado que minha intenção seria imitá-lo em tudo”.

As permanentes tentativas de alguns historiadores em comparar Bolívar com Washington ou Napoleão não têm nenhuma relação com a realidade. Bolívar recusou explicitamente tal comparação. Ele estava bastante convencido e obcecado com sua missão histórica para correr o risco de, por meio de uma comparação, ficar à sombra de outros personagens ou parecer uma segunda edição deles. Inspiração – sim, imitação – não. Também não creio que não teria sido possível o triunfo da Independência, dadas as condições muito específicas para uma revolução na América Espanhola, pela simples aplicação de experiências realizadas em países distantes e por diferentes gerações. Bolívar tinha consciência das particularidades: “É preciso – proclama Bolívar – que o governo identifique-se... com o caráter das circunstâncias, dos tempos e dos homens que o cercam” (15-12-1815).

2. O **segundo nível** tem como essência do debate a questão do bonapartismo na política e a conduta de Bolívar. Para poder responder à mencionada questão é preciso recordar os elementos constitutivos da definição de bonapartismo e da época de seu surgimento. Os historiadores que aplicam o termo “bonapartismo” a Simón Bolívar usam esta noção de modo muito abstrato, quase fora do tempo histórico concreto e sem se perguntar pelas condições sociais nas quais nasceu o mencionado fenômeno. Os critérios essenciais de uma interpretação bonapartista devem ser vistos em primeiro lugar no papel do exército e em certas tendências ao autoritarismo em Bolívar. São suficientes estes critérios? Creio que não. Pelo contrário, tais critérios me parecem apropriados para cobrir tanto a essência do bonapartismo como o conteúdo real da política bolivariana.

É preciso não perder de vista ao menos cinco elementos para compreender o fenômeno do bonapartismo e sua localização histórica. De modo muito resumido é possível descrever estes elementos como:

1. No bonapartismo o poder político é manifesto conforme com seu **caráter de classe**, ou definindo com mais precisão, a ditadura da grande burguesia, cuja espinha dorsal era a burguesia industrial. Ou seja, que corresponde ao bonapartismo a maturidade mais ou menos avançada da revolução industrial.

2. Portanto, o **antagonismo fundamental entre trabalho e capital** já existe e atua. A maioria da burguesia se distancia cada vez mais de sua própria revolução.

3. A **situação histórica** na qual surgiu o bonapartismo caracteriza-se por uma relação de forças classistas instável (Engels falou do “equilíbrio” relativo entre as camadas principais). Nas condições dadas, a burguesia mostra-se incapaz e indisposta a exercer seu poder por meio de métodos “normais”, quer dizer, parlamentares.

4. A **forma do exercício do poder** consiste numa ditadura militar mais ou menos direta a aberta, onde o exército não tem somente uma função externa (“para fora”), mas sim interna (“para dentro”).

5. Sua **base de massas**. O bonapartismo a teve nas classes e camadas camponesas e pequeno-burguesas, jogando um papel essencial na política a demagogia social e nacional.

Engels viu no bonapartismo “a religião da burguesia moderna”, ou seja, a economicamente mais avançada, considerando-o um fenômeno típico da “época das revoluções por cima” que cobriu as décadas desde 1851 até 1870/71. O bonapartismo amadureceu de modo “clássico” durante o governo de Napoleão III na França. Como demonstrou Albert Soboul, em diferentes condições não é possível aplicar os critérios utilizados ao primeiro Napoleão, contemporâneo de Bolívar. A comparação muito superficial deixa claro que seria incorreto qualificar Bolívar como bonapartista de acordo com os critérios da definição utilizada.

No bonapartismo “clássico” o exército desempenha uma função abertamente contrarrevolucionária e orientada primordialmente “para dentro”; serve como guarda pretoriana para a defesa do *status quo* conservador. Diferentemente, na Independência o Exército Libertador serviu de “instrumento da iniciativa revolucionária” (Karl Marx), portador do componente continental da revolução e expressão mais avançada da hegemonia *criolla* liberal-republicana. Bolívar recusou toda função interna do exército: “Um soldado feliz não adquire nenhum direito para mandar em sua pátria. Não é o árbitro das leis nem do governo; é o defensor de sua liberdade” (02.01.1814). Chegando quase ao fim de seu destino repete: “É insuportável o espírito militar no

mando civil” (13.09.1829). A isso corresponde, então, o seguinte princípio de Bolívar: “O sistema militar é o da força, e a força não é governo” (26.11.1816). Pode se adicionar a frase programática: “O destino do Exército é guarnecer a fronteira. Deus nos guarde de que volte suas armas contra os cidadãos!” – assim pode ser lido no projeto de constituição para a Bolívia (25.05.1826).

Sua ideia de um exército continental e do princípio de uma intervenção armada revolucionária refere-se exclusivamente a defesa contra perigos exteriores e ataques contrarrevolucionários.

A posição particular e dominante do exército na independência procedia, em primeiro lugar, da íntima unidade entre revolução e guerra de libertação. Na América do Sul, em particular, o fator militar dominava como força motriz da revolução. Paralelamente, o exército teve que compensar a extrema debilidade do elemento burguês na constelação hegemônica das classes dirigentes. Parece-me que não são necessários mais comentários sobre a diferença fundamental e evidente frente o papel do exército num regime bonapartista .

Os que conhecem a literatura internacional sobre a “questão militar” se lembrarão das tentativas durante os anos 1960 e 1970 em interpretar a ação de militares progressistas no movimento de libertação nacional e social contemporâneo na Ásia, África e América como bonapartista ou neobonapartista. Basta mencionar as publicações alusivas de G. Mirski. Entretanto, existe certa calma porque tais comparações históricas causaram mais confusão do que esclarecimento sobre a complexa dialética entre exército e revolução.

Falta finalmente mencionar o problema da ditadura e da autocracia em Bolívar. Sem dúvida existiram ambos os fenômenos na política e na condução pessoal do Libertador. Até hoje a avaliação histórica sobre Bolívar segue oscilando entre dois extremos: Por um lado, Bolívar parece o protótipo de um político militar conservador-aristocrático, incapaz de cumprir com as exigências de uma revolução na época da transição do feudalismo ao capitalismo. Por outro lado, Bolívar é destacado como representante da esquerda radical (“*Äussersten Linken*”) cuja função histórica – segundo Engles – estaria em haver ultrapassado os limites de classe da revolução burguesa. Ambos os polos da interpretação se distanciam da realidade histórica: Bolívar não negou os fins burgueses da revolução, como provam os decretos sobre a abolição da escravidão, a liberação dos índios do tributo e a des-feudalização do

trabalho assalariado. No entanto, Bolívar não ultrapassou os limites sociais da revolução no sentido da esquerda radical no estilo de [Thomas] Müntzer², dos diggers³ ou dos *enragés*⁴ na Revolução Francesa. Seu mérito histórico consiste em ter buscado **aproximar** a revolução não apenas militar, político e ideologicamente, mas também econômica e socialmente à sua essência classista burguesa, elevando-a ao nível de uma transformação social correspondente ao caráter da época. A tragédia de Bolívar foi não ter alcançado esta tarefa histórica: a Independência acabou como uma revolução inconclusa.

Sem subestimar o importante fator subjetivo na política de Bolívar, é preciso enfatizar que o problema da ditadura determinou as causas **objetivas** da revolução. Marx dizia: “Cada situação provisória do Estado burguês depois de uma revolução exige uma ditadura e, precisamente, uma ditadura enérgica”. Esta afirmação de Marx corresponde exatamente a situação histórica na qual Bolívar agia: “Todo o corpo da história ensina que as gangrenas políticas não se curam com paliativos” (11.04.1828). Bolívar sempre se dava conta das limitações do poder ditatorial: “A ditadura – escreve ao Sir R. Wilson em 1829 – é o espinho das Repúblicas”. Em sua mensagem ao Congresso Constituinte da Colômbia no mês de janeiro de 1830 dizia: “Se fosse necessário um homem para sustentar o Estado, este Estado não deveria persistir e ao final não existiria”. Tendo poderes ditatoriais Bolívar os exercia **por** e **para** a revolução; o bonapartismo, muito pelo contrário, representa uma ditadura **contra** a revolução. Esta profunda diferença qualitativa e funcional evidencia que não existe nenhuma tradição ou continuidade entre os “primeiros ditadores” – que deram a liberdade a América Espanhola – e os ditadores militares de tempos posteriores, os que defenderam de maneira repressiva o *status quo* político e social. Bolívar não é nem precursor nem representante da tradição ditatorial na América Latina.

² Foi um dos primeiros teólogos da Reforma Protestante e opositor de Martin Luther, tornou-se umas principais lideranças das Guerras Camponesas Alemãs (1524-1525), que levava às últimas consequências o combate aos privilégios e corrupção católicas, indo em direção ao combate da própria aristocracia alemã. Foi preso e decapitado em 1525.

³ Os “escavadores” era a denominação de um grupo de protestantes ingleses radicalizados, com ideias próximos ao que seria conhecido como socialismo utópico e liderados por Gerrard Winstanley no século XVII.

⁴ Ou revoltosos, que durante a Revolução Francesa buscavam aprofundar o processo demandando não apenas maior igualdade política, mas também isenção de impostos sobre alimentos, cobrança de impostos dos mais ricos. Situavam-se à esquerda dos jacobinos, seu ideário fomentará a *conspiração do iguais* de Gracus Babeuf.

Devemos a Engels a tese: “Uma revolução é certamente a coisa mais autoritária...”. Logo, manifesta-se o problema da ditadura como fenômeno orgânico da cada revolução autêntica e profunda. [José] Padilla, nos tempos da [Revolta das] Comunidades, os Comitês dos 18 na Holanda, Cromwell, Os Filhos e Filhas da Liberdade, Robespierre, são alguns dos mais destacados exemplos na história das revoluções modernas. É **nesta** tradição que encontra-se, precisamente, a atitude ditatorial de Bolívar.

Entres os fatores principais dos quais decorreu a necessidade de uma ditadura revolucionária e **transitória** estão a guerra permanente, a correlação instável das forças político-sociais e a luta em diferentes frentes (para fora e para dentro). No entanto, Simón Bolívar agia sempre sobre a base de uma ditadura com legitimidade democrática. “A aclamação dos cidadãos é a única fonte legítima de todo poder humano” (09.10.1816). Daí sua recusa a todos os projetos monárquicos. A ditadura bolivariana não tinha somente uma função externa, mas também necessariamente uma função interna devido a impossibilidade de quebrar a resistência conservadora *criolla* e contrarrevolucionária com métodos parlamentares e sob uma “legalidade normal”. Sabemos de Marx que a coerção revolucionária é a parteira de cada nova sociedade. Bolívar compreendeu esta necessidade a cumpriu, começando com a Guerra de Morte. “A necessidade não conhece leis”, escreveu ao General Santander (07.04.1825).

Uma nota final sobre a caracterização de Bolívar dada por Marx, tantas vezes usada para justificar a interpretação bonapartista do Libertador. Como já abordei este problema amplamente como tema de palestra⁵ apresentada na Academia de Ciências, já em edição, gostaria de formular apenas uma frase: O esboço biográfico de Karl Marx sobre Bolívar, apesar dos erros que contém, não oferece uma base para definir Bolívar como bonapartista, ainda que a argumentação de Marx esteja profundamente impregnada pela confrontação contemporânea com Napoleão III e o culto à personalidade que o rodeava.

Espero que minhas observações tenham evidenciado que aos historiadores falta muito ainda por pensar para fazer justiça à figura histórica de Simón Bolívar.

⁵ “Simón Bolívar y el destino histórico de la América española”.

Apresentação

Stephen Grant Baines
Universidade de Brasília

Cristhian Teófilo da Silva
Universidade de Brasília

Os impactos de grandes projetos desenvolvimentistas têm sido o objeto de muitos estudos na Antropologia Social, sobretudo em casos da implantação destes projetos em territórios indígenas e de outras populações tradicionais. A invasão e ocupação de territórios indígenas apresentou uma nova frente agressiva a partir dos anos da ditadura militar no Brasil entre 1964 a 1985, com a construção de uma rede de rodovias na região amazônica visando à ocupação acelerada da região, com a implantação de usinas hidrelétricas e abertura de mineração em grande escala, em que muitos povos indígenas foram atingidos com consequências desastrosas (DAVIS, 1978). Um dos exemplos mais trágicos dessa época foi a construção da BR-174 (1970-1977) que atravessou o território tradicional do povo indígena Waimiri-Atroari reduzindo a população estimada entre dois e três mil indígenas nos anos 1960 a apenas 332 indivíduos em 1983 (BAINES, 1991) e a implantação da Usina Hidrelétrica Balbina pela Eletronorte e a Mina de Pitinga da Mineração Taboca S. A. no início dos anos 1980 por meio de manipulações cartográficas que desmembraram uma vasta área do território tradicional desse povo indígena para favorecer os interesses dessas duas grandes empresas.

A política indigenista do Programa Waimiri-Atroari se desenvolveu junto com a Constituição de 1988, e representa uma nova estratégia de grandes empresas de operar em terras indígenas (BAINES, 2004). No período do governo militar a estratégia de grandes empresas construtoras de hidrelétricas e de mineração industrial era de invadir terras indígenas, criando fatos consumados para depois legitimá-los, como fizeram a Eletronorte com a construção da Usina Hidrelétrica Balbina e a Mineração Taboca. A Constituição de 1988 exige a anuência dos povos indígenas e uma das estratégias das empresas tem sido a de se apoderar da administração indigenista para subordinar os indígenas a um programa indigenista em si subordinado às empresas, e eliminar o ingresso de antropólogos a essa Terra Indígena, para aliciar lideranças a



assinar acordos diretos, desmedidamente desiguais, entre as sociedades indígenas e as empresas.

Uma resposta do setor elétrico para procurar “mitigar” os impactos sociais da Usina Hidrelétrica Balbina junto ao povo indígena Waimiri-Atroari e o deslocamento forçado de aproximadamente um terço da sua população da área inundada pelo reservatório de Balbina, foi de implantar, a partir de 1987, tardiamente quando as obras da Usina já estavam adiantadas, o Programa Waimiri-Atroari, um programa integrado de ações indigenistas, que visa, por meio de campanhas publicitárias intensivas, produzir uma imagem pública positiva de uma grande Usina Hidrelétrica em uma Terra Indígena, incorporando lideranças indígenas nas suas campanhas publicitárias. Com recursos financeiros volumosos arrecadados pelo Programa de diversas fontes, inclusive de indenizações da empresa mineradora pela utilização de uma estrada particular que corta a Terra Indígena, os Waimiri-Atroari tornaram-se “ricos” comparados com outros povos indígenas da região.

No início dos anos 1990, a noção de “indigenismo empresarial” foi proposta por Baines (1993; 1995), após ter realizado 18 meses de pesquisa de campo para o doutorado na Terra Indígena Waimiri-Atroari, entre 1982 e 1985, e acompanhado as políticas do Programa Waimiri-Atroari desde então, para descrever o novo padrão de indigenismo que estava surgindo, atrelado diretamente aos interesses empresariais de grandes empresas dentro de Terras Indígenas, para examinar casos onde essas empresas assumiram os programas indigenistas.

A partir de casos específicos, examinavam-se estratégias de grandes empresas de privatizar o indigenismo do Estado no argumento de que uma empresa é mais bem organizada e tem mais recursos para financiar um programa indigenista do que o órgão indigenista. Outro exemplo do indigenismo empresarial, estudado por Teófilo da Silva (2010) é o Programa Avá-Canoeiro do Tocantins (PACTO) administrado pela empresa FURNAS que construiu a Usina Hidrelétrica Serra da Mesa (Teófilo da Silva, 2010). A partir das ações do programa os Avá-Canoeiro, após sucessivos deslocamentos decorrentes, dentre outros fatores, do fechamento das comportas da represa da Serra da Mesa foram sedentarizados no interior da Terra Indígena Avá-Canoeiro no município de Minaçu. Sob as orientações do programa foi produzido um isolamento geográfico ou confinamento a partir da própria paisagem serrana e cerrada das margens do córrego Pirapitinga, onde foram erguidas as instalações tutelares. Este efeito de isolamento somente foi tornado possível pela conclusão das obras da represa



hidrelétrica, que levou à remoção do local dos acampamentos de trabalhadores da grande obra coadunada à retirada da maioria dos posseiros da área, ao mesmo tempo em que se promoveu a transferência dos Avá-canoeiro para a área do novo Posto Indígena. A tutela limitou, desse modo, a possibilidade de convívio dos Avá-Canoeiro com os regionais mais próximos, ao mesmo tempo em que passou a incentivar e a financiar o contato deles com indígenas de povos mais distantes, como os outros Avá-Canoeiro na Ilha do Bananal, os Tapirapé no Mato Grosso e os Krahó no Tocantins, conforme os termos do PACTO que objetivam assim “assegurar o crescimento demográfico dos Avá-canoeiro” a exemplo do Programa Waimiri-Atroari (PWA).

O PWA (Eletronorte/FUNAI), programa indigenista assistencialista criado e implantado a partir de abril de 1987, menos de seis meses antes do fechamento das comportas da Usina Hidrelétrica Balbina em outubro daquele ano, para “mitigar” os impactos da inundação de uma vasta área do território tradicional do povo indígena Waimiri-Atroari, é divulgado pela mídia como sendo um programa indigenista de grande sucesso (HART, 1991), quando não “uma revolução no indigenismo”. A própria Eletronorte apresenta seus programas indigenistas como sendo:

Considerados referência no Brasil e no mundo, os Programas têm o objetivo de minimizar os impactos provocados pelas usinas nas terras desses povos indígenas. Para isso, envolvem ações de educação, saúde, apoio à produção e proteção ambiental, de modo a resgatar seus direitos, tradições e dignidade (ELETROBRÁS, ELETRONORTE, 2013¹).

Em site de publicidade da Eletronorte, em uma tentativa de ressaltar as ações de “resgate cultural” do PWA e ao mesmo tempo a “produção agrícola” como medida de progresso e desenvolvimento valorizados pela sociedade nacional, afirma-se que:

Na produção observam-se grandes roças, estoque de animais para abate (peixes e gado) e total independência alimentar. Houve o resgate de todas as práticas culturais e de sua dignidade como povo indígena. Na educação são 21 escolas com 60 professores indígenas, 63,4% dos Waimiri Atroari alfabetizados e o restante em processo de alfabetização (IDEM).

¹ <<http://www.eln.gov.br/opencms/opencms/pilares/meioAmbiente/programasIndigenas/indice.html>> Acesso em 25.06.2013.

O então supervisor do PWA, em trabalho apresentado em seminário acadêmico no Museu Nacional, UFRJ, afirma que,

O projeto inclui ainda a captação de recursos por meio da venda de artesanato indígena. Mantemos em Manaus uma loja exclusivamente para isso. Ademais, registramos a marca Waimiri-Atroari e obtemos recursos com a venda do direito de uso de determinados padrões e imagens, como por exemplo, a comercialização de pratos com gravuras indígenas tradicionais. Assim, há uma série de atividades paralelas à produção direta que auxilia seu processo de etnodesenvolvimento. (CARVALHO, 2002, p. 128).

Afirma-se que os programas indigenistas “têm como princípio básico o resgate cultural daqueles povos e a melhoria das condições de vida e de relacionamento das comunidades indígenas com a sociedade brasileira”². Financiado pelo Banco Mundial e por meio de royalties pagos pela Mineração Taboca S. A. pelo uso de uma estrada que corta o que restou da terra indígena após o desmembramento por decreto presidencial, em novembro 1981, de 526.800 hectares da Terra Indígena Waimiri-Atroari delimitada pelo Sertanista Gilberto Pinto Figueiredo Costa no início da década de 1970. Esse desmembramento, baseado em parecer de geógrafo de 1971 com manipulações cartográficas que mudaram, nos mapas do IBGE, o curso superior do rio Uatumã para um igarapé sem nome e a renomeação da parte superior do rio Uatumã como rio Pitinga.

Tentativas de encaixar programas do indigenismo empresarial como o PWA e o PACTO segundo a definição de “etnodesenvolvimento”, que conforme Rodolfo Stavenhagen significa que a etnia deve deter o controle sobre suas próprias terras, seus recursos, sua organização social e sua cultura, sendo livre para negociar com o Estado o estabelecimento de relações segundo seus interesses, revelam mais uma distorção acionada pelos indigenistas dos programas, considerando as enormes desigualdades de poder e diferenças culturais entre povos indígenas e o “Estado”, onde a efetivação dessa “negociação” é pautada pela própria desigualdade. Ao discorrer sobre projetos de desenvolvimento, Lins Ribeiro comenta que, exemplos de projetos hidrelétricos “indicam que tais projetos favorecem grandes concentrações

² <<http://www.eln.gov.br/opencms/opencms/pilares/meioAmbiente/programasIndigenas/indice.html>> Acesso em 25.06.2013.

econômicas nacionais e internacionais em detrimento das populações locais” (1991, p.28). Little cita como um dos perigos do etnodesenvolvimento, “o caso dos Waimiri-Atroari com a Eletronorte, no qual essa empresa mantém um monopólio quase completo sobre quem pode entrar na área e com quem o grupo pode contatar e negociar (BAINES, 1994)” (LITTLE, 2002, p. 47).

Levando em consideração as situações empíricas de contato interétnico muito complexas que envolvem grandes empresas e povos indígenas, João Pacheco de Oliveira chama atenção para a dificuldade de indicar,

um árbitro, a ser de comum acordo escolhido entre as partes (ou seja, índios e empresas). É uma situação difícil porque somente uma ou outra organização indígena no Brasil tem condições de dialogar, em par de igualdade, com interesses maiores (sejam governamentais ou privados) (OLIVEIRA, 2004:110).

O PWA, que surgiu de um convênio entre a Eletronorte e a Funai, estabeleceu-se como uma Organização Não Governamental (ONG) empresarial com escritório na sede da Eletronorte, empresa de capital mista, e os Waimiri-Atroari foram incorporados em seu programa assistencialista, que, a partir de 1987, assumiu o papel da FUNAI. Dessa forma, ocorreu uma privatização do indigenismo, dever do órgão indigenista, tornando os Waimiri-Atroari reféns do próprio programa ao subordiná-los a uma administração que em si é subordinada aos interesses do setor elétrico. O Programa exerce um controle absoluto sobre quem pode ter acesso aos Waimiri-Atroari, deixando-os encapsulados dentro da sua administração. Algumas lideranças waimiri-atroari foram incorporadas nas campanhas de publicidade da Eletronorte como porta-vozes dos interesses do Programa, em si atrelado à empresa (BAINES, 2000).

Uma estratégia adotada pelo PWA, desde sua inauguração em 1987 é de proibir qualquer pesquisa em antropologia junto aos Waimiri-Atroari que não seja subordinada ao próprio Programa, recorrendo, inclusive, a campanhas caluniosas e mentirosas, para impedir qualquer informação que possa questionar o monopólio do Programa em suas campanhas publicitárias que mostram que programas assistencialistas podem não só mitigar os impactos de grandes usinas hidrelétricas em terras indígenas, mas também “salvar povos indígenas da extinção”. Essa preocupação antecede o Programa, pois desde o início dos anos 1980, o Exército se empenhou em

tentar eliminar todas as críticas à atuação de grandes empresas na Terra Indígena Waimiri-Atroari, sobretudo as críticas que vêm de antropólogos e ambientalistas (BAINES, 1991).

No caso dos Waimiri-Atroari, a atuação do Programa, por meio de campanhas intensivas de publicidade, tem sido de monopolizar todas as informações sobre esse povo indígena e controlar o acesso a informações que eles têm, mantendo-os sob a tutela de uma administração paternalista e autoritária, uma continuação do regime da antiga Frente de Atração Waimiri-Atroari (FAWA) (1970-1987) de o governo militar. Neste caso, o poder econômico da Eletronorte e da Mineração Taboca operam com aporte governamental.

As lideranças waimiri-atroari, desde o início da década de 1980 foram doutrinadas com campanhas de ideologia desenvolvimentista imposta pelos dirigentes da Frente de Atração Waimiri-Atroari (1970-1987) (BAINES, 1991). A partir de 1987, o PWA tem reforçado essa ideologia dentro de uma atuação indigenista que está sendo usada como propaganda para convencer a opinião pública que grandes Usinas Hidrelétricas e povos indígenas podem “dar certo”, censurando pesquisas antropológicas nessa Terra Indígena para evitar qualquer possibilidade de uma avaliação independente. A preocupação em divulgar imagens de resgate cultural e tradicionalismo junto com produção, promovidos pela administração, estão sendo usados para transmitir uma imagem de um “etnodesenvolvimento que respeita a cultura indígena” (BAINES, 1995).

Os Waimiri-Atroari, após ter passado por uma longa história de colonização violenta e epidemias que dizimaram sua população, e frente uma administração autoritária e paternalista que controla seu acesso a bens industrializados, às lideranças waimiri-atroari é imposta a única alternativa de aprender as regras do jogo do Programa Waimiri-Atroari. Qualquer possibilidade de autonomia ou ativismo político indígena está circunscrita pelo indigenismo empresarial (BAINES, 1993; 1995) deste Programa, que mantém os Waimiri-Atroari como porta-vozes do próprio Programa.

Apesar das tentativas do seu então supervisor de apresentar o Programa na mídia como "indigenismo alternativo", a incorporação dos líderes Waimiri-Atroari na sua administração não constitui de maneira alguma "o surgimento de uma comunidade de comunicação e de argumentação", criada no processo de “planejamento, execução e avaliação”, destacado por Rodolfo Stavenhagen (1985)"

(CARDOSO DE OLIVEIRA, 1994: 24-25), no seu conceito de etnodesenvolvimento. Nem assegura a possibilidade da efetivação das relações interétnicas em termos simétricos como a Eletronorte quer fazer aparecer nos seus filmes publicitários e propagandas. Ao contrário, as imagens dos líderes Waimiri-Atroari divulgadas pela Eletronorte através da mídia mascaram as relações sociais desmedidamente assimétricas estabelecidas por uma administração indigenista que subordina os índios aos processos decisórios de planejamento, execução e avaliação, e os incorpora a sua política publicitária. A empresa vem construindo imagens de um programa modelo de indigenismo, com a mensagem implícita ao público de que os efeitos nocivos de grandes usinas hidrelétricas em áreas indígenas podem não apenas ser contornados, mas revertidos em benefícios para os índios através de programas indigenistas assistencialistas. Desta maneira, a empresa alinha a ação compensatória do seu Programa com a política energética para a expansão de usinas hidrelétricas na Amazônia, que atingirão outras terras indígenas.

As concessões, por parte do governo, de “autodeterminação” aos povos indígenas, junto com cortes em recursos para projetos sociais de saúde, educação e desenvolvimento comunitário, criam situações em que os indígenas terão poucas opções a não ser negociar diretamente com grandes empresas que têm interesses econômicos em suas terras. A estratégia das próprias empresas é de criar mecanismo que permitem acordos diretos, embora desmedidamente desiguais, com as lideranças indígenas para fornecer indenizações e programas assistencialistas em troca da exploração predatória dos recursos naturais dos povos indígenas. Assim se pretende criar caminhos para a exploração dos recursos minerais e hídricos, além de outros grandes projetos desenvolvimentistas, em terras indígenas “dentro da Lei” respaldada numa retórica de autodeterminação indígena e que concilia também exigências ambientalistas para desenvolvimento “sustentável” ou “etnodesenvolvimento”. Os indígenas se encontram encapsulados em programas indigenistas autoritários, subordinados diretamente aos interesses de grandes empresas, onde o “sofrimento social” (ZHOURI et al 2016) a que estão sujeitos é silenciado. O conceito de sofrimento social “permite evidenciar que as aflições vividas por determinados grupos sociais não são resultantes exclusivamente de contingências, infortúnios e acasos, mas consistem em experiências ativamente produzidas e distribuídas no interior da ordem social” (ZHOURI et al 2016, p. 38). No caso dos Waimiri-Atroari, a estratégia dos “capitães” – incorporados a um programa indigenista autoritário que perpetua o modelo tutelar de

indigenismo atrelado a interesses empresariais, característico da política indigenista governamental durante o período da ditadura militar (1964-1985) – tem sido a de aprender as regras do jogo de um indigenismo empresarial que escamoteia as relações sociais desmedidamente assimétricas em que os indígenas estão inseridas. As novas lideranças, promovidas pela administração indigenista, assumem simulacros de autonomia e etnodesenvolvimento, ao apresentar uma retórica de autonomia e revitalização cultural, encenada em vídeos propagandísticos conforme exigidos delas pela administração, na qual estão incorporadas em cargos subalternos.

Passados mais de 25 anos desde o surgimento da noção de “indigenismo empresarial”, as estratégias de grandes empresas que têm interesses econômicos em territórios indígenas se diversificaram, em situações muito diversas. Enquanto povos indígenas como os Waimiri-Atroari e os Avá-Canoeiro, sobreviventes de longas histórias de massacres e epidemias, encontravam-se em situações de extrema vulnerabilidade, outros povos indígenas com histórias muito diversas do contato interétnico com a sociedade nacional, adotaram outras estratégias para lidar com os impactos de grandes projetos desenvolvimentistas

Neste dossiê, o trabalho de Elaine Rocha focaliza a Usina Hidrelétrica de Itaipu, inaugurada em 1982, e as questões enfrentadas pela população atingida com o desvio do rio Paraná, com a transferência forçada dos Avá-Guarani do Ocoí. O trabalho é uma releitura da pesquisa feita como parte de estudos para o mestrado em história, concluído em 1995, trazendo novas fontes e novas propostas analíticas que surgiram ao longo dos últimos 25 anos. A autora ressalta que o ano de 1978 marca uma mudança radical na política brasileira, com a ascensão dos movimentos populares, entidades políticas e o movimento indígena que resultaram na nova Constituição Brasileira de outubro de 1988. Rocha usa Foucault para perguntar, a partir da análise das relações de dominação, como que o sujeito dominado foi construído, analisando as relações de dominação em seus múltiplos aspectos, e levando em consideração especificidades e reversibilidades e como vários sistemas operativos de dominação apoiam-se uns nos outros, para entender o processo que culminou com a inundação do território tradicional dos Avá-Guarani do Ocoí.

O texto de Castilla, Varisco e Valverde, analisa a aplicação de diversas políticas de intervenção na região da Norte da Patagônia e no norte da Província do Chaco, Argentina, a partir do financiamento de organismos de desenvolvimento, tanto públicos como privados, que se destinam aos povos originários Mapuche e Qom

respectivamente. Abordam esta questão a partir de um enfoque etnográfico e comparativo entre as duas regiões e os dois povos indígenas para buscar analisar de que maneira os povos indígenas conseguiram ter uma crescente visibilidade em relação às suas demandas e direitos frente às imposições e condições dos organismos do governo nacional e dos governos provinciais e locais na implantação desses projetos. Os autores ressaltam a importância que tem a análise das políticas de intervenção, como parte da dinâmica da identidade, das demandas e da transcendência que possuem os povos indígenas como parte da sociedade argentina e latino-americana.

A contribuição de Teófilo da Silva e Sobreiro examina a expansão espacial do capitalismo na Amazônia brasileira a partir do caso da duplicação da Estrada de Ferro Carajás e o futuro territorial dos Awá-Guajá. O artigo parte da premissa de que empresas mineradoras se constituem como potentes forças colonizadoras, extrapolando constrangimentos nacionais ou “internos” para implementar seus projetos extrativistas valendo-se de recursos variados para corromper os mecanismos ou instrumentos legais e institucionais criados para sua contenção. A partir daí, o artigo busca situar as intervenções retóricas da empresa multinacional Vale S.A. no processo de duplicação da Estrada de Ferro Carajás o qual está, por sua vez, inserido no processo mais amplo de expansão espacial do capitalismo na Amazônia brasileira. Depreende-se da descrição uma faceta do *modus operandi* da Vale S.A. no âmbito do processo administrativo de licenciamento ambiental para ampliar sua infraestrutura e lucratividade com seus efeitos perversos para a sobrevivência de povos e populações locais, a exemplo dos Awá-Guajá, e preservação ambiental.

O texto de Lapola e Repetto estuda o caso do povo indígena Wai Wai da comunidade Jatapuzinho, na parte da Terra Indígena Trombetas Mapuera que se localiza no estado de Roraima, frente a grandes projetos desenvolvimentistas. Após serem convertidos a uma religião evangélica por missionários americanos na década de 1950, os Wai Wai sofreram os impactos da construção da estrada Perimetral Norte na década de 1970, que chegou a penetrar na Terra Indígena, apesar de ter sido abandonada, além da sua inserção no mercado extrativista da castanha. O texto analisa os impactos que a Hidrelétrica de Jatapu, embora localizada fora da terra indígena e a montante dos seus limites, no rio do mesmo nome, impacta de diversas formas a vida das comunidades indígenas, as quais se sentem afetadas pela hidrelétrica sem ter recebido medidas mitigadoras. Os autores frisam que esta

hidrelétrica continua a ser mais uma bandeira desenvolvimentista, uma promessa eleitoral e um discurso vazio para os Wai Wai, enquanto os agentes do Estado não querem escutar e nem dialogar com os indígenas que são seletivos quanto aos discursos que querem aceitar e acreditar.

O texto de Iberê e Baines, a partir de uma dissertação de mestrado e livro de Iberê, pretende aprofundar estudos e análises sobre os efeitos das implantações de grandes projetos “desenvolvimentistas”, alinhavados às diretrizes da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) sobre os Povos e Territórios Indígenas na sub-região vinculada à política do Eixo de Desenvolvimento Peru-Brasil-Bolívia, onde se realizam as obras do Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira. As constantes denúncias sobre as ameaças que pairam sobre os indígenas na Amazônia revelam a naturalização da violência e o descaso com que esse tema tem sido tratado pelo governo brasileiro e pelas empresas interessadas nos grandes projetos hidrelétricos. A Palavra M’baraká constitui “o modo de ser” Guarani, em livre tradução, seu significado é A Palavra que Age, seu conteúdo é luta. O que torna possível uma aproximação conceitual ao arcabouço teórico da pesquisa-ação. O trabalho pretende perceber no discurso oficial dos fomentadores desses projetos “desenvolvimentistas”, possíveis estratégias geradoras de um consenso em torno da ideia de “desenvolvimento regional” e fortalecimento do mercado. O trabalho elenca as formas de resistência dos movimentos indígenas frente às políticas da IIRSA, e à criação das hidrelétricas, de modo particular; desenvolver material de pesquisa que possa fomentar a resistência indígena nos processos de embate e defesa de seus Direitos.

Os trabalhos aqui reunidos neste dossiê atestam a importância da noção de “indigenismo empresarial” para seguir interpretando criticamente a persistência e diversificação de situações extremas para a sobrevivência ou a autonomia dos povos indígenas diante da expansão do capitalismo neoliberal e suas empresas. Esperamos que estes trabalhos contribuam para o aprofundamento da reflexão sobre os riscos impostos ao futuro de povos, comunidades, ambientes e da própria sociedade nacional diante de empreendimentos capitalistas extrativistas e geradores de energia.

Referências bibliográficas

Doi: 10.21057/10.21057/repamv12n2.2018.31059

- BAINES, Stephen G. 1991. "É a FUNAI que sabe": a Frente de Atração Waimiri-Atroari. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi/CNPq/SCT/PA.
- BAINES, Stephen G. 1993. "O território dos Waimiri-Atroari e o indigenismo empresarial." *Ciências Sociais Hoje*, 1993:219-243.
- BAINES, Stephen G. 1994. A usina hidrelétrica de Balbina e o deslocamento compulsório dos Waimiri-Atroari. *Série Antropologia* 166, Brasília: Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília.
- BAINES, Stephen G. 1995. "Os Waimiri-Atroari e a invenção social da etnicidade pelo indigenismo empresarial." *Anuário Antropológico* /94:127-159.
- BAINES, Stephen G. 2000. "Imagens de liderança indígena e o Programa Waimiri-Atroari: índios e usinas hidrelétricas na Amazônia." *Revista de Antropologia*, 43:141-163.
- BAINES, Stephen G. 2004. Antropologia do Desenvolvimento e a questão das sociedades indígenas. *Revista Antropológicas*, ano 8, volume 15(2): 29-46.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. 1994. "O movimento dos conceitos na antropologia." *Revista de Antropologia*, 36:13-31.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. 2004. "O mal-estar da ética na antropologia prática." In VÍTORA, C.; OLIVEN, R.G.; MACIEL, M.E.; ORO, A.P. (orgs.) *Antropologia e ética: o debate atual no Brasil*, pp. 21-32. Niterói: EdUFF/ABA.
- CARVALHO, José Porfírio, Projeto Waimiri-Atroari – Eletronorte. 2002. In Souza Lima, Antônio Carlos de; Barroso-Hoffmann, Maria, (orgs.) *Etnodesenvolvimento e Políticas Públicas: bases para uma nova política indigenista*, Rio de Janeiro: LACED; Contra Capa Livraria, p.127-129.
- DAVIS, Shelton H. 1978. *Vítimas do milagre: o desenvolvimento e os índios do Brasil*. Trad. Jorge Alexandre Faure Pontual. Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- HART, Cherie, A Brazilian Tribe Escapes Extinction: Waimiri-Atroari are on a journey towards survival. *World Development, Special Report, Aiding remote peoples*. UNDP 4(2), p. 15-18.
- LITTLE, Paul. Etnodesenvolvimento local: autonomia cultural na era do neoliberalismo global. *Tellus*, ano 2, n. 3, p. 33-52.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. 2004. "Uma tentativa de reversão da tutela (e não da sua superação)." In VÍTORA, C.; OLIVEN, R.G.; MACIEL, M.E.; ORO, A.P. (orgs.) *Antropologia e ética: o debate atual no Brasil*, pp. 105-111. Niterói: EdUFF/ ABA.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. 1991. *Empresas transnacionais: um grande projeto por dentro*. São Paulo: Marco Zero/ ANPOCS.

Doi: 10.21057/10.21057/repamv12n2.2018.31059

STAVENHAGEN, Rodolfo. 1985. “Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista”. *Anuário Antropológico*/ 84. Brasília: Rio de Janeiro, UnB: Tempo Brasileiro, p. 13-56.

TEÓFILO DA SILVA, Cristhian. 2010. *Cativando Maíra: a sobrevivência dos índios Avá Canoeiros no Alto Rio Tocantins*. São Paulo: Annablume.

ZHOURI, Andréa; VALENCIO, Norma Valencio; OLIVEIRA, Raquel; ZUCARELLI, Marcos; LASCHEFSKI, Klemens; SANTOS, Ana Flávia. 2016. O desastre da Samarco e a política das afetações: classificações e ações que produzem o sofrimento social. *Ciência e Cultura*, vol .68 no.3 São Paulo July/Sept. p.36-40. Disponível em:
http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252016000300012 Acesso em 03/05/2018.

Canal de Desvio: Os Avá-Guarani e a Construção da Itaipu Binacional

Elaine Pereira Rocha¹

Introdução

A inauguração da Usina Hidrelétrica de Itaipu foi sem dúvida um dos marcos do projeto modernizador do governo militar no Brasil, em 1982, celebrada com grande pompa e muita projeção na imprensa. O projeto colocou em funcionamento a maior usina hidrelétrica do mundo, que por sua vez criou o maior lago artificial do mundo, com uma área de 1350 km², sendo 770 km² no lado brasileiro.

A proposta de uma usina hidrelétrica de grandes proporções no rio Paraná passou a ser planejada nos anos iniciais da ditadura militar, como parte do plano brasileiro de desenvolvimento, com a expansão de projetos para geração de energia e a implementação da monocultura mecanizada para exportação, com ênfase na produção de soja. O plano progrediu devagar a princípio, devido à dependência de investimentos externos, mas o período chamado Milagre Brasileiro contribuiu para sua consolidação, reforçando a posição brasileira na rota do desenvolvimento de uma economia multinacional. Na década de 1960, as atenções dos governos dos três países banhados pelo rio Paraná – Argentina, Paraguai e Brasil – voltaram-se para a região, considerando o potencial hidrelétrico de dois grandes desníveis no rio Paraná: o Salto da Sete Quedas, em Guaíra, e as cataratas do rio Iguaçu, separados por 190 km de correntezas fabulosas. Porém, a *Ata do Iguaçu*, documento diplomático que deu origem ao projeto foi assinado em 1966, entre o Brasil e Paraguai, excluindo os argentinos.

¹ Elaine P. Rocha é Bacharel e Licenciada em História pela Universidade de Taubaté (UNITAU); Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); Mestre em História Cultural pela University of Pretoria (África do Sul) e Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo. Professora Associada do Departamento de História e Filosofia da University of the West Indies (UWI), Campus cave Hill, Barbados e coordenadora da área de História da América Latina da UWI. Autora dos livros: *Mundos do trabalho e dos trabalhadores: experiências e vivências no Brasil e no Caribe*, org. com Thiago Reis e Leonardo Matos Silva (2018); *Another Black Like Me: The Construction of Identities and Solidarity in the African Diaspora* org. com Nielson Bezerra (2015); *Racism in Novels: a Comparative Study of Brazilian and South African Cultural History* (2010); *Saci Perere, O Vento da Liberdade*” (2000). Email: rocha.history@gmail.com

Este artigo fala em vários desvios de rota, causados pelos desdobramentos do projeto, que no contexto da população atingida pelo projeto da hidrelétrica, tem início com o desvio do rio Paraná, o Paranazão. A resistência dos atingidos pela construção do lago causa um desvio, ainda que breve, na trajetória dos planos do governo autoritário, que não previa oposição; os Avá-Guarani viram-se desviados de seu devir, seja pela imposição da mudança, seja pela influência de grupos de advocacia pelos direitos dos atingidos como o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e outros agentes como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Igreja Luterana e outros, seja pela necessidade de responder às pressões de cada um desses agentes externos sobre assuntos que variavam desde a auto identificação até o posicionamento sobre o território comunal e as táticas de resistência. Tudo isso num tempo muito limitado, basicamente em sete anos, nos quais a luta se acirrou com construção do Canal de Desvio, marco definitivo da obra que, ao desviar o curso do rio, prossegue com a construção da barragem. O alagamento tinha data marcada, o que reforçava a urgência em se “educar” os atingidos sobre o projeto, sobre seus direitos, sobre o futuro.

O projeto foi denunciado inúmeras vezes, por seu imenso impacto ecológico, o mais visível sendo o desaparecimento do Salto das Sete Quedas, atração turística da região, porém outros efeitos negativos foram resultado de tal intervenção: a perda de inúmeros artefatos arqueológicos – ainda que parte tenha sido resgatada – o desequilíbrio da fauna ribeirinha, com o aumento das piranhas e o desaparecimento de outros peixes, o desaparecimento de pequenos rios e a questão da erosão das margens, mas o maior impacto foi sentido pela população que ali vivia: pequenos agricultores, posseiros, pescadores e os indígenas que se viram obrigados a sair de seu local de moradia por um plano governamental que eles não entendiam e que, quanto mais este lhes era explicado, mais aqueles atingidos se viam alienados no processo e impotentes para alterar o resultado de tal projeto.

Este artigo é uma releitura da pesquisa feita como parte de estudos de mestrado em história, concluído em 1995, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, o que explica o fato de que parte das referências bibliográficas foram publicadas entre os anos 70 e 80. Contudo, deve-se notar que apenas as referências que continuam relevantes para

a análise do tema foram utilizadas, e que novas teorias e análises foram adicionadas no processo de reescrita. Da mesma forma, distância entre o período de pesquisa e a presente análise torna proibitiva a reprodução das conclusões da primeira, considerando-se que o desenvolvimento da historiografia no Brasil e no mundo, com a inclusão de novas fontes e novas propostas analíticas, pressionadas por novas indagações que os últimos 25 anos trouxeram. Certamente, a situação dos povos indígenas no Brasil mudou grandemente nos últimos anos, com o acesso à educação e informação, com novas legislações e o avanço das comunicações entre diversos grupos indígenas no Brasil e no continente, que alargaram as perspectivas de debate e resistência. Também o desenvolvimento pessoal da pesquisadora após o mestrado e a experiência fora do Brasil, acompanhando outras problemáticas sociais e aprendendo através da leitura de autores que surgiram nas últimas décadas ou que eram circunstancialmente desconhecidos, pela barreira da língua e pelas limitações da academia. As perspectivas analíticas deste trabalho são fortemente influenciadas pelo crescimento da historiografia indígena e da história pós-colonial que finalmente parece responder a questões que o marxismo histórico deixou em aberto nas primeiras análises.

Paradoxos da História Indígena: questões teórico-metodológicas

Um bom exemplo do dilema metodológico desta pesquisa em sua fase inicial é o fato de que, durante o processo de aplicação para o mestrado, o pré-projeto foi mais de uma vez direcionado para as áreas de antropologia e ciências sociais. Naquele momento, apesar da minha intenção em trabalhar com a historicidade do tema e, portanto, da presença Guarani naquela região, a historiografia brasileira ainda relutava em aceitar a experiência de grupos indígenas como objeto de indagação histórica. Curiosamente, os primeiros defensores de uma história indígena encontravam-se na antropologia.

Dessa forma, antropólogos e cientistas sociais como Claude Lefort (1979) desafiaram a proposta hegeliana, seguida também por marxistas, de que a sociedade histórica nasce com o Estado e é marcada pelo contínuo progresso e pelo também contínuo conflito entre as classes que compõem esta sociedade. Lefort problematiza tal teoria, na qual certas sociedades fariam parte da história, uma vez que tocadas pela



história e mesmo incluídas na história de outros grupos, mas que ainda assim não teriam história, porque sua lógica não é determinada por este movimento contínuo em direção ao futuro, que os antropólogos chamaram de “devir”. Portanto a sociedade histórica estaria em constante movimento, enquanto a sociedade não-história seria marcada por uma estática.

... o fenômeno da sociedade “estagnante” coloca o mesmo enigma ou oferece o mesmo paradoxo: uma cultura que se caracteriza por durar sem devir; povos que fazem parte da História, já que vieram a ser o que são, mas que não têm história, já que suas aventuras são impotentes em recolocar em jogo o sentido do seu patrimônio. (Lefort, 1979, p.38).

Contemporâneo de Lefort, o antropólogo Eric Wolf (2010) também defende a “história dos povos sem história”, uma definição aplicável igualmente aos povos indígenas, aos camponeses e aos “comuns” que em geral não têm voz ou vez na história. Segundo ele, a única maneira de entender esses grupos sociais seria analisando sua trajetória histórica e como essa trajetória se conecta com a história de outros grupos, ou seja, como o que consideramos “micro história” se comunica com processos regionais ou nacionais enfim, com a “macro história.

E de fato, esta pesquisa mostrou que havia, no momento em que a maioria das entrevistas com os Guarani do Ocoí foram realizadas, seu senso histórico sobre sua presença naquele território era esparso, e misturava elementos de uma narrativa histórico-mitológica, sobre a origem do povo Guarani, com memórias esparsas de confrontos com colonizadores nos últimos 60 ou 50 anos. A circularidade da lógica indígena contrastava com a historicidade temporal linear da academia. Interessantemente, durante o mesmo projeto foram ouvidas famílias de pequenos agricultores atingidas pela remoção. Nas narrativas encontrou-se um misto de linearidade e de propostas diferentes de temporalidade e sucessão de eventos.

O que ficou claro durante a pesquisa é que a lógica histórica, como derivado da lógica colonial-capitalista, é aprendida na escola e reforçada nos livros escolares, no discurso acadêmico e na história popularizada pelos meios de comunicação. Quanto menor o acesso à educação formal colonizadora, menor a linearidade das narrativas de

vida. Nessas o que marca a passagem dos períodos são elementos da ecologia, como as transformações na paisagem e alterações impostas ao meio de produção, como a chegada da soja ou as safras de trabalho como colheita de chá, limpeza dos campos para plantio, etc., elementos relacionados à vida social do grupo como epidemias, casamentos, morte, mudanças; e conflitos com grupos imediatos, como no caso dos Guarani ao enfrentarem os colonos ou milícias locais que os expulsavam de territórios considerados como de uso tradicional para aquele povo.

Roxanne Dunbar-Ortiz (2014) propôs uma história indígena dos Estados Unidos, na qual a trajetória e as subdivisões da historiografia tradicional da nação seriam substituídas por uma nova temporalidade, a partir da experiência indígena em contato com o colonizador. Em sua proposta, ela rejeita a abordagem de estudos de conflitos raciais, não por considerá-la menos importante, mas pela necessidade de se respeitar os diferentes grupos e nações indígenas e suas respectivas experiências dentro do sistema colonizador. Em se tratando dos estudos sobre a resistência dos índios brasileiros contra a opressão dos grandes projetos de desenvolvimento, acredito que é preciso um cuidado especial para não generalizar os conflitos, as estratégias de opressão e resistência e as formas de coesão, considerando as particularidades de cada grupo, de cada momento histórico e dos personagens envolvidos.

A historiadora indígena Linda Tuhiwai Smith (2012), uma das mais importantes na área, indica na abertura de seu trabalho seminal sobre metodologia da pesquisa em história indígena, que sua intenção ao publicar tal livro era apoiar pesquisadores, estudantes e ativistas indígenas no desenvolvimento de pesquisas que fossem significativa para suas respectivas comunidades, e que tais pesquisadores pudessem encontrar sua voz no mundo acadêmico sem perder sua identidade indígena. Tal objetivo, se apresenta extremamente importante, ainda que infelizmente não se aplique à realidade brasileira, na qual os pesquisadores indígenas somente nas duas últimas décadas começam a disputar o espaço universitário e ainda lutam para formar um grupo representativo dentro da historiografia brasileira.

A condição do indígena brasileiro, ao qual foi institucionalmente negado o acesso à educação durante o primeiro século da República (Oliveira & Nascimento, 2012),

limitou as possibilidades de domínio da ferramenta acadêmica e do uso dessas na investigação e divulgação de problemas que afetam comunidades indígenas. Sendo assim, a maior parte dos escritos sobre a história indígena no Brasil são feitos por estudiosos que ainda que em muitos casos possam dizer de si que são simpatizantes e engajados nas questões indigenistas, alguns até mesmo reivindicando uma ancestralidade com grupos nativos, tais escritos são produzidos fora da(s) lógica(s) e dos argumentos construtivos de uma trajetória histórica dos índios. Uma atitude que tem sido criticada por muitos, em especial quando se trata da arrogância científica da antropologia e outras ciências entre as quais a história se inclui. Num tipo de autocrítica, Wolf (2010) aponta para a origem imperialista e racista da antropologia, como arma de dominação e base para o argumento colonialista, enquanto Smith expressa a posição de indígenas quanto a serem “objetos de estudos”:

Nos irrita profundamente que pesquisadores e intelectuais ocidentais possam assumir que sabem tudo o que é possível saber sobre nós, baseados em breves encontros com alguns de nós. É mesmo chocante para nós que ocidentais nutram este desejo de extrair e afirmar propriedade sobre nossos modos de conhecimento, nosso imaginário, as coisas que criamos e produzimos, e daí, simultaneamente, rejeite o povo que criou e produziu tais ideias, buscando negar-nos as oportunidades para continuar criando sua própria cultura e mesmo suas nações. Ficamos irados quando práticas ligadas ao último século, e aos séculos anteriores, continuam a serem empregadas para negar a validade do clamor de povos indígenas sobre seu direito de existir, direito à terra e a territórios, o direito à autodeterminação, à preservação de nossas línguas e formas de conhecimento cultural, direito de acesso aos nossos recursos naturais e sistemas e modos de viver em nosso próprio ambiente. (Smith, 2012, p. 1)²

Considerando a legitimidade da declaração acima reproduzida, devo esclarecer que este não é um estudo de história indígena, mas um estudo sobre a história de um dos maiores projetos de desenvolvimento e de como este afetou a comunidade indígena Avá-

² Tradução da autora.

Guarani do Ocoí. Obviamente que o impacto total do desdobramento dos fatos durante o período somente será expresso em sua plenitude pelas pessoas que faziam parte daquela comunidade naquele momento ou que, pertencendo ao grupo, tem acesso ao que a memória coletiva registrou sobre o evento.

Raymond Williams (1986) ao aplicar a dialética marxista aos estudos da cultura, refere-se a “estruturas de sentimento”, enfatizando que a realidade é sobretudo sentida, racionalizada num momento posterior ao acontecido, numa elaboração que mais uma vez soma novos sentimentos a esta racionalização. Para Maurice Halbwachs (1990), os sentimentos pessoais e coletivos se somam na construção de uma memória coletiva intrinsecamente ligada ao espaço vivido e experienciado. Este estudo utilizou os métodos da história oral numa tentativa de resgatar estes sentidos entre a comunidade, entre 1989 e 1990 e novamente em 1994. Entre as limitações do método estava a barreira da língua e da cultura. Não apenas houve a necessidade de um tradutor para intermediar as entrevistas, mas os limites semânticos e culturais dificultaram a comunicação de temas afetados pela emoção.

As teorias pós-marxistas e as críticas ao monopólio da dialética como base de análise histórica apontam para a necessidade de novos paradigmas de análise. Teóricos como George Ciccarello-Maher (2017), Enrique Dussell (1995), Frantz Fanon (1968) e Michel Foucault (2003) reforçaram esta necessidade, indicando limitações que a proposta de linearidade histórica, que forma a base da dialética, não seria uma fórmula que servisse para qualquer caso ou evento histórico. Tais autores denunciam a colonização da história, ou a postura imperialista da história que busca encaixar todo e qualquer problema dentro de fórmula analítica que, ainda que possamos reconhecer algumas variáveis importantes, e a proposta de Williams seria uma delas, limita a compreensão do problema sob a perspectiva do colonizado.

Considerando esta limitação para a construção de uma narrativa histórica indigenista, a partir da visão indígena, a melhor forma de entender o paradoxo está na obra de Shakespeare, *A Tempestade*. Escrita no início do século XVII e, portanto, na aurora do colonialismo inglês, a peça é reveladora sobre a condição do colonizado, na figura de Caliban – nativo escravizado em sua própria ilha, tomada pelo nobre inglês Próspero:

Caliban: Esta ilha é minha (...) E tu roubaste-me. Quando para cá vieste, acarinhaste-me e prometeste-me mundos. Deste-me água com ginja, ensinaste-me o nome da grande luz e da mais pequena, que brilham de dia e de noite. Amei-te, então, e mostrei-te todas as riquezas desta ilha, fontes, salinas, terras férteis e estéreis.

Maldição! Que minha mãe te lance os piores feitiços, que sapos, baratas, morcegos te cubram!

Sou o teu único servo quando já fui meu próprio rei...(…)

Miranda: Escravo odioso incapaz de um assomo de bondade, portador de todo o mal!

Compadeci-me de ti, quão difícil me foi ensinar-te a falar! Antes de o aprenderes, selvagem, nem o teu próprio pensamento entendias. Balbuciavas como uma besta, e eu ensinei-te as palavras que traduziam teus pensamentos...

Calibã: Ensinaste-me a falar, mas o que aprendi foi a praguejar! Que a peste te cubra de chagas por mo teres ensinado. (Shakespeare 1623, ato 1: cena 2).

Calibã é o nativo da ilha lamenta ter sido educado pelo colonizador e sua filha, porque reconhece que com a educação veio sua escravização e demonização. Mais do que tudo, como Miranda explica, o nativo aprendeu a pensar através da educação colonizadora, utilizando a linguagem do dominador. Porém, Calibã reconhece a fonte de poder de seu algoz: os livros. E afirma que o maior uso que faz do que aprendeu é para resistir à dominação e praguejar contra o colonizador. Seguindo esta lógica, é preciso reconhecer que a educação indígena deve fornecer aos educandos as ferramentas necessárias para combater a dominação, mas é igualmente importante reconhecer que a lógica colonialista não deve ser aceita sem resistência, sem uma crítica que permita inferir elementos preciosos para a comunidade indígena e sua própria análise sobre as dinâmicas colonialistas.

Foucault (2003) indica que para se romper que essa história dominadora, deve-se ir além das questões comuns aos historiadores: como e por que um grupo teria aceitado ser subjugado, avançando para demonstrar como relações de poder produzem esta situação de subjugação. A partir daí se poderia revelar as relações de dominação, permitindo aos indivíduos envolvidos examinar sua própria multiplicidade, suas diferenças e especificidades ou mesmo a reversibilidade desses papéis. Em outras palavras, inverter a análise: ao invés de partir do pressuposto de que o poder é derivado da soberania, demonstrar como as ferramentas de dominação se relacionam e apoiam uma à outra, como converge e reforçam umas às outras em alguns casos, enquanto em outros esses instrumentos são conflitivos. Mas para que isso aconteça é essencial a voz interpretativa de todas as partes envolvidas neste relacionamento, no caso de grandes projetos que atingem comunidades indígenas, esta voz interpretativa nos é dada desigualmente, porque o Estado ou a agência que representa o projeto domina as ferramentas de comunicação, desde o domínio básico da língua e da construção do discurso, até de mídias mais sofisticadas de comunicação. O mesmo se dá com os agentes militantes envolvidos em defender o grupo subjugado. A eles se dá a voz de defesa dos atingidos, e mesmo quando os atingidos vêm expressar sua visão e interpretação dos fatos, sua análise é fundamentalmente influenciada pelo discurso de militantes intelectuais e políticos, comprometendo uma análise mais ampla no qual as vozes dos atingidos tenha o mesmo peso que a de todos os agentes envolvidos, incluindo o historiador.

Paulo Suess (1994) alerta para os perigos da “história dos outros escrita por nós”, ao dizer que mesmo entre “o historiador enquanto porta-voz solidário” existe uma intenção que é externa ao grupo estudado, e que muitas vezes impõe o objetivo da pesquisa aos interesses imediatos do grupo em questão. A própria academia objetifica indivíduos e coletividades, ao chamá-los de “objeto de pesquisa”. Ciente desses fatores, a pesquisa conformou-se em estudar, analisar e narrar as dinâmicas de relacionamento entre a Itaipu e os indígenas da região fundamentando o estudo na documentação escrita produzida e nas narrativas coletivas sobre a memória do grupo sobre o período.



Sobre a construção da hidrelétrica de Itaipu e os conflitos de interesse gerados pelo projeto muita coisa foi escrita no período em que o projeto se intensificou, no início da década de 80, principalmente por jornalistas, advogados, militantes de movimentos populares, missionários, antropólogos e até arqueólogos. Com a inauguração da usina, o interesse foi se esvanecendo e as atenções se voltaram para outros projetos urgentes que, de certa forma seguiram o modelo da Itaipu nos anos seguintes. Alguns trabalhos acadêmicos referiram-se ao tema da Itaipu, inclusive sobre o relacionamento da hidrelétrica com os indígenas, mas sobretudo é necessário notar que ainda que tais trabalhos tenham avançado a análise ao examinar o *post-factum*, ou seja, a luta que se seguiu após a inauguração e o traslado, com os índios reivindicando parte do Parque Nacional do Iguaçu como território do grupo, pouco se pode adicionar aos fatos acontecidos no momento da negociação e de consolidação do projeto.

A construção da Itaipu marca um dos momentos em que a história dos Avá-Guarani do Ocoí se insere na história nacional, uma vez que o sucesso do projeto hidrelétrico depende da desocupação da área a ser alagada de áreas necessárias para a construção da infraestrutura necessária para a implantação do projeto, como rodovias, pontes, linhas de transmissão, canteiros de obras e alojamentos. Naquele momento os indígenas entram dentro de um processo histórico fundamentado no conflito entre dois grupos, mas que ainda não pode ser considerado como uma luta de classes, pois os Guarani não podem nem mesmo ser considerados como parte do que Marx (2002) propôs como lumpeninato. Este grupo, que resistia à sua incorporação ao campesinato regional, vivia de trabalhos periódicos e tarefas diárias, às vezes empregando-se nas fazendas que circundavam seu território, às vezes colhendo erva mate, ocasionalmente engajando em comércio nas vendas vizinhas, mas sobretudo buscando em pequenas roças, na caça de pequenos animais e na pesca o seu sustento. Durante as décadas de 70 e 80, os indígenas do Ocoí tinham limitado acesso à informação, a tecnologia que utilizavam era basicamente o rádio de pilha, em geral sintonizado em rádios paraguaios, que tocavam músicas em guarani. A ideia de Estado nacional também não era muito clara para este grupo, que cruzava o rio Paraná frequentemente, entrando em territórios paraguaio, argentino e brasileiro indiscriminadamente. Portanto, não chegam a formar o



lumpenproletariat definido por Marx, uma vez que o *lumpen* se insere na sociedade capitalista, ainda que de forma marginal. Os Avá-Guarani do Ocoí estavam muito mais próximos do que Pierre Clastres (1978) definiu como uma sociedade que resiste ao Estado, não como confronto político entre sociedade e estado, mas como uma resistência básica à evolução social que levaria à formação de um Estado.

O conflito entre os Avá-Guarani e o Estado é uma luta não declarada, que parte do próprio reconhecimento das partes envolvidas, uma vez que o Estado a princípio não reconhecia a existência de grupo indígena naquele território e o grupo indígena, por sua vez não reconhecia a presença do Estado e o impacto das políticas governamentais em seu devir ou mesmo no cotidiano.

A População Indígena do Ocoí

Os primeiros registros sobre a presença dos Avá-Guarani nas margens do rio Paraná, na região que hoje define as fronteiras entre o Brasil, Paraguai e Argentina, encontram-se antes mesmo da iniciativa colonizadora portuguesa ou espanhola, nos relatos do explorador Álvaro Nuñez Cabeza de Vaca, que em 1542 indicava tê-los encontrado sobre sua viagem ao Rio Paraná:

“Estes índios pertencem à tribo dos guaranis; são lavradores que semeiam o milho e a mandioca duas vezes por ano, criam galinhas e patos... possuem muitos papagaios, ocupam uma grande extensão de terra e falam uma só língua. (...) São lavradores e criadores, além de ótimos caçadores e pescadores. Entre as suas caças estão os porcos montanhese, veados, antas, faisões, perdizes e codornas. Entre suas plantações, além da mandioca, milho e batata figura também o amendoim. Também colhem muitas frutas e mel...” (Cabeza de Vaca, 1987, p. 138).

Na mesma obra, mais adiante, o explorador os identifica nominalmente: “Na margem do rio estava postado um grande número de índios guaranis, todos enfeitados com plumas de papagaios de maneira multicolorida, com seus arcos e flechas na mão, formando um esquadrão maravilhoso de se ver.”(idem, p. 140).

Cabeza de Vaca localiza os Guarani em um vasto território, ao longo do rio, descrevendo-os como amigáveis e industriais, fabricantes de farinha de milho e do que

o explorador chamou de “vinho”. Em outros relatos, missionários religiosos descreveram esses mesmos grupos também como amigáveis, elogiando lhes a organização econômico e o uso de cavalos e da tecelagem de fibras, com a qual preparavam uma espécie de túnica. (Rocha, 1996).

Séculos depois, já no Segundo Reinado, Joaquim Francisco Lopes (1872) descreveu uma aldeia Guarani naquela mesma região, localizada entre roças de milho, mandioca, abóbora, fumo, batata, amendoim, algodão, etc., onde os índios, generosos, o presentearam com uma rede de embira para dormir e alimentos para sua viagem. Segundo o relato de José Maria de Brito (1938), uma expedição militar encontrou o mesmo grupo indígena na região de Foz de Iguaçu em 1888, enquanto José Candido Murici (1896) registrou a presença dos Guarani no que viria a ser a Colônia Militar de Foz do Iguassú em 1892.

De fato, durante as pesquisas feitas no Museu do Índio e no Arquivo do Ministério do exército entre 1989 e 1991 foram localizados documentos militares que registravam um relacionamento regular entre índios e militares, com a doação de roupas e utensílios. (Rocha, 1996).

Durante a instalação do projeto Itaipu, o projeto de resgate arqueológico liderado pelo professor Igor Chmyz identificou o povoamento da área desde um período muito anterior à chegada dos europeus na região. As mesmas escavações encontraram objetos nos quais foi possível identificar a fusão de técnicas indígenas e portuguesas na cerâmica.³

Entretanto, as entrevistas com membros da comunidade indígena, revelou a dificuldade em contar a história seguindo uma trajetória linear e a referência temporal consagrada pela academia e pela sociedade ocidental. Antes de tudo, é preciso esclarecer que no momento em que as pesquisas tiveram início, o objetivo do trabalho era a produção de um dossiê que confirmasse o território do Ocoí como sendo território

³ O Projeto Arqueológico Itaipu, sob a coordenação do professor doutor Igor Chmyz, da Universidade Federal do Paraná, identificou 210 sítios arqueológicos na margem esquerda do Rio Paraná, produziu sete relatórios, além de material publicado em revistas acadêmicas e revistas de amplo interesse, entre 1975 e 1983. O material resgatado durante o projeto se encontra na Universidade Federal do Paraná. Durante as pesquisas, o Prof. Chmyz foi extremamente generoso, concedendo entrevistas e cedendo material para referência.

tradicional dos Avá-Guarani. Para tanto, era importante encontrar dados dentro da história indígena ou da memória coletiva do grupo que indicasse esta presença prolongada e, ao mesmo tempo, registrar a descrição dos índios sobre o que teria sido o seu território original, para que as características ambientais e geográficas do território tradicional fossem levadas em consideração na reivindicação por uma reserva indígena demarcada na mesma região. Esta tarefa se mostrou complicada, uma vez que as descrições do território ocupado tradicionalmente não seguiam a concepção ocidental de tempo. Os relatos sobre o passado estavam intimamente relacionados às experiências do presente, as memórias do grupo dividiam-se basicamente em “agora” e “antes”. Mesmo a vaga afirmação “no tempo dos avós”, não refere necessariamente ao pai do pai do depoente, mas pode tratar de um ancestral longínquo ou mesmo mitológico. Além disso, a descrição do território nos relatos dos Avá-Guarani, estavam ligadas à descrição do modo de vida. Ainda assim, a base dos depoimentos recolhidos entre os Avá-Guarani sobre a riqueza natural de seu território tradicional é muito semelhante à descrição encontrada nos ⁴registros dos primeiros exploradores europeus mencionados neste artigo, sobre as margens do rio Paraná e seus habitantes:

⁴ Declaração dos Avá-Guarani, 1990, Luta pela Terra, Arquivo Cimi-Sul.



“Na roça o serviço era só dos homens. A mulher ficava em casa para fazer o mbojape... Naquele tempo não tinha divisão, cada um pegava o que precisava comer, não dava briga. O tamanho da roça dava para todos, pois tinha caça. Com o avati morôti a mulher preparava comida e bebida: mbeju guasu, pyta, mbojape, kaguijy. Naquele tempo, iam de dois a quatro homens caçar juntos. E tinham certeza que iam matar... No mato quem cuida dos bichos é o Tupã-Ñandi Ká Aguyja – é o dono do mato. O ñanderu fazia a reza... pedia ao dono do mato para deixar pegar a caça...” (Rocha, 1996, p. 32).

Em outro documento, o Avá-Guarani Aleixo Tupã Ñandi descreve o território de antigamente: “...tinha muito mato. Se eu fosse contar todos os tipos de árvore e remédio que tinha, eu ia precisar de um dia inteiro...”(idem).

Voltando às limitações de uma história indígena escrita pelo “outro”, é necessário levar em consideração que o relato reproduzido acima foi feito numa conversa coletiva, na qual o membro mais velho da comunidade falava em Guarani, e dois mais novos traduziam/explicavam o que estava sendo dito. Muitas palavras não podiam ser traduzidas: *mbojape*, por exemplo é uma espécie de pão, enquanto o *avati morôti* é um tipo de milho e *ñanderu* o líder espiritual; estas palavras muitas vezes eram aprendidas pelo pesquisador de forma empírica: ao comer ou observar visualmente. A escrita das palavras foi auxiliada por membros do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) que possuíam mais experiência com o grupo e a língua e que dominavam princípios de linguística. Em todo caso, especula-se que uma História Indígena escrita por membros do próprio grupo possa apresentar inúmeros elementos inéditos que foram encobertos pelos limites da tradução. No entanto, é preciso contentar-se e extrair das limitadas informações os dados necessários para entender o que estava em jogo nas negociações com a Itaipu por um território indígena demarcado.

A ligação entre as memórias do espaço e as memórias sobre um modo de vida interrompido ou mesmo corrompido é explicada por Maurice Halbwachs (1990), que analisou a relação entre o espaço e a memória coletiva na França durante a Segunda Guerra Mundial, demonstrando que não apenas povos indígenas constroem memórias a partir dessa relação entre modos de viver e seu espaço. A análise de Halbwachs reforça a proposta de que uma leitura interna sobre a sociedade e seu espaço é essencial para entender-se os sentidos da memória e o significado do território.

Cada aspecto, cada detalhe desse lugar em si mesmo tem um sentido que é inteligível apenas para os membros do grupo, porque todas as partes do espaço que ele ocupou correspondem a outro tanto de aspectos diferentes da estrutura e da vida de sua sociedade, ao menos, naquilo que nela havia de mais estável. (Halbwachs, 1990, p. 133)

As conversas com o grupo revelaram outros detalhes da sua experiência no contato com os colonizadores: histórias sobre a coleta do mate, que dominou a economia regional durante boa parte do século XX, o avanço dos “colonos” que passaram a cercar suas fazendas e sítios, limitando o território Guarani e contaminando o meio ambiente, e histórias de confrontos violentos. Um bom exemplo é o relato dos índios sobre o que é trabalho. Segundo os depoimentos, o “tempo do trabalho” começou com a exploração intensiva da mão de obra do grupo – algo já registrado pelos militares, que os utilizaram na abertura de picadas e estradas – e que na visão deles é o “tempo do castigo”. (Rocha, 1996).

Os relatórios dos militares ao final do século XIX mencionam a intensificação da exploração do mate na região, e do uso do trabalho compulsório de indígenas da região neste trabalho organizado por empreiteiras e colonizadoras. O problema se estendeu pelo século seguinte, João Cabanas (2014) descreve a exploração e escravização dos indígenas do Paraná em sua passagem pela região como líder da Coluna Prestes em 1926. Documentação de 1940 fala sobre índios submetidos a um regime de semi-escravidão, conforme denúncia do agente recenseador que testemunhou o fato na Aldeia Porvenir, apresentada ao Chefe de Polícia da região. Este, por sua vez, informou ao Serviço de Proteção ao Índio (SPI), cujo inspetor regional respondeu pedindo que a própria polícia tomasse providências “como pudesse” porque o SPI não dispunha de pessoal e nada poderia fazer em favor dos índios.⁵ Um telegrama da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, sob a guarda do mesmo Museu, pede providências do SPI para acabar com a violência contra índios que estavam sendo expulsos de suas terras.⁶ As conversas com o grupo também trouxeram essas memórias de violência, quando foram narrados eventos como o

⁵ Conforme documento encontrado em microfilme no Museu do Índio, Botafogo, Rio de Janeiro, Filme 069.

⁶ Idem, filme 334.

incêndio das roças e as milícias que atacavam as aldeias, forçando famílias a se refugiarem na outra margem do rio Paraná, no lado paraguaio.⁷

Apesar dos documentos oficiais reconhecendo a presença indígena na área, em fins dos anos 70, quando os missionários do CIMI entraram em contato com o grupo indígena que estava prestes a ser atingido pela construção da hidrelétrica, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) não reconhecia a área como reserva indígena. Isto se deve, em parte aos desdobramentos do projeto de colonização implantado pelo Instituto Nacional de Colonização e reforma Agrária (INCRA), que procurou resolver a crise dos agricultores posseiros despejados do Parque Nacional do Iguaçu, em 1975 (Germani, 1982), com a relocação daqueles dentro da Gleba Ocoí, território indígena, que foi dividido em lotes que foram doados para as famílias pequenos agricultores. Os Avá-Guarani que ali residiam foram compulsoriamente relocados para a reserva indígena de Laranjeiras, de onde regressaram tempos depois. A expulsão, ainda que de efeito temporário, alertou a opinião pública para a existência de um grupo indígena no local.

Criado como parte das políticas lançadas pela ditadura militar para apaziguar as tensões causadas pela concentração da propriedade rural, o projeto colonizador do INCRA era também um forte aliado na proposta de ordenação e modernização do campo, responsável pela mecanização da lavoura monocultora de exportação, que naquela região do Paraná era caracterizada pelo cultivo de soja. (Prieto, 2017). O projeto, além de expropriar o território indígena, provocou o desmatamento da região, que alterou o meio ambiente e tornou os índios ainda mais dependentes da sociedade que os cercava.

O advogado Antonio Vanderli Moreira, vereador e presidente do diretório municipal MDB em de Foz do Iguaçu foi procurado por moradores da Gleba Ocoí que pediam ajuda contra o INCRA, por ocasião dos despejos. Sua correspondência com o deputado estadual Fidelcino Tolentino prova que já em 1975 se sabia sobre a construção do lago e que a população Avá-Guarani era conhecida na região. Na carta de 12 de dezembro de 1975, lê-se:

⁷ Vários relatos deste tipo podem ser encontrados na documentação do Regional Sul do CIMI, referente ao período entre 1980 e 1990.

O povo da localidade denominada Barra do Ocoí, próximo a Itacorá, no vizinho município de São Miguel do Iguaçu roga sua pronta e desprendida ação na defesa de seus sagrados e legais direitos.

São moradores muito antigos (...) Muitos constituem um grupo indígena Guarani (brasileiro) falam o guarani e o português. Seu chefe (cacique), com mais de sessenta anos, chama-se Nicolau. Nasceu nesta terra. Vários desses índios habitavam originalmente área próxima desta cidade, chamada hoje Três Lagoas, tendo inclusive recebido proteção especial por parte de Getúlio Vargas. Posteriormente foram desalojados por grileiros de terras de nossa cidade, tendo-se juntado a seus irmãos de raça na Barra do Ocoí. (...)

No início deste mês foram fixadas nos bares do lugar cópias da “Ordem de Serviço INCRA-PIC-Ocoí n. 021/75, de 04/12/75”. O Incra ordena que desocupem a terra imediatamente “sob pena de despejo imediato”. (...)

Alega o Incra que tem necessidade de terra. Para que, ninguém sabe. Só pode ser, no entanto, para colocar os agricultores desapropriados de Santo Alberto e São José do Iguaçu, uma parte dos quais já se transferiu forçadamente para a área.

Seria mais um embuste do Incra, em nossa terra. Seria mais um ardil porque o Incra estaria enganando os colonos que fossem morar nesta área. Isto porque, com o fechamento da represa da hidrelétrica de Itaipu, essa terra será totalmente inundada. O Incra estaria obrigando os colonos de Santo Alberto a abandonar suas terras e irem para uma área que terão igualmente que desocupar daqui a uns anos, para não morrerem afogados. (...)

Peço sua interferência junto à FUNAI, para que o problema relativo aos índios seja abordado pelo órgão competente.⁸

Os Avá-Guarani e a Itaipu Binacional

O projeto de construção de uma grande barragem para uma usina hidrelétrica na região era antigo, mas foi retomado nos primeiros anos do governo militar como parte da política desenvolvimentista denunciada por economistas como Paul Singer (1989) e Celso Furtado (1982; 1983), como planejada unilateralmente para beneficiar a um pequeno grupo em detrimento dos interesses da maioria da população e em especial das classes subalternas. No início dos anos 80, com a relativa abertura política, as críticas ao modelo de desenvolvimento econômico se ampliaram sensivelmente. O antropólogo Silvio Coelho

⁸ Carta de Antonio V. Moreira a Fidelcino Tolentino, Foz do Iguaçu, 12 de dezembro de 1975. Acervo digital: <https://www.documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2017/03/anexo-11-carta-do-vereador-de-foz-ao-dep-fidelcino-1.pdf>, acesso em 11 de junho de 2018.

(1985), expandiu as críticas dos economistas ao analisar o impacto das mesmas políticas sobre as populações indígenas brasileiras.

O cenário típico é a definição das prioridades econômicas do governo, em conjunção com os interesses das empresas nacionais e internacionais; os custos sociais, principalmente aqueles que dizem respeito às populações nativas são ignorados; dinheiro estrangeiro é obtido; projetos são iniciados; e só então toma-se conhecimento da presença de índios que se tornam um “problema” que necessita de uma rápida solução em nome do interesse do desenvolvimento. A FUNAI só é chamada a participar do processo no seu final e é dirigida para solucionar um problema criado, ao invés de evitar que problemas surjam. (Coelho, 1982, p.26).

Os planos correram rápido durante o chamado Milagre Brasileiro, mas foi em meados dos anos 70, em meio às tensões sobre a posse daquele território que os primeiros boatos sobre a construção da hidrelétrica chegaram às pequenas cidades da região. A carta de Moreira, reproduzida em parte no texto acima, marca o início da mobilização dos agricultores e dos posseiros, que buscavam solução para seu problema e uma indenização mais justa para suas casas, terras e roças. Os índios ficaram à margem no início do processo, a não ser pela remoção para a reserva de Laranjeiras, conforme indicado, à qual não resistiram inicialmente, tendo apenas regressado quando viram uma oportunidade. Aparentemente, não entenderam a extensão e intensidade do problema no qual estavam envolvidos, a transferência compulsória foi vista apenas como mais uma atitude de opressão dentro de uma realidade de dominação e arbitrariedade que se arrastava há séculos.

Foucault (2003) afirma que não é o bastante que se pergunte a sujeitos dominados por que razão e como estes se deixaram dominar, sendo mais importante entender – a partir da análise dessas relações de dominação – como que este sujeito dominado foi construído. Para ele, as relações de dominação devem ser analisadas em seus múltiplos aspectos, considerando-se especificidades e reversibilidades e essencialmente desvendando como vários sistemas operativos de dominação apoiam-se uns aos outros, em alguns casos convergindo e reforçando-se mutuamente. E é neste sentido que devemos entender o processo que culminou com a inundação do território tradicional dos Avá-

Guarani do Ocof: na interação de diferentes agentes e mecanismos de dominação que vão desde as atitudes individuais de grileiros e colonizadores, a projetos mais complexos, apoiados em entidades empoderadas pelo Estado, como o INCRA, a FUNAI e a Itaipu e, principalmente fundamentados no argumento da lei, como é o caso do Estatuto do Índio.

O Estatuto do Índio foi o nome dado à Lei n. 6001 de 19 de abril de 1973, definida em seu Art. 1º: “Esta Lei regula a situação jurídica dos índios ou silvícolas e das comunidades indígenas, com o propósito de preservar a sua cultura e integrá-los, progressiva e harmoniosamente, à comunhão nacional.”⁹ Entre as disposições desta lei, estão artigos relacionados à definição de terras indígenas, às possibilidades de intervenção do Estado, que poderia ser decretada em caso de necessidade das ditas terras “Para a realização de obras públicas que interessam ao desenvolvimento nacional”.¹⁰

O artigo 25 da mesma lei determinava:

O reconhecimento do direito dos índios e grupos tribais à posse permanente das terras por eles habitadas, nos termos do art. 198 da Constituição Federal, independerá de sua demarcação, e será assegurado pelo órgão federal de assistência aos silvícolas, atendendo à situação atual e ao consenso histórico sobre a antiguidade da ocupação, sem prejuízo das medidas cabíveis que, na omissão ou no erro do referido órgão, tomar qualquer dos Poderes da República.

Baseados neste artigo do estatuto, defensores da causa indígena passaram a se mobilizar para encontrar uma solução para o caso dos Avá-Guarani. Pressionada pela opinião pública e pelas manifestações de entidades como a Associação Brasileira de Antropologia, a FUNAI passa a agir no caso dos Avá-Guarani. A primeira etapa dessas ações foi a identificação do grupo, uma vez que havia a acusação de que aquele grupo não era “verdadeiramente índio”, era composto por caboclos, por retirantes paraguaios e mestiços. Esta questão de ser identificado ou não como índio, no Brasil, já foi estudada por antropólogos como Egon Schaden (1977) e Darcy Ribeiro (1970), entre vários outros. Ao indígena mítico, heroico, leal ao colonizador se mescla a representação de beleza estética fundamentada na arte neoclássica brasileira da segunda metade do século XIX, na qual o

⁹ Estatuto do Índio. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6001.htm Acesso em 11 de Junho de 2018.

¹⁰ Lei n. 6001 de 19 de abril de 1973; Artigo 20, parágrafo 1º.

indígena é representado em esculturas e pinturas com traços físicos que lembram as esculturas clássicas romanas e gregas.

...em todas as épocas existiram, lado a lado, conceitos variados e até contraditórios do gentio da terra, ocupando toda uma escala de imagens: num dos extremos, a ideia do silvícola feroz, traiçoeiro, preguiçoso e estúpido; no outro, a figura idealizada de uma criatura a muitos títulos superior, em seus modos de vida e em sua maneira de ser, ao cristão civilizado (Schaden, 1977, p. 322).

Esta oscilação nas representações dos índios brasileiros obedece ao que Peter Gay (1995) propõe como mecanismos de definição do “outro conveniente”. Sendo assim, o indígena, quando identificado como elemento fundador da Pátria, está descrito na forma heroica, moralmente superior e belo, enquanto que ao ser identificado como obstáculo ao progresso e à civilização, seria descrito como um pária, preguiçoso, nocivo, traiçoeiro, etc.. A imagem positiva do indígena brasileiro é reforçada pelos livros didáticos, romances e até religião (Rocha, 2002; 2006), fazendo com que, ao enfrentar o dilema apresentado pela presença de índios como os Avá-Guarani do Ocoí – de pele marrom escura, subnutridos, com problemas dentários, trajando roupas surradas e “mal cheirosos” – alguns políticos, jornalistas e mesmo agricultores defendiam a supremacia dos valores ligados à modernidade e ao progresso sob o argumento de que aqueles ali não eram índios, portanto, não havia direitos indígenas a serem respeitados.

Entre 1977 e 1980, o Brasil virou palco de inúmeras manifestações políticas e de reivindicações por justiça social. Havia a polêmica em torno do Programa Nuclear Brasileiro, que defendia a construção de hidrelétricas como alternativa limpa aos riscos que uma usina nuclear representava, os estudantes voltaram a se manifestar contra a ditadura em 1977, greves de professores da rede pública, campanha pela anistia e pela liberdade de imprensa, formação das Comissões Pastorais, braço político da Igreja Católica fundamentado na Teologia da Libertação e na opção pelos pobres. A Comissão Pastoral da Terra, por exemplo não apenas mobilizou trabalhadores e agricultores contra o latifúndio e os grandes projetos, como deu origem a outros movimentos mais específicos.

Se 1977 foi o ano dos estudantes, que voltaram a se manifestar, 1978, pode ser catalogado como o ano em que as greves reapareceram. Depois de uma década

imobilizados pela “lei de greve”, os sindicatos comandaram negociações diretas com os patrões... Começando pelo ABC industrializado de São Paulo, as paralisações de milhares de pessoas foram se repetindo em outros estados, sem que houvesse necessidade de o governo utilizar força policial. Até mesmo os policiais, em São Paulo, entraram em greve “branca” por aumento de salário, ao verem esgotadas as chances de uma solução negociada com o governo.¹¹

Seguindo a análise de Foucault (2003) referida acima, nota-se que também entre as entidades de apoio grupos subjugados pelas políticas governamentais, naquele momento, desenvolveram-se estratégias de apoio mútuo, ainda que em alguns casos houvessem interesses divergentes, como no caso dos pequenos agricultores expulsos de territórios indígenas no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. As entidades religiosas, como as pastorais, os sindicatos e as uniões de estudantes, jornalistas, advogados e antropólogos fizeram o possível para apoiar e divulgar as causas da classe operária, dos trabalhadores do campo, pequenos agricultores e indígenas. (Fuchs, 1990).

Em 1978 havia um intenso movimento de entidades, jornalistas e dos atingidos pelo projeto Itaipu, em busca de uma saída para o que parecia estar se tornando um beco sem saída. O canal de desvio deveria ser inaugurado no dia 20 de outubro daquele ano, pelos presidentes do Brasil e do Paraguai, e com o desvio do leito do rio Paraná, várias áreas ficariam alagadas ou sem acesso a estradas. Assembleias públicas eram organizadas para discutir as alternativas de negociação para os expropriados, entre os índios – que neste momento já haviam retornado para o antigo território, ainda que um pequeno grupo houvesse optado por cruzar o rio Paraná, acampando em território paraguaio – ainda não havia um completo entendimento do que estava por vir, ainda que missionários do CIMI intensificassem sua presença no sentido de informar e auxiliar o grupo.

Para os Guarani, a terra não pode ser propriedade de ninguém, ela é o bem maior da humanidade, concedido pelo deus *Ñanderu*. Este foi um fator que complicou as negociações para indenização e traslado, já que eles não conseguiam entender como o homem poderia interferir de maneira tão drástica na terra que é de *Ñanderu* e no rio Paraná, também tão sagrado. A princípio eles não acreditaram na possibilidade de desvio

¹¹ “Retrospectiva”. *Revista Veja*, n.538, 27 de Dezembro, 1978, p. 134.



do leito do rio e de alagamento de suas terras, por isso, organizá-los para reivindicar uma negociação justa foi, para o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) órgão ligado à Igreja Católica, uma tarefa também de educação política.¹²

Havia também uma mobilização internacional, através de órgãos ligados à defesa dos direitos humanos e mesmo por parte daqueles que estavam financiando o projeto, já que grupos organizados no Brasil pressionavam os governos dos países ligados aos Bancos de Desenvolvimento Multilateral. O antropólogo americano Shelton Davis, que atuou como assessor do Banco Mundial, visitou o Brasil várias vezes e publicou, em 1977 nos Estados Unidos e em 1978 no Brasil, o livro *As vítimas do milagre - o desenvolvimento e os índios do Brasil*. Ainda que o livro se concentre em políticas e eventos do norte do Brasil, a crítica ao modelo desenvolvimentista ecoou nos movimentos de resistência que se formavam no sul do Brasil.

A intensificação da luta dos atingidos refletia na atitude da empresa Itaipu Binacional, para a qual cada dia de atraso nas negociações e desocupações poderia significar um comprometimento num cronograma de obras, de gastos e de compromissos políticos que envolviam presidentes de dois países. Acima disso, o departamento jurídico da binacional e sua assessoria de imprensa tinham que responder aos questionamentos diários apresentados na imprensa. O problema ficou ainda mais grave com a ostensiva presença de D. Olívio, Bispo de Foz do Iguaçu, do padre Valentim Dal Pozzo, pároco de Santa Helena, e do pastor luterano Werner Fuchs na imprensa regional, falando em defesa dos atingidos. É neste período que matérias pagam começam a aparecer na mídia:

Na defesa dos legítimos direitos dos expropriados, na sua orientação, na procura de soluções justas viáveis, na luta pelo reconhecimento dos direitos dos posseiros, no programa de reassentamento, enfim, na primeira linha de ação está a Itaipu, que procura imprimir ao seu programa de desapropriação, uma filosofia cristã de ajuda ao próximo...¹³

Em meio à agitação dos protestos, a Itaipu iniciava a negociação de acordos individuais, para desocupação do território, através da compra de propriedades em

¹² Dados obtidos em entrevista com Jussara M. Rezende, missionária do CIMI que atuou na área durante o período estudado, em julho de 1994.

¹³ Paulo José Cunha. “Itaipu esclarece sua ação”. Nota a à imprensa. *O Paraná*, 14 de junho de 1979, p. 03.

transações estabelecidas diretamente entre a Binacional e o proprietário das terras. A pressão das dívidas e dos representantes da empresa levaram muitos proprietários a assinarem contratos que beneficiavam somente a hidrelétrica. Através da imprensa nacional, o andamento da obra era divulgado de forma otimista, segundo os administradores, tudo corria conforme planejado, inclusive nas negociações com os atingidos.

Quanto às desapropriações na área do complexo hidrelétrico, um cuidadoso planejamento, constantemente atualizado, precedeu às negociações e providências periódicas e técnicas que atualmente vêm sendo realizadas. (...) Os entendimentos com os proprietários de terras vêm sendo feitos de modo sistemático e satisfatório sendo que os critérios e valores têm atendido às expectativas dos desapropriados.¹⁴

Tais negociações, de acordo com documentos escritos e depoimentos registrados, eram feitas de forma detalhada, com o levantamento de cada árvore, arbusto, chiqueiro, galinheiro, roça, casa, etc. Para cada um desses elementos, um preço era determinado, algo que os agricultores não tinham como avaliar, se justo ou não, como determinar o preço de um pé de goiaba? Em meio às negociações, um “conselho”, do representante da Itaipu: que o proprietário decidisse e assinasse logo, porque se o caso fosse para o lado judicial poderia levar muito mais tempo para ser acertado. Muitos agricultores não puderam vencer a pressão e fizeram acordos. Mas no caso dos Avá-Guarani, a situação era ainda mais delicada: determinar um valor monetário para árvores, roças, cabanas, riachos, era incompreensível para os índios. A proposta então foi de transferir o grupo para uma reserva que tivesse condições ambientais semelhantes à área em que residiam. Ainda assim havia o problema de que a área em que o grupo estava residindo naquele momento estava muito aquém do ideal, sendo o último recurso de seus habitantes após as invasões e a depredação de seu território original. E acima de tudo isso, estava o fato de que o grupo estava dividido, parte no território paraguaio e parte no Ocoí, havendo ainda outros membros esparsos por outras áreas do Oeste do Paraná. Como se poderia determinar o tamanho do território necessário? (Rocha, 1996).

¹⁴ “Itaipu – Colosso Energético”. *Revista Comércio e Mercados*. SESC/SENAC, ano XII, n. 135, nov. 1978, p.7.

Canal de Desvio

Apesar de todos os esforços do movimento organizado, o cronograma da Binacional não foi atingido seriamente. No dia 20 de outubro de 1978 o rio Paraná começou a ser desviado de seu leito, após a explosão de 55 toneladas de dinamite. As imagens da inauguração do canal de desvio foram vistas por todo o país através dos canais de televisão, que acompanhou a pomposa solenidade que reuniu os presidentes, embaixadores, políticos e técnicos pertencentes aos dois países envolvidos diretamente no projeto.

O desvio do rio Paraná não afetou diretamente a pequena área ocupada pelos indígenas no Ocoí. Indiretamente houve consequências como as mudanças no meio ambiente e a desestabilização da economia na região, com o fechamento das vendas, interrupção de estradas e limitação das oportunidades para o trabalho como diaristas nas lavouras da vizinhança. Mas principalmente, interferiu com as dinâmicas entre a cultura indígena e o meio ambiente. Nas palavras do Avá-Guarani Teô:

O serviço que foi feito estragou a nossa área também, área do Ocoí-Jacutinga... Estragou principalmente o rio também. Não podia deixar o rio sempre correndo... sempre,,o rio. Principalmente o índio considera como o rio tem também a vida, né?! (...) Principalmente tem que ter o rio... rio assim que passa na área né? Pra que a comunidade pelo menos chegar de novo um pouquinho com o que vivia no antigamente, né?¹⁵

Pertencendo a uma cultura que tem como base a reciprocidade entre o homem e o meio ambiente, os Avá Guarani viram nas mudanças feitas no curso do rio Paraná a perda de importantes elementos de sua vida. O modo de ser Guarani chamado de *ñande-rekó*, é a expressão da etnicidade deste povo. Daí que a estabilidade da vida deste grupo esteja intrinsecamente ligada à manutenção de determinadas condições de seu espaço físico.

De acordo com os depoimentos pessoais colhidos durante esta pesquisa e os relatórios dos missionários do CIMI-Sul durante o período, a agitação política e o movimento de “estranhos” dentro da comunidade, fossem estes missionários, fossem representantes da Itaipu, da Binacional ou outros, era perturbador para os índios,

¹⁵ Teô. Conversa com pesquisadora, gravada em Julho de 1995. Aldeia do Ocoí, Santa Helena.

desacostumados deste tipo de interferência em sua rotina. Havia obviamente o reconhecimento dos aliados e a atenção dada a problemas específicos, além de certa ajuda econômica que aliados da sociedade regional enviava periodicamente e que era bem-vinda, mas ainda assim, o número de reuniões, as discussões para estabelecer estratégias, as perguntas de todos os lados. Era algo exaustivo, que pode ser entendido através da análise de Halbwachs:

É certo que mais de uma perturbação psíquica seja acompanhada por uma espécie de ruptura do contato entre nosso pensamento e as coisas, de uma incapacidade de reconhecer objetos familiares, de modo que nos encontramos perdidos, sem apoio. Até mesmo fora dos casos patológicos, quando algum acontecimento nos obriga também a nos transportarmos para um novo entorno material, antes de a ele nos adaptarmos, atravessamos um período de incertezas, como se houvéssimos deixado para trás toda a nossa personalidade, tanto é verdade que as imagens habituais do mundo exterior são inseparáveis do nosso eu. (Halbwachs, 1990, p. 131).

A situação de instabilidade se agravou quando a FUNAI, impulsionada pela necessidade de determinar quantos indígenas haviam na área, decidiu aplicar uma série de testes avaliativos para classificar racialmente os membros da comunidade. Chamados “critérios de indianidade”, os testes eram uma combinação de questionário e avaliação física para determinar quem era índio legítimo ou não. Esta abordagem foi duramente criticada por antropólogos como Manuela Carneiro da Cunha (1986), por não considerarem as dinâmicas de transformação cultural comuns a todos os grupos étnicos. Ao final dos testes, apenas quatro famílias, das 23 unidades familiares que pertenciam ao aldeamento do Ocoí tiveram sua etnicidade confirmada. Isso determinava quais famílias receberiam a proteção da FUNAI e do Estatuto do Índio, deixando as que havia sido “reprovadas” nos testes numa situação ainda mais precária. O laudo final aconselhava a transferências das famílias identificadas como indígenas para o Posto Indígena de Rio das Cobras, ocupado por uma maioria de índios Kaingang.¹⁶

Em resposta aos “critérios de indianidade”, o CIMI, a Associação Nacional do Índio (ANAI) e a Comissão de Justiça e Paz do Paraná, solicitaram ao antropólogo Edgard Assis de

¹⁶ Dados encontrados nos relatórios e documentos classificados como Luta Pela Terra, Ocoí. Arquivo do CIMI-Sul.

Carvalho um laudo antropológico da comunidade, que reuniu dados e produziu um documento no qual atestava a identidade étnica do grupo. (Carvalho, 1981). Mas o documento, que teve o aval da Associação Nacional de Antropologia, da Associação Nacional do Índio e da Comissão de Justiça e Paz, não significava que a identidade indígena estava resolvida, em 1977 a FUNAI reconhecia a existência de 11 famílias Avá-Guarani no Ocoí, os “critérios de indianidade” baixaram o número para 4 em 1981, contudo, a Itaipu preparou seu próprio levantamento em 1982, no qual enumerou 12 famílias na área.

Os doze meses do ano de 1981, período que antecedia a inauguração da hidrelétrica, com a formação do lago e o início das operações foi de intensas negociações entre os Avá-Guarani, a FUNAI, a Itaipu e o CIMI, além de outros eventuais aliados, como no caso do laudo antropológico. Os indígenas recusavam a proposta de transferência para a reserva de Rio das Cobras. O clima era de angústia na aldeia, e a fome era presença inevitável, porque os índios, inseguros pela possibilidade de transferência e/ou de inundação não fizeram suas roças naquele ano. Apoiados por missionários, estes passaram a redigir cartas para a FUNAI, para a imprensa escrita e até para o Presidente João Batista Figueiredo. Os signatários das cartas eram majoritariamente homens (identificados pela comunidade como liderança) e com exceção de alguns, a assinatura consistia na impressão digital ao final do documento. (Rocha, 1996). Os assessores dos índios e os assessores da Binacional buscavam terras que pudessem ser oferecidas como alternativa para o traslado, porém, encontrar terras contínuas na extensão e condições que eram reivindicadas era tarefa difícil.

Os Avá-Guarani reivindicavam 1500 hectares de terra contínua, com cobertura de mata original, nascente e rio, localizada na mesma região. Os assessores jurídicos da Itaipu achavam esta reivindicação irreal. Várias propostas foram apresentadas e recusadas por uma parte ou por outra. Com o aumento das pressões, as reuniões realizadas na aldeia dos índios eram encerradas com o ritual religioso do *ñemboé*, no qual as lamentações em forma de cânticos faziam referências à Itaipu e FUNAI. A disposição de Lucas Villalba, um dos líderes da comunidade indígena, em resistir à pressão da Itaipu foi registrada por Pedro Zilles em relatório ao CIMI-Sul:

Eu não vou vender a terra. Se Itaipu vier com dinheiro para tirar o Guarani, eu não vou pra lugar nenhum. Vou ficar aqui. A Itaipu e o governo acham que o Guarani está sozinho. O Guarani não está sozinho. O Guarani sabe fazer o *ñemboé*... Eu sei fazer quatro tipos de reza... A Itaipu vai tirar nossa terra... Como vai o Guarani então criar os filhos? Como vai o Guarani plantar mandioca e milho? Sem a terra o Guarani vai morrer...¹⁷

À parte das negociações e diálogos entre representantes da empresa e aliados dos indígenas, a hidrelétrica passou a estabelecer contato direto com os índios. As táticas de aproximação não diferiam muito das práticas utilizadas quase 5 séculos antes pelos colonizadores: visitantes traziam presentes em nome da Itaipu: comida, bolas de futebol, camisas de times de futebol, brinquedos. Em março de 1982 a empresa ofereceu aos índios 121 hectares de terra na região, com 40 hectares de área desmatada e 60 hectares de mata natural, sendo desses 21 hectares localizados na faixa de segurança, localizada nas margens do lago que estava para se formar e, portanto, sujeita a enchentes. O grupo pediu um prazo para discutir e decidir sobre a proposta. Antes que se decidissem, no dia 26 de abril de 1982, oito líderes da comunidade foram levados por automóvel da Itaipu para uma visita à hidrelétrica para conhecer toda a obra. Ao final da visita, houve uma reunião deste mesmo grupo com uma advogada representante do INCRA, um Coronel, representante do Ministério do Interior, autoridades da FUNAI e o Diretor Jurídico da Itaipu.

Após a exposição de todas as propostas já feitas por Itaipu, foi apresentada novamente a última, que se compõe de uma área em torno de 200 ha sendo mais ou menos 40 ha de área agriculturável e mais ou menos 160 ha de área totalmente coberta de mata virgem.

Pelos índios manifestou-se o senhor Fernando Martinez dizendo que está de acordo com a proposta. (...)

Os representantes da FUNAI, INCRA, Ministério do Interior e Itaipu continuaram a discutir outros detalhes dessa negociação.¹⁸

Roger Chartier (1990) refere-se ao uso de estratégias políticas dramatizadas, como um ritual, no qual o poder é reforçado através do convencimento que chega a ser emocional. O autor francês utiliza como exemplo as paradas militares, nas quais a

¹⁷ Pedro Zilles. Relatório de visita à comunidade Avá-Guarani do Ocoí, Maio, 1982. Arquivo CIMI-Sul.

¹⁸ Itaipu Binacional, Ata de reunião, 26 de abril de 1982.

superioridade bélica apresentada pelo governante funciona como elemento de controle sobre qualquer pessoa ou grupo que pense em se rebelar. De certa forma, esta prática é demonstrada por Shakespeare, na peça *A Tempestade*, quando o governante (usurpador) da ilha veste seu manto e usa magia, com raios, relâmpagos e trovões para controlar aqueles que o cercam. A visita à Itaipu Binacional, que também foi utilizada para convencer aos pequenos agricultores relutantes em aceitar a oferta de indenização, funcionava para convencer a qualquer indivíduo de sua pequenez diante da proporção gigantesca obra, de sua modernidade e da inexorabilidade do progresso. Era iniciada com um filme, num auditório moderno e reluzente, uma tela de projeção de proporções inéditas para o período mostrava imagens ao som poderoso da música incidental e a voz do narrador. Os trabalhadores da obra aparecem no filme e são como formigas diante das imensas turbinas e das paredes da barragem.¹⁹

Frantz Fanon também fala das estratégias de dominação utilizadas contra grupos colonizados:

Promove-se o indígena, tenta-se desarmá-lo por meio da psicologia e, naturalmente, de algumas moedas. Essas providências miseráveis, essas reparações de fachada, aliás sabiamente dosadas, chegam a lograr certo êxito. A fome do colonizado é de tal ordem, sua fome de qualquer coisa que o humanize – mesmo de modo barato – é a tal ponto incoercível que essas esmolas conseguem localmente enternecê-lo. Sua consciência é de uma precariedade tal, de tamanha opacidade, que se comove com a menor centelha. A grande sede de luz indiferenciada do início é ameaçada a todo o momento pela mistificação. As exigências violentas e globais que riscavam o céu declinam, fazem-se modestas. O lobo impetuoso que queria devorar tudo, a borrasca que queria efetuar uma autêntica revolução corre o risco, se a luta se prolonga, e ela se prolonga, de tornar-se irreconhecível. O colonizado pode a qualquer momento deixar-se desarmar por qualquer concessão. (Fanon, 1968, p. 115).

Imediatamente após a reunião descrita acima, a Itaipu divulgou a notícia de que havia chegado a um acordo com a comunidade indígena sobre o novo território a ela reservado. O CIMI interpretou a situação como um retrocesso, visto que haviam

¹⁹ Essas impressões são o resultado da análise de panfletos, revistas e filmes gentilmente cedidos pela Itaipu durante as pesquisas, além de resulta de observação pessoal quando visitei a hidrelétrica em 1995, ocasião em que pude entrevistar membros da assessoria jurídica, para esta pesquisa.

estabelecido a reivindicação de 1.500 ha. Foram organizadas reuniões de emergência na aldeia, que incluía a presença de lideranças Guarani de âmbito nacional como Marçal Tupã-Y, que deveriam ajudar no intuito de explicar a seriedade da situação ao grupo atingido, falando no seu próprio idioma. A carta de Jussara Rezende a Marçal Tupã-Y, pedindo sua interferência no caso, pode ajudar a entender o que se passava naquele momento:

A Itaipu chegou com uma proposta de 256 hectares. A princípio os Guarani recusaram dizendo que era pequena, mas depois aceitaram. Nós havíamos conversado bastante com eles, explicando no mapa, mostrando no mapa o que provavelmente seria oferecido a eles, mas, acredito que na hora da reunião eles tiveram dificuldade em imaginar o tamanho da terra, localizar mais terra que poderiam pedir. Acho um pouco difícil para eles imaginar tamanho de terra num pedaço de papel.²⁰

Vários fatores devem ser considerados ao analisar o que teria levado os líderes da comunidade Ocoí a aceitarem a oferta de Itaipu. Havia, como já foi dito, as pressões que se arrastavam por pelo menos quatro anos, o fato de que o alagamento estava para acontecer, a dificuldade em visualizar extensão de terras apenas baseado numa medida escrita num papel, a situação de minoria dos índios naquela reunião, o ambiente imponente, e o processo daquela visita à obra em particular.

Por seu lado, a Itaipu não poderia ser acusada de colocar os Avá-Guarani em situação de desvantagem, porque o órgão encarregado pelo governo de defender os direitos dos índios, FUNAI e de representa-los juridicamente, estava presente, assim como o órgão encarregado do levantamento das terras disponíveis para reassentamento na região, que seria o INCRA.

O argumento em favor dos 1500 hectares levava em consideração o território ocupado até a implantação da Colônia Militar do Iguaçu e o fato de que a ocupação seria comunitária, prevendo o crescimento da comunidade e a necessidade de mais espaço para uma população em crescimento. Isto é relativamente simples de se entender dentro da lógica linear ocidental, que planeja o futuro.

²⁰ Jussara Rezende. Carta a Marçal Tupã-Y. 21 de Julho de 1982. Arquivo Cimi-Sul.

Tradicionalmente, os Guarani possuem uma concepção temporal não linear, na qual o passado existe como alternativa ao presente, isto é, existe “o que foi” e “o que é”, sem uma intenção de cronologicidade o passado é constantemente utilizado para enfatizar ou explicar o presente. Na comunidade Ocoí estudada nos anos 90, não foram encontrados elementos nas conversas que indicassem uma ideia de futuro. As roças são plantadas para satisfazer às necessidades daquele momento, não havendo extensas plantações de nenhum tipo, assim como não havia nenhuma forma de excedente para armazenamento ou para comércio que pode ser feito, ocasionalmente, havendo a intenção de troca. Por exemplo: a necessidade de alguma ferramenta pode levar à venda de um pouco de milho, mas isso não significa uma produção com a intenção de venda.

Sendo assim, o *tekoha* é a definição do espaço, social, físico e religioso, enquanto que o *ñande-rekó* é a síntese do modo de ser Guarani, que soma o *tekoha* às práticas que unem o natural e o sobrenatural e a linguagem utilizada para expressarem-se. Segundo Bartomeu Meliá:

El modo de ser Guarani estaria ligado esencialmente al modo como los índios vivían su espacio geográfico. Datos de la época confirman el hecho de que los guarani estaban viviendo a su antigua usanza, em los montes, sierras y vales, em escondidos arroyos, em três, cuatro o seis casas solas, separados a légua, dos, tres y más um de otros. Es esta forma de organizarse en el espacio la que los dirigentes guarani consideraban como una estructura esencial de su cultura, aunque tal vez no tenían de ella una conciencia explicita antes de que los indujera, más o menos impositivamente, a “reducirse”... El *tekoha* según estos Guarani actuales, es el lugar donde vivimos según nuestras costumbres. (Meliá, 1986, 105)

Os Avá-Guarani mudaram-se para a nova área reservada em junho de 1982, alguns meses antes que o alagamento acontecesse. Ao chegarem, ficaram felizes ao constatar a abundância de terra, árvores frutíferas, o córrego Água Branca e até arbustos de mate para o seu *tererê*. Fizeram suas moradias espalhadas, como é o costume Guarani, sem levar em conta os limites da área documentada no acordo. Foi ali que transpareceu a discrepância entre o que vinha sendo discutido e o que os índios compreendiam sobre a definição do território, suas dimensões e, principalmente, o que viria a ser o alagamento.

Os indígenas, sem conhecimento do que viria a ser a área que lhes coube, ocuparam todo o espaço. Foi um grande transtorno para aquela comunidade assistir o alagamento do que considerava parte de seu território (o córrego, as árvores e algumas moradias); apesar de terem sido alertados pelos funcionários da Itaipu para não considerarem aquela parte da terra, devido ao seu próximo alagamento.

Após o alagamento, em outubro de 1982, percebeu-se que a área indígena reservada era de fato uma faixa de terra ao longo de um trecho do lago formado pela barragem. O novo território estava longe de ser o que havia sido reivindicado como ideal para o grupo, tanto pelo tamanho, quanto pelas condições. Mas os Avá-Guarani estavam exaustos da luta pela terra, desanimados pela situação em que se encontravam, decepcionados com a derrota de seu Deus, Ñanderu, que se manifesta na natureza, no grande rio, e que naquele momento se mostrava vencido. O lago da Itaipu era a realização do inimaginável.

A Luta por uma “Terra Sem Mal”

Vários livros, artigos, panfletos e relatórios resultaram da experiência de agricultores e índios contra a Itaipu Binacional. Outros, trabalhos das áreas de economia, antropologia, etnologia, direito, educação popular e até teologia, inspiraram e fundamentaram a metodologia na luta pela terra, e sem eles fica impossível uma análise sobre o que foram aqueles anos no Brasil em termos de tensões entre a classe trabalhadora e a classe dominante, bem como nas lutas de grupos organizados contra o projeto hegemônico do Estado autoritário e da economia transnacional. Um desses trabalhos que fundamentaram a luta dos índios contra a expropriação de seus territórios foi o livro de Helene Clastres (1978) que analisa a visão dos índios Guarani sobre a existência de uma mítica “terra sem males”, espécie de paraíso terrestre, que segundo a antropóloga permeia a cosmologia daquele grupo.

Nos anos que se seguiram à inauguração da hidrelétrica, muitos problemas criados pela grande concentração de água, pelas alterações no meio ambiente e pelo avanço da lavoura monocultora mecanizada afetaram o modo de vida e a saúde dos índios que agora viviam à beira do lago. A produção pesqueira foi afetada com a diminuição dos peixes mais

comestíveis e a propagação das piranhas; o uso de agentes químicos na lavoura de soja causou poluição do ar e das águas: muitos casos de problemas respiratórios e infecções de pele surgiram entre os índios. Em 1989 registraram-se 70 casos de malária, numa população de 200 índios.²¹ O CIMI continuou a atuar entre eles, assistindo em suas disputas com o Estado, e a FUNAI passou a prestar serviços como apoio a questões de saúde e alguma assistência econômica. No decorrer da luta, os Avá-Guarani passaram a reivindicar território dentro do Parque Nacional, iniciando um novo debate sobre ocupação indígena e preservação/depredação do meio ambiente.

A luta pela terra dos índios na região de Foz do Iguaçu continua após quatro décadas da abertura do canal de desvio. Em 1997, a Folha de Londrina noticiava a transferência dos Avá-Guarani para um novo território:

Os índios avá-guarani, acampados na reserva biológica da usina de Itaipu, em Foz do Iguaçu desde de junho de 95, serão transferidos hoje para a Fazenda Padroeira (cerca de 110 quilômetros de Foz), entre Diamante do Oeste e Ramilândia. Nos 1.700 hectares da fazenda, segundo o cacique Inocêncio Acosta, líder da comunidade, será possível manter a cultura indígena. Os avá-guarani se despedem da área de 600 hectares do Refúgio Biológico Bela Vista, local onde ficaram por 22 meses. Apesar da necessidade, eles não devastaram nenhum centímetro da reserva, mas tiveram suas tradições comprometidas. O refúgio foi invadido pela comunidade em protesto contra a indefinição da usina, que protelou por mais de 20 anos a doação de uma área em troca de suas terras inundadas pela formação do lago de Itaipu, em 1982.²²

Na ocasião da transferência dos índios para o território a eles reservado em 1982, a coordenação do CIMI avaliou que ainda que as reivindicações do grupo não houvessem sido atingidas, aquele não era um momento de derrota total. No processo da luta desde 1978 os Avá-Guarani haviam desenvolvido uma nova visão sobre sua capacidade de enfrentamento político e sobre o funcionamento do poder hegemônico. Novas lideranças se desenvolveram e o interesse em educação e alfabetização cresceu entre o grupo, assim

²¹ Maria Inês Minatel. Relatório da situação de Saúde da Comunidade Avá-Guarani do Ocoí de 1988 a 1990. Arquivo do CIMI-Sul.

²² “Avá Guaranis são levados para reserva”. Folha de Londrina, 18 de abril de 1997. Edição digital: <https://www.folhadelondrina.com.br/cidades/ava-guarani-sao-levados-para-reserva-17840.html>. Acesso em 27 de Junho de 2018.

como cresceu a sua visibilidade na sociedade nacional. Afinal houve o reconhecimento da FUNAI sobre a existência do grupo e uma maior articulação entre eles e grupos indígenas de outras partes do país e mesmo na esfera internacional.

De acordo com Foucault (2003) no desenvolvimento do relacionamento entre dominados e dominadores ocorre um processo de conhecimento, no qual os envolvidos aprendem um sobre o outro e mesmo sobre si mesmos, identificam instrumentos de poder e principalmente desenvolvem o discurso acerca deste poder. Michel de Certeau (1994) por sua vez, fala no desenvolvimento de táticas e estratégias que são incorporados em ações cotidianas e mesmo na cultura dos grupos subalternos.

Considerações Finais:

O aprendizado no processo de luta, apesar de instrumentalizar a resistência, altera também a cultura tradicional, e é preciso reconhecer que há uma perda neste sentido. Em 2013, durante a segunda invasão do Parque Nacional do Iguaçu pelos Avá-Guarani (a primeira tendo ocorrido temporariamente em 2005), o jornalista captou na fala do Cacique Claudio Vogado, líder da invasão uma preocupação com o futuro: “Lá em Diamante [do Oeste] tem terras, mas pensamos no futuro. Daqui dois, três anos, vai faltar terra para nós, para nossos filhos viverem.”²³ Esta fala revela mais que uma estratégia de luta pela terra, demonstrando uma transformação na concepção de tempo e mesmo de historicidade.

Na primeira fase das pesquisas de campo, em 1990, numa conversa entre a pesquisadora, missionárias e a comunidade, o índio Pedro Alves Rerowyju expressou sua visão sobre as mudanças em sua cultura e sobre as táticas de cooptação utilizadas pelos invasores.

... o interesse principal dos brancos é a terra; para tomar as terras onde moram os Guarani, eles primeiro trazem os costumes deles, quer dizer, vêm com presentes, mostram coisas diferentes, ensinam coisas diferentes como comer, vestir... de início os índios gostam e aceitam os novos costumes, mas passado algum tempo, eles percebem a verdadeira intenção: fazer o índio deixar de ser índio, ocupar o seu território e usá-lo como mão de obra barata.

²³Seghati, Cassiane. “Em protesto, índios ocupam o Parque Nacional do Iguaçu, no Paraná”. 17 de outubro de 2013. <http://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2013/10/em-protesto-indios-ocupam-o-parque-nacional-do-iguacu-no-parana.html> Acesso em 27 de junho de 2018.

Não é que a gente quer seguir o sistema do branco. Hoje nós já não usamos tudo do nosso sistema. Não é que a gente não quer... porque não tem jeito... (Rocha, 1991, 48).

O trecho acima mostra que o processo de aprendizado e transformação foi contínuo, ainda que seu ritmo não tenha atendido às expectativas dos que trabalharam ao lado dos Avá-Guarani nas negociações com a Itaipu.

A consciência histórica que se desenvolveu como parte da narrativa do processo de luta pela terra não inseriu o grupo na história, uma vez que – como foi demonstrado também neste artigo – a história regional e mesmo a história nacional carrega traços da presença dos Avá-Guarani naquela região geográfica. Mas inseriu a história na narrativa Guarani, fazendo dela uma ferramenta de luta pela terra. Eric Wolf (2010) afirma que no processo de forçada convergência histórica, que aproximou culturas pelo mundo em séculos de colonização e fez com que grupos étnicos, considerados pela historiografia tradicional como povos sem história, passasse a constituir parte da história dos colonizadores e neste sentido, acabaram incorporando a história à sua própria narrativa. Para Wolf não existem povos sem história.

O canal de desvio, parte importante do projeto hidrelétrico e elemento marcante na luta de agricultores e índios pela terra e contra o grande projeto desenvolvimentista, foi aqui utilizado também como metáfora para a grande transformação que a alteração ambiental trouxe nas vidas e na trajetória histórica dos atingidos. Paradoxalmente, as ações de resistência e a organização de entidades e grupos envolvidos no processo provocou um desvio na conduta governamental e empresarial. Governo, empresa e a opinião pública foram forçados a reconhecer a presença dos indígenas na região e desviar, adaptar seus planos para responder às demandas destes e de outros atingidos. Ao final a história do Brasil também sofre um desvio, porque o ano de 1978 marca uma mudança radical na política brasileira, com a ascensão dos movimentos populares, entidades políticas e movimento indígena que viriam a alterar a constituição e a estrutura governamental.

A luta pela terra sem mal continua, mas a partir de Itaipu os Avá-Guarani do Ocoí abandonaram sua postura passiva e passaram – como grupo – a assumir a luta como sujeitos históricos capazes de alterar o devir.

Referências

- BRITO, José Maria de. *Descoberta de Foz do Iguaçu e fundação da Colônia Militar*. Curitiba: Travessa dos Editores, 2005.
- CABANAS, João. *A Coluna da Morte*, Araraquara: Unesp, 2014.
- CABEZA DE VACA, Alvar Nuñez. *Naufrágios e comentários*. Porto Alegre: L&PM, 1987.
- CARVALHO, Edgard Assis de. *Avá-Guarani do Ocoí*. Laudo antropológico. CIMI, ANAI, 1981.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural*. Lisboa: Difel, 1990.
- CICCARIELLO-MAHER, George. *Decolonizing dialectics*. Durham: Duke University Press, 2017.
- CLASTRES, Helene. *Terra sem mal: o profetismo Tupi Guarani*. São Paulo: Brasiliense, 1978.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. *Antropologia do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- DAVIS, Shelton. *As vítimas do milagre – o desenvolvimento e os índios do Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- DUNBAR-ORTIZ, Roxanne. *An indigenous peoples' History of the United States*. Boston: Beacon Press, 2014.
- DUSSEL, Enrique. *Filosofia da Libertação: Crítica à ideologia da exclusão*. São Paulo: Paulus, 1995
- FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- FOUCAULT, Michel. *Society must be defended. Lectures at the College de France 1975-1976*. New York: Picador, 2003.
- FUCHS, Werner. “Organizar o imprevisível? Metodologia da luta popular contra Itaipu”. *Proposta*, n. 46, pp. 9-15, 1990.
- FURTADO, Celso. *O Brasil pós-Milagre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- _____ *A Nova dependência: dívida externa e monetarismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982
- GAY, Peter. *O cultivo do ódio. A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- GERMANI, Guiomar. *Os expropriados de Itaipu: o conflito Itaipu versus colonos*. Cadernos do Propur n.3, Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grandes do Sul, 1982.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

- LEFORT, Claude. *As formas da História*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- LOPES, Joaquim Francisco. “Itinerário de Joaquim Francisco Lopes”, *Boletim do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 13 2ª. Edição, pp. 315-335, 1872.
- MARX, Karl. *O 18 Brumário e cartas a Kugelmann*. 7a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002
- MELIÁ, Bartomeu. *El Guarani, conquistado y reducido*. Asunción: CEADUC, 1986.
- MURICI, José Candido Lima. *A Foz do Iguassu*. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1896.
- OLIVEIRA, Luis Antonio & NASCIMENTO, Rita. “Roteiro para uma história da educação escolar indígena”, *Educação Social*, Campinas, v. 33, n. 120, jul.-set., pp. 765-781, 2012.
- PRIETO, Gustavo F.. “A luta entre terra e capital na ditadura brasileira”, *Mercator*, v. 16, 2017. <http://www.scielo.br/pdf/mercator/v16/1984-2201-mercator-16-e16003.pdf> Acesso em 30 de maio de 2018.
- ROCHA, Elaine P. Avá Guarani... Presente! Laudo histórico sobre a comunidade Avá Guarani do Ocoí. Xanxerê: Cimi-Sul, 1991. Manuscrito.
- _____ “Antes índio do que negro”, *Dimensões* n. 18, pp. 203-220, 2006.
- _____ *Canal de desvio: um estudo da experiência de agricultores e índios no confronto com a Itaipu Binacional*. Dissertação (mestrado em história), PUC-SP, 1996.
- _____ *Entre a pena e a espada: a trajetória de Leolinda Daltro 1959-1935 - Patriotismo, indigenismo, feminismo*. Tese (doutorado em história social), USP, 2002.
- SANTOS, Sílvio Coelho dos. “Sociedades indígenas e dominação do Estado”, in Sílvio Coelho dos Santos (org.) *O índio perante o direito uma questão de direitos humanos*. Florianópolis: UFSC/CNPq, 1985, pp 19-25.
- SCHADEN, Egon. “O índio Brasileiro: imagem e realidade”. *Revista Brasileira de História*, n. 110, v. 55, pp. 321-346, 1977.
- SINGER, Paul. *A crise do Milagre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- SMITH, Linda Tuhiwai. *Decolonizing methodologies: research and indigenous peoples*. New York: Zed Books, 2012.
- Suess, Paulo. “A história dos outros escrita por nós”, *Boletim CEHILA*, n. 47-48, pp. 48-54, 1994.
- WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.
- Wolf, Eric. *Europe and the people without history*. Berkeley: University of California Press, 2010.

Canal de Desvio: Os Avá-Guarani e a Construção da Itaipu Binacional

Resumo

Este artigo discute os acontecimentos que envolveram os Avá-Guarani da Comunidade Ocoí, da região de Foz do Iguaçu e a Hidrelétrica Binacional de Itaipu, por ocasião da construção da hidrelétrica e desocupação da área a ser atingida. Utilizando documentos oficiais, relatórios de missionários indigenistas e notícias apresentadas pela mídia no período, este estudo propõe uma história do evento sob a perspectiva dos índios, buscando entender o que levou a liderança da comunidade a aceitar um território muito menos do que o reivindicado. A moldura temporal deste estudo encontra-se concentrada nos anos de 1978 a 1982, ainda que para uma melhor compreensão a narrativa estenda-se a princípios do século XX, para entender a presença indígena na área, e até o século XXI, visando apresentar dados atualizados sobre o conflito. A análise teórica do conflito entre o Estado (representado pela Binacional) e os índios, fundamenta-se na proposta de uma história indígena e em autores que questionam as dinâmicas de dominação e resistência.

Palavras chave: Itaipu, hidrelétrica, Avá-Guarani, barragem, história indígena.

Diversion Canal: The Avá-Guarani and the construction of the Itaipu Binacional Hydroelectric Dam

Abstract

This paper discusses events involving the Avá-Guarani of the region of Foz do Iguaçu and the Binational Hydroelectric Plant of Itaipu, on the occasion of the construction of the project and evacuation of the area affected by the dam. Using official documents, missionary reports, and news stories presented by the media in the period, this study proposes a history of the event from the perspective of the Indians, seeking to understand what led the community leadership to accept a territory much smaller than claimed. The time frame of this study is concentrated in the years 1978 to 1982, although for a better understanding the narrative extends to the beginning of the 20th century, to understand the indigenous presence in the area and to the 21st century, aiming to present updated data about the conflict. The theoretical analysis of the conflict between the State and the Indians, is based on authors who question the dynamics of domination and resistance.

Palavras chave: Itaipu, hydroelectric plant, Avá-Guarani, dam, indigenous history.

Canal de Desviación: Los Avá-Guarani y la Construcción de la Itaipu Binacional

Resumen

Este artículo discute los acontecimientos que involucraron a los Avá-Guarani de la Comunidad Ocoí, de la región de la región de Foz do Iguaçu y la Hidroeléctrica Binacional de Itaipú, para la construcción de la hidroeléctrica y desocupación del área a ser alcanzada. Utilizando documentos oficiales, informes de misioneros indigenistas y noticias presentados por los medios en el período, este estudio propone una historia del evento desde la perspectiva de los indios, buscando entender lo que llevó la comunidad a aceptar un territorio mucho menos de lo reivindicado. El marco temporal de este estudio se encuentra concentrado en los años 1978 a 1982, aunque para una mejor comprensión la narrativa se extiende a principios del siglo XX, para entender la presencia indígena en el área, y hasta el siglo XXI, con el objetivo de presentar datos actualizados sobre el conflicto. El análisis teórico del conflicto entre el Estado (representado por la Binacional) y los indios, se fundamenta en la propuesta de una historia indígena y en autores que cuestionan las dinámicas de dominación y resistencia.

Palabras clave: Itaipu, hidrelétrica, Avá-Guarani, presa, historia indígena.

Políticas de Intervención con los Pueblos Originarios Mapuche y Qom en Argentina

Malena Castilla¹

Sofía Varisco²

Sebastián Valverde³

Introducción:

Uno de los fenómenos destacados en términos sociales, políticos y culturales de las últimas décadas, en América Latina —y también en la Argentina— ha sido la emergencia de los pueblos indígenas en la arena pública y su participación como sujetos sociales y políticos (Iturralde, 1991). A pesar de las políticas homogeneizadoras y negadoras de la diversidad que predominaron durante la mayor parte del siglo XX, en la década de 1970, comenzaron a emerger diversas organizaciones representativas de los pueblos indígenas. Luego, con el retorno de la democracia en Argentina (en la década de 1980) los grupos originarios irrumpieron en la escena pública con una presencia inusitada, que era inimaginable poco tiempo atrás.

En las décadas subsiguientes, se fue dando una consolidación de las organizaciones indígenas, la afirmación de estos procesos organizativos, las articulaciones con otros sectores sociales y un lento pero paulatino reconocimiento de sus demandas por parte de diversos niveles estatales. En este sentido, se fue dando una creciente visibilización a partir de las disputas efectuadas por el acceso a los recursos así como las demandas por una agenda de reivindicaciones propias basadas en la especificidad cultural, la regularización de de sus territorios, entre otros. En este sentido, las comunidades y organizaciones étnicas, han generado profundas transformaciones sociales, económicas y políticas logrando revertir la negación y exclusión que el Estado Nacional buscó imprimirle a estos pueblos.

¹ Becaria Doctoral, Instituto de Ciencias Antropologicas Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, Argentina. Contacto: malenacastilla@gmail.com

² Prof. en Cs. Antropológicas, Becaria doctoral, Argentina. Contacto: sofiavarisco705@hotmail.com

³ Ininvestigador del CONICET Instituto de Ciencias Antropologicas Facultad de Filosofía y Letras Universidad de Buenos Aires, Argentina. Contacto: sebaulverde@gmail.com

Como antes señalamos, con el retorno de la democracia, a partir del año 1983, se produjo un incremento en la organización y participación de los movimientos indígenas y a la vez una creciente formalización, fruto del accionar de estas organizaciones, por lo que también los pueblos indígenas se fueron constituyendo en “sujetos de derecho”. Se fueron obteniendo mayores niveles de reconocimiento, tanto en la sociedad como a través de la propia Constitución nacional (reformada en 1994) y de diversas legislaciones. Más cerca en el tiempo, a partir del avance de los pueblos indígenas en su reconocimiento social y jurídico se han promulgado diferentes legislaciones de gran impacto en los territorios y en las dinámicas de las diversas comunidades indígenas.

Como resultado de esta institucionalización, es que se han ido crecientemente instrumentado diversas legislaciones, programas y proyectos (socioproductivos y socioculturales) por parte de agencias estatales y no estatales, los cuales fueron destinados a atender problemáticas específicas de las mismas (salud, educación, vivienda, cooperativas de trabajo, mejoramiento de la producción doméstica, desarrollo comunitario, etc.).

La implementación de diferentes políticas y programas ha contribuido al desarrollo y al accionar de las organizaciones indígenas, que a partir de estas experiencias se van fortaleciendo por estos años, van generando diversas vinculaciones, contribuyendo a la instalación de la problemática indígena en la sociedad en su conjunto.

Brevemente, señalaremos que en la Argentina residen más de 40 pueblos originarios, que suman, aproximadamente, un millón de integrantes (sobre una población de más de cuarenta millones de argentinos).

El pueblo originario Mapuche, es uno de los más importantes demográficamente y reside, además de en el sur argentino, también en el vecino país de Chile. Este pueblo indígena sobrevivió a los ataques genocidas y etnocidas llevados a cabo a ambos lados de la cordillera de los Andes a fines del Siglo XIX (Radovich y Balazote, 2009). En el vecino país de Chile se asientan en la Octava, Novena y Décima Región y (como resultado de las migraciones) en la región Metropolitana, siendo en



este caso el pueblo indígena más significativo del país. En Argentina, se asientan en las provincias de Chubut, Río Negro, Neuquén, La Pampa y Buenos Aires (Radovich, 2003) conformando algo más de 200.000 miembros, lo que hace que sea el más importantes del país en términos demográficos (INDEC 2012). En la provincia de Río Negro el 7,1% se reconocen como perteneciente o descendiente de un pueblo indígena, mientras en Neuquén lo hacen un 7,9% (INDEC, 2015). La región cordillerana aquí analizada, se ubican en un porcentaje muy similar a los totales provinciales. En el conjunto de la región patagónica, un 6,9% de su población es indígena (INDEC, 2015).

El otro pueblo originario que analizaremos para la región chaqueña, es el grupo Qom, que cuenta con algo más de 100 mil habitantes que se auto reconocen como parte de esta etnia (INDEC 2012). Es importante resaltar que, la mayoría de este pueblo (75%) habita en la zona de Chaco, Formosa y Santa Fe, mientras que en la Provincia de Buenos Aires y la Ciudad Autónoma de Buenos Aires, se encuentra una presencia mayor de la esperada, alcanzando casi el 25% restante de los integrantes de esta población originaria. En la región del Nordeste Argentino (NEA) -conformada por las provincias de Chaco, Corrientes, Formosa y Misiones- el 2,5% forma parte de un pueblo indígena. Particularmente, la provincia de Chaco, que nos ocupa en este trabajo, es de los estados provinciales de esta región con mayor proporción de población indígena: 3,9%. Se trata de algo más de 40.000 integrantes de los pueblos originarios Qom (Toba), Mocoví, Wichí, Guaraní, Diaguita Calchaqui, Atacama y Quechua.

Las denominadas “políticas públicas” -entendidas como políticas sociales- en relación a los pueblos indígenas, son sumamente recientes, ya que, históricamente el Estado ha asumido activamente (desde su conformación en el Siglo XIX hasta bien entrado el Siglo XX) un rol beligerante primero y luego invisibilizador hacia estos pueblos.

A la hora de trabajar con diversos Organismos No Gubernamentales (ONG), gubernamentales y de financiamiento internacional, partiremos de aquellos debates referidos a la “antropología del desarrollo” y la “antropología para el desarrollo” (Isla y Colmegna, 2005; Viola, 2000) así como el del “postdesarrollo” (Escobar, 1998). En



este sentido, entendemos que la “antropología del desarrollo” es una crítica realizada al desarrollo institucionalizado a partir del auge y proliferación de organismos no gubernamentales sin fines de lucro (Ramos, 1992) que dieron lugar a numerosas investigaciones académicas que ponían el foco en dichas ONG y no en las problemáticas de las comunidades con las que trabajaban (Nustad, 2001). Por otro lado, la “antropología para el desarrollo” encierra un vínculo de intervención directa entre la disciplina antropológica y las instituciones que llevan a cabo dichos trabajos.

Nos centraremos en el trabajo que implementaron diferentes proyectos junto a los pueblos indígenas agrupados en organizaciones étnicas a partir de relaciones institucionales de poder (Foucault, 1998). Retomaremos el accionar que tuvieron diversas fundaciones, dado que se vienen vinculando de modo directo con las organizaciones indígenas de la zona. Dichas fundaciones, están constituidas por diversos científicos sociales, entre ellos antropólogos, que desempeñan tareas con las comunidades de la región. Podemos enmarcar, de este modo, el trabajo de las fundaciones en el concepto de “Antropología aplicada” (Sillitoe, 2007). Asimismo, dichos entes solventados con financiamientos internacionales, a partir de su trabajo territorial, generaron la participación de otras empresas y fundaciones que trabajan en red con las organizaciones indígenas de la zona (Escobar, 2005; Kidd, 1995; Ribeiro, 1999; Tizon, 1994).

En el caso de la región Nor-Patagónica abordaremos el rol histórico de Parques Nacionales como representante del Estado en los territorios donde se asentaban las indígenas (al igual que criollos de escasos recursos, chilenos, etc.). A la vez abordaremos como las legislaciones de los últimos años tuvieron gran impacto sobre las comunidades e influenciaron las nuevas políticas de Parques Nacionales para con las comunidades indígenas, como el reconocimiento de las poblaciones indígenas asentadas en el Nahuel Huapi en el año 2010 y el inicio de experiencias de participación en el “co-manejo”.

En función de estos objetivos, serán centrales para nuestro trabajo, los análisis de investigadores que estudian la acción de estas organizaciones y organismos en otras zonas del norte argentino dado que la participación de dichos entes fue



abundante y variada desde la década del 1980 (Castelnuovo, 2014; Gimeno et. al, 2005; Novo, 2006; Postero, 2007; Speed, 2008; Trincherro y Leguizamón, 1995). Para el caso de Nor-Patagonia retomaremos trabajos de autores que analizan a las comunidades mapuches y la vinculación con diversos entes estatales, del ámbito nacional, provincial y municipales -entre ellos la Administración de parques Nacionales- dada la importancia que posee en la zona seleccionada (Valverde, 2010, 2011, 2013; Radovich, 2003, 2013; Radovich y Balazote, 1995; Balazote y Radovich, 2003; Galafassi, 2012; Hadad, 2009; Alwin Oyarzún, 2008; Briones, 2007; Juliano, 1996; Bandieri, 2005). En el caso específico del Parque Nacional Nahuel Huapi, la menor presencia demográfica indígena en comunidades rurales tangibles -y de Organizaciones No Gubernamentales-, es menor si la comparamos con el vecino Parque Nacional Lanín o vecinos departamentos Neuquinos de Lácar, Huiliches y Aluminé, configura un ámbito sumamente específico. Por ello, la mayor parte de los trabajos de la región se refieren a dichas zonas, centrados mayormente en relación a diversos proyectos productivos en comunidades Mapuche, tal como lo han efectuado diferentes aportes (Stecher, 2011) y lo hemos abordado en trabajos colectivos -como en relación a los procesos de producción y comercialización de artesanías atendiendo a su dimensión material y simbólica (Rotman et al. 2007)-. Cabe resaltar, asimismo, que dado que los pueblos que trabajamos aquí se auto- adscriben indígenas, los escritos vinculados al denominado “etnodesarrollo” serán relevantes en esta investigación (Bonfil Batalla, 1982; Valencia, 1996).

En esta misma línea retomaremos a los autores Hobart (1993); Grillo (1997); Gudynas (2009); Lins Ribeiro y Escobar (2006) para explicar que los proyectos de desarrollo en muchas ocasiones se ejecutan poniendo en juego promesas de soluciones que no sólo son inalcanzables, sino que profundizan los problemas preexistentes. Abordaremos particularmente los trabajos que analizan de qué manera dichos organismos utilizan los recursos tradicionales, basándose en sus propias trayectorias e interpretaciones, sin referenciarse con los actores locales, generando la aplicación de estos recursos a través de políticas de desarrollo que no tendrán un impacto frente a



las necesidades de los pobladores del territorio (Barrig, 2001; Nygren, 1999; Stilloe, 2006; Valencia, 1996).

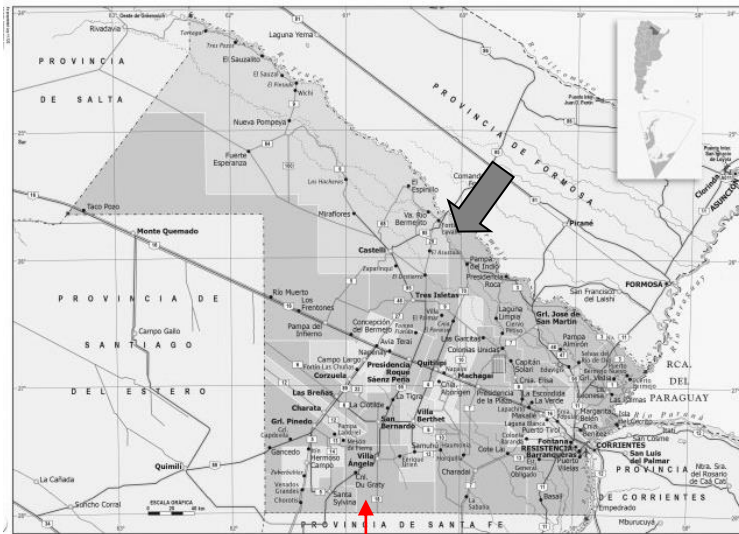
Para el desarrollo de este artículo, recuperamos la experiencia de las investigaciones y labores que venimos realizando desde hace años. Nos hemos apoyado en el método etnográfico basado en la observación participante y entrevistas abiertas, junto con el trabajo de fuentes secundarias, como documentos institucionales, diarios zonales y autores que trabajan el tema. En este sentido, lo abordamos desde una etnografía multisituada (Roca I Girona, 2011, 2014) realizando un abordaje etnográfico y comparativo entre las dos regiones y pueblos planteados: la región Nor-Patagónica (ver mapa N° 1 y N° 3) y el norte de la provincia de Chaco (ver mapa N° 1 y N° 2), para ver la aplicación de las diversas políticas de intervención que se vienen implementando en torno a las comunidades indígenas de estas zonas- específicamente abordaremos las comunidades Mapuche y Qom- a partir del financiamiento de distintos organismos de desarrollo tanto públicos como privados. En este sentido, nos centraremos en el trabajo que vienen efectuando los organismos del gobierno nacional y provinciales y locales, así como agencias internacionales, fundaciones, asociaciones civiles sin fines de lucro, entre otros. Siguiendo esta línea, buscaremos analizar de qué manera los integrantes de los pueblos originarios junto a sus agrupaciones etnopolíticas, han logrado una creciente visibilización de sus demandas y derechos frente a las imposiciones y condiciones de dichos organismos en la aplicación de tales proyectos.



Mapa N° 1: Mapa de la República Argentina

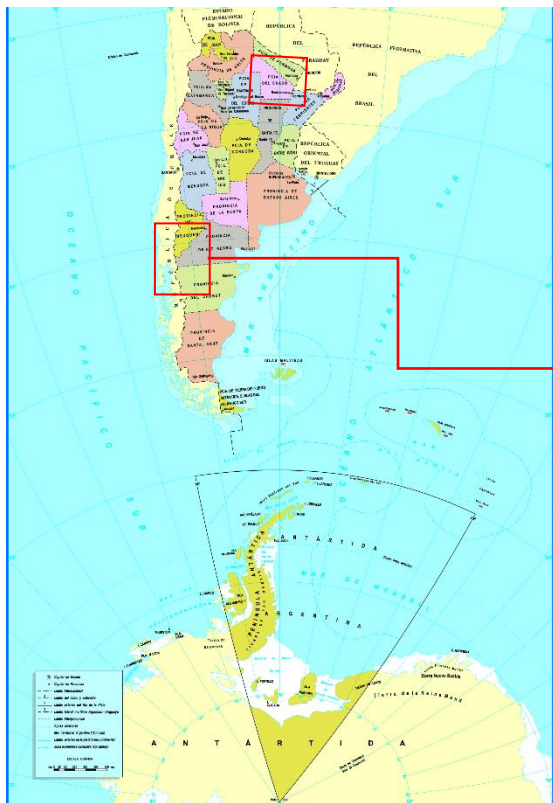
Mapa N° 2: Mapa de la Provincia de Chaco

Mapa 2: corresponde a la provincia de Chaco. La flecha señala la ubicación de la localidad de Pampa del Indio que se encuentra al noroeste de la Provincia. El municipio al que pertenece corresponde al Departamento "Libertador General José de San Martín" (Fuente: Instituto

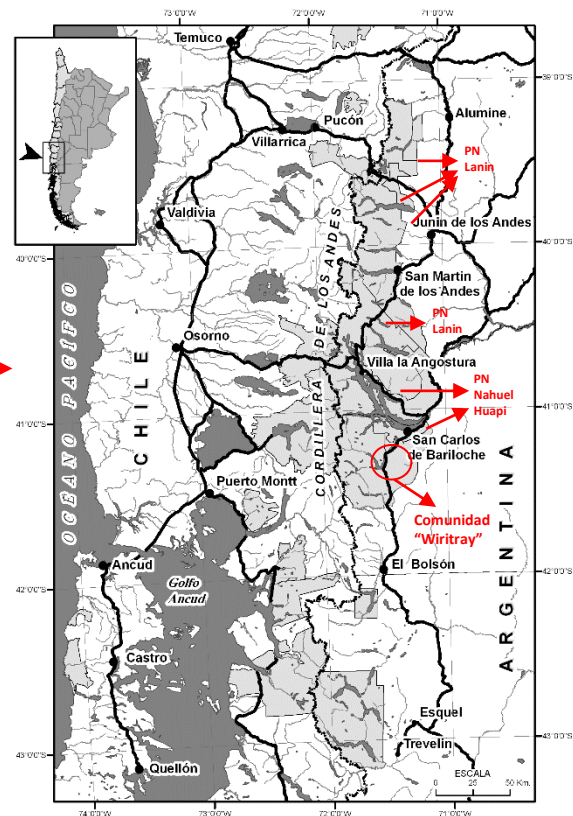


Mapa N° 3: Mapa del corredor de los lagos de Norpatagonia argentina





Fuente: Instituto Geográfico Nacional.



Fuente: Cartógrafo Eduardo R. García. Elaborado sobre datos pertenecientes a la Dirección Catastro de la provincia del Neuquén. Laboratorio de Información Geográfica Forestal- Coordinación de Políticas Forestales- Ministerio de Ordenamiento Territorial- Prov. Neuquén.

Los pueblos indígenas como sujetos de derecho y las políticas públicas

Como señalamos al inicio de este trabajo, la afirmación de estos pueblos como sujetos de derecho y como agentes sociales y políticos, es que vienen efectuando una serie de reivindicaciones por sus territorios, su identidad étnica, su cultura y sus derechos específicos, revirtiendo la tendencia histórica a la negación y la invisibilización por parte del Estado y de los sectores hegemónicos nacionales, regionales y locales (Valverde 2013). Así es como se explica la aplicación de diferentes legislaciones que conllevaron un viraje desde políticas que pueden caracterizarse como “asimilacionistas” e “integracionistas” —que fueron la constante de gran parte del siglo XX— hacia la aplicación de diferentes acciones enmarcadas dentro del denominado “indigenismo de participación” (Gorosito Kramer 2008).



Con la consolidación de la democracia y el accionar de las organizaciones indígenas, se vienen sancionando una serie de leyes, se modificaron la carta magna nacional, las provinciales y las normativas de algunos municipios con presencia indígena. En efecto, con la reforma de la Constitución Nacional del año 1994⁴, se reconoció, con rango constitucional, la preexistencia de los pueblos originarios. Previamente a dicha reforma, la herramienta legal de los pueblos indígenas fue la Ley Nacional N° 23.302 sobre “Política Indígena y Apoyo a las Comunidades Aborígenes”, promulgada en 1985. En el año 1992, la Argentina firmó el Convenio N.º 169 de la Organización Internacional del Trabajo (órgano dependiente de la Organización de las Naciones Unidas), uno de los instrumentos jurídicos más importantes en el ámbito internacional con respecto a los derechos de los pueblos indígenas. El objetivo del mismo fue mejorar las condiciones de vida y de trabajo de los pueblos indígenas. Este convenio fue ratificado en el año 2001 por la Ley N.º 24.071 y significó un cambio de perspectiva respecto a la concepción integracionista previa que proponía asimilar a los pueblos dentro de la cultura oficial.

Más cerca en el tiempo, a partir del avance de los pueblos indígenas en su reconocimiento social y jurídico se han promulgado diferentes legislaciones de gran impacto en los territorios y en las dinámicas de los diversos pueblos indígenas⁵.

⁴ En 1994, por medio de la reforma constitucional, se reconoció la preexistencia étnica y cultural de los pueblos indígenas a la conformación del Estado Nacional, lo cual implicó un gran avance en el reconocimiento de los pueblos originarios (Art. 75, Inc. 17).

⁵ Tal es el caso de la Ley 26.160 (año 2006 y prorrogada en 2013 hasta 2017) de “*Emergencia y Regularización de la Propiedad Comunitaria Indígena*”, la Ley Nacional N° 26.331 de “*Presupuestos Mínimos de Protección Ambiental de los Bosques Nativos*” (del año 2007) –conocida como “*Ley de bosques*”–, que en este caso no tiene como destinatario exclusivo a los pueblos indígenas, pero que puede involucrarlos junto con otros sectores sociales. De esta misma característica, es la Ley N° 26.737 “*Régimen de Protección al Dominio Nacional sobre la Propiedad, Posesión o Tenencia de las Tierras Rurales*” –denominada “*Ley de Tierras*” –que puso cierto freno a la extranjerización de tierras. Otras legislaciones también poseen gran trascendencia, como Ley de Educación Nacional N° 26.206 que instaura a la “*Educación Intercultural Bilingüe*” (EIB); la Ley N° 26.502 de “*Servicios de comunicación audiovisual*” –que posibilitó la conformación de medios comunitarios administrados por los diferentes pueblos–. También se encuentra el reconocimiento de diferentes comunidades a través RENACI (Registro Nacional de Comunidades Indígenas) con la consiguiente obtención de las correspondientes personerías jurídicas como comunidades ante el Instituto Nacional de Asuntos Indígenas (INAI).

Por otro lado, es importante señalar que junto con la sanción de estas leyes, producto de este creciente accionar y reconocimiento social y jurídico hacia los pueblos originarios, se han introducido en los diferentes organismos oficiales los componentes “indígenas” dentro de las diversas políticas públicas.

Ahora bien, en relación con las diferentes legislaciones -y en especial en lo que respecta a la regularización territorial- estas prerrogativas en los hechos presentan grandes dificultades en su concreción. Se dan brechas considerables (en algunos casos abismales) que separan “la ley escrita” de lo que sucede “en los hechos”. Un ejemplo paradigmático es el de la Ley 26.160 (*de emergencia en materia de posesión y propiedad de tierras que tradicionalmente ocupan las comunidades indígenas originarias del país*), o las dificultades con la instrumentación de “la ley de bosques” (Ley N° 26.331).

La primera región aquí trabajada, se trata de la provincia de Chaco. Es un área dedicada a la producción agrícola y la explotación forestal, en donde conviven comunidades indígenas, población criolla, grandes productores extranjeros y criollos, y las instituciones del Estado. La propiedad de las tierras constituye uno de los principales ejes de conflicto entre estos agentes, en el cual emerge la complejidad de las fronteras espaciales y culturales.

Tal como mencionamos anteriormente, la provincia de Chaco posee el 3,9% de población indígena, mientras que en la localidad de Pampa del Indio -aquí trabajada- la presencia indígena es muy destacada. Se trata de una localidad ubicada al norte de la provincia de Chaco, en el departamento Libertador General San Martín. Según el Censo realizado por el INDEC, en el año 2001 vivían en dicha localidad 11.558 habitantes y en los datos del último censo del año 2010, la población registrada fue de 13.675 personas. Más de la mitad de este porcentaje vive en parajes de entre 700 y 800 habitantes, el resto de la población reside en parajes con menos de 350 personas, es decir, en los montes de la región (INDEC, 2001, 2012). Cabe mencionar que, en esta localidad, solo se encuentran habitantes indígenas del pueblo Qom. En este sentido, resulta significativo pensar estos números al momento de analizar las políticas públicas gubernamentales y no gubernamentales que son ejecutadas en el territorio.

En la localidad de Pampa del Indio, en la provincia de Chaco, interactúan diversos actores en relación a las organizaciones etnopolíticas. Entre estos actores, encontramos a aquellos organismos religiosos que trabajan en la actualidad en el territorio y que se instalaron en la región en la década de 1960, a partir de la creación de la Teología de la Liberación. Dicha corriente expresaban que el evangelio manifiesta una preferencia por los pobres y por aquellos que se ven privados de su libertad, ya sea porque están condenados a una vida de miseria económica, social, ideológica o cultural. Para dichos referentes, es imprescindible reconstruir los vínculos de solidaridad social. En este escenario donde los organismos religiosos comenzaron a trabajar con las comunidades indígenas, también se vinculaban con las comunidades los organismos gubernamentales a partir de políticas públicas del orden municipal, provincial y nacional. Entre dichas políticas hay un amplio margen que se implementa entre los pueblos indígenas y corresponde a subsidios, becas, programas sociales y medidas provinciales ejecutadas a través de organismos locales como construcción de alambres perimetrales en territorios étnicos o la fiscalización y regulación de los territorios fiscales y privados. Todas estas políticas afectan directa o indirectamente a las comunidades que habitan la zona, pero también se entrecruzan y vinculan aquellas agencias internacionales que a partir de sus financiamientos trabajan con dicha población. Posteriormente nuevos actores interceden en este escenario y forman parte del mapa de actores: las fundaciones y asociaciones civiles, muchas veces vinculados a los empresarios instalados en los territorios y auspiciados por el Estado en detrimento de las comunidades. A lo largo del artículo analizaremos con mayor detalle estas cuestiones relevantes para la zona trabajada.

La segunda región a la que nos referiremos, es la zona cordillerana de Norpatagonia⁶, donde en el año 1934 se creó —mediante la Ley N° 12.103— la Dirección de Parques Nacionales (que luego se denominará Administración de Parques Nacionales-

⁶ La Patagonia constituye la parte más austral de América del Sur. Comprende los territorios del sur de Chile y de la Argentina. En la Argentina, abarca un sector de la provincia de Buenos Aires, junto con La Pampa, Neuquén y Río Negro. Estos distritos corresponden al área norte de la Patagonia (Norpatagonia), región que abordamos en este trabajo. En cambio, la sección sur está compuesta por las provincias del Chubut, Santa Cruz y Tierra del Fuego (Ver Mapa N° 1).

en adelante APN-), como estrategia política y económica para controlar un territorio estratégico. Así fue como se fundó el Parque Nacional Nahuel Huapi -primer área protegida de Sudamérica- ubicado entre las actuales provincias de Neuquén y de Río Negro. Junto con el Nahuel Huapi, se creó el Parque Nacional Iguazú (en la provincia de Misiones en el Nordeste del país), y tres años después (en 1937), el Parque Nacional Lanín.

Históricamente, la Administración de Parques Nacionales jugó un rol sumamente protagónico en la construcción y consolidación del Estado en esta región, por ello fueron inicialmente “el principal referente del Estado Nacional sobre el territorio” (Valverde, 2010, p. 73), que desde ya se estableció sin el consentimiento de las comunidades mapuches que allí habitaban (al igual los pobladores de otros orígenes). Consolidó —a partir de la arquitectura que se transformó en característica de la zona— la imagen de un área pretendidamente “natural”, “virgen”, con reminiscencias “alpinas”, condensada en la imagen de una pretendida “Suiza Argentina”. Este imaginario promovido por la elite conservadora en las primeras décadas del siglo XX, contribuyó a profundizar el proceso de expulsión y negación de “chilenos” e “indígenas”. Se acentuó así el proceso de estigmatización y persecución del cual ya eran objeto desde la denominada “Conquista del Desierto”, que tuvo lugar a fines del siglo XIX.

Durante los últimos años del Siglo XX y lo que va del XXI las organizaciones y comunidades mapuches han establecido diversas vinculaciones y articulaciones junto con organismos de derechos humanos, diversos profesionales, organizaciones ambientalistas ecologistas que han conseguidos diversos logros producto de la movilización. Esto se condice y retroalimenta con la creciente visibilidad del movimiento indígena en el resto del país y en toda América Latina, las dinámicas de “re-emergencia”, “reactualización de la identidad”, “transfiguración étnica” (Ribeiro, 1971; Bartolomé y Barabas, 1996) o “revival de lo étnico” (Vázquez, 2000) marcada por crecientes protestas, ampliación del sentido de pertenencia a una identidad étnica y



nuevas demandas con el fin de apropiarse de instrumentos e instituciones del Estado (Bengoa, 2009).

Los procesos históricos particulares en la zona que actualmente conforma el Parque Nacional Nahuel Huapi y sus municipios aledaños -Bariloche y Villa la Angostura- mediante la enajenación e invisibilización de los diversos pobladores de la zona, han llevado a que los integrantes del pueblo indígena negaran su identidad durante muchos años. En efecto, la conformación del Parque Nacional Nahuel Huapi — con sede en la ciudad de San Carlos de Bariloche— devino en la expulsión hacia los ámbitos rurales y, en muchos casos, en la necesidad de migrar a localidades y zonas aledañas. Este es uno de los factores que ha llevado a disminuir la presencia de “comunidades” tangibles en las áreas rurales o periurbanas, en comparación con otras regiones próximas (como San Martín de los Andes, Junín de los Andes, Aluminé, El Bolsón, etc.).

El primer antecedente en Argentina de co-manejo fue el caso del Parque Nacional Lanín (PNL), Neuquén, donde se asentaban siete comunidades indígenas mapuches cuyos derechos fueron históricamente vulnerados. Frente a la amenaza de un posible desalojo en el año 1999, las comunidades Mapuche junto a la Coordinadora Mapuche Neuquina (CMN) se movilizaron para frenar dicho atropello y en pos del reclamo de la participación en el manejo del Parque⁷ (Villalba, 2016).

Este caso se vincula con la implementación y desarrollo de diversas experiencias de participación de los movimientos indígenas en entes estatales como la participación etnopolítica en municipios de Argentina, Ecuador, Bolivia, Chile, entre otros (de Sousa Santos, 2010).

⁷ En el año 1999, la conducción del Parque Nacional Lanín (con sede en la vecina localidad de San Martín de los Andes) intentó desalojar a la familia mapuche Quilapán y se produjo una inédita e inesperada movilización de las organizaciones y comunidades indígenas, junto con trabajadores del Parque Nacional (nucleados en su sindicato, la “Asociación de Trabajadores del Estado”). Las acciones desarrolladas que implicaron la toma de la intendencia del Parque, diversas declaraciones públicas, etc., no solo detuvieron el intento de desalojo, sino que trajeron como consecuencia el cambio en las autoridades y en las políticas del Parque, ya que además coincidió con el cambio de Gobierno a nivel nacional (finalizaba la presidencia de Carlos Menem 1989-1999 y se iniciaba la de Fernando de la Rúa) y con el recambio en las autoridades de la Administración de Parques Nacionales (dependiente del Estado nacional). Así es como se inició el denominado “co-manejo”.



En el año 2010 en el Parque Nacional Nahuel Huapi crearon un programa participativo de comanejo⁸ entre las comunidades asentadas en la jurisdicción y la Administración de Parques que busca trabajar con los problemas de las comunidades, su desarrollo y el territorio.

La región de los lagos de Norpatagonia argentina cuenta con grandes bellezas naturales, al asentarse en un entorno de paisajes boscosos y espejos de agua en forma de lagos, ríos y arroyos que recorren la geografía compuesta por montañas que forman parte de la cordillera de los Andes (que oficia de límite natural con el vecino país de Chile).

Esto explica que desde hace décadas-últimos años del siglo XX- la Patagonia, en general, y esta zona cordillerana, en particular, viene teniendo una creciente importancia, y se consolida como un centro turístico, de servicios y de actividades político-administrativas centradas en las localidades de esta región como San Carlos de Bariloche, Villa la Angostura, San Martín de los Andes, El Bolsón, Esquel, etcétera. Los impactos sociales de la concentración de la tierra y la expulsión de la población de los bosques nativos se asocian principalmente a la acelerada expansión turística e inmobiliaria que trajo consigo profundos cambios para el pueblo indígena mapuche, cuyos territorios se han ido valorizando paulatinamente por ser un recurso altamente valorado por la elite como atractivo “natural” por ser rica en paisajes, agua y recursos forestales.

Esto los ha llevado a protagonizar diferentes litigios con variados actores (en especial, propietarios privados) y con algunos niveles estatales, lo que produce situaciones de gran conflictividad. Esta expansión de diversas actividades económicas —o de las “fronteras productivas”— en ámbitos donde están asentados estos pobladores rurales, es plenamente coincidente con la situación de otros grupos indígenas y de pequeños productores rurales a lo largo del país (Tamagno, 2012). También es comparable a lo que viene ocurriendo con el pueblo mapuche en el vecino

⁸ Programa de pobladores y comunidades de pueblos originarios del Parque Nacional Nahuel Huapi.



país de Chile —principalmente, a partir de la expansión de la actividad forestal y la construcción de centrales hidroeléctricas y carreteras (Alwin Oyarzún, 2008)—.

Ahora bien, podemos aseverar que actualmente, a pesar de los avances, muchas de las legislaciones promulgadas siguen sin ser plasmadas en acciones concretas y presentan dificultades o variadas controversias en su implementación. Pero a pesar de dichas contradicciones, los pueblos indígenas se valen del entramado legal los derechos ancestrales y humanos que los respaldan en la búsqueda de recuperar el territorio ancestral.

Pero, a la vez —tal como hemos destacado en diversas oportunidades (Trincherro y Valverde 2014), y en la misma línea de diferentes autores (Radovich 2011; Bartolomé 2010; Tamagno 2012)— se advierte una estructura económica que contrasta radicalmente con estos derechos previstos en el marco legal y que genera expulsión y desterritorialización de los pueblos indígenas, mayores niveles de desigualdad social y un agravamiento en sus condiciones de vida (tendencia que se viene acentuando en estos últimos meses). Uno de los aspectos en que se ven reflejadas dichas violaciones hacia los derechos de los pueblos originarios es, precisamente, la creciente criminalización y judicialización de los reclamos indígenas, la que se viene acrecentando aceleradamente en los últimos meses, y que hemos dado una serie de respuestas desde los ámbitos universitarios (ver Grant Baines et al., 2017).

Parte de esta compleja realidad son las enormes contradicciones y heterogeneidades del Estado en sus diferentes niveles e instancias (como los Poderes Ejecutivo, Legislativo y Judicial). Como hemos visto en relación al Municipio de Villa la Angostura, la negativa a reconocer la preexistencia del pueblo mapuche en el ámbito local es un ejemplo paradigmático de cómo, a pesar de los derechos previstos hacia los pueblos originarios (a través de la Constitución Nacional y las provinciales, diversas legislaciones y convenios internacionales), en los hechos, tales prerrogativas se siguen desconociendo.

Las políticas de intervención en relación a los pueblos indígenas y “pobladores” en el Parque Nacional Nahuel Huapi

En la zona del Parque Nacional Nahuel Huapi y sus municipios aledaños es escasa la presencia de las organizaciones no gubernamentales que instrumentan diferentes políticas con pueblos indígenas. En cambio, la institución del Parque Nacional Nahuel Huapi en sí -a través del co-manejo- ocupa un rol fundamental, en la instrumentación de diferentes proyectos, a veces financiados por otros organismos públicos y otras veces por organismos no gubernamentales y agencias de cooperación internacional. Otros organismos que aplican diferentes políticas -además de la Administración de Parques Nacionales- se encuentran el Instituto Nacional de Asuntos Indígenas (INAI), Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria (INTA), Subsecretaría de Agricultura Familiar, PRODERPA, Municipalidades locales, Bibliotecas públicas y populares, Asociación Civil Mercado de la Estepa Quimey Piuke (en lengua mapuche “mapudungun”, “Buen Corazón”), Asociación Civil Surcos Patagónicos, Programa Social Agropecuario (hoy Subsecretaría de Agricultura Familiar). Se destacan intervenciones de organismos educativos de nivel terciario, o de formación docente o bien las propias Universidades locales. Entre estas últimas se encuentran los trabajos que realizamos desde nuestras instituciones. Tal es el caso de la Universidad Nacional del Comahue, la Universidad Nacional de Río Negro, de Buenos Aires y Nacional de Luján y el Consejo Nacional de investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET).

Nos centraremos en un ejemplo dos casos para dar cuenta de las intervenciones que han tenido lugar en los últimos años. Uno apuntando al desarrollo de una actividad más de corte “socioproductiva” y otra más de tipo “sociocultural”.

La primera que tomaremos refiere a la jurisdicción del Parque Nacional Nahuel Huapi, en la margen sur (en la provincia de Río Negro), a unos 25 km al sur de la ciudad de San Carlos de Bariloche (ver mapa N° 2), sobre la margen norte del lago Mascardi (Relmu Lafken, que en lengua mapuche “mapudungun” significa “lago de los siete colores”).

Desde hace más de un siglo, se asientan en esta zona las familias Inaleff, Treuque y Rauque, que hace más de quince años se conformaron como “comunidad Wiritray”.

Cuando en el año 1934 se fundó el Parque Nacional Nahuel Huapi, se le otorgó a

esta comunidad un “Permiso Precario de Ocupación y Pastaje”. El hecho de haber contado con esta autorización —aun con las grandes limitaciones de esta figura jurídica— les permitió permanecer en la zona y contar con cierta legitimidad para obtener el posterior reconocimiento ante los organismos oficiales.

Durante décadas, desarrollaron tareas agrícolas como pequeños productores rurales, tales como la siembra de hortalizas, legumbres y cereales, además de la cría de animales; pero ante las limitaciones para desarrollar y comercializar las actividades agrícola-ganaderas fueron migrando a la ciudad de San Carlos de Bariloche (o zonas periurbanas cercanas) para desempeñarse en diferentes trabajos asalariados.

En el año 1998, las familias Inaleff, Treuque y Rauque iniciaron los trámites para obtener la personería jurídica por parte del Instituto Nacional de Asuntos Indígenas (INAI), que finalmente se concretó en el año 2000 (Resolución N° 241, expediente N° 9561/99). Por su parte, el Parque Nacional Nahuel Huapi también efectuó dicho reconocimiento, y esta se convirtió así en la primera comunidad formalizada en su jurisdicción (Valverde 2013).

Uno de los “disparadores” de este pedido de regularización como “comunidad” fue que el concesionario del camping agreste (ubicado en la cabecera norte del lago Mascardi) avanzaba cada vez más sobre el territorio ancestral de las familias Inaleff, Treuque y Rauque, con los riesgos que ello implicaba. Ante un nuevo llamado a licitación del camping, estas familias indígenas solicitaron a Parques Nacionales la suspensión de dicha acción administrativa, elevando al mismo tiempo un proyecto de manejo del área de acampe agreste por parte de la propia comunidad (con autodeterminación y administración de sus propios recursos). Acorde con el creciente reconocimiento social y jurídico hacia los pueblos originarios, desde hace 15 años aproximadamente, los integrantes se organizaron y administran el área de acampe. Con este cambio sustancial, intensificaron el desarrollo de diferentes actividades turísticas en su territorio ancestral que ha redundado en una “territorialización” de estas familias.





Sal6n destinado a difundir la cultura Mapuche y para la venta de diferentes productos, comunidad Mapuche “Wiritray”, Departamento “Bariloche”, Provincia de R6o Negro.

De esta manera, la comunidad inici6 la construcci6n de un centro destinado a difundir la cosmovisi6n Mapuche, preservar la biodiversidad y promover el turismo sustentable (Diario “R6o Negro”, 17 de Enero de 2002). Sus integrantes trabajaron en la construcci6n de un sal6n (de 180 metros cuadrados) a orillas del lago, emprendimiento que cont6 con el apoyo de la Secretar6a de Turismo de la Naci6n, qui6n otorg6 una partida de fondos para la construcci6n de fogones y sanitarios. Tambi6n cont6 con el respaldo de Parques Nacionales (que aport6, adem6s del apoyo institucional, materiales para las obras) (ver fotograf6a adjunta). Para finalizar, cabe destacar que la experiencia de la comunidad Wiritray constituy6 un antecedente fundamental para otros “pobladores” en jurisdicci6n del Parque Nacional Nahuel Huapi, que comenzaron a solicitar tal estatus como “comunidades mapuche” . Otros de los proyectos desarrollados con comunidades Mapuche, son los que desarrollamos como parte del 6mbito acad6mico y son instrumentados junto a diversos organismos - como el Instituto Nacional de Asuntos Ind6genas, Bibliotecas populares, Universidades, Organismos de Cooperaci6n internacional, etc. Los mismos tienen por objetivo recuperar las vivencias, historias y trayectorias de las diversas comunidades y



las problemáticas actuales de las mismas. Estos trabajos -a los que haremos referencia muy brevemente por motivos de espacio- representan una arista fundamental para el posicionamiento de las diversas organizaciones y como insumo de diferentes proyectos y políticas públicas⁹.

Descripción del proyecto “Infraestructura Vial para el Desarrollo del Norte Grande” en el norte chaqueño

El proyecto “Infraestructura Vial para el Desarrollo del Norte Grande” (de aquí en adelante DNG), se ejecutó en el norte de la provincia de Chaco, a través de la intervención del Ministerio Nacional de Planificación Federal de Inversiones¹⁰. Este ministerio recibió fondos del Banco Internacional de Reconstrucción y Fomento (BIRF), para la implementación del convenio 7991.AR en el año 2011. El mismo, constaba de un préstamo de 400 millones de dólares estadounidenses para la realización de obras de mejoramiento, ampliación y rehabilitación de tramos prioritarios de la red vial provincial en la región del norte argentino.

En este sentido, el Estado Nacional argentino a través del Ministerio de Planificación, concluyó en realizar mejoras edilicias en la Ruta Provincial N° 3 (RP3), que contiene el tramo Pampa del Indio- Villa Río Bermejito, con los fondos asignados para dicho proyecto. Entre los objetivos específicos que se presentan en el pliego del proyecto encontramos: 1) mejorar condiciones de accesibilidad y conectividad de los circuitos de actividad económica y productiva con mercados locales y externos; 2) Reducir los costos operacionales vehiculares y tiempos de viaje; 3) aumentar la competitividad de las industrias de la región, entre otros objetivos¹¹. Es decir, tales objetivos resultan importantes a la hora de comprender cuál es la finalidad que busca

⁹ Ver trabajos resultados de este tipo de proyectos, como Ghioldi (2019) y ODHPI (2013).

¹⁰ El Ministerio de Planificación Federal e Inversiones fue uno de los ministerios de Argentina durante diversas gestiones presidenciales. Hasta la asunción de Mauricio Macri como presidente de la Nación, el Ministerio estaba a cargo de la conducción de Julio De Vido, ministro que se mantuvo en su cargo durante los gobiernos de Néstor Kirchner (2003-2007) y Cristina Fernández de Kirchner (2007-2011 y 2011- 2015).

¹¹ (Unidad de coordinación de proyectos y programas con financiamiento externo, disponible en: <http://www.ucpypfe.gov.ar/BirfPIVNG-LPI1-11.html>. fecha de consulta: 15 de mayo de 2018

alcanzarse con dichas obras, que no es otra que aumentar la productividad local y generar nuevos mercados a partir del aumento de la competitividad y la reducción de costos.

Este proyecto, para implementarse debía, necesariamente, trabajar en relación con las poblaciones locales que se vienen afectadas por las obras. Dado que la RP3 se encuentra en un área donde las poblaciones indígenas viven a los márgenes de esta, se estableció la implementación del Plan Pueblos Indígenas (PPI). El objetivo de este plan es asegurar que las obras de los programas de infraestructura vial incluyan medidas para evitar efectos adversos sobre las comunidades. Según los documentos del proyecto, en el caso de que esto sea inevitable, buscarán reducirlos o conectar a dichas poblaciones a través de beneficios sociales y económicos pero que se implementen desde un abordaje internacional respecto de la obra que se realiza. Para ello, se confeccionó un circuito de identificación de comunidades con fines turísticos para que los usuarios que transitan la RP3 sepan donde habitan los pueblos originarios y los atractivos que ellas brindan.

Ahora bien, el objetivo de la pavimentación de la RP3 -es de destacar que fue una pavimentación y no la construcción de una ruta que ya estaba trazada- era el de garantizar la conexión vial de las zonas de explotación agrícola, ganadera, forestal y turística con centros de comercialización a través de corredores nacionales e internacionales.

Nos interesa hacer un paréntesis en este punto para mencionar que en esta región, a partir de la década de 1990, a través de las privatizaciones de territorios tanto en el norte como en el sur del país donde se produjo el retroceso de bosques y montes nativos en detrimento de la instalación de empresas vinculadas a la industria agrícola ganadera en dicha zona. En este sentido, nos parece importante mencionar, que la obra destinada a la pavimentación de la RP3 beneficia directamente al anillo productivo conformado por dichas empresas. Ahora bien, es menester dar cuenta que en esta región tales empresas se vinculan a través de sus negocios pero también de las fundaciones que sus presidentes dirigen. Dichas fundaciones sin fines de lucro se



comienzan a visualizar en el territorio a partir de su labor junto a las organizaciones étnicas, a partir de la ejecución del PPI.

En este contexto el PPI se implementó con el objetivo de ‘efectivizar una gestión ambiental y social’ del proyecto de infraestructura en diferentes ejes, entre ellos: evolución de los impactos ambientales; el hábitat natural; gestión de bienes culturales; pueblos indígenas; entre otros. Catalina, ex integrante del equipo que coordinó la implementación del proyecto de DNG, estableció que muchas veces, estos planes de pueblos indígenas, son ejecutados en pos de proteger los intereses vinculados a las transferencias de capitales y arreglos entre los entes gubernamentales:

“La asistencia de esta unidad, deriva de los condicionamientos de los bancos para hacer los préstamos, no deriva de la intención de proteger el ambiente o los pueblos indígenas del área rural, más allá de lo que hace cualquier empresa de evitar que los rentistas ‘molesten’” (Catalina, Coordinadora del proyecto de Desarrollo del NA, marzo 2016).

Es decir, según Catalina esta adenda se establece para garantizar la mayor efectividad en la implementación de los objetivos del proyecto que mencionamos párrafos atrás. Para ello, resulta necesario contener posibles conflictos sociales que pueden suscitar en el territorio. En este caso y en función de esta salvaguarda que exige trabajar con las comunidades que se vieran afectadas por las obras, se contrató a la Fundación Noreste Argentino (de aquí en adelante Fundación NEA), que trabaja en la región desde la década de 1990. La fundación NEA¹² implementaría así el PPI y con el objetivo de lograr una integración de los pueblos étnicos a partir de la realización de la mejora vial.

En este sentido, se comenzó a trabajar en el norte de la provincia de Chaco, en la localidad de Pampa del Indio- en la cual nos centraremos para hacer este trabajo-, entre otras aldeañas, en pos de ‘salvaguardar a las comunidades’ y llevar a cabo, desde entonces, el proyecto denominado “Ruta de la Cultura Qom”. A partir del relevamiento realizado en la zona por los técnicos de los OG y ONG, encontraron que

¹² La fundación es de origen italiana y está financiada por la Cooperación Italiana Nord Sud desde el año 1988 y por la Agencia de Naciones Unidas de la Comisión Europea, entre asociaciones y organizaciones que sustentan los trabajos

en la región existían organizaciones étnicas ya conformadas y que había otros grupos indígenas que estaban comenzando a participar y construir una referencia colectiva en torno a diversas cuestiones sociales. En Pampa del Indio se vincularon con la organización *Shiyaxauapi* dado que esta organización posee una larga trayectoria, registrada en el año 1985 a partir de la participación de organismos católicos. *Shiyaxauapi* se consolidó a lo largo del tiempo, lo que le permitió adquirir altos niveles de reconocimiento tanto a nivel local como internacional. Esta organización, seleccionada por la Fundación NEA, no solo trabajaba en pos del reconocimiento cultural qom sino también en relación a la necesidad de hacer cumplir las leyes que establecen que la educación intercultural era un derecho tan importante como la restitución de tierras. En este contexto la organización indígena *Shiyaxauapi* se consolidó a nivel provincial (donde sus integrantes fueron reconocidas por su trabajo como Ciudadanos Ilustres por la Cámara de Diputados de la Provincia), y a nivel nacional (a partir de los premios recibidos en reconocimiento a sus proyectos educativos y de formación profesional). Además, del protagonismo que obtuvieron en concursos internacionales por su labor en la recuperación cultural.

Los objetivos a alcanzar con el proyecto de la Ruta de la Cultura Qom en las comunidades fueron: construcción de centros comunitarios; realización de talleres sobre técnicas artesanales, inserción en los procesos productivos, preparación de charlas y talleres, formación de asociaciones productivas entre las organizaciones, generación de redes de asociaciones que faciliten la comercialización de los productos, entre otros.

En una entrevista a la presidenta de la Fundación, nos explicaba que el objetivo de la comercialización sería el de insertarse en el mercado, generando, de este modo, una independencia económica entre los miembros de las organizaciones. Esto les permitiría entrar en un circuito de venta, no solo de sus productos sino también de su propia cultura a partir de proyectos de ‘turismo étnico’:

“Confeccionar un circuito de *identificación de comunidades con fines turísticos* y culturales, a fin de informarle a los usuarios de la vía que transitan, la zona donde habitan los pueblos originarios y sus características” ([Unidad de coordinación], S/F).

Para ello, se implantaron los mapas a los márgenes de la RP3. Dichos mapas toponímicos -que fueron realizados décadas atrás por las comunidades indígenas tras

un arduo trabajo colectivo de revisión histórica y que expresan cómo era el territorio antes de las ocupaciones de los empresarios agroganaderos-, fueron utilizados en el marco del proyecto de “La Ruta de la Cultura Qom” y se ubicaron en la banquina a lo largo de la Ruta Provincial N° 3. Los mismos señalan las zonas donde habitan las comunidades indígenas, sus nombres en lengua toba, las áreas donde se pueden encontrar los espacios sagrados, los cementerios étnicos, entre otros puntos relevantes de la comunidad.

Ahora bien, ni la Fundación NEA ni el Ministerio de Planificación emplazaron estos mapas en la zona con el fin de reconocer, reivindicar y restituir el territorio que pertenece históricamente a las comunidades, sino con el objetivo de estimular el turismo rural y étnico. A pesar de esto, para las comunidades observar sus propios mapas, realizados colectivamente en espacios de debate y reflexión sobre la memoria histórica y social, significa una reivindicación histórica y la posibilidad de disputar dichos espacios. Es decir, este proyecto de vialidad generó la implantación de un plan turístico donde se *identifica a las comunidades con fines turísticos*, dando cuenta de la ‘otredad étnica’ en la región.

Cabe destacarse que, la fundación NEA no es la única asociación que trabaja en el territorio con las organizaciones étnicas, dado que uno de los objetivos de dicha fundación es vincular a las comunidades con otros organismos y asociaciones para maximizar sus posibilidades. En este sentido, la fundación efectúa trabajos corporativos junto a la Asociación Civil para la Integración y el Desarrollo (ACID). ACID es una empresa social de cooperación fundada en el año 1990, que promueve el desarrollo social y económico en áreas rurales y urbanas. Asimismo, la asociación pretende ejecutar proyectos de desarrollo siguiendo el método de la doctrina social de la iglesia católica, según afirman en su página web ([Descripción ACID], S/F). ACID, junto a la Fundación NEA y la Fundación Avich¹³, llevan adelante el proyecto de “El futuro Está en el Monte” (EFEM) implementado en la RCQ.

¹³ “Fundación Avich es una fundación latinoamericana creada en 1994, enfocada en producir cambios a gran escala para el desarrollo sostenible de la región mediante la construcción de procesos de colaboración entre actores de distintos sectores para impactar de manera positiva en los Objetivos del

EFEM se presenta como una iniciativa que promueve alternativas productivas y sustentables en la región chaqueña a partir de diferentes ejes: la recuperación de saberes tradicionales, el fortalecimiento de las comunidades, la innovación tecnológica, la regeneración del ecosistema, entre otros ([Informe EFEM], S/F) . Este proyecto se basa en el trabajo en red como una modalidad de acción indispensable para aumentar la competitividad de la producción de las comunidades locales a partir de la implementación de estrategias de negocios que permitan el desarrollo económico. Por tanto, a partir del proyecto EFEM, las fundaciones ACID, AVICH y NEA, se han vinculado con otras asociaciones de renombre como Temaiken, Artistas Nativos y Slow Food, además de sumar a esta red empresas privadas como Samsung Energy y entes gubernamentales.

El proyecto efectuado a partir la Ruta de la Cultura Qom fue el de generar actividades comerciales entre las organizaciones indígenas de la región, donde no solo pudieran explotar sus capacidades artísticas sino también el medioambiente y su propia identidad. En este sentido, la RCQ se estableció como un proyecto de turismo étnico, con el afán de establecer ámbitos y actores susceptibles de ser atractivos en tal rubro: las comunidades indígenas en sus lugares de pertenencia. Es decir, se buscará explotar turísticamente, la imagen generada históricamente acerca de esta población como seres ‘autóctonos’, ‘naturales’ y ‘originales’. Tal es así que, se consolida la imagen de un “otro indígena” que responde a una caracterización atractiva para el turismo occidental. El turismo, en los últimos años, se ha convertido en uno de los pilares más importantes para los organismos de financiamiento y es una actividad masiva que ha demostrado ser económica, y políticamente rentable. Dicha actividad, tiene la función de transformar el ocio en un producto económico, que genera que las condiciones reales de existencia sean algo atractivo para los visitantes, es decir, estos otros son transformados a partir de un proceso de homogeneización (Dachari et al., 2015).

Desarrollo Sostenible(...)Fundación Avich coordina la Plataforma de Innovación con Sentido, una alianza para acelerar el impacto social y promover una transformación a gran escala en favor del desarrollo sostenible en América Latina, a través de la combinación de la innovación social con la tecnológica, y la innovación en negocios.” ([Descripción AVICH], S/F)

Entre las actividades turísticas que ofrece la fundación NEA, está el de recorrer la RCQ, la cual brinda diferentes atractivos ‘autóctonos’. En estos ámbitos turísticos, los mapas implantados en la ruta e interpretados por las mismas comunidades, dan cuenta a los turistas de los lugares sagrados, los espacios trascendentales y distinguidos para el pueblo qom. De este modo, quienes la recorran podrán ‘visitar los pueblos, caminar por territorios sacros, obtener artesanías nativas, realizar la molienda de algarroba junto a las mujeres cocineras, extraer palma para confeccionar tejidos, probar platos típicos o hacer avistaje de aves y animales nativos en los montes’, tal como se promociona en el folleto de la ruta. En dicho folleto se venden los diferentes tipos de atractivos que pueden encontrarse o realizarse, entre los que se incluyen en igual grado de importancia el avistaje de aves y animales silvestres y la visita a lugares sagrados.

Cabe destacar que las fundaciones que impulsan estas actividades se encuentran vinculadas en una “red de redes”, generada por los presidentes o socios fundadores que son parte de las mismas empresas que conforman el anillo productivo que se beneficiara directamente en el aumento de su productividad frente a las obras realizadas. No nos centraremos en describir cada uno de los trabajos que realizaron las fundaciones en la comunidad dada la extensión de este documento, pero sí dar cuenta del movimiento desde el cual, en un primer momento, las comunidades elaboran un proceso de resignificación histórica y de revisión de la memoria a partir de la elaboración de estrategias y herramientas de lucha por la restitución territorial y cultural. En un segundo momento, las empresas y organismos utilizan lo producido por las comunidades en sus trabajos para generar estrategias de comercialización y marketing, otorgándoles un sentido diferente al generado en su creación y produciendo así un contenido ‘aborigen’, en el sentido negativo del término. Finalmente, en un tercer momento las comunidades se reapropian de estas herramientas reelaboradas por las ONG con el objetivo de conceptualizar y dar cuenta de su rol como integrantes de un pueblo qom, que sobrevivió a diversos escenarios, que posee un vasto patrimonio cultural y que tiene una atractivo en sí mismo dada su identidad étnica, que los posicionó tanto a nivel local, nacional e internacional, como



actores etnopolíticos, reconocidos, relevantes y capaces de consolidar sus movimientos a partir de procesos organizativos.

Ahora bien, como hemos puntualizado en cada entrevista -que realizamos a los miembros de las organizaciones indígenas con la que nos vinculamos para la realización de esta tesis- y en las situaciones que describimos, se hacía tangible la cuestión territorial vinculada a las disputas, arrebatos y apropiaciones a manos de organismos gubernamentales y empresarios de la agroindustria. Cada nueva herramienta, espacio de interacción o participación en alguna actividad -aunque fueran promovidos por los mismos agentes que los expulsan de sus territorios- es utilizada y resignificada en actos de puesta en valor y acción por las organizaciones indígenas para continuar disputando estos sentidos y expandiendo sus fronteras, además de nutrir con su participación y crecimiento a las otras organizaciones con las que se vinculan en el territorio. Es entonces como aquellas organizaciones - conformadas en el marco de actividades religiosas, consolidadas a partir de contextos económicos y políticos desfavorables- se establecen como agrupaciones indígenas en un contexto de exotización, pero a partir de ello logran establecerse en tanto actores políticos y resignificar estas acciones para visibilizar sus reclamos y hacer eco a sus demandas, disputando contra aquellos que les dan, indirectamente, la posibilidad de lograr una participación a diferentes escalas.

Reflexiones finales

La temática de los procesos de intervención en los pueblos indígenas es una problemática a indagar, que posee gran complejidad y actualidad.

En la provincia de Chaco, tal como describimos al comienzo de este trabajo, la presencia indígena es altamente significativa respecto al total poblacional. En este sentido, no es llamativo encontrar que gran parte de los actores que se vinculan o trabajan en el territorio lo hagan con las comunidades étnicas. Tal como describimos, en la localidad de Pampa del Indio, la intervención de los organismos de desarrollo a través de fundaciones, asociaciones civiles y organismos públicos ha aumentado en los



últimos años. Entendemos que esta participación se vincula con el creciente conflicto que existe en las localidades de la región producto de la falta de acceso a los recursos naturales, a la usurpación de los territorios tradicionales y la negación y criminalización cultural a la que se ve expuesta esta población originaria. Es en este escenario que las políticas públicas se implementan con el fin de contener (económica, social e ideológicamente) a las comunidades afectadas, sin embargo, su intervención ha generado una mayor participación indígena y un fortalecimiento de las organizaciones etnopolíticas que existen en la localidad.

Con respecto al pueblo Mapuche, en el caso específico del Parque Nacional Nahuel Huapi, la menor presencia demográfica indígena en comunidades visibles -y de Organizaciones No Gubernamentales-, si la comparamos con el vecino Parque Nacional Lanín o vecinos departamentos Neuquinos de Lácar, Huiliches y Aluminé, configura un ámbito sumamente específico. Por ello la mayor parte de los trabajos de la región se refieren a estas últimas zonas, centrados mayormente en relación a diversos proyectos productivos en comunidades Mapuche, tal como lo han efectuado diferentes aportes (Stecher, 2011) y lo hemos abordado en una serie de trabajos colectivos -como en relación a los procesos de producción y comercialización de artesanías atendiendo a su dimensión material y simbólica (Rotman et al. 2007)-. No obstante nos propusimos efectuar un acercamiento, que profundizaremos en otras oportunidades.

Tal como hemos analizado a lo largo de este artículo, en ambos casos aquí presentados, el rol asumido por las comunidades étnicas, tras los proyectos de desarrollo implementados, dan cuenta de la creciente visibilización y reconocimiento que obtuvieron en los territorios. En este sentido, podemos afirmar que no se limitan a la defensa de los intereses inmediatos buscando solo el reconocimiento legal y nuevas leyes sino también nuevas prácticas sociales y reivindicativas, mediante un cuestionamiento global de la cultura hegemónica (Bartolomé, 2004).

Cabe destacar, que más allá de que estos escenarios descritos forman parte de las realidades locales en las cuales conviven los empresarios (instalados en ambas zonas desde la década de 1900) los organismos gubernamentales, las fundaciones y



asociaciones civiles y entre otros, que producen e implementan políticas de explotación y dominación, las poblaciones étnicas han logrado generar espacios de interacción y relacionamiento que les permite disputar un poder en tanto organizaciones etnopolíticas. Su misma existencia y visibilización ya es expresión de un éxito de los grupos históricamente relegados.

Por ello, nos centramos en analizar cómo dichas medidas empleadas por las agencias, buscan contener a la población local frente a posibles conflictos generados por las apropiaciones territoriales, de recursos naturales y de mano de obra así como la negación cultural, pero también, aspira a aumentar la productividad y mantener el status quo gestado en periodos colonizadores. Sin embargo, hemos demostrado cómo en este accionar dichos grupos empresariales y gubernamentales procuran apropiarse de aquellas herramientas creadas por las organizaciones étnicas a partir de las cuales, elaboran un proceso de reevaluación de la historia y de la memoria desde la década de 1970 en adelante. Dichas empresas y ONG utilizan estos trabajos, con fines comerciales y productivos, proporcionándoles a través de estrategias de marketing un sentido diferente con el que fueron creadas.

La aplicación de dichos proyectos se efectúa a partir de las negociaciones y alianzas entre los diferentes grupos que interviene en los diversos niveles de interacción en los que los organismos y empresas se apropian de la imagen y la cultura étnica. Sin embargo, dicha apropiación se efectúa en un contexto en el cual existen diversos conflictos en torno a la apropiación de recursos, que tiene por protagonistas a los mismos negociadores de estos proyectos. A pesar de ello, las organizaciones étnicas, a partir de esta participación, no solo obtienen una fuente de ingresos a través de la venta de productos, sino que también, en el hecho de permitirles a estos organismos resignificar sus espacios y marcos de acción, obtienen un grado de visibilización y reconocimiento, que les posibilita resistir y refundar sus demandas en las diferentes instancias de participación nacional e internacional. A la vez que se apropian en sus discursos políticos sobre la etnicidad de los discursos de los otros (ecologistas, antropólogos, etc.) por asociarlo al discurso válido. Es decir, son las organizaciones étnicas, consolidadas a través del tiempo, las que se insertaron en las



redes de explotación y producción, para resignificar desde el lugar de “otredad” su protagonismo. De este modo, es desacertado considerar a las comunidades en tanto grupos atrasados y puros, dado que forman parte, y se insertan, en el proceso de desarrollo y reproducción del sistema capitalista (Radovich, et al., 1995).

Desde la lucha política, se amplía cada vez más la orientación de las movilizaciones en relación con otros movimientos indígenas del país basado en lo étnico, excediendo de esta forma los intereses regionales. En esta línea, las poblaciones originarias, agrupadas en colectivos políticos étnicos, han logrado convertir la otredad que se les asigna en una herramienta de participación y acción. En todos los casos aquí analizados a partir de su rol e intervención como “colectivo exótico” que se les imprimió a las comunidades por parte de algunos organismos y ONG, fue utilizado y aprovechado por dichas agrupaciones étnicas con el objetivo de reforzar y definir su participación en ámbitos de poder. A pesar de que al convertir a las comunidades y sus producciones en mercancías estéticas, se buscan negar su existencia en tanto sujetos etnopolíticos, dichos proyectos permiten la real participación de los integrantes y el acceso a beneficios sociales.

Por otro lado, cabe destacar que la instrumentación de estos proyectos, aún cuando el cumplimiento es parcial o por el contrario, no se efectiviza su concreción - tal como ocurre con diferentes legislaciones- entendemos que contribuye a una mayor presencia de los movimientos indígenas, al acceso a múltiples recursos (vínculos sociales, medios de comunicación, recursos materiales, reconocimientos sociales, legitimidad, etc.) (Valverde, 2013). Tamagno ha sintetizado estas dinámicas, muy acertadamente al señalar que las políticas públicas recientes

“(...) han generado espacios de reconocimiento y legitimación” (...) que “han posibilitado condiciones materiales para que las presencias y las demandas de los pueblos indígenas se expresen” (2011:2).

De allí la importancia que posee el análisis de las políticas de intervención, como parte de la dinámica de la identidad, las demandas y trascendencia que poseen los pueblos indígenas como parte de las sociedad Argentina y Latinoamericana.



Bibliografía

ALWIN Oyarzún, J. “Pueblo Mapuche en Neuquén, Argentina, y en la Araucanía, Chile. De la fragmentación a la reconstrucción transfronteriza”. En *institut de recherche et débat sur la gouvernance*, París, 2008.

BARRIG, Maruja. *El mundo al revés: imágenes de la Mujer Indígena*. Buenos Aires: Ed. CLACSO, 2001.

BALAZOTE, Alejandro y RADOVICH, Juan C. “Grandes represas hidroeléctricas: efectos sociales sobre poblaciones Mapuches en la Región del Comahue, Argentina” En: Silvio Coelho dos Santos y Aneliese Nacke (Orgs.) *Hidrelétricas e povos indígenas*. Florianópolis: Ed. Letras Contemporâneas, 2003.

BANDIERI, Susana. *Historia de la Patagonia*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2005.

BARTOLOMÉ, Miguel A. “Movilizaciones étnicas y crítica civilizatoria. Un cuestionamiento a los proyectos estatales en América Latina” *Perfiles Latinoamericanos*, no 24, 2004.

BARTOLOMÉ, Miguel A. “Interculturalidad y territorialidades confrontadas en América Latina”. *Runa*, vol. 31, no 1, p. 09-29, 2010.

BARTOLOMÉ, Miguel. y BARABAS, Alicia. *La pluralidad en peligro. Procesos de transfiguración y extinción cultural en Oaxaca: chochos, chontales, ixcatecos y zoques*. México: Instituto Nacional Indigenista, 1996.

BELLO, A. *Etnicidad y ciudadanía en América Latina. La acción colectiva de los pueblos indígena*. Santiago de Chile: Ed. CEPAL, 2004

BENGOA, José. “¿una segunda etapa de la Emergencia Indígena en América Latina?” Buenos Aires: *Cuadernos de Antropología Social*, FFyL, UBA. N° 29, pp 7-22, 2009.

BONFIL BATALLA, Guillermo. “El etnodesarrollo: sus premisas jurídicas, políticas y de organización.” En *América latina: etnodesarrollo y etnocidio*, Ediciones Flacso, colección, vol. 25, 1982, pp 133-145.

BRIONES, Claudia. “Nuestra lucha recién comienza”. *Vivencias de Pertenencia y Formaciones Mapuche de Sí Mismo*. Avá, Posadas, vol. 10 pp 23 - 46, 2007.

CASTELNUOVO, Natalia. “Genealogías e ideologías de organizaciones no gubernamentales en el noroeste argentino. Etnografiando alianzas, negociaciones y acuerdos entre políticos y agentes de desarrollo local.” In *Comunicação* apresentada no Congreso Argentino de Antropología Social. Rosario, 2014.

DACHARY, Alfredo César; BURNE, A. Stella M. Arnaiz; VALLARTA-MÉXICO, Puerto “EL MODELO DE DESARROLLO TURÍSTICO: ÉXITOS Y CONTRADICCIONES”. *Vinte e cinco anos de revista Estudos y Perspectivas em Turismo* 5, p. 8, 2015.

DE SOUSA SANTOS, Boaventura. *Refundación del Estado en América Latina: Perspectivas desde una epistemología del Sur*. Buenos Aires, Editorial Antropofagia, 2010.

ESCOBAR, Arturo. “El desarrollo sostenible: diálogo de discursos” *Ecología política*, N.º. 9 (1º SEMESTRE), pp 7-25, 1995.

ESCOBAR, Arturo. *La invención del tercer mundo: construcción y deconstrucción del desarrollo*. Bogotá: Ed. Norma, 1998

FOUCAULT, Michel. “El sujeto y el poder” *Revista mexicana de sociología*. Núm. 50(3) pp. 3-20, 1998.

GALAFASSI Guido. "Recuperación ancestral mapuche". Divergencias ideológicas y conflictos entre Mapuches y el Estado. El caso del Lof Inkaial WalMapu Meu (Parque Nacional Nahuel Huapí, Río Negro, Argentina). *Cuadernos de Antropología Social*. Número 35, 2012.

GRANT BAINES, S.; BALAZOTE, A; BERÓN, M.; CASTILLA, M.; ENGELMAN, J.; LUSTOSA, I. M. C; MOLEK, N.; PÉREZ, A.; QUIROGA, L.; RADOVICH, J. C.; TRINCHERO, H.; VALVERDE, S.; WEISS, M. L y VARISCO S. “A ABA e seu Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos subscreve o documento abaixo que denuncia e confronta a campanha de estigmatização e criminalização dos Povos Indígenas na Argentina”. Brasil: *Associação Brasileira de Antropologia (ABA)*, 2017.

NAVARRO, Miguel Angel Gimeno, et al.. “Teorías implícitas: ¿qué son las ONG para la gente de la calle” En López-Cortón, A., Romay, J. & Sabucedo, J. *Psicología política, cultura, inmigración y comunicación social*, 2, 2005, pp 191-198

GHIOLDI, Gerardo (comp.) “Historias de las familias mapuche Lof Paichil Antriao y Lof Quintriqueo, Mapuche de la margen norte del lago Nahuel Huapi”. Neuquén: *Archivos del Sur*, Biblioteca Popular Osvaldo Bayer, 2010.

GOROSITO KRAMER, Ana M. “Convenios y leyes: La retórica políticamente correcta del Estado”. *Cuadernos de antropología social*, 2008, no 28, p. 51-65.

GRILLO, Ralph *Discourses of development: anthropological perspectives*. Nueva York: Ed. Berg Publishers, 1997.

GUDYNAS, Eduardo. “Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo” *Extractivismo, política y sociedad*, Quito, Ecuador: CAAP y CLAES, pp. 187-225, 2009.

HADAD, María G. “Nuevas leyes para viejos derechos. El Movimiento Indígena Mapuche y la lucha en defensa de la identidad y el territorio” XXVIII International Congress of the Latin American Studies Association Rethinking Inequalities, Rio de Janeiro, Brasil, 2009.

HOBART, Mark (ed.). *An anthropological critique of development: The growth of ignorance*. Routledge, 1993.

ISLA, Alejandro. “Los usos políticos de la identidad”. Buenos Aires: Editorial de las Ciencias, 2002.

ISLA, Alejandro, & COLMEGNA, Paula (ed.) *Política y poder en los procesos de desarrollos*. Buenos Aires: Editorial de las Ciencias / FLACSO, 2005.

ITURRALDE, Diego “Los pueblos indios como nuevos sujetos sociales en los Estados Latinoamericanos” *Revista Nueva Antropología*, vol. XI, núm. 39, Universidad Autónoma de México, México, pp. 27-40, 1991.

JULIANO, Dolores. “Los mapuches, la más larga resistencia”. *Anuario del IEHS*, 11, pp 303-327, 1996.

KIDD, Stephen. “Relaciones de género entre pueblos minimalistas del chaco paraguayo: una perspectiva teórica y una consideración de los cambios actuales”. *Suplementos antropológicoS*, vol. 30, núm 1-2. Pp- 7-44, 1995.

LINS RIBEIRO, Gustavo; ESCOBAR, Arturo. “Las antropologías del mundo: transformaciones de la disciplina a través de los sistemas de poder” *universitas humanística*, no 61, pp 15-50, 2006.

LINS RIBEIRO, Gustavo. *La represa de yacyretá. Capitalismo transnacional y política hidroenergética en la Argentina*. Editorial Universitaria de Misiones, 1999.

NOVO, Carmen Martínez. *Who defines indigenous?: identities, development, intellectuals, and the state in northern Mexico*. New Brunswick, NJ: Rutgers University Press, 2006.

NUSTAD, Knut G. "Development: the devil we know?" *Third World Quarterly*, 22(4), pp 479-489, 2001.

NYGREN, Anja. "Local knowledge in the environment–development discourse: From dichotomies to situated knowledges" *Critique of anthropology*, vol. 19, no 3, pp 267-288, 1999.

OBSERVATORIO DE DERECHOS HUMANOS DE PUEBLOS INDÍGENAS (ODHPI) (2013) *Informe de Situación de los Derechos Humanos de los Pueblos indígenas en la Patagonia*.

POSTERO, Nancy Grey. *Now we are citizens: Indigenous politics in postmulticultural Bolivia*. Stanford University Press, 2007.

RADOVICH, Juan C. "Situación actual del pueblo Mapuche" *Tesis Doctoral*, Capítulo IV, FFyL, UBA, 2003.

RADOVICH, Juan. C. "Los pueblos originarios de la Argentina. Situación Actual". En María Alba Bovisio y Juan Carlos Radovich (comps.), *Arte Indígena en tiempos del Bicentenario*. Buenos Aires: Secretaría de Cultura de la Presidencia de la Nación, pp 75-99, 2011.

RADOVICH, Juan, C. "Los Mapuches y el Estado neuquino: algunas características de la política indígena". *Runa* vol.34 no.1, pp 13-29, 2013.

RADOVICH, Juan C. y BALAZOTE, Alejandro. "Transiciones y fronteras agropecuarias en Norpatagonia" *Producción doméstica y capital. Estudios desde la Antropología Económica*, pp 63-79, 1995.

RAMOS, María Eugenia Reyes. *El reparto de tierras y la política agraria en Chiapas, 1914-1988*. Unam, 1992.

RIBEIRO, Darcy. *El dilema de América Latina*. Mancera, 1971.



ROCA GIRONA, Jordi. “Amores glociales, noviazgos transnacionales. La búsqueda virtual de pareja mixta por parte de hombres españoles”. *Revista de Antropología Social*, vol. 20, 2011.

ROCA GIRONA, Jordi. “[Per]Siguiendo informantes en terrenos movedizos. Una reflexión a partir de una experiencia etnográfica con migrantes por amor”, en C. Oehmichen (Ed.) *La etnografía y el trabajo de campo en las ciencias sociales*, Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones Antropológicas, pp. 305-321, 2014.

ROTMAN, Mónica; RADOVICH, Juan Carlos; BALAZOTE, Alejandro. “Pueblos originarios y problemática artesanal: procesos productivos y de comercialización en agrupaciones Mapuche, Guaraní/Chané, Wichí, Qom/Toba y Mocoví” *Ferreira-CEA*, Córdoba, 2007.

SILLITOE, Paul (ed.). *Local science vs. global science: Approaches to indigenous knowledge in international development*. Berghahn Books, 2007.

SPEED, Shannon. *Rights in rebellion: Indigenous struggle and human rights in Chiapas*. Stanford: Stanford University Press, 2008.

STECHEER, Gabriel. “Territorio, Desarrollo e intervenciones institucionales en comunidades mapuce Los casos del Área Pulmarí (Departamento Aluminé), Linares (Departamento Huiliches) y Vera (Departamento Lacar) Provincia de Neuquén. 2011” *Tesis Doctoral*, Facultad de Ciencias Agropecuarias Universidad Nacional de Córdoba, 2011.

TAMAGNO, Liliana. “Pueblos indígenas. Racismo, genocidio y represión”. En: *Corpus Archivos virtuales de la alteridad americana*, Vol. 1, Núm. 2- 2do. Semestre. 2011.

TAMAGNO, Liliana “Capítulo II: Modelo agrícola. Pueblos indígenas y pequeños productores”. En Andrés Carrasco, Norma Sánchez y Liliana Tamagno (comps.) *Modelo agrícola e impacto socio-ambiental en la Argentina: monocultivo y agronegocios*. Argentina: Universidad Nacional de La Plata, Asociación de Universidades del Grupo Montevideo-Comité de Medio Ambiente, pp 45-83, 2012.

TIZON, Judy. “Transformaciones en la Amazonia. Estatus, Género y cambio entre los Ashaninka”. *Amazonia peruana*, Vol. 12 núm, 24, pp 105-123, 1994.

TRINCHERO, Hugo., & LEGUIZAMÓN Juan. M. “Fronteras de la Integración. Reproducción del capital y de la fuerza de trabajo en el umbral al Chaco argentino”. *Producción doméstica y capital. Estudios desde la antropología económica*, pp 15-44, 1995.

TRINCHERO, Hugo y VALVERDE, Sebastián “De la ‘guerra con el indio’ a los pueblos originarios como sujetos sociales y políticos: del Centenario al Bicentenario argentino”. En Hugo Trincherro, Luis Campos Muñoz y Sebastián Valverde (coords.) *Pueblos indígenas, Estados nacionales y fronteras. Tensiones y paradojas de los procesos de transición contemporáneos en América Latina* (Tomo 1). Buenos Aires: Editorial de la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires, Universidad Academia Humanismo Cristiano, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), pp 175-222, 2014.

VALENCIA, Enrique. “Etnodesarrollo y derechos humanos”. En cuadernos, V jornadas Lascasianas. Universidad Nacional Autónoma de México, 1996.

VALVERDE, Sebastián. “Demandas territoriales del pueblo Mapuche en área Parques Nacionales”. *Dossier - territorios, procesos socio-espaciales y territorialidad: Avá* no.17, 2010.

VALVERDE, Sebastián. “De la invisibilización a la construcción como sujetos sociales: el pueblo indígena Mapuche y sus movimientos en Patagonia Argentina”. *Anuário Antropológico*, Brasília, 2013.

VÁZQUEZ, Héctor. *Procesos identitarios y exclusión sociocultural: la cuestión indígena en la Argentina*. Editorial Biblos, 2000.

VILLALBA PORTILLO, Sara M. *En defensa del territorio: movilización mapuche en áreas naturales protegidas*. Universidad de Deusto, 2016.

VIOLA, Andreu. “La crisis del desarrollismo y el surgimiento de la antropología del desarrollo”. VIOLA, Andreu (comp.). *Antropología del desarrollo: Teorías y estudios etnográficos en América Latina*. Barcelona: Paidós, pp 5-9, 2000.

Fuentes de organismos, y datos demográficos/estadísticos.

INSTITUTO NACIONAL DE ASUNTOS INDÍGENAS (INAI) (2000) Registro Nacional de Comunidades Indígenas (RENACI). Resolución Nº 241/2000.

INDEC (2001) "Censo Nacional de Población, Hogares y Viviendas".

INDEC (2012) "Censo Nacional de Población, Hogares y Viviendas 2010, Censo del Bicentenario" Resultados definitivos, Serie B Nº 2. Argentina.

INDEC (2015). "Censo Nacional de Población, Hogares y Viviendas 2010 – Censo del Bicentenario. Pueblos Originarios, Región Metropolitana". Serie D. Número 6. Buenos Aires

Páginas web consultadas

Diario "Río Negro", 17 de Enero de 2002. <https://www.rionegro.com.ar>

[Descripción ACID]. S.F. <http://www.acdi.org.ar/index.php?s=nD&id=293&sID=5&cID=5> (fecha de consulta 16 de mayo de 2018)

[Descripción Avich]. S.F. <http://www.avina.net/avina/fundacion/> (fecha de consulta 16 de mayo de 2018).

[Informe EFEM]. S.F. disponible en su página web <http://www.elfuturoestaenelmonte.org/>. (fecha de consulta 16 de mayo de 2018)

[Unidad de coordinación]. S.F. disponible en: <http://www.ucpypfe.gov.ar/BirfPIVNG-LPI1-11.html>. (fecha de consulta: 15 de mayo de 2018)

Políticas de Intervención con los Pueblos Originarios Mapuche y Qom en Argentina

Resumen

El presente artículo tiene como objetivo analizar la aplicación de diversas políticas de intervención que se vienen implementando en la región de Nor- Patagonia y en el norte de la provincia de Chaco, a partir del financiamiento de distintos organismos de desarrollo (públicos y privados) que tienen como destinatarios a los pueblos originarios -Mapuche en el primer caso y Qom en el segundo-.

Abordaremos esta problemática desde un enfoque etnográfico y comparativo entre ambas regiones y pueblos, centrándonos en el trabajo que vienen efectuando los organismos del gobierno nacional, provinciales y locales, así como agencias internacionales, fundaciones, entre otros. Siguiendo esta línea, buscaremos analizar de qué manera los integrantes de los pueblos originarios junto a sus agrupaciones etnopolíticas, han logrado una creciente visibilización de sus demandas y derechos frente a las imposiciones y condiciones de dichos organismos en la aplicación de tales proyectos.

Palabras clave: Proyectos; Políticas públicas; Organismos de desarrollo; Agrupaciones étnicas.

Intervention Policies with the Mapuche and Qom indigenous in Argentina

Abstract

The objective of this article is to analyze the application of various intervention policies that have been implemented in the North Patagonia region and in the north of the province of Chaco, from the financing of different development organizations (public and private) they have as receptors the native Mapuche peoples in the first case and Qom in the second case.

We will approach this problem from an ethnographic and comparative approach between the two regions and peoples, focusing on the work done by national, provincial and local government agencies, as well as international agencies, foundations, among others. Following this line, we will try to analyze how the members of the indigenous peoples, together with their ethnopolitical groups, have achieved a growing visibility of their demands and rights in the face of the impositions and conditions of these organizations in the application of said projects.

Keywords: Projects; Public politics; Development agencies; ethnic groups.

Políticas de Intervenção com os Povos Indígenas Mapuche e Qom na Argentina

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar a aplicação de diversas políticas de intervenção que vêm sendo implementadas na região da Norte da Patagônia e no norte da Província do Chaco, a partir do financiamento de diferentes organismos de desenvolvimento (públicos e privados) que tem como destinatários os povos originários: Mapuche, no primeiro caso, e Qom, no segundo.

Abordaremos esta questão a partir de um enfoque etnográfico e comparativo entre ambas as regiões e ambos os povos, focando-nos no trabalho que vem sendo realizado pelos organismos do governo nacional e dos governos provinciais e locais, assim como pelas agências internacionais e fundações, entre outros. Prosseguindo com esta linha, buscaremos analisar de que maneira os integrantes dos povos originários, junto a suas agrupações etnopolíticas, conseguiram ter uma crescente visibilidade em relação às suas demandas e direitos diante das imposições e condições destes organismos na aplicação tais projetos.

Palavras chave: Projetos; Políticas públicas; Organismos de desenvolvimento; Agrupações étnicas.

A Expansão Espacial do Capitalismo na Amazônia Brasileira: O caso da duplicação da Estrada de Ferro Carajás e o futuro territorial dos Awá-Guajá¹

*Cristhian Teófilo da Silva*²

*Carolina Ramos Sobreiro*³

1. A Expansão Mineradora na Amazônia Brasileira e a Destruição da Diversidade

O capitalismo é um sistema econômico que compreende múltiplos e diversificados modos de produção que têm em comum a institucionalização da ideia de que os meios de produção podem ser tornados propriedade de indivíduos ou empresas que passam a deter de forma concentrada os recursos e forças necessários para produzir novos bens e serviços que gerarão lucros. Os lucros, por sua vez, são transformados em capital para reprodução de outros bens e serviços configurando um ciclo de crescimento e acúmulo de poder e riqueza dos proprietários sobre os mesmos processos produtivos ou outros que venham a ser criados, ao ponto de seus interesses e ideias tornarem-se dominantes sobre o conjunto da sociedade. Em um estado democrático, o capitalismo e os capitalistas deverem, justamente, ser contidos em sua concentração de poder e riqueza sob o risco de onerar e submeter toda a sociedade

¹ Artigo elaborado com recursos do Programa de Iniciação Científica da Universidade de Brasília (ProIC/UnB), no âmbito do projeto: “Povos indígenas em isolamento face à produção capitalista do espaço na Amazônia: Estudo das novas frentes de fricção interétnica” (2015/2016). Este trabalho também contou com recursos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

² Bacharel em Ciências Sociais com Habilitação em Antropologia Social (1998), Mestre (2001) e Doutor (2005) em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (UnB). Professor Associado I da UnB e orientador de Mestrado e Doutorado e Supervisor de Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - Estudos Comparados sobre as Américas (PPG/ECsA) do Departamento de Estudos Latino-Americanos (ELA), Instituto de Ciências Sociais (ICS) da UnB. Realizou pós-doutorados em estudos comparados sobre as américas na UnB e em estudos indígenas na Université Laval, onde é Pesquisador Associado no Centro Interuniversitário de Estudos e de Pesquisas Indígenas (CIÉRA). Fundador e coordenador do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Movimentos Indígenas, Políticas Indigenistas e Indigenismo (LAEPI) e do Observatório dos Direitos e Políticas Indigenistas (OBIND). Contato: silvact@unb.br

³ Estudante de Ciências Sociais na Universidade de Brasília (UnB). Pesquisadora do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Movimentos Indígenas, Políticas Indigenistas e Indigenismo (LAEPI) e do Observatório em Direitos e Políticas Indigenistas (OBIND). Foi bolsista de iniciação científica do PROIC-UnB de 2015-2016. Contato: carolasobreiro@gmail.com

através da subversão dos poderes republicanos. Isto seria teoricamente alcançado pela redistribuição legal dos ganhos advindos do processo produtivo na forma de outros bens, serviços, benefícios e políticas públicas para a sociedade, evitando assim a estruturação de desigualdades sociais, a exploração desumana do trabalho e a destruição da natureza como suporte físico da vida.

Quando isto ocorre, os estados asseguram a legitimidade dos processos produtivos junto às sociedades onde se constituem e de onde emana seus poderes, assegurando do mesmo modo, ao menos teoricamente, a própria legitimação do exercício do seu poder e das leis promulgadas. Dito de outro modo, quando submetido aos princípios contidos nos textos constitucionais, os próprios estados estão submetidos às regras democráticas. O poder político dos estados, originado na vontade do povo que os instituíram, deveria se impor ao poder econômico dos capitalistas de modo a limitar o acúmulo e concentração de capital obtido, especialmente, pela: 1) expropriação de parcelas significativas do território; 2) privatização das empresas responsáveis por sua exploração; e 3) superexploração, quando não expulsão ou aniquilamento, dos habitantes locais e regionais. À concentração de capital por estes meios chamamos “expansão espacial do capitalismo”, onde parcelas ou segmentos ínfimos, porém poderosos, comprometem a sustentabilidade e bem-estar de toda coletividade, humana e não-humana.

Neste artigo, partimos do pressuposto de que a correlação ideal de forças entre sociedade, estados e capitalistas - lembrando que, empiricamente falando, estados e capitalistas são integrantes da sociedade e não o inverso - dificilmente chega a ser atingida e mantida justamente porque o capitalismo se constitui como uma potente força colonizadora, extrapolando constrangimentos nacionais ou “internos” para seu desenvolvimento e corrompendo mecanismos ou instrumentos legais e institucionais para sua contenção. Isto se deve ao processo mais amplo de conformação de uma economia mundial que lhe serviu e serve de base através de estruturas dependentes (Dos Santos 1970) e que sustentam uma classe capitalista transnacional (Sklair 2001) responsável, dentre outras práticas, pela própria privatização de empresas estatais ou públicas e de serviços essenciais para a população. É na qualidade de uma classe proprietária e acionista de corporações transnacionais que a mesma começa a agir como uma classe dominante impondo uma ideologia “desenvolvimentalista” (Baines e

Silva 2009) para os governos de regiões semiperiféricas ou periféricas do capitalismo como estratégia única de governamentalidade segundo a doutrinação neoliberal.

Essas breves considerações se fazem necessárias para situarmos a empresa multinacional Vale S.A. no processo mais amplo de expansão espacial do capitalismo na amazônia brasileira e seus efeitos perversos para a sobrevivência de povos e populações locais e preservação ambiental. O que segue é uma análise de uma faceta do *modus operandi* da Vale S.A. no âmbito do processo administrativo de licenciamento ambiental para ampliar sua infraestrutura e lucratividade.⁴

A Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), após a sua privatização em 1997, passou a chamar-se Vale S.A. É uma das maiores mineradoras do mundo ao possuir a maior reserva polimetálica, localizada na Serra dos Carajás, o complexo S11D Eliezer Batista. O principal meio de transporte de seus produtos é a Estrada de Ferro Carajás (EFC) com 892 km que carrega os minérios das minas da Serra dos Carajás em Parauapebas, Canaã dos Carajás e Marabá, até os portos da Baía de São Marcos no estado do Maranhão. Sua construção, iniciada entre 1982 e inaugurada em 1985, foi financiada pelo Banco Mundial (BIRD) e condicionada a iniciativas de apoio e regularização fundiária das terras dos povos indígenas atingidos por suas atividades e instalações. Ainda que ofereça um dos maiores índices de produtividade, tanto na extração, como no transporte, esse pretende ser aumentado. A meta anunciada pela empresa com a duplicação é transportar 100 milhões de toneladas de minérios por ano.

É digno de nota que a EFC foi construída durante a última fase do regime militar, assumindo ainda fortes conotações nacionalistas e desenvolvimentistas para sua justificação tal como foram concebidas no Programa Grande Carajás (PGC) após a controvérsia com a *United States Steel*, que recebeu vultuosa indenização do governo militar brasileiro para ceder o monopólio das minas para o Brasil. Outro dado importante é o fato da Política Nacional do Meio Ambiente ter sido criada somente em

⁴ Tendo em vista o início da duplicação da Estrada de Ferro Carajás em 2012, a Vale já vem acumulando lucros líquidos expressivos. Apenas no primeiro trimestre de 2017 estes chegaram a R\$7,14 bilhões. Um aumento de mais de 300% com relação ao ano anterior (fonte: <https://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/vale-registra-lucro-liquido-de-r-714-bilhoes.ghtml>, acessado em 30/06/18). Importante relacionar tais lucros à estimativa de que o projeto de duplicação proporciona: “(...) o recolhimento de R\$ 968 milhões em impostos federais, estaduais e municipais. Somente em PIS e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins), deverão ser recolhidos R\$ 402 milhões. Do ISS, serão R\$ 325 milhões; e mais R\$ 205 milhões de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).” (fonte: <http://www.revistaferroviaria.com.br/index.asp?InCdMateria=16812>, acessado em 30/06/18). Estes dados são indicadores da hibridação existente entre estado e capital.

1981 e as regras de licenciamento ambiental terem sido estabelecidas pela Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) apenas em 1986 (revista pela Resolução CONAMA nº 237 em 19 de dezembro de 1997). Isto permitiu que a EFC fosse construída sem constrangimentos legais ou administrativos protetores dos direitos ambientais ou das populações locais atingidas, dentre estas, onze povos indígenas, povos indígenas em isolamento, populações quilombolas, comunidades tradicionais e populações rurais e urbanas dos mais de 27 municípios cortados pela ferrovia no Tocantins, Pará e Maranhão.⁵

A instalação do PGC na região (o programa foi extinto oficialmente em 1991), com todo o complexo de minas, siderurgia, estrada de ferro, portos, vilas de trabalhadores etc. e suas atividades, configurou-se como um fato consumado e irreversível e tem provocado, direta e indiretamente, efeitos sociais e ambientais catastróficos. Segundo relato recente:

“O Programa Grande Carajás alterou profundamente a história, a geografia e o ambiente da Amazônia oriental, e suas consequências continuam presentes na vida cotidiana das cidades”, diz padre Dário Bossi, que há sete anos atua como missionário comboniano no Maranhão e na região amazônica. Segundo ele, 21 dos 27 municípios dos estados do Pará, Maranhão e Tocantins, atravessados pela Estrada de Ferro Carajás, “possuem Índice de Desenvolvimento Humano – IDH menor que a média dos seus Estados”.

O Programa, criado pela Vale do Rio Doce durante o governo João Figueiredo (1979 a 1985), surgiu com a promessa de proporcionar à região diversas oportunidades, desde projetos de industrialização do minério extraído, até beneficiamentos para a agroindústria e o reflorestamento. Contudo, 30 anos depois de sua implantação, “muito disso ficou no papel. (...) No chão de nossas regiões ficaram os enormes buracos das minas da Serra Norte; no coração da Floresta Nacional de Carajás, a ferrovia de 900 Km entre Parauapebas (PA) e o porto de São Luís do Maranhão (para uso exclusivo da Vale), com um fluxo que hoje chega a escoar mais de 100 milhões de toneladas de minério de ferro por ano”, informa. (Justiça nos Trilhos, 25/04/2014, disponível em: <http://justicanostrilhos.org/2014/04/25/um-segundo-programa-grande-carajas/>, acessado em 26/10/2017)

No rol de problemas e violações registrados até o presente são registrados despejos e conflitos agrários, problemas sociais como violência, homicídios e exploração sexual de crianças e adolescentes, dentre outras violações de direitos humanos, as quais tem sido denunciadas sistematicamente (Faustino e Fabrina 2013).

5 Para uma análise do Projeto Ferro Carajás (PFC) e do Programa Grande Carajás (PGC) e as relações da então Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e a Funai, ver Rizzo de Oliveira, 2004. O trabalho de Rizzo de Oliveira aborda, precisamente: “(...) processos de ruptura e práticas indigenistas associados à sua implementação, através da mobilização de comunidades indígenas, agentes tutelares e pesquisadores no campo indigenista regional” (p. 135).

Tudo isto promoveu o reconhecimento da Vale S.A. como um das empresas com pior atuação socioambiental do mundo, recebendo, em 2012:

“(...) o prêmio Public Eye, conhecido como o ‘Nobel’ da vergonha corporativa mundial, por estar envolvida em casos de ameaças, espionagem, violações de direitos humanos, poluição e péssimas condições de trabalho e remuneração.” [disponível em: <http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Noticias/Nao-vale-na-Vale1/>, acessado em 30/06/18).

Ainda assim, no âmbito do atual Plano Nacional de Mineração 2030 (PNM-2030), lançado em maio de 2011, a exploração mineradora na área da Floresta Nacional (FLONA) Carajás é mencionada como exemplo de convivência da atividade mineral com a sustentabilidade ambiental (BRASIL, 2010: 55). Mesmo afirmando que a “intensa atividade antrópica eliminou toda a floresta nativa existente”, o documento aponta que a atividade mineral respeitou a área da FLONA no entorno da mina de ferro. Isto significa restringir a ideia de sustentabilidade ao respeito exclusivo de áreas protegidas para este fim. Um argumento retórico que visa distrair a atenção para os efeitos profundamente desastrosos da expansão espacial do capitalismo promovida pela Vale S.A.

Planos, programas e projetos estatais, como o PNM-2030, revelam como empresas da mineração encontram apoio governamental para conduzir suas atividades. Considerando que este apoio não encontra legitimidade junto à sociedade civil, torna-se importante questionar como as empresas, a exemplo da Vale S.A., tornam legais formas tão agressivas de exploração do trabalho, destruição da natureza e violação de direitos? Não bastasse esse quadro lastimável, a empresa ainda promove a criminalização de atingidos pela EFC, como denuncia a reportagem da Agência Pública de jornalismo investigativo:

Pelo menos 57 ações (somadas as criminais e cíveis) foram identificadas de 2013 até outubro de 2017 – média de 11 por ano.

Nelas, a Vale argumenta que sua “posse está sendo ameaçada”. Na esfera cível, são as ações de interdito proibitório (25 casos) que predominam, ou seja, quando a companhia tenta impedir com antecedência que a EFC seja paralisada, como ocorre usualmente durante os protestos por melhoria de acesso às comunidades em torno da ferrovia e mais segurança nas travessias.

Na sequência, vêm as ações de reintegração de posse (17 casos), e outras ações somam 14 casos.

Em uma das mobilizações do ano passado, uma faixa no povoado de Pedrinhas, em Anajuba, nas proximidades do km 92 da EFC, informava à comunidade que uma interdição estava prevista. O protesto visava pressionar a Vale a construir um viaduto.

Com um pedido liminar, a companhia alegou que “tal fato não poderia ocorrer”. A Vale diz na ação que “a Estrada de Ferro Carajás realiza o transporte de combustível do Porto de Itaqui até as cidades do sul do Maranhão e do Pará” e que a paralisação causaria “prejuízos à economia”. A decisão liminar, concedida em seu favor, estipulou multa de R\$ 50 mil a quem descumprisse a ordem. (Agência Pública, disponível em: <https://apublica.org/2017/11/processados-pela-vale/>, acessado em 24/01/2018)

Para lidar, ainda que de modo limitado, com a questão proposta, elaboramos este artigo com o objetivo de analisar o processo de licenciamento da duplicação da EFC, que transcorreu de 2013 a 2017 gerando a suspensão temporária da licença de instalação (já revertida pela empresa) por causa de irregularidades identificadas durante o processo de licenciamento (Agência Pública, *op. cit.*). Para nossa análise limitada à documentação disponível na Fundação Nacional do Índio (Funai), esperamos apreender como foi viabilizado no âmbito do órgão indigenista o licenciamento dos 559 quilômetros de trilhos da duplicação. Nosso objetivo não é expor a atuação da Funai, mas descrever como a discursividade da empresa se impõe aos processos administrativos, assegurando, desse modo, um quadro semântico normalizador de suas ações (Lamontagne 2012). Trata-se, como veremos, do exercício semântico de um poder estruturante, como o definiu Eric Wolf (2001), sobre o próprio estado que, desse modo, é convertido em “estado empresarial” que acomodará várias experiências de indigenismo empresarial (Baines 1993 e Teófilo da Silva 2010).

Como veremos, o capitalismo imprime sua própria ideologia nas dinâmicas processuais ou burocráticas que passam a reproduzir uma representação do espaço como espaços de exceção, próprio à configuração de situações extremas (ver Bettelheim 1985) para seus habitantes. A região amazônica é mencionada na documentação processual como um universo de objetos a serem extraídos e transformados em mercadoria, até mesmo sua população, étnica e culturalmente diversa, é concebida como coisa a ser administrada, sem considerar que se trata de uma região plena de comunidades de seres, humanos e não-humanos, estreitamente relacionados para assegurar a vida em toda sua diversidade, cujas necessidades precisam ser vistas e reconhecidas dignamente, com seus direitos garantidos e respeitados. Trata-se de um processo que define o espaço apenas como um bem ou propriedade de modo a torná-lo passível de exploração econômica segundo a “lógica”



do “desenvolvimento” como princípio organizador central da civilização humana (ver Escobar 1995).

O que se propõe neste artigo é analisar a expansão espacial do capitalismo na amazônia tal como é discursivamente/publicamente enunciada. Trata-se de apreender a produção semântica de um processo produtivo de territorialização do capitalismo que impõe situações extremas para os povos, comunidades e formas de vida atingidos. Não por outro motivo, será um processo estruturante de reações e resistências por parte dos povos indígenas que vivenciam os efeitos da ampliação da produção, notadamente, os Awá-Guajá, povo indígena tido como “isolado”. Teríamos muito a ganhar, analiticamente, caso fosse possível abranger a resistência de quilombolas, comunidades tradicionais, rurais e urbanas, bem como o ponto de vista dos trabalhadores e trabalhadoras das áreas que abrigam as atividades da Vale S.A., além dos que atuam na própria empresa, mas isto extrapolaria consideravelmente os limites deste artigo.

Como esperamos demonstrar, a expansão espacial do capitalismo na amazônia, em particular a partir do setor de mineração, não seria viável sem a instrumentalização ideológica do estado como promotor de desenvolvimento. É o discurso do desenvolvimento, entendido como discurso hegemônico da classe capitalista global, que se manifesta em processos administrativos de licenciamento, a exemplo do caso da duplicação da EFC, obrigando a Funai, dentre outros órgãos públicos, a exercer o poder tutelar sobre os povos indígenas, subordinando os direitos desses aos termos da empresa. O “discurso do desenvolvimento” expressa, desse modo, a vigência de um regime de dominação interétnica, no qual os povos indígenas são desconsiderados como seres humanos para serem tratados meramente como obstáculos ao desenvolvimento como horizonte ideológico inescapável: “o componente indígena no raio de ação da empresa”. Por este motivo, daremos ênfase aos impactos dessa discursividade sobre a garantia territorial da área destinada aos Awá Guajá para a fundamentação de nossa análise, em especial sobre o Programa Awá criado pela Vale para atender a este povo e que constitui mais um caso de “indigenismo empresarial”.

2. O encapsulamento das terras indígenas pelo neocolonialismo brasileiro

De acordo com a documentação disponível na Funai sobre a instalação da EFC, temos como ponto zero para apreender o poder exercido através do discurso para viabilizar a expansão espacial do capitalismo neste caso, a própria demarcação da Terra Indígena Mãe Maria. Homologada pelo então presidente José Sarney pelo Decreto nº 93.148, de 20 de agosto de 1986, a Terra Indígena Mãe Maria foi demarcada como de posse imemorial do povo indígena Parakateyê ou Gavião. É a partir da constituição do território indígena que se enunciam faixas territoriais paralelas à linha de transmissão da Eletronorte e da EFC, denominadas *faixa de domínio*, que são propostas com o intuito de excluir as áreas assim designadas das negociações pelos direitos violados. Essas exclusões estão especificadas nos decretos nº 80.100, de 8 de agosto de 1977, e nº 91.078, de 12 de março de 1985. Do mesmo modo, excluiu-se a faixa da Rodovia BR - 22, que corta a Terra Indígena Mãe Maria numa extensão de 20,8 km, com 80 m de largura. As *faixas de domínio* não possuem qualquer existência física ou base jurídica para sua constituição. Foram criadas para designar, ficticiamente, extensões imaginadas ao lado das linhas de transmissão e de ferro. Uma vez inventadas nos anos 80, voltaram a ser evocadas pela empresa mais de vinte anos depois em reuniões com as lideranças indígenas e nos processos legais, produzindo o duplo efeito desejado de abrir caminho para as obras de duplicação e eximir a empresa da responsabilidade com relação à violação dos direitos dos povos indígenas e do restante da população atingida.

É sob a eficácia retórica das *faixas de domínio* que tem se viabilizado a duplicação da EFC e os Gavião, em suas inúmeras manifestações, lembram que essa categoria foi inventada antes dos decretos presidenciais, na época da ditadura. Eles não admitem que sua terra seja cortada por uma alegada *faixa de domínio* que consiste em uma figura de linguagem e não em algo concreto. Estranham a expressão e a criticam por suas óbvias conotações colonialistas. Os Gavião não estão equivocados, é pelas bordas que se tem promovido o encapsulamento das terras indígenas na região. Quer dizer, inventadas como espaços exteriores às terras indígenas, as *faixas de domínio* passaram a funcionar ilocucionariamente para dobrar a resistência indígena, indigenista e ambientalista nas reuniões interétnicas e lograr a violação legal das terras indígenas.

Por exigência do Banco Mundial, uma das entidades paraestatais do capitalismo global e financiadora da duplicação da EFC ao lado do Banco Nacional de

Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), desenvolveram-se iniciativas de regularização das terras dos povos indígenas para tornar mais precisos os limites destas áreas e das *faixas de domínio*, assim como *Acordos de Cooperação* para financiar o início de atividades produtivas que promovessem a autonomia das aldeias, assim como investimentos nas áreas social e ambiental. Esses acordos foram renovados e novos foram fundados pela empresa com as lideranças indígenas como meio de coerção para que eles se vissem constrangidos a tomar decisões favoráveis à empresa como, por exemplo, autorizar estudos e entrada de pesquisadores ligados à empresa, mesmo quando as lideranças indígenas afirmam que o processo não está ocorrendo de maneira adequada. Nesse mesmo contexto, o direito à consulta prévia e informada não tem sido levado em consideração, onde o nivelamento da compreensão dos indígenas sobre os procedimentos burocráticos somente tem sido alcançado com o auxílio de antropólogos e profissionais que expliquem para eles sobre os trâmites do licenciamento.

Estas são algumas informações preliminares que visam auxiliar o entendimento de como o processo de duplicação da EFC se apoia discursivamente em categorias *ad hoc* para manipular o processo administrativo e assim obter autorizações para levar adiante a duplicação. É neste momento que o processo, que tramita em diferentes órgãos do Executivo e do Judiciário, passa a tramitar também na Funai como órgão oficial de representação e defesa dos direitos dos povos indígenas. Nesse sentido, para se compreender o poder do discurso na tentativa de definição da situação pela empresa, cabe citar novamente o Padre Dario (*op. cit.*) quando afirma sobre a duplicação que:

A Vale disfarçou, chamando-o de “expansão”, “capacitação logística” ou alegando que se trata de ajustes estruturais a alguns segmentos da ferrovia. Na prática, está sendo aberta uma nova mina, construída uma segunda ferrovia e ampliado o porto com a instalação de um píer totalmente novo. (Justiça nos Trilhos, 25/04/2014, disponível em: <http://justicanostrilhos.org/2014/04/25/um-segundo-programa-grande-carajas/>, acessado em 26/10/2017)

Para ele, trata-se de um projeto ilegal porque: “não foi realizado um adequado Estudo de Impacto Ambiental e não foram realizadas audiências públicas nas comunidades atingidas como prevê a Lei.” E acrescenta: “Em poucos anos, até 2017, a Vale pretende chegar a escoar 230 milhões de toneladas de minério de ferro, mais que o dobro de hoje.” (*idem*)

Neste contexto, ao invés de ser uma exigência legal que visa impedir ou reduzir a termos aceitáveis os impactos destrutivos de empreendimentos capitalistas sobre o ambiente, o processo de licenciamento ambiental é violado semanticamente pelo poder econômico para viabilizar as obras ao mesmo tempo em que assegura sua licenciosidade. De acordo com a resolução que o regula, o licenciamento ambiental consiste em um procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso.⁶

Na ocasião da construção da ferrovia, entre os anos 1982 e 1985, não existia, como já foi dito, legislação referente ao licenciamento ambiental. Diante da ferrovia já construída e visando, neste segundo momento, sua duplicação, a Vale S.A. tenta contornar as obrigações provenientes do licenciamento valendo-se dos mesmos artifícios retóricos dos anos 80 do século passado. Ou seja, procura contornar a lei através de práticas discursivas juridicamente acionadas e que visam fragmentar o processo de licenciamento e criar “áreas” imaginárias sobre as quais os impactos seriam minimizados. Foi assim que obteve do Instituto Brasileiro dos Recursos Naturais e Renováveis (Ibama) a Licença de Instalação, porém sem considerar a necessária Licença Operação e sem contemplar o “Componente Indígena”. Alguns anos depois, a Funai tomou conhecimento do ocorrido e se manifestou, solicitando informações. Ao longo de todo o processo a Vale enviou informações superficiais e incompletas e a Coordenação Geral de Licenciamento Ambiental (CGLIC) do órgão se manifestou pedindo informações qualificadas.

Simultaneamente, a Vale solicitou as licenças ao Ibama que possui mapas georeferenciados com locações, trechos incidentes, denominação das obras e responsáveis. O licenciamento não poderia ocorrer sem contemplar o “componente indígena” como são referidos os povos e terras indígenas na região em acordo com a terminologia legal.

O vai-e-vem de documentos no processo de licenciamento disponível no órgão indigenista a partir deste momento (ofícios, memorandos, notas técnicas,

⁶ Ver fonte: <http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res97/res23797.html>, acessado em 30/06/18.

informações, dados, atas de reuniões, planilhas etc.) avolumam o processo tornando-o longo, detalhado, cheio de avanços, interrupções, mudanças de decisão, acordos e orçamentos. Negociações são reiniciadas com a entrada e saída de atores, obrigados a se atualizar, sempre de forma incompleta, sobre um processo sem fim enquanto a duplicação, no terreno, vai sendo palmo a palmo construída nos interstícios dos processos administrativos. O que se deve destacar em meio a esta movimentação é a construção discursiva pela empresa de que o impacto do empreendimento estaria limitado a um raio de poucos quilômetros a sua volta, i.e., uma atualização da *faixa de domínio*.

Entretanto, um empreendimento não existe isoladamente, precisa ser mantido, alimentado, energizado, e está necessariamente vinculado a outros. A Hidrelétrica de Tucuruí, por exemplo, foi construída para alimentar o complexo extrativista minerador. Por um efeito dominó, um empreendimento convida outras parafernalias industriais que se associam a ele para garantir seu funcionamento o que segue uma lógica expansiva e relacional ou interdependente configurando um parque ou zona industrial, que é a infraestrutura física do modo de produção capitalista em questão. A zona industrial imprime no espaço a lógica das relações sociais que são necessárias à construção, manutenção e funcionamento de qualquer dos produtos, instalações e aparatos tecnológicos que sustentam o empreendimento⁷. Portanto, a área de impacto de uma obra deve ser pensada em relação à “zona”, melhor dito “territorialidade” industrial a qual ela atende regionalmente.

Em segundo lugar, observa-se a discussão jurídica em torno da necessidade ou não de licenciamento ambiental e consideração do “componente indígena” que distrai a atenção dos órgãos competentes para o saque em curso na região enquanto se promove as obras nos intervalos administrativos do processo criados por argumentos retóricos *ad hoc*. Transportados pela rodovia, os recursos naturais são carregados todos em grande escala, nenhum deles é produzido pelos povos indígenas, e nenhum deles os beneficia direta ou indiretamente, pelo contrário, são produtos que derivam de lugares que queimam, desmatam a floresta e ameaçam a integridade das terras

⁷ Antes da duplicação contava-se 5.353 vagões e 100 locomotivas, envolvendo a Companhia Ferroviária do Nordeste (CFN), Ferrovia Norte Sul, Terminal Marítimo Ponta da Madeira - São Luís, Porto de Itaqui-São Luís, uma malha com estrutura logística, soluções intermodais = 2 ferrovias, 8 portos, serviços de navegação costeira, armazéns. A malha ferroviária transporta nesta zona industrial: minério de ferro, manganês, madeira, cimento, bebidas, veículos, fertilizantes, combustíveis, produtos siderúrgicos e agrícolas (em especial, soja) num volume crescente ao longo dos anos.

indígenas. Na verdade, a região é impactada por cada uma das atividades relacionadas a cada um dos produtos transportados pelas ferrovias e rodovias no todo, donde a preocupação com a duplicação e seus impactos num raio de 5 km torna-se uma discussão diversionista.

O alcance dos impactos da ferrovia no interior da territorialidade industrial mineradora, superam o raio de 5 km por sua reação em cadeia. Não há impactos isolados, todos os empreendimentos atuam em sinergia⁸ com as estruturas tecnocráticas territoriais que são impostas, partindo de um interesse geopolítico específico, passando por suas esferas de influência, nacionais e regionais, até sua inscrição implacável na escala local, infringindo sua lógica socioeconômica e política no funcionamento do espaço.

A princípio, debater a extensão de 5 km para avaliar os impactos de um empreendimento parece de pouca importância se considerado o impacto em toda uma região capturada espacialmente pelo capitalismo para instalação de uma territorialidade industrial, que vem se ampliando nos últimos 25 anos. Entretanto, observa-se que é no debate de questões menores e pontuais que se ganha tempo para produzir materialmente a duplicação da EFC ao passo que se produz o acúmulo de capital devidamente contabilizado como “lucro”, “recolhimento de impostos” e “crescimento econômico” benéfico para o país. Olvida-se que se trata de uma obra do Programa Carajás, que se refere ao maior empreendimento de mineração da história, o mais dispendioso, o Projeto Ferro Carajás S11D, produtor de ferro gusa, que até 2020 almeja produzir 230 Mtpa (toneladas métricas por ano).

A empresa Vale S.A, gaba-se de reduzir em 70% o consumo de diesel, mas não menciona o fato de que seu complexo seja responsável pelo desmatamento vertiginoso das florestas do Pará e do Maranhão.⁹ É uma das regiões com o mais alto índice de desmatamento do país. Uma parte importante dessa madeira vai para as

⁸ Por sinergia de empreendimentos nos referimos a: BR 230/PA, BR 153/PA, BR 222/PA, linhas de transmissão de energia da Eletronorte, cabos de fibra ótica da Vivo Telefonía Móvel e Suzano Celulose. Além destas, ALPA, as minas N4, N5, S11D, Mineração Onça Puma, que impactam a Terra Indígena Xikrin do Cateté e Kayapó. Também deve-se incluir na sinergia a abertura de novas minas, novo ramal ferroviário do Sistema Norte e o Projeto de Mineração Bahia que é o mesmo Projeto Alemão da Vale para o qual obtiveram licença por distar 16 km, mas suspenderam por problemas financeiros, o Projeto de Ligação PA - 160, PA - 279 entre Água Azul do Norte - Canaã dos Carajás (ver Termo de Cooperação Técnica financeira n 001/2016 Vale e Governo do Pará para incremento da infraestrutura de transporte 117 km de estrada).

⁹ Ver fontes: <http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/2914-terras-indigenas-apresentam-o-menor-indice-de-desmatamento-na-amazonia-legal> , acessado em 30/06/18 e <http://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2015/10/em-26-anos-maranhao-destruiu-241-mil-km-de-floresta-amazonica.html>, acessado em 30/06/18.

carvoarias que alimentam o empreendimento. Alega-se que a duplicação vai empregar muitas pessoas para sua implantação, mas a quantidade definitiva de empregos se reduz pela metade na sua fase de operação.

Diante de um embate desigual no âmbito administrativo, no qual a Vale S.A. entra com um número desproporcional de técnicos, especialistas e advogados se comparado ao número de funcionários disponíveis nos órgãos estatais para fazer frente às investidas legais e discursivas da empresa, a Funai, por exemplo, se mostra impotente para se opor à duplicação, vendo-se obrigada a atuar como “mitigadora de impactos”. É nesse sentido que se deve compreender a instalação da Frente de Proteção Etnoambiental, que trabalha na proteção territorial dos Awá Guajá, criada em 2011. A área de referência do Igarapé Mão de Onça (de importância histórica e cosmológica para os Awá Guajá) já foi devastada por madeireiros. O Maranhão é um dos maiores produtores de madeira beneficiada, carvão vegetal e lenha da região nordeste. Até poucos anos atrás haviam 180 serrarias ilegais em Alto Turiaçú, Carú, Awá que exercem uma grande pressão, extração de 85.476 toneladas. A Terra Indígena Awá foi o território com maior perda absoluta de florestas entre 2009 e 2011. O desmatamento alcançou a média de 30 km² ao ano, o que representa 36 mil hectares, facilmente ampliados para 90 mil hectares se considerada a faixa de proteção/avivenciação de 10 km que demarca a terra indígena. Este caso registra a maior taxa de desmatamento da Amazônia Legal em 2009.

O diretor-presidente da Vale S.A., Murilo Ferreira afirma, por outro lado:

Para mim, ver S11D concluído é muito mais do que estar diante (*sic*) de um novo marco na indústria da mineração. Para além de um empreendimento que agrega tecnologia de ponta, baixo custo e alta produtividade, S11D expressa a capacidade de realizar da Vale. (ver: <http://www.vale.com/brasil/PT/initiatives/innovation/s11d/Paginas/testimonials.aspx>, acessado em 30/06/18)

Pelo exposto e analisado anteriormente, pode-se depreender que a “capacidade de realizar” enseja um eufemismo para a “capacidade de colonizar”. A conotação colonizadora e conquistadora em suas palavras, indica a importância do simbolismo de dominação territorial na imagem e no poder da empresa. Essa “capacidade de realização” significa que o complexo é antes um projeto de dominação, só depois está a marca histórica e a eficácia econômica. Serra dos Carajás, onde está o complexo, fica no sudoeste do Pará, mas os desdobramentos de seus dispositivos territoriais tecnocráticos passam pela EFC em toda sua longitude até o porto em São

Luís, afetando comunidades quilombolas, além de 6 terras indígenas: Mãe Maria, Carú, Rio Pindaré, Awá, Alto Turiaçú e Arariboia.

Ainda que as atividades da empresa atendam a interesses privados, é comum que aleguem interesses nacionais, para aproveitar uma brecha na legislação. No artigo 20 do Estatuto do Índio de 1973, que prevê a intervenção em terras indígenas, por: imposição da segurança nacional; para a realização de obras públicas que interessem ao desenvolvimento nacional; e para a exploração de riquezas do subsolo de relevante interesse para a segurança e o desenvolvimento nacional; a Vale S.A. vincula a mineração ao interesse nacional. Entretanto, ao afirmar que o desenvolvimento da Vale S.A. é de interesse nacional o conceito de “nação” passa a ser relativizado em favor dos interesses da empresa-estado.

A relação da empresa com órgãos estatais e povos indígenas traz para cada um desses atores um conjunto ideológico de representações do ambiente como recursos naturais e dos habitantes da região como contrários ao desenvolvimento. Isso gera um quadro ideológico subordinador, no qual os povos indígenas que resistem à violação dos seus direitos veem-se crescentemente ameaçados em sua autonomia cultural e territorial, enquanto os demais povos e comunidades que capitulam diante de *acordos de cooperação*, *termos de compromisso* ou *termos aditivos*, para obterem um mínimo de compensação, projetos e dinheiro em espécie por parte da empresa, acabam por viabilizar a continuidade da expansão espacial do capitalismo através de relações com claro teor clientelístico.

Veremos a seguir como a empresa visa manipular esta situação imposta por ela aos “atingidos” pela duplicação resignificando-a como “dáviva” clientelista, onde dever ser reparação à dívida moral, ambiental e histórica contraída. Na verdade, assegurar um fluxo contínuo de compensações financeiras, equipamentos etc. tem sido o máximo que os indígenas tem alcançado sob as circunstâncias do processo de licenciamento aqui analisado. A Funai trabalha para assegurar um mínimo de qualidade e respeito na implementação dos acordos com os povos indígenas, mas os impactos discursivos (Lamontagne 2012) promovidos no âmbito do processo geram efeitos mais vastos e profundos no campo interétnico o que analisaremos a seguir.

3. Resistência indígena e perspectivas de autonomia sob a hegemonização do capital: A situação Awá Guajá

Como procuramos descrever acima, o discurso hegemônico que visa legalizar/regulamentar a expansão espacial do capitalismo parte de uma ideologia de desenvolvimento que se assume como “verdade financeira” que gera “valores para a sociedade”. No caso específico da EFC e sua duplicação, vemos que este discurso publicitário da empresa ampara-se na fragmentação jurídica do processo de licenciamento segundo manipulações retóricas que impõem como “fato consumado” o empreendimento, reduzindo seus impactos a pequenos trechos que não permitem analisar a destruição sinergicamente. A empresa aciona um jogo de linguagem financeiro para tornar também rigorosos e válidos os cálculos de áreas, indenizações e projeções negociadas diante da necessidade de respeitar os direitos dos povos indígenas e demais comunidades tradicionais e habitantes da região. Entretanto, o mesmo argumento é retoricamente manipulado no sentido inverso, i.e., no sentido de afirmar a impossibilidade de analisar os efeitos do empreendimento como um todo. Na verdade, pode-se afirmar que o licenciamento das obras de duplicação tem sido feito de forma fragmentada de modo a inviabilizar as análises dos impactos sinérgicos, acumulativos e indiretos.

No mesmo sentido, outra vantagem obtida com a fragmentação do licenciamento é a divisão e fracionamento dos povos e comunidades que estiveram resistindo para exigir a garantia a seus direitos. Nesse sentido, conforme documentação analisada, o ofício nº 1101/2011/DPDS-FUNAI-MJ, informou ao IBAMA que a Funai não tinha óbices para emissão de Licença de Instalação, desde que fossem excluídos os trechos contíguos às terras indígenas afetadas, podendo-se proceder a instalação da segunda linha nas áreas contíguas às terras indígenas somente após a aprovação do PBA para o “componente indígena”.

Apesar de tudo a Funai exige que o Plano Básico Ambiental desenvolva medidas mitigadoras que tragam qualidade de vida aos povos afetados e que respeitem seu modo de vida. Esta preocupação mitigadora expressa a partir de “acordos de cooperação” é aproveitada pela propaganda da empresa para transformar o que é, inicialmente, o enfrentamento e resistência dos povos indígenas e a mediação do Ministério Público e da Funai em “dávivas” diretas aos indígenas com vistas a constituir “cases” que seduzam a opinião pública a serem complacentes com empresa e seus métodos (ver: <http://msiainforma.org/duplicacao-da-ferrovia-de-carajas-suspensa-por-impactos-indigenas/>, acessado em 30/06/18 e

<http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/relatorio-de-sustentabilidade-2017/Paginas/default.aspx> , acessado em 30/06/18).

A situação dos Awá Guajá, entretanto, contradiz explicitamente esta manipulação retórica e prática clientelista da empresa, constituindo-se no território mais diretamente ameaçado pelas ações da duplicação da EFC. As aldeias Awá e Tiracambú são as que estão cerca de 2 km da ferrovia. Além do barulho do trem que espanta a caça e causa medo às crianças:

“(...) os Awá-Guajá convivem com desmatamento e a exploração ilegal de madeira no território invadido pela chegada de migrantes atraídos pelos grandes empreendimentos econômicos na região.” (fonte: <https://www.revistaforum.com.br/para-os-awa-guaja-trem-da-vale-e-o-barulho-do-terror/>, acessado em 30/06/18)

A precariedade da assistência indigenista com a riqueza da empresa é outro aspecto a ser destacado. A separação entre a Terra Indígena Carú no Vale do Pindaré e os povoados é o Rio Pindaré, de fácil ultrapassagem. A sede do posto indígena estava prestes a desabar. Há uma casa do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), que apoia politicamente os indígenas. Estes, se queixam da falta de suprimento de mercadorias após a reestruturação do órgão em contexto de lucros vertiginosos da empresa.

A Coordenação Geral de Índios Isolados e de Recente Contato (CGIIRC/Funai) atua a favor da revisão de limites da área de incidência do empreendimento, entendendo que o impacto é dado em todo o território que os Awá-Guajá tradicionalmente ocupam, não só aquele próximo à ferrovia. Por outro lado, considera que a duplicação junto com o passivo ambiental gera um impacto aos Awá-Guajá, cuja recusa¹⁰ à duplicação deveria ter sido considerada na definição da viabilidade do empreendimento.

Ainda assim, a CGIIRC elaborou parecer técnico concordando com os termos de referência com algumas ressalvas. As ações deveriam ser elaboradas pela Frente de Proteção Etnoambiental Awá-Guajá e a Terra Indígena Amananyá deveria ser considerada na área de abrangência dos impactos, pois existem povos indígenas isolados e de recente contato nas terras indígenas Carú, Awá, Alto Turiaçú e Araribóia. Argumenta-se que os isolados são mais vulneráveis e a mitigação deve levar em consideração uma região mais ampla que compõe diversas terras indígenas onde habitam esses povos. A ferrovia passa por diversas terras onde há referências

¹⁰ A documentação consultada é explícita em afirmar que os indígenas da etnia Awá-Guajá são radicalmente contra a duplicação da EFC.



confirmadas ou em estudo de povos isolados. Os impactos conhecidos levantados são: afastamento da caça pelo barulho, estação ferroviária Alça-Grande que implicou no estabelecimento do povoado de Auzilândia, próximo à aldeia Tiracambú com a propagação de doenças infectocontagiosas, aumento de procura por bens da cultura da sociedade majoritária, intensificação das invasões e ocupações ilegais, aumento da caça e pesca ilegais, aumento da extração de madeira ilegal, poluição do rio Pindaré pela passagem do trem dispersando pó de minério de ferro. Por esses motivos a CGIIRC entendeu que o estudo do “componente indígena” deve ser multiterritorial e compreendendo os povos indígenas Awá-Guajá, Guajajara, Xikrin, Gavião, Assurini, Parakanã, Suruí-Aikewar, Parkatêjê, Kyikatêjê, Akrätikatêjê, Atikum e isolados. Sem a consideração da vontade e perspectivas de vida, segundo seus usos, costumes e tradições, o direito à autodeterminação e a autonomia destes povos continuará a ser sistematicamente violado. Isto será particularmente lesivo como veremos a seguir, a título de conclusão, para o caso Awá-Guajá e o Programa Awá, criado em 1984 pela Vale como uma de suas ações de indigenismo empresarial. Como veremos, o Programa pode ser interpretado como um efeito do encapsulamento ideológico do poder discursivo da empresa acionado para assegurar a expansão espacial do capitalismo.

Os Awá-Guajá são um conjunto de povos caçadores e coletores mais conhecidos na literatura etnológica como Guajá. Apesar de não poderem ser considerados consensualmente e estritamente como um povo único, em vista de sua histórica dispersão, a grosso modo compartilham a mesma cultura, modo de vida e falam a mesma língua (com pequenas diferenças de pronúncia). Assim como muitos outros (Parakanã, Asuriní do Xingú, Ka'apor, Avá-Canoeiro), autodenominam-se Awá, termo que designa "humanos", "gente", ou "humanos de verdade". Embora o termo não seja um marcador identitário próprio, como costuma ser em muitas denominações étnicas, ele foi assimilado em vista de sua eficácia nos diálogos interétnicos após o contato quando tiveram de viver menos dispersos.

Habitantes das terras firmes do noroeste maranhense, se encontram nas franjas da floresta amazônica. Antes do contato com os brancos optavam por viver em *Wyty-ra* ou *wytyra hamãe*, nas áreas de floresta, para proteger-se dos Tenetahara (Guajajara - inimigos históricos) ou quaisquer outros inimigos *kamará* (outros povos indígenas) ou principalmente *karai* (não-indígenas). Na metade do século XIX viviam perto dos vales dos rios Turiaçú, Capim Pindaré e Gurupi, sua presença é registrada

desde 1853 no relatório do presidente da província do Maranhão. Foram inimigos dos Tenetahara e Kaa'por, com quem disputaram partes do território. Atualmente, vivem nas terras indígenas Alto Turiaçú, onde se encontrava o Posto indígena Guajá, a Aldeia do Cocal; Carú, onde estão as aldeias Awá, Grupo do Iagarapé Timbira ou Grupo do Tabocão, Grupo do Presídio, Aldeia do Tatu, Aldeia Nova e Aldeia Tiracambú. Na Terra Indígena Awá onde está a Aldeia Juriti e na Terra Indígena Araribóia. Assim como no Rebio do Gurupi e o "mosaico" de áreas protegidas do complexo Turiaçú.

Os Awá se organizam tradicionalmente em pequenos grupos locais, compostos por algumas famílias aparentadas, liderados por um homem ou um casal. Dispersos sobre um grande território, locomovendo-se com regularidade. Sua principal atividade cotidiana é a caça, especialistas na captura de primatas arborícolas. A pesca, coleta de mel e frutos são atividades tributárias à caça. Sua ocupação territorial tradicional não é aleatória, ela é marcada por sua principal atividade, que é a caça, um pilar de sua vida social, diferenciando-se de acordo com a estação, e estando marcada em sua cosmologia, geografia e economia. O céu e a mata são domínios pelos quais os Awá guardam grandes interesses, sustentando também sua cosmologia. A movimentação dos grupos se dá, portanto, de acordo com as atividades apropriadas para cada uma dessas estações e a disponibilidade de alimento. Mesmo com as mudanças mais recentes em seu padrão de mobilidade, esta ainda prevalece como característica de sua organização social.

O Programa Awá de 1984, financiado pela Vale do Rio Doce devido à construção da Estrada de Ferro Carajás, representa o início de uma mudança de paradigma na política indigenista destinada a povos isolados e recém-contatados. Neste momento já aparecem críticas que alertavam para a corrupção de chefes de posto que desviavam recursos, para a baixa qualidade da mão-de-obra dedicada e a falta de consideração com os interesses mais urgentes dos indígenas, o que são aspectos compartilhados por outros programas do indigenismo empresarial (ver Baines 1991 e Teófilo da Silva 2005).

O já existente cerco aumentou com a construção da Ferrovia Carajás, que provocou o surgimento de povoados, assentamentos, latifúndios, produtores de carvão e fazendas por meio do processo de grilagem de terras, que era promovido inclusive por um sindicato de trabalhadores rurais. Os pequenos posseiros eram seguidos por grandes agropecuárias. O percentual de terra incidente de um conjunto



de fazendas pertencentes ao mesmo grupo latifundiário é de 89%, da Agropecuária Alto Turiaçu. Como consequência a população dos Guajá se viu reduzida, proliferaram-se os conflitos e epidemias, por outro lado, os grupos se dispersaram, dividindo-se, principalmente, em dois grupos, um na margem esquerda do rio Pindaré e outro na direita. A partir deste momento os contatos violentos começam a se multiplicar. A Funai considera que o fator que mais contribuiu para a grande e contínua redução do povo indígena, assim como o avanço de madeireiros e grileiros foi a demora no processo de demarcação no território dos Awá-Guajá, concluído somente em 2005.

Ainda que a criação da Reserva Florestal do Gurupi em 1961, de domínio federal, contemplasse e tivesse reconhecido o direito de ocupação indígena na área, isso não impediu, por falta de fiscalização, omissão ou impotência (o que os indigenistas se referem como “vazio administrativo”) de diversas instâncias do governo federal (cujos funcionários por muitas vezes se viram intimidados e ameaçados pelos responsáveis pelas invasões), que a área fosse intensamente invadida e “grilada”, com a cumplicidade dos municípios e do estado do Maranhão que concedia títulos, gerava loteamentos (por meio do ITERMA – Instituto de Terras do Maranhão), alegando equivocadamente que se tratavam de “terras devolutas”. Essa reserva é uma das últimas áreas a serem ocupadas por interesses privados no Maranhão, uma das poucas que até então estavam preservadas, sendo *esbulhadas* e *expropriadas* a partir da década de 70. As seguintes tentativas de demarcação das terras sobrepostas à reserva tiveram dificuldade para se consolidar, tendo que reduzir sua área diversas vezes ao deparar-se com a violência dos interesses locais e sofrer com as invasões massivas.

Depois de cinco anos, em 1989, o Programa Awá foi substituído pelo “Sistema de Proteção Awá/Guajá” (SPAG), criado a partir de uma decisão tirada no 1º Encontro de Sertanistas em 1987. O principal objetivo era garantir a escolha de isolamento feita pelos indígenas para não comprometer sua integridade, pois até então não existiam condições de estabelecer o contato sem provocar novas mortes por doenças e fome. Além de oferecer apoio aos recém-contatados. No entanto, o Programa não teve o sucesso esperado devido a problemas de gestão administrativa.

Neste contexto, as invasões seguem como as principais ameaças enfrentadas cotidianamente pelos Awá-Guajá. Entre estas registram-se os posseiros: Pelo menos uma dezena de povoados dentro da Terra Indígena Awá, milhares de famílias. Alguns

vinculados à Agropecuária Alto Turiaçu.¹¹ Os empresários/fazendeiros que produzem roças para comercialização, promovem derrubadas em regime de coivara sob a utilização de trabalho escravo de moradores do município de São João do Caru, também promovem a derrubada de grandes áreas para pastagens e roças, carvoarias ilegais, envolvendo servidão por dívida e muita violência. Os madeireiros que estabeleceram as serrarias de Paragominas, Buriticupu e outros entrepostos se beneficiam de madeira retirada das terras indígenas Awá, Caru e Alto Turiaçu. Incontáveis estradas ilegais para servir a retirada da madeira, podendo chegar a uma centena, com novas estradas sendo construídas a cada mês. Comerciantes, pequenos e grandes fazendeiros, políticos locais e traficantes, dentre outros. As informações são incompletas e difusas, mas o Maranhão é o maior produtor de *cannabis* do país. As terras indígenas são atrativas devido à dificuldade de acesso e falta de fiscalização, contendo dezenas de hectares plantados. A duplicação da EFC se insere e estabelece uma presença pretensamente “civilizatória” sobre esta região, o que mascara o fato da empresa e seus empreendimentos serem a principal responsável pela reterritorialização industrial deste espaço amazônico estruturando as dinâmicas interétnicas e os conflitos socioambientais entre os múltiplos atores, sociedades e povos implicados, ameaçando sobremaneira o futuro territorial dos Awá-Guajá.

4. Considerações finais

Diante das manifestações dos indígenas das Terra Indígena Mãe Maria e Terra Indígena Caru, que denunciam as irregularidades no processo de licenciamento, as falhas nos *acordos de cooperação* e os impactos sociais dos mesmos, a Vale S.A. passou a excluir, sistematicamente, a menção às terras indígenas do processo de licenciamento, para não comprometer as obras. Um dos aspectos mais polêmicos foi o atraso e mesmo a falta de entrega das mercadorias previstas nos *acordos de cooperação*. Com a segmentação do processo de licenciamento, as obras puderam avançar nos trechos mais distantes, fora do raio legal de incidência, e assim avançar com mais facilidade nos trechos próximos às terras indígenas considerando os trechos já construídos como fatos consumados.

O que se pode depreender do exposto neste artigo é que a atualização de

¹¹ Até 2012 haviam mais de 1.000 famílias cadastradas para reassentamento que ocupavam seu território.

categorias discursivas fictícias como “faixas de domínio”, elaboradas nos anos 70 e 80, combinadas a práticas jurídicas de fragmentação do processo de licenciamento e práticas clientelísticas de “doação” de bens e recursos para lideranças indígenas sob condições extremamente adversas, constitui a tática empresarial para operacionalizar a expansão espacial do capitalismo na região. Utilizando-se da ameaça de suspender os *acordos de cooperação*, a Vale S.A. pressiona as comunidades a dar seu consentimento ao empreendimento.

Neste contexto, foi possível perceber o trabalho dos técnicos da Funai, diante da persistente reivindicação dos povos indígenas, exigindo que a empresa contemple no seu Plano Básico Ambiental, programas que tenham incidência na mitigação e compensação do enorme passivo ambiental que transformou violenta e profundamente a topografia da região, atraindo cidades, povoados, madeireiros, carvoeiros, diversos empreendimentos, estradas. A exigência de reconhecimento da dívida ambiental e cultural também tem sido feita alegando os exorbitantes lucros da empresa, única beneficiária da ferrovia. Entretanto, é lamentável reconhecer que tal resistência limita-se a pressionar a empresa a arcar minimamente e por “valores irrisórios” com os danos provocados aos povos indígenas e seus territórios. Isto se deve à dominação total exercida pela “zona industrial” sobre a região.

Nota-se na memória e resistência indígena uma clara tendência à afirmação de sua própria noção de autonomia, com a firme recusa à existência da ferrovia e a distopia por ela criada. Reivindicam sua própria perspectiva sobre os “passivos e impactos”, notadamente diferentes daqueles relacionados nos estudos que subsidiam o processo de licenciamento. A defesa da biodiversidade, noção aprendida da sociedade não-indígena, no espaço colonizado pela expansão espacial do capitalismo promovido pela Vale S.A., tornou-se uma motivação política muito presente nos discursos indígenas e parte de sua autodeterminação como parte desse mesmo “bios” que foi transformado de modo irreversível. Como estabelecer compensações e reparações diante desta estruturação colonizadora do capitalismo dependente sobre territórios indígenas, quilombolas, ribeirinhos, tradicionais etc.? Qual perspectiva de futuro para os Awá-Guajá? A “inclusão” no mundo dos brancos, com acesso a saúde, remédios, educação básica e superior, escolas exclusivas dentro das aldeias, bolsas e demais condições para acessar o ensino superior são reivindicados em um mundo onde estes mesmos bens, serviços e direitos são negados ao conjunto da população

acometido pelo processo de geração dos “valores” de empresas como a Vale S.A.. Os indígenas compreendem o poder estruturante da empresa no contexto político nacional e a força que esta exerce sobre projetos de lei contrários aos direitos indígenas e socioambientais. Os indígenas percebem a continuidade histórica das ações e comportamento atual promovido pela empresa com a memória da experiência colonial secular. É aqui que se dá uma crítica da razão capitalista redutora da diversidade em todos seus aspectos para promover a maximização do lucro pela expansão espacial de um capitalismo selvagem na concepção ocidental do termo.

Dada esta correlação de forças, a Funai responde às reivindicações indígenas de modo tímido. Admite, oficialmente, que a construção da ferrovia ocasionou invasões massivas e a consequente exploração dos recursos da região, atraindo colonos e impondo uma territorialização industrial geradora de conflitos socioambientais trágicos desde a década de 70 por ocasião do Projeto Grande Carajás. Impotente para fazer frente a tamanha investida do capital sobre a floresta como espaço de vida dos povos indígenas, o órgão indigenista limita-se a um papel de “componente indigenista” de um procedimento burocrático e administrativo de licenciamento ambiental subordinado às manipulações discursivas do poder estruturante vertiginosamente global do capitalismo.

Referências bibliográficas

BAINES, Stephen & TEÓFILO DA SILVA, Cristhian. “Antropólogos, Usinas Hidrelétricas e ‘Desenvolvimentalismo’ na América Latina”. Anuário Antropológico 2007/2008. Brasília: Tempo Brasileiro, 2009, pp. 271-297.

BAINES, Stephen. “O território dos Waimiri-Atroari e o indigenismo empresarial”. Série Antropologia 138. Brasília: DAN/UnB, 1993.

BAINES, Stephen. “É a FUNAI que sabe”: A Frente de Atração Waimiri-Atroari. Belém: MPEG/CNPq/SCT/PR, 1991.

BETTELHEIM, Bruno. O coração informado: Autonomia na era da massificação. 2ª edição. Tradução Celina Cardim Cavalcanti. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

BRASIL. Plano Nacional de Mineração 2030: Geologia, mineração e transformação mineral. Brasília: MME/SGM, 2010.

DOS SANTOS, Theotonio. "The Structure of Dependence". The American Economic Review Vol. 60, No. 2, Papers and Proceedings of the Eighty-second Annual Meeting of the American Economic Association (May, 1970), pp. 231-236.

ESCOBAR, Arturo. Encountering Development: The Making and Unmaking of the Third World. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 1995.

FAUSTINO, Cristiane & FURTADO, Fabrina. Mineração e violações de direitos: O Projeto Carajás S11D, da Vale S.A. Relatório da missão de investigação e incidência. Açailândia: DHESCA Brasil, 2013.

GARCIA, Uirá Felipe. Karawara: a caça e o mundo dos Awá-Guajá. Dissertação. Universidade de São Paulo, 2010.

LAMONTAGNE, Annie. Impactos discursivos: Conflitos socioambientais e o licenciamento da UHE Estreito. Curitiba: Editora CRV, 2012.

RIZZO DE OLIVEIRA, Adalberto Luiz. "Projeto Carajás, práticas indigenistas e os povos indígenas no Maranhão". Revista Antropológicas, ano 8, volume 15 (2), pp. 135-170, 2004.

SKLAIR, Leslie. The Transnational Capitalist Class. Oxford: Blackwell, 2001.

TEÓFILO DA SILVA, Cristhian. "O regime tutelar na formação do índio: Aspectos da sobrevivência e da sociabilidade dos Avá-Canoeiro sob um programa do indigenismo empresarial". Anuário Antropológico 2009. Brasília, 2010, pp. 155-181.

TEÓFILO DA SILVA, Cristhian. Cativando maíra: A sobrevivência dos índios Avá-Canoeiro no Alto rio Tocantins. Goiânia: PUC/GO; SP: Annablume, 2005.

WOLF, Eric. Pathways of Power. Berkeley: University of California Press, 2001.

Referências documentais

Informação Técnica nº 245/2014/COTRAM/CLIC/DPDS/FUNAI-MJ.

Processo FUNAI/BSB/0054/1986 (4 volumes).

Processo MJ/3718/93 FUNAI/BSB/3869/77.

Processo FUNAI/BSB/4023/88.

Processo FUNAI/BSB/2466/91.

Processo 02001.007241/2004-37.



A Expansão Espacial do Capitalismo na Amazônia Brasileira: O caso da duplicação da Estrada de Ferro Carajás e o futuro territorial dos Awá-Guajá

Resumo

Este artigo parte do pressuposto de que o capitalismo se constitui como uma potente força colonizadora, extrapolando constrangimentos nacionais ou “internos” para seu desenvolvimento e corrompendo mecanismos ou instrumentos legais e institucionais para sua contenção. Será analisado o caso de duplicação da Estrada de Ferro Carajás através da documentação de licenciamento ambiental disponível na Fundação Nacional do Índio. Espera-se demonstrar como são utilizados artifícios retóricos para produzir a fragmentação do processo e viabilizar o empreendimento com efeitos lesivos e irreversíveis para os povos indígenas, afetando suas perspectivas de sobrevivência e reduzindo sua autonomia política a uma relação clientelística com a empresa.

Palavras-chave: Povos Indígenas Isolados, Política Indigenista, Estrada de Ferro Carajás, Awá-Guajá

The Spatial Expansion of Capitalism in the Brazilian Amazon: The case of the duplication of the Carajás Railroad and the territorial future of the Awá-Guajá

Abstract

This article starts from the assumption that capitalism is constituted as a powerful colonizing force, extrapolating national or "internal" limitations for its development and corrupting legal and institutional mechanisms for its containment. The case of the duplication of the Carajás Railroad will be analyzed through the documentation of environmental licensing available in the Indian National Foundation of Brazil. We wish to demonstrate how rhetorical artifices are used to produce the fragmentation of the process and consequently to render the duplication of the railroad and its effects possible. This fragmentation is responsible for irreversible damages to the territory of Indigenous Peoples, affecting their prospects of survival and reducing their political autonomy to a clientelistic relationship with the company.

Keywords: Isolated Indigenous Peoples, Ethnic Politics, Carajás Railway, Awa-Guaja

La Expansión Espacial del Capitalismo en la Amazonia Brasileña: El caso de la duplicación del Ferrocarril Carajás y el futuro territorial de los Awá-Guajá

Resumen

Este artículo parte del supuesto de que el capitalismo se constituye como una potente fuerza colonizadora, extrapolando las limitaciones nacionales o "internas" para su desarrollo y corrompiendo mecanismos o instrumentos legales e institucionales para su contención. Se analizará el caso de duplicación del Ferrocarril Carajás a través de la documentación de licenciamiento ambiental disponible en la Fundación Nacional del Indio. Se espera demostrar cómo se utilizan artificios retóricos para producir la fragmentación del proceso y viabilizar el emprendimiento con efectos perjudiciales e irreversibles para los pueblos indígenas, afectando sus perspectivas de supervivencia y reduciendo su autonomía política a una relación clientelística con la empresa.

Palabras clave: Pueblos indígenas aislados, Política étnica, Carretera de Hierro Carajás, Awa-Guajá

Os Wai Wai da Comunidade Jatapuzinho, em Roraima, frente aos grandes Projetos na Amazônia

Daniel Montenegro Lapola¹

Maxim Repetto²

Antecedentes

No presente trabalho analisamos como se relacionam os processos de construção de identidades frente às diferentes transformações sociais que vive o Povo Wai Wai, relacionando bibliografias e teóricos que tratam sobre o tema de impactos de hidrelétricas em Terras Indígenas em nível nacional e continental, em especial em relação a implementação da Usina Hidrelétrica de Jatapu, dentro de seu território tradicional. Dentre os processos envolvidos nesta situação em análise destacamos, dentre outros, os seguintes aspectos: criação de novas comunidades, extrativismo e comercialização da castanha, demarcação e homologação da terra, Usina Hidrelétrica no rio Jatapu, impacto de rodovia (Perimetral Norte) e invasões diversas.

No século XX os indígenas enfrentaram a tutela oficial do estado e lutaram em defesa e pelo reconhecimento de seus direitos, dentre estes os territoriais, assim como em certo sentido, pelo reconhecimento político de natureza, o que implica enfrentar fortes pressões e ameaças de perdas territoriais (OLIVEIRA, 2016).

Os Wai Wai, como muitos outros povos indígenas na Amazônia, vivem processos históricos conflituos e contraditórios, onde por um lado, enfrentam as pressões por parte da sociedade nacional e os conflitos ou danos colaterais da mesma, mas por outro eles também buscam o contato e reivindicam sua proximidade. Nesta perspectiva os Wai Wai tem buscado não apenas serem subordinados ao contato, mas em certo sentido eles tem buscado submeter este contato a seu próprio controle, buscando assimilar seus poderes e canalizá-los para seus próprios fins, de certa forma, buscando aumentar a vitalidade de sua sociedade (HOWARD, 2002, p.51).

¹ Mestrando no Programa de Pós Graduação em Sociedade e Fronteiras (PPGSOF) na Universidade Federal de Roraima (UFRR) e Graduado em História na Universidade Estadual Paulista (UNESP).

² Orientador, Doutor em Antropologia Social, professor no Curso de Licenciatura Intercultural do Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena e do Programa de Pós Graduação em Sociedade e Fronteiras (PPGSOF) da UFRR.

Por sua vez ao falarmos na implementação de políticas públicas e de grandes projetos, Gonçalves (2012) nos mostra como até os dias atuais define-se a Amazônia como um território de “vazio demográfico”. Deixando de reconhecer que em toda a sua extensão abriga centenas de povos, línguas e comunidades diferentes, grande número de etnias e biosócioidiversidade. Domina o mito da imagem oficial difundida sobre a Amazônia como uma fronteira tardia, um “espaço vazio”, noção que estrategicamente tem servido como válvula de escape a sérios conflitos sociais em áreas densamente povoadas, onde a estrutura fundiária é excludente e concentrada, trazendo uma visão da Amazônia como um campo aberto para investimentos, grandes projetos e exploração econômica (BECKER, 1990, p.10).

Na estratégia governamental interferem os interesses e confrontos dos atores sociais, privados e públicos (BECKER, 1990, p.19). De um outro lado há uma grande pressão sobre as terras tradicionalmente ocupadas, consideradas pelos economistas formalistas como um freio à capacidade produtiva do país (ALMEIDA, 2012). Objetivam atender às demandas progressivas de um crescimento econômico baseado principalmente em *commodities* minerais e agrícolas (ALMEIDA, 2012, p.63).

João Pacheco de Oliveira (2016) ao analisar o processo de colonização da Amazônia, nos mostra como a ideia de Amazônia aberta, como última fronteira agrícola já vinha sendo desenvolvida intensamente no século XIX e XX e como o ciclo da seringa envolveu caboclos e indígenas em um intenso processo de exploração do trabalho, envolvendo no auge do processo, a migração induzida em massa de nordestinos para o interior da floresta, processos que lembram a patronagem e a escravidão nos seringais. Sem ter sido um projeto único e organizado de forma centralizada este ciclo da exploração da seringa nos mostra o impacto dos empreendimentos na Amazônia destinados a extração de produtos para a inserção no mercado mundial.

Almeida (2012) observa como na Amazônia brasileira, a ação do Estado é decisiva na implementação de grandes projetos de infraestrutura e desenvolvimento:

Essa ação tem sido rápida, com objetivos de curtíssimo prazo, que exigem prontos resultados (hidrelétricas, gasodutos, minerodutos, hidrovias, rodovias, portos, aeroportos, linhas de transmissão de energia), cujos efeitos referem-se a acidulados debates jurídicos e à intensificação de conflitos sociais (ALMEIDA, p.67, 2012).

Notamos que por detrás de todo projeto de desenvolvimento há sempre, favorecimento aos interesses dos governantes, empresários, ruralistas e mineradores. Dificilmente um favorecimento aos interesses das comunidades locais que sofrem os impactos diretos destes grandes projetos. Ainda com algumas características, como a mobilidade de concentração de capitais e trabalhadores, fortes impactos locais e quase sempre os benefícios destes projetos destinados para centros econômicos e industriais distantes (RIBEIRO, 2008).

Neste contexto analisamos a situação das comunidades próximas a U.H de Jatapu, localizada na Terra Indígena Trombetas-Mapuera. Esta terra está situada na região fronteira de Pará, Roraima e Amazonas (CARDOZO; VALE JÚNIOR, p.21, 2012). Na T.I. Trombetas Mapuera, no estado de Roraima, os Wai Wai vivem nas comunidades de Jatapuzinho Samauma, Katuau, Makara, Soma e Cobra (CAIXETA DE QUEIROZ, 2008).

Segundo Fock (1963), Wai Wai não é um etnônimo, mas um termo criado pelos Wapixana, da família de língua Arawak, para designar segundo eles, seus vizinhos de família de língua Caribe que tinham uma pele mais clara. Portanto o termo Wai Wai quer dizer “farinha branca” ou “tapioca”.

Para Catherine Howard (2002) o termo Wai Wai refere-se a um coletivo de moradores de quatro aldeias: uma no Rio Essequibo na República Cooperativista da Guyana e três ao Norte do Brasil, nos rios Mapuera, Anauá e Jatapuzinho (esta última comunidade foco do nosso estudo). Essas aldeias são compostas por diversos grupos como os Wai Wai considerados originários, além de outros grupos remanescentes na região que se juntaram a eles, tais como os: Parukwoto, Tarumá, Mawayana, Xerew, Katuena, Tunayana, Cikyana e Karafawyana (HOWARD, 2002, p.30).

Quanto ao uso do território da comunidade de Jatapuzinho:

O território de caça Wai Wai se estende a uma zona bem maior que a dominada pela Agricultura. Seus limites básicos de perambulação permanente costumam ser referenciados pelos índios como sendo a serra do Curupira ao sul da aldeia e ao norte toda extensão que vai ao encontro da BR210. A leste, o território atinge o alto Jatapuzinho e regiões do baixo Girão; A jusante da aldeia, se estende até a foz do Jatapuzinho. Essa mesma zona também é considerada como área permanente utilizada pelo grupo para a pesca (SOUZA, 1998, p.174).

No decorrer dos anos da década de 80 e 90 do século passado, os Wai Wai vão sendo surpreendidos com a chegada de Grandes Projetos, como a construção da estrada Perimetral Norte e da Usina Hidrelétrica. A partir de 1991 os Wai Wai de Jatapuzinho tomam ciência da construção de uma usina hidrelétrica no rio Jatapu, obra do Governador Ottomar de Souza Pinto inaugurada em 1994 (FEARNSIDE; BARBOSA, 2015).

É importante destacar que o povo Waimiri Atroari, vizinhos dos Wai Wai, enfrentaram nas décadas de 1970 e 1980 uma forte e violenta pressão sobre suas terras logo após um contato dirigido que abria a estrada BR 174 e liberava extensos territórios para implementação de grandes projetos. Este processo está fortemente vinculado à ação indigenista direta, que estimulou a inversão social de uma etnicidade para este povo, modelada na perspectiva das políticas indigenistas e pela ação dos indigenistas, alguns deles índios também.

Esta ação indigenista tutelar, que indicia a transformação dos Waimiri Atroari em agricultores sedentários, foi uma estratégia de expropriação de seus territórios ancestrais, experiência por demais traumática para este povo que se viu quase dizimado nessas épocas (BAINES, 1991, 1995).

O Problema Energético em Roraima e os Povos Indígenas

Roraima enfrenta um sério problema energético que desafia as políticas desenvolvimentistas no Estado e mantém em alerta permanente aos povos indígenas. Já na década de 1990 o mesmo Governador Ottomar Pinto começou a criação de uma das cinco hidrelétricas projetadas desde a década de 1960, pelos militares no Projeto Calha Norte, no rio Cotingo, dentro da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, afetando aos povos Macuxi, Ingarikó, Wapichana e Taurepang (REPETTO, 2005).

Ante a resistência indígena foi criada uma alternativa, trazer energia elétrica desde o complexo hidrelétrico de Guri, já instalado no rio Caroni, na Venezuela. Com esta proposta se tentava mudar a matriz energética do Estado que para produzir energia elétrica queimava milhares de litros de diesel por mês. A construção da linha de transmissão elétrica de Guri gerou diversos conflitos, pois no seu caminho até Boa

Vista, a capital de Roraima, esta linha passou por reservas ambientais na Venezuela, como a Serra de Imataca e o Parque Nacional Canaima, habitat tradicional dos Pemon, em suas três subdivisões, Arekuna, Kamarokoto e Taurepang.

Já no Brasil esta linha de transmissão de energia passou pela Terra Indígena São Marcos, onde os indígenas Taurepang, Wapichana e Macuxi aproveitaram para negociar o pagamento de uma indenização que permitiu a retirada dos invasores da Terra Indígena demarcada e homologada em 1991, mais ainda invadida no final desta década. Esta passagem por São Marcos esteve atrelada a uma série de conflitos associados ao processo de reconhecimento formal da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, e a retirada dos invasores de estas duas terras indígenas.

Nos últimos anos foram ensaiadas tentativas de implementar pequenas centrais hidrelétricas nas proximidades da sede dos municípios de Uiramutã e Pacaraima, nestas duas terras indígenas anteriormente citadas e inclusive um empreendimento maior para construir uma barragem no rio Branco, nas corredeiras do Bem Querer, empreendimento que iniciou neste ano de 2018, os estudos ambientais e de consulta, em vistas a implementar este projeto. Este último projeto se vê reforçado pelos períodos de estiagem que tem afetado ao rio Caroni a as turbulências políticas que afetam a Venezuela, o que colocam em risco estratégico o fornecimento de energia elétrica para a capital de Roraima e algumas localidades do interior onde chega a energia da linha de transmissão de Guri.

Contudo, o empreendimento em Caracarái deixa uma série de dúvidas, tanto pelos ciclos de estiagem que afetarão a produção energética, como o impacto que criará para própria capital Boa Vista e as terras indígenas que a montante serão afetadas pelo empreendimento.

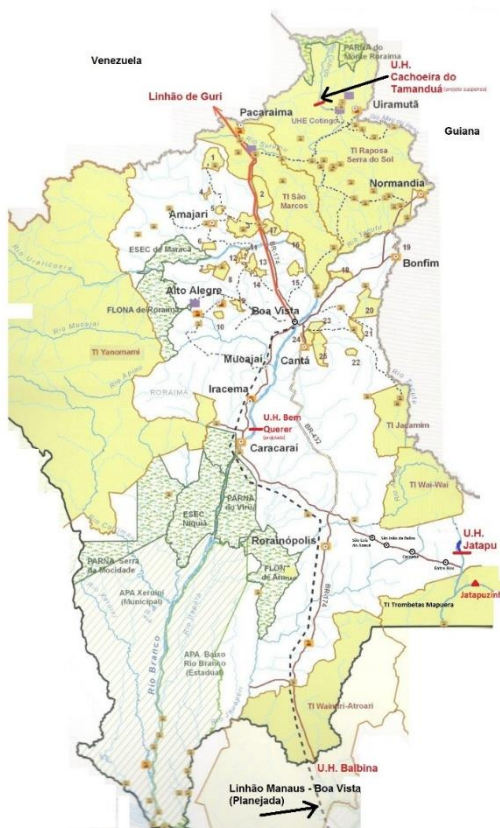
Diante deste panorama, nos últimos anos se levantou a proposta de unir Roraima ao sistema nacional integrado de distribuição de energia elétrica, através de um linhão de transmissão que acompanhando a BR 174, que une Boa Vista a Manaus, interligue Roraima ao restante do país. Esta proposta enfrenta novas resistências pois passaria pela Terra Indígena Waimiri Atroari, povo indígena que já sofreu uma retaliação do seu território pela construção da BR 174, pela barragem da Usina Hidrelétrica de Balbina e pelo desmembramento das terras destinadas à mineração de Paranapanema (BAINES, 1991; 1993).

Foi neste contexto de problemáticas energéticas que foi construída a Usina de Jatapu, com a intenção de suprir de energia elétrica às cidades do sudeste do estado de Roraima que se espalham ao longo do trecho construído da Perimetral Norte, municípios de São Luis do Anauá e Caroebe.

A demanda por energia elétrica se sustenta em um apelo à modernidade e ao desenvolvimento, que se transformou em discurso vazio na boca de políticos de Roraima, os quais não estão preocupados com a melhoria nas condições de vida da população e sim em fortalecer seus currais eleitorais, o clientelismo e a compra de votos, males endêmicos na política eleitoral em Roraima.

Podemos encontrar excelentes mapas na obra do Instituto Sócio Ambiental (CAMPOS, 2011), em especial o mapa nº9, referente infraestrutura no Estado de Roraima, do qual extraímos a seguinte imagem, na qual destacamos alguns dos empreendimentos aqui citados.

Mapa 1: Terras Indígenas e Grandes Projetos Energéticos em Roraima



Adaptado de Campos (2011):

<<https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/publicacoes/10403.pdf>>.

Grandes Projetos e os Impactos de Jatapu

As grandes obras governamentais, como usinas hidrelétricas e linhas de transmissão, alteram radicalmente os espaços físicos regionais, seus respectivos ecossistemas terrestres e aquáticos, bem como as relações sociais das pessoas impactadas por eles (ANCSELRAD; SILVA, 2011). Ainda envolvem diversos esforços políticos, discursos sobre a Amazônia e sobre os povos indígenas. Neste sentido Baines (2001) expõe como a demarcação de terras indígenas na Amazônia teve, através da regularização das mesmas, a consequência nada inocente de “regularizar” a implementação de grandes projetos.

Mas, para não ficar apenas no discurso geral, queremos aqui relatar sobre como pesquisadores e os próprios Wai Wai entendem esta situação. O paradoxal nesta experiência é que a Usina Hidrelétrica encontra-se fora da terra indígena Trombetas Mapuera e mesmo assim os Wai Wai sentem seu impacto. Não é um impacto direto pelo alagamento de suas terras, mas por ser próximo, causa sim um impacto direto nas vidas das pessoas, desde problemas aparentemente simples à outros de forte caráter social e cotidiano.

Segundo Caixeta de Queiroz (2004), a rota utilizada para visitar os Wai Wai que moram na Guiana foi impedida pela construção da UHE de Jatapu, onde o percurso era navegar até a cabeceira de Jatapu e varar a serra do Acari.

Philip Fearnside e Reinaldo Barbosa (2015) no livro “*Hidrelétricas da Amazônia Volume 2*”, tratam os impactos sociais e ambientais aos índios Wai Wai nas tomadas de decisões de grandes obras, entre elas:

A Hidrelétrica de Jatapu está localizada a 37 km rio abaixo da Área Indígena Wai-Wai, habitada pelo grupo Wai-Wai e, 27 km rio acima da Área Indígena Trombetas-Mapuera, habitada pelo mesmo grupo. A barragem bloqueia a rota tradicional das canoas que deslocam os índios entre as duas reservas (CIR & CPI/SP, 1993, p. 44). Os que moram a jusante da barragem também sofreriam os efeitos da alteração da qualidade da água no rio Jatapu, onde poderia esperar uma diminuição significativa das populações de peixes. A má qualidade da água também afetaria os Wai-Wai durante as suas viagens pelo rio. O parecer do IBAMA (No. 057/94 de 07/06/1994) citou a falta de informações sobre o potencial para perda de peixes e para degradação da qualidade da água a jusante, como uma das falhas do PCA. Nenhuma medida mitigadora estava planejada para a população indígena. Também neste sentido, recentemente a terra do povo Wai Wai foi ampliada

para proteger um grupo de índios isolados vivendo relativamente próximo da barragem de Jatapu (FEARNSIDE; BARBOSA, 2015 p.45).

Jorge Souza (1998) se refere a situação após a implementação da UH de Jatapu:

O advento da hidrelétrica de Jatapu e as expectativas de crescimentos econômicos para região deixam de perceber claramente que a periferia do território waiwai deve se tornar em uma área de tensão permanente, fundamentada na perspectiva que o empreendimento hidrelétrico potencializa e projeta, num estado cujo o déficit de energia é precário, até o momento (SOUZA, 1998, pp.147-148).

Em dezembro de 1993, cinco meses antes da área da represa ser inundada, o Jardim Zoológico do Rio de Janeiro foi convidado a submeter uma proposta para salvamento e uso científico da fauna na área do reservatório (FEARNSIDE; BARBOSA, 2015, p.45). O trabalho de resgate de parte dos animais foi concretizado. Foram capturados um total de 818 animais dos quais 267 na primeira campanha e 551 na segunda (RIO ZOO, 1995). Estes números nos falam do impacto e dos esforços desapegados para mitiga-los, embora estejam muito aquém do impacto real sobre a flora e a fauna da região enfrentaram.

Os principais impactos relatados por Rubem Caixeta de Queiroz (2004), no relatório de identificação e delimitação da Terra Indígena Trombetas/Mapuera, são:

- 1) intoxicação das águas do rio Jatapu.
- 2) impedimento de livre navegação no rio com objetivo de visitar os parentes das aldeias localizadas na Guiana e no rio Anauá (Roraima).
- 3) desequilíbrio no regime da pesca.
- 4) arregimentação da mão-de-obra indígena para a construção da Usina (QUEIROZ, 2004, p.153).

A este respeito acrescenta Jorge Souza (1998):

- 1) redução drástica da pesca e escassez das espécies consideradas regulares, com tendência à permanência das espécies predadoras e influência futura em desestabilizar a harmonia local de povoação das espécies.
- 2) privou os índios da utilização tradicional do seu melhor e mais viável itinerário de deslocamento, o rio, e áreas de cultivos de suas roças.
- 3) influenciou no escoamento regular e no nível de água do Jatapuzinho, acarretando perdas no seu potencial piscoso.
- 4) dificultou a obtenção de água potável para os índios durante os períodos de estiagem e de cheia.
- 5) inibiu a produção de excedente na aldeia destinado à comercialização, que os recursos e meios acima citados produzem efeitos reais e duradouros na atividade econômica e de subsistência dos waiwai (SOUZA, 1998, pp.188-189).

No período do enchimento da represa, choveu além do esperado inundando até as copas das árvores, com isso, a água perdeu muita qualidade:

Condições de água ácida, anóxicas em reservatórios na Amazônia são resultado da decomposição da vegetação na área inundada. Remoção da vegetação minimizaria este problema, entretanto, o gasto de fazê-lo seria substancial. Outros reservatórios na Amazônia, tais como Curuá-Una, Tucuruí, Balbina, e Samuel, foram enchidos com a remoção de apenas uma pequena parcela da vegetação nas áreas inundadas. Este também foi o caso de Jatapu, onde praticamente nenhuma vegetação foi removida (FEARNSIDE; BARBOSA, 2015 p.46).

Segundo SOUZA (1998), a bem da verdade, os Wai Wai, na condição de grupo social potencialmente atingido pelos efeitos impactantes do empreendimento, se quer foram consultados, pois:

Esta situação gerou um clima desconfortante e de cisões no meio social: Aqueles mais voltados em participar do processo de aproximação dos brasileiros, e decididos a trabalhar como assalariados nas obras civis da hidrelétrica criaram facções dentro da comunidade, o que contribuiu definitivamente para o surgimento da aldeia do Cobra, sob a liderança de Mário, uma das ex-lideranças de Jatapuzinho (SOUZA, 1998, p.187).

Para aliviar as consequências desta construção, só depois dos danos, segundo Evelyn Schuller (2010) e Eliane Souza (2015), a CODESAIMA forneceu aos Wai Wai do Jatapuzinho, como forma de compensação, um gerador de energia elétrica e a Prefeitura de Caroebe-RR, uma cota mensal de 200 litros óleo diesel, que eles tinham que buscar na usina. Nos dias atuais o diesel é fornecido pelo Governo Estadual. É paradoxal que os indígenas sejam afetados por este empreendimento, mas não são beneficiados pelo mesmo. O mesmo ocorre na T.I. São Marcos com o linhão de Guri. Ainda há de se queimar diesel para gerar energia nas comunidades indígenas.

O empreendimento foi favorecido pela própria legislação ambiental brasileira à época, que não exigia a apresentação de EIA/RIMA (Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental) para construção de hidrelétricas de até 10MW (SOUZA,1998). Neste sentido para além de qualquer impacto ou benefício real da obra, a U.H. de Jatapu foi construída por interesse político.

Segundo Phillip Fearnside e Reinaldo Barbosa (2015), Jatapu oferece um exemplo de uma série de barreiras à realização de estudos apropriados de avaliação dos custos do desenvolvimento e sobre a necessidade de agir com base nestes estudos;

Embora os detalhes variem na maneira em que as influências políticas agem através dos vários órgãos e nos diferentes níveis e braços do governo.

A Hidrelétrica do Alto Rio Jatapu é tida pelos cientistas e pesquisadores do assunto como um desastre ecológico, ao ambiente e as comunidades Wai Wai, além de sua relação custo/benefício ser considerada inviável (SOUZA,1998). Diversos problemas foram documentados em meios de comunicações divulgados em Boa Vista e no Estado de Roraima: abandono, mudança de governo, seca do rio e a falta de manutenção na Usina Hidrelétrica de Jatapu.

Reparamos no Jornal Folha de Boa Vista de 2009, o momento em que Servidores da Companhia Energética de Roraima (CER), que trabalham na Usina Hidroelétrica de Jatapu, denunciam a precariedade da barragem cheia de rachaduras e infiltrações, correndo o risco de romper a qualquer momento. Dentre os relatos destacamos o seguinte:

O operador de usina, Anselmo José, disse que os funcionários vivem na localidade com medo de que aconteça o pior. “Faz mais de seis anos que vivemos esse problema aqui. Cada dia e ano que passa as infiltrações aumentam cada vez mais e ninguém toma nenhuma providência. Já notificamos a direção da empresa, mas até o momento nada fizeram” (Folha de Boa Vista, 11/03/2009).

Até dezembro de 2013, nenhum dos empreendimentos projetados de forma complementar a usina hidrelétrica havia se estabelecido. Tanto indústrias que o governo esperava montar através da CODESAIMA, como empreendimentos privados (FEARNSIDE; BARBOSA, 2015, p.49).

O governador Anchieta no final de 2013, próximo ao final do seu mandato, rumo a sua candidatura ao Senado, adquire duas novas turbinas de uma empresa do Paraná através da Companhia Energética de Roraima (CERR), para ampliar a capacidade da usina hidrelétrica de Jatapu:

A usina passa por obras de revitalização e modernização que devem ser finalizadas no primeiro semestre de 2014. O investimento estimado é de R\$ 46 milhões. Atualmente, a usina funciona de forma precária com apenas duas turbinas hidráulicas, que deverão ser revitalizadas. As sedes e algumas comunidades dos municípios de Caroebe e São João da Baliza, no sul de Roraima, são as únicas atendidas. Os novos equipamentos de 2,5 megawatts, cada deverão dobrar a geração de energia. Além de atender os dois municípios em sua totalidade, a usina reforçará o atendimento aos consumidores de São

Luiz do Anauá, município que está interligado ao sistema de Boa Vista (Portal G1 DE Roraima, 24/08/2013).

Segundo o jornal Folha de Boa Vista de 31/10/ 2016, a atual Governadora do Estado de Roraima, Suely Campos, em visita aos Wai Wai na Comunidade de Jatapuzinho em 2016, recebeu dos tuxauas das seis comunidades da parte roraimense da TI Trombetas Mapoeira, um documento com reivindicações exigindo reforma e ampliação da escola, ampliação do ensino nas comunidades, instalação de motores e cota de combustível para fornecimento de energia elétrica e a abertura de uma estrada interligando a região à BR-210, totalizando 22 quilômetros. Ações não executadas até o momento.

Em reportagem ao Jornal digital Folha Web de 16/03/18 o governo estadual anuncia por primeira vez em 23 anos que a usina vai trabalhar na capacidade máxima e alimentar três municípios do Sul do Estado de Roraima:

A atual fase de testes desde dezembro, os sistemas de supervisão e controle em operação da usina hidrelétrica de Jatapu, em Caroebe, já estão em funcionamento, junto com as quatro turbinas geradoras que totalizam 10 megawatts. Essa é a primeira vez em 23 anos que o complexo energético está funcionando em sua totalidade. A unidade será inaugurada pelo governo em breve. Jatapu atende à necessidade energética dos três municípios localizados ao Sul: Caroebe, São Luiz e São João da Baliza e garante mais segurança. O sistema Jatapu será interligado ao linhão de Guri, na Venezuela, que fornece energia para Roraima (FOLHA WEB,16/03/2018).

Atualmente a CERR atua apenas no fornecimento da energia da U.H de Jatapu, pois perdeu a licitação de distribuição da energia elétrica do estado de Roraima para ELETROBRAS (Central Elétricas Brasileira) -RR, esta vem passando por um processo de privatização e a CERR de falência, tendo os funcionários desta entrado em greve por constantes atrasados nos pagamentos. O custo desta última revitalização e ampliação é altíssimo, tanto na gestão do governo estadual passado, como no atual, investimentos que atualmente estão associados a períodos eleitorais devido ao interesse do retorno dos votos nas urnas dos eleitores do estado.

De duas turbinas, quatro passaram a funcionar, vai reter mais vazão de água, em visita a área, observamos que o Rio Jatapu em relação ao Jatapuzinho é mais raso e com presença de muitas pedras, mesmo na época de chuvas; Este problema se quer é

discutido entre o governo e os Wai Wai, como também não há nenhuma medida compensatória real.

Foto 1: Usina Hidrelétrica de Jatapu com 2 turbinas em 2013 (Foto Divulgação/CERR).



PORTAL G1 de Roraima, 2013: <<http://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2013/08/novas-turbinas-para-usina-de-jatapu-chegam-em-setembro-roraima.html>>

Foto 2: Usina Hidrelétrica de Jatapu com 4 turbinas após reforma e revitalização em 2018 (Foto:WilliamRoth/GovernodeRoraima/Divulgação).



PORTAL G1 de Roraima, 2018: <<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/hidreletrica-de-jatapu-no-sul-de-rr-e-reinaugurada-e-passa-a-operar-com-capacidade-total-apos-24-anos-de-criacao.ghml>>.

Os Impactos da Hidrelétrica na Perspectiva dos Wai Wai

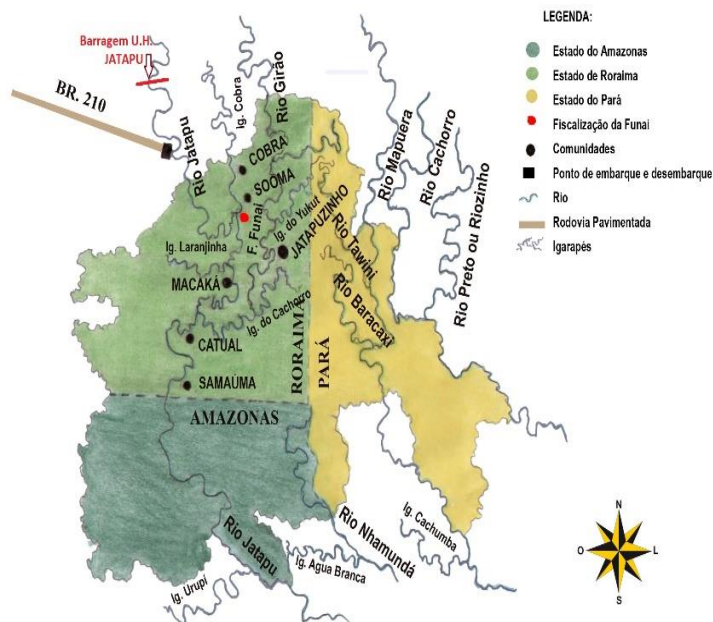
Em diálogo com os Wai Wai, eles reconhecem diversos impactos causados pela Usina Hidrelétrica de Jatapu na terra e na vida deles. As comunidades mais afetadas são as mais próximas, pois encontram-se na beira do rio Jatapu, como: Soma, Macará, Katual e Samaúma, que fazem parte da Terra Indígena Trombetas Mapuera.

Dentre os problemas relatados diretamente pelos Wai Wai estão a água suja, por conta da acidez, problemas com a pesca, devido aos peixes terem migrado e diminuído, vinda de cardumes de piranhas, o afastamento dos animais de caça,



problemas de transporte no rio, principalmente no período do verão, período em que se sente uma diminuição forte no volume do rio.

Mapa 2: das comunidades indígenas Wai Wai do Estado de Roraima na T.I Trombetas Mapuera



(GUTIERRES, 2008: p. 71)

Centenas de espécies de animais foram deslocados, retirados e migraram para outras áreas, alterando o ambiente local de caça das comunidades próximas mas, também, das mais distantes, que precisam percorrer grandes distâncias para conseguir ter sucesso nas caçadas.

Os moradores relatam sentir contaminação na água, falam em vazamentos de óleo, não apenas pelos motores das canoas regionais, mas aparentemente por falta de manutenção nas turbinas.

Chega a faltar o peixe e a carne de caça, sentem também dificuldade nas viagens às outras comunidades. Como a comunidade do Jatapuzinho, funciona como centro regional da saúde e de educação escolar existe um movimento constante de mobilidade entre as diferentes comunidades da região. Na época do verão, por muitos trechos os indígenas precisam carregar as canoas, demorando muitas horas para chegar ao destino. As principais rotas de canoas nos rios foram fechadas com o empreendimento, através delas eram feitas visitas a parentes nas comunidades da Guiana, assim como à comunidade Anauá, na Terra Indígena Wai Wai, localizada a montante da barragem no rio Jatapu.

Apesar do governo do estado de Roraima, através da CODESAIMA (Companhia de Desenvolvimento de Roraima), terem apresentadas ações mitigadoras, como plano de impacto ambiental, a parceria com o zoológico do Rio de Janeiro e a UFRJ, para remover animais e levarem para o Rio de Janeiro e terem trazido ações pontuais de educação ambiental, apenas para as comunidades próximas a área onde a UH de Jatapu foi construída, a percepção dos Wai Wai é de que este projeto causou mais problemas do que benefícios.

Além dos problemas anteriores, tiveram que enfrentar problemas sérios com o alagamento da represa e a decomposição de material orgânico vegetal no reservatório da Usina. Com a homologação da Terra Indígena Trombetas Mapuera em 2009, a área foi ampliada para proteger os indígenas isolados, sendo que estes vivem também nas proximidades da Hidrelétrica, passando por muitos problemas e não sendo contemplados de nenhuma forma pelo estado.

Para superar estes impactos negativos vindos desde a construção da U.H de Jatapu, as comunidades Wai Wai vem fazendo esforços para aproveitar o extrativismo e vender castanha da Amazônia em grandes quantidades. Recentemente se aproximaram de ONGS (Organizações não Governamentais), como o ISA (Instituto Socioambiental), que conta com um projeto de assessoria ao processo de comercialização, e o IEPÉ (Instituto de Pesquisa e Formação Indígena), que colabora em parceria com ISA.

Os Wai Wai criaram a Associação do Povo Indígena Wai Wai (APIW), em 2008, que desde então vem trabalhando em parceria com outras organizações indígenas, como o Conselho Indígena de Roraima (CIR).

Vemos uma vitalidade dentro das comunidades, nas quais as principais lideranças, tais como Tuxauas, Pastores e membros da Associação, procuram cobrar do governo do estado melhorias na infraestrutura de estradas; Já solicitaram uma extensão da BR 210, para que atravessando o rio Jatapu os aproxime até Jatapuzinho, no entanto há pessoas que se preocupam e se manifestam contrários, devido a ameaça de invasões de colonos;

Nesse sentido, estes sentimentos encontrados preocupam os Wai Wai. Por um lado precisam de transporte para levar pessoas doentes, e de outro, escoar a produção em vistas a geração de renda; Eles são os principais produtores de castanha do Estado, fabricam farinha e produzem artesanatos para comercialização;

Segundo percebemos no diálogo com os Wai Wai, eles sentem diversas preocupações, tanto com a construção de usina hidrelétrica, como com outras invasões diversas, assim como com a cobrança de pedágios quando passam obrigados pelas terras de fazendeiros vizinhos carregando a produção de castanha.

Nos dias de hoje o que prevalece é a roça, a caça, a pesca, a escola, o culto religioso evangélico, o futebol, a dança Wai Wai e o forró religioso, elementos escolhidos por eles. Permanecem ainda muitos conhecimentos tradicionais, como o uso da língua materna, a culinária, regras de caçadas, fidelidade ao sogro e outros fundamentos de sua organização social, etc.

O jovem Miguel Wai Wai em entrevista realizada em Boa Vista-RR no dia 18/06/2018, nos contou em diálogo franco a preocupação dos jovens pelo uso de energias renováveis, como placas solares, enxergam uma excelente oportunidade de aproveitar a energia solar e diminuir os custos da geração de energia que queima óleo diesel.

Contudo, as comunidades Wai Wai lidam de uma forma muito interessante nessa ambivalência existente na relação que se estabelece entre o tradicional e o novo; Mantém importantes elementos da estrutura social tradicional ainda muito vivos, como as relações de parentesco ou as dinâmicas participativas e coletivas nas assembleias e organizações. Mesmo que nem todas as comunidades concordam entre si, prevalece sempre a proposta que obteve o maior número de votos, vivenciando uma democracia ativa que a sociedade nacional ainda precisa compreender, como já Jorge Gasché e Napoleón Vela (2012), refletiam sobre os elementos sociológicos comuns que vivenciam os povos da floresta.

Impactos de Hidrelétricas em Terras Indígenas

Na segunda metade do Século XX, as Terras indígenas na Amazônia foram alvos de grandes projetos, como a construção de hidrelétricas, estradas, garimpos, invasões de madeireiros e fazendeiros. Tudo isto causando grandes impactos sociais aos povos atingidos (indígenas, ribeirinhos, quilombolas etc.).

Processa -se pois um deslocamento da esfera política em que direitos e sujeitos coletivos são invisibilizados e substituídos pelos interesses e atores particulares

(ZHOURI, 2008, p.99). Povos atingidos se tornaram invisíveis para os interessados nos empreendimentos do desenvolvimento.

Alteram-se radicalmente espaços físicos regionais, seus respectivos ecossistemas terrestres e aquáticos, assim como surgem novas relações sociais e conflitos sociais (ACSELRAD; SILVA, 2011).

Contudo, vemos como ao mesmo tempo surgem novos movimentos indígenas e organizações que levantam novas agendas políticas (OLIVEIRA, 2002), relacionando-se com grandes empreiteiras, empresas, ONGs, governos estaduais e Federal etc (ZHOURI, 2008).

As estratégias desses atores-rede se dão dentro de malhas, onde se produz o discurso. (ZHOURI; GOMES, 2011). Podem ser reconhecidos na produção de discursos e práticas, aspectos amplos do campo social, as malhas criam fluxos funcionando mais como estruturas fractais (percepção temporal histórica) do que como arquiteturas fixas (ESCOBAR, 2003).

Segundo Andréa Zhouri e Lilian Alves Gomes (2011), influenciadas por Scherer-Warren (2006), observam que mesmo em uma rede há elos mais fortes (lideranças, mediadores, agentes estratégicos, organizações de referência, que detêm maior poder de influência, de direcionamento das ações, do que outros elos de conexão de rede. Neste caso, são os povos atingidos em relações aos governos e as empresas que prestam serviço ao setor elétrico.

Importante a visão de João Pacheco de Oliveira (2016), na importância de compreender os processos em não só ouvir apenas uma voz, neste caso, um lado da relação ou do conflito:

A noção simplificadora de uma voz indígena, ou de um único modelo nativo, deve ser substituída por um esforço de compreensão de processos complexos e ocorridos em diferentes contextos e escalas. É da combinação de todos esses fatores-históricos e culturais, locais e globais- que poderemos buscar uma compreensão de estratégias políticas tão diversificadas e heterogêneas (OLIVEIRA, 2016, p.285).

Atesta-se que para compreender o ritmo de mudanças é importante reconhecermos os atores sociais e analisarmos as relações estabelecidas entre eles, para dessa forma, compreendermos o ritmo das mudanças.

Temos como exemplo o relato do líder Kayapó Paiakan, sobre a sedução Ocidental trazida pela sociedade dominadora aos indígenas:

“If a good Indian is a pure Indian-and here, as usual, the definition of purity is given by dominant society- an Indian who falls prey to Western seduction by, for instance, selling lumber foreign companies (such as the Kayapó leader Payakan) (RAMOS, 1998, p.72).

Notamos que tanto os militares como funcionários das companhias estrangeiras, consideram que “índio bom é um índio puro”, se referem a aqueles que ficam seduzidos por bens ocidentais, trazidos por não índios e que concordam em vender madeiras para companhias estrangeiras.

A visão dominante imposta sobre os indígenas valoriza uma visão romântica do índio, o qual vive nu e no passado, o que dificulta compreender as transformações em curso (OLIVEIRA, 2016).

Na América Latina há agendas de compromissos econômicos e acordos multilaterais entre os principais governos, para efetivarem grandes obras de infraestrutura, com o intuito de integrar a região, no campo dos transportes, da energia e da produção voltada para o mercado mundial.

Assim por exemplo, existem acordos entre o Brasil e a República Cooperativista da Guiana, para a construção de uma hidrelétrica na região do Rio Essequibo, assim como de uma estrada que conecte o interior do país e o litoral, facilitando o escoamento de produtos brasileiros direto para o caribe (SILVA, 2015).

A construção da hidrelétrica na Guiana, de um lado poderá contribuir para o abastecimento energético brasileiro, mas de outro, poderá gerar novos impactos sociais e ambientais (SILVA, 2015).

Vemos que no continente ocorreram grandes impactos devido a centrais hidrelétricas, como deslocamentos de populações indígenas e perdas de territórios ancestrais. Como no caso dos indígenas Guarani na Usina Hidrelétrica binacional de Itaipu (SANTOS; NACKE, 2003); e os indígenas Mapuches na região de Comahue, na Argentina (OLIVER; RADOVICH, 2003).

Há uma invisibilização dos problemas que estas populações enfrentam quando são construídos grandes hidrelétricas. São minimizados os alagamentos, a explosão de mosquitos, a malária, a contaminação da água, os prejuízos agrícolas, deslocamento e mudanças dos territórios tradicionais dos povos indígenas, ribeirinhos, quilombolas e

diversas populações atingidas por barragens. Situações como estas podem trazer depressão e suicídio.

Pesquisadores que prestam serviços a grandes empresas que trabalham na construção das hidrelétricas, amparam-se no discurso socioambiental sustentável, justificando os impactos em seus laudos a em razão do desenvolvimento econômico, como sendo algo positivo a todos os envolvidos. Onde as ações mitigadoras dirigidas aos povos atingidos “direta ou indiretamente” pelo empreendimento são totalmente insuficientes para compensar realmente os impactos. “Influências diretas e indiretas”, dicotomia usada no passado para tentar diminuir a responsabilidade das empresas, atualmente superadas, pois se comprova que os impactos indiretos são tão nocivos como os diretos para as populações atingidas (BAINES; SILVA, 2009).

Segundo os Stephen Baines e Cristina Silva (2009) numa resenha sobre o livro: “Integração, Usinas Hidrelétricas e Impactos Socioambientais”, organizado por Ricardo Verdum (2007), comentam sobre os antropólogos contratados por empresas do setor elétrico:

A análise das estimativas das populações atingidas por projeto hidroelétrico está repleto pelo jargão do setor elétrico, como “remanejamento”, “contingentes populacionais deslocados”, “diretrizes para remanejamento de grupos”. Esses termos nos oferecem uma instrutiva ilustração de como antropólogos contratados por empresas do setor elétrico podem trabalhar retoricamente em prol da mitigação teórica dos impactos do desenvolvimento (BAINES; SILVA, 2009, p.285).

Neste sentido vemos como há pesquisadores que prestam serviços as grandes empresas, os quais terminam defendendo os interesses empresariais através de seus laudos, justificando os projetos em função de trazer melhorias econômicas. Justifica-se também, uma agenda continental na América Latina, defendendo o uso de “energias limpas”, através das hidroelétricas, levantando uma retórica da sustentabilidade.

Contudo, as audiências e reuniões públicas sobre a construção da hidrelétricas, não são bem divulgadas para as populações atingidas e não há participação direta na maioria dos casos (ZHOURI; GOMES, 2011). Os governos estaduais, ministério público e Ibama, muitas das vezes ignoram laudos contrários ao empreendimento, como o uso de EIA-RIMA, tudo para a concretização urgente da construção das hidrelétricas, que são financiadas através de bancos estatais e privados, explicando de maneira mais detalhada:

Assim, sem o conhecimento das reais dimensões dos impactos dos projetos, as comunidades não tem informações suficientes para um posicionamento sobre a proposta apresentada. Alguns aspectos a considerar: planejamento centralizado; participação limitada pelos termos de referência e pelos EIA/RIMAs (Estudos e Relatórios de Impactos Ambiental), dificuldade de acesso à informação; marginalização nas Audiências Públicas e falhas na função de Regulação (ZHOURI, 2008, pp.100-101).

Apesar dos movimentos estarem atentos, ainda prevalece a falta de informação, compreensão e principalmente falta de respeito em relação a uma participação efetiva e direta nas reuniões e audiências públicas dos empreendimentos.

Demarcações em Terras Indígenas e a T.I Trombetas Mapuera

No caso em estudo junto dos Wai Wai, podemos identificar como principal resposta e estes empreendimentos o processo de demarcação da Terra Indígena Trombetas Mapuera. Em certo sentido foi uma resposta robusta frente as novas invasões e uma ação concreta na defesa territorial e na regulação e proteção do seu território tradicional.

A Usina Hidrelétrica de Jatapu, foi criada em 1994, em época de valorização do plano real e período em que o prazo determinado pela Constituição Brasileira de 1988 para concluir a demarcação das terras indígenas no Brasil estava expirando. A U.H de Jatapu foi criada antes da homologação da Terra Indígena Trombetas Mapuera, a qual foi reconhecida, homologada a demarcação em 21 de Dezembro de 2009 (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA; FUNAI, 2009).

A demarcação da Terra Indígena Trombetas Mapuera terminou reconhecendo uma grande área de três milhões, novecentos e setenta mil, oitocentos e noventa e oito hectares, dentro dos limites dos Estados de Roraima, Pará e Amazonas.

Muitos foram os processos e etapas para se chegar a homologação da T.I. Trombetas Mapuera, como problemas e dificuldades encontradas no processo de delimitação e demarcação. As principais dificuldades foram: a falta de recursos financeiros, na licitação houve muito atraso na entrega de materiais e a demarcação da empresa começou muito antes que as equipes indígenas pudessem contar com a infraestrutura planejada (CAIXETA DE QUEIROZ, 2008).

Os trabalhos de demarcação física da TI Trombetas Mapuera, realizada pela empresa Consulnorte Serviços de Precisão, iniciaram em fevereiro de 2007 e levaram praticamente um ano para serem concluídos (CAIXETA DE QUEIROZ, 2008, p.64).

Esta demarcação se deu com o apoio do Programa Piloto para a Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal (PPTAL), da agência alemã GTZ (Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit) em conjunto com a FUNAI (OLIVEIRA, 2002).

É importante salientar que o PPTAL nasceu entre os anos de 1991-1992, em um momento no qual a FUNAI buscava soluções para o problema do prazo constitucional de conclusão das demarcações de Terras indígenas no Brasil (MENDES, 2002, p.37).

Contudo a participação dos indígenas da região foi fundamental para a conclusão dos trabalhos de demarcação da T.I. Trombetas Mapuera (CAIXETA DE QUEIROZ, 2008). Foram importantes as assembleias junto das lideranças indígenas em comunidades localizadas nos três estados brasileiros (Roraima, Pará e Amazonas) que compreendem a TI. Trombetas Mapuera (CAIXETA DE QUEIROZ, 2008).

Os contratos assinados pelo governo brasileiro e alemão para implementação do PPTAL, permitiram a contratação de empresas privadas de agrimensura, convênios entre FUNAI e ONGs, indígenas e indigenistas (OLIVEIRA; IGLESIAS, 2002).

A Usina Hidrelétrica de Jatapu, como projeto de desenvolvimento, próxima as comunidades dos indígenas Wai Wai do Estado de Roraima, é exemplo de resultado de descaso dos governantes e empresas do setor elétrico que não trazem soluções compensatórias para os impactos sociais e ambientais, levando a todos nós e principalmente aos indígenas a pensarmos e sonharmos com um modelo de geração de energia mais sustentável, como a solar e eólica, se torne realidade de uso no Brasil.

Conclusões e Resultados

Observamos que a relação dos Wai Wai com a sociedade nacional enfrenta diversos pontos de conflito e contradições como ocorrem em todo o campo indigenista na Amazônia;

Sem lugar a dúvidas a U.H. de Jatapu trouxe impactos na vida dos Wai Wai e não houve medidas mitigadoras mínimas. Uma vez que o projeto afeta diretamente seus territórios, sua alimentação, o transporte e suas formas de vida. Ainda eles não

recebem o benefício direto do empreendimento, uma vez que mesmo sendo vizinhos, não são atendidos pela energia produzida na usina.

E mais, ficam dependendo de motores, da manutenção dos mesmos, do fornecimento do combustível, do clientelismo oferecido pelo governo e o município, em um entravado jogo de poder e política.

Perfilam-se diversos desafios. Como equilibrar o respeito às terras tradicionais e às dinâmicas de uso e de relação com a natureza, frente à constante pressão sobre os recursos naturais. Sem lugar a dúvidas a dinâmica Wai Wai de apropriar-se da alteridade, como no caso das mercadorias industrializadas, pode ser interessante para compreender a apropriação de alguns projetos, as vezes oferecidos pelos governos estadual ou municipal, ou por outros parceiros potenciais.

Mas também é claro que eles não se apropriam de qualquer projeto. A U.H. de Jatapu continua a ser apenas mais uma bandeira desenvolvimentista, uma promessa eleitoral e um discurso vazio para os Wai Wai.

Por um lado os agentes do Estado não querem escutar e nem dialogar com os Wai Wai, por outro lado, os Wai Wai são seletivos quanto aos discursos que querem aceitar e acreditar. Por enquanto, esse discurso dos grandes projetos é questionado, pois vem sendo muito bem compreendido.

Referências Bibliográficas

ACSERLALD, Henri; DA SILVA, Maria das Graças. *Rearticulações sociais da terra e do trabalho em áreas de grandes projetos hidrelétricos na Amazônia*. In: ZHOURI, Andréa (organizadora). *As tensões do lugar: hidrelétricas, sujeito e licenciamento ambiental*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Terras tradicionalmente ocupadas*. RB. *Estudos Urbanos e Regionais* V.6, n.1, maio de 2004, pp. 09-34.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Territórios e Territorialidades específicas na Amazônia: entre a proteção e o protecionismo*. Caderno CRH, Salvador, v.25, janeiro/abril de 2012, pp. 63-71.

BAINES, S; SILVA, Cristina T. da. *Antropólogos, Usinas Hidrelétricas e “Desenvolvimentalismo” na América Latina*. In: *Resenha de: Integração, Usinas*

Hidrelétricas e Impactos Socioambientais, organizado por Ricardo Verdum. Brasília: INESC, 2007, pp.271-297.

BAINES, S; É a FUNAI que sabe. *A frente de atração Waimiri-Atroari*. Museu Paraense Emílio Goeldi.Belem.Brasil.1991.

BAINES, S. *O Território dos Waimiri- Atroari e o Indigenismo Empresarial*. In: *Ciências Sociais Hoje*. Ed. Eli Diniz, J.S. Leite Lopes, & Reginaldo Prandi.ANPOCS/Hucitec. São Paulo, Brasil.1993, pp. 219-243.

BAINES, S. *Os Waimiri-Atroari e a Invenção Social da Etnicidade pelo Indigenismo Empresarial*. In: *Anuário Antropológico/94*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995, pp. 127-159.

BAINES, S. *As Terras Indígenas no Brasil e a “Regularização” da Implantação de Grandes Usinas Hidrelétricas e Projetos de Mineração na Amazônia*. Série Antropologia. Brasília: DAN – UnB, 2001.

BECKER, Bertha K. *Amazônia*. Editora Ática. São Paulo, 1990.

CAIXETA DE QUEIROZ, Rubem. *Relatório de Identificação e Delimitação de Trombetas /Mapuera*. Território Indígena. Brasília: FUNAI; 2004.

CAIXETA DE QUEIROZ, Rubem. *Trombetas – Mapuera*. Território Indígena. Brasília: FUNAI/PPTAL. 2008.

CAMPOS, Ciro (Organizador). *Diversidade Socioambiental de Roraima: subsídios para debater o futuro sustentável da região*. São Paulo: ISA,2011;<<https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/publicacoes/10403.pdf>>. Acesso em: 27/06/2018.

CARDOZO, Ivaneide Bandeira; VALE JÚNIOR, Israel Correia. *Etnozoneamento das porção paraense das terras indígenas Trombetas- Mapuera e Nhamundá-Mapuera*/Ivaneide Bandeira Cardozo, Israel Correa do Vale Junior, org.- Porto Velho – RO: EDUFRO, 2012.

ESCOBAR, A. *Atores, redes e produtores de conhecimento: os movimentos sociais e a transição paradigmática das ciências*.In: Santos, Boaventura Sousa (Org.). *Conhecimento prudente para uma vida decente*.São Paulo: Cortez, 2003, pp.648-649.

FEARNSIDE, Philip M; BARBOSA, Reinaldo Imbrozio. *Benefícios políticos como barreiras à avaliação dos custos ambientais no planejamento de desenvolvimento da Amazônia Brasileira*:

O exemplo da Hidrelétrica de Jatapu em Roraima. In: FEARNSTIDE, Philip M. *Hidrelétricas na Amazônia: impactos ambientais e sociais na tomada de decisões de grandes obras*, v.2. / Philip M. Fearnside. Manaus: Editora do INPA, 2015, pp.37-58.

FOCK, Niels. *Waiwai, religion and society of an amazonian tribe.* National Museum of Denmark, *Ethnographic Series*, 8.1963.

FOLHA DE BOA VISTA. 08 de Outubro de 2008. *Usina de Jatapu recebe novos equipamentos.* Disponível em: <<http://www.Folhabv.com.br/noticia/Usina-de-Jatapu-recebe-novosequipamentos/33015>>. Acesso em: 04/11/2017.

FOLHA DE BOA VISTA. 11 de Março de 2009. *Barragem da Hidrelétrica de Jatapu apresenta vazamentos e infiltrações que comprometem estrutura.* Disponível: <<https://www.ecodebate.com.br/categoria/not/>>. Acesso em: 04/11/2017.

FOLHA WEB. 16 de Março de 2018. *Sistema de Jatapú já está em funcionamento.* Disponível em: <<http://www.folhabv.com.br/noticia/Sistemas-de-Jatapu-ja-estao-em-funcionamento/37822>>. Acesso em: 07/06/2018.

FOLHA DE BOA VISTA. 31 de Outubro de 2016. *Suely Campos se reúne com índios wai-wai na comunidade Jatapuzinho.* Disponível em: <<http://www.folhabv.com.br/noticia/Suely-Campos-se-reune-com-indios-wai-wai-na-comunidade-Jatapuzinho/21728>>. Acesso em: 04/11/2017

GASCHÉ, J. *Niños, maestros, comuneros y escritos antropológicos como fuentes de contenidos indígenas escolares y la actividad como punto de partida de los procesos pedagógicos interculturales: un modelo sintáctico de cultura.* In: GASCHÉ, J.; BERTELY, M.; MODESTA, R. (Coord.). *Educando en la diversidad: investigaciones y experiencias educativas interculturales y bilingües.* Quito: Abya-Yala, CIESAS, IIAP, 2008.

GASCHÉ, Jorge. *ETSA: Los alcances de la noción de cultura en la educación intercultural. Explotación de un ejemplo: sociedad y cultura borá.* En: GODENZZI 25 ALEGRE, C. (Comp.): *Educación e interculturalidad en los Andes y en la Amazonia.* Cuzco, Centro de Estudios Regionales Andinos: Bartolomé de Las Casas, 2014, pp.187-294.

GASCHÉ, Jorge; VELA, Napoleón. *Sociedad Bosquesina. Tomo I. Ensayo de antropología rural amazónica, acompañado de una crítica y propuesta alternativa de proyectos de*

desarrollo. Iquitos: Instituto de Investigaciones de la Amazonía Peruana (IIAP). Lima: Consorcio de Investigações Econômicas e Sociais (CIES). Japón: Center for Integrated Area Studies, Kyoto University (CIAS), 2012.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Amazônia, Amazônias*. 3ª ed. -São Paulo: Contexto, 2012.

GUTIERRES, Inácio Pereira. *Os Wai Wai na Terra Indígena Trombetas Mapuera*. In: História, cultura e meio ambiente em Roraima: perspectivas interculturais / organização de Fabiola Carvalho... [et. al]. Boa Vista: Editora da UFRR, 2008.

HOWARD, Catherine. *Domesticação das Mercadorias: Estratégias Wai Wai*. In: ALBERT, Bruce; RAMOS, Alcida Rita (Org.). *Pacificando o branco: cosmologias do contato no norte amazônico/organizadores Bruce Albert e Alcida Rita Ramos*. - São Paulo: Editora UNESP: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

MENDES, Artur Nobre. *O PPTAL e as demarcações participativas*. In: LIMA, Antonio Carlos de Souza; HOFFMANN, Maria Barroso (Orgs.). *Estado e povos indígenas: bases para uma nova política indigenista II*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria / LACED, 2002, pp.37-40.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA; FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO- FUNAI. *Número do Processo: Proc.08620.002353/2009-DV. Prot. nº 5 316/DAF/09, Trombetas Mapuera V4*. Data: 10/09/2009, p.4.

OLIVEIRA, João Pacheco de. *Cidadania e Globalização: povos indígenas e agências multilaterais*. In: LIMA, Antonio Carlos de Souza; HOFFMANN, Maria Barros (Orgs.). *Além da tutela: bases para uma nova política indigenista III*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/ LACED, 2002, pp.105-119.

OLIVEIRA, João Pacheco de; IGLESIAS, Marcelo Piedrafita. *As demarcações participativas e o fortalecimento das organizações indígenas*. In: LIMA, Antonio Carlos de Souza; HOFFMANN, Maria Barroso (Orgs.). *Estado e povos indígenas: bases para uma nova política indigenista II*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria / LACED, 2002, pp.41-68.

OLIVEIRA, João Pacheco de. *O nascimento do Brasil e outros ensaios: "pacificação", regime tutelar e formação de alteridades*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

OLIVER, Alejandro Omar Balazote; RADOVICH, Juan Carlos. *Grandes Represas Hidroeléctricas: Efeitos sociais sobre poblaciones Mapuches em la Region del Comahue, Argentina*. In: SANTOS, Sílvio Coelho dos; NACKE, Aneliese (Orgs.). *Hidrelétricas e Povos Indígenas*. Florianópolis: Editora Letras Contemporâneas, 2003, pp.85-109.

PAIVA, Eliane Bezerra. *A construção das identidades indígenas em fontes de informação*. João Pessoa, 2015, pp.1-18.

PORTAL DE G1 DE RORAIMA. 24 de Agosto de 2013. *Novas turbinas para usina de Jatapu chegam em Setembro*. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2013/08/novas-turbinas-para-usina-de-jatapu-chegam-em-setembro-roraima.html>>; Acesso em 25/06/2018.

PORTAL G1 DE RORAIMA. 17 de Junho de 2018. *Hidrelétrica de Jatapu, no Sul de RR, é reinaugurada e passa a operar com capacidade total após 24 anos de criação*. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/hidreletrica-de-jatapu-no-sul-de-rr-e-reinaugurada-e-passa-a-operar-com-capacidade-total-apos-24-anos-de-criacao.ghtml>>. Acesso em: 25/06/2018.

RAMOS, Alcida Rita. *Indigenism: ethnic politics in Brazil*. The University of Wisconsin Press, 1998.

REPETTO, Maxim. *Derechos indígenas y grandes proyectos de desarrollo: Guri, la línea de transmisión eléctrica Venezuela-Brasil*. In: OLIVEIRA, Roberto Cardoso; BAINES, Stephen (organizadores); *Nacionalidade e etnicidade em fronteiras*. - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005.

REPETTO, Maxim; SILVA, Lucilene Júlia. *Experiências inovadoras na formação de professores indígenas a partir do Método Indutivo Intercultural no Brasil*. Revista Tellus. Campo Grande, MS, ano 16, n. 30, p. 39-60, jan./jun. 2016.

RIBEIRO, Gustavo Lins. *Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento*. Revista Novos Estudos, n.80, março.2018, pp.109-125.

RIOZOO (Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, Fundação Jardim Zoológico da Cidade do Rio de Janeiro). *Usina Hidrelétrica do Alto Jatapu, Roraima: Projeto de Resgate e Utilização Científica da Fauna*. RIOZOO, Rio de Janeiro, RJ, 1994, p.17.

RIOZOO (Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, Fundação Jardim Zoológico da Cidade do Rio de Janeiro). *Usina Hidrelétrica do Alto Jatapu, Roraima: Projeto de Resgate e Utilização Científica da Fauna*. RIOZOO, Rio de Janeiro, RJ, 1995.

SANTOS, Sílvio Coelho dos; NACKE, Aneliese. *A UHE Binacional Itaipu e os índios do Ocoí*. In: SANTOS, Sílvio Coelho dos; NACKE, Aneliese (Orgs.). *Hidrelétricas e Povos Indígenas*. Florianópolis: Editora Letras Contemporâneas, 2003, pp.21-36.

SCHERER-WARREN, I. *Das mobilizações às redes de movimentos sociais*. *Sociedade e Estado*. Brasília, v.21, n.1, jan.-abr.2006, p.121.

SCHULER, Evelyn. *Transformações Wai Wai*. In: BARBOSA, Reinaldo Imbrozio; MELO, Valdinar Ferreira(Org.). *Roraima: homem, ambiente, e ecologia / organização de Reinaldo Imbrozio Barbosa e Valdinar Ferreira Melo*. – Boa Vista: FEMACT, 2010.

SILVA, Roberta Rodrigues Marques da Silva. *O que pretende o Brasil na Guiana Essequibo?* *Boletim Meridiano* 47. Brasília, vol. 16, n. 147, jan.-fev. 2015, pp. 19- 26.

SOUZA, Eliane de. *A vida e a História dos Wai Wai de Jatapuzinho*. In: GUTIERREZ, Inácio Pereira. *História, ambiente e educação no Jatapuzinho/Inácio Pereira Gutierrez, Eliane de Souza (Org.)* – Boa Vista: Editora da UFRR, 2015, pp.59-105.

SOUZA, Jorge Manuel Costa. *Os Waiwai do Jatapuzinho e o irresistível apelo à modernidade*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, 1998;

WAI WAI, Miguel Wepaxi. *Vivendo na Floresta: A atividade de caça do povo indígena Wai Wai da comunidade Jatapuzinho-RR*. Entrevista concedida a Daniel Montenegro Lapola no dia 18 de Junho de 2018.

ZHOURI, Andréa. *Justiça Ambiental, diversidade cultural e accountability -Desafios para a governança ambiental*. In: RBCS Vol. 23, nº68 outubro/2008, pp.97-107.

ZHOURI, Andréa; GOMES, Lilian Alves. *Da Invisibilidade à Resistência-Atores-rede no licenciamento ambiental das hidrelétricas Capim Branco I e II (Complexo Amador Aguiar), MG*. In: ZHOURI, Andréa. *As tensões do lugar: hidroelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental (Org.)*. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, pp.273-293.

Os Wai Wai da Comunidade Jatapuzinho, em Roraima, frente aos grandes Projetos na Amazônia

Resumo

Este artigo trata de uma análise sobre os impactos dos grandes projetos de desenvolvimento na Amazônia Brasileira em terras indígenas, pesquisando bibliografias e teóricos que tratam sobre o tema em nível nacional e continental, em especial a situação vivenciada pelos Wai Wai na Terra Indígena Trombetas Mapuera, Roraima. Diferentes elementos participaram na formação atual das terras oficialmente reconhecidas e das comunidades do povo Wai Wai, como: o surgimento de novas comunidades no rio Jatapuzinho e no Jatapu, extrativismo da castanha, impactos ambientais e sociais pela construção da estrada Perimetral Norte, que no contexto do projeto Calha Norte chegou a penetrar na T.I., mas foi abandonada, apesar de estar já toda planejada. Neste contexto analisamos os impactos que a Usina Hidrelétrica de Jatapu, embora fora da terra indígena, pois se encontra a montante do limite da terra, no rio Jatapu, impacta de diversas formas na vida das comunidades, as quais se sentem afetadas pela barragem da UH e os impactos sobre a disponibilidade de alimentos e do rio como recurso central de sua vivência.

Palavras-Chaves: Índios Wai Wai; Impactos de Grandes Projetos em Terra Indígena; Usina Hidrelétrica de Jatapu;

The Wai Wai Jatapuzinho community in Roraima, Compared to Large Projects in the Amazon

Abstract

This article deals with an analysis of the impacts of large development projects in the Brazilian Amazon on indigenous lands, relating bibliographies and theorists dealing with the theme at national and continental level, especially the situation experienced by the Wai Wai in the Trombetas Mapuera Indigenous Land, Roraima. Different elements participated in the current formation of the officially recognized lands and communities of the Wai Wai people, such as: the emergence of new communities in the Jatapuzinho and Jatapu rivers, brown extraction, environmental and social impacts due to the construction of the Perimetral Norte road, which in the context of the Calha Norte project penetrated into IT, but was abandoned, despite being already planned. In this context, we analyze the impacts that the Jatapu Hydroelectric Power Plant, although outside the indigenous land, because it is located upstream of the earth's boundary on the Jatapu River, impacts in various ways on the life of the communities, which are affected by the UH dam and the impacts on the availability of food and the river as the central resource of their experience.

Keywords: Wai Wai Indians; Impacts of Major Projects on Indigenous Land; Jatapu Hydroelectric Power Plant.

La Comunidad Wai Wai Jatapuzinho de Roraima, en Comparación con Grandes Proyectos en la Amazonia

Resumen

Este artículo trata de un análisis sobre los impactos de los grandes proyectos de desarrollo en la Amazonia brasileña en tierras indígenas, relacionando bibliografías y teóricos que tratan sobre el tema a nivel nacional y continental, en especial la situación vivenciada por los Wai Wai en la Tierra Indígena Trompetas Mapuera, Roraima. Diferentes elementos participaron en la formación actual de las tierras oficialmente reconocidas y de las comunidades del pueblo Wai Wai, como: el surgimiento de nuevas comunidades en el río Jatapuzinho y en el Jatapu, extractivismo de la castaña, impactos ambientales y sociales por la construcción de la carretera Perimetral Norte, que en el contexto del proyecto Calha Norte llegó a penetrar en la TI, pero fue abandonada, a pesar de estar ya toda planeada. En este contexto analizamos los impactos que la Usina Hidroeléctrica de Jatapu, aunque fuera de la tierra indígena, pues se encuentra a lo largo del límite de la tierra, en el río Jatapu, que impacta de diversas formas en la vida de las comunidades, las cuales se sienten afectadas por la represa de la UH y los impactos sobre la disponibilidad de alimentos y del río como recurso central de su vivencia.

Doi: 10.21057/10.21057/repamv12n2.2018.30492

Palabras Claves: Indios Wai Wai; Impactos de Grandes Proyectos en Tierra Indígena; Usina Hidroeléctrica de Jatapu;



M'BARAKÁ - A Palavra que Age

Novas territorialidades e conflitos na Amazônia Indígena: A IIRSA e o Eixo Peru-Brasil-Bolívia

Daniel Iberê¹
Stephen Baines²

Introdução:

Ao que os povos indígenas seguem resistindo:

*“O fogo da morte passou no corpo da terra, secando suas veias.
O ardume do fogo torra sua pele. A mata chora e depois morre. O veneno intoxica.
O lixo sufoca. A pisada do boi magoa o solo. O trator revira a terra.
Fora de nossas terras, ouvimos seu choro e sua morte sem termos como socorrer a Vida...”*
(Trecho de carta dos Guarani Kaiowá publicada em 17 de março de 2007, disponível em:
<http://campanhagarani.org/?p=421>)

Escreveu, já há algum tempo, Dom Pedro Casaldáliga (2012, p.9): Há 500 anos que “o índio é aquele que deve morrer”. 500 anos proibidos para esses povos classificados com um genérico apelido, negadas as identidades, criminalizada a vida diferente e alternativa. 500 anos de sucessivos impérios invasores e oligarquias “herdeiras da secular dominação”. 500 anos sob a prepotência de uma civilização hegemônica, que vem massacrando os corpos com armas e trabalho escravo e as almas com um deus exclusivo. Por economia de mercado, política imperial, religião imposta, Bulas e Decretos e Portarias pseudocivilizadas e pseudocristãs. Já se passaram 500 anos para aquele povo (de povos) que tinha que morrer e, mesmo convivendo

¹ Indígena do povo M'byá Guarani, Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília - UNB. Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, área de concentração: Política, Desenvolvimento e Sociedade. Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Acre - UFAC, com habilitação em Ciência Política. Conselheiro do Conselho Indígena do Distrito Federal. Email: daniel.ibere@gmail.com

² Professor Titular, Departamento de Antropologia (DAN/UnB), Professor dos Programas de Pós-Graduação do Departamento de Antropologia e do Departamento de Estudos Latino-americanos (ELA/UnB); Pesquisador PQ-1A do CNPq; Coordenador do Laboratório e Grupo de Estudos em Relações Interétnicas (LAGERI) DAN/UnB; Coordenador do Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos, Associação Brasileira de Antropologia - ABA, Gestão 2017-2018. Email: stephengbaines@gmail.com



diuturnamente com várias formas de extermínio, “os Povos Indígenas são aqueles que devem Viver”.

Este debate é atual e oportuno, uma vez que o traço constitutivo da “espoliação” em curso na Amazônia continental, tem reiterado a violência iniciada pelo advento da colonização europeia, sobre as populações originárias indígenas, com uma sempre renovada lógica de ocupação e uso do solo, por meio de um tipo de colonialismo que, no correr dos séculos, tornou-se organizado e sistemático. Estão em curso a exploração madeireira, a exploração de petróleo e gás e grandes obras de infraestrutura - acompanhados do discurso da sustentabilidade e do “Regionalismo Aberto”.

A Amazônia continental configura-se, no século XXI, como a última fronteira para a expansão do capitalismo transnacional. No século passado considerada região “inóspita”, “vazio demográfico”, “reserva da biodiversidade” e “reguladora do clima” do planeta, hoje reaparece como objeto de desejo de grandes grupos econômicos de capitais sediados nos EUA, Europa e, mais recentemente, de grandes empresas sediadas no Brasil, como é o caso das ligadas à construção civil e à mineração. Na atualidade, não é a borracha natural que está sendo disputada, mas outras fontes de matéria-prima existentes no subsolo, na biodiversidade da floresta tropical e nas águas (PAULA, 2008).

Nos primórdios do processo de colonização, o “atraso” desta região era explicado filosoficamente como resultado direto do clima, do meio físico, das raças e povos “inferiores”, um condicionamento geográfico e climático (Aristóteles), para a fragilidade e debilidade dos povos do Novo Mundo (Buffon), mais tarde, pelo pensamento pré-lógico (Lévy-Bruhl). Neste processo, ao negar o “outro”, o “diferente”, a visão eurocêntrica induziu insidiosamente a criação do novo “selvagem”, a partir da transposição para o Novo Mundo de construções de alteridade já existentes no imaginário europeu e, em boa medida, herdadas dos esquemas mentais produzidos pelo pensamento antigo e medieval.

O pensamento medieval não era homogêneo e nele o selvagem ocupou vários registros. Podia representar a corrupção da espécie humana e localizar-se num degrau inferior da Grande Cadeia do Ser; nela, podia ser a solução para a continuidade entre a besta e o homem; podia expressar ansiedades e repressões; podia exprimir a vontade divina e até mesmo o fim dos tempos; podia exemplificar a segunda Queda, após o Dilúvio; podia representar a perda da graça (WOORTMANN, 2005, p.305).

Nossos dias testemunham a construção de grandes projetos na Amazônia voltados à monocultura da água, à exploração e aproveitamento dos recursos hídricos na geração de energia, naturalizando, por meio de conceitos carregados de perfídia, os impactos dela decorrentes, tanto na questão ecológica (agressões à fauna e flora, alterações no curso de rios etc.), quanto nos aspectos socioculturais (violação de direitos, remoção da população, geração de empregos, mudanças nos costumes etc.). E, nenhum projeto nessa área produz tantos problemas quanto a implantação de uma usina hidrelétrica.

Este trabalho toma como ponto de partida a dissertação de Mestrado de Daniel Iberê, intitulada “IIRSA- Outro passo na Pilhagem, Exploração e (Des)Integração dos Povos e Territórios Sul-Americanos”, publicada com o título IIRSA: A Serpente do Capital: pilhagem, exploração e destruição cultural na América Latina (Santo Antonio e Jirau), tema de estudo que, no Doutorado, segue pesquisando sob orientação do professor Stephen G. Baines. O autor, Daniel Iberê, do povo M’byá Guarani, coloca como um dos objetivos do seu trabalho, desenvolver material de pesquisa que possa fomentar a resistência indígena nos processos de embate e defesa de seus Direitos, adotando um estilo que difere do estilo acadêmico convencional ao assumir um papel de indígena e ativista.

Devemos esclarecer que a pesquisa está em andamento. Neste artigo, pretendemos observar como se deu o avanço de grandes projetos na Amazônia culminando na implementação do complexo hidrelétrico do Rio Madeira. Este momento representa, portanto, a expressão dos passos iniciais de uma pesquisa que pretende culminar em tese de doutorado. Embora nosso objetivo final seja tratar das formas de resistência indígena frente o avanço de grandes empreendimentos na Amazônia, pretendemos aqui, apenas colocar e situar o problema, concatenando com os dados já levantados em outras oportunidades.

Neste sentido, nosso objetivo é compreender os efeitos das implementações de grandes projetos “desenvolvimentistas”, alinhavados às diretrizes da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) sobre os Povos e Territórios Indígenas na Região Amazônica, principalmente na sub-região vinculada à política do Eixo de Desenvolvimento Peru-Brasil-Bolívia, onde se realizam as obras do Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira.



Voltamos nossa pesquisa à análise da construção do Complexo Hidrelétrico e Hidroviário do Rio Madeira, no contexto da expansão das fronteiras energéticas, como parte de um processo de acumulação que põe em relevo a ação permanente de desestruturação social e ambiental já em curso, não apenas na região mencionada, mas em todo o orbe terrestre, uma lógica de estilhaçamento das memórias, de subordinação dos espaços, ambos postos a serviço dos interesses de grandes e pequenas corporações, de longe e de perto, nacionais, internacionais e transnacionais, que seguem alimentando as engrenagens da reprodução capitalista.

Uma contagem regressiva para a integridade dos povos indígenas, ribeirinhos e populações tradicionais - que habitam, vivem, amam e morrem naquele lugar, uma mecânica de expansão e reprodução das mais variadas fronteiras econômicas, que avança, dilacerando espaços.

No território brasileiro, o conjunto dos Eixos da IIRSA cruza, coincidentemente, zonas onde se localizam as maiores concentrações de recursos naturais, não só os minerais e energéticos, como também da biodiversidade (VITTE, 2009, p. 14). A Região Amazônica continua sendo vista como uma gigantesca fonte de reservas naturais a serem exploradas, além de ser convertida em uma rota de passagem dos fluxos mais densos de mercadorias, oriundas principalmente do Sul, Sudeste e Centro- Oeste do país, com vistas para os Portos dos oceanos Pacífico e Atlântico.

A região onde se insere o empreendimento denominado Complexo do Rio Madeira localiza-se na porção ocidental da bacia Hidrográfica Amazônica, englobando parte da bacia do rio Madeira, no estado de Rondônia.

A bacia Amazônica é a maior e mais densa rede fluvial do mundo, drenando aproximadamente 6,4 milhões de km² do Continente Sul Americano e contribuindo com 18-20% da descarga mundial das águas continentais nos oceanos, constituindo assim uma das redes hídricas mais densas e extensas do mundo (SIOLI, 1968).

De acordo com o Estudo de Impacto Ambiental (EIA Tomo B Volume 1^o - 26-04-2007, p. 11) a bacia hidrográfica do rio Madeira, ou vale do Madeira, tem uma área total de aproximadamente 1,47 milhões de km², o que representa 23% da Bacia Amazônica, aproximadamente o dobro do tamanho de qualquer outra bacia tributária, abrangendo parcialmente os territórios da Bolívia (40%), Brasil (50%) e do Peru (10%). Em território brasileiro, estende-se pelos estados de Mato Grosso, Rondônia, Acre e

Amazonas, sendo delimitada a leste pela bacia do rio Tapajós, e a oeste pela bacia do rio Purus, ambos afluentes do rio Amazonas. A bacia do Madeira é geológica e geograficamente complexa porque, além de seu tamanho enorme, suas cabeceiras têm origem nos flancos altamente erosíveis dos Andes, no Escudo Brasileiro desnudado e antigo, e nas terras baixas do Terciário cobertas por florestas, ou seja, nos três principais tipos de áreas de drenagem da Bacia Amazônica.

A Usina Hidrelétrica Santo Antônio, no rio Madeira, localiza-se a 7 km de Porto Velho, capital de Rondônia, nas coordenadas 8°47'31" S (latitude) e 63°57'7" W (longitude). A outra Usina do Complexo do Madeira (UHE de Jirau) situa-se a 136 km da área urbana da cidade de Porto Velho, com coordenadas geográficas aproximadas de 9°15'32,72" S (latitude) e 64°38'46,66" W (longitude), projetada para uma potência total de 3.300 MW, com um reservatório de 273 km² de superfície, sendo previsto 159 km² de terras inundadas. Juntas, as duas usinas têm capacidade instalada de 6.450 MW, o 3º maior polo de geração de energia hidrelétrica do Brasil, atrás apenas de Itaipu (14.000 MW) e Tucuruí (8.340 MW).

O trabalho tem três grupamentos de fontes essenciais: o primeiro, orienta-se para uma análise da produção bibliográfica acerca do tema; o segundo, constitui-se na busca de informações junto às organizações da sociedade ligadas às políticas e estratégias de “desenvolvimento” na Amazônia (representações de base, sindicatos, associações, etc.) e, finalmente, o terceiro, constitui-se na consulta ao conjunto de fontes complementares, como arquivos públicos e pessoais.

A Palavra M'baraká constitui “o modo de ser” Guarani, em livre tradução, seu significado é A Palavra que Age, seu conteúdo é luta. O que torna possível uma aproximação conceitual ao arcabouço teórico da pesquisa-ação. Como metodologia, abre universos de possibilidades para o aflorar dos desejos mais pungentes, das dores mais sentidas, é já o meio-grito assenhoreando-se dos discursos frequentemente apaixonados, abertos, públicos e vivos. Outra forma de dizer que o conhecimento sobre a realidade pode ser o primeiro passo para transformá-la.

O importante aqui é captar, ao mesmo tempo, a força e as diversas formas do irreprimível desejo de liberdade insurgente contra a “fantástica atração pelo Poder” da qual se alimenta a tentação constante da servidão voluntária e imposta. Aprender a instância material da sujeição, para desafiá-la!

Há muito sabemos que o conhecimento sobre a realidade é o primeiro passo para transformá-la. Outra forma de dizer que a esperança rebelde parte de ponto distinto, não emana da necessidade da imagem de um mundo verdadeiro para justificar a rejeição ao mundo que sentimos estar equivocado, tampouco parte da necessidade da imagem de uma utopia que ocupe seu lugar. A impossibilidade de permanecer na “verdade” de um mundo que sabemos injusto, já é motivo bastante para nos fazer caminhar. *Aqui, onde estamos e já não queremos estar.*

M'baraká, a palavra que age, palavra que ao transformar é transformada, palavra cujo conteúdo é luta, palavra que convoca à ação, movimento, transformação. Convocá-la é assumir que o mundo que escolhemos para observar, é o mundo que sentimos estar equivocado, invertido, de pernas pro ar. Espaço de realidade que nos toca, nos inquieta, nos fere. Em tempos de memoricídios convida a fazer voltar ao coração, recordar... voltar a algo que não sabemos bem o que é, mas que temos vontade de falar e de continuar falando, algo sobre o que temos vontade de pensar e de continuar pensando.

Outra Palavra é Possível, afirma Bartolomeu Meliá. Ao discorrer sobre o saber Guarani, escreve: “O Guarani busca a perfeição de seu ser na perfeição do seu dizer. Nós somos a história de nossas palavras. Tu és tuas palavras, eu sou nossas palavras. Che ko ñandeva. Potencialmente, cada guarani é um profeta – e um poeta –, segundo o grau que alcance sua experiência religiosa.” E foi Anita Ekman quem disse que “espírito” e “palavra” são sinônimos na língua Guarani M'byá. Nhe'ẽ significa ao mesmo tempo “falar”, “vozes”, “alma”. Nhe'ẽ porã, as “belas palavras” ou o “bom espírito”. Traduzir o espírito em palavras é um desafio comum ao poeta. Porém, para um Guarani, a tradução de suas “palavras-almas” para a língua portuguesa é um desafio que transcende o literário; é em si um ato político.

As palavras que seguem serão uma tentativa de evidenciar que a despeito de séculos de saques, pilhagens, assassinatos, e memoricídios, os povos originários, salvo todos os esforços, não puderam ser reduzidos ou incorporados a uma estrutura de pensamento ocidental que se nutre da fantástica atração pelo Um, pelo Poder.

Dificuldade ainda maior para um pesquisador que, sendo indígena, deve saber sobre as estruturas nas quais repousam os métodos de análise imperativos na academia, pautadas sempre no caráter de “neutralidade axiológica”, tributária do positivismo. Quando estudamos Ciências Sociais, aprendemos que para desvendar a

realidade, temos, antes de tudo, que buscar a objetividade, devemos deixar de lado nossos próprios sentimentos. Não é o *que* aprendemos, mas *como* aprendemos que parece silenciar nosso grito. A estrutura do pensamento nos desarma.

Por que gritam os explorados? Acaso não sabem que gritar não é científico? No discurso acadêmico não há lugar para a indignação. O discurso acadêmico nos proporciona uma linguagem e uma maneira de pensar que dificulta ainda mais a expressão de nosso grito. O grito se é que aparece, o faz sob certos parâmetros, sob certos princípios que devem explicá-lo, e não articulá-lo. De sujeito da nossa pergunta, o grito se converte em objeto de análise. “Por que gritamos? Ou melhor, dado que agora *nós* somos cientistas sociais, por que *eles* gritam? Como explicamos a revolta ou o descontentamento social? Desqualifica-se sistematicamente o grito dissolvendo-o em seu contexto.” (HOLLOWAY, 2003, p.11) A estatística legítima, dissimula e enquadra a indignação: Gritam por causa de suas origens sociais, por causa de suas experiências infantis, pela degradada estrutura familiar; surgindo como um ente enigmático com poderes de agregar as dissonâncias e as revoltas. Se não podem negar a indignação, podem ao menos tirar sua validade. Ao retirar do “nós” e projetá-lo num “eles” difuso e distante, o grito fica excluído do método científico.

O “método” que irá se generalizar no universo das pesquisas: “anulando o desejo, desviando o sofrimento da carência. Para tornar a instituição, apenas uma grande máquina dissimuladora de verdades, para produzir a ilusão pelas máscaras, para propor sempre a outra coisa sublime, em vez da verdade do desejo mais gritante. A ciência pelo método consiste em inculcar o medo e, a partir disso, em impor proibições que funcionam como uma polícia de felicidade impondo uma submissão generalizada e consensual. Chega a dissolver, por meio de sua casuística, até mesmo a rebelião: “onde passam os rebeldes? Resposta: pelas categorias. Nesse jogo, de pura lógica, a rebelião se perde, dissolve-se em nomenclaturas, distingue-se em tipos de erro, aos quais o jurista, metodicamente, traz novas qualificações, critérios de classificação e o encadeamento das jurisprudências³.”

Assumir-se indígena em um projeto de pesquisa que pretende investigar o avanço de grandes projetos sobre os corpos, terras e territórios indígenas, implica uma dupla dificuldade: primeiro porque a academia poderá não ver com “bons olhos”

³ Ver a este respeito: Pierre Legendre em *a servidão repensada* apud CHATELET, François; KOUCHNER, Évelyne Pisier (Ed.). *As Concepções Políticas do Século XX - história do pensamento político*. Rio de Janeiro: ZAHAR EDITORES, 1983, p. 715-716

este texto que pretende ser um trabalho sério; da mesma forma, não poderá exigir “neutralidade”, dado que o pesquisador, distante de ser uma máquina a catalogar objetos, não se distancia por inteiro do que pretende pesquisar, é, antes de tudo, atravessado pelos mesmos conflitos e contradições, e experimenta cotidianamente os limites de sua própria imperfeição. Já não está sozinho. Sendo indígena, o pesquisador Daniel Iberê não pretende “dar voz”, aos “objetos de estudo”, busca apenas ouvir o que disseram sobre nós, sem nós, povos originários. Fazer da escrita, instrumento da palavra que, agindo, transforma por onde ecoam e pulsam as vozes ancestrais.

Aqui o *nós* intensifica-se no sentido de que somos um *nós* antagônico que surge em uma sociedade antagônica. Não podemos começar simulando que estamos fora da dissonância de nossa própria experiência, pois fazê-lo seria mentir.

Não é um *nós* que se forja como uma simples reunião de “eus” inocentes, mas de uma multidão de seres aliados, feridos em algum espaço profundo, que caminham na luta em direção ao nosso *nós*, mutuamente reconhecedor. Não porque somos um conjunto de indivíduos inteiramente constituídos, dotados da “consciência verdadeira”, “a vanguarda aguerrida do povo”, mas porque somos parte do movimento que nos invalida e nos perverte.

Então o que digo e pretendo, não será só retórica, e o que reconheço como injusto não será somente reconhecimento. Não há sinceridade se reconheço e calo. A prática cotidiana é o critério da vida. Não reivindicamos aqui à neutralidade elevada a um patíbulo de autonomia, só falar ou escrever não nos diferencia daquele ou daquilo a que nos opomos. Não há neutralidade capaz de nos fazer apegar a um relativismo justificador. Não há relativismo que justifique a nossa inércia perante a morte do outro. Que Neutralidade pode nos eximir da responsabilidade de não naturalizar as injustiças? Que cientificismo aliciador pode nos imunizar de querer que, em todos os dias de todos os anos, tenha comida na mesa de cada ser desnumerado, e que cada mãe não tenha que cobrir seus filhos com trapos andrajosos nas noites de frio? De pretendermos algo mais dessa dita democracia do que o direito ao voto? E que Poder desafiador pode contra os que não se vendem e não se rendem? Contra os que não se submeteram a beijar as botas da caridade, a cruzar os braços e aceitar nosso “elevado grau de vencidos”? O que pode o Poder contra os que preferem não ter a morte democrática das doenças curáveis? Que faz da vida um privilégio e não um direito?

O pensamento nasce da ira, não da quietude da razão; não nasce do fato de se sentar – raciocinar – e refletir sobre os mistérios da existência, fato que constitui a imagem convencional do que é o “pensador”. Nossa fúria se alimenta constantemente da nossa experiência.

Este texto não pretende ser o retrato totalizante dos grupos e pessoas, *dos lugares, dos jeitos e sujeitos* – seus pensamentos e formas de ação. Este texto não é sobre como o “rei aparece no alto”, mas sobre a revolta e a rebeldia insurgente que ocupa os rios, florestas, campos, ruas, mentes e os corações; é sobre o irreprimível desejo de liberdade que insiste em aparecer, quando o supomos extinto.

A (Mono)Cultura da Energia – O Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira no Contexto do Modelo Econômico-Energético Amazônico

Existem, no mundo, mais de 45.000 barragens construídas, que já expulsaram mais de 80 milhões de pessoas de suas terras. No Brasil, somam-se mais de 2.000 barragens construídas, seja para abastecimento de água, seja para produção de energia. Desse total, 650 são hidrelétricas, e suas barragens já expulsaram mais de 1 milhão de pessoas (IBERÊ, 2015).

O Brasil possui um dos maiores potenciais do mundo em geração de energia hidrelétrica, cerca de 260.000 MW, dos quais 74.400 MW já estão sendo utilizados, o que corresponde a 28% do potencial de seus rios. Segundo dados do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB, 2007, p. 5), o governo brasileiro e a Eletrobrás defendem que os rios brasileiros possuem um potencial para construção de 1.443 novos projetos de barragens.

Dentro do território brasileiro, a região amazônica concentra o maior potencial de geração de energia hidrelétrica, mais de 70%, o que significa um potencial para produção de 180.000 MW, algo em torno de 304 hidrelétricas (46 já construídas e 258 inventariadas) estão previstas para serem instaladas na Amazônia brasileira, das quais 39 barragens deverão ser construídas no estado de Rondônia, sendo Santo Antônio e Jirau as prioritárias.

A disputa em torno das Diretrizes Básicas da Política Nacional Energética brasileira ocorreu historicamente, a partir da década de trinta, no contexto da

ampliação do Parque Industrial brasileiro e do discurso de fortalecimento progressivo do Mercado Interno. “De uma forma geral, desde então a matriz energética brasileira tem priorizado a fonte hidráulica (73%), contra outras fontes de energia como o gás (9%) e outros tipos de fontes, como o carvão, os óleos diesel e combustível, nuclear, biomassa, que somam 10%” (MARCHIONI, 2010, p. 2). Desde então, os grandes empreendimentos voltados à construção de centrais hidrelétricas têm sido priorizados na elaboração e planejamento de políticas energéticas para o país, apesar das evidências em favor de “fontes alternativas” de geração de energia e, em se tratando de fonte hidráulica, da opção pela implantação de Pequenas e Médias Centrais Hidrelétricas (PCHs⁴).

Segundo Célio Bermann (1996, p. 23), professor do Instituto de Eletrotécnica e Energia da USP, o “Brasil não tem necessidade de construir mais hidrelétricas para atingir a meta do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) de aumentar a oferta de energia elétrica em 12.300 MW até 2010”, já que há no país cerca de 70 usinas com mais de 20 anos, que poderiam sofrer uma repotencialização com uma troca de turbinas, o que supriria em mais de 60% a meta do PAC, isso sem contar com as perdas totais no sistema interligado nacional, que em 2008 foram estimadas em 15, 6% da carga medida pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), responsável pela coordenação e controle da operação da geração e transmissão de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional (EPE - Resenha mensal do mercado de energia elétrica. Ano II, nº 16, jan/2009).

No que se refere à Amazônia, observa-se que o modelo adotado é tecnicamente seletivo, privilegiador dos grandes projetos de exploração, em que as atividades ligadas à área da hidreletricidade aglomeram de modo crescente o poder econômico, centralizando as decisões políticas, repartindo regionalmente e socialmente de forma desigual a produção, distribuição e consumo de energia. (SANTOS, 1996, p. 204).

Neste sentido, segundo Machado e Souza (2003, p. 217), apenas a partir da década de sessenta, quando começaram as preocupações com os limites dos potenciais hídricos do Sudeste, as atenções voltaram-se para a Região Norte. Mesmo assim, por razões inaceitáveis para os amazônidas, a sede das Centrais Elétricas do Norte do

⁴ PCH é toda usina hidrelétrica de pequeno porte cuja capacidade instalada seja superior a 1 MW e inferior a 30MW. Além disso, a área do reservatório deve ser inferior a 3 km² (Res. Nº. 394/98 ANEEL). Dependendo do potencial explorado em seu conjunto, as PCHs podem causar impactos ambientais semelhantes às UHEs, e por isso se submetem às Res. 001/86 e 237/97 do CONAMA, apenas com alguma simplificação nos termos do EIA/RIMA (MARCHIONI, 2010, p. 2).

Brasil S/A (ELETRONORTE) instalou-se no Rio de Janeiro e, depois, em Brasília, demonstrando que a política de sua criação não estava atrelada a um planejamento da região.

Ainda em 1960, o Instituto Hudson elaborou o Projeto dos Grandes Lagos, ou Plano do Mar Mediterrâneo Amazônico, que previa a construção de 7 grandes lagos na Amazônia Continental. O maior deles, por meio de barragens que produziriam de 30 a 50 milhões de kw, tinha ainda o objetivo de facilitar a navegação fluvial entre os países da Amazônia Legal. De acordo com Robert Panero (apud MATTOS, 1990, p. 106), eles serviriam de ligação entre as bacias dos rios e melhorariam o potencial de navegação de suas bacias, provendo um grande número de subprodutos estimuladores do desenvolvimento regional. O projeto brasileiro não se efetivou, entretanto, foi prevista uma área total de alagamento de 740.000 km², dois terços de cidades como Parintins, Santarém, Itacoatiara, Óbidos, Alénquer, Faro, Maués e Manaus ficariam submersas.

Algo semelhante seria construído em Chocó, na Colômbia, um Complexo Hidrelétrico e Hidroviário do oceano Pacífico ao Atlântico, autêntica variante da utilização feita pelos Estados Unidos do Canal do Panamá. Como afirmou Adherbal Meira Mattos (1990, p. 106), estes projetos tratavam de mais uma tentativa negativa de intervenção estrangeira na Amazônia Brasileira e na Amazônia Colombiana, num flagrante desrespeito aos princípios da autodeterminação, da independência nacional e da soberania, que devem reger as relações internacionais dos Estados.

Na década de 70 o “aproveitamento dos potenciais da Amazônia” ganhou efetividade, dando suporte aos empreendimentos mineiro-metalúrgicos de altíssima demanda energética. Assim, inicia-se a construção da UHE de Tucuruí, no Pará.

A Usina Hidrelétrica de Tucuruí, localizada no Rio Tocantins, no município de Tucuruí, sudeste do Pará, a 310 km de Belém, começou a ser projetada no ano de 1973, no período da Ditadura Militar, e só foi concluída em 1984, durante o governo Figueiredo. A área alagada pela barragem é de 3.007 km², o que equivale a 304 campos de futebol. Por ter sido construída antes da Lei que exige a realização de Estudos e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/Rima) como pré-requisito para o início da obra, o mesmo foi elaborado simultaneamente à sua construção, de modo que só serviu para legitimá-la, o que tem se tornado uma constante nos processos de construção de Usinas Hidrelétricas no país. Como o alcance do lago não foi previsto, culminou na



expulsão de 32.000 pessoas. O setor elétrico brasileiro tem se tornado uma verdadeira fábrica de sem-terras, expulsando famílias e comunidades inteiras de seus lares, pela força e pela violência acobertada pelos meios de repressão garantidos e financiados pelo Estado.

O projeto da Usina Hidrelétrica de Tucuruí foi criado junto ao Programa Grande Carajás, para abastecer com energia subsidiada as indústrias de alumínio, no Maranhão (Alumar/Alcoa) e no Pará (Albrás/Alunorte/Vale). De acordo com o INPA, quase dois terços da energia gerada por Tucuruí servem para abastecer essas indústrias. O contrato de fornecimento de energia feito entre a Eletronorte e as eletrointensivas iniciou em julho de 1985, e recentemente foi renovado por aproximadamente 05 centavos o Kilowatt/hora (PINTO, 2011). Ao mesmo tempo em que as barragens fornecem energia subsidiada, seguem negando o problema social e ambiental causado à região. Este fato é evidenciado nas comunidades próximas ao lago como, por exemplo, a Vila Cametá, que fica somente a 15 km da obra e que, em quase 30 anos de funcionamento da barragem, ainda não teve acesso à energia elétrica, assim como ocorre com centenas de pessoas que vivem nas ilhas formadas no lago da barragem.

De acordo com o pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) Philip Fearnside (Folha de São Paulo, 09/04/2000), o alagamento da floresta provocou a liberação de gás carbônico e metano, que contribuem para o efeito estufa (aquecimento da terra por substâncias que impedem o escape de radiação solar de volta para o espaço). Só em 1990, o reservatório de Tucuruí liberou 8,5 milhões de toneladas de carbono, valor maior que o emitido com a queima de combustíveis no município de São Paulo na mesma época: aproximadamente 6 milhões de toneladas.

Em 1980, a Eletrobrás encampou o Parque Térmico de Belém, até então sob a responsabilidade das Centrais Elétricas do Pará S.A. (CELPA) composto pelas Usinas de Miramar, Tapanã I e II. Em dezembro de 1981, o sistema elétrico de transmissão da Eletrobrás Eletronorte interligou-se ao do Nordeste, constituindo o Sistema Interligado Norte-Nordeste, que culminou na desativação das usinas termelétricas de Belém.

Ainda na década de 1970, foram iniciadas as obras da Usina Hidrelétrica Balbina, cujas comportas foram fechadas em 1987 (BAINES, 1993; 2000). De acordo com Baines (1996, p. 747), que realizou dezoito meses de pesquisa de campo junto com os



Waimiri-Atroari como parte do seu trabalho de doutorado em Antropologia Social na Universidade de Brasília, entre 1982 e 1985, a construção de Balbina mostra o quanto um empreendimento hidrelétrico pode trazer de impactos negativos para uma região. Inundou uma imensa área com graves prejuízos para a população indígena da região (Waimiri-Atroari) e, com a putrefação da floresta submersa, degradou todos os afluentes dos rios Uatumã e Abonari, tornando-os inabitáveis e, ainda assim, não gerou a energia esperada. A atuação do Programa Waimiri-Atroari (criado por meio de um acordo Eletronorte/Funai em 1987), que substituiu a atuação da Funai, órgão indigenista do Estado brasileiro, ao exercer um controle empresarial sobre os Waimiri-Atroari, coaduna-se com os objetivos tanto do setor elétrico como das empresas mineradoras, ao aplicar verbas para criar um modelo de indigenismo que, com porta-vozes indígenas que defendem os interesses das empresas num discurso de autodeterminação indígena dirigida pela empresa, para tentar convencer a opinião pública que grandes projetos de desenvolvimento e povos indígenas podem “dar certo”.

O povo Waimiri-Atroari encontra-se, encapsulado por uma administração indigenista atrelada à Eletronorte e dependente também de recursos de indenizações da Mineração Taboca, duas empresas que invadiram e ocuparam seu território tradicional. Sob um regime indigenista autoritário e paternalista, inseridas em relações de poder desmedidamente assimétricas, algumas lideranças Waimiri-Atroari aprenderam as regras do jogo do indigenismo empresarial, simulando discursos de autonomia indígena e defendendo a atuação da administração indigenista que os subordina. Após ter sofrido décadas de epidemias e massacres por parte da sociedade nacional, sua população reduzida de mais de dois mil nos anos 1960 a um ponto baixo de apenas 332 indivíduos em 1983 (BAINES, 1991), sua organização social desestruturada, os Waimiri-Atroari se encontravam, em meados dos anos 1980, em situação de extrema vulnerabilidade. A partir de 1983, com acesso a vacinas e atendimento à saúde da frente de atração da Funai, a população Waimiri-Atroari teve uma recuperação rápida, e com o advento do Programa Waimiri-Atroari em 1987, o crescimento populacional indígena passou a ser um tema principal para justificar as suas ações indigenistas nas campanhas de publicidade, ignorando dados de antropólogos dos anos anteriores, e atribuindo ao Programa exclusivamente a recuperação populacional, para tentar justificar a expansão da construção de usinas

hidrelétricas na Amazônia como se fossem benefícios para os povos indígenas que sofrem os impactos nefastos.

As obras da UHE de Samuel, localizada no rio Jamari, primeiro afluente do rio Madeira, a 56 km abaixo de Porto Velho-Rondônia, iniciaram em 1982 e foram concluídas em abril de 1989. A instalação da Usina Hidrelétrica de Samuel afetou diretamente os moradores do município de Itapuã do Oeste, com reflexos sentidos duas décadas após a conclusão de sua construção. Alagamentos constantes prejudicaram a manutenção das estradas, contaminando os lençóis freáticos e o fornecimento de água potável. Além disso, como parte do rol de indenizações devidas pela Eletronorte, a empresa deveria construir uma ponte sobre o Rio Jamari, cuja parte norte acabou desabando, antes mesmo do término da obra.

A energia elétrica é o serviço público com um dos maiores índices de cobertura da população brasileira. Atinge, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD/IBGE) 99,6% dos domicílios urbanos do país (DIEESE, 2007, p. 2).

A exclusão ao acesso da energia elétrica não se dá apenas pela indisponibilidade de infraestrutura básica, mas também pela condição de os consumidores arcarem com os custos associados ao seu consumo.

Até meados da década de 90, o regime tarifário que vigorava no setor elétrico brasileiro era o do custo do serviço. Este regime tarifário estava constituído sob a prerrogativa de que as tarifas de energia elétrica cobradas dos consumidores deveriam cobrir os custos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, além de garantir uma taxa de retorno, previamente fixada, para as empresas concessionárias do setor elétrico.

Este modelo tarifário tinha como arcabouço legal a Lei Nº 5.655/71, responsável por firmar o regime de remuneração garantida, além de fixar a taxa de retorno das concessionárias do setor elétrico entre 10% a 12% ao ano; e o Decreto-Lei Nº 1.383/74, que criou o mecanismo de equalização tarifária entre as concessionárias do setor elétrico. Na teoria, a fixação da taxa de retorno das concessionárias tinha como base impedir os lucros excessivos do setor.

O mecanismo da equalização tarifária permitia que os consumidores de todas as regiões do país gozassem do mesmo nível tarifário numa mesma classe de consumo,

beneficiando os consumidores que estivessem situados em regiões cujos custos associados à atividade fossem superiores.

Este modelo vigorou até meados da década de 90, principalmente em virtude das concessionárias serem estatais e da coordenação do sistema ser centralizada.

A onda de privatizações ocorrida a partir dos anos 90 foi justificada por uma crise de investimentos do setor público, que comprometeu fortemente o padrão de financiamento das empresas estatais. O desequilíbrio na sustentação econômico-financeira destas empresas dá-se em meio à crise que se abateu sobre a economia brasileira, a partir do final da década de 70.

A reorganização do setor elétrico efetivou-se com o objetivo de prepará-lo para as privatizações. Em março de 1993, a Lei Nº 8.631 acabou com o regime de remuneração garantida e encerrou o mecanismo de equalização tarifária entre as concessionárias do setor. Desde então, os reajustes e a fixação de tarifas foram feitos de forma diferenciada, em função dos custos do serviço de cada concessionária distribuidora de energia, estando subordinados à aprovação do Ministério da Fazenda.

A desestatização do setor elétrico exigiu um novo formato de regulação por parte do Estado brasileiro, com a adoção de um novo modelo setorial e a criação de uma agência reguladora do setor elétrico, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A ANEEL, criada em 26/12/1996, assumiu a função de regular e fiscalizar a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica.

A ANEEL, para preservar o equilíbrio econômico e financeiro das concessionárias, passou a celebrar contratos de concessão com as empresas, estabelecendo valores que permitissem cobrir todas as etapas do processo industrial de geração, transmissão e distribuição, acrescidas dos impostos e encargos setoriais. Adotou ainda uma nova sistemática de correção das tarifas, substituindo o modelo de regulação tarifária do custo do serviço pelo modelo tarifário conhecido como *Price-Cap* (Preço-Teto)⁵. O atual modelo tarifário permite que as empresas aumentem seus lucros ao longo de um período previamente determinado. Uma vez definidas as tarifas de uma determinada concessionária, o modelo vigente admite três possibilidades de correção:

⁵ Por este modelo, é fixado o valor máximo da tarifa, depois de estabelecida uma premissa de receita requerida por parte de uma determinada concessionária (DIEESE, 2007, p. 5).

1. Reajuste Tarifário Anual (RTA) – realizado anualmente, a cada aniversário da data de assinatura do contrato de concessão. Nessa oportunidade são repassadas para as tarifas, modificações constatadas nos custos não gerenciáveis e são atualizados monetariamente os custos gerenciáveis. Esta correção dá-se pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado, da Fundação Getúlio Vargas (IGP-M/FGV) dos doze meses anteriores à data do reajuste;
2. Revisão Tarifária Extraordinária (RTE) – aplicada a qualquer tempo, sempre que se observar mudanças significativas que comprovadamente alterem a estrutura de custo da empresa;
3. Revisão Tarifária Periódica (RTP) – realizada em média a cada quatro anos, tem o objetivo de redefinir o nível das tarifas, com o objetivo de preservar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão e, ao mesmo tempo, transferir aos consumidores eventuais ganhos de eficiência, praticando assim a modicidade tarifária. (DIEESE, 2007, p. 6).

A implantação do novo modelo tarifário permitiu uma elevação das tarifas para todas as classes de consumidores, em patamares bastante superiores aos índices de preços.

Segundo pesquisa do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2007, p. 9-10), até 2006, a concessionária com a menor tarifa residencial (Eletropaulo) cobrava 56,74% do valor da maior tarifa (Enersul). Isso significa dizer que o consumidor residencial do Mato Grosso do Sul, para um mesmo padrão de consumo, gasta com energia elétrica 76,23% a mais que um consumidor na capital paulista. Esse exemplo deixa claro que a definição tarifária está completamente dissociada da realidade econômica e social das regiões. A evolução diferenciada das tarifas entre as concessionárias distribuidoras, acaba por gerar um comportamento também diferenciado regionalmente.

O levantamento feito para todas as classes de consumidores, de 1997 até 2006, aponta que as regiões Norte e Nordeste apresentaram as maiores variações na tarifa média total. As tarifas nessas regiões aumentaram 273,21% e 232,32%, respectivamente. Na região Sudeste, o aumento na tarifa média total chegou a 214,52% seguida da região Centro-Oeste, 165,73%. O menor aumento médio total deu-se na região Sul, com 157,28%. É preciso lembrar que, em todas as regiões, as tarifas sempre estiveram acima das maiores inflações registradas nos mesmos períodos, medidas pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) - 157,21%.

As tarifas de energia elétrica no Brasil são elaboradas de acordo com as diferentes classes de consumidores, sendo que as taxas mais baratas são destinadas ao setor industrial, por meio de subsídios.

Nesse sentido, a política energética nacional, fundada e administrada pelo Sistema Integrado Nacional (SIN), ao priorizar a geração hidrelétrica nos “espaços ociosos” da Amazônia, torna a região Norte, historicamente preterida em relação ao aproveitamento desse potencial, alvo imediato do setor eletrointensivo. Segundo dados sobre *Intercâmbios Inter-regionais no SIN-2001* (MACHADO & SOUZA, 2003, p. 225), a Região Norte tem contribuído com 40,05% do total da energia intercambiada, o que representa um paradoxo, pois “região carente sob todos os aspectos acaba tendo o seu potencial energético colocado a serviço de outras regiões, com pouquíssimo retorno”.

A “ideologia” do Sistema Interligado Nacional (SIN) tem contribuído historicamente para a manutenção das desigualdades econômicas regionais, na medida em que prevê a sobrecarga da utilização dos recursos das regiões Norte e Sul, em prol de regiões centrais, Sudeste e Centro-Oeste, onde estão concentrados os setores eletrointensivos no país. Portanto, os rios da região amazônica têm sido represados para atender aos interesses espúrios de outras regiões, em face da penúria de sua população.

Os últimos Planos Decenais de Expansão de Energia Elétrica definem como política estratégica, para incremento de sua produção, o aproveitamento máximo do potencial hidrelétrico da Bacia Amazônica, a começar pelo rio Madeira.

A construção de Santo Antônio e Jirau consolidaria o perfil de um modelo voltado para a disponibilização de “excedentes” para atrair segmentos industriais eletrointensivos, como os da cadeia do alumínio. Uma reedição da desastrosa política de incentivos para a ocupação da Amazônia, incentivos agora de ordem infraestrutural com impactos muito menos reversíveis. A viabilidade do enclave elétrico como pilar de uma série de outros enclaves, com plantas eletrointensivas em expansão no país, exigirá custos de geração decrescentes, maior captura de recursos públicos além do desmanche do licenciamento ambiental, dos direitos sociais e dos territórios dos povos tradicionais.

O potencial brasileiro ainda não utilizado estima-se em 180 mil MW, sendo que 70% desse total estão “retidos” na Amazônia. Destes 2/3, 90 mil MW teriam “prognóstico certo” de viabilidade econômico/ambiental, necessariamente nessa ordem. O alvo imediato do lobby do setor elétrico é o potencial hidrelétrico “ocioso” da Amazônia. Como se os rios amazônicos, em sua dinâmica própria, não cumprissem um papel insubstituível na manutenção da vitalidade, da biodiversidade e da sociodiversidade da Amazônia inteira, bem como sobre as massas de ar e correntes oceânicas que circulam no hemisfério. (DHESCA BRASIL, 2011, p. 12).

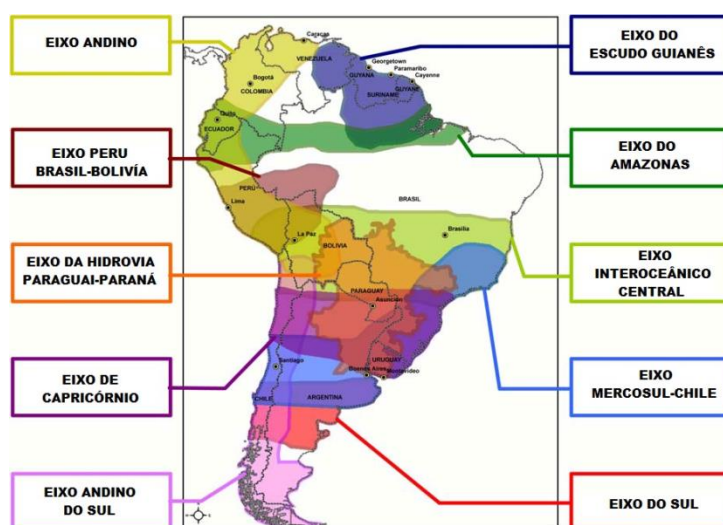
O meio ambiente e a população local são postos à margem das negociações, normas ambientais e direitos constitucionais, sistemática e diuturnamente violados. As pessoas, como qualquer outro obstáculo ao processo, devem ser arrancadas como cancro e postas no não-lugar que lhes foi previamente conferido no negócio. Um

licenciamento às avessas, um perene regime de exceção, em nome do “fornecimento de energia para o Brasil”, do “combate ao apagão” e do contraditório “desenvolvimento regional”, tão aclamado pelas multinacionais, useiras e vezeiras das leis e políticas nacionais, feitas para nosso território e em detrimento dele.

A IIRSA

A *Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana* (IIRSA), é um acordo multinacional realizado entre 12 países da América do Sul, desde 2000, materializado através de 10 eixos de comercialização voltados para a construção de diversos projetos de infraestrutura, que compreendem a construção de uma gigantesca rede energética de comunicação e transportes:

Mapa Nº 1 Eixos de Integração e Desenvolvimento da IIRSA



Fonte: www.iirsa.org

Estes Eixos cortam a América Latina de norte a sul, de leste a oeste. Em seu interior encontram-se inclusos blocos econômicos como o MERCOSUL e o CAN. Os Eixos para a *Integração e Desenvolvimento* da IIRSA, são: Eixo Andino, Eixo de Capricórnio, Eixo do Amazonas, Eixo do Sul, Eixo Interoceânico Central, Eixo Mercosul-Chile, Eixo Peru-Brasil-Bolívia, Eixo da Hidrovia Paraguai-Paraná, Eixo do Escudo Guianês, Eixo Andino do Sul. Cada Eixo subdivide-se em grupos, e cada grupo

define-se por um projeto âncora que, por sua vez, agrega centenas de projetos complementares.

A IIRSA abrange uma extensão territorial de aproximadamente 17,44 milhões de km², com uma população aproximada de 381,38 milhões de habitantes. Está prevista a implementação de 531 projetos, dos quais 31 são considerados prioritários. A construção do Complexo Hidrelétrico e Hidroviário do Rio Madeira, no contexto da expansão das fronteiras energéticas, como parte de um processo de acumulação, põe em relevo a ação permanente de desestruturação social e ambiental já em curso, não apenas na região mencionada, mas em todo o orbe terrestre, uma lógica de estilhaçamento de memórias, de subordinação dos espaços, ambos postos a serviço dos interesses de grandes e pequenas corporações, de longe e de perto, nacionais, internacionais e transnacionais, que seguem alimentando as engrenagens da reprodução capitalista. Representa o que podemos considerar uma contagem regressiva para a integridade dos povos indígenas, ribeirinhos e populações tradicionais que habitam, vivem, morrem e amam o lugar, uma mecânica de expansão e reprodução das mais variadas fronteiras econômicas que avançam dilacerando espaços.

Povos Indígenas Exterminados – Um Novo Capítulo de Uma Velha História

Escreveu, há algum tempo, Eduardo Galeano que “nuestras naciones nacieron mentidas. La independencia de los países americanos fue en principio usurpada por una muy minoritaria minoría. Todas las primeras Constituciones, sin excepción, dejaron afuera a las mujeres, a los indios, a los negros y a los pobres en general” (in GÓMEZ, 2005, p. XIX-XX). Nossos dias testemunham a manutenção da prática secular de ignorar a presença dos povos indígenas nos processos de colonização dos territórios, ao passo que o cenário desenvolvimentista, extrativista e privatista avança, atingindo, cada vez mais, as terras amazônicas.

O risco de genocídio em que se encontram os povos isolados e aqueles de pouco contato com a sociedade não indígena, é prova maior de que seguem semelhantes as características da ocupação do solo no Brasil. No estado de Rondônia, vários povos indígenas estão em situação de isolamento e risco de extinção. O CIMI (RO) destaca



pelo menos 18 situações, na Bacia do rio Madeira, onde o extermínio indígena é iminente, são eles: Isolados do Rio Mutum – Uevae – Nova Mamoré e Porto Velho; Isolados do Rio Formoso e do Jaci-Paraná – Nova Mamoré e Porto Velho; Isolados do Igarapé Karipuninha – Porto Velho/RO e Lábrea/AM; Isolados do Rio Candeia e Rio Branco próximo a Terra Indígena Karitiana e (reserva florestal Bom Futuro) - Porto Velho; Isolados do Igarapé Jacareúba/Katauxi - Lábrea/Canutama – AM; Povo Isolado da Serra da Cutia, Guajará Mirim/RO; Isolados do rio Novo e Cachoeira do rio Pacas Novas; Terra Indígena Omere; Isolados Jururei- Alvorada do Oeste e Urupá; Povo Isolado do rio Jacundá; Povo Isolado da Rebio Jarú; Povo Isolado da Cabeceira do rio Marmelo e Maicy; Povo Isolado do Parque Estadual de Corumbiara; Terra Indígena Massaco; Isolados Piripkura; Isolados do rio Pardo. Outro exemplo, os indígenas isolados das bacias dos rios Candeias e Jaci Paraná, que perambulam entre o Rio Candeias, a Serra dos Morais, Reserva Extrativista Jaci Paraná, Terra Indígena Karitiana e Rio Jaci Paraná. Algumas destas áreas estão em região muito próxima ao canteiro de obras das UHEs, em alguns locais, a menos de 10 km. E a lista tende a crescer, pois não foram mencionados os povos dos estados do Acre, Amazonas, Mato Grosso, além dos povos da Bolívia e Peru.

De uma só vez, o governo brasileiro viola uma série de estatutos jurídicos de proteção aos povos indígenas e tradicionais, como o são a Convenção 169 da OIT, a Declaração dos Povos Indígenas da OEA e ONU, os Artigos 215 e 216 da Constituição Federal e o Decreto 6040/2007 da Presidência da República, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento das Comunidades Tradicionais. Como se não bastasse, há ainda o risco de extermínio dos povos indígenas isolados, em decorrência da construção dos empreendimentos de Santo Antônio e Jirau, aplicando-se ao caso a Convenção para Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio⁶.

⁶ **Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio** Nova Iorque – EUA, 09 de dezembro de 1948.

Art.II – Na presente Convenção entende-se por genocídio qualquer, dos seguintes atos, cometidos com a intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, tal como:

- a) assassinato de membros do grupo;
- b) dano grave à integridade física ou mental de membros do grupo;
- c) submissão intencional do grupo a condições de existência que lhe ocasionem a destruição física total ou parcial;
- d) medidas destinadas a impedir os nascimentos no seio do grupo;
- e) transferência forçada de menores do grupo para outro grupo.



A pressão sobre os territórios indígenas, à revelia da participação destes povos, também viola a *Convenção sobre Diversidade Biológica* e as *Diretrizes AKWE: Kon para avaliação de impactos sobre povos indígenas*, além do Art. 231 da Constituição Federal, que institui que “o aproveitamento de recursos hídricos em terras indígenas só pode ser efetivado com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas”.

Ao negar os impactos, diretos e indiretos, que se impõem sobre os povos originários – cuja ocupação e manejo dos bens naturais são essenciais para a preservação da biodiversidade da região – os consórcios construtores, em conluio com o Poder Executivo e diversos setores da sociedade –legitimam, uma vez mais, a retórica do historicismo triunfalista, ancorado em uma ideia importada de “desenvolvimento” e “progresso”.

O olhar que nega a existência de povos e se esquivava de contemplar as diversas Amazônia existentes no interior da “Amazônia” revela que, para ele, “Amazônia” é um lugar invisível. São populações ribeirinhas, indígenas, extrativistas, seringueiras, de pequenos agricultores – que serão atingidas no uso dos seus territórios tradicionais tratados, pelos interessados na construção das usinas de Santo Antônio e Jirau no Madeira, como “espaços vazios”.

Segundo o Conselho Indigenista Missionário (CIMI)⁷ mais de 60 povos indígenas sem contato com a sociedade envolvente estão em situação de risco no Brasil. Destes, 17 estão na iminência de extinção, devido a práticas de genocídio que se reproduzem até os dias atuais. Os povos indígenas atingidos por esse crime contra a humanidade localizam-se, sobretudo, em Rondônia, ao norte do Mato Grosso e sul do Amazonas. Os crimes de genocídio decorrentes da implementação do Complexo do Rio Madeira serão infinitamente maiores que os já praticados por grupos de extermínio, à serviço de grileiros de terras públicas, madeireiros e fazendeiros. A estratégia, porém, embora continue sendo a de acabar com todo e qualquer vestígio de presença indígena para inviabilizar a demarcação de suas terras, liberando-as para a apropriação privada, a exploração dos recursos naturais, a pecuária e o agronegócio – tem se sofisticado e se

Art. VI – As pessoas acusadas de genocídio ou de qualquer dos atos enumerados no Art. III serão julgados pelos Tribunais competentes do Estado em cujo território foi o ato cometido ou pela Corte Penal Internacional competente com relação às Partes-Contratantes que lhe tiverem reconhecido a jurisdição.

⁷ Conselho Indigenista Missionário (CIMI). **A Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil**. Relatório 2003-2005.

materializado em um mal de origem: o *subdimensionamento da área de influência dos impactos das obras*, possível apenas por uma blindagem institucional, “científica” e jurídica, que a legitime.

Quanto aos povos indígenas, os estudos de impacto ambiental negam a existência de impactos diretos sobre os sujeitos e territórios, como já explicitam as primeiras páginas do EIA/RIMA:

No caso do estudo sobre as comunidades indígenas, embora existam várias no município de Porto Velho, nenhuma delas será afetada diretamente pelos aproveitamentos em estudo, embora se reconheça a pressão indireta que a presença desses aproveitamentos possa exercer sobre os territórios indígenas da região. (EIA Tomo B Volume 1A - 26-04-2007, p. I-2)

No intuito de mascarar a pressão sobre os mais variados territórios indígenas, o EIA/RIMA apontou apenas a existência de cinco (5) Terras Indígenas (TI), nas quais vivem quatro (4) povos, a serem *afetadas indiretamente* pelos dois empreendimentos (Santo Antônio e Jirau): Terra Indígena Karipuna – Povo Indígena Karipuna; Terras Indígenas Ribeirão e Lage – Povo Indígena Wari’ (Pakaa-Nova); Terra Indígena Karitiana – Povo Indígena Karitiana; Terra Indígenas Uru Eu WauWau.

Devemos dar razão a Fernando Baéz (2010, p.297) quando afirma que “qualquer decisão do que se deve recordar é uma forma dominada de saber o que se deve esquecer”. São vários os modos de identificar que fazem desaparecer. No Brasil, há toda uma camada da população invisível para os demais. Essas pessoas estão tão apartadas da agenda política, que até a retórica do desenvolvimento da região torna-se mais importante que o evidente etnocídio de indígenas na Amazônia.

Há toda uma lógica de interesses que torna um animal mais visível que um ser humano. O que os “donos do mundo” reconhecem como acertos são erros, o que admitem como erros são crimes, e o que omitem são genocídios. Segundo Boaventura de Souza Santos (1995), devemos “lutar pela igualdade sempre que as diferenças nos discriminem e lutar pelas diferenças sempre que a igualdade nos descaracterize”.

A Mundialização do Capital passa pela consolidação de acordos econômicos, pelo crivo da necessidade de criação de uma infraestrutura que possibilite a ligação total entre os diferentes mercados e zonas de produção, o que requer não apenas a construção de uma importante articulação política entre países, envolvendo as temáticas econômicas, sociais e políticas, mas uma aparência de legalidade, de

satisfação dos interesses coletivos, de melhoria do índice de desenvolvimento humano, como retórica para garantia dos interesses de grandes corporações mundiais.

É neste contexto que surge o Projeto denominado *Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana* (IIRSA) que, somado ao *Tratado Norte-Americano de Livre Comércio* (NAFTA) e à *Área de Livre Comércio das Américas* (ALCA) garantirá às grandes corporações multinacionais e às grandes potências capitalistas, principalmente aos Estados Unidos, o domínio na pilhagem dos últimos recursos ainda existentes no continente americano, uma inserção dependente, orientada para o fornecimento de matéria prima e mão-de-obra-mais-que-barata.

O Brasil tem desempenhado papel preponderante na organização deste monstruoso Plano de Saqueio. Seu Capital Imperialista avança para além das fronteiras nacionais. Hoje, é mais um à mesa onde se divide o butim e se rateia o que resta da América do Sul. O BNDES converteu-se em um dos principais financiadores da IIRSA, atuando principalmente no fortalecimento da estrutura de capital das empresas privadas.

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) tem sido implementado seguindo à risca as diretrizes da IIRSA, embora pouco ou quase nada tenha se ouvido falar sobre essa *Iniciativa*. Os programas “nacionais” dos países da América do Sul têm servido para encobrir e desviar olhares do maior projeto de saqueio em curso no continente, que é a *Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul- Americana* (IIRSA).

A (mono)cultura da energia, as evidências de genocídio, de crimes contra a humanidade, escravização de trabalhadores, mulheres e crianças, prostituição, contaminação por mercúrio, assassinatos de indígenas isolados, alagação premeditada, farsas e engodos de Estudos e Licenciamentos de Impactos Ambientais, manipulações corporativas avalizadas e, em grande medida, induzidas pelo Estado brasileiro na construção das Usinas de Santo Antônio e Jirau, constituem apenas uma ínfima parcela do que nos espreita e nos espera, quando da construção e implementação dos 531 projetos previstos pela IIRSA.

A blindagem jurídica aparece como o salvo conduto para os desmandos e arbitrariedades das corporações e do Estado. Se a dominação consiste em impor-se pela força física, pelo roubo, o que os torna possível é a sua institucionalização, sua estabilização, seu caráter de legalidade.



Estas foram algumas observações colhidas no processo de construção da dissertação, que enfrentou além de sérios obstáculos financeiros, os interesses de grupos no poder a quem não interessa o debate aprofundado sobre os efeitos e impactos de grandes projetos sobre povos e territórios na Amazônia. Se nestas linhas que correram não se pode encontrar a figura do pesquisador “ideal”, escondido sobre uma aparente capa de neutralidade, são antes de tudo, palavras de um indígena que tentou encontrar na academia o espaço não apenas para a constatação e denúncia do jugo, pilhagem e dominação, mas para a rebelião contra a imposição do esquecimento, para a palavra que se converte em ação e transforma o mundo ao seu redor – M’baraká. Esquecimento que, como assevera Baéz, nega a negação da memória, delata a disposição à crônica justaposta, ao adjetivo negativo inconcluso, ao parágrafo oblíquo que oculta a magnitude do desastre sofrido por milhões e milhões de latino-americanos durante séculos: “Aqui tudo está escondido e o evidente é falso” (BAÉZ, 2010, p. 22). Os rumos que a pesquisa tem tomado no correr do doutorado, seguem uma rota que pretende pôr em evidência as palavras dos povos indígenas, sobre os efeitos das construções das Hidrelétricas de Santo Antonio e Jirau sobre suas terras, territórios e modos de vida; sobre as formas de suas inserções nos projetos ditos “desenvolvimentistas” para a região; sobre a cooptação de “lideranças; sobre invisibilidade de povos inteiros e a blindagem jurídica que tornou legítima uma hecatombe sem precedentes na história da América Latina.

Nosso trabalho pretende perceber no discurso oficial dos fomentadores desses projetos “desenvolvimentistas”, possíveis estratégias geradoras de um consenso em torno da ideia de “desenvolvimento regional” e fortalecimento do mercado; elencar as formas de resistência dos movimentos indígenas frente às políticas da IIRSA, de modo geral, e à criação das hidrelétricas, de modo particular; desenvolver material de pesquisa que possa fomentar a resistência indígena nos processos de embate e defesa de seus Direitos.

A Amazônia não pode continuar sendo palco de um projeto equívoco, nem o espaço de rapina a que a relegaram por séculos. *Densa é a neblina, escura é a noite, mas há de ser madrugada se insistirmos um pouco.*

Referência bibliográfica:

BAÉZ, Fernando. **A História da Destruição Cultural da América Latina: Da Conquista à Globalização**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

BAINES, Stephen. G. 1991. **É a FUNAI que sabe: a frente de atração Waimiri-Atroari**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi.

BAINES, Stephen G. O Território dos Waimiri-Atroari e o Indigenismo Empresarial. *Ciências Sociais Hoje*, 1993, São Paulo: ANPOCS/HUCITEC, 1993, p. 219-243.

BAINES, Stephen G. **A usina hidrelétrica de Balbina e o deslocamento compulsório dos Waimiri-Atroari** In: *Energia na Amazônia vol. 2*. MAGALHÃES, S. et alii (Org), Museu Emílio Goeldi/ UFPA/UNAMAZ, 1996.

BAINES, Stephen G. Imagens de liderança indígena e o Programa Waimiri-Atroari: índios e usinas hidrelétricas na Amazônia, **Revista de Antropologia**, São Paulo: USP, v.43, 2000, p. 141-163.

BERMANN, C. **Privatização da produção de energia na Amazônia: cenários prováveis, conflitos possíveis, traumas irreversíveis**. In: MAGALHÃES, S. & CASTRO, E. (Org.) *Energia na Amazônia vol 1*. Belém: UFPA/NUMA/NAEA/ MUSEU E. GOELDI, 1996, p. 15-27.

CASALDÁLIGA, Dom Pedro. **O sonho da Terra Sem Males** in: *Povos indígenas: aqueles que devem viver – Manifesto contra os decretos de extermínio*. Heck, Dionísio Egon; Silva, Renato Santana da; Feitosa, Saulo Ferreira (orgs.) – Brasília: Cimi – Conselho Indigenista Missionário, 2012, 192p.

CHATELET, François; KOUCHNER, Évelyne Pisier (Ed.). *As Concepções Políticas do Século XX – história do pensamento político*. Rio de Janeiro: ZAHAR EDITORES, 1983.

CIMI - Conselho Indigenista Missionário. **A Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil**. Relatório 2003-2005.

DHESCA BRASIL - Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais. **Violações de Direitos Humanos Ambientais no Complexo Madeira**. Relatoria Nacional para o Direito Humano ao Meio Ambiente, 2008.

DHESCA BRASIL - Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais. **Violações de Direitos Humanos nas Hidrelétricas do Rio Madeira: Relatório Preliminar de Missão de Monitoramento**. Relatoria Nacional para o Direito Humano ao Meio Ambiente, 2011.

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. **As tarifas de energia elétrica no Brasil: sistemática de correção e evolução dos valores**. Nº 58, Dezembro de 2007.



ECOLOGY BRASIL. **AHE JIRAU - Projeto Básico Ambiental – PBA**. Energia Sustentável do Brasil, Dezembro de 2008.

Estudo de Impacto Ambiental – EIA. Tomo A, 2006./ (EIA Tomo B Volume 1ª - 26-04-2007.

EPE - Empresa de Pesquisa Energética. **Estudos de inventário hidrelétrico da Bacia Hidrográfica do rio Jari / Pa-Ap**, 2006.

EPE - Empresa de Pesquisa Energética. **Resenha mensal do mercado de energia elétrica** Ano II n 16. jan/2009.

Folha de São Paulo, 09/04/2000.

GÓMEZ, Luis A. **El Alto de Pie: Una Insurrección Aymara en Bolivia**. Colección – Pachakuti n. 22, 2005.

IBERÊ, Daniel. **IIRSA: A Serpente do Capital: pilhagem, exploração e destruição cultural na América Latina (Santo Antônio e Jirau)**. Rio Branco: Edufac, 2015. 360 p.

IIRSA. *Iniciativa para la Integracion de la Infraestructura Regional Suramericana*. Em: <<http://www.iirsa.org/>>. [02 de outubro de 2013].

HOLLOWAY, John. **Mudar o mundo sem tomar o poder**. São Paulo: Viramundo, 2003.

MAB - Movimento Dos Atingidos Por Barragens. **Hidrelétricas do Rio Madeira: Energia Para Quê e Para Quem?** Cartilha de estudo, Rondônia, 2007.

MACHADO, J. & SOUZA, R. Fatores determinantes da construção de hidrelétricas na Amazônia In: ÁRAGON & CLÜSENER-GODT (Org.) **Problemática do uso global e local da água da Amazônia**. Belém: NAEA/UFPA/UNESCO, 2003, p. 209- 252.

MARCHIONI, Alessandra. **Usinas Hidrelétricas do Rio Madeira: Política, Direito e Meio Ambiente nas Relações Transfronteiriças**. 2010. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/iea/textos/waterlat/trabalhos/105.pdf>.

MATTOS, Adherbal Meira. **O Interesse Nacional e os Interesses Internacionais na Amazônia**. In. Revista Brasileira de Estudos Políticos, n. 71, UFMG,1990 p. 101-123.

MELO, João de Jesus Silva. **As Hidrelétricas do Rio Madeira no Contexto da Integração Regional Sul-americana**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Federal do Acre, Rio Branco-AC, 2008.

MONTEIRO, Telma D. **Indígenas isolados ameaçados pelas hidrelétricas na Amazônia: Santo Antônio, Jirau e Belo Monte**. 28 de maio de 2010.

Disponível em:<http://telmadmonteiro.blogspot.com/2010/05/indigenas-isolados-ameacados-pelas.html>. Acessado em:10/01/2011.

PAULA, E. A. **Sociedade Civil Internacional e Meio Ambiente na Amazônia: um estudo do MAP na fronteira trinacional Peru/Brasil/Bolívia.** México: Observatório Latinoamericano de Geopolítica. 2008.

PINTO, Lúcio Flávio. **Tucuruí : a barragem da ditadura.** Belém: Edição Jornal Pessoal, 2011.

PINTO, Renan F. **Viagem das idéias.** Manaus: Ed. Valer. 2008.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A construção multicultural da igualdade e da diferença.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 4 a 6 de set. (Conferência), 1995.

SANTOS, S. C. dos. **Notas sobre o deslocamento compulsório de populações indígenas em consequência da implantação de hidrelétricas da Amazônia** In: MAGALHÃES, S. & CASTRO, E. (Org.) Energia na Amazônia vol 2. Belém:UFPA/NUMA/NAEA/MUSEU E. GOELDI, 1996, p. 689-696.

SIOLI, H. **Hydrochemistry and geology in the Brazilian Amazon Region.** Amazoniana, 1968.

VITTE, Claudete de Castro Silva. Planejamento territorial e os impactos sócio-econômicos da IIRSA (Iniciativa de Integração da Infra-estrutura Regional Sul-Americana) no território brasileiro: atores, conflitos e interesses. São Paulo. 2009. Disponível em: http://egal2009.easyplanners.info/area01/1022_Claudete_Vitte.pdf

WOORTMANN, Klaas. O selvagem na “Gesta Dei”: história e alteridade no pensamento medieval. In. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 25, nº 50, p. 259-314 – 2005.

M’BARAKÁ - A Palavra que Age Novas territorialidades e conflitos na Amazônia Indígena: A IIRSA e o Eixo Peru-Brasil-Bolívia

Resumo

Este trabalho pretende aprofundar estudos e análises sobre os efeitos das implementações de grandes projetos “desenvolvimentistas”, alinhavados às diretrizes da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) sobre os Povos e Territórios Indígenas na Região Amazônica, principalmente na sub-região vinculada à política do Eixo de Desenvolvimento Peru-Brasil-Bolívia, onde se realizam as obras do Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira. As constantes denúncias sobre as ameaças que pairam sobre os indígenas na Amazônia revelam a naturalização da violência e o descaso com que esse tema tem sido tratado pelo governo brasileiro e pelas empresas interessadas nos grandes projetos hidrelétricos. A Palavra M’baraká constitui “o modo de ser” Guarani, em livre tradução, seu significado é *A Palavra que Age*, seu conteúdo é luta. O que torna possível uma aproximação conceitual ao arcabouço teórico da *pesquisa-ação*. Como metodologia, abre universos de possibilidades para o aflorar dos desejos mais pungentes, das dores mais sentidas, é já o meio-grito assenhoreando-se dos discursos frequentemente apaixonados, abertos, públicos e vivos. Outra forma de dizer que o conhecimento sobre a realidade pode ser o primeiro passo para transformá-la.

Palavras chave: Povos Indígenas - IIRSA- Eixo Peru-Brasil-Bolívia - Complexo Rio Madeira



M'BARAKÁ - The Word That Acts New Territorialities and Conflicts in Indigenous Amazon: IIRSA and the Peru-Brazil-Bolivia Hub

Abstract

This article aims to broaden studies and analyses on the effects of the implementation of large-scale "developmental" projects, aligned with the guidelines of the Initiative for the Integration of Regional Infrastructure in South America (IIRSA), on Indigenous Peoples and Territories in the Amazon Region, a sub-region linked to the policy of the Peru-Brazil-Bolivia Development Hub, where the construction of the River Madeira Hydroelectric Complex is being carried out. The constant denunciations of the threats to indigenous peoples in the Amazon reveal the naturalization of violence and the neglect with which this issue has been addressed by the Brazilian government and by companies interested in implanting large hydroelectric projects. The Word M'baraká constitutes Guarani "way of being", in a free translation, its meaning is *The Word that Acts*, its content is the struggle. This makes possible a conceptual approach to the theoretical framework of action research. As a methodology, it opens up universes of possibilities for the emergence of the most poignant desires, the most deeply felt suffering, and it is already the half-cry taking over the frequently passionate, open, public and living discourses. Another way of saying that knowledge about reality may be the first step toward transforming it

Key-words: Indigenous Peoples – IIRSA-Peru-Brazil-Bolivia Hub – River Madeira Complex

M'BARAKÁ - La Palabra que Actúa Nuevas territorialidades y conflictos en la Amazonia Indígena: La IIRSA y el Eje Perú-Brasil-Bolivia

Resumen

Este trabajo pretende profundizar estudios y análisis sobre los efectos de las implementaciones de grandes proyectos "desarrollistas", alineados a las directrices de la Iniciativa para la Integración de la Infraestructura Regional Suramericana (IIRSA) sobre los Pueblos y Territorios Indígenas en la Región Amazónica, principalmente en la sub- región vinculada a la política del Eje de Desarrollo Perú-Brasil-Bolivia, donde se realizan las obras del Complejo Hidroeléctrico del Río Madeira. Las constantes denuncias sobre las amenazas que rodean a los indígenas en la Amazonia revelan la naturalización de la violencia y el descuido con que ese tema ha sido tratado por el gobierno brasileño y por las empresas interesadas en los grandes proyectos hidroeléctricos. La Palabra M'baraká constituye "el modo de ser" Guaraní, en libre traducción, su significado es La Palabra que Actúa, su contenido es lucha. Lo que hace posible una aproximación conceptual al marco teórico de la investigación-acción. Como metodología, abre universos de posibilidades para el afloramiento de los deseos más punzantes, de los dolores más sentidas, es ya el medio grito asomándose de los discursos frecuentemente apasionados, abiertos, públicos y vivos. Otra forma de decir que el conocimiento sobre la realidad puede ser el primer paso para transformarla.

Palabras clave: Pueblos Indígenas - IIRSA- Eje Perú-Brasil-Bolivia - Complejo Río Madeira

Desabastecimento e Inflação na Venezuela*

*Pasqualina Curcio Curcio*¹

O desabastecimento e a inflação são, atualmente, os principais problemas que nós venezuelanos enfrentamos do ponto de vista econômico e social. Ambos os fenômenos têm repercussões não só em aspectos relacionados à economia doméstica, como também impactam as condições de vida da população.

O desabastecimento tem se manifestado principalmente nos bens de primeira necessidade, alimentos, medicamentos e produtos de higiene pessoal e domésticos, como também em bens necessários ao processo produtivo, matérias-primas e insumos, particularmente agrícolas, peças de reposição para maquinário necessárias ao setor manufatureiro e bens que permitem a prestação de um serviço fundamental para dinamizar e movimentar a economia, tal como o transporte, e com isso a mobilidade de pessoas e de mercadorias - aqui nos referimos ao desabastecimento de peças de reposição automotivas, baterias para automóveis, entre outros.

Os bens necessários para prestar o serviço de saúde, de grande impacto sobre as condições de vida da população, também registram desabastecimento, especialmente os medicamentos de uso ambulatorio e hospitalar, assim como material cirúrgico utilizado nos estabelecimentos médicos.

Sobre isso há um elemento que devemos ressaltar, particularmente para a posterior análise econômica: o desabastecimento tem se manifestado principalmente em bens e não em serviços. Este é um aspecto que será retomado adiante na análise e que permite compreender parte do fenômeno, assim com a clara distinção entre uma crise econômica e uma guerra econômica.

Sobre a inflação, são conhecidos por todos seus efeitos perversos sobre as condições sociais e econômicas dos lares, particularmente, naqueles cuja renda depende de um salário por serem donos do fator de produção trabalho. Os lares cujas

* Tradução e Revisão do original em castelhano por Rita Matos Coitinho e Raphael Lana Seabra.

¹ Professora Titular do Departamento de Ciências Econômicas e Administrativas e da Coordenação de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Simón Bolívar, Venezuela.
pasqualinacurcio@gmail.com

rendas são oriundas do lucro do capital encontram-se em melhores condições para ajustar-se aos níveis de inflação. Na Venezuela, como em todos os países, a porcentagem maior das famílias vive dos salários.

A inflação tem efeitos sobre o salário real dos trabalhadores, também conhecido como poder aquisitivo. Este vai se deteriorando, o que leva as famílias a recompor sua estrutura de gastos, dando sempre prioridade aos bens de primeira necessidade - alimentos, transporte e medicamentos. Em outras palavras, e para efeitos da economia em seu conjunto, processos inflacionários deste tipo, em médio e longo prazo terão efeitos sobre o resto dos setores da economia, consequência da diminuição da demanda de itens devido à perda de poder aquisitivo da classe trabalhadora. Portanto, ao não se controlar o fenômeno inflacionário, poderíamos enfrentar uma grave situação econômica no médio prazo.

Com este documento de trabalho, que pretende ser um esforço para explicar o comportamento atual da economia, demonstramos mediante modelos e análises econométricas, que os fenômenos que estamos observado atualmente, principalmente o desabastecimento e a inflação, não são causados por desequilíbrios na economia real, como tampouco são consequência de desequilíbrios na balança de pagamentos, senão que respondem a interesses políticos de alguns setores, cujas ações buscam desestabilizar a economia nacional, afetar os lares venezuelanos e, portanto, debilitar o modelo social, econômico e político instaurado a partir de 1999.

O redigido até aqui não é novo, é a vivência do venezuelano, além do que, com os mesmos argumentos, o governo tem denunciado, nacional e internacionalmente, estes planos de desestabilização, os quais qualifica de guerra econômica, assim como tem tomado e anunciado medidas para combatê-los.

O que pretendemos com este trabalho é demonstrar, com dados, cifras oficiais e análises econômicas, que o desabastecimento e a inflação resultam dos planos de desestabilização e manipulação da economia que alguns setores estão levando a cabo e que não são produto de desequilíbrios macroeconômicos gerados por um modelo fracassado, tal como argumentam setores da oposição.

Argumentos dos Setores de Oposição. Crise, *default*, modelo fracassado

Antes de iniciar a análise é importante ter presente os argumentos que, através dos meios de comunicação e redes sociais, os setores que fazem oposição ao governo têm apresentado e que estão relacionados com a situação econômica do país. Em primeiro lugar, há que destacar que reiteradamente fazem referência à condição econômica como uma situação de crise, produto de um modelo fracassado que desequilibrou os indicadores macroeconômicos. A lógica do argumento resume-se da seguinte maneira:

“Nós, venezuelanos, nos encontramos frente a uma das piores crises econômicas jamais vividas, não temos o que comer porque não há alimentos, nos acomete uma grande escassez de bens e serviços. A escassez deve-se a que o Governo não tem repassado as divisas ao setor empresarial para que possa importar tanto as matérias primas como os produtos finais não produzidos nacionalmente. Ao não poder importar estes bens, reduz-se a produção e, frente uma demanda crescente da população, gera-se a escassez, a qual, por sua vez pressiona a alta dos preços. Tudo isto devido a que estamos frente a um modelo fracasso que impede o governo de dar repostas diante da grave crise econômica que estamos vivendo”.

Em outras palavras, segundo os argumentos dos setores de oposição, o desabastecimento e a inflação devem-se a que o governo não transferiu os dólares necessários para abastecer os venezuelanos a baixos preços.

Preocupações que surgem e que geraram esta investigação

Frente a estes argumentos nos colocamos as seguintes perguntas: em quanto diminuiu a cobertura de divisas ao setor empresarial desde que se instaurou o novo modelo social, econômico e político na Venezuela, se é que efetivamente diminuiu a outorga de divisas? Que relação tem esta suposta redução de divisas com o nível de importações, tanto em termos monetários como em unidades físicas? Em quanto aumentou o consumo dos venezuelanos nos últimos anos em relação à suposta redução da produção e das importações? Em quanto aumentou a taxa de desemprego nestes

quinze anos, como consequência da diminuição da produção, se é que efetivamente aumentou²? Por que há desabastecimento em alguns itens e em outros não, por que alguns alimentos são difíceis de conseguir e outros não? Por que há farinha de trigo e manteiga nas padarias e não há nas prateleiras dos supermercados?

Com respeito à inflação nos perguntamos: Qual é a relação entre a inflação e o desabastecimento, se é que existe uma relação? Em que medida o crescimento da demanda agregada (composta entre outras variáveis pelo consumo dos lares) está explicando a variação dos preços? Existe algum outro fator associado ao aumento dos preços, além da demanda agregada, que possa explicar este fenômeno na Venezuela³? Em que medida a taxa de câmbio da moeda no “evidente mercado paralelo” está afetando os índices de preços da economia real⁴? Que relação existe, se é que existe, entre a taxa de câmbio da moeda no “notável mercado paralelo” e o nível das reservas internacionais⁵?

Parte I

Desabastecimento, Produção, Importações, Outorga de Divisas e Consumo

Desabastecimento

² São todas estas questões que a teoria econômica busca responder quando pretende estudar o comportamento de uma economia. As principais variáveis que indicam o comportamento e a tendência de uma economia e que são objeto de estudo da macroeconomia são a produção, o emprego e os preços. São estas variáveis que nos indicam a situação econômica.

³ De acordo com a teoria econômica a inflação, em qualquer economia, explica-se ou está determinada pela demanda agregada, quer dizer, na medida em que a demanda agregada aumenta, em curto prazo, aumenta o índice de preços. Esta é a tese que sustenta a escola Keynesiana. Por sua vez, a Escola Monetarista explica os índices de preços pelo comportamento da liquidez monetária, quer dizer, um aumento da liquidez monetária implicaria aumentos dos preços. Em todo caso, e para todos os efeitos, aumentos da liquidez monetária se traduzem em aumento da demanda agregada e estes, por sua vez, nos preços. O que ressaltamos é o fato de que segundo a teoria econômica, ou é a demanda agregada ou é a liquidez monetária as que influenciam os preços.

⁴ Nos colocamos esta pergunta com o objetivo de medir se a taxa de câmbio do “suposto mercado paralelo de divisas” estão sendo a referência para fixação dos preços da economia real, além do comportamento da demanda agregada e da liquidez monetária.

⁵ A teoria também nos diz que os níveis da taxa de câmbio da moeda estão sustentados e respaldados pelos níveis de suas reservas internacionais e, portanto, seu comportamento no tempo. Na medida em que diminuam as reservas internacionais, isto implicaria um aumento da taxa de câmbio, o que é igual à depreciação da moeda.



De acordo com a teoria econômica, o desabastecimento nos mercados se origina ou pela expansão da demanda, a qual não encontra resposta no aumento da oferta, ou pela contração da oferta, dada a demanda.

Em outras palavras, se os consumidores demandam maior quantidade de bens que o de costume e não há uma resposta da parte dos ofertantes, será gerado o desabastecimento do mercado (demandam-se mais bens do que são oferecidos). A primeira manifestação do desabastecimento, tipificada pela teoria econômica, são as filas (adquire o produto quem chega primeiro); outra manifestação do desabastecimento é o deslocamento ao mercado paralelo com preços mais altos (especialmente se se trata de bens cujos preços estão controlados); uma terceira manifestação do desabastecimento é o aumento do preço nesses mercados (as pessoas estão dispostas a pagar mais pelo bem escasso).

Neste ponto cabe perguntar por que os consumidores demandam mais quantidades do bem. A teoria do consumidor estabelece claramente os fatores que intervêm: ou porque aumentaram as rendas do consumidor⁶, ou porque mudaram os gostos, ou porque mudaram as expectativas.

Este último fator, de natureza principalmente psicológica, tem explicado em grande parte o comportamento dos consumidores na Venezuela nos meses recentes. Notícias e fontes/formadores de opinião que buscam influir sobre as expectativas têm trazido como consequência que se expanda a demanda de alguns bens⁷. Esta demanda seguirá se expandindo na medida em que a variável “expectativas” siga sendo influenciada por fontes de opinião.

Se diante uma expansão da demanda no mercado não há resposta de parte do agente ofertante ou dos produtores, ou pior ainda, se a oferta do bem em questão é contraída, então logo será gerado um maior desabastecimento e, por fim, maior pressão

⁶ Sempre que se trate de um bem comum. São bens comuns aqueles cuja demanda aumenta quando aumenta a renda do consumidor. Os bens inferiores são aqueles cuja demanda diminui quando aumenta a renda.

⁷ Notícias tais como que não haverá mais fraldas porque o governo não outorgou os dólares às empresas importadoras, têm como consequência que os consumidores de fraldas, por um efeito de expectativas, demandem maior quantidade de fraldas para se abastecer por um tempo. Do mesmo modo ocorre com o leite longa vida, a farinha, produtos de higiene pessoal e todos aqueles bens de primeira necessidade que não são perecíveis e podem ser conservados por longos períodos.

sobre os preços destes bens. Mas por que se contrai a oferta? De acordo com a teoria: ou porque diminuem os níveis de produção ou, no caso venezuelano, porque diminuem os níveis de importações de bens, ou porque, ainda que se sigam ou importando os bens, estes não são colocados nos mercados, o que se conhece como açambarcamento.

O desabastecimento na Venezuela não data dos últimos meses, é um fenômeno que temos observado com certa intensidade nos últimos anos. Cifras do Banco Central da Venezuela e do Instituto Nacional de Estatísticas indicam que o desabastecimento alcançou uma média de 13,1% entre 2003 e 2013⁸.

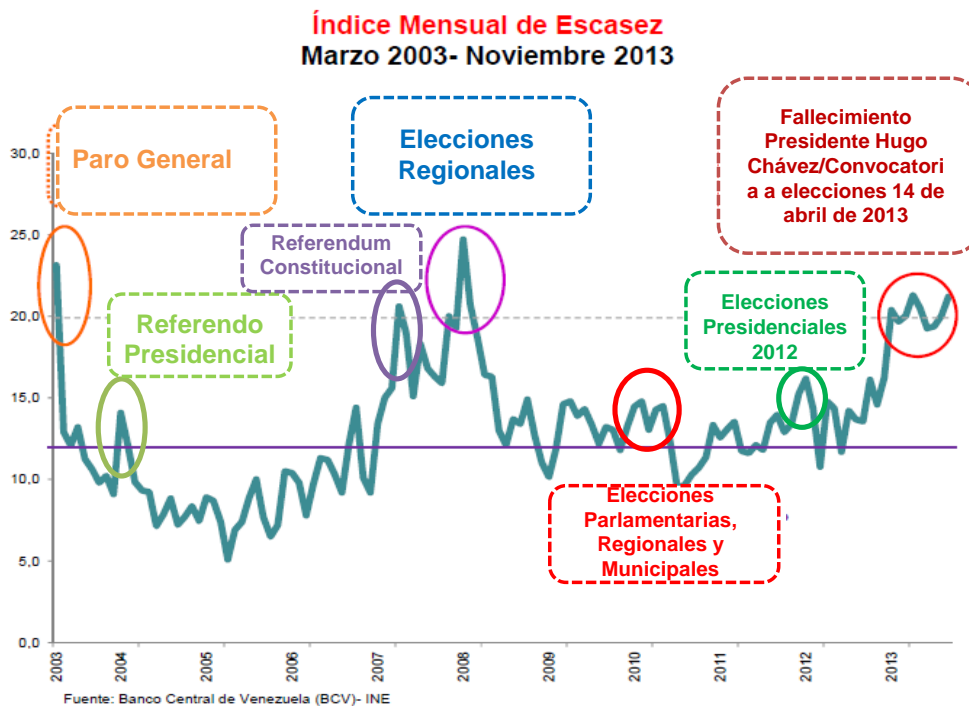
Quando observamos com atenção o Gráfico 1⁹, notamos que desde o ano de 2003 estivemos frente a presença de importantes episódios de desabastecimento. O primeiro deles durante 2003, ano em que os níveis de escassez se encontraram acima de 25%, explicado pela paralisação geral e a sabotagem petroleira a que foi submetida a economia e o povo venezuelanos. Posteriormente, entre os anos 2004-2005 observam-se níveis de desabastecimento com tendência decrescente, estabilizando-se ao redor da média anual de 7%. A partir do ano de 2006 evidencia-se uma mudança na tendência deste índice, registrando uma inclinação positiva até chegar níveis de 26% no de 2007. A partir de 2008 e até 2010, este índice diminuiu, mantendo-se na média de 13%, e a partir de 2011 registra-se novamente uma mudança de tendência e um aumento, alcançando níveis de desabastecimento superiores a 20%¹⁰ em 2013. No Gráfico também se observa a associação dos picos de desabastecimento com as condições políticas dos momentos, especialmente durante 2007, quando se realizou o referendo constitucional, assim como outros eventos eleitorais.

Gráfico 1

⁸ Últimas cifras oficiais apresentadas pelo Banco Central da Venezuela e o Instituto Nacional de Estatísticas, no informe intitulado “Índice nacional de precios al consumidor en los meses de noviembre y diciembre de 2013. <http://www.bcv.org.ve/upload/comunicados/aviso301213.pdf>

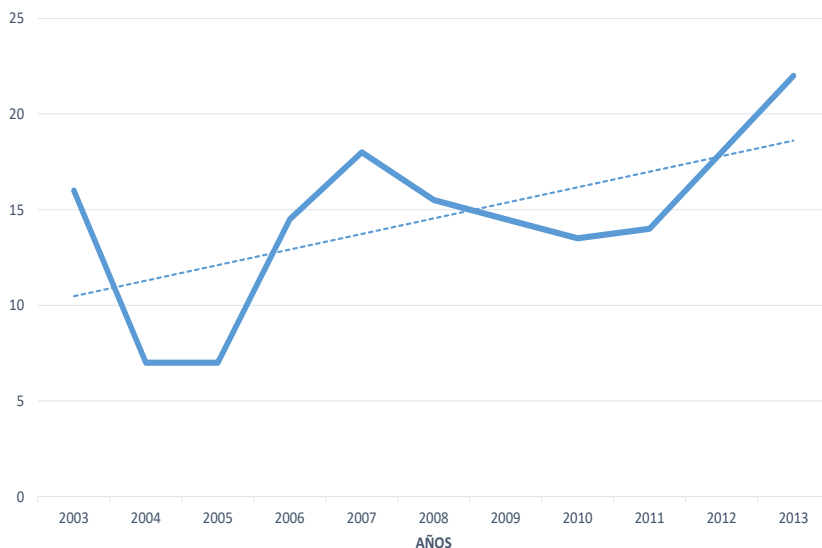
⁹ Tomado do informe citado anteriormente.

¹⁰ As cifras oficiais que utilizamos são até 2013.



É clara a tendência ascendente do índice de escassez durante o período 2003-2013. No Gráfico 2 é mostrada a média anual do índice de escassez e a linha tendencial para o período 2003-2013.

GRÁFICO 2
INDICE PROMEDIO ANUAL DE ESCASEZ.
VENEZUELA. 2003-2013



Fuente: Banco Central de Venezuela. Instituto Nacional de Estadísticas. Cálculos Propios

Como mencionamos antes, teoricamente espera-se que aumentos no índice de desabastecimento estejam associados, por um lado, à diminuição da produção e/ou à diminuição das importações, como consequência, por sua vez, da diminuição das divisas outorgadas por parte do Governo ao setor privado e, de outro lado, a um aumento do consumo, tanto dos lares como do governo.

Em seguida mostramos o comportamento de cada uma destas variáveis para o período 2003-2013 e o comparamos com o índice de escassez.

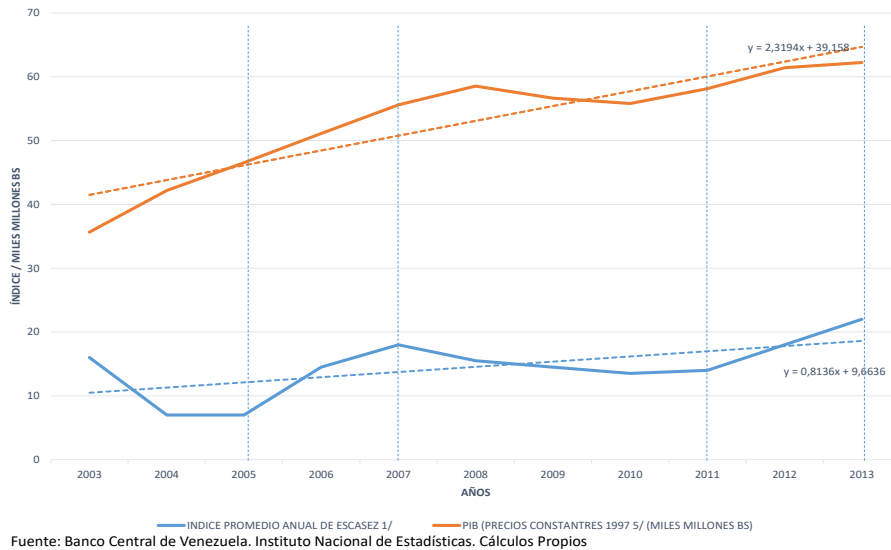
Produção

No gráfico 3 é mostrado o produto interno bruto para o período 2003-2013 medido em preços constantes de 1997 e expressado em bilhões de bolívares¹¹. Durante o período em estudo, a tendência do PIB é uma média ascendente. Evidencia-se o crescimento constante desde 2003 até 2008, porém sua tendência muda nos anos 2009 e 2010 e, posteriormente se recupera, registrando uma tendência novamente crescente. Não identificamos no Gráfico uma queda abrupta do PIB que possa explicar os níveis de desabastecimento que se tem registrado na economia.

No mesmo gráfico mostra-se a tendência do índice de escassez. Observa-se que não existe relação empírica entre ambas as variáveis que sustente os argumentos esgrimidos pelos setores da oposição ao governo, ou seja, que os níveis de desabastecimento se devam à queda da produção nacional. Pelo contrário, observamos que durante os anos de 2006 e 2007, há um aumento no índice de escassez, apesar de aumentar o nível de produção nacional. Situação similar ocorre a partir de 2011. Ao contrário, entre os anos 2008 e 2011, registra-se uma tendência decrescente do índice de escassez apesar da queda da produção nacional. Em resumo, *não é uma queda da produção nacional o que está explicando o índice de desabastecimento na economia.*

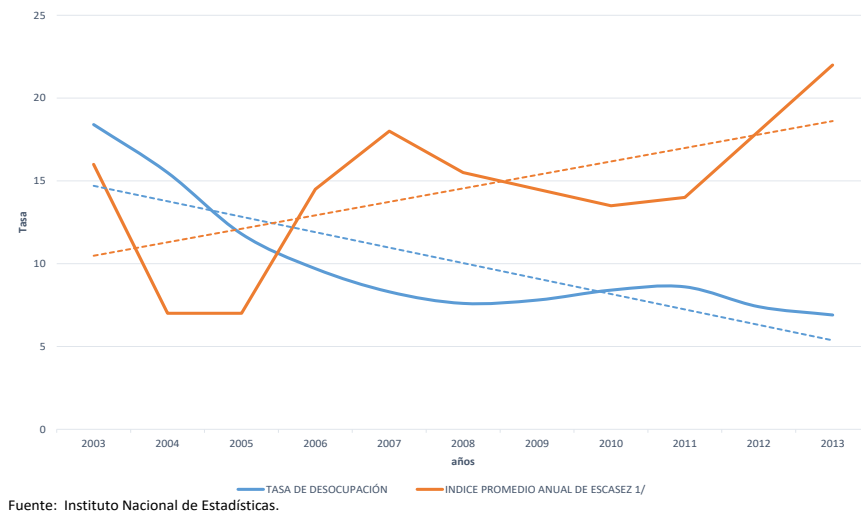
¹¹ Mil milhões equivale, em português, a um bilhão (Nota das Tradutoras – N.T.).

GRÁFICO 3.
INDICE PROMEDIO ANUAL DE ESCASEZ Y PIB (MILES MILLONES BS).
VENEZUELA. 2003-2013

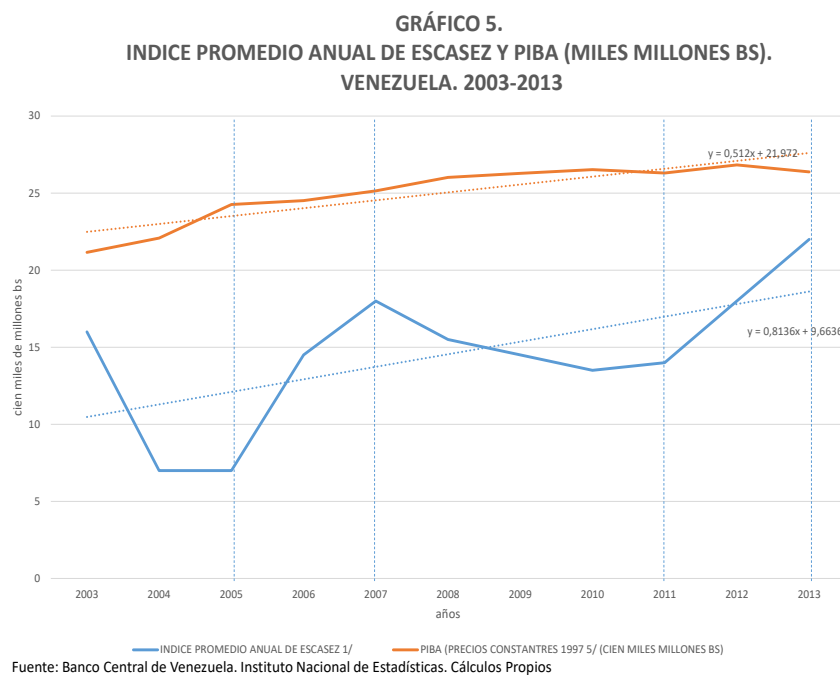


O comportamento do PIB e sua tendência crescente durante este período também é observado, de maneira coerente no comportamento da taxa de desemprego para estes anos em estudo. O Gráfico 4 mostra a taxa de desemprego desde 2003 até 2014, a qual registra uma tendência decrescente ao longo do período. Esta taxa é contrastada no Gráfico com o índice de escassez. Observa-se que não há relação lógica entre ambas. Era de se esperar que altos níveis de escassez correspondessem a altos níveis de desemprego, no entanto, o Gráfico evidencia o contrário.

GRÁFICO 4.
TASA DE DESOCUPACIÓN E ÍNDICE DE ESCASEZ.
VENEZUELA. 1999-2014



Dado que a maioria dos produtos que registram desabastecimento são da cesta básica alimentar, quisemos comparar o comportamento do índice de escassez com a produção agrícola, medida pelo Produto Interno Agrícola (PIBA) (a preços constantes de 1997 em mil milhões de Bolívares). Os resultados da análise são similares ao estudo do PIB. Não existe relação empírica entre o índice de escassez e o PIBA. Pelo contrário, o PIBA mostra uma tendência crescente ou mais estável (ver Gráfico 5).

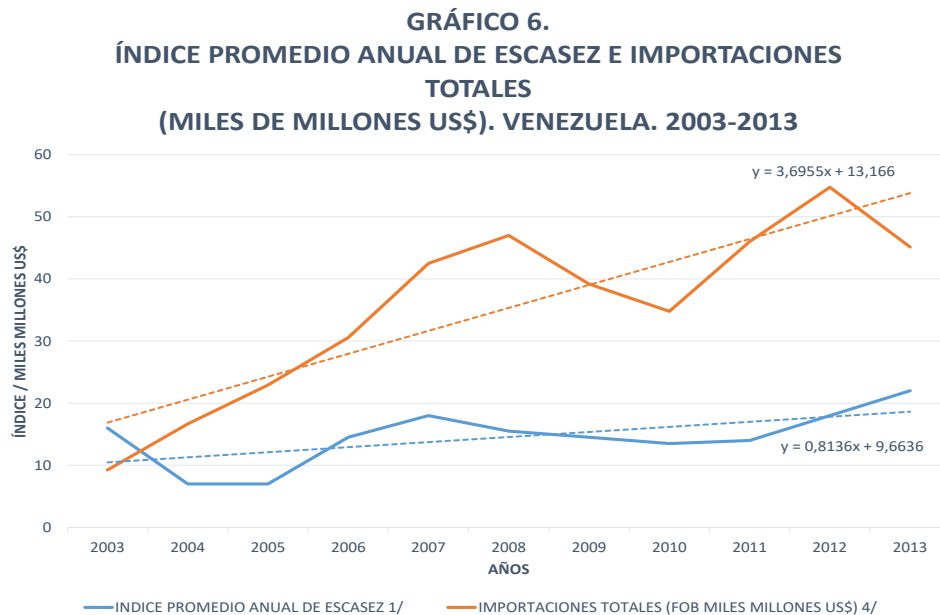


Os períodos de crescimento do índice de escassez não correspondem a diminuições abruptas da produção agrícola, especificamente os períodos 2006-2007 e 2011-2013.

Importações

Nesta parte comparamos os índices de escassez com os níveis de importações para o período 2003-2011, e igualmente ao que se viu no caso dos níveis de produção, não existem elementos empíricos para afirmar que o desabastecimento na Venezuela deve-se à diminuição das importações de bens. Pelo contrário, no Gráfico 6 pode ser observado, em primeiro lugar, uma tendência média crescente, para o período 2003-

2013, das importações totais de bens, expressas em bilhões de dólares (US\$), a qual ascende a 388,9%.

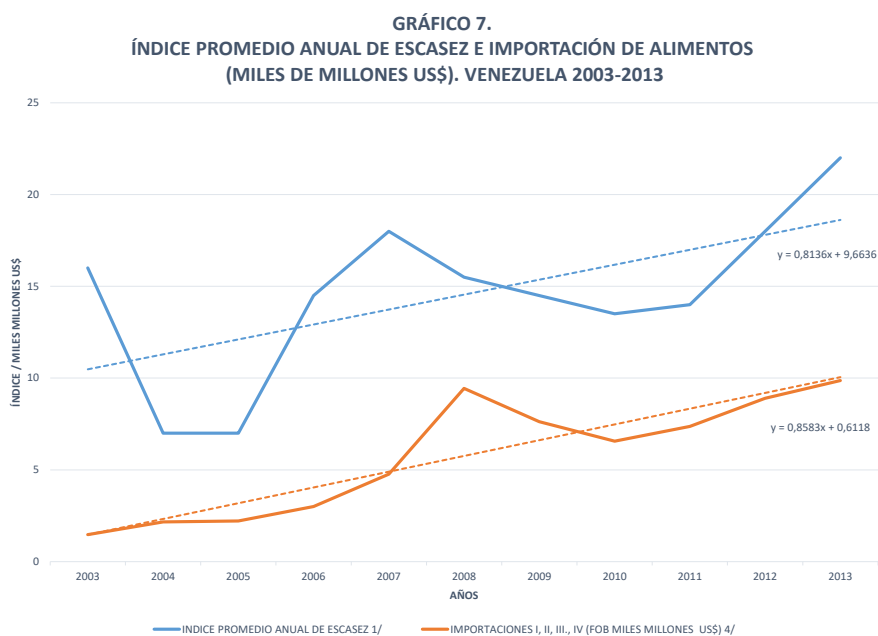


Foi registrado um aumento, de 2003 a 2004, de 408,8% nas importações totais, e, no entanto, observamos um aumento no índice de escassez durante esses mesmos anos. Entre os anos 2006 e 2007 foi registrado um aumento de 25% do índice de escassez apesar de que as importações nesses dois anos cresceram 39%. Também observamos que para os anos 2008 e 2009, a diminuição do nível total de importações não se reflete num aumento do nível de escassez, ao contrário, este também diminui. A partir de 2010, novamente aumentam as importações e o índice de escassez começa a ascender em 2011.

Em outras palavras, não há correspondência entre o comportamento do índice de escassez e o nível de importações totais. Portanto, o argumento de setores da oposição de que o desabastecimento na Venezuela deve-se à diminuição das importações, devido a não entrega de divisas pelo governo, não tem sustentação empírica.



Do mesmo modo que na análise da produção, na próxima parte comparamos as importações de alimentos¹² com o índice de escassez. Não há relação entre o comportamento de ambas as variáveis que permita afirmar que o desabastecimento, o qual é principalmente de alimentos, deva-se à redução da importação destes itens. Ao contrário, segundo dados oficiais do Instituto Nacional de Estatísticas, as importações de alimentos, medidas em US\$, aumentaram 571,7% entre 2003 e 2013, tal como se verifica no Gráfico 7.



No Gráfico 7 também é observado um comportamento quase idêntico das tendências de ambas as variáveis: aumentos das importações de alimentos correspondem aos aumentos do índice de escassez¹³. Resultados que, desde o ponto de vista conceitual e teórico, não são o que se espera. Portanto, podemos afirmar que o

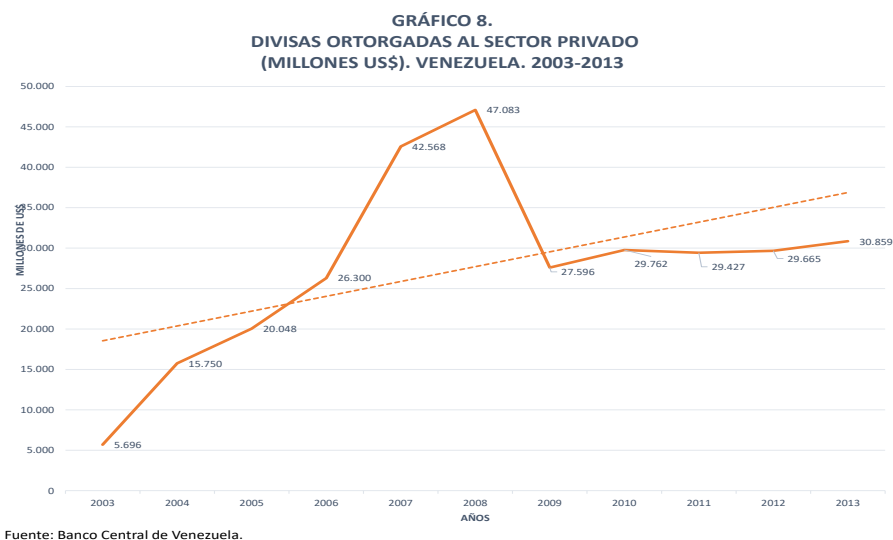
¹² Corresponde às Seções I: ANIMAIS VIVOS E PRODUTOS DO REINO ANIMAL; II: PRODUTOS DO REINO VEGETAL; GORDURAS E ÓLEOS ANIMAIS OU VEGETAIS; PRODUTOS DE SEU PROCESSAMENTO; GORDURAS ALIMENTARES ELABORADAS/ CERAS DE ORIGEM ANIMAL OU VEGETAL, e IV: PRODUTOS DA INDÚSTRIA ALIMENTAR; BEBIDAS; LÍQUIDOS ALCÓOLICOS E VINAGRES; TABACO E DERIVADOS TABACO ELABORADO, de classificação para as importações. Informação retirada da página do Instituto Nacional de Estatísticas.

¹³ De fato, o coeficiente de correlação de Pearson, medido entre o índice de escassez e as importações de alimentos para o período 2003-2013 é 0,624 com uma variação de 0,05. Isto significa que, em primeiro lugar, a relação é direta, é positiva, quando aumentam as importações aumenta a escassez, e além dos níveis relativamente altos, ou seja, um aumento de 62,4% das importações de alimentos corresponde a um aumento de 62,4% da escassez.

desabastecimento de alimentos não se deve à diminuição da importação destes itens. Pelo contrário, a importação de alimentos foi aumentada.

Divisas outorgadas ao Setor Privado

O aumento médio das importações totais de 388,9% entre 2003 e 2013 requer na Venezuela, pelas características de país monoexportador de petróleo, a outorga de divisas ao setor privado por parte do Estado. Desde 2003 e até 2013 foram entregues US\$304.704 milhões. Em 2003 o governo outorgou US\$5.695 milhões ao setor privado. Isto representa um aumento de 442% durante o período em estudo, tal como é demonstrado no Gráfico 8¹⁴.



Entre os anos 2003 e 2008 a outorga de divisas ao setor privado aumentou 727%. Logo, entre 2009 e 2010, a quantidade de divisas outorgadas diminuiu e, novamente, em 2011 foi registrada uma tendência ascendente.

É importante ressaltar para a análise que a quantidade anual de divisas outorgadas ao setor privado durante este período nunca foi menor que as entregues em 2004, mesmo apesar da diminuição nos anos 2009 e 2010. Ao contrário, os níveis sempre

¹⁴ Existe uma relação direta e positiva entre as divisas outorgadas ao setor privado e as importações totais. O coeficiente de correlação de Pearson entre ambas as variáveis para o período 2003-2013 é 0,752, variação de 0,01.

têm superado os de 2004. Fizemos essa comparação específica com 2004, dado que neste ano foram registrados os menores índices de escassez.

Em outras palavras, os índices de escassez tampouco estão determinados pela não outorga de divisas ao setor privado, tal como têm argumentado setores da oposição.

Resumindo a análise feita até o momento, podemos dizer:

1. Os níveis de produção da economia, medidos pelo PIB e PIBA, durante 2003-2013 têm aumentado em média 75% e 25%, respectivamente.
2. As importações totais e as de alimentos desde 2013 até 2013, medidas em US\$, têm aumentado em média 388,9% e 571,7%, respectivamente.
3. As divisas outorgadas ao setor privado por parte do Estado aumentaram uma média de 442% entre 2003-2013.
4. O índice de escassez registrou um crescimento de 38% entre 2003 e 2013.

A análise anterior nos levou à seguinte pergunta: se foram outorgadas as divisas ao setor privado para que importe os bens requeridos na economia, se aumentaram as importações (medidas em US\$) e se cresceu a produção, por que são registrados níveis de desabastecimento? Formulada a pergunta de outro modo, o que explicaria o desabastecimento de alguns itens na Venezuela?

Teoricamente, e tal como foi indicado no início, o desabastecimento pode ser explicado pela diminuição da produção e/ou importações, ou pelo aumento do consumo final, tanto dos lares como do governo. Quer dizer, para que se justifique em termos empíricos o desabastecimento, era de se esperar que o consumo tivesse aumentado em maior proporção que o incremento registrado na produção e nas importações.

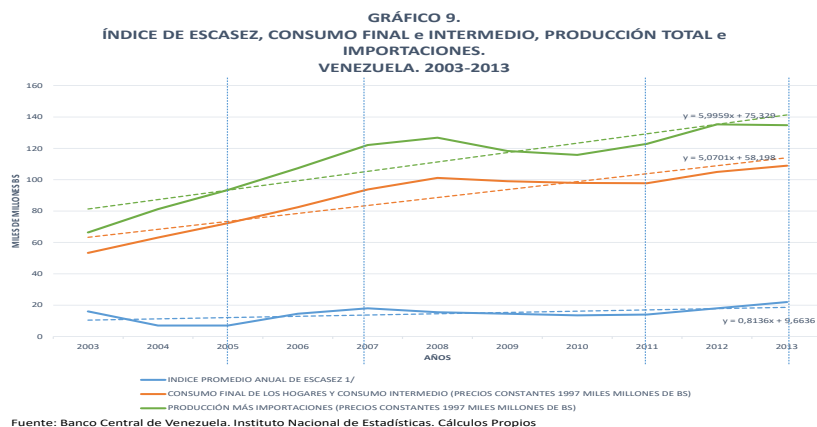
Neste contexto, na próxima parte analisa-se o comportamento do consumo e contrasta-se com os aumentos da produção e das importações durante o período em estudo.

Consumo



No Gráfico 9 é mostrada a tendência do Consumo Total desde 2003 até 2013. O consumo total está composto pelo Consumo Intermediário e Final, este último, por sua vez, inclui o consumo final dos lares, do governo e das instituições privadas sem fins lucrativos.

Efetivamente, ao longo de todo o período pode ser observada uma tendência crescente do consumo total. No entanto, a taxa de crescimento médio do consumo nestes anos é inferior à taxa de crescimento média da produção total e das importações que também é apresentada no gráfico¹⁵. Nesse sentido, e com esta primeira observação, podemos dizer que o desabastecimento mostrado no gráfico não é explicado pelo fato de que o consumo tenha sido muito maior que o produzido e importado.



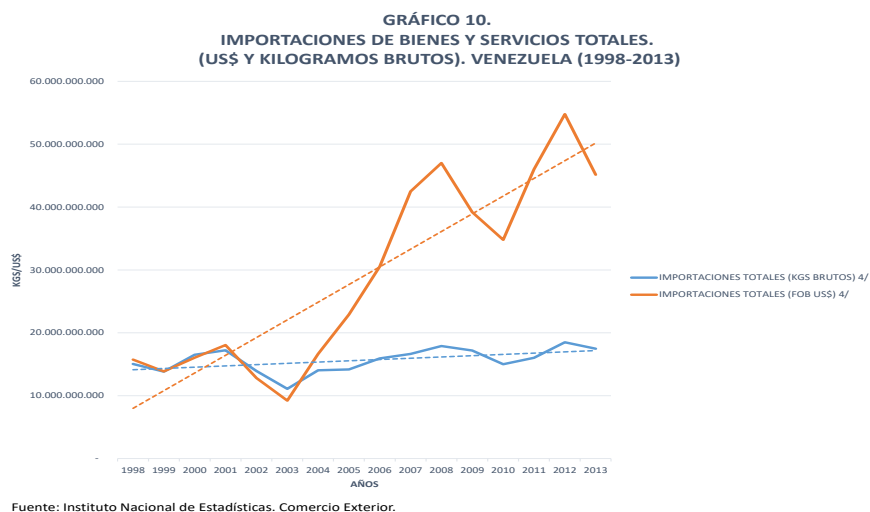
Uma segunda observação do gráfico nos mostra que, ao contrário do teoricamente esperado, durante 2006-2007, nos quais foi registrado – como dito antes – um crescimento do índice de escassez, a produção e as importações aumentaram em maior proporção que o consumo. Ocorre o mesmo a partir de 2011. De outra parte, nos períodos onde o índice de escassez diminuiu, especificamente entre 2008 e 2010, a produção e as importações diminuíram em maior proporção com relação ao consumo.

Este Gráfico está indicando que não existe correspondência alguma entre o índice de escassez e os níveis de consumo, produção e importação e que, portanto, os níveis de desabastecimentos evidenciados estão sendo explicados por outros fatores.

¹⁵ Enquanto a inclinação da linha da tendência do consumo é 5,07, a da linha da tendência que registra a soma do que se produz mais o que se importa é 5,99. Ou seja, o que foi produzido e importado, medido em bolívares, tem sido em média maior do que o que foi consumido no período.

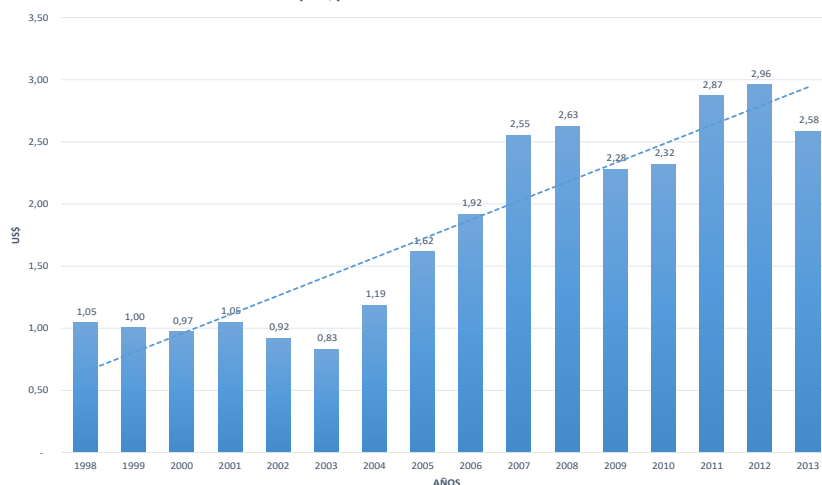
Se os dados registram que os bens foram produzidos e que se destinaram crescentes recursos monetários à importação, a pergunta que segue é: por que não se encontram nas prateleiras dos mercados nacionais?

Ao analisar em detalhe as importações totais de bens durante o período 1998-2013, observamos que a partir do ano de 2003 o aumento das importações expressas em dólares é proporcionalmente maior que o aumento das importações expressas em quilogramas brutos (ver Gráfico 10).



A variação das importações totais de bens e serviços expressas em dólares foi de 388,9% na comparação entre os anos 2003 e 2013, tal como já havíamos mencionado em parágrafos anteriores. No entanto, ao comparar as importações totais de bens e serviços, agora expressas em quilogramas, obtivemos 57,6% de variação entre os anos 2003 e 2013. Em outras palavras, importamos menos bens e serviços com uma maior quantidade de dólares destinados. Ou, o que dá no mesmo, o custo médio da importação por quilograma em 2013 foi 210% maior que em 2003: o custo médio por quilograma de bens importados foi US\$0,83/Kg em 2003, enquanto que no ano de 2013 foi US\$2,34/Kg (ver Gráfico 11).

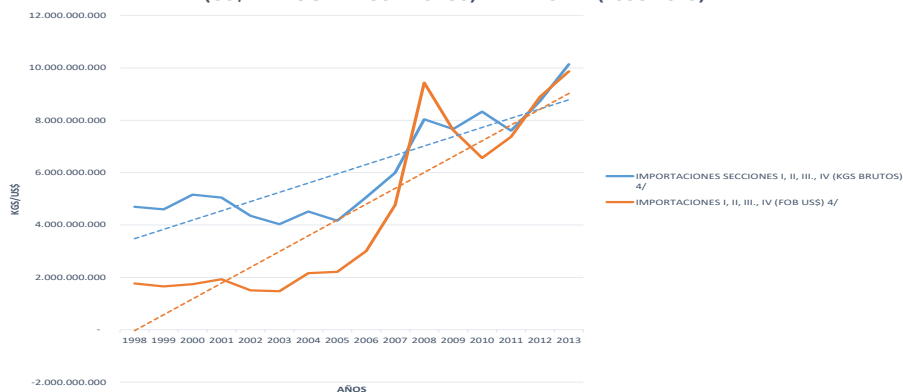
GRÁFICO 11.
COSTO POR KILOGRAMO BRUTO DE BIENES IMPORTADOS.
(US\$) VENEZUELA. 1998-2013



Fuente: Instituto Nacional de Estadísticas. Comercio Exterior.

No caso da importação de alimentos, ocorreu algo similar: a variação das importações a partir de 2003 e até 2013, expressas em dólares, foi proporcionalmente maior, 575,7%, que o aumento das importações registradas em quilogramas brutos, 151,5%, para o mesmo período (ver Gráfico 12).

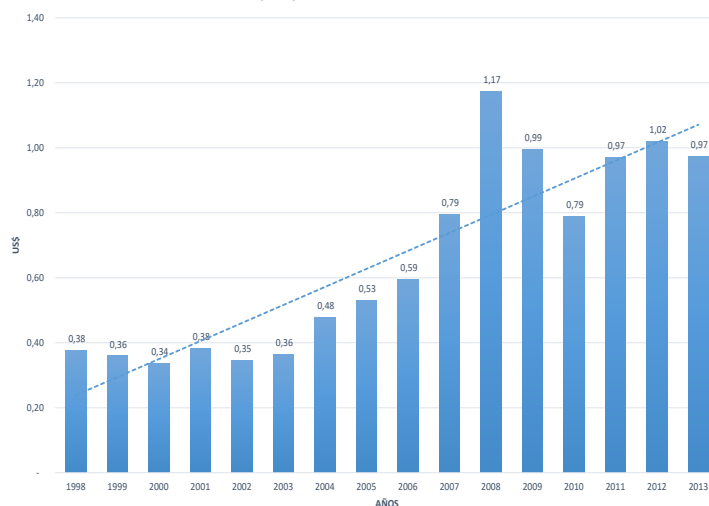
GRÁFICO 12.
IMPORTACIONES DE ALIMENTOS.
(US\$ Y KILOGRAMOS BRUTOS). VENEZUELA (1998-2013)



Fuente: Instituto Nacional de Estadísticas. Comercio Exterior.

O custo médio por quilograma de alimentos importados aumentou 167%, o qual passou de US\$0,36/Kg em 2003 para US\$0,97/Kg em 2013. O Gráfico 13 mostra o comportamento do custo médio dos alimentos desde 1998 até 2013.

GRÁFICO 13.
 COSTO POR KILOGRAMO BRUTO DE ALIMENTOS IMPORTADOS.
 (US\$) VENEZUELA. 1998-2013



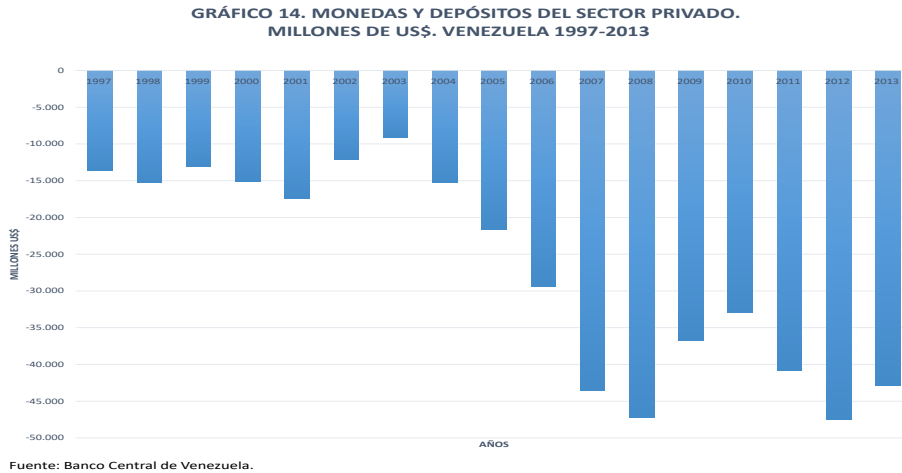
Fuente: Instituto Nacional de Estadísticas. Comercio Exterior.

Desta análise poderíamos concluir que entre os fatores associados ao desabastecimento encontra-se o fato de que as importações de bens e serviços, medidas em quilogramas, não aumentaram o suficiente para abastecer a demanda, mas não porque não lhes tenham sido entregues as divisas ao setor privado importador, que como já mostramos lhes foram repassadas, senão que com uma quantidade maior de divisas entregues fizeram vir menores quantidades de bens ao país.

O fato de que proporcionalmente o aumento das importações expressas em dólares seja muito maior que o das importações em quilogramas - elevando-se, desta maneira, o custo médio por quilograma importado - junto ao aumento das divisas outorgadas ao setor privado por um lado, e os índices de desabastecimento, por outro, articula-se com o comportamento ascendente das moedas e depósitos do setor privado no exterior.

No Gráfico 14 é demonstrada a tendência da variável “moedas e depósitos no exterior pelo setor privado” desde 1997 até 2013. Pode-se observar que estes, entre 2003 e 2013, têm aumentado ao redor de 232,8%¹⁶.

¹⁶ Ao correlacionar as variáveis “moedas e depósitos no exterior pelo setor privado” com o “custo médio dos bens importados” para o período 1997-2013, obtivemos um coeficiente de Pearson igual a 0,712, com variação de 0,01. Ou seja, que um aumento do custo médio dos bens importados correspondem a 71,2% de crescimento dos depósitos do setor privado no exterior. Uma análise estatística similar, mas com o custo médio dos alimentos importados gera um Coeficiente de Pearson igual a 0,747, com variação de 0,01.



Ao fato de que uma porção das divisas outorgadas ao setor privado fiquem em depósitos no exterior ao invés de se concretizarem na importações de bens e serviços para o qual foram designadas, devemos somar as reiteradas denúncias que o Executivo Nacional tem feito em relação ao açambarcamento de bens por parte das empresas privadas fornecedoras de alimentos, medicamentos e produtos de higiene pessoal, assim como peças de reposição para veículos.

O açambarcamento é um mecanismo que impede que os bens cheguem às prateleiras dos mercados nacionais, somando, desta maneira, um fator à explicação do desabastecimento. É importante chamar a atenção de quais são as características dos bens que têm sido objeto do açambarcamento. Em primeiro lugar, trata-se de produtos de primeira necessidade, alimentos, medicamentos, bens para higiene pessoal e doméstica, peças de veículos, peças de maquinário, sementes. Ou seja, são bens bastante importantes para os lares e para os processos produtivos, seja de bens ou de serviços.

Em segundo lugar e em relação aos alimentos, estão sendo açambarcados os que se encontram na lista dos vinte alimentos mais consumidos pelos venezuelanos, especialmente aqueles não perecíveis, mas, sobretudo, os que são produzidos e distribuídos por empresas monopólicas ou oligopólicas, por exemplo, a farinha de milho e de trigo, o açúcar, o café, o óleo, mas não os que são produzidos e distribuídos por muitos agricultores, por exemplo, as hortaliças, frutas e verduras. O que nos leva a levantar a hipótese de que o custo dos acordos entre empresas produtoras e

distribuidoras para controlar o abastecimento é menor quando se trata de uma ou poucas do que quando são muitos os produtores e distribuidores.

Em terceiro lugar, o desabastecimento é observado em nível varejista, nas vendas ao varejo. No entanto, o desabastecimento desses bens para uso industrial ou comercial não tem sido tão marcado, por exemplo, a farinha de trigo não tem faltado nas padarias, mas sim nos supermercados.

Outra das denúncias realizadas pelo Executivo Nacional, relacionada com o desabastecimento, é o contrabando nas fronteiras, principalmente com a Colômbia, o que implicou seu recente fechamento como medida para evitar a saída dos produtos da Venezuela para aquele país.

Estes três fatores, a saber, 1) a redução relativa das importações com relação às divisas outorgadas ao setor privado; 2) o açambarcamento por parte das empresas oligopólicas que dominam os mercados de alguns bens; e, 3) o contrabando fronteiriço, são os determinantes, nessa ordem, que explicam os níveis de desabastecimento no país.

Ainda que pareçam ser fatores baseados em interesses econômicos que buscam a maximização dos lucros, e pior ainda, no caso da economia venezuelana, se apropriar da renda petroleira, trazem implicitamente um interesse principalmente político, afirmação que nos atrevemos a fazer quando observamos que os episódios de desabastecimento coincidem com momentos de tensão política, de maior polarização e no marco de eventos eleitorais. Vale a pena destacar os momentos com maior índice de desabastecimento: o ano de 2003, em consequência da paralisação geral e sabotagem petroleira; o de 2007, no marco do referendo constitucional e, partir do ano de 2012 até a recente data, incluindo os processos para eleição presidencial - tanto de 07 de outubro de 2012 quanto o de 14 de abril de 2013 -, e em meio às eleições de governadores, em dezembro de 2012.

Esse interesse político, que tal como tem sido reiteradamente denunciado pelo Executivo Nacional, busca generalizar a desestabilização econômica e com ela também a social e política, apontando a um discurso de fracasso do modelo instaurado em 1999, está, por sua vez, permitindo o lucro econômico destes setores desestabilizadores,



diferentemente do ano de 2002, quando por meio do chamado a uma paralisação geral, com similares objetivos políticos, implicou grandes perdas econômicas não só para a Nação, mas também para estes mesmos setores.

Como conclusão desta primeira parte, devemos pontuar: 1) o desabastecimento na Venezuela não se explica pela queda da produção, nem pela redução das importações em consequência de um modelo fracassado que não tem outorgado as divisas ao setor privado; 2) ao contrário, a quantidade de divisas outorgadas ao setor privado tem aumentado, como também incrementou a produção; 3) as razões do desabastecimento na Venezuela são, nesta ordem: a) redução das importações apesar das divisas terem sido entregues ao setor privado, b) o açambarcamento seletivo de bens de primeira necessidade, c) o contrabando fronteiriço.

A principal recomendação que resulta desta análise é a necessidade urgente de estabelecer maior controle na entrega das divisas ao setor privado, de revisar os critérios para a outorga de dólares, especialmente quando estamos diante de uma redução dos preços do barril do petróleo e, portanto, frente à redução das rendas nacionais. Neste aspecto é importante destacar que as leis de destinação de divisas devem ser revisadas, assim como o critério do “Certificado de Não-Produção” - mais que um certificado de não-produção, as divisas devem ser outorgadas com base nas principais demandas dos venezuelanos.

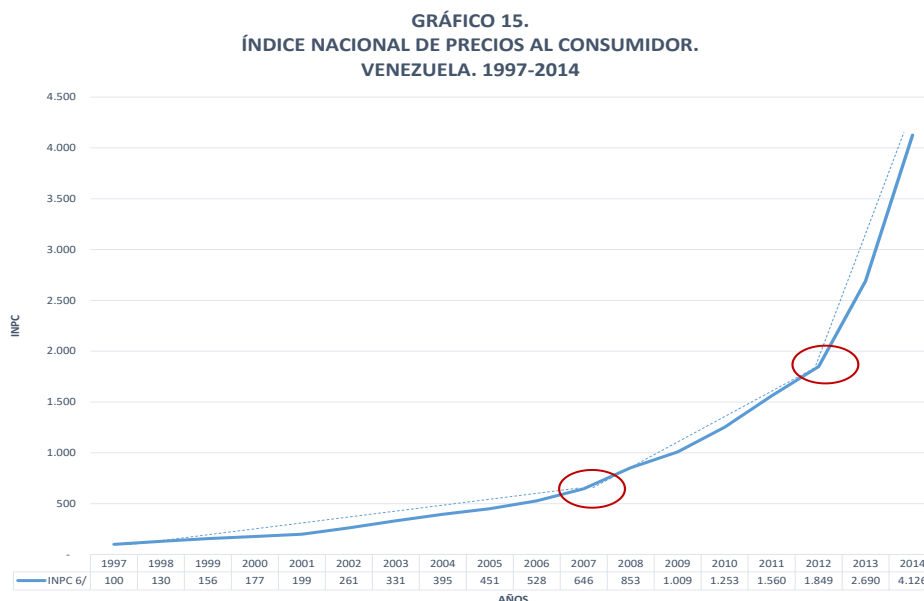
Adicionalmente, torna-se necessária a estrita supervisão dos bens que efetivamente estão sendo importados e distribuídos com as divisas outorgadas.

Parte II

Inflação, demanda agregada, liquidez monetária, dólar paralelo

Um segundo problema que a economia venezuelana enfrenta são os níveis de inflação que foram registrados nos últimos anos, os quais têm mostrado uma tendência sustentada de alta. O Gráfico 15 mostra o comportamento do Índice de Preços ao

Consumidor (INPC) desde 1997 até 2014¹⁷. Observamos que o comportamento da variável está marcado por dois pontos de inflexão, no primeiro deles no ano de 2007, onde registrou-se uma mudança na tendência do INPC, especificamente um aumento da curva positiva e, o segundo ponto, em 2012, onde a curva volta a crescer.



Fuente: Banco Central de Venezuela.

A teoria Macroeconômica estabelece que a variação do nível de preços numa economia depende de maneira direta do comportamento da Demanda Agregada. Um aumento da demanda de bens e serviços na economia, em curto prazo, trará como consequência um aumento nos níveis de preços.

Os Monetaristas, por sua vez, estabelecem que a inflação se explica pelas variações na liquidez monetária. Um aumento da liquidez monetária implicará a expansão da demanda e esta, por seu turno, um aumento dos preços, especialmente em curto prazo, dado que a oferta agregada não pode responder de maneira imediata ao aumento da demanda.

Na Venezuela estivemos diante da presença de um fenômeno que não se ajusta ao que mencionamos resumidamente nos parágrafos anteriores. Os níveis de preços na economia não estão determinados pela demanda agregada e pela liquidez monetária,

¹⁷ Com base em 1997.

senão que estão sendo influenciados pela taxa de câmbio da moeda “fixada” pelo mercado paralelo¹⁸.

Esta taxa de câmbio está atuando como referência para que os ofertantes de bens e serviços na economia fixem os preços, inclusive aqueles que não têm poder de mercado e que não se constituem em monopólios ou oligopólios. Ou seja, inclusive aqueles ofertantes que contam com a concorrência de seus bens e serviços no mercado, ajustam os preços com base e referência na taxa de câmbio do mercado paralelo¹⁹.

Nesta parte, e por meio da análise de modelos econométricos, demonstramos que os níveis de preços da economia venezuelana não estão sendo determinados apenas pelas forças da demanda agregada, tal como estabelece a teoria econômica, senão que intervém uma variável adicional, a qual explicaria de maneira determinante o comportamento dos preços; tal variável é a taxa de câmbio da moeda no “mercado paralelo”.

Para a análise partimos de um modelo conceitual que relaciona o índice de preços ao consumidor com a demanda agregada, a liquidez monetária e incorporamos a taxa de câmbio da moeda no mercado paralelo²⁰. Sendo o índice nacional de preços ao consumidor a variável dependente e as demais as variáveis independentes.

Depois de realizar as análises econométricas obtivemos que o *índice nacional de preços da economia venezuelana está determinado em 73,2% pelo dólar paralelo e em 31,3% pela*

¹⁸ A consulta do preço da moeda no “mercado paralelo” tem se convertido em parte da interação dos agentes econômicos na Venezuela. Em primeiro lugar, é importante reconhecer que existe tal mercado como consequência da regulação do tipo de câmbio. Todavia, um ponto importante a considerar é qual é a verdadeira magnitude deste mercado, se é tão grande quanto pretendem apresentá-lo, que influência pode exercer sobre os preços da economia, assim como o verdadeiro valor dessa taxa de câmbio paralela.

¹⁹ Nos mercados com concorrência perfeita supõe-se que o mecanismo de ajuste são os preços, os quais não são fixados *a priori* pelos ofertantes, senão que são o resultado das forças da demanda e oferta. No entanto, e é a principal hipótese deste estudo, na economia venezuelana observamos como os preços são ajustados em função das variações do valor da moeda no mercado paralelo.

²⁰ Os valores da taxa de câmbio da moeda no mercado paralelo foram retirados da página que tem se posicionado como referência desta taxa no mercado paralelo, especificamente *dólar today*. Tal página tem sido objeto de denúncias por parte do Executivo Nacional por ser um dos mecanismos que buscam desestabilizar a economia nacional mediante a publicação de um efetivo valor da moeda nesse mercado paralelo. É importante apontar que efetivamente as transações ocorridas no mercado paralelo da moeda utilizam esta página como referência.

demanda agregada²¹. No Gráfico 16 é apresentada a série do Índice Nacional de Preços ao Consumidor, a taxa de câmbio do mercado paralelo da moeda e a demanda agregada. Observa-se comportamento similar entre o INPC e o dólar paralelo²².

²¹ Os níveis de variação dos coeficientes tipificados são inferiores, respectivamente, a 0,01 e a 0,05 e a qualidade de ajuste do modelo é 94% variável em níveis menores que 0,01.

Resumen del modelo

Modelo	R	R cuadrado	R cuadrado corregida	Error típ. de la estimación
1	,974 ^a	,949	,940	179,434

a. Variables predictoras: (Constante), DOLAR PARALELO (PROMEDIO ANUAL), DEMANDA GLOBAL

ANOVA^a

Modelo		Suma de cuadrados	gl	Media cuadrática	F	Sig.
1	Regresión	7164972,475	2	3582486,238	111,270	,000 ^b
	Residual	386357,258	12	32196,438		
	Total	7551329,733	14			

a. Variable dependiente: INPC

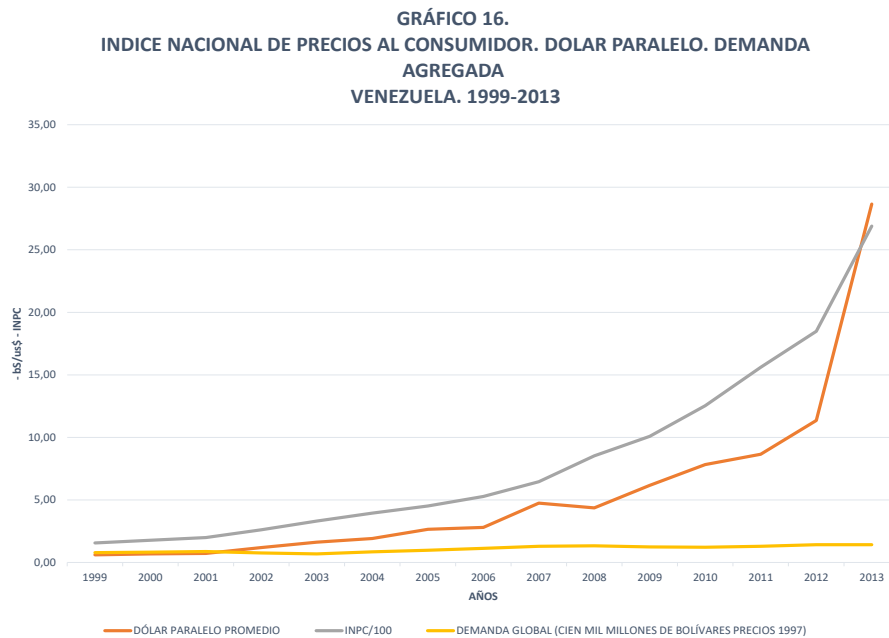
b. Variables predictoras: (Constante), DOLAR PARALELO (PROMEDIO ANUAL), DEMANDA GLOBAL

Coefficientes^a

Modelo		Coefficients no estandarizados		Coefficients tipificados		Sig.	Estadísticos de colinealidad	
		B	Error típ.	Beta	t		Tolerancia	FIV
1	(Constante)	-541,453	244,658		-2,213	,047		
	DEMANDA GLOBAL	8,808E-006	,000	,313	3,463	,005	,523	1,911
	DOLAR PARALELO (PROMEDIO ANUAL)	74,940	9,248	,732	8,104	,000	,523	1,911

a. Variable dependiente: INPC

²² É importante mencionar, sem a intenção de entrar nos detalhes relacionados com o processo de cálculo, que foram analisados vários modelos a partir do ponto de vista estatístico. Foram analisados o INPC em relação à demanda agregada, o dólar paralelo e foi incorporada a variável “liquidez monetária”. Os resultados obtidos neste modelo geraram uma co-linearidade entre a demanda agregada e a liquidez monetária, sendo esta última a de menor tolerância. Em consequência, e para diminuir o erro estatístico, ficaram apenas a demanda agregada e o dólar paralelo como variáveis independentes.



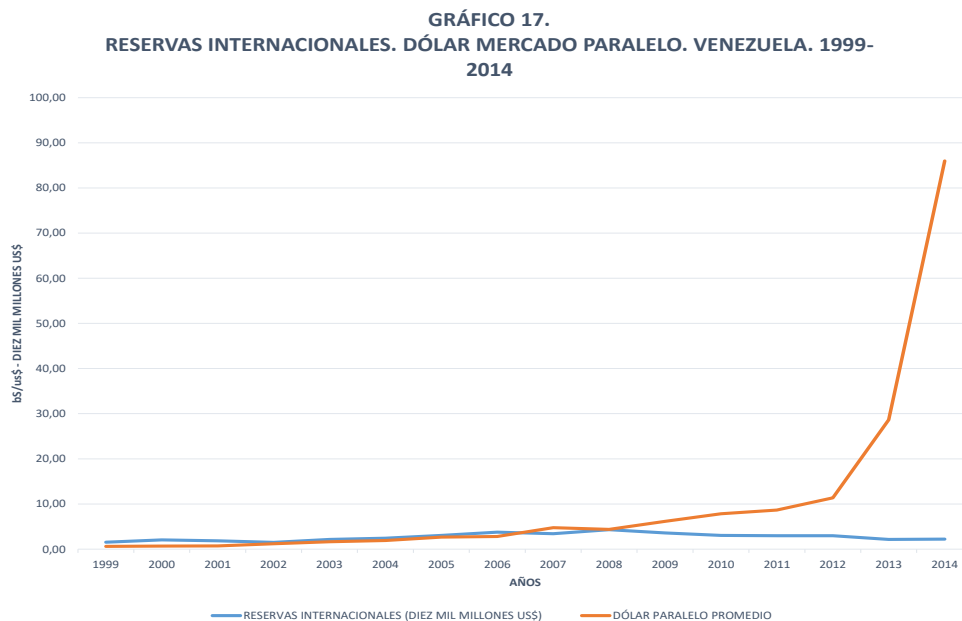
Resumindo, a inflação na Venezuela, durante o período em estudo, varia em 73% em relação ao preço do dólar no mercado paralelo. Estes resultados têm graves implicações para a economia real. Particularmente quando esta taxa de câmbio do mercado paralelo não tem correspondência com o restante dos indicadores econômicos, e quando não são transparentes os critérios pelos quais tal taxa determina esses valores.

O valor da moeda está amparado pelo nível das Reservas Internacionais com que conta a economia - isto também é estabelecido pela teoria. Todavia, ao analisar a relação estatística entre o comportamento da taxa de câmbio do mercado paralelo com o das reservas internacionais não encontramos nenhuma relação de associação²³. Era de se esperar que o aumento da taxa de câmbio no mercado paralelo estivesse associado a uma diminuição das reservas internacionais, no entanto, estes não foram os resultados obtidos, o coeficiente de correlação entre ambas as variáveis é próximo a “0”²⁴. O Gráfico 17 apresenta ambas as variáveis, observando que enquanto as reservas

²³ O coeficiente de Pearson entre as duas variáveis é -0,121 com uma variação de 0,655.

²⁴ Além do que, não existe, empiricamente, nenhuma relação de dependência entre estas variáveis. O modelo de regressão linear que busca identificar em que medida o nível de reservas internacionais influi sobre a taxa de câmbio do dólar paralelo gera um padrão de ajuste igual a -0,056. Não há relação entre ambas as variáveis.

internacionais mostram uma tendência constante, a taxa de câmbio do mercado paralelo da moeda mostra um crescimento acelerado em dois momentos, a partir de 2008 e, depois, em 2012.



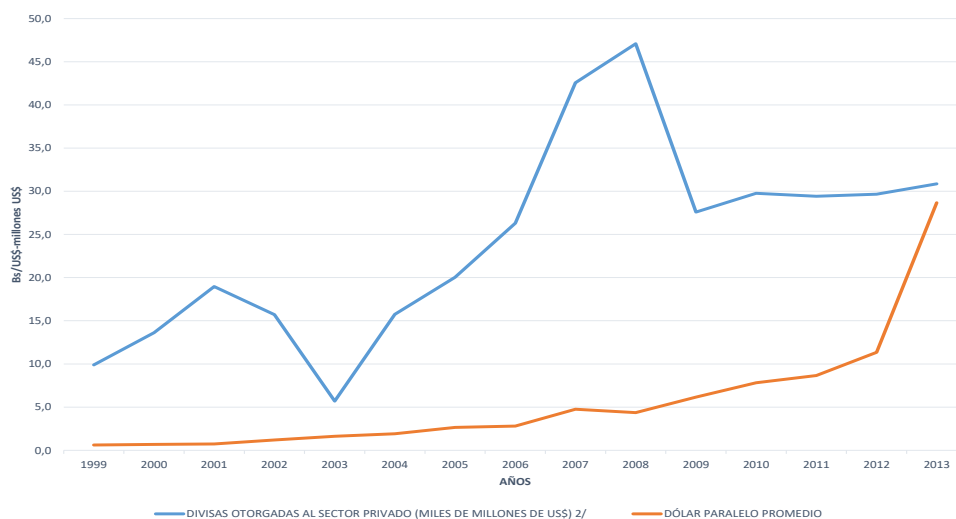
Também analisamos a relação entre a taxa de câmbio do mercado paralelo e o comportamento das divisas que forma outorgadas ao setor privado, levantando a hipótese de que uma redução das divisas aprovadas está associada com um aumento da taxa de câmbio no mercado paralelo²⁵. Todavia, para este caso tampouco encontramos uma relação importante²⁶. O Gráfico 18 mostra como à medida em que aumenta a designação de divisas por parte do Estado ao setor privado, também amplia-se a taxa de câmbio do mercado paralelo da moeda, quando o que se espera é um comportamento inverso, ou seja, uma redução da taxa de câmbio do mercado paralelo associada ao um aumento e, portanto, oferta de divisas.

²⁵ De fato, este tem sido o principal argumento dos setores de oposição ao Governo para justificar os elevados valores no mercado paralelo do dólar. Afirmam que devido ao governo não ter entregado as divisas ao setor privado importador, estas são escassas e difíceis de conseguir e, portanto, o preço do dólar no mercado paralelo é tão elevado.

²⁶ O coeficiente de correlação entre as variáveis é -0,336 com variação de 0,204. E o R2 corrigido, sendo as divisas outorgadas a variável independente e a taxa de câmbio no mercado paralelo a independente é 0,049. Quer dizer, tampouco há, empiricamente, uma relação de dependência entre estas variáveis.



GRÁFICO 18.
 DIVISAS OTORGADAS AL SECTOR PRIVADO. DÓLAR PARALELO.
 VENEZUELA. 1999-2013



Fuente: Banco Central de Venezuela. Dólar today

Pelos resultados mostrados anteriormente, podemos afirmar que o valor da taxa de câmbio do mercado paralelo - a qual é atualizada diariamente e publicada num *website*, e que por sua vez é utilizada não só como referência para as transações no mercado paralelo de divisas, senão também como marcador dos níveis de preços dos bens e serviços da economia - não guarda nenhuma relação com o comportamento do restante das variáveis econômicas. Seu comportamento não pode ser explicado nem pelas variações das reservas internacionais, nem pela evolução das divisas outorgadas pelo governo ao setor privado importador.

Trata-se de uma taxa cujos critérios de cálculo não são claros nem transparentes, nem guardam relação com a realidade econômica, o que, portanto, nos leva a pensar que não é fixada, nesse mercado paralelo, pelas forças da demanda e da oferta. O mecanismo que observamos neste “evidente” mercado paralelo é contrário ao comportamento de um mercado que - se supõe, por ser paralelo - é o da concorrência perfeita. O preço não é o resultado da demanda e oferta de divisas, ao contrário, o preço parece estar delimitado a priori, e orienta as transações, acompanhado da manipulação da variável expectativa²⁷, a qual pode estar influenciando o aumento da demanda de

²⁷ A variável expectativa está relacionada com a formação de opinião de que não há divisas, que o governo não as outorgou, que há escassez e que, portanto, o preço do dólar amanhã sempre e seguramente será maior do que o de hoje.

divisas. Portanto, esta análise nos conduz a pensar que se trata de um valor “fictício” da taxa de câmbio, sem critério de fixação e sem nenhum tipo de referência na realidade econômica.

Seguindo com a análise do mercado paralelo de divisas, queremos lançar algumas questões e algumas ideias, sobre as quais, ainda que sejam meras questões e, no máximo, hipóteses, consideramos necessário obter alguma precisão, que poderá completar a análise prévia. As perguntas que nos surgem são: de que tamanho é o mercado paralelo de divisas? Quem e quantos são os que demandam dólares e quem e quantos os oferecem? Se as empresas importadoras de bens e serviços estiveram recendo os dólares, além da taxa preferencial, por parte do governo²⁸, então quem são os agentes que estão demandando as divisas? Suponhamos que são aquelas empresas a quem as divisas não foram entregues, quantas são estas em proporção ao total de empresas importadoras? Por outro lado, quem tem os dólares, somente o governo ou o governo mais as empresas que receberam 304.754 milhões de dólares nos 10 anos estudados? Que proporção pode representar a demanda de divisas por parte do varejo que deseja completar sua quota?

Estas questões nos levam a colocar como hipótese que, de um lado, a demanda de divisas neste claro mercado paralelo é relativamente baixa e marginal em comparação com o volume de divisas que são outorgadas por via do Estado à taxa oficial. Por outro lado, a oferta de divisas nesse mercado paralelo, dada a quantidade de dólares que se encontram em mãos privadas, não é tão baixa como se pretende mostrar. Particularmente, se lembramos do comportamento das variáveis moedas e depósitos no exterior, durante o período 2003-2013, e a isso somamos a possibilidade de vender as divisas a uma taxa muito maior do que aquela com que foram consignadas.

Em resumo, nossa hipótese consiste em que a demanda não é tão alta em relação à oferta no mercado paralelo e, portanto, se assim fosse, acrescentaria um argumento ao que colocamos antes, de que a taxa de câmbio do mercado paralelo, atualizada e publicada diariamente no *website*, está bem acima do que refletem as variáveis da

²⁸ Inclusive, como apresentamos nos parágrafos anteriores, a tendência de outorga de divisas por parte do Estado às empresas privadas tem sido crescente desde 2003, registrando um aumento de 442% entre 2003 e 2013.

economia real, ao mesmo tempo em que tal taxa não é produto do ajuste do mercado pelas forças da oferta e da demanda, mas estabelecida sem qualquer critério.

Parte III

Conclusões e Recomendações

Com base nos resultados obtidos pelas análises, podemos afirmar que tanto o desabastecimento como a inflação que têm se evidenciado na Venezuela nos últimos anos, especificamente desde 2003, são fenômenos que não podem ser empiricamente explicados com base no definido pela teoria econômica.

As variáveis que estão explicando ambos os fenômenos não são econômicas. O comportamento do desabastecimento e da inflação não guarda relação com nenhuma outra variável da economia real.

Os argumentos brandidos por setores da oposição ao governo e relacionados com o fato de que o desabastecimento é consequência de um modelo fracassado que não tem permitido que o governo outorgue as divisas necessárias para a importação de bens por parte do setor privado, o que, por sua vez, repercute sobre os altos níveis de inflação e depreciação da moeda no mercado paralelo, não têm suporte empírico.

A produção nacional, medida pelo Produto Interno Bruto, o emprego e as importações de bens e serviços têm registrado uma tendência ascendente no período 2003-2013, proporcionalmente superior ao aumento do consumo intermediário e final.

As divisas outorgadas ao setor privado importador por parte do governo registraram um aumento de 442% para o período em estudo. Embora as importações totais medidas em dólares e as expressas em quilogramas brutos tenham aumentado entre 2003 e 2013, as primeiras cresceram 388,9% mais do que proporcionalmente do que as medidas em quilogramas, cujo aumento foi de 57,6%, o que se traduziu num aumento do custo médio por quilograma importado de 210%, passando de US\$0,83/Kg em 2003 a US\$2,58/Kg em 2013 (no caso de alimentos, o aumento do custo mencionado foi de 167%).



A variação do custo médio por quilograma importado entre 2003-2013 mostra uma elevada correlação com a variação das moedas e depósitos do setor privado no exterior. Esta última foi de 232,8%, acarretando a hipótese de que nem todas as divisas outorgadas ao setor privado foram utilizadas para a aquisição dos bens e serviços requeridos na economia.

O desabastecimento evidencia-se, principalmente, nos bens de primeira necessidade, alimentos, medicamentos, produtos de higiene pessoal e doméstica, peças de veículos. Os bens que mostram desabastecimento são, principalmente, os não perecíveis, os que requerem logística simples para o transporte (não refrigerados), e aqueles cuja distribuição está concentrada em poucas empresas, que contam como monopólio ou oligopólio do mercado.

As causas identificadas do desabastecimento atendem a interesses políticos que buscam a desestabilização econômica e social, mais do que a interesses de maximização de lucros. Contudo, a metodologia empregada pelos setores econômico-políticos para chegar a seus objetivos de desestabilização permite-lhes, ao mesmo tempo, obter grandes lucros: 1) a aquisição parcial dos bens com as divisas outorgadas ao setor privado; 2) a venda dos bens importados a preços calculados a partir da taxa de câmbio do mercado paralelo, ainda que as divisas tenham sido outorgadas à taxa preferencial; 3) o açambarcamento “intermitente”, que lhes permite colocar os produtos no mercado gerando mal-estar pelas filas e, ao mesmo tempo, vendê-los, em muitos casos, a preços muito superiores, em razão do fenômeno “escassez”.

A inflação está determinada por volta de 73% pela taxa de câmbio da moeda no mercado paralelo. A taxa de câmbio, que não tem referência teórica nem empírica, não conta com critérios para sua fixação sendo, porém, atualizada e publicada diariamente num *website*, o qual é consultado e serve de referência para “atualizar” os preços dos bens e serviços da economia. Trata-se de uma inflação induzida pela manipulação midiática da taxa de câmbio da moeda no mercado paralelo.

A taxa de câmbio do mercado paralelo não guarda relação com os níveis e variações das reservas internacionais, nem com as divisas outorgadas ao setor privado para a importação desde 2003 até 2013.

O anterior nos permite afirmar que o principal determinante dos problemas econômicos que atravessa atualmente a Venezuela, desabastecimento e inflação, com todas as suas implicações sociais e políticas, é a manipulação deliberada e sem qualquer referência da taxa de câmbio da moeda. Esta fixação arbitrária do dólar paralelo repercute em dois âmbitos.

Em primeiro lugar, tem efeitos na economia real devido ao fato de que é usado como referência para “atualizar” os preços dos bens e serviços, basta que se fixem estes preços em alguns setores ou em alguns elos da cadeia produtiva para que tanto abaixo como acima se ajuste o preço dos demais bens.

O aumento dos preços dos demais bens e serviços da economia, quer dizer, a inflação, tem uma primeira implicação que é a redução do salário real ou perda do poder aquisitivo, especialmente da classe trabalhadora e assalariada. Em segundo lugar, e devido à perda do poder aquisitivo, os lares recompõem sua estrutura de gastos priorizando aqueles itens de primeira necessidade, alimentos, transporte, saúde e deixando de demandar os demais bens ou diminuindo sua demanda. Uma diminuição da demanda dos demais bens da economia implica numa diminuição da produção, fechamento de empresas, aumento do desemprego e, nesse momento, a médio prazo, começaram a se manifestar nos indicadores macroeconômicos estes efeitos de desequilíbrio na economia, todos como consequência de uma manipulação inicial da taxa de câmbio.

Mas essa manipulação da taxa de câmbio repercute num segundo âmbito. Na medida que a diferença entre a taxa de câmbio oficial e a do mercado paralelo é maior, o setor privado importador terá menos incentivos em adquirir os bens e serviços, já que o diferencial cambial lhe permite maximizar crescentemente seus lucros. Essa decisão do importador se traduz numa escassez, que se traduz, por sua vez, em inquietação social, sem causar prejuízos ao importador. Ao contrário, maximiza em grande medida seu lucro, gerando, assim, um círculo vicioso entre desabastecimento, inflação e maximização do lucro do setor importador. Visto deste outro ângulo, o financiamento da guerra econômica se faz menos custoso; ao contrário, a guerra econômica acaba sendo um negócio que está gerando grandes ganhos.



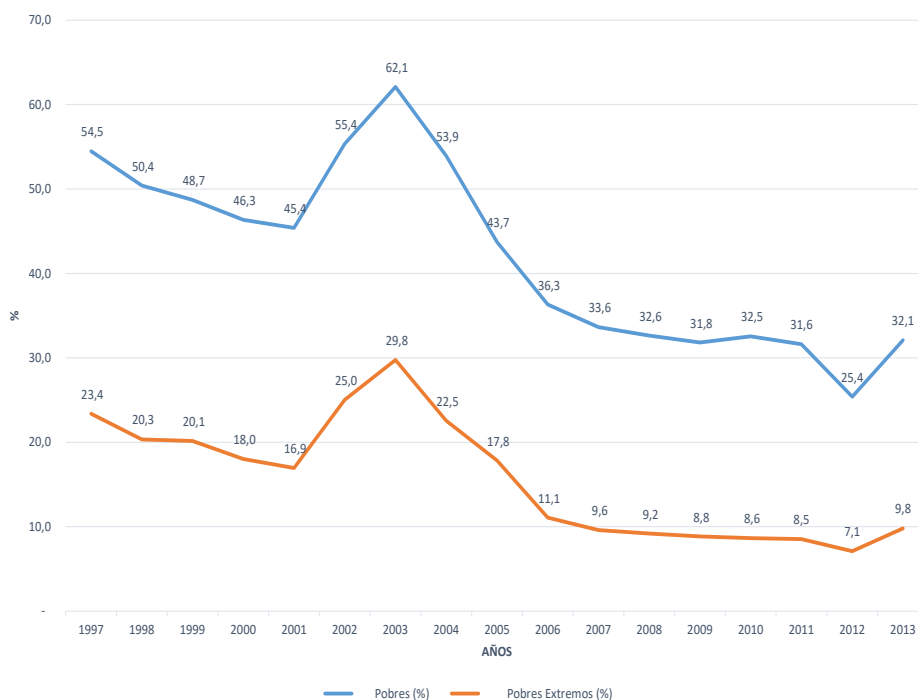
Estas ações de manipulação da taxa de câmbio da moeda, mas, sobretudo, de desabastecimento, têm se evidenciado com maior intensidade às vésperas dos processos eleitorais. Nos comícios realizados em 6 de dezembro para eleger deputados à Assembleia Nacional, intensificou-se tanto a manipulação da moeda quanto o desabastecimento de bens e serviços de primeira necessidade.

A classe trabalhadora e assalariada é a mais afetada, assim como os estratos socioeconômicos baixos e médios. A inflação afeta primordialmente a classe assalariada que não tem possibilidade de ajustar seu salário nominal frente à subida dos preços, enquanto que os proprietários do capital transferem os maiores custos ao preço de mercado, pelo menos a curto prazo.

As políticas sociais que se tem implementado, especialmente através das Missões, têm permitido amortizar os efeitos perversos desencadeados pela manipulação da taxa de câmbio. Missões como as que fornecem alimentos, saúde, educação e moradias têm permitido garantir o acesso a estes bens e serviços a grande parte da população. A eficácia destas políticas vêm-se claramente refletidas quando comparamos os níveis de pobreza medidos pela renda com os que são medidos pelas necessidades básicas insatisfeitas.

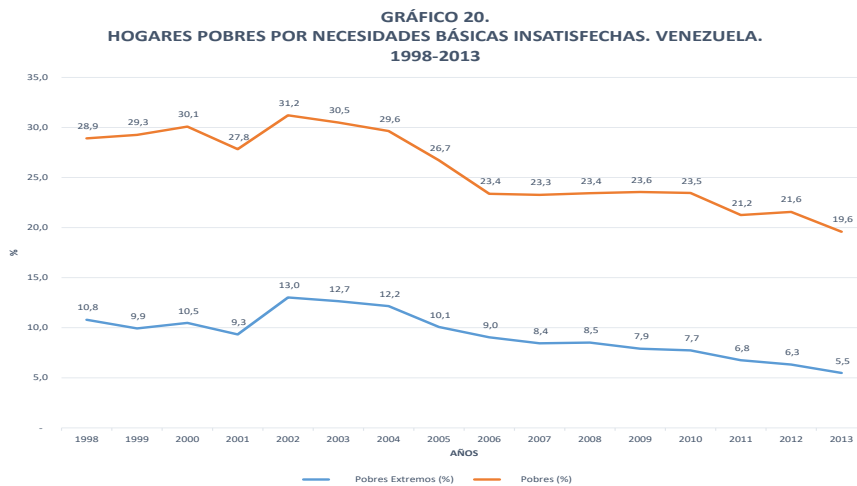
O Gráfico 19 mostra a pobreza medida por faixa de renda. O que se espera é que frente a um aumento dos preços e, portanto, um ajuste do preço das cestas básica e alimentar, e dado uma renda nominal que permanece relativamente constante ou cujo incremento não é proporcional ao aumento dos preços, a pobreza medida desta maneira também aumente. É justamente o que se observa no Gráfico 19, particularmente em 2013. Este aumento da pobreza por faixa de renda explica-se pelos níveis de inflação, já amplamente explicados em suas causas nos parágrafos anteriores.

GRÁFICO 19.
HOGARES POBRES POR INGRESO. VENEZUELA. 1997-2013



Fuente: Instituto Nacional de Estadísticas.

No entanto, ao analisar a pobreza medida pelas necessidades básicas insatisfeitas, a qual está composta pelas condições de moradia, educação, serviços básicos, tipo de moradia e nível de renda, quer dizer, variáveis estruturais e não apenas as flutuações de renda com relação aos preços da cesta básica, observamos que esta diminuiu enquanto que a outra, a pobreza por renda, aumentou. Veja-se o Gráfico 20: durante 2013, a pobreza medida por necessidades básicas insatisfeitas diminuiu, enquanto que a medida por rendimentos aumentou. Esta redução está associada às políticas do governo dirigidas a garantir o direito à alimentação, moradia, educação, serviços básicos, saúde, o que se traduz em transferências aos lares.



Por maiores que sejam os esforços em equilibrar o salário dos trabalhadores pela via do ajuste do salário nominal, estes são anulados frente à presença do aumento de preços, gerados pela manipulação e aumento desmedido e desproporcional da taxa de câmbio da moeda no mercado paralelo. O mesmo ocorre com as políticas sociais e transferências do Estado, os quais são diluídos frente ao fenômeno inflacionário.

As recomendações deveriam sempre apontar para medidas estruturais, de fortalecimento da produção nacional, com modelos produtivos que promovam o cooperativismo, assim como a institucionalização de processos que impeçam a apropriação da renda petrolífera por reduzidos setores “empresarias” através da outorga de divisas.

No curto prazo é urgente, por um lado, desmontar a manipulação da taxa de câmbio da moeda e, portanto, a inflação induzida. Ali está o centro e a origem dos intentos de desequilibrar e desestabilizar a economia nacional e, com isso, a condição de vida da população, junto ao discurso de uma modelo falido.

Em segundo lugar, é recomendável reforçar os controles na outorga de divisas e na supervisão de seu uso e importação efetiva de bens. É urgente solicitar a prestação de contas das divisas outorgadas às empresas, em particular de alimentos, medicamentos, bens de higiene pessoal e domésticos, peças automotivas, matérias-primas para a produção.

Revisar os mecanismos e critérios para a outorga de divisas, ajustados às necessidades da população e não só a critério de não produção. Particularmente neste

momento em que a diminuição dos preços do petróleo tem implicado a redução das rendas nacionais.

Por último, é necessário informar a população desta situação. O povo deve conhecer e estar informado do que acontece, é necessária uma campanha contra a manipulação da taxa de câmbio da moeda num evidente mercado paralelo. É urgente desmontar o argumento de que “o dólar paralelo está a esse preço porque não há divisas, porque o Estado não às entregou às empresas uma vez que não as possui”. É necessário mostrar a quantidade de dólares que foram entregues ao setor privado, é um indicador da oferta de divisas que não justifica esse valor da taxa de câmbio da moeda.

Resumindo as recomendações:

1. Desmontar a manipulação do “dólar paralelo”, centro da estratégia de desestabilização econômica, social e política.
2. Desmontar a fonte de opinião que está por trás do “dólar paralelo”.
3. Solicitar prestação de contas pública às empresas às quais foram designadas divisas para importar alimentos, medicamentos, peças, bens de higiene pessoal.
4. Revisar os critérios e controles na designação de divisas ao setor privado.
5. Informar ao povo, em detalhes, os mecanismos e estratégias dos grupos opositores ao governo para desestabilizar a economia.

Referências Bibliográficas

Banco Central de Venezuela. Cuentas Nacionales. Varios Años.

Instituto Nacional de Estadísticas. Comercio Exterior

CENCOEX. Liquidación de divisas al Sector Privado

Desabastecimiento e Inflación en Venezuela

Resumen

En este trabajo se demuestra, con base en análisis econométricos, que el desabastecimiento en Venezuela no está siendo causado por el comportamiento de las variables reales de la economía: no se debe a una disminución de la producción, ni a una caída de las importaciones, ni a que el Gobierno no ha asignado las divisas al sector privado importador. También se demuestra que la inflación en Venezuela

no es causada por el aumento de la liquidez monetaria. Se demuestra con modelos econométricos que la inflación depende en 73,1% de la tasa del dólar paralelo que es publicada diariamente y sin criterio económico alguno en páginas web. Igualmente se demuestra que no hay criterios económicos que permitan explicar las variaciones de la tasa de cambio de la moneda en el “mercado paralelo”: no hay relación estadística entre las reservas internacionales y el dólar paralelo. Las causas del desabastecimiento y la inflación atienden a intereses políticos que buscan la desestabilización económica y social para socavar el apoyo popular a la revolución bolivariana.

Palabras clave: acaparamiento, inflación inducida, Venezuela, tipo de cambio

Desabastecimento e Inflação na Venezuela

Resumo

Neste trabalho é demonstrado, com base em análises econométricas, que o desabastecimento na Venezuela não está sendo causado pelo comportamento das variáveis reais da economia: não se deve a uma diminuição da produção, nem a uma queda das importações, nem a que o governo não tenha destinado as divisas ao setor privado importador. Também é demonstrado que a inflação na Venezuela não é causada pelo aumento da liquidez monetária. É demonstrado com modelos econométricos que a inflação depende por volta de 73,1% da taxa do dólar paralelo que é publicada diariamente e sem qualquer critério econômico em *websites*. Do mesmo modo, é demonstrado que não existem critérios econômicos que permitam explicar as variações da taxa de câmbio da moeda no “mercado paralelo”: não há relação estatística entre as reservas internacionais e o dólar paralelo. As causas do desabastecimento e a inflação atendem a interesses políticos que buscam a desestabilização econômica e social para socavar o apoio popular à revolução bolivariana.

Palavras-chave: açambarcamento, inflação induzida, Venezuela, taxa do câmbio.

Shortage and Inflation in Venezuela

Abstract

This paper demonstrates, based on econometric analyzes, that the shortage in Venezuela is not caused by the behavior of the real variables of the economy: it is not due to a decrease in production or to a fall in imports, nor that the Government has not allocated the foreign currency to the importing private sector. It also shows that inflation in Venezuela is not caused by the increase in monetary liquidity. It is demonstrated with econometric models that inflation depends on 73.1% of the parallel dollar rate that is published daily and without any economic criteria in web pages. The causes of shortages and inflation serve political interests that seek economic and social destabilization to undermine popular support for the Bolivarian revolution.

Keywords: hoarding, induced inflation, Venezuela, exchange rate



Controvérsias sobre a Teoria da Dependência e seu Fundamento¹

Juan Cristóbal Cárdenas Castro²

De facto são, necessariamente minúcias e sutilezas, mas apenas como as que se encontram na anatomia microscópica.

(Karl Marx, *O Capital*, t. I)³

APRESENTAÇÃO

As abordagens em torno da essência da dependência e ao caráter da superexploração do trabalho foi uma fonte de disputas recorrente entre os cientistas sociais que analisaram a dependência latino-americana. Por isso, neste artigo analisaremos, em primeiro lugar, a maneira em que o filósofo argentino-mexicano Enrique Dussel discute a tese com que Ruy Mauro Marini fecha o *post-scriptum* a seu ensaio *Dialética da Dependência*, a que, como é sabido, não é uma afirmação qualquer, mas – como bem precisa o sociólogo brasileiro – a tese central de seu ensaio, a saber, que a superexploração é o fundamento da dependência; e, em segundo lugar, examinaremos a identificação que o filósofo da libertação faz do conceito de superexploração de Marini – que ele, no entanto, denomina sobreexploração – com o de mais-valor *absoluto*. Veremos que, ainda antes que Dussel, o sociólogo brasileiro Fernando Henrique Cardoso estabeleceu essa mesma identidade.

Antes de empreender essa dupla indagação, é importante lembrar que o ensaio de Marini circulou no Chile como *documento de trabalho* desde o começo de 1972, na ocasião de seu *segundo exílio*. Praticamente um ano e meio mais tarde, o ensaio foi publicado no México sob a *forma de livro* pela primeira vez. É importante apontar isto porque o livro foi impresso em agosto de 1973, isto é, um mês antes do golpe militar no Chile, de modo que

¹ Tradução para o português do artigo que será publicado em espanhol em breve na revista *De Raíz Diversa* (México) vol. 5, nº 9 (janeiro-junho de 2018). Esta tradução inclui algumas modificações e precisões. Tradução do original em castelhano por Fabio Maldonado.

² Facultad de Ciencias Sociales, Docente de la Carrera de Trabajo Social. Universidad de Chile. Contato: cristobalcardenas@yahoo.com

³ Ver Marx ([1867] 1979: I/1, p. 6).

é possível supor que até esta data sua difusão foi claramente limitada e se restringiu a círculos intelectuais e/ou militantes. Dito isto, é preciso anotar que este ensaio foi publicado parcialmente, no começo de 1972, no primeiro número da revista *Sociedad y desarrollo*, dirigida por seu colega Theotônio dos Santos no Centro de Estudos Sócio Econômicos (CESO) da Universidade do Chile. Além do mais, foi apresentado pelo autor na ocasião do X Congresso da Associação Latino-americana de Sociologia, realizada em Santiago entre o dia 28 de agosto e o dia 2 de setembro do mesmo ano.

Mais tarde – na sua Memória (c. 1990) – Marini relata que a primeira reação a seu escrito foi a comunicação que Cardoso enviou ao dito Congresso e que foi reproduzida pela *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales* publicada pela FLACSO⁴. Essa comunicação inaugurou – nas palavras de Marini – a série de vieses e mal-entendidos em torno ao seu ensaio, “*confundindo superexploração do trabalho com mais-valor absoluto* e atribuindo a falsa tese de que o desenvolvimento capitalista latino-americano exclui o aumento da produtividade”.

Cabe indicar que no livro publicado no México, Marini incluiu um *post-scriptum* intitulado “*Em torno a Dialética da Dependência*”, no qual reafirmou que a *tese central* de seu ensaio é que “o fundamento da dependência é a superexploração do trabalho” (1973, p. 101).

É sobre esta tese que Dussel meditará em meados da década de oitenta, sendo um dos poucos filósofos de envergadura que até agora ousaram intervir e aprofundar um debate que monopolizou principalmente a atenção de sociólogos e economistas. É sabido que esse debate ressurgiu com força na América Latina em função do giro neodesenvolvimentista que distinguiu, inclusive, aos denominados governos progressistas da região.

⁴ Aí Cardoso (1972, p. 21; grifo nosso) adverte: “Convém começar assinalando o ponto mais polêmico: *a nova forma de dependência está baseada na exploração do mais-valor relativo e no aumento da produtividade*”, e acrescenta: “A razão da polêmica possível é óbvia. Ao afirmar isto, me oponho à interpretação de A. G. Frank sobre o ‘desenvolvimento do subdesenvolvimento’. Ao mesmo tempo, *a interpretação de Rui Mauro Marini sobre a natureza fundamental das relações de dependência como uma forma de reprodução da exploração do mais-valor absoluto* e da produção de matérias primas baratas, requer certa delimitação”. Em seguida, precisa: “A tese que desejo indicar [...] insiste em que o novo caráter da dependência (depois da internacionalização do mercado interno e da nova divisão internacional do trabalho que torna possível a industrialização nas economias periféricas) não se choca com o desenvolvimento econômico das economias dependentes”.

Vejamos, então, quais são as coincidências e divergências que Dussel tem com a leitura que Marini faz da questão da dependência e, mais precisamente, com a tese sobre seu fundamento.

1. FUNDAMENTO DA DEPENDÊNCIA: SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO OU TRANSFERÊNCIA DE MAIS-VALOR?

Depois de realizar um sucinto balanço da forma em que os marxismos do Século XX analisaram na América Latina o assunto que nos ocupa, Dussel indica que:

[...] *no debate da questão da dependência Marx brilhou frequentemente pela sua ausência*, e, em alguns casos, como por exemplo no excelente trabalho de Mauro Marini, se chegou a anotar explicitamente o tema da “transferência de mais-valor”, mas prontamente se fez de uma compensação de dita transferência [...] a essência da dependência (1988, p. 312; grifo nosso).

E se pergunta:

Como pode ser o fundamento (a essência) o que é a consequência ou a compensação da transferência de mais-valor? Porque existe a transferência ou a compensação em nível fundamental, essencial, é necessário que o capital dependente *sobreexplore* a seu trabalho assalariado. A *sobreexploração* é uma consequência. *Esta falta*, Marx diria “*confusão*”, presente em uma de tantas propostas de análises (e a mais próxima de todas à solução que Marx haveria dado à questão), *se deve ao fato de não se haver definido primeiramente e com clareza o “conceito”* – no sentido que lhe dá Marx a esta noção. (Ibid., p. 313).

Nota-se que Dussel utiliza a expressão “*sobreexploração*” e não “*superexploração*” empregada por Marini. Como veremos mais adiante, esta diferença em aparência puramente formal esconde divergências fundamentais, pois para Marini a transferência de mais-valor se compensa não só fazendo trabalhar mais ou pagando um menor salário

ao trabalhador, mas também – mais precisamente – remunerando-o *por debaixo do valor de sua força de trabalho*. Em todo caso, para Dussel o trabalho do sociólogo brasileiro:

[...] é o “que mais se aproxima à maneira como Marx tratava [...] [estas] questões [...] Mauro Marini sabe em que consiste a “transferência de mais-valor”, a partir de um uso categorial correto: composição orgânica de capitais, diferenças dos valores e preços de produção e de mercado, etc. No entanto, *se equivoca na questão central*, ao confundir um “mecanismo de compensação” com uma determinação essencial. (Dussel, 1988, p. 326-27; grifo nosso).

Já no escrito que circulou em 1972, Marini sustentava que:

[...] chamada a coadjuvar à acumulação de capital com base na capacidade produtiva do trabalho, nos países centrais, a América Latina deveu fazê-lo mediante *uma acumulação fundada na superexploração do trabalhador*. Nesta contradição radica *a essência da dependência latino-americana*. (1972b, p. 17; grifo nosso).

Advirta-se – nisto estamos de acordo com o sociólogo brasileiro – que é a acumulação latino-americana que “deve” – ou a que é forçada a – fundar-se na superexploração do trabalhador. De sorte que é necessário perguntar-se: *é a mesma coisa a acumulação dependente e a dependência?*

Justamente Dussel, põe o acento neste ponto quando na citação referida aponta que a confusão de Marini se deve ao fato de não haver definido com clareza o “conceito” de *dependência*. Sobre isto o sociólogo equatoriano Augustin Cueva já havia se dado conta, quando efetuou a acusação à teoria da dependência no *XI Congresso Latinoamericano de Sociología* realizado na Costa Rica, em julho de 1974. Ali distinguia “os conceitos

dependência e dependente”, ao passo que indicava que “seus limites de pertinência teórica *jamais conseguiram ser definidos*” (Cueva, p. 62; grifo nosso).⁵

É precisamente isto o que nos leva a afirmar que a diferença entre *relação social e formação social* é fundamental na crítica a Marini formulada por Dussel. Nossa hipótese a respeito é que o fundamento da dependência (entendida como *relação social internacional*) é distinto do fundamento da *acumulação dependente* (própria da *formação social dependente*). Por um lado, sustentamos – seguindo Dussel – que o fundamento da dependência é a *transferência de mais-valor*, o que se verifica no mercado mundial, dos países subdesenvolvidos ou dependentes aos países desenvolvidos ou imperialistas. Por outro lado, sustentamos que o fundamento da acumulação capitalista nos países dependentes é a *superexploração da força de trabalho*. Ou seja, tal e como reconhece o próprio Marini, a superexploração da força de trabalho é um mecanismo compensatório frente à transferência de mais-valor. Por isto que, distinguir os dois âmbitos indicados – relação social e formação social – resulta da maior relevância.

Cabe lembrar que quando Theotônio dos Santos criou no Centro de Estudos Sócio Econômicos da Universidade do Chile a equipe *sobre relações de dependência na América Latina*, propôs que o programa de investigações dessa equipe se dividisse em três grupos, que se podem sintetizar do seguinte modo: o primeiro estudaria a integração do sistema capitalista mundial sob a hegemonia norte-americana (ou, poder-se-ia dizer, a acumulação capitalista do centro hegemônico), o segundo analisaria as relações econômicas entre o centro hegemônico e as economias latino-americanas, e o terceiro examinaria as estruturas dependentes na fase de integração mundial (ou, de outra maneira, a acumulação dependente latino-americana)⁶. Esta subdivisão é indicativa da

⁵ Desde já é oportuno pontuar que o conceito de *dependência* proposto por Theotônio dos Santos (1968) tem um “duplo caráter”, pois não apenas inclui a *situação condicionante*, mas também a *estrutura interna* que aquela situação gera. Essa definição é compartilhada por autores como Vasconi (1968), Quijano (1970) y Bambirra (1973). De modo similar, ainda que Marini (1972a, p. 3-4) explicitamente caracterize a dependência como uma “relação de subordinação entre nações formalmente independentes”, sua definição compreende igualmente o condicionamento “das relações de produção” que aquela relação implica para as nações subordinadas. Dito isto, esta *situação condicionada* é considerada central, daí que, definitivamente, a dependência seja entendida como “uma forma particular de capitalismo” (Marini, 1991).

⁶ Ver CESO (1967 y 1968). De acordo com o economista chileno Orlando Caputo, integrante dessa equipe: “Theotônio tinha como objeto de estudo o capitalismo nos países centrais, Vânia o capitalismo e a dependência nos países da América Latina, e eu estava encarregado do grupo das relações econômicas

pertinência teórica de separar analiticamente as dimensões do fenômeno em questão⁷. Nesse mesmo sentido, o próprio Marini abre seu ensaio com uma epígrafe de Marx que ilustra o propósito de sua investigação:

Acelerar a acumulação mediante um desenvolvimento superior da capacidade produtiva do trabalho e acelerá-la através de uma maior exploração do trabalhador, são dois procedimentos totalmente distintos. (*O Capital*, V. I; em Marini, 1972, p. 1)⁸.

A pergunta que estava por detrás, então, era por que na Economia Mundial existem países (ou capitais) que aceleram a acumulação mediante o desenvolvimento da produtividade do trabalho e outros que a aceleram através da superexploração do trabalhador. Marini buscava, tal e como ele mesmo se encarregou de explicitar de distintas maneiras: explicar “a forma particular que acabou de adotar o capitalismo dependente latino-americano” (1972b, p. 2); estudar “as formações concretas da América Latina” (Ibid., p. 28), “as leis de desenvolvimento do capitalismo dependente” (1973, p. 81); ou, sem mais, confrontar-se ao “estudo da economia dependente” (Ibid., p. 92). Mais tarde, em sua Memória, insistiu em que:

[...] o que buscava era o estabelecimento de uma *teoria intermediária* que, baseada na construção teórica de Marx, conduzisse à compreensão do caráter

internacionais, em que trabalhava com Roberto Pizarro. [...] A Vânia tinha ajuda de Sergio Ramos”. Ver NOME, ANO.

⁷ Se é certo que, como aponta o sociólogo chileno Jaime Osorio (2015, p. 18, nota 23), os polos “só são e se constituem na relação”, isto não impede que, sob essa consideração, se possam examinar analiticamente a relação de dependência e o capitalismo dependente como dois níveis distintos.

⁸ Ao que parece se trata de uma tradução de Marini da edição francesa de *O Capital* sob supervisão de Maximilien Rubel (Paris, NRF, Bibliothèque de la Pléiade). Em todo caso, essa frase aparece na edição francesa de 1872, tradução sob responsabilidade de Joseph Roy e revisada por Karl Marx, no capítulo XXIV, seção IV, numa das notas da página 262 se lê: “*Accélérer l'accumulation par un développement supérieur des pouvoirs productifs du travail et l'accélérer par une plus grande exploitation du travailleur, ce sont là deux procédés tout à fait différents que confondent souvent les économistes*”. Nas traduções em castelhano, esta passagem é distinta, pois se utilizam preferentemente as versões alemãs do livro de Marx. Não obstante as variações formais, tendem a coincidir em seu sentido mais profundo.

subdesenvolvido e dependente da economia latino-americana e sua legalidade específica. (c. 1990; grifo nosso)⁹.

Nesse sentido, a crítica de Dussel não é compartilhada por alguns dos outrora colaboradores de Marini. Por exemplo, para Osorio:

[...] o subdesenvolvimento e o desenvolvimento não se explicam simplesmente pelos despojos de umas economias e regiões por outras, como chegou a formular a teoria da CEPAL (e Dussel Ambrosini posteriormente), mas porque internamente se criam formas de reprodução do capital que geram dependência em umas e desenvolvimento em outras. (2009, p. 103-4; grifo nossa)¹⁰.

E, ainda antes, advertia que para Dussel:

[...] o problema da dependência se reduz à transferência de valores, de modo que o problema teórico de um capitalismo dependente, isto é, de decifrar como este se reproduz e reproduz o processo de transferências, perde toda significação. (Osorio, 2008, p. 169, nota 19; grifo nosso).

A preocupação de Osorio, de nenhum modo depreciável, em si mesma estão longe de invalidar a crítica que Dussel formula a Marini em relação a essência (ou fundamento) da dependência. Ademais, Osorio propõe um assunto que Caputo e Pizarro ([1969] 1971) já haviam anotado, a saber, que não se pode *reduzir* o problema da dependência às relações econômicas internacionais – ao comércio exterior ou, de outro modo, à transferência de valores-, sendo um assunto da maior relevância decifrar através de que *outras maneiras* a dependência se reproduz e se internaliza nos países subdesenvolvidos.¹¹ Isto explica em boa medida a importância que Marini atribuía ao estudo do capitalismo dependente.

⁹ A forma que Marini abordou essa empresa até 1973 a expusemos em **NOME, ANO**.

¹⁰ Mais recentemente, ver Osorio (2015).

¹¹ Ver Caputo & Pizarro ([1969] 1971).

Pelo que foi dito anteriormente, consideramos útil diferenciar entre: a) *dependência* e b) *capitalismo dependente*. A chamada *teoria marxista da dependência* (TMD) tem se dedicado, especialmente nas últimas décadas, fundamentalmente ao estudo do *capitalismo dependente*, isto é, da *formação social dependente*. Por seu turno, Dussel acentuou a questão da *dependência*, ou seja, na *relação social de dominação*. A reflexão levantada pelo filósofo da libertação permitiu avançar num terreno, sem dúvida, insuficientemente atendido pela TMD. Assim, por exemplo, se em seu momento Marini identificava dois mecanismos de transferência de mais-valor – a saber 1) a produtividade e 2) o monopólio de produção¹²-, o interesse que Dussel coloca na transferência de mais-valor lhe possibilitou identificar novos mecanismos através dos quais essa transferência se produz. Aos dois mecanismos indicados por Marini, o filósofo acrescenta outros cinco: 3) o monopólio de compradores; 4) a “venda de dinheiro”, a saber, empréstimos às oligarquias locais por parte do capital financeiro dos países desenvolvidos; dívidas que terminam sendo assumidas pelo Estado das economias dependentes, o que representou uma gigantesca fraude aos povos e comunidades da região, especialmente a partir da década de setenta; 5) as *corporações transnacionais* que, ao produzir mercadorias “no mesmo território dos Estados periféricos [...] combinam de maneira nova a composição orgânica mais desenvolvida dos países centrais com os salários mais baixos dos países subdesenvolvidos periféricos”; trata-se, assim, de uma “*concorrência em duas frentes*” (2014, p. 177) que afeta aos capitais das economias dependentes e aos capitais não transnacionalizados das economias avançadas – o que em boa medida explica, poderíamos dizer, a crescente expansão da superexploração da força de trabalho; 6) o *resgate bancário*, planejado pelo capital financeiro dos países centrais através do qual, em seguida a quebra dos bancos, extorque aos Estados periféricos para que “salvem” seu sistema bancário, o que implica a cobrança de novos impostos aos cidadãos, recortes sociais, privatizações de empresas etc., com o propósito de pagar aos credores dos Estados centrais; 7) a “guerra como negócio” diante da crise produtiva do capital, que

¹² O certo é que enquanto o primeiro destes mecanismos remete especialmente à *concorrência* entre capitais que produzem mercadorias da mesma classe, o segundo se relaciona com o *intercâmbio desigual* que se dá entre capitais que elaboram mercadorias de diferente classe. Como é sabido, em seu livro Marini (1973, p. 35 e ss.) aprofunda unicamente o segundo caso. Por outro lado, Dussel se interessa particularmente pelo primeiro caso, daí a importância que outorga ao conceito de *concorrência* (entre capitais nacionais de distinta composição orgânica).

permite as transnacionais armamentistas captar milhões de dólares dos Estados dependentes, que são nutridos por sofisticadas armas para seus exércitos neocoloniais.

A propósito da discussão feita até aqui, não é demais assinalar que, para Dussel:

[...] os mecanismos da transferência formam parte da *essência* ou da natureza mesma do capital enquanto dependente, subdesenvolvido, periférico, e, por isso, enquanto não se liberte da dominação de ser *parte* estrutural do *todo* do capital mundial, seguirá transferindo mais-valor. (2014, p. 172; grifo nosso).

E esses mecanismos são *essenciais* porque:

[...] assim como o trabalho é a fonte do valor, do mais-valor, este por sua parte é a *essência* secreta, oculta e o fundamento do lucro que aparece visível, clara e superficialmente na circulação. (Ibid., p. 173; grifo nosso).

Dito isto, ao centrar seu olhar na *dependência*, entendida essencialmente como *transferência de mais-valor*, Dussel consegue mostrar efetivamente uma série de mecanismos que na atualidade asseguram a *reprodução ampliada da dependência*. No entanto, precisa igualmente uma análise mais pormenorizada dos mecanismos através dos quais os *capitais dependentes latino-americanos* se reproduzem e conseguem compensar, em parte, as massivas transferências de mais-valor que se canalizam por múltiplas vias para fora da região. Uma análise dos *mecanismos compensatórios* – que se tornam *fundamentais*– do *capitalismo dependente*, permitiria não somente mostrar (ao modo de Engels) a *situação da classe operária* latino-americana, do proletariado precarizado e superexplorado, do heterogêneo complexo de subjetividades que conformam a polimórfica “classe-que-vive-do-trabalho” (Antunes, [1995] 1999), mas também da *situação da burguesia dependente*, das oligarquias locais, das elites e das castas governantes, aliadas prediletas do capital transnacional.

2. SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO = MAIS-VALOR ABSOLUTO?

Nesta segunda parte de nossa exposição analisaremos a “confusão” de Cardoso apontada por Marini. De outra maneira, tentaremos responder a seguinte pergunta: a *superexploração do trabalho* é exclusivamente *mais-valor absoluto*? Vejamos.

De acordo com Marini (1973, p. 92; grifo nosso), para Cardoso a *superexploração do trabalho* era um evento acidental – e não uma condição necessária – do capitalismo mundial, dado que: “a especificidade do capitalismo industrial reside na produção de *mais-valor relativo*”, de modo que “tudo o que se refere às formas de produção *baseadas no mais-valor absoluto*, por significativa que seja sua importância histórica, carece de interesse teórico”.

Portanto, ao considerar a *superexploração do trabalho* [ou, mais precisamente, da força de trabalho] como *mais-valor absoluto*, Cardoso buscava questionar – por uma via distinta a exposta na primeira seção de nosso trabalho – a tese central do ensaio de Marini (1973), isto é, como já indicamos, que o fundamento da dependência [ou, mais precisamente, da acumulação capitalista dependente] é a *superexploração do trabalho*.

Dito isto, impõe-se a tarefa de fazer uma revisão do conceito de *superexploração do trabalho* formulado por Marini, para ver se as modalidades por ele descritas incluem *efetivamente* distintas formas de *mais-valor* ou se, em seu defeito, Cardoso tem razão ao identifica-la *unicamente* com o *mais-valor absoluto*. Esta reflexão tem sentido justamente porque, anos mais tarde, ao meditar sobre a questão da dependência, Dussel aponta que:

[...] a “*superexploração*” de Mauro Marini não é nada mais que *mais-valor absoluto periférico*, e por isto não pode ser igual à *mais-valor central*; mas é necessário não confundir o *mais-valor absoluto em geral* com o *mais-valor absoluto central*; se se cai neste erro pensa-se, como Mauro Marini, que a *sobreexploração* não é *mais-valor absoluto*, mas o *mais-valor absoluto central* também não é o *mais-valor absoluto em geral*. (1984, p. 175; grifo nosso).

Nos detenhamos um momento para analisar essa passagem de Dussel.

Um primeiro aspecto a se destacar é, como já indicamos, que o filósofo da libertação não adverte que Marini utiliza a expressão “*superexploração*” em lugar do termo “*sobreexploração*”, que ele lhe atribui de forma permanente¹³. Recentemente, Dussel esclareceu esta confusão em sua resposta a uma de nossas objeções, que publicamos como anexo em nossa tese de doutorado¹⁴. Citamos:

Como o autor indica eu não tomo de M. Marini a denominação “*superexploração*”, mas uso “*sobreexploração*” (nenhum dos dois nos dicionários: mas *super* – me parece mais cacofônico). Devo reconhecer que foi uma correção lexical mas não conceitual. (Dussel em **NOME, ANO**; grifo nosso).

Até aqui sua diferença com Marini a respeito do fenômeno da *superexploração* aparece unicamente como *terminológica*. E mais que isso, Dussel se encarrega de esclarecer que não existe diferença em relação ao *conteúdo*. Ainda que, em princípio, pudesse parecer que se trata de uma diferença puramente forma, cremos que não é assim, pois Dussel critica Marini por não reconhecer que a “*sobreexploração*” não é mais do que *mais-valor absoluto*¹⁵. Este é o segundo aspecto a considerar, que guarda relação com o “*conteúdo*” da *superexploração*. Para isso convém novamente revisar a resposta a nossa objeção:

Além do mais, aumentar a jornada de trabalho, sua velocidade ou pagar um salário menor (que não permitiria uma reprodução digna [quando permite?] da força de trabalho) ainda é obtenção de *mais-valor absoluto*. (Ibid.; grifo nosso).

¹³ Ver Dussel (1984; 1988; 2014).

¹⁴ Ver **NOME, ANO**.

¹⁵ Certamente, até então, o filósofo não tinha clara esta questão, pois no mesmo texto apontava que: “O espaço periférico é mercado, mas não gerador de *mais-valor* “central”; mas *mais-valor* “periférico”, dependente. Não existe *exploração*, mas *sobre-exploração* (*mais-valor relativo e absoluto* “*periféricos*” combinadas, e combinados com o *mais-valor relativo e absoluto* “*central*”, questão que não estuda totalmente Mauro Marini” (Dussel, 1984, p. 139; grifo nosso). Ao menos aqui, como pode-se ver, suas diferenças com o sociólogo brasileiro são efetivamente puramente formais.

Ainda que Dussel parece não notar, a afirmação precedente contradiz a tese da equivalência substantiva entre ambos termos, ou seja, não somente haveria uma diferença *lexical*, mas também *conceitual*. Por isso mesmo, a pergunta para elucidar é: existe, em realidade, uma diferença fundamental entre os conceitos de “*superexploração*” de Marini e “*sobreexploração*” de Dussel? Valeria esclarecer que se é certo que não existe no filósofo da libertação uma pretensão de se distanciar de Marini em relação ao *conceito* de *superexploração* (para além de sua correção *lexical*), é claro que Dussel identifica *sobreexploração* unicamente com *mais-valor absoluto* e, nesse sentido, se afasta daquele e se aproxima da formulação de Cardoso.

É sabido que para Marini (1973, p. 86) a *superexploração* refere-se às “condições peculiares que adquire a exploração do trabalho” na economia dependente, o que, em termos concretos, se traduz no fato de “que o *trabalho* se remunera por debaixo de seu valor” (1972 p. 13; grifo nosso). Mais precisamente: que a *força de trabalho* é remunerada *por debaixo de seu valor*¹⁶. De outro modo, para o sociólogo brasileiro, uma das *especificidades* do capitalismo dependente é a *violação recorrente ou sistemática da lei do valor*¹⁷.

Tendo em mente isto, aproximemo-nos um pouco mais da reflexão *dusseliana*. Se consideramos as três modalidades de “*sobreexploração*”, apontas pelo filósofo mais acima, não parece haver dúvidas em relação com a primeira – estender a jornada laboral –, pois ambos intelectuais coincidem em que se trata da modalidade clássica para obtenção de *mais-valor absoluto*.

No entanto, no caso das duas últimas não existem coincidências. Isto porque enquanto o aumento da “*velocidade*” (ou intensidade) do trabalho é para Dussel uma modalidade de *mais-valor absoluto*, para Marini se trata de uma modalidade de *mais-valor relativo*. Ainda assim, para o filósofo argentino-mexicano “pagar um menor salário”

¹⁶ Ou, de outra maneira, que particularmente a mercadoria *força de trabalho* se venda *por debaixo de seu valor*. Esta possibilidade é indicada por Marx em diversas passagens de O Capital. Ver, entre outras, capítulos III, p. 210 e 212; VIII, p. 297; X, p. 381; XIII, p. 478-79, 551; XIV, p. 620 e XV, p. 637-39; XXII, p. 741; XXIII, p. 795, 838 e 843, do volume I.

¹⁷ Se como indica Marx (2007 [1857], p. 26) a sociedade burguesa é “uma forma *antagônica* de desenvolvimento”, é possível sustentar que a lei do valor, enquanto lei férrea do capital, opera de maneira *dialética*. Em geral, o respeito da lei do valor – ainda que pudesse resultar um paradoxo – não é contradito pelo fato de que, concretamente, se possa operar uma *violação sistemática* dessa lei em certas formações sociais.

(expropriação de parte do fundo de salário¹⁸, de acordo com a expressão que Marini toma de Marx) é novamente uma modalidade de mais-valor *absoluto*, enquanto que para o sociólogo brasileiro:

[...] *não representa rigorosamente uma forma de produção de mais-valor absoluto, posto que afeta simultaneamente os dois tempos de trabalho no interior da jornada laboral, e não somente ao tempo de trabalho excedente, como acontece com o mais-valor absoluto.* (Marini, 1973, p. 92; grifo nosso)¹⁹.

Examinemos, no que segue, a segunda modalidade para tentar vislumbrar quem está com a razão neste debate. Sem dúvida elucidar esta diferença é útil, posto que – como vimos insistindo – é um dos aspectos que está no centro mesmo da polêmica que Cardoso e Marini sustentaram no começo da década de setenta.

Como suporte ao nosso propósito, terminaremos de revisar a resposta de Dussel à nossa objeção. Continuando a citação comentada anteriormente, o filósofo argentino-mexicano aponta que:

[...] se houvesse mudança de *organização* na divisão do trabalho poderia haver mais-valor *relativo* (ainda que não houvesse nova tecnologia), mas creio que justamente isto significaria o aumento da composição orgânica e é o que frequentemente não se dá nos países do Sul. Uma coisa é o aumento do *trabalho* (no tempo como quantidade, mais horas de trabalho, ou na

¹⁸ Em relação com esta modalidade, Marini a descreve de formas diversas. Em *Dialética da Dependência* (1972), aponta que o terceiro procedimento “consiste em reduzir o consumo do operário para além de seu limite normal” (1972b, p. 11), pelo qual – e citando Marx – “o fundo necessário de consumo do operário se converte de fato, dentro de certos limites, em um fundo de acumulação de capital” (O Capital, I, XXIX, p. 505, subr. orig.). Isto implica, de acordo com Marini, “um modo específico de aumentar o tempo de trabalho excedente” (1972b, p. 11) ao custo do tempo de trabalho necessário. Mais adiante, caracteriza esta modalidade como “a expropriação de parte do *trabalho necessário* para o operário repor sua força de trabalho” (ibid. p. 12; grifo nosso); mais precisamente, trata-se de uma expropriação de parte do valor da força de trabalho, ou de uma modalidade através da qual diretamente se remunera a força de trabalho por debaixo de seu valor. Ou seja, se paga à força de trabalho um salário por debaixo de seu valor.

¹⁹ Marini estaria se referindo ao fato de que esta expropriação não é produzida necessariamente mediando a prolongação da jornada laboral, mas mais precisamente como uma resposta à restrição que impede sua extensão.



velocidade, com um ritmo maior) que aumenta a *produção*; e outra o aumento da *força produtiva* do trabalho (de modo que o trabalho no mesmo tempo e velocidade aumente sua *produtividade*, isto é, diminua o valor por unidade do produto usando o mesmo trabalho). A organização aumenta a *produtividade*: a velocidade aumenta meramente o *trabalho*. (Dussel em **NOME, ANO**; grifo nosso).

Em primeiro lugar, Dussel adverte a possibilidade de que uma mudança na *organização* da divisão do trabalho produza mais-valor *relativo*. Ao dizer “*organização*” o filósofo da libertação estaria apontando aos *métodos de trabalho*.

Nesse ponto, se torna conveniente fazer uma revisão do que o próprio Marx teorizou sobre o assunto, já que para todos os autores envolvidos nesta discussão o filósofo europeu é referência obrigatória de suas reflexões. É sabido que Marx considera que “um aumento na força produtiva do trabalho” só ocorre se se produz:

[...] uma *alteração nos meios de trabalho ou em seus métodos de trabalho* ou em ambos de uma vez. Tem que efetuar, por consequência, uma revolução nas condições de produção de seu trabalho, isto é, em seu modo de produção e, portanto, no processo laboral mesmo. *Por aumento na força produtiva do trabalho entendemos aqui, em geral, uma modificação no processo de trabalho graças a redução no tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de uma mercadoria*, ou seja, que uma quantidade menor de trabalho adquira a capacidade de produzir uma quantidade maior de valor de uso. ([1867] 1979, V. I/2, p. 382; grifo nosso).

Isto explica que Dussel distinga corretamente entre, por um lado, i) aumento da *força produtiva do trabalho* e, por outro, ii) aumento do *trabalho*. Seguindo Marx, a primeira implica:

i.1) uma modificação no modo de produção, seja nos *meios* e/ou nos *métodos* de trabalho, tendo como consequência:

i.2) a redução do tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de determinada mercadoria; dito de outra maneira, que uma quantidade menor de trabalho adquire a capacidade de produzir uma quantidade maior de produtos.

Não obstante, o próprio Marx descreve outra possibilidade.

No caso B do capítulo XV do Tomo I d'O *Capital*²⁰ - chave para compreender de onde surge, em boa medida, o conceito de *superexploração* da força de trabalho de Marini-, quando mantendo constante a jornada de trabalho e a força produtiva do trabalho, modifica-se a *intensidade do trabalho*, o filósofo alemão diz que:

A intensidade crescente do trabalho supõe um aumento no gasto de trabalho no mesmo espaço de tempo. A jornada de trabalho mais intensa toma corpo em mais produtos que a jornada menos intensa do mesmo número de horas [...]. O número dos produtos aumenta aqui sem que baixem seus preços. Com seu número aumenta também a soma de seus preços [...]. Se o número de horas se mantém igual, a jornada de trabalho mais intensa toma corpo, pois, em um produto de valor mais elevado; portanto, se o valor do dinheiro se mantém igual, em mais dinheiro. Seu produto de valor varia ao desviar-se, com respeito ao grau normal social, sua intensidade. A mesma jornada de trabalho, pois, não é representada como antes em um produto de valor constante, mas em um variável [...]. É claro que se varia o produto de valor da jornada de trabalho [...] podem aumentar simultaneamente as duas partes desse produto de valor, o preço da força de trabalho e o mais-valor, seja em grau ou desigual. [...] O aumento do preço experimentado pela força de trabalho não implica necessariamente um aumento de seu preço por cima de seu valor. Pode acompanhá-lo, ao contrário, uma diminuição (por debaixo)²¹ de seu valor. Isto sempre ocorre quando o aumento de preços que a força de trabalho experimenta não compensa o desgaste acelerado padecido pela mesma (Marx, [1867] 1979, V. I/2, p. 636-37; grifo nosso).

²⁰ Correspondente à quinta seção, sob o título: "A produção de mais-valor absoluto e relativo".

²¹ Entre parênteses sugerido na edição de O Capital da Editora Siglo XXI, em que estamos de acordo.

Isto é, diferentemente da situação i), aqui se produz um *aumento do trabalho*²².

Seguindo igualmente a Marx, temos que este aumento responde exclusivamente a:

ii. 2) uma maior intensidade, velocidade ou ritmo do trabalho, de modo que:

ii. 2) não se modifica o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de determinada mercadoria; ou seja, que de uma maior quantidade de trabalho, resulta uma maior quantidade de produtos.

Pode-se ver que, no fundo, Dussel e Marini divergem em como denominar o mais-valor gerada quando aumenta o grau de intensidade do trabalho²³. O certo é que, mantendo-se inalterada a jornada de trabalho e a força produtiva do trabalho, se produz uma maior quantidade de produtos e se cria *mais valor*²⁴. Ainda que pudesse acontecer que uma maior intensidade do trabalho se traduzisse em um aumento do *preço* da força de trabalho (que coincida com seu valor)²⁵, igualmente é ainda mais provável que o preço se localize *por abaixo de seu valor*. É nesta segunda alternativa onde centraremos nossa

²² Em seu post-scriptum da *Dialética da dependência* (1973), Marini tem clareza sobre o assunto quando pontua que: “A maior exploração do trabalhador oferece duas alternativas: aumentar o tempo de trabalho excedente (modificando ou não a jornada de trabalho), ou, sem alterar a jornada e os tempos de trabalho, elevar a intensidade do trabalho; em ambos casos, aumenta a massa de valor e o mais-valor produzidos, mas no último (que se diferencia do aumento de produtividade porque, ainda que se produza mais no mesmo tempo, isto acarreta um maior gasto da força de trabalho), desde que o novo grau de intensidade se generaliza, descende o valor individual das mercadorias e, a circunstâncias iguais, diminui também o mais-valor” (Ibid., p. 95-6).

²³ Esta é uma discussão na que também adentrou Bolívar Echeverría (1986). Em sua particular “Classificação de mais-valor” – que data de 1978 –, o filósofo equatoriano distingue, por um lado, duas formas de mais-valor *absoluto*: a] *extensivo* (que provém da prolongação do tempo de trabalho sobre a escalada de extensão temporal; mais claramente, do aumento da extensão da jornada de trabalho); e b] *intensivo* (que resulta da condensação do tempo de trabalho sobre a escala da densidade temporal; isto é, pelo aumento da densidade da jornada de trabalho). Por outro lado, diferencia duas formas de mais-valor relativo: c] *direto* (que deriva da redução dos meios de restauração – dizendo de outra maneira, do valor – da força de trabalho); e d] *indireto* (que resulta de uma redução do valor desses meios de restauração; vale dizer de uma redução do valor da força de trabalho dependente de uma redução prévia do valor de outras mercadorias e cujo origem é o incremento da produtividade do trabalho). Além do mais, considera duas modalidades de *sobre-exploração*, *mais-valor espúrio* ou *suplementar*: e] por desgaste excessivo cotidiano da força de trabalho; e f] por uma restauração cotidiana insuficiente da força de trabalho (ou, o que é igual, porque o salário impede ao trabalhador uma reprodução “plena”). Como mostraremos na sequência, não estamos de acordo com as formas b], e] e f] propostas.

²⁴ Diferente do *aumento da força produtiva do trabalho*, onde também se criam mais produtos, mas não mais valor.

²⁵ Estaríamos aqui diante de uma modalidade de mais-valor *suplementar* não considerar por Echeverría, onde, ao se repetir a lei do valor, modificam-se ambos tempos da jornada de trabalho. Isto é, o capitalista obtém mais-valor adicional, mas ao aumentar tanto o tempo de trabalho necessário como o excedente, não se modifica a taxa de mais-valor. Neste último sentido distingue-se da descrição que Marx realiza em relação ao mais-valor *absoluto*. Pois bem, a intensificação do trabalho, como sabemos, implica um desgaste prematuro da força de trabalho.

atenção, pois necessariamente devemos responder a seguinte questão: é possível concluir a partir de Marini que o mais-valor obtida por essa via é *relativo*?

Se nos atermos à definição de mais-valor *relativo* formulada por Marx, no sentido de que, a diferença do mais-valor *absoluto* (que é produzido mediante a prolongação da jornada de trabalho), aquela “surge da *redução* do tempo de trabalho necessário e da conseguinte mudança na *proporção de magnitude* que media entre ambas partes componentes da jornada de trabalho” (Ibid., p. 383; grifo nosso), no sentido estrito isto é o que ocorre na segunda situação indicada anteriormente. Em realidade, o tempo de trabalho necessário diminui, produzindo-se uma mudança na proporção de magnitude entre as partes componentes da jornada de trabalho²⁶. E se isto é assim, não cabe dúvidas de que Marini está com a razão nessa discussão. Isto dito, por sua fonte ou origem, consideramos que se trata de uma modalidade que é possível denominar como mais-valor *relativo intensivo*²⁷.

Ilustremos este caso através de um exemplo. Originalmente (t_1) criam-se, na jornada de trabalho de 8 horas, 8 unidades de valor, cujo produto de valor ($v + p$) se distribui em $4v + 4p$. Depois de um aumento na intensidade do trabalho, num novo processo de produção que denominamos t_2 , criam-se agora 10 unidades de valor, cujo produto de valor se distribui em $4.5v + 5.5p$. Como podemos ver, ainda que aumenta o preço, a força de trabalho é remunerada por abaixo de seu valor. Se no t_1 a relação de valor entre $v : p$ era de $1 : 1$, no t_2 essa relação é de $0.81 : 1$. O anterior é produzido sem mediar uma extensão da jornada de trabalho ou um aumento da força produtiva, mas que é o resultado de um consumo mais produtivo da força de trabalho ou, para dizer mais claramente, de um gasto crescente da força de trabalho. Tal como expõe Marx:

Um artesão que executa sucessivamente os diversos processos parciais na produção de uma obra, deve mudar ora de lugar, ora de instrumento. A passagem de uma operação a outra *interrompe* o curso de seu trabalho e gera

²⁶ Isto seria evidente se se observasse a *taxa de mais-valor* (p') ou, o que é igual, o grau de exploração da força de trabalho.

²⁷ Este tipo de mais-valor, que Marx considera no caso B do capítulo XV, implica levantar os supostos até então considerados (“que as mercadorias se vendem por seu valor” e “que o preço da força de trabalho... nunca abaixa por abaixo do mesmo”, I/2, p. 630).

poros, por assim dizer, em sua jornada de trabalho. Quando o artesão executa continuamente e durante todo o dia a mesma operação, esses poros se fecham, ou desaparecem na medida em que decresce a mudança de uma operação para outra. A produtividade acrescentada obedece aqui ou a um gasto crescente da força de trabalho num dado espaço de tempo – *intensidade crescente do trabalho* – ou a uma *diminuição do consumo improdutivo de força de trabalho*. Esse excedente na aplicação da força exigida por toda passagem do repouso ao movimento, com efeito, se compensa pela duração maior da velocidade normal, uma vez alcançada. Por outra parte, a continuidade de um trabalho uniforme destrói a tensão e o impulso dos espíritos vitais, que encontram seu lazer e estímulo na mudança mesma de atividades. ([1867] 1979, I/2, p. 414-15).

Dito de outra maneira, um aumento *do trabalho* caso obedeça a uma *extensão* da jornada de trabalho traduz-se em mais-valor *absoluto*, mas se é pela *intensidade* crescente do trabalho traduz-se em mais-valor *relativo*²⁸. Como vimos, Marini considera uma das opções descritas por Marx – que exclui o aumento da produtividade e da extensão da jornada de trabalho-, de modo que, no sentido estrito, não é possível identificar *superexploração* puramente com mais-valor *absoluto*.

Em função do espaço, não podemos aprofundar aqui a terceira modalidade descrita por Marini. Não obstante, antes de concluir, a propósito dessa forma desejamos pontuar que: i) a força de trabalho se compra diretamente *por abaixo de seu valor*; ii) sob tais circunstâncias, a força de trabalho *não se reproduz de maneira apta*; iii) o *tempo de trabalho necessário*, ou seja, aquele tempo da jornada de laboral em que a força de trabalho reproduz o valor equivalente a seu salário, *diminui*; iv) o *tempo de mais-trabalho*, isto é, aquele tempo da jornada laboral em que a força de trabalho deverá trabalhar de graça para o capitalista, *umenta*; v) por consequência, o anterior se expressa num *acréscimo de mais-valor*; vi) ao mais-valor obtido dessa forma – como vimos – Marx ([1867] 1979, I/2, p.

²⁸ Igualmente que Cardoso e Dussel, para Echeverría o aumento da intensidade do trabalho é uma modalidade de mais-valor *absoluto* que ele denomina mais-valor *absoluto intensivo*. Não obstante, como mostramos, se trata, em realidade, de uma modalidade de mais-valor *relativo* que denominamos mais-valor *relativo intensivo*, já que – de acordo com a definição exposta por Marx – são modificados ambos os tempos da jornada laboral, diminuindo o tempo de trabalho necessário expensas desse excedente.

383) denomina mais-valor *relativo*. Todavia, a redução do tempo de trabalho necessário não se dá, neste caso, por um aumento da produtividade ou intensidade do trabalho, mas através de um mecanismo que implica *transgredir diretamente a lei do valor*. Eis aqui o problema de fundo. Visto assim o assunto: poderíamos denominar mais-valor relativo ao mais-valor surgido desse modo? Evidentemente que sim, ainda que a diferença da segunda modalidade em relação a esta terceira forma, pela sua fonte, deveria ser denominada mais-valor relativo *usurpatório* (*usurpatorischen*)²⁹.

No demais, estas distintas formas de mais-valor *relativo* foram advertidas por Marx com total nitidez. Assim, no capítulo XIV de seu primeiro livro destacava:

[...] dados os limites da jornada laboral, somente é possível aumentar a taxa de mais-valor por meio da mudança relativa das magnitudes de seus componentes, o trabalho necessário e o mais-trabalho, o que a sua vez, *se o salário não baixar por debaixo do valor da força de trabalho*, pressupõe uma mudança de *produtividade* ou *intensidade* do trabalho”. ([1867] 1979, I/2, p. 620; grifo nosso).

Podem ser reconhecidas acima modalidades variadas de extração de mais-valor relativo, seja por uma 1] mudança de produtividade (mais-valor relativo *indireto*), 2] mudança de intensidade do trabalho (mais-valor relativo *intensivo*) e 3] pela redução do salário por debaixo do valor da força de trabalho (mais-valor relativo *usurpatório*)³⁰. É

²⁹ Ver Marx (1867, p. 293; [1867] 1979, I/2, p. 381). Nesta última edição este tipo de mais-valor é traduzido como “despojo confiscatório”.

³⁰ Em Echeverría (1986) esta última modalidade é designada mais-valor *relativo direto* [forma c]. Nossa diferença aqui é puramente nominal. Optamos por chama-la de maneira diferente, mais próxima à expressão alemã utilizada por Marx, pois consideramos que as formas c] e f] propostas pelo filósofo equatoriano não se distinguem no substancial. Em síntese, coincidimos com as descrições que este pensador faz do mais-valor *absoluto extensivo* e do mais-valor *relativo indireto*, que não são mais do que as explicitamente descritas por Marx como mais-valor absoluto e mais-valor relativo (e nada mais). Igualmente, coincidimos com a modalidade que ele denomina mais-valor *relativo direto*, ainda que, pelos motivos expostos anteriormente, preferimos denomina-lo mais-valor *relativo usurpatório*. Discordamos das outras variantes propostas por ele, isto é, com as formas b] e e]. Com a primeira porque, tal como argumentamos, consideramos que se trata de uma modalidade de mais-valor *relativo* que denominamos mais-valor *relativo intensivo*. Com a segunda, porque consideramos que no essencial não se distingue da primeira [a saber, com a forma b]; se em um caso remete-se a suas causas, no outro a seus efeitos.

provável que não se trate das únicas modalidades, mas até agora tem sido as mais reconhecidas e frequentes.

CONCLUSÕES

Em primeiro lugar, seguindo Cueva, pode-se sustentar que o fato de não haver definido com clareza os conceitos “dependência” e “dependente”, levou Marini a sustentar que o fundamento da *dependência* – e não da *acumulação dependente* – é a *superexploração do trabalho*. Para Marini, ambos termos são sinônimos. No entanto, Dussel consegue diferenciar ambos “territórios” e precisar que o fundamento da *dependência* é a *transferência de mais-valor* no mercado mundial.

Nossa contribuição para esse debate consiste em identificar claramente que se Dussel tem razão ao corrigir Marini, não se dá conta de que, em realidade, a este lhe interessava analisar a *acumulação dependente*. Isto é, enquanto Dussel se interessa filosoficamente pela questão da *dependência* e praticamente não aborda a questão da *acumulação dependente*, Marini se preocupa em teorizar socioeconomicamente esta última questão.

Em segundo lugar, tal como foi definido por Dussel, o conceito de *sobreexploração* é *mais-valor absoluto*. Desse modo, difere léxica e fundamentalmente do conceito de *superexploração* da força de trabalho de Marini, que *combina formas de mais-valor absoluto e mais-valor relativo*. Essa diferença tem sua raiz no fato de que na hora de analisar como um aumento da intensidade do trabalho afeta à geração de mais-valor, Dussel considera que é fonte de *mais-valor absoluto*, enquanto Marini considera que é fonte de *mais-valor relativo*.

Ainda que para Dussel e Marini aqueles conceitos – *sobreexploração* e *superexploração*, respectivamente – dão conta do mecanismo de que se serve o capitalismo dependente para compensar a transferência de mais-valor provocado pela competição ou pelo intercâmbio desigual, para o sociólogo brasileiro o conceito de *superexploração* faz referência a modalidades através das quais se termina remunerando a força de trabalho *por abaixo de seu valor*, o que implica que naqueles países se produz uma *violação sistemática da lei do valor*. Justamente, o mérito de Marini consiste em identificar e agrupar em um conceito diversas modalidades – descritas por Marx – cujo

denominador comum é que *infringem a lei do valor*. Neste sentido, consideramos que o conceito de *superexploração* da força de trabalho – nos termos esboçados pelo teórico brasileiro – segue sendo útil para a análise do capitalismo dependente.

Considerando a correção de Dussel a Marini, deve-se sustentar as teses de que: 1) o fundamento da *acumulação dependente* – não da *dependência* – é a *superexploração* da força de trabalho e 2) que a *superexploração* da força de trabalho integra as modalidades de extração de mais-valor absoluto e de mais-valor relativo.

Não desejamos concluir nossa intervenção sem destacar que qualquer tentativa genuína de revitalizar a discussão sobre a dependência deve se encarregar não somente de todos aqueles aspectos não abordados pelas teorizações efetuadas no século XX.

Até agora a teoria da dependência se ocupou pouco da dependência da mulher, da devastação ecológica, da marginalidade social, da questão indígena, da questão social-popular, da renda da terra, entre outras. É o momento para que essa teoria amplie sua perspectiva, considere pontos de vista outrora inviabilizados e submeta à crítica suas, até agora, teses “centrais” – pois poderia ser que aquilo que anteriormente apareceu como “central” seja na verdade “dependente” ou “derivado”. O pior que pode acontecer com os *marxismos do Século XXI* é pensar que este debate está fechado e que os “Pais Fundadores” desse inconcluso esforço teórico disseram tudo o que se poderia dizer sobre a questão da dependência.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ANTUNES, Ricardo. *¿Adiós al trabajo?* Ensayo sobre la metamorfosis y el rol central del mundo del trabajo. 2ª Edição [1ª Edição: 1995]. Buenos Aires, Editorial Antídoto, 1999.

BAMBIRRA, Vânia. *Capitalismo dependiente latinoamericano* (Cuadernos del Centro de Estudios Socio-Económicos, 16). Santiago, Prensa Latinoamericana, 1973.

CAPUTO, Orlando & PIZARRO, Roberto. *Imperialismo, dependencia y relaciones económicas internacionales* (Cuadernos del Centro de Estudios Socio-Económicos, 12-13). 2ª

Edição [1ª Edição: 1969]. Santiago, CESO, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade do Chile, 1971.

NOME, ANO.

NOME, ANO.

NOME, ANO.

CARDOSO, Fernando Henrique. “Notas sobre el estado actual de los estudios sobre dependencia”. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales*, Santiago (Chile), n° 4, dezembro, 1972, pp. 3-31.

CESO. “Investigación sobre relaciones de dependencia en América Latina”. *Boletín del Centro de Estudios Socio-Económicos*, Santiago (Chile), n° 1, Outubro, 1967, p. 2.

_____. *Esquema de investigación sobre relaciones de dependencia en América Latina* (Bosquejo Informativo), Centro de Estudios Socio-Económicos, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade do Chile, mimeo., 1968, p. 14.

CUEVA, Agustín. “Problemas y perspectivas de la teoría de la dependencia”. *Historia y Sociedad*, Distrito Federal (México), n° 3, Outono, 1974, pp. 55-77.

DUSSEL, Enrique. *Filosofía de la producción*. Bogotá, Editorial Nueva América, 1984.

_____. *Hacia un Marx desconocido*. Un comentario de los manuscritos del 61-63. Distrito Federal, México, Siglo XXI Editores, 1988.

_____. *16 tesis de economía política*. Interpretación filosófica. Distrito Federal, México, Siglo XXI Editores, 2014.

_____. “A manera de Epílogo”. En: **NOME, TÍTULO, ANO.**

ECHEVERRÍA, Bolívar. *El discurso crítico de Marx*. Distrito Federal, México, Ediciones ERA, 1986.

MARINI, Ruy Mauro. “Dialéctica de la dependencia: la economía exportadora”. *Sociedad y desarrollo*, Santiago (Chile), n°1, janeiro-março, 1972a, pp. 35-51.

_____. *Dialéctica de la dependencia* (Documento de trabalho). Santiago, CESO, Facultad de Ciencias Económicas, Universidade do Chile, 1972b.

_____. *Dialéctica de la dependencia*. Distrito Federal, México, ERA, 1973.

_____. *Memoria*. Archivo Ruy Mauro Marini, c.1990. Disponível em: <<http://www.marini-escritos.unam.mx>>, c.1990. Acesso em: 16/06/2015.



- _____. “Éste no es el fin de la historia” (Entrevista). *Debate y Cambio*, n° 8, agosto, 1991, pp. 20-23.
- MARX, Karl. *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política. Borrador 1857-1858 (Vol. 1)*. México, Siglo XXI Editores, 2007.
- _____. *Das Kapital. Kritik der politischen Oekonomie. Buch I: Der Produktionsprozess des Kapitals*. Hamburg, Verlag von Otto Meissner, 1867.
- _____. *Le Capital. Livre Premier. Developpment de la production capitaliste*. 1ª edição [1867]. Paris, Éditeurs Maurice Lachatre, 1872.
- _____. *El Capital. Crítica de la economía política (Libro I)*. [1ª Edição: 1867]. México, Fondo de Cultura Económica, 1971.
- _____. *El Capital. Crítica de la economía política (Libro I/Vol. 1-3)*. [1ª Edição: 1867]. Distrito Federal, México, Siglo XXI Editores, 1979.
- OSORIO, Jaime. “Elementos para una construcción teórica de América Latina”. *Argumentos*, Distrito Federal (México), n° 58, setembro-dezembro, 2008, pp. 161-175.
- _____. *Explotación redoblada y actualidad de la revolución. Refundación societal, rearticulación popular y nuevo autoritarismo*. Distrito Federal, México, Ítaca/UAM-X (Universidade Autônoma Metropolitana- Unidade Xochimilco), 2009.
- _____. “Fundamentos de la superexplotación”. *Razón y revolución*, Buenos Aires, n° 25, primeiro semestre, 2015, pp. 9-34.
- QUIJANO, Aníbal. *Redefinición de la dependencia y marginalización en América Latina (Documento de Trabalho)*. Santiago, CESO, 1970.
- SANTOS, Theotonio dos. “Crisis de la Teoría del Desarrollo y las relaciones de dependencia en América Latina”. *Boletín del Centro de Estudios Socio-Económicos*, n° 3, outubro, 1968, pp. 2-40.
- VASCONI, Tomás Amadeo. “Cultura, ideología, dependencia y alienación”. *Boletín del Centro de Estudios Socio-Económicos*, n° 3, outubro, 1968, pp. 54-78.

Tradução para o português: NOME DO TRADUTOR.

Controvérsias sobre a Teoria da Dependência e seu Fundamento

RESUMO

O artigo analisa duas afirmações que têm sido parte das disputas principais que mantiveram muitos cientistas sociais latino-americanos em torno da questão da dependência. Primeiro, a tese sobre a base da dependência; em segundo lugar, a tese sobre a natureza da superexploração (ou sobreexploração) da força do trabalho. Para tais fins, se faz uma revisão crítica da maneira em que o filósofo Enrique Dussel medita sobre estas questões, porque sua intervenção retoma discussões teóricas importantes sobre as quais até agora parece não haver acordo. O divisor de águas destas discrepâncias pode ser localizado em 1972, particularmente após a circulação do ensaio de Ruy Mauro Marini intitulado *Dialética da dependência*, em que o sociólogo brasileiro propôs avançar para a elaboração de uma teoria marxista da dependência. **Palabras-Chaves:** dependência, capitalismo dependente, superexploração, sobreexploração, mais-valor relativo intensivo.

Controversias sobre la Teoría de la Dependencia y su Fundamento

Resumo

El artículo analiza dos asertos que han formado parte del núcleo de diferendos que han mantenido diversos científicos sociales latinoamericanos en torno a la cuestión de la dependencia. En primer lugar, la tesis sobre el fundamento de la dependencia; en segundo lugar, la tesis sobre el carácter de la superexplotación (o sobreexplotación) de la fuerza de trabajo. Para tales propósitos, se hace una revisión crítica de la manera en que el filósofo Enrique Dussel medita sobre esos asuntos, pues su intervención retoma señeras discusiones teóricas sobre las que hasta ahora parece no existir acuerdo. El parteaguas de esas discrepancias puede ubicarse en el año 1972, particularmente tras la circulación del ensayo de Ruy Mauro Marini titulado *Dialéctica de la dependencia*, en el que el sociólogo brasileño propuso avanzar hacia la elaboración de una teoría marxista de la dependencia.

Palabras Claves: dependencia, capitalismo dependiente, superexplotación, sobreexplotación, plusvalor relativo intensivo.

Controversies about the Dependency Theory and its Ground

Abstract

The article analyses two statements that have formed part of the core of differences that have kept various Latin American social scientists around the issue of dependence. First, the thesis on the foundation of dependency; Secondly, the thesis on the nature of the super-exploitation (or over-exploitation) of the labor force. For these purposes, a critical revision is made of the way in which the philosopher Enrique Dussel meditates on these matters, since his intervention retakes theoretical discussions on which there seems to be no agreement so far. The watershed of these discussions can be found in 1972, particularly after the circulation of Ruy Mauro Marini's essay *Dialectics of dependence*, in which the Brazilian sociologist proposed to move towards the development of a Marxist theory of dependence.

Key-Words: dependence, dependent capitalism, superexploitation, overexploitation, intensive relative surplus value.

Direito e Literatura Latino-Americana: os direitos humanos insurgentes na guerra silenciosa de Manuel Scorza

*Emanuela Gava Caciatori*¹

*Lucas Machado Fagundes*²

1. Introdução

O tema da afinidade entre Direito e Literatura já não é mais novidade no cenário jurídico nacional, pois as relações entre as novelas literárias e os assuntos jurídicos são recorrentes em trabalhos acadêmicos³. Logo, os temas que envolvem Direito Penal, Direito Civil, Filosofia do Direito e mesmo Direito Político são os mais comuns, afinal a vida cotidiana é atravessada por estes pontos que, via de regra, guardam um caráter mais emotivo (especialmente o Direito familiar e o Direito punitivo) ou reflexivo (Filosófico/ ético) e no caso do Direito Político mais envolvente. Por essa razão, as tramas literárias que perpassam os campos jurídicos acabam de alguma forma relacionando-se com o Direito e instigando os juristas para análise dos desdobramentos da ficção.

Sendo assim, o cenário literário dos romances do autor peruano Manuel Scorza (1928-1983), compreendido em cinco livros que juntos são denominados de guerra silenciosa, um movimento sócio-político ocorrido nos altiplanos peruanos na década

¹ Graduanda em Direito pela Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, bolsista de Iniciação Científica PIBIC/CNPq e pesquisadora do Grupo Pensamento Jurídico Crítico Latino-americano, na linha de Constitucionalismo Crítico - UNESC. E-mail emanuela_gc@hotmail.com.

² Pós-doutorando em Direito na Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Doutor e Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Pesquisador GT-Clacso: Pensamento jurídico crítico. Pesquisador do Grupo Pensamento Jurídico Crítico Latino-americano, coordenando a linha: Constitucionalismo Crítico - Universidade do Extremo Sul Catarinense-UNESC. Professor do Mestrado em Direito UNESC. Professor visitante no Mestrado em Direitos Humanos da Universidade Autónoma de San Luis de Potosí, México. Codiretor do projeto de pesquisa “Nuevo constitucionalismo latinoamericano. Perspectivas del giro Decolonial y la filosofía de la liberación”, Facultad de Derecho, Universidad Nacional de Rosario - Argentina e Professor participante e pesquisador da “Cátedra de Pensamiento constitucional latinoamericano” da Facultad de Derecho, Universidad Nacional de Rosario. Email: lmachado@unesc.net.

³ O Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito (Conpedi) já oportunizou grupos de trabalhos e publicações sobre o tema, vide <http://www.conpedi.org.br/publicacoes/c178h0tg/4d9nht62>

de 1960, também podem ser incluídos como delimitação ao tema do Direito e Literatura.

Tal situação se justifica pelo fato de que a obra é constantemente atravessada pela intensa atuação jurídica como instrumento de legitimação do domínio político em parceria com o campo econômico sobre as necessidades fundamentais dos povos indígenas e camponeses da região. Por conseguinte, o que há de especial na trajetória da série é o confronto dialético entre as tipologias jurídicas, em que ganha destaque de um lado o Direito formal operando no sentido de mantimento das estruturas de poder político dominante e, de outro lado, uma concepção jurídica crítica, que por não aceitar a injustiça como realidade, assume um caráter de luta política por meio dos movimentos sociais organizados, trata-se, portanto de um Direito Insurgente.

Assim sendo, o problema concreto que se estabelece na realidade denunciada na guerra silenciosa é do confronto entre uma concepção jurídica formal instrumentalizada aos interesses da classe dominante em contraposição as necessidades básicas e fundamentais dos setores historicamente ausentes do âmbito decisório das instituições jurídico-políticas nacionais. Os personagens da trama organizaram-se e trataram de emergir na realidade histórica com o sentimento de injustiça, fundando uma concepção jurídica insurgente que, por ser uma busca das condições concretas de produção, reprodução e desenvolvimento da vida e da liberdade, deve estar associada aos Direitos Humanos Fundamentais.

Nas linhas abaixo serão explicitadas, com o objetivo de aproximar Direito e Literatura latino-americana, as relações conflituosas entre o Direito formal e o Direito material e, especificamente objetiva-se recuperar a riquíssima literatura regional naquilo que tem de mais contributivo ao Direito: a capacidade de reflexão crítica desde as mazelas da realidade histórica concreta.

Assim, o estudo se apresenta em momentos distintos, em uma primeira parte será exposta a ideia de Direito Insurgente como vertente do pensamento jurídico crítico, para na sequência explorar as obras que compõem a guerra silenciosa de Scorza e, por fim, em termos conclusivos a relação existente entre Direito insurgente e a perspectiva crítica dos Direitos Humanos a partir da obra literária.



Portanto, aqui não se estará diante de um texto analítico literário, nem tampouco de um niilismo jurídico, mas de um resultado investigativo com marco teórico crítico, metodologia de pesquisa bibliográfica e objeto delimitado, em que as análises foram atravessadas pela ludicidade literária e permitiram, utilizando-se da criatividade, expandir a reflexão crítica no campo jurídico.

2. O pensamento jurídico crítico na perspectiva do Direito Insurgente

A temática do Direito Insurgente localiza-se na seara das várias perspectivas sobre o pensamento jurídico crítico (WOLKMER, 2012). Assim, o presente estudo trata-se de trabalho teórico que busca explorar as evidências de um Direito Insurgente, que nasce do povo oprimido, no processo literário (baseado em acontecimentos reais) nas novelas do autor peruano Manuel Scorza.

Logo, cabe partir da problemática de uma premissa importante, a de que o Direito formal no continente latino-americano encobre uma realidade cultural complexa e diversificada e põe-se à serviço dos interesses das classes privilegiadas. Isso redundava que em outro pólo da relação social, os explorados insurgem-se no contexto histórico através de seus anseios sufocados, fazendo emergir um novo tipo de juridicidade, que busca romper com a ordem posta em benefício de seus opressores, tal tipologia jurídica é tratada como Direito Insurgente na teoria do autor brasileiro Miguel Pressburguer e seus companheiros⁴.

Junto a isto, cabe recordar que no âmbito dos grupos desafortunados pelo Direito formal estatal estão os povos indígenas, os quais desde a modernização jurídica positiva regional passaram a sofrer com os resultados práticos da aliança entre Direito vigente e sistema político-econômico e mesmo social dominante⁵.

Na hipótese da presente pesquisa emergiu de início a evidência de que nas novelas de Scorza, denominadas “Guerra Silenciosa”, está explícito um contexto

⁴ As obras deste autor e outros estão disponíveis para livre acesso em <<http://assessoriajuridicapopular.blogspot.com/2011/03/thomaz-miguel-pressburger-presente.html>>

⁵ O autor mexicano Jesus Antonio De La Torre Rangel (1998, p. 234): [...] as leis de colonização e sobre baldios da época porfiriana, entre 1883 e 1910, estabeleceriam definitivamente a privatização da propriedade agrária e a consequente desapropriação, tanto das comunidades indígenas, como dos pequenos proprietários pobres. Constituíram, assim, a expressão da aplicação mais cruel do Direito moderno e seus postulados.

histórico-social de opressão, bem como a presença de dois tipos diferente de Direitos, um retórico formal que legitima todo tipo de espoliação dos mais fracos (política, econômica e socialmente) e, outro Direito crítico, material, consciente da situação concreta dos povos e da miserabilidade permanente que é ignorada pelos setores dominantes.

Esse segundo Direito assume um viés politizado, pois é forjado e fundamentado nas lutas populares dos setores organizados no movimento comunal campesino peruano, reivindicativo dos direitos dos povos indígenas campesinos nos altiplanos daquela região. De tal modo, por ser uma forma contestatória, reflexiva e que não aceita a condição material de profunda desigualdade, violência e miserabilidade como uma fatalidade e do mesmo modo, considera que a condição histórica concreta de espoliação dos meios de produção, reprodução e desenvolvimento da vida é um atentado contra a vida e a liberdade dos sujeitos vivos, conforma-se em um Direito que desde estes conteúdos materiais insurge-se contra tal contexto, conformando-se em uma teoria jurídica crítica que pode ser chamada de Direitos Humanos Insurgentes.

Tal assertiva deve ser reconstituída desde a prática jurídica alternativa denominada Direito Insurgente. Esboça-se aqui um panorama sobre a ideia de *Direito Insurgente*, desenvolvida pelo advogado popular Thomaz Miguel Pressburger⁶, e disseminada junto com os também lutadores das causas populares Miguel Lanzellotti Báldez e Jacques Távora Alfonsin. Ambos dedicaram seus conhecimentos jurídicos e, por que não dizer, suas vidas às causas jurídicas e políticas populares em favor dos pobres.

⁶ Foi advogado popular, coordenador do Instituto Apoio Jurídico Popular, ex-diretor do Departamento de Pesquisa e Documentação da OAB/RJ, no Rio de Janeiro – RJ, assessor jurídico da Comissão Pastoral da Terra do Rio de Janeiro e nacional. Faleceu em 13 de julho de 2008. Conforme Relatório de Atividades de 1991-1992, Pressburger nasceu em 1934. Formou-se em Direito em 1959 e em 1961, no interior de Goiás, iniciou uma longa prática de advocacia em prol de comunidades camponesas. Militou nas “Ligas Camponesas” e no Partido Comunista Brasileiro. Depois do golpe militar de 1964, optou pela resistência armada, aderindo à Vanguarda Popular Revolucionária. Esteve preso de 1969 a 1973. Em 1978 retomou às atividades de assessor jurídico junto à Comissão Pastoral da Terra, tendo atuado em várias regiões do país, notadamente, no sul, baixada fluminense e região serrana do estado do Rio de Janeiro, norte de Goiás e sul do Pará (Bico do Papagaio), Mato Grosso do Sul e Paraná. Em meados de 1985 criou o Instituto Apoio Jurídico Popular. Informação obtida no blogue Assessoria Jurídica Popular. Disponível em: <<http://assessoriajuridicapopular.blogspot.com/2011/03/thomaz-miguel-pressburger-presente.html>>. Acesso em: 02 nov. de 2011.

A ideia de direito insurgente resulta de seminários, cursos, palestras e publicações desenvolvidos no âmbito do AJUP – Instituto Apoio Jurídico Popular, voltando-se à conscientização e disseminação das ideias de uma advocacia engajada nas questões de reforma agrária e espaço urbano, observando um direito que nasce no meio do povo necessitado e de suas exigibilidades por condições de vida digna.

A análise do Direito e das relações sociais para os militantes do Direito Insurgente encontra-se num espaço-tempo determinado pela dominação de uns poucos sobre uma ampla maioria desempoderada. Logo, a ideia de localizar as causas das condições sociais está em uma releitura histórica do processo de formação latino-americano enquanto sociedade calcada na desigualdade fática e no cinismo de uma positividade abstrata que declara a igualdade perante a lei. Nada mais resta a estas populações historicamente sonegadas em suas necessidades do que emergir por meio das lutas políticas e também jurídicas pela busca da justiça, forjando um tipo de Direito que não se acomoda diante das desiguais relações sociais fáticas, desumanas e de empobrecimento das massas. Ao contrário, sensibiliza-se com o que está dado e da maneira que está posto, e é justamente no seio dessas necessidades fundamentais que surge outro Direito (WOLKMER, 2007, pp. 95-106) rompendo a ordem e questionando a lógica monista estatal.

Verificando estas manifestações é que atuavam os advogados populares da AJUP – Instituto de Assessoria Jurídica Popular, tratando não apenas das questões meramente jurídicas do processo, mas também munidos de aparatos políticos/jurídicos, fomentando a organização e a disseminação das ideias insurgentes. Opera também em um sentido pedagógico, para o que a função da AJUP:

[...] não é simples peticionismo que magicamente pode resolver conflitos [...], incorpora tarefas pedagógicas na facilitação da compreensão dos conflitos, seja como interlocutora junto aos órgãos incumbidos de executar políticas públicas, e até como defensora na instância judiciária [...] (AJUP, 1990).

Miguel Pressburger (1990, p. 9), tomando o caso brasileiro, classifica algumas etapas até a formação da AJUP e da tomada de consciência da insurgência destas atividades plurais do Direito, primeiramente no período anterior ao golpe militar de 1964, manifestadas as práticas utilizando-se dos sindicatos e dos partidos políticos,

logo depois de inviabilizados pelo referido golpe; o segundo movimento social, após a desintegração organizativa das duas instituições representativas, consolidou-se nas comunidades de bairros e associação de moradores, pequenos agricultores, enfim setores à margem da sociedade, tendo, de acordo com o autor, o informalismo como característica; e o terceiro momento dá-se com o período de redemocratização e encontro destes movimentos populares. Segundo Pressburger:

Superada a conjuntura ditatorial, buscando o Estado brasileiro a sua institucionalização na via da democracia formal, ocorreu um extremamente rico encontro entre as entidades de apoio, oriundas das lutas do período militarizado, e os movimentos populares gestados também naquele período. Deste encontro vem surgindo à construção de uma nova concepção de direito, e a fecundidade desse processo está no aprendizado recíproco entre os advogados dedicados aos movimentos populares e os próprios movimentos ao se apoiarem em suas assessorias jurídicas. (PRESSBURGUER, 1990, p. 9).

Logo, de acordo com Daniel Rech (1990), a origem do Direito Insurgente, enquanto tomada de consciência de classe, se deu na percepção de que:

Assim, da mesma forma que, ao longo da história, os setores oprimidos foram descobrindo que as determinações dos mais fortes não são definitivas e que é possível construir um novo direito que os favoreça, torna-se fundamental que, em nossa história contemporânea, comecemos a desmascarar o caráter predominantemente perverso de nosso direito codificado e, ao mesmo tempo, lutemos pela construção de um novo direito que nasce da vontade liberta dos oprimidos. (RECH, 1990, p. 4).

É interessante observar que nessas cartilhas da AJUP encontra-se delineada por Jesus Antonio De La Torre Rangel, a categoria “pobre”, em vez de classe. No âmbito do trabalho importa destacar o sentido desta, com o fulcro de nos próximos capítulos trabalhar dentro da perspectiva que o autor demonstra:

[...] La categoría pobre es amplia y abarca todo tipo de pobreza – desde la miseria del hambre hasta la falta de justicia y derechos, la desigualdad, la opresión, la falta de libertad, el compromiso de la fe por la degradación del hombre. [...] La categoría pobre, al contrario, tiene una definición ética e histórica que implica en considerar los resultados de la producción, no solo acumulación de la pobreza que de ella resulta. (TORRE RANGEL, 1990, p. 32).⁷

⁷ [...] A categoria pobre é mais ampla e abarca todo tipo de pobreza – desde a miséria da fome até a falta de justiça e direitos, a desigualdade, a opressão, a falta de liberdade, o compromisso da fé pela degradação do homem. [...] A categoria pobre, ao contrário, tem uma definição ética e histórica que implica em considerar os resultados da produção, não só acumulação da pobreza que dela resulta. (TORRE RANGEL, 1990, p. 32). (Tradução livre do autor).

Diante disso, reafirma-se que esse tipo de direito tem um conteúdo material concreto a partir da categoria pobre e do histórico de exigibilidade da liberdade, da autonomia, dos Direitos Humanos, uma necessidade de satisfação das demandas mais urgentes dos seres humanos envolvidos em processos sociais complexos e opressores por elites dominantes. Tal fator leva a recordar a entrevista produzida por Miguel Pressburguer com um morador de uma favela no Rio de Janeiro, figurativamente chamado de *Seu Onofre*, e buscando entender o que é direito e justiça.

A conversa de imediato revela a fonte desta produção do direito insurgente: “[...] O povo não conhece e nem vai conhecer os direitos que estão nos códigos; só conhece os direitos que vem das necessidades.” (PRESSBURGUER, 1988, p. 22). E, ainda, afirma o *Seu Onofre* que o juiz que julga com base no direito oficial (ou seja, com base no código), toma decisões injustas e que ferem os populares porque justamente não tem as mesmas necessidades que eles. Segue a argumentação:

O juiz, com base nos códigos, com a maior tranqüilidade e sem nenhum problema de consciência, dá uma liminar de despejo, porque nunca pode imaginar a sua própria casa derrubada, sua própria família ter de ficar no relento, seus próprios filhos chorarem de pavor, fome e frio. Isso só pode acontecer com gente e família de outra classe. Nunca com gente e família de juiz, deputado ou ministro. (PRESSBURGUER, 1988, p. 22).

Interessa complementar que o direito oficial está inserido em uma tensão de setores sociais, cuja distância que os separa é um abismo absurdo, entre um lado que tem acesso aos bens materiais e imateriais de vivência e outro que passa fome e reside em condições precárias, com a diferença de que o lado produtor do Direito é o primeiro, logo o faz para seus interesses. É nesse âmbito que se insere a produção do Direito Insurgente, enquanto atribui caráter de luta política ao Direito, ou, como lembra Miguel Baldez (2010):

Em conclusão, direito insurgente é ação e expressão jurídico-política das lutas concretas da classe trabalhadora, ação enquanto pressupõe movimento, e expressão em suas manifestações efetivas: ou na resistência organizada à sentença injusta, ou nos conselhos populares, ou na elaboração interna das comunidades subalternizadas ou na sentença contra a lei injusta, proferida pelo juiz democrata. Na verdade, sob qualquer tipificação, direito contra a ordem burguesa. Insurgente, portanto. (BALDEZ, 2010, p. 205).

No mesmo sentido da perspectiva acima, pode ser localizada a ideia do jurista mexicano, Jesus Antonio de La Torre Rangel, com diversos estudos publicados relacionados aos povos camponeses e indígenas, oprimidos e espoliados na América Latina. Este autor, a partir da sua experiência como advogado popular no México, exprime as pretensões de um uso do direito como arma de libertação destas comunidades marginalizadas e sofridas com as incursões patrimonialistas do uso hegemônico do Direito moderno.

Justamente com este título, em o “Direito como arma de libertação na América Latina ” (2006), o autor destaca que é possível alcançar justiça através da arquitetura jurídica de perverter a lógica da normatividade tradicional em favor dos setores que mais necessitam de proteção.

Dirá Jesus Antonio quanto ao Direito como arma de libertação, que:

En ese texto sostenemos que, a pesar de que la normatividad objetiva producida en los Estados expresa la legalidad de la injusticia, el Derecho, la juridicidad, sirve también para hacer justicia; y que la búsqueda de esa justicia, implica procesos sociales de liberación. Por eso decimos que el Derecho puede ser un instrumento, una herramienta, un arma de liberación, tanto como uso alternativo del Derecho, como pluralismo jurídico. (TORRE RANGEL, 2010, p. 4)

Compreende De La Torre Rangel que a legalidade oficial normatiza a injustiça social, e fundamenta sua análise na dissonância entre o normatizado e o realmente verificado na realidade social das comunidades indígenas e camponesas do México, atribuindo inclusive, exemplificativamente, à insurgência do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZNL), movimento social na região de Chiapas, México, um fator da constatação de que o Direito oficial não protege, nem garante condições humanas e dignas de vivências, quiçá, legítimas atrocidades e prioridades de determinados setores (dominantes). Afirma o jurista mexicano que “[...] Y esta realidad injusta se arropa, se reviste de legalidad; es la legalidad de la injusticia; en otras palabras, la normatividad que producen y rigen los Estados, y que regula los intercambio internacionales, frecuentemente legalizan lo injusto y la violación de los derechos humanos.” (DE LA TORRE RANGEL, 2010, p. 57).

Diante disso, importa saber o que o autor entende por Direito, na medida em que denuncia a normatividade legalista do Direito oficial, mas também acredita que o seu

uso poderá contornar as situações calamitosas das comunidades oprimidas. Para De La Torre Rangel:

Reconocemos que el Derecho es Ley, conjunto de normas, pero no sólo es eso, constituyen también derechos subjetivos, facultades de las personas y los grupos sociales sobre lo suyo, y además, Derecho es las cosas y/o conductas debidas a los otros, esto es lo justo objetivo, como concretización de la justicia. Por otro lado, el Estado no es la única fuente de producción de lo jurídico. Los usos y costumbres, los principios generales del Derecho, la realidad misma, naturaleza e historia, del ser humano y de las cosas, produce juridicidad. El Derecho nace del pueblo; de las relaciones interhumanas, de las luchas y reivindicaciones de diversos colectivos. (TORRE RANGEL, 2010, p. 58)

E, complementa: “[...] En varios de mis escritos, he dicho que el ser humano es la raíz de todo Derecho, la fuente primigenia de toda juridicidad; y, por lo tanto, de algún modo, los derechos humanos son necesidades juridificadas.” (DE LA TORRE RANGEL, 2010, p. 59). Então, é justamente nessa necessidade humana “juridificada” que se encontra a base da filosofia jurídica de De La Torre Rangel.

Dessas compreensões, o autor entende que a fonte geradora do Direito não é de forma alguma apenas o Estado, apesar de que, como foi referido, pode-se utilizar alternativamente o Direito oficial para fins justos. Assim, introduz na realidade social as ideias de uma concepção do Direito que nasce do povo e tal situação se dá a partir da criatividade necessária desenvolvida pelas comunidades camponesas ou indígenas em produzir normas para a satisfação de suas necessidades fundamentais, ou então, da situação fática de exigibilidade dos seus Direitos Humanos, ainda que contra o Direito estatal normatizado.

No âmbito da sua ideia de Direito que nasce do povo, De La Torre Rangel afirma que o fundamento da juridicidade está dentro de outra perspectiva filosófica, além da mentalidade normativa do Estado, que o entendimento parte para outra ideia de Direito, forjada em instâncias diversas que a tradicionalmente operada para o conceito. Situa que o fenômeno jurídico é uma manifestação social complexa, imersa em relações sociais também complexas e multifacetadas, dentro de um processo histórico conturbado e uma ordem econômica injusta, privatista e individualizante. Essas manifestações complexas são resultado das necessidades de sobrevivência que perpassam os sujeitos sociais.

Segundo De La Torre Rangel (2004), estas necessidades ganham força jurídica no momento em que se transformam em exigibilidade e a busca de satisfação destas, pois se materializam em processos políticos e exigência. Logo, destaca:

Da perspectiva dos direitos subjetivos – dos direitos humanos expressados como necessidades, como reclamos, como demandas – é questionado o sistema social, o político e o econômico. E é dessa forma que o mundo jurídico é sacudido em sua integridade, pela provocação à justiça que fazem as comunidades pobres. O começo do pluralismo jurídico funda-se – radica-se – na exigência de direitos. (DE TORRE RANGEL, 2004, p. 314).

O que acontece com o Direito quando é visualizada a sua faceta não codificada, é a efervescência do diferente irrompendo na realidade fática. Isto traz algo que não é nada novo, senão apenas desconhecido da história jurídica oficial e da ciência jurídica tradicional. Quando este Direito emerge da matriz popular com fundamentos materiais fundamentais para a existência, e encontra uma realidade que nega acesso para produção, reprodução e desenvolvimento da vida transforma-se em consciência crítica do sistema que lhe nega acesso às capacidades de vida digna. Logo, o ato consciente de negar esta negação de vida é a consciência política prática movida pelo sentimento de injustiça, daí surge outra concepção de Direito: material, concreto, vivo, um Direito que busca utilizando-se da luta política e social superar estas mazelas e obstáculos que impedem a vida digna, trata-se, portanto, de um Direito Insurgente.

Por fim, ao finalizar esta etapa sobre o marco teórico de análise jurídica das obras de Manuel Scorza, vale destacar que abaixo serão verificadas várias passagens que contextualizam a emergência de um Direito Insurgente na obra literária.

3. A guerra silenciosa: o Direito insurgente na obra literária de Manuel Scorza

A escolha de uma obra literária a ser analisada por alguma vertente jurídica se dá por narrativas que tenham relação com o campo jurídico ou então desde alguma provocação interdisciplinar que faça com que a retórica do Direito não ofereça resposta adequada e tenha de ser refletida. Com isto, a literatura por não estar amarrada nas prerrogativas catalogadas em textos normativos emerge da criatividade e não da normatividade e pode, por conta da sua natureza livre, constituir um mundo de personagens fictícios que se relacionam e provocam a realidade jurídica concreta. Contudo, algumas narrativas são compostas na inspiração de fatos verídicos,

acontecimentos que ao transmutar-se em fatos literários eternizam historicamente fatos reais.

Estas últimas maneiras literárias são mais provocativas, afinal, foram inspiradas por acontecimentos reais que ganham contornos novelísticos e despertam a sensibilidade para os absurdos jurídicos que ficam exprimidos entre aquilo que aconteceu realmente e a ficção, despertando também a imaginação e a criatividade, que via de regra são oprimidas pela retórica bacharelesca. Ainda, este tipo de novela literária, que se inspira em acontecimentos reais, também possibilita ao jurista exercitar a fertilidade da construção jurídica crítica, não como mera especulação teórica, mas como raciocínio teórico concreto.

Como é possível perceber, o exercício literário na relação interdisciplinar com o Direito busca desenvolver a criatividade e o pensamento reflexivo, como possibilidade de abertura crítica na consecução de um Direito material que provoca desde a realidade concreta. Assim, a obra de Manuel Scorza auxilia nesse exercício jurídico-literário reflexivo e abre um campo de debate crítico bastante produtivo.

Assim sendo, o cenário da análise consiste em cinco obras que compõe a coleção: “Bom dia para os defuntos” (Redoble por Rancas) (SCORZA, 1975a), “A história de Garabombo o Invisível” (SCORZA, 1975b), “O Cantar de Agapito Robles” (SCORZA, 1979a), “O Cavaleiro Insone (El ginete insone)” (SCORZA, 1979b) e “A Tumba do Relâmpago” (SCORZA, 1986), narrativa literária em forma de realismo fantástico (mistura fatores reais com místicos), que traduzem os acontecimentos ocorridos entre os últimos anos da década de 1960. Neste período, Manuel Scorza atuou com um dos principais articuladores dos movimentos de resistência e luta pelos direitos dos povos da região de Cerro de Pasco nos altiplanos peruanos, tendo utilizado seus livros publicados na década de 1970, como forma de denúncia e divulgação dos fatos de desrespeito para com os povos latino-americanos.

O presente texto constitui-se em um estudo bibliográfico em fontes literárias e jurídicas com o objetivo de apresentar as principais relações entre um Direito crítico e a literatura latino-americana, trabalhando a obra literário-política de um dos precursores do pensamento literário desde a América Latina.

Portanto, pretende-se a partir de uma vertente do pensamento jurídico crítico com recorte latino-americano, explorar através da arte literária a riqueza da complexidade e diversidade deste continente, seus povos, embarcando no pensamento de Manuel Scorza e no seu entendimento de que “[...] a literatura como um dos primeiros pontos de libertação dos povos latino-americanos” (SCORZA, 1977).

3.1. Manuel Scorza: jornalista peruano e dirigente do Movimento Comunal

Manuel Scorza, filho de pai camponês e mãe indígena, nasceu em 1928, em Lima no Peru, tendo frequentado a Universidade de São Marcos, em Lima. Desde muito jovem escrevia poemas e trabalhava na redação de um jornal oposicionista, em 1948, quando o General Odría tomou o poder no Peru. Na época, chegou a ser preso e se exilou no México, onde terminou de estudar literatura. Toda a sua obra – desde os poemas, até seus romances – é permeada por alta carga de politicidade, trazendo à tona o estilo literário do realismo-fantástico, onde narra situações reais, misturando-as com elementos ficcionais.

Na final da década de 1950 e 1960, Manuel Scorza entrou em contato com as reivindicações indígenas dos povos que viviam nos altiplanos centrais do Peru e se tornou um verdadeiro porta voz do movimento comuneiro. Passou a se incumbir da função de escrever sobre as rebeliões dos povos campesinos, que sempre acabavam em derramamento de sangue indígena e que eram – e até hoje o são – ignoradas pela história oficial. Scorza participou efetivamente desses movimentos, que impunham como pautas centrais a insurgência contra a violência do capital e das empresas estrangeiras imposta aos povos campesinos, que visavam usurpar e explorar os recursos naturais da região, em detrimento da sobrevivência dos povos que ali habitavam.

O autor foi testemunha das diversas lutas e dos inúmeros massacres sofridos, tendo tido como bandeira primordial a defesa da causa indígena no Peru. Por ser responsável pela divulgação da insurgência campesina e ter se proposto a escrever sobre ela, tornou-se um expositor do Movimento Comunal. É um romancista latino-americano de suma importância para a literatura política do continente, vez que



sempre foi um autor politicamente comprometido com as causas sociais, em especial com a causa indígena.

3.2. O desenvolvimento da obra “Guerra Silenciosa” e a emergência de um Direito Insurgente

A ideia principal das linhas abaixo é analisar a coleção de obras do escritor peruano Manuel Scorza intituladas como “Guerras Silenciosas”, visualizada pela perspectiva do Direito Insurgente, isto é, de um Direito que surge a partir da luta dos povos, a fim de libertá-los da recorrente exploração, contrapondo-se ao Direito positivado advindo da lógica da modernidade que serve como instrumento de dominação das classes detentoras de poder, que exprimem por meio do direito moderno sua ideologia hegemônica⁸.

Cronologicamente, o primeiro livro a compor a coleção recebe o título de “Bom dia para os defuntos” (Redoble por Rancas, no original), que tem como cenário as décadas de 1950-60 na localidade de Rancas, um povoado no altiplano peruano. A obra conta a história da insurgência de homens e mulheres de alguns povoados peruanos que, descontentes com as práticas abusivas perpetuadas pelas elites, em especial pelo juiz Dr. Montenegro e, posteriormente, pela empresa norte-americana Cerro de Pasco Corporation, rebelam-se através da luta popular.

Cumprir fazer uma breve descrição dos principais personagens que compõem a trama inicial, sendo estes Dr. Montenegro, Héctor Chacón e Fortunato.

O personagem Dr. Montenegro (também referido como “o terno preto”) é o juiz de primeira instância da cidade há mais de trinta anos e é tratado como a personificação do poder: sua vontade é lei e as suas sentenças, por mais absurdas que

⁸ Esta ideia aparece bem explícita em Jesus Antonio de La Torre Rangel explica: Tal absorção do latifúndio privado feito sobre a propriedade comunitária, durante a dominação espanhola, fez-se à revelia do estabelecido pelo Direito indígena, que protegia as propriedades comunitárias das aldeias; nesse período a expropriação é antijurídica. Mas, a partir da independência, ou mais concretamente, desde o triunfo do liberalismo, a expropriação é jurídica, ou seja, de acordo com as normas do Direito positivo. O liberalismo jurídico perdurou no México: leis de desamortização; a Constituição 1857 e com ela uma interpretação individualista do Direito pelos tribunais, além das leis sobre os baldios. Esse Direito privatizou a propriedade agrária, trazendo consequências funestas para as comunidades indígenas e para os pequenos proprietários pobres. (1998, p. 232)

sejam, são inquestionáveis⁹. Exerce seu poderio pelo medo que impõe em todos os moradores da região, que sabem que qualquer pormenor em discordância com o juiz render-lhes-ia algum tempo em cárcere. É descrito como “*mais poderoso do que Deus*” e, apesar de seus abusos serem percebidos, a população tem receio que a situação piore caso rebelem-se.

Já Héctor Chacón é o personagem principal da trama no primeiro livro, um morador dos altiplanos que possui o dom de enxergar claramente no escuro (é nictalope) e por isso é apelidado de Olhos-de-Coruja, aqui em evidente conexão com sua capacidade de refletir sobre a realidade concreta de exploração. Essa característica é o que o permite organizar as lutas pela insurgência de seu povoado. Héctor é o pioneiro na revolta contra os abusos diários perpetrados pelo Dr. Montenegro sobre a população e demonstra seu desejo de insurgência ao estabelecer como meta matá-lo, uma vez que entende que este seria o primeiro passo para a libertação de seu povo. Para Chacón, a morte do Dr. Montenegro não seria um assassinato e sim um ato de justiça.

Na trama também aparece a figura do Fortunato, um campesino que se rebela contra a Cerro de Passo Corporation e passa a liderar a luta de outros campesinos em prol da expulsão da companhia norte-americana. Fortunato, por mais que suas investidas fracassem, não desiste de seu objetivo e segue lutando e resistindo, mesmo que sozinho. É um dos primeiros atores a perceber o constante avanço da cerca que vai demarcando os domínios da Corporação sobre as terras indígenas e se dar conta de que se trata de uma desapropriação das terras comunais da comunidade.

Além dos personagens, faz-se necessário tecer algumas palavras sobre a Cerro de Pasco Corporation, que na obra em questão é a principal responsável pela desgraça destes povoados peruanos. A Cerro de Pasco Corporation, é uma empresa norte-americana que visa explorar os minérios da região de Pasco e, para tanto, apossou-se das terras, cercando-as; a construção desta Cerca cresce desenfreadamente e conta

⁹ No enredo de “Bom dia para os defuntos” há uma passagem em que peões de uma fazenda decidem formar um sindicato para que possam reivindicar seus direitos; haviam há pouco entrado em contato a Constituição. Ao conversarem com seu patrão sobre essa pretensão, o fazendeiro, de pronto, demonstrou um falso entusiasmo pela iniciativa campesina, mas, posteriormente, envenenou a bebida de todos os peões envolvidos, que vieram a falecer. O juiz Montenegro, ao julgar o caso, sentenciou que na fazenda em questão ocorrera um *enfarte coletivo*. (SCORZA, 1975, p. 97-103).

com o Estado como aliado, ou seja, o Estado se une à empresa transnacional em detrimento do bem viver da população. As terras que foram expropriadas pela companhia foram tidas como “sem dono”, quando eram, em verdade, terras comunitárias, compartilhadas pelos membros da comunidade; acontece que para a lógica do capitalismo moderno era inconcebível a ideia de que estas terras não fossem propriedades privadas registradas em papéis e por este motivo a empresa sentiu-se no direito de usurpá-las, com o aval da autoridade estatal.

Como o próprio narrador dispõe, a ideia da Cerca é a de instituir um dono, de delimitar propriedade. Em uma passagem do livro fica explícita a lógica de dominação instituída: “*querem cercar o mundo*” (SCORZA, 1975a, p. 95). A extração de minérios nesta região culminou no envenenamento das águas e na infertilidade das terras, o que ensejou, além da perda de terra pelos camponeses, a morte de muitos animais que eram utilizados como meio de subsistência, o que adiciona à luta um viés ecológico.

A insurgência, como pontua Pazello (2014, p. 336), como fenômeno, admite três formas de aparição: pela resistência, pela revolta e pela revolução. Por isso diz-se que o fenômeno da insurgência é muito mais abrangente do que um processo revolucionário, vistas ao fato de o segundo necessitar de condições muito mais específicas para ocorrer. Podem-se perceber, no decorrer da trama, estas três formas de aparição. A resistência se dá no momento em que a população é obrigada a viver em meio aos recorrentes abusos e excessos por parte das autoridades locais e os aceita, muitas vezes em silêncio, por medo de piores represálias. Na reflexão de Ricardo Pazello, tem-se que:

Resiste-se, sabendo-se ou não disso. A classe trabalhadora, as classes populares em geral, as mulheres, povos e comunidades tradicionais o fazem quotidianamente, ainda que isto não possa significar nem um espontaneísmo político nem um mecanicismo econômico, muito menos um perfectibilismo cultural. (PAZELLO, 2014. p. 337.)

Por sua vez, identifica-se a revolta a partir do momento em que personagens como Héctor e Fortunato passam a apontar os ditos abusos e a organizarem-se em conjunto com a comunidade para construir uma hipótese, por mais remota que seja, de resposta à atual ordem político-jurídica, a fim de que este ato de rebeldia rompa com a lógica de exploração e dominação dos mais fragilizados.

Verifica-se, então, que a luta travada na trama é de caráter revolucionário e não simplesmente reformista, uma vez que visa um total rompimento com a opressora ordem atual. A revolução aparece no momento em que os levantes populares encabeçados tanto por Fortunato quanto por Héctor chegam às vias de fato.

Todavia, por mais bem estruturada e dotada de resistência que tenha sido a luta popular, esta restou frustrada. A estratégia de Héctor de aniquilar o juiz Montenegro foi descoberta, sendo ele apreendido pela Guarda Civil, não conseguindo, assim, finalizar sua missão. Quanto à luta liderada pelo Fortunato, foi fortemente repreendida pelas autoridades policiais, resultando num massacre regado a sangue da população campesina em defesa dos interesses da Cerro de Pasco Corporation. Assim, é finalizada a primeira obra da coleção, com um terrível massacre aos campesinos que insurgiram-se contra os abusos da oligarquia local e da corporação estrangeira.

Já na seguinte obra, intitulada “História de Garabombo: o invisível”, da mesma forma que o fez na primeira, Scorza narra a história da resistência e insurgência dos comuneiros moradores da localidade de Yanahuanca, que além de ter sido ignorado pela imprensa local, não consta na história oficial do Peru. O personagem principal do livro é Garabombo, que torna-se líder do movimento comuneiro¹⁰ ao tentar fazer seu povoado enxergar e resistir aos abusos perpetrados pelas autoridades e fazendeiros. Cumpre assinalar que Garabombo é Fermín Espinoza, personagem também presente em “Bom Dia para os defuntos”.

A invisibilidade de Garabombo é advinda do realismo fantástico que está presente na escrita de Scorza e se elucida nas seguintes passagens: “Na prisão compreendera a verdadeira natureza de sua doença. Não o viam porque não queriam vê-lo. Era invisível como eram invisíveis todas as reclamações, os abusos e as queixas.” (SCORZA, 1975b, p. 43.). O realismo fantástico foi a forma de Manuel Scorza demonstrar que na realidade a invisibilidade de Garabombo é a invisibilidade de todos

¹⁰ O termo comuneiros referencia os sujeitos participativos na vida da comunidade, que, após a inserção enquanto tais passam a possuir o direito de fazer uso dos bens e serviços comuns (às terras, por exemplo) e de participar nas decisões das assembleias comunitárias. Em outros termos, as práticas dos comuneiros possuem um viés comunitário e colaborativo, que visam a emancipação, por meio da organização popular, das comunidades e igualmente operam no sentido de fomentar a criação de uma identidade do grupo. (MACHADO, 2011. p. 164-165).

os indígenas e seu sofrimento ante os olhos dos setores detentores do poder na sociedade.

Da mesma maneira, prossegue o autor: “É que você tem nosso sangue, mas os brancos não me veem. Passei sete dias sentado na porta da repartição. As autoridades iam e vinham, mas não olhavam para mim” (SCORZA, 1975b, p. 17.), este tipo de situação pode ser localizado nas sociologia das ausências¹¹ de Boaventura de Sousa Santos (2010, p. 37-40.), e na ideia do bloco social dos oprimidos¹² de Enrique Dussel (2007, p. 93-95).

A invisibilidade de Garabombo, portanto, é uma clara analogia à postura das autoridades presentes na história, que ignoram as mazelas concretas que assolam a população local e agem como se as reivindicações dos comuneiros fossem absurdas, inválidas e a exploração e a opressão uma cotidianidade destas gentes.

Contudo, na trama, vê-se que a invisibilidade de Garabombo acaba sendo utilizada enquanto estratégia de luta, ela advém do silêncio e da inação da comunidade. Enrique Dussel, ao elucidar a questão da invisibilidade do povo perante às autoridades, dispõe que: “Os que estão fora, como “nada espectrais”, ignorados, invisíveis, são figuras que não existem para ela (para a economia política burguesa, explica Marx), mas somente para outros olhos” (MARX, 1956, p. 606, apud DUSSEL, 2007, p. 98). Por fim, dirá Dussel: “O povo, antes de sua luta, é ignorado, não existe, é

¹¹ Boaventura de Sousa Santos explica que a sociologia das ausências se trata de uma investigação que objetiva demonstrar que “o que não existe é, de fato, ativamente produzido como não-existente, ou seja, como uma alternativa não crível do que existe” (2010, p. 37) (Tradução livre do autor). Boaventura pontua que a sociologia das ausências se trata, em linhas gerais, em transformar objetos ausentes em objetos presentes, partindo da premissa de que há diversas formas de se produzir ausências, sendo que todas elas convergem no ponto em que partem do pressuposto da racionalidade monocultural. Essas ausências, que operam no campo social, político, jurídico, etc, se constituem na medida em que a lógica moderna encoberta e exclui tudo o quanto não é abarcado por seus critérios de validade, sendo que considera todo o resto enquanto atrasado, inferior, improdutivo. A sociologia das ausências é, pois, uma forma investigativa de se tentar expandir os horizontes do presente, que, operando no campo das ciências sociais de forma empírica, visa transformar essas ditas ausências em presenças. (2010, p. 37-40)

¹² Enrique Dussel em seu livro: DUSSEL, Enrique. **1492: o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade**, conferências de Frankfurt. Tradução de Jaime A. Classen. Petrópolis: Vozes, 1993, explicita um bloco social de sujeitos históricos, composto pelos indígenas, negros, criollos, mestiços, camponeses, operários e marginais, como um bloco social dos oprimidos.

uma coisa à disposição dos capitalistas” (DUSSEL, 2007, p. 98). Isso redundava no Não-Ser¹³.

Garabombo aduz que do seu tempo na prisão e no exército extraiu conhecimento político e sobre seus direitos, que leu a Constituição e que foi por meio disso que descobriu que é garantido aos índios o direito à terra; conta que a prisão foi sua melhor escola, pois foi lá onde aprendeu, ao ouvir conversas de dirigentes políticos. Nessa passagem, é possível verificar o ato de conscientização das classes populares acerca dos seus Direitos em desconexão com a realidade concreta. Este ímpeto forma parte do primeiro sentimento de indignação e por consequência a motivação da estratégia de luta pelo cumprimento dos Direitos (direito formalizados, concepção tradicional).

Dando ênfase ao ímpeto da conscientização e luta pelos Direitos, insere-se na história um elemento novo e concreto: são encontrados títulos datados de 1705, expedidos pela Real Audiência, em favor dos índios como os verdadeiros proprietários das terras de Yanahuanca. Esse documento era a comprovação de que os fazendeiros, em verdade, eram usurpadores das terras pertencentes aos comuneiros.

Aqui se abre uma disputa que anima os comuneiros na disputa judicial por Direito, uma reivindicação jurídico-formal, pois é percebido que os índios nunca ganham os processos pela expropriação das terras, vez que as autoridades possuem os mesmos interesses que os fazendeiros e utilizam como expediente o sentido formal do Direito. Além disso, a existência desse Título demonstra que não se trata de expropriação, mas sim recuperação, tendo em vista que a propriedade pertence aos índios.

Após o massacre ocorrido em Rancas, parte dos comuneiros ficaram amedrontados e com receio de que sua situação, que já era precária, pudesse piorar; “Ninguém quer ouvir a palavra ‘reivindicação’” (SCORZA, 1975b, p. 20), conta um dos personagens.

Após sair da prisão pela revolta em Rancas, Garabombo deparou-se com uma comunidade apática e a missão de reunir novamente o movimento:

¹³ A obra que se dedica a estudar o Não-ser na perspectiva dusseliana é: ZIMMERMANN, Roque. **América Latina o não ser**: uma abordagem filosófica a partir de Enrique Dussel (1962-1976). Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1986.

Aqui também a gente tremia até que não houve mais remédio senão lutar. Ainda bem que éramos animais. O animal encurralado ataca. Mas o homem perseguido espera imóvel a morte. É preciso lutar! [...] Já não tem cerco. Nosso massacrados não morreram em vão. Os fazendeiros se propõe acabar com as comunidades, mas os procuradores também se juntaram para lutar até a morte. Ou eles ou nós! Organiza, Garabombo! [...] A Guarda de Assalto pode cuidar de uma fazenda, duas fazendas, três fazendas, Mas, existe tropa suficiente para vigiar todas as fazendas do Peru? Organiza, Garabombo, organiza! (SCORZA, 1975b, p. 144-145)

Apesar da descrença na disputa judicial e nos meios jurídicos, os comuneiros optaram por procurar um advogado em Lima, tendo encontrado o Dr. Basurto, que se intitulava como advogado de Assuntos Comunais. O advogado entrou com um recurso pedindo a expropriação das terras em favor dos índios, não sem antes cobrar-lhes um alto valor em dinheiro. Voltaram à comunidade de Chinche sentindo que estavam perto de obter justiça e seu direito às terras.

Retornando à Lima para conversar com o advogado, encontraram, no escritório do Dr. Basurto, os fazendeiros de Chinche. Pagaram por um novo recurso, mas perceberam que seria inútil a espera pelo sistema de justiça e resolveram agir por si mesmos. É exatamente neste ponto que ocorre a primeira descrença no Direito Formal e a consciência crítica sobre a politização elitista do Direito, ou seja, a fetichização do sistema jurídico vigente¹⁴.

Nas palavras de Hinkelammert (2010, p. 298): “a legalidade absoluta é a injustiça absoluta”, ou seja, a descrença dos povos no sistema jurídico formal acaba se transformando em outra esfera de juridicidade, um direito insurgente, pois ao descobrir que a diferença entre o sistema formal e os seus anseios atende pela ideia de injustiça: **“A raiz do direito insurgente está na nova consciência dos direitos do homem que não considera mais a miséria como uma fatalidade, e comparando-se ao dominante, sente que a diferença entre eles chama-se injustiça”**. (IAJUP, 1990, p. 9, grifo nosso).

¹⁴ Por fetichização do poder, entende-se como o momento em que a vontade do representante político, supostamente escolhido para representar os interesses do povo, se absolutiza e é posta em detrimento da vontade da população. O poder fetichizado seria, portanto, quando a vontade do representante deixa de ser correspondente às vontades da comunidade política que supostamente deveria representar. Assim, a ação desse governante passa a ser tipicamente dominadora e não mais uma delegação do poder da comunidade política. Inverte-se a lógica da política, fetichizando-a, tornando-a um instrumento de dominação do representante para com o povo. (DUSSEL, 2007, p. 43-47)

Assim é que destaca o autor mexicano, sobre a conscientização da negatividade do sistema de justiça oficial:

[...] luta do povo por justiça, quando o outro seja reconhecido como outro. O primeiro momento será reconhecer a desigualdade dos desiguais, e a partir daí virá o reconhecimento pleno não já do desigual, mas do distinto portador da justiça enquanto outro. O Direito perderá sua generalidade, sua abstração e sua impersonalidade. É o rosto do outro como classe alienada que provoca a Justiça [...]. Por essa razão, [...] a busca da Justiça concreta rompe com todo um aparato jurídico que só existe para manter o lucro e o poder. (De la Torre Rangel, 1986:56).

Garabombo seguia demonstrando para os demais comuneiros seu conhecimento legislativo e político adquirido na prisão e no exército, explicitando que, além de justa, suas reivindicações tinham amparo legal: “Recrutas, esta é a Constituição do Peru. Está aqui o artigo 211, que diz que quando os indígenas não têm terras se pode expropriar, prévia indenização. Percorreu a fila mostrando o artigo. Os alfabetizados soletrava e liam; os analfabetos ouviam.” (SCORZA, 1975b, p. 140).

Com o avanço da luta sócio-política, Garabombo já não falava mais em expropriar as terras, visto que, com o Título de 1705 em mãos, a propriedade era comprovadamente dos índios e não se expropria o que é seu: recupera-se. Aqui se evidencia que o Direito formal foi utilizado desde uma reflexão sobre a realidade histórica desses sujeitos, conscientes de que os domínios lhe foram usurpados ilegalmente; cabia-lhes lutar politicamente pela retomada.

Antes de iniciarem as ocupações, Garabombo discursa para os comuneiros conscientizando-os da situação:

Chinchinos, nós envelhecemos reclamando! Passamos nossos anos sentados nos corredores. Anos e anos suplicando! Nunca conseguimos nada! Os fazendeiros nem sequer atendem aos mandados. Foram intimados três vezes para as audiências. Três vezes esperamos três dias e três noites. Não vieram. Mesmo que esperássemos três séculos não se apresentariam. Eu lutei pela expropriação. Estava enganado. Não cabe expropriação. Estas nos pertencem desde 1705. (...) O homem não fica para semente como a batata. Mas morreremos lutando e ninguém cuspirá em nossa memória! (SCORZA, 1975b, p. 152)

Ao ato político, reagiu o governo advertindo que seria utilizada a força, posto que os comuneiros não concordaram em cumprir a ordem de se retirarem das terras em 72 horas. Os guardas armados, dias após, com a ajuda do Exército começaram a incendiar os casebres. Iniciou-se uma carnificina: os campos e ardiam em fogo, havia

inúmeros homens feridos a bala e agonizando. Apesar disso, a comunidade não desistiu de seu intento de defender as suas terras e continuou resistindo. Considerava justo, se fosse o caso, morrer lutando em nome da libertação da comunidade.

Os guardas do Exército conseguiram chegar até Garabombo e capturá-lo. Garabombo, ao ser submetido a agressões, insurgiu-se: disse que havia servido ao exército, que conhecia o regulamento e que sabia que era vedado que a tropa abusasse de civis. Uma célebre passagem da obra ilustra o momento em que capturam o líder do movimento: “- Este é o que os agita, meu sargento – informou Manzanedo. – Este é o famoso Garabombo. Viveu Protestando. - Pois vai morrer protestando.” (SCORZA, 1975b, p. 211).

Tal força política do movimento surpreende aos Oficiais:

- Basta, esses homens não são ladrões. Estão em seu direito. São valentes. Lutei contra eles o dia todo. [...] Hoje matei para defender a terra dos fazendeiros! Me sujei por causa desses merdas!

[...]

- E você o que pensa, Bodenaco?

O comandante Bodenaco aspirou tranquilamente a fumaça de seu cigarro.

- Esta resistência não é normal, meu coronel. Esta gente continua lutando. Segundo os prisioneiros, também vão resistir amanhã. Eu conheço essas coisas. Participei de muitas expulsões. As pessoas se dispersam nos primeiros tiros. Mas estes se encolhem. Atacaram! Aqui há alguma coisa!” (SCORZA, 1975b, p. 212-213)

Paradoxalmente para os chinchinos, a prisão e o exército foram as formas educacionais para que os pobres conhecessem a lei, a Constituição peruana e seus direitos. Foi a partir dessa conscientização de Direitos, aprendidos desde uma situação repressiva, que o povo começou a insurgir-se buscando a libertação dos abusos dos fazendeiros e das autoridades. Contudo, a desconfiança sobre o sistema jurídico sempre pautou a luta política, cedo ou tarde os comuneiros teria uma segunda descrença, tal seria no sistema de justiça.

No terceiro romance da coleção, intitulado de “O Cavaleiro Insone”, novamente tem como enredo uma comunidade nos altiplanos peruanos que é assolada pelos abusos das autoridades e dos fazendeiros, onde os comuneiros trabalham demasiados e vivem em absoluta miséria. Nesta narrativa, o personagem central da trama é don Raymundo Herrera, que é o presidente da comunidade de Yanacocha. Herrera é insone, isto é, parou de dormir a partir do momento em que traçou como meta a

recuperação do Título da comunidade, a fim de acabar com os abusos dos fazendeiros e restituir a terra aos comuneiros.

O personagem explicita para os comuneiros que seu plano é, em primeiro lugar, levantar uma planta das terras da comunidade de Yanacocha; assinala, contudo, sua descrença nos meios tradicionais de se fazer justiça, isto é, por meio do direito. Assim, Herrera recupera o Título de 1705 e o mostra aos demais camponeses, no sentido de incutir-lhes esperança na luta. Ademais, o Título brilha, o que não acontecia outrora, o que indicaria que a justiça está perto de ser feita, o que é um traço do sempre presente realismo fantástico na escrita de Scorza. Ante a descrença nos meios tradicionais de justiça, é de assinalar o que diz Pazello sobre a produção do direito a partir das lutas populares:

O corolário do direito [...] como arma de libertação é o entendimento de que ele nasce do povo. Nasce do povo a luta por direitos negados mas também dele a autonomia para sua produção, como no caso das comunidades indígenas e dos movimentos populares. (PAZELLO, 2014, p. 369)

Assim, surge na trama Agapito Robles, que é o procurador da comunidade e demonstra resistência em aceitar o plano num primeiro momento, pois observa a dificuldade da empreitada, que demoraria meses, quiçá anos, tendo em vista que terão que atravessar inúmeras fazendas para levantar o apoio necessário. Herrera o responde dizendo que “[...] esta viagem durará mais que a vida. Por causa disso vou fazê-la” (SCORZA, 1979a, p 51).

Nessa situação, Raymundo Herrera tem um lapso e elucida que não devem os camponeses ir à busca de uma nova terra, mas sim lutar para que tenham seu direito à terra assegurado. Isso se evidencia na seguinte passagem:

- Se vem para nos dizer que devemos partir à procura de novas terras, se engana. Eu não permitirei que confunda as pessoas. O caminho, *don Inri*, não é fugir, mas lutar com as aqueles que querem nos obrigar a ir embora. [...] Estamos reclamando nossa terra desde 1705. Há duzentos e cinquenta e nove anos que viajamos em busca de justiça. Em vão! [...] Seja como for, levantarei a planta! Nem a tosse nem o sono me vencerão. (SCORZA, 1979a, p. 182)

Após longa viagem pela demarcação, é tornado público que o Engenheiro que auxiliava a comunidade na demarcação havia de fato abandonado a missão. Contudo, a missão de Herrera é tida como cumprida: ele esclarece que seu real desejo era fazer

com que a comunidade acreditasse que a reivindicação era justa e que, por meio de sua raiva perante os abusos e injustiças, se dispusessem a lutar pelo seu direito a terra. A passagem em que esclarece isso é digna de exposição:

- Provei o que queria provar.
- Que é que queria provar?
- Provei que não podemos provar nada! E quando todos os homens compreenderem que é impossível provar uma causa justa, então começara a Raiva. Deixo-lhes como herança a única coisa que tenho: minha raiva. (SCORZA, 1979a, p. 195)

Após ter cumprido seu objetivo de vida, isto é, após a comunidade dar início a organização de forma conjunta, O Cavaleiro Instone finalmente recupera seu sono, fechando os olhos e descansando em sua morte. Entretanto, a resistência e a luta não teve fim: após tempo na prisão, o solicitador Agapito Robles é o protagonista da próxima balada da série.

O quarto livro da sequência intitula-se “O Cantar de Agapito Robles” e, como o próprio nome aponta, o personagem principal da história é Agapito Robles que, diferentemente dos protagonistas anteriores, não possui nenhuma enfermidade especial. Agapito somente se vestia com cores chamativas e fortes, afirmando que “[...] no dia em que eu me vestir de escuro não terei forças para mastigar” (SCORZA, 1979b, p. 101).

A história se inicia quando Agapito Robles, após passar quinze meses na prisão, devido à revolta que resultou no massacre em Yanacocha, retorna à comunidade e se depara com ela novamente apática. Narra o autor que Agapito saiu da prisão apenas com alguns pertences de vestimentas e uma Constituição do Peru, o que demonstra, mais uma vez, que a prisão serviu para os comuneiros como um tempo para estudarem sobre os direitos que lhes cabem.

Não obstante, Agapito vai em busca ao Título de 1705, que continuava enterrado na caverna de Nahuanpuquio. Ao desenterrá-lo, percebeu que o Título não emitia nenhuma luz, diferentemente de outrora, o que se traduz em uma metáfora: a não luminosidade do Título significava que a justiça estava longe de ser feita.

Nesse momento, Agapito desperta para a luta de outra forma, posto que percebe a hora de parar de tentar recuperar as terras dos comuneiros pelas vias legais, já que a justiça não estava a favor dos interesses da comunidade. Agapito se dá conta, também,



que o Título se tratava apenas de um pedaço de papel e que Yanacocha só recuperaria suas terras por meio da luta política e social; o Título servia para demonstrar que os comuneiros tinham razão na sua reivindicação, mas não seria por meio dele que iriam conquistar as suas terras.

Até o momento, todas as revoltas protagonizadas pelos andinos terminaram em tragédia e repressão e Scorza, quanto a essa situação, escreve de forma poética que “Nos Andes, os massacres se sucedem com o ritmo das estações. Tem quatro no mundo; nos Andes, cinco: primavera, verão, outono, inverno e massacre.” (SCORZA, 1979b, p. 13), retratando o cotidiano de exploração e abusos sob os quais os comuneiros eram submetidos.

Agapito juntou um grupo de pessoas que considerava comprometidos com a causa para iniciar a organização do movimento. Propôs a recuperação de Huarautambo pela força e a formação da Junta pela Recuperação de Terras. Em seu discurso, Agapito Robles como procurador dos comuneiros fala sobre conscientização político-jurídica:

- Amanhã recuperaremos Huarautambo pela força! Só pela força se pode obter justiça no Peru! Na prisão de Huánuco conheci o professor Muelas. (...) Recordo suas palavras e guardo também o que disse ao procurador de Ninao no dia em que este lhe contou que sua comunidade se preparava para iniciar um processo para recuperar as terras: ‘Antes de começar o processo compra uma cama-de-vento’. - Para quê, professor?’ - ‘Para esperar a sentença, seu bobo’. - ‘Por que me insulta, doutor?’ - ‘Não sabes, caralho, que jamais um índio ganhou um processo no Peru?’ (...). Eu guardo as palavras dele. Um dono não suplica por aquilo que é seu: recupera. Comuneiros: amanhã acabará a viagem que nossos avós começaram há duzentos e cinquenta anos! Yanacochanos: quando se espalhar pelo mundo o barulho da queda da grande fazenda de Huarautambo, nossos irmãos se animarão e começarão, em todo Pasco, a recuperação definitiva das terras usurpadas e a guerra avançará incendiando tudo! Assim seja! Amanhã caíra Huarautambo! Caia quem cair! Estão prontos a entregar suas vidas para que assim seja? (...) Se temos de morrer, morramos como irmãos! (SCORZA, 1979b, p. 176-177)

Esse trecho evidencia a descrença nos meios formais de se fazer justiça, posto que o direito e a lei estão a serviço das classes dominantes da sociedade. Ao povo, cabe a insurgência e a organização da luta para recuperar o que lhes é de direito. Demonstra, também, a importância da causa, a ponto de ser digno sacrificar a própria vida pela libertação de toda a comunidade.

Os comuneiros retomam a fazenda e comemoram sua vitória até anoitecer, com cantorias e dança. No entanto, Agapito logo percebeu que havia sinais de advertência, anunciando que a tropa armada estava se aproximando. Agapito, como de praxe, iniciou sua dança¹⁵ com seu poncho colorido, se espalhando e “[...] incendiando o mundo” (SCORZA, 1979b, p. 212). Neste livro é narrado o real despertar da consciência comunitária da importância da luta comuneira, o Direito já não é mais uma arma política como dominação das elites, agora é um fundamento político crítico, como arma de libertação dos povos subalternos, é o Direito material vivo, nas mesmas palavras anteriores: “[...] lutemos pela construção de um novo direito que nasce da vontade liberta dos oprimidos”. (RECH, 1990, p. 4), ou nas palavras de De la Torre Rangel: “[...] En varios de mis escritos, he dicho que el ser humano es la raíz de todo Derecho, la fuente primigenia de toda juridicidad; y, por lo tanto, de algún modo, los derechos humanos son necesidades juridificadas.” (DE LA TORRE RANGEL, 2010, p. 59)

O último livro das baladas de Manuel Scorza é chamado de “A Tumba do Relâmpago” e tem como personagem principal o advogado comuneiro Genaro Ledesma. O enredo inicia-se com Genaro regressando para Cerro de Pasco e questionando sobre a veracidade do que traziam os livros.

A relação entre a Cerro de Pasco Corporation e a comunidade era extremamente complicada e complexa, pois, de um lado havia uma série de abusos e exploração aos trabalhadores por parte da empresa; por outro lado, ante a menor ameaça de paralisação ou insurgência dos mineiros, a empresa ameaça retirar-se do Peru ou demitia milhares de funcionários, o que agrava a situação de dependência e miséria. Tal situação replica-se de forma bastante fiel na realidade.

Os comuneiros dirigiram-se ao Ledesma, dizendo que, durante sua ausência, haviam se dado conta de que não precisavam de um advogado, posto que as causas judiciais nunca eram resolvidas a favor comuneiros. Precisavam, de fato, de algum dirigente capaz de organizar a luta. “Não necessitamos de processos: necessitamos de fuzis” (SCORZA, 1986, p. 57), disseram, reforçando a tomada de consciência dos camponeses pela necessidade da luta organizada e armada.

¹⁵ A dança foi a forma literária que Scorza utilizou para demonstrar que mais um massacre foi imposto pelas tropas do governo, sem saída e sem armas restou a Agapito Robles dançar e cantar a desgraça do seu povo.

Ao se estabelecer enquanto advogado que lutava pelas causas comunais, muitos camponeses passaram a procurar Ledesma, sendo que diversas vezes o litígio existente era entre duas comunidades campesinas. Ledesma começou a refletir sobre o fato de as lutas camponesas se darem de forma isolada; possivelmente este era um dos motivos pelo qual as rebeliões, de modo geral, falharam. Não existia uma união da classe camponesa, nem mesmo uma consciência da classe; cada comunidade se revoltava isoladamente. A este ponto, os comuneiros já tinham a clareza de que não reconquistariam suas terras por meio de lides judiciais. Utilizavam os processos apenas como forma de ganhar tempo e ludibriar as autoridades, para que pensassem que não havia a gestação de uma organização real da luta camponesa. Genaro Ledesma assumiu para si a incumbência de mediar os conflitos históricos entre as comunidades, para convencê-las a lutarem em conjunto pela recuperação das terras.

O momento do início da retomada das terras traz em si uma simbologia fortíssima de toda a história da luta comuneira do Peru. Em uma passagem da narrativa, Scorza versa que:

Esses homens mal vestidos, de rostos avariados pelas intempéries, essas mulheres impregnadas de excitação contida, essas crianças de caras cheias de crostas, esses velhos farrapentos não vinham de Yarusyacán, chegavam do fundo da história peruana! Essa marcha não durava quatro dias, mas quatrocentos anos. Essa multidão não tinha partido das casinhas de Yarusyacán, mas das cavernas da loucura, para onde fugiram os quíchuas enlouquecidos com a morte do sol. (SCORZA, 1986, p. 142)

O Governo rapidamente ficou sabendo do início de um novo ciclo de rebeliões, e não hesitaria em agir de forma repressiva e violenta, como sempre o fez. As autoridades intimaram Ledesma, informando-o que, caso os comuneiros não desocupassem a fazenda de Paria, em Yarusyacán, a Tropa de Assalto agiria. Os Guardas de Assalto entregaram uma ordem de despejo à Exaltación Travesño, procurador de Yanahuanca. A ordem do Ministro do Interior seria a de solucionar o conflito de forma pacífica, contudo, deveriam os campesinos desocuparem as terras “invadidas”. Faz-se nota da resposta Exaltación Travesño ao Guarda, que aponta que: “- A palavra invasão não cabe, meu comandante. Nós não invadimos: retomamos as terras de nossos antepassados. [...] Estas terras pertencem à fome de nosso filhos. Não

voltaremos atrás! Se o governo de nossa pátria amada manda que você nos mate, cumpra o seu dever!” (SCORZA, 1986, p. 203-204).

Essa passagem evidencia, ademais, a convicção dos comuneiros de que estão lutando por seus direitos, sendo que a própria morte seria melhor do que a humilhação de acatar a ordem de despejo e a certeza de voltarem à vida de miserabilidade, abusos e exploração. Digna de nota também é o que responde o comandante da Guarda:

- Não! Não vai correr sangue! Estou farto de combater contra peruanos. Não viemos massacrá-los. Estamos aqui porque não podemos desobedecer a ordens superiores. Estive a ponto de matá-lo. A culpa é de nossos chefes conchavados com os oligarcas. Eles nos mandam baleiar inocentes. (SCORZA, 1986, p. 204).

Apesar das tentativas frustradas do Movimento Comunal de operar a retomada de suas terras, ainda hoje a situação nos Andes segue a mesma: cenário de extrema desigualdade social, onde há muito dinheiro em poucas mãos, com empresas estrangeiras decidindo o destino de milhões de comuneiros, que seguem sendo vitimados pela dominação e miserabilidade. Contudo, a vontade de produzir e reproduzir vida do campesinato continua presente, motivo pelo qual a organização da luta persiste até a atualidade, traduzindo-se em uma forma não hegemônica de luta por direitos; são, pois, movimentos de insurgência política.

Portanto, o direito insurgente está atravessado em todas as obras de Scorza, pois ambas tratam da luta política a partir da conscientização de direitos negados pelo sistema formal. Da consciência crítica à negatividade do sistema formal, somada à necessidade de produzir e reproduzir a vida, é que aparece uma luta pela transformação do sistema jurídico vigente desde fora, da exterioridade. Mesmo que este direito não vigente, ainda não esteja catalogado em um sistema formal, não quer dizer que as práticas dos povos em suas lutas pelo acesso aos meios de produção e reprodução na terra não sejam direitos. São direitos materiais, concretos, que por ousar apontar a injustiça da legalidade, são insurgentes.



Conclusão

As obras de Manuel Scorza deixaram uma importante contribuição ao pensamento jurídico crítico no sentido de demonstrar que a vontade política de poder das oligarquias regionais acaba usurpando o sentido de justiça e operam pelo sistema jurídico vigente para fazer valer suas vontades de poder sobre as vontades de produção, reprodução e desenvolvimento da vida dos sujeitos e comunidades subalternos.

Assim, são verificados os movimentos indígenas nas obras do autor peruano como lutas políticas por Direitos, que, antes do campo jurídico, representam instrumentos de enfrentamento às oligarquias – que ditam o Direito formal a partir dos procedimentos e catálogos que determinam seus interesses –. Por conseguinte, essas “lutas instituintes” (SÁNCHEZ RUBIO, 2007, p. 27) dos povos indígenas por justiça, anteriores e contrárias aos interesses oligárquicos, representam anseios encobertos pela codificação legal, e revelam uma verdadeira tradição latino-americana de luta pelos Direitos Humanos Fundamentais (DE LA TORRE RANGEL, 2014, p. 10-26), ou mesmo afirmam uma luta por vida digna e contra as injustiças.

Portanto, ao rebelar-se contra a ordem vigente, no campo político, no econômico e no social são insurgentes; por afirmar um Direito material a não ser espoliados dos meios de vida, também produzem Direitos e; por afirmar nas suas lutas a busca pelas condições materiais de produção, reprodução e desenvolvimento da vida em plenitude, são humanos. Assim sendo, a obra de Scorza não se dedica somente a narrar uma novela literária, é também uma introdução ao pensamento jurídico crítico latino-americano desde a condição histórica concreta dos sujeitos vivos que lutam e morrem na afirmação dos Direitos Humanos Insurgentes como arma de libertação.

Para além da obra especificamente de Manuel Scorza, é importante assinalar que a literatura latino-americana, de modo geral, possui alta carga de politicidade, ainda que não construa sua narrativa em temas expressamente tidos como políticos. Historicamente, a literatura produzida nestas latitudes, seja por simplesmente narrar o cotidiano das gentes que são vitimadas pelo sistema-mundo, torna-se um significativo instrumento de luta pelos Direitos Humanos, por denunciar e anunciar às presentes e futuras gerações as mazelas sentidas e vivenciadas concretamente pelos

povos latino-americanos. A literatura, assim como outras formas de expressões artísticas, são capazes de romper os muros acadêmicos e bacharelescos e atingir um contingente populacional maior do que o tradicionalmente alcançado pela retórica do ensino formal.

A escrita literária pode, portanto, assumir um viés libertário, no sentido de auxiliar a desocultar as faces de *Nuestramérica*. O escritor uruguaio - e um dos principais nomes da literatura latino-americana - Eduardo Galeano, já debruçou-se sobre a questão, escrevendo que

Creio que a literatura pode reivindicar um sentido político libertador, sempre que contribua a revelar a realidade em suas dimensões múltiplas, e que de algum modo alimente a identidade coletiva ou resgate a memória da comunidade que a gera, *seja qual for o seu tema*. Um poema de amor pode ser, neste ponto de vista, politicamente mais fecundo que uma novela sobre a exploração dos mineiros de estanho ou dos trabalhadores das plantações de banana. (GALEANO, 2000, 153)

Assim, se evidencia o caráter sócio-político que não só pode, como historicamente vem assumindo a literatura, em especial se levarmos em consideração a produção advinda de palcos geopolíticos como a América Latina, onde as contradições inerentes ao sistema são vistas a olho nu e a desigualdade social é mais explicitada. Pode-se atribuir, pois, o papel de auxiliar na conscientização de classe, ainda que de maneira indireta, e tornar fecundo no imaginário popular as inquietações relativas à necessidade de organização social, a fim de romper com lógicas excludentes e violentas que permeiam, inclusive, a juridicidade formal e hegemônica.

A literatura, por si só, não tem como carregar sozinha o papel de empreender transformações sociais, especialmente em um contexto regional onde os níveis de analfabetismo ainda são alarmantes e não há um acesso democrático à leitura, mas se constitui, sem dúvidas, enquanto um importante instrumento de ação e de luta pela afirmação dos Direitos Humanos numa perspectiva crítica, juntamente com as demais expressões artísticas, que revelam a identidade latino-americana e descortinam para o mundo todo a violência sofrida e a potencialidades podadas nestes territórios. A produção artística, em forma de literatura ou não, é uma forma de resistência e, pois,

“não é inútil cantar a dor e a beleza de ter nascido na América” (GALEANO, 2000, p. 128).

Referências bibliográficas

BALDEZ, Miguel L. Anotações sobre direito insurgente. **Revista Captura Crítica:** direito, política, atualidade. Florianópolis, n.3., v.1.jul./dez. 2010.

DE LA TORRE RANGEL, J. A. Direito dos povos indígenas da Nova Espanha até a Modernidade. Em: WOLKMER, Antonio Carlos. (Org.). **Direito e justiça na América Indígena:** da conquista a colonização. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998.

DE LA TORRE RANGEL, Jesús Antonio. **El Derecho como Arma de Liberación En América Latina.** Sociología jurídica y uso alternativo del derecho. México, D. F.: CIEMA; Aguascalientes: Centro de Estudios Jurídicos y Sociales Padre Enrique Gutiérrez; San Luis Potosí: Comisión Estatal de Derechos Humanos de San Luis de Potosí, 2006.

_____. **Tradición iberoamericana de derechos humanos.** México: Escuela Libre de Derecho; Porrúa, 2014.

_____. **El derecho que sigue naciendo del pueblo:** movimientos sociales y pluralismo jurídico. México: Ediciones Coyocán, 2012.

_____. **Derecho y liberación:** pluralismo jurídico y movimientos sociales. Bolivia: Editorial Verbo Divino, 2010.

DUSSEL, Enrique. **1492:** o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade, conferências de Frankfurt. Tradução de Jaime A. Classen. Petrópolis: Vozes, 1993

_____. **20 Teses de Política.** Buenos Aires: CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, 2007.

GALEANO, Eduardo. **Ser como eles.** 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

HINKELAMMERT, Franz. **El sujeto y la ley.** El retorno del sujeto reprimido. Costa Rica: EUNA, 2005.

IAUJP. Coleção Seminário n° 14, 1990, texto Direito Insurgente: o direito dos oprimidos, IAJUP/FASE. Rio de Janeiro: 1990. Disponível em:
<<http://assessoriajuridicapopular.blogspot.com.br/2012/07/biblioteca-ajup-rj.html>>

MACHADO, Lucas, **Pluralismo Jurídico e Justiça Comunitária na América Latina:** perspectivas de emancipação social. 2011. 218 f. Dissertação (Mestrado em Teoria, Filosofia e História do Direito). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. p. 164-165)

PAZELLO, Ricardo Prestes. **O Direito Insurgente e os Movimentos Populares**: o giro descolonial do poder e a crítica marxista do direito. 2014. 545p. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

PRESSBURGUER, Miguel. Direito insurgente: o direito dos oprimidos. Em: RECH, Daniel (*et al*). **Direito Insurgente**: o direito dos oprimidos. Rio de Janeiro: AJUP/Fase, out. 1990, p. 06-12.

_____. Um trabalhador fala: O direito, a justiça e a lei. Em: **Coleção “Socializando o conhecimento”**, n. 05, Rio de Janeiro: AJUP/Fase, out. 1988.

RECH, Daniel. Direito insurgente: o direito dos oprimidos. Em: PRESSBURGER, Miguel; (*et al*). **Direito insurgente**: o direito dos oprimidos. Rio de Janeiro: AJUP/Fase, out. 1990.

SÁNCHEZ RUBIO, David. **Repensar Derechos Humanos**. De la anestesia a la sinestesia. Sevilla: MAD, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Refundación del Estado en América Latina**. Perspectivas desde una epistemología del Sur. Lima: Instituto Internacional de Derecho y Sociedad, 2010.

SCORZA, Manuel. **Bom dia para os defuntos**. 2. ed. São Paulo: Editora Bisordi Ltda, 1975a.

_____. **História de Garabombo, o invisível**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1975b.

_____. **O Cavaleiro Insone**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979a.

_____. **Cantar de Agapito Robles**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979b.

_____. **A Tumba do Relâmpago**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.

_____. Entrevista ao programa **A Fondo**, Radio y Televisión Española, 1977, Espanha. Entrevista concedida a Joaquín Soler Serrano.

WOLKMER, A. C. Pluralismo, justiça e legitimidade dos novos direitos. In: **Revista Sequência**: Estudos jurídicos e políticos, n°54, V. 28, Curso de Pós-Graduação em Direito - UFSC, Ano XXVII, Julho de 2007.

_____. **Introdução ao Pensamento Jurídico Crítico**. 8ª edição, São Paulo: Saraiva, 2012.

ZIMMERMANN, Roque. **América Latina o não ser**: uma abordagem filosófica a partir de Enrique Dussel (1962-1976). Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1986.



Direito e Literatura Latino-Americana: os direitos humanos insurgentes na guerra silenciosa de Manuel Scorza

Resumo

O presente estudo trata de uma aproximação entre os campos comunicativos expressados por meio do Direito e da Literatura, em especial uma investigação no tema do Direito crítico Insurgente que aparece na série de obras literárias intituladas “Guerra silenciosa” do autor peruano Manuel Scorza. Essa categoria jurídica deve ser localizada na órbita dos Direitos Humanos como condição material de interpelação por justiça. Dessa forma, a teoria jurídica crítica do Direito Insurgente será o marco teórico pelo qual se irá abordar o tema dos Direitos Humanos nas referidas obras literárias, movida pela hipótese de que o campo literário quando aproximado ao campo jurídico evidencia elementos que possibilitam uma visão crítica ao fenômeno jurídico em sua modalidade formal. Por isso, o objetivo geral é aproximar Direito e Literatura no marco do Direito Insurgente e, em específico verificar como as obras de Manuel Scorza podem resgatar uma concepção jurídica própria latino-americana que visualiza o horizonte da luta por Direitos Humanos e libertação. A metodologia da investigação foi a pesquisa bibliográfica. Ao final serão apresentadas algumas perspectivas críticas do Direito no contexto latino-americano, em que através da guerra silenciosa será estabelecido um quadro das categorias aptas para compreender os Direitos Humanos como arma de libertação.

Palavras-Chave: Direito Insurgente; Literatura; Direitos Humanos; Libertação; Povos oprimidos.

Derecho y Literatura Latinoamericana: los derechos humanos insurgentes en la guerra silenciosa de Manuel Scorza

Resumen

El presente estudio trata de una aproximación entre los campos comunicativos expresados por medio del Derecho y de la Literatura, en especial una investigación en el tema del Derecho crítico Insurgente, que aparece en la serie de obras literarias intituladas “Guerra Silenciosa” del autor peruano Manuel Scorza. Esa categoría jurídica debe ser localizada en la órbita de los Derechos Humanos como condición material de interpelación por justicia. La teoría jurídica crítica del Derecho Insurgente será el marco teórico por lo cual se abordará el tema de los Derechos Humanos en las referidas obras literarias, movida por la hipótesis de que el campo literario, cuando aproximado del campo jurídico, evidencia elementos que posibilitan una visión crítica al fenómeno jurídico en su modalidad formal. Por eso, el objetivo general es aproximar Derecho y Literatura en el marco del Derecho Insurgente y, en específico, verificar como las obras de Manuel Scorza pueden resgatar una concepción jurídica propia latinoamericana, que visualiza el horizonte de lucha por Derechos Humanos y liberación. La metodología de la investigación fue la pesquisa bibliográfica. Al final, serán presentadas algunas perspectivas crítica del Derecho en el contexto latinoamericano, en que por medio de la guerra silenciosa será establecido un cuadro de categorías aptas para comprender los Derechos Humanos como arma de liberación.

Palabras-Clave: Derecho Insurgente, Literatura, Derechos Humanos, Liberación, Pueblos oprimidos.

Latin American law and Literature: human rights insurgent in the silent war of Manuel Scorza

Abstract

The present study deals with an approximation between the communicative fields expressed through Law and Literature, especially an investigation on the theme of Critical Insurgent Law that appears in the series of literary works entitled "Silent War" by the Peruvian author Manuel Scorza. This legal category must be located in the orbit of human rights as a material condition of interpellation for justice. In this way, the critical legal theory of Insurgent Law will be the theoretical framework by which the subject of human rights will be addressed in the mentioned works, driven by the hypothesis that the literary field when approaching the juridical field evidences elements that allow a critical view

of the phenomenon in its formal modality. Therefore, the objectives are generally to approximate law and literature within the framework of insurgent law, and specifically to verify how the works of Manuel Scorza can rescue a Latin American own legal concept that visualizes the horizon of the struggle for Human Rights and liberation. The research methodology was the bibliographical research. In the end, some critical perspectives of Law will be presented in the Latin American context, where through the silent war the framework of the categories capable of understanding Human Rights as a weapon of liberation will be established.

Key-Words: Insurgent Law; Literature; Human rights; Release; Oppressed people.



As Políticas Externas do Brasil e da Venezuela para a América do Sul entre 1999-2013: entre a cooperação e a competitividade

*Fernanda Cristina Nanci Izidro Gonçalves*¹

*Rafael Araujo*²

Introdução

Nos últimos anos, o maior ativismo das relações políticas e econômicas na América do Sul despertou o interesse da academia. Em geral, os estudos apontam que as eleições de governos de esquerda e centro-esquerda no subcontinente a partir de 1998 propiciaram mudanças nas políticas externas dos países, implicando em transformações nas suas relações com os Estados Unidos (EUA) e na intensificação das iniciativas regionais de integração e cooperação (RIGGIORIZZI; TUSSIE, 2012; FRAZIER; STEWART-INGERSOLL, 2012; SERBIN et al, 2014). Tais iniciativas se basearam na ideia de fortalecer a América do Sul enquanto espaço geopolítico e geoeconômico a partir de processos autônomos de integração. Esses se consubstanciaram no reforço do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), na criação da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), na Aliança Bolivariana para os Povos da América (ALBA), entre outras ações (PECEQUILLO, 2013).

A potência regional na América do Sul é o Brasil. Sob a gestão do ex-presidente Lula (2003-2010), o país se posicionou como um dos agentes integradores do subcontinente e buscou liderar a construção de um espaço político, econômico e de segurança autônomo, principalmente, frente à grande potência do continente, os EUA. Para tal, foram fundamentais as iniciativas de integração supracitadas, pois estas marcaram a afirmação da liderança brasileira no hemisfério sul-americano e

¹ Doutoranda em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP/UERJ). Mestre em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2011). É coordenadora adjunta do Núcleo de Estudos Atores e Agendas de Política Externa (NEAAPE), pesquisadora do Observatório Político Sul-Americano (OPSA), editora do Boletim NEAAPE, coordenadora e professora do curso de Relações Internacionais no Centro Universitário La Salle-RJ. E-mail: fnanci@gmail.com

² Professor do Instituto Federal de Sergipe (IFS). Doutor em História pelo PPGHC/UFRJ (2013). Participa como historiador convidado do projeto "1914-1918-online. International Encyclopedia of the First World War" organizado pela Freie Universität e pelo Friedrich-Meinecke-Institut. Pesquisador associado ao Núcleo de Estudos de História Política da América Latina (NEHPAL) da UFRRJ e ao Grupo de Estudos do Tempo Presente (GET) da UFS. E-mail: rafa.ara@gmail.com

A elaboração desse artigo contou com o fomento da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

contribuíram para o fortalecimento das relações políticas e econômicas do Brasil com os seus vizinhos.

Já a Venezuela viu o seu papel enquanto potência secundária na região se fortalecer sob liderança de Hugo Chávez, especialmente entre 2004-2013. Nesse período, a estabilização das disputas políticas com a oposição e o vertiginoso crescimento dos preços internacionais do petróleo permitiram a Chávez se associar aos governos petistas, principalmente a Lula, para expandir a influência regional venezuelana. Ademais, o país utilizou-se da “diplomacia do petróleo”, discutida posteriormente nesse trabalho, e da capacidade de influência de seu presidente sobre os distintos líderes de esquerda para ampliar a influência política venezuelana na região.

Considerando a nova dinâmica geopolítica que se estabelece na América do Sul a partir dos anos 2000, a ascensão da Venezuela como potência secundária sob gestão de Chávez (1999-2013) e o papel desempenhado pelo Brasil como potência regional sob a gestão de Lula da Silva (2003-2010), este artigo tem como objetivo analisar a política externa destes países para a região e compreender se desenvolveram um padrão de cooperação ou competição.

Na literatura sobre as potências regionais e as secundárias (FLEMES, 2012a) é apontado que as potências secundárias podem contestar o poder da potência regional por meio de determinados arranjos cooperativos com outros países da região ou com alianças extra regionais, mas também é salientado que a potência secundária pode adotar o comportamento de carona e apoiar a liderança regional. Sendo assim, reconhecendo que Brasil e Venezuela possuem distintas capacidades de poder relativo e diferentes padrões de relacionamento com os países vizinhos, este artigo lança luz sobre como estes aspectos impactaram as políticas externas que desenvolveram na América do Sul no início deste novo século, compreendendo se houve mais convergência ou disputa entre os países. Para tanto, analisa-se a relação bilateral entre os países, o engajamento brasileiro e venezuelano nas instituições regionais, o ativismo e a liderança regional exercida pelos dois estados no “espaço sul-americano” ao longo do período abordado.

Assim, busca-se responder as seguintes questões: como o lugar que estes países ocupam na hierarquia de poder regional, enquanto potência regional e potência secundária, orientaram suas políticas externas no subcontinente? Houve mais

cooperação ou competição entre a potência secundária e a potência regional ao longo do período analisado? Conclui-se que embora tenha existido competição em busca de influência na região, houve, com efeito, mais cooperação na relação bilateral e que o estabelecimento de uma profícua colaboração entre os governos dessas nações fortaleceu o protagonismo regional tanto da potência da região como da potência secundária, fomentando a integração e o ativismo de suas políticas externas no período analisado.

Com relação à metodologia, este artigo baseia-se em uma pesquisa histórica-institucional e comparativa. Foi realizado um levantamento bibliográfico que sustentou as análises das políticas externas do Brasil e da Venezuela entre 1999 e 2013 e uma seleção de documentos governamentais e de instituições regionais que fundamentaram a construção argumentativa desse ensaio. A comparação nos permitiu embasar o arcabouço teórico e as hipóteses desse trabalho, sobretudo, a que versou sobre o predomínio da cooperação entre os governos brasileiro e venezuelano na temporalidade aqui avaliada.

Além desta breve introdução, o artigo é composto por mais 5 seções. A seção a seguir apresenta a discussão conceitual, discorrendo sobre os conceitos de potência regional e secundária, além de apontar os comportamentos tipicamente adotados por estes países em suas políticas exteriores. Em seguida, são apresentadas as diferentes dinâmicas de integração e cooperação na região sul-americana a partir dos anos 2000. As seções seguintes apresentam especificamente as políticas externas do Brasil e da Venezuela para a América do Sul, à luz do marco conceitual. Por fim, a última seção oferece uma conclusão sobre o tema estudado e discute como os últimos acontecimentos regionais e as mudanças nos governos brasileiro (Dilma Rousseff /Michel Temer) e venezuelano (Nicolás Maduro) influenciaram uma mudança na política exterior dos países para a região assim como promoveram modificações intensas em suas relações bilaterais.

Potência Regional e Potência Secundária: definições conceituais

As mudanças recentes na distribuição de poder no sistema internacional, propiciadas pelo enfraquecimento da liderança política dos EUA e pela ascensão de novos polos de poder, suscitou novo interesse da academia pelo tema dos estudos

sobre as regiões. Assim, muitos acadêmicos orientaram suas pesquisas ao estudo das estruturas e dos atores regionais, buscando compreender quais papéis podem desempenhar em um mundo multipolar (NOLTE, 2011; NABERS; GODEHARDT, 2011; BUZAN; WAEVER, 2003).

A literatura sobre o tema não é nova, pois diversos conceitos foram desenvolvidos ao longo do tempo para compreender os fenômenos políticos, econômicos e sociais que existem nas regiões. Também os enfoques analíticos são múltiplos. Alguns favorecem a abordagem política, outros partem de critérios econômicos e ainda há os que discutem a região a partir de critérios de proximidade geográfica, dos problemas que compartilham e do estudo das ideias (RIGGIORIZZI, TUSSIE, 2012; BUZAN; WAEVER, 2003; ADLER, 1997; KEOHANE, 1984).

Nos estudos sobre regiões, o termo potência regional é utilizado, de modo geral, para fazer referência a uma hierarquia de poder no sistema internacional, referindo-se a um país que é influente em uma determinada região ou sub-região (NABERS; GODEHARDT, 2011). Assim, caracteriza-se como um termo geopolítico. Outros termos que possuem conotação geopolítica e relacionam-se ao conceito de potência regional são potência média e potência intermediária. Embora sejam termos em sua natureza distintos, por enfatizarem o *status* na hierarquia de poder em nível global e não regional, em conjunto, se referem a países em desenvolvimento que não possuem a capacidade de poder material necessária para serem considerados grandes potências e influenciarem sozinhos as relações internacionais, mas que ao atuarem em conjunto com outros Estados em coalizões, órgãos e fóruns internacionais, conseguem afetar as relações políticas e econômicas internacionais. Seriam os chamados *system-affecting states* (KEOHANE, 1969). Como a ênfase deste artigo é analisar a atuação dos países na América do Sul, optou-se por trabalhar com os conceitos que enfatizam, em especial, o lugar geopolítico dos Estados nas regiões. Desse modo, utiliza-se o conceito de potência regional para tratar do Brasil e potência secundária para tratar da Venezuela.

Para analisar as potências regionais, Detlef Nolte (2011) sistematizou uma definição que contempla aportes teóricos do realismo, do construtivismo e do institucionalismo neoliberal, teorias do campo de estudo das Relações Internacionais. Conforme sua proposta, uma potência regional é definida como um país que: (I) articula uma posição de liderança em uma região delimitada geograficamente,

economicamente e politicamente; (II) possui os recursos materiais (militares, econômicos e demográficos), organizacionais (políticos) e ideológicos para projeção de poder regional; (III) possui grande influência nas relações e nos resultados dos processos regionais; (IV) possui interdependência econômica, política e cultural na região; (V) influencia de forma significativa a delimitação geográfica e a construção política e ideacional da região; (VI) exerce influência por meio de estruturas de governança regional; (VII) articula e define uma identidade e um projeto regional; (VIII) provê bens coletivos para a região ou participa de forma significativa da provisão destes bens; (IX) influencia fortemente a definição da agenda de segurança regional; (X) tem uma posição de liderança reconhecida ou respeitada pelos demais atores regionais e extra regionais; (XI) participa de fóruns inter-regionais e globais representando não apenas seus interesses, mas também, ao menos de forma limitada, os interesses regionais.

Embora não exista uma aceção única de potência regional, a definição proposta por Nolte (2011) consegue abranger diferentes aspectos que a literatura sugere como definidores desses Estados, englobando os recursos materiais e políticos, a disposição para assumir a liderança na região, o exercício da liderança e o reconhecimento dos vizinhos sobre o desempenho deste papel.

No entanto, como é possível qualificar uma potência regional? Para classificar um país nesta categoria, é necessário medir alguns indicadores. A capacidade material é analisada por meio de indicadores econômicos, militares, demográficos e de desenvolvimento. Já mensurar a disposição de assumir um papel de liderança na região é um exercício mais complicado, pois envolve a avaliação das ações de política externa dos países na região (LIMA, 2014). O reconhecimento e a aceitação da liderança pelos vizinhos também não são fáceis de mensurar, mas indicadores como o apoio aos países em cargos de direções em organizações internacionais podem ser utilizados (LIMA, 2014; WEHNER, 2011). Mensurar a liderança é a tarefa mais complicada, pois o próprio conceito de liderança é bastante contestado na literatura. Nesse sentido, Lima (2014) sugere que liderança seja compreendida não como a influência sobre terceiros, mas como a influência sobre os resultados. Esse tipo de influência define um ator com poder de veto, aquele que sem a anuência não é possível concluir um acordo ou uma negociação. Outra forma de compreender liderança sugerida pela autora é proposta por Destradi (2010 apud LIMA, 2014, p.239)

que entende o fenômeno como cooperativo. Nesse sentido, diferentemente da hegemonia, o exercício de liderança se baseia na realização do interesse comum do grupo.

Como mencionado anteriormente, não há consenso sobre o que é liderança na literatura, mas algumas definições se aproximam em determinados aspectos ao enfatizarem o exercício da liderança (i) cooperativa, consensual e empreendedora; (ii) normativa e intelectual; (iii) estrutural e distributiva (via utilização dos recursos materiais). Assim, para mensurar a liderança da potência regional (Brasil) neste trabalho, são observados estes três traços, buscando evidências no comportamento brasileiro que corroborem estes tipos de liderança, agrupados conforme as categorias supracitadas. Vale destacar que a liderança pode ser expressa por mais de uma forma, assim ela pode se manifestar de forma (i) cooperativa/consensual/empreendedora em um campo, (ii) de forma normativa/intelectual ou (iii) estrutural/distributiva em outro.

Por sua vez, as potências secundárias são países que possuem recursos de poder materiais e ideais relativamente menores do que as potências regionais na hierarquia de poder da região e, portanto, ocupam uma segunda posição de poder. A análise dos indicadores materiais é relevante, portanto, para mensurar suas capacidades (FLEMES, 2012a).

Quando observados os indicadores da América do Sul, o Brasil é considerado a potência regional, enquanto Venezuela, Argentina, Chile e Colômbia são as potências secundárias. A tabela a seguir apresenta indicadores relacionados aos recursos materiais que permitem a comparação.

Tabela 1: Recursos Materiais: Brasil, Argentina, Chile, Colômbia e Venezuela

Indicadores - 2013	Brasil	Argentina	Chile	Colômbia	Venezuela
Demografia/Geografia					
População	204.259.377	42.538.304	17.575.833	47.342.363	30.276.045
Área (Km ²)	8.515.770	2.780.400	756.096	1.141.749	912.050
Economia e Desenvolvimento					
PIB (em milhões US\$)	2.409.740	518.920	252.462	333.817	439.149
PIB per capita (US\$)	11.797	12.199	14.364	7.051	14.505
IDH	0,752	0,833	0,830	0,718	0,764
Militar					
Gastos Militares (% PIB)	1,3%	0,8%	2,0%	3,3%	1,4%
Gastos Militares (US\$)	32.128	4.273	5.166	10.979	6.284
Efetivo total de Forças Armadas	713.480	105.650	106.100	455.750	115.000

Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponíveis no site do Banco Mundial e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)³.

Como é possível observar, há uma grande concentração de recursos materiais no Brasil. A população brasileira é a maior da região, correspondendo à quase 50% da população sul-americana. O território brasileiro é três vezes maior que o argentino, que ocupa o segundo lugar no ranking. Conforme mencionam Frazier e Stewart-Ingersoll (2012), o Brasil ainda possui uma localização geográfica privilegiada com acesso ao Atlântico e fronteira com quase todos os países sul-americanos, com exceção do Chile e do Equador. Ademais, possui abundância de recursos naturais, como florestas, recursos hídricos, petróleo, gás natural e minerais. Os indicadores econômicos também são expressivos. O PIB brasileiro é o maior da região, apesar de ficar em posição inferior à Argentina, ao Chile e à Venezuela quando é considerado o PIB *per capita* e o IDH, refletindo os problemas sociais e a desigualdade existentes no país. No que tange aos indicadores militares, possui o maior efetivo militar e os maiores gastos em números absolutos. Em relação à capacidade material, o país possui, portanto, preponderância frente a seus vizinhos.

No que diz respeito às potências secundárias, a Argentina é tradicionalmente o país que ocupa o segundo lugar na hierarquia de poder regional. Com grande território, população, recursos naturais diversos e histórico de ativismo internacional, o país possui ambições de exercer a liderança regional (MALAMUD, 2012). Entretanto, a instabilidade econômica enfrentada entre 2011 e 2017, conforme tabela abaixo,

³ Os dados referentes aos indicadores de demografia/geografia, militar e economia foram extraídos de <http://data.worldbank.org/> e o IDH foi extraído de <http://hdr.undp.org/>. Os indicadores apresentados são referentes ao ano de 2013, pois foi o último ano em que os indicadores de todos os países foram apresentados. Em 2014 faltaram indicadores referentes à Venezuela e em 2015 os da Argentina.

dificultou a sua projeção de poder na região, ampliando a assimetria frente à potência regional.

Conforme pode ser observado na tabela 2, a Argentina cresceu menos que Colômbia e Chile nos últimos no período supracitado. Em termos de capacidade militar, o país ocupa a última posição em comparação às demais potências secundárias. Assim, a tradicional posição argentina na hierarquia de poder regional apresenta-se ameaçada por chilenos e colombianos.

Tabela 2: Índices de crescimento econômico do Produto Interno Bruto (PIB) entre 2011 e 2016

Países	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Argentina	6,0%	-1,0%	2,4%	-2,5%	2,6%	-2,2%	2,9%
Brasil	4,0%	1,9%	3,0%	0,5%	-3,8%	-3,6%	0,9%
Chile	5,8%	5,5%	4,0%	1,9%	2,3%	1,6%	1,5%
Colômbia	6,6%	4,0%	4,9%	4,4%	3,1%	2,0%	1,8%
Venezuela	4,2%	5,6%	1,3%	-3,9%	-5,7%	-9,7%	-12,7%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponibilizados pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL)⁴

No que diz respeito à Venezuela é importante destacar que exerceu, sob a gestão de Chávez, liderança no subcontinente, ganhando espaço como potência secundária. Além de altas taxas de crescimento econômico, impulsionadas pelos recursos financeiros gerados pela elevação do petróleo, o país ampliou sua capacidade de atração de aliados para a sua esfera de influência (FLEMES, 2010; MALAMUD, 2012). Além disso, investiu na área militar, ocupando a terceira posição. Contudo, o país encontra-se desde 2013 em profunda crise político-econômica, com uma retração do PIB na casa dos 32% entre 2013 e 2017, de acordo com os dados da CEPAL exposto na tabela anterior. Por isso, o país vem perdendo o protagonismo na região conquistado ao longo da presidência de Chávez. Ademais, contribuiu para isso a fragilidade da

⁴ Dados extraídos de: (i) Estudio Económico de América Latina y el Caribe 2017: la dinámica del ciclo económico actual y los desafíos de política para dinamizar la inversión y el crecimiento. Disponível em: <<https://www.cepal.org/es/publicaciones/42001-estudio-economico-america-latina-caribe-2017-la-dinamica-ciclo-economico-actual>>. Acesso em: 20 mai. 2018. (ii) Balance Preliminar de las Economías de América Latina y el Caribe 2017. Disponível em: <<https://www.cepal.org/es/publicaciones/42651-balance-preliminar-economias-america-latina-caribe-2017>>. Acesso em: 20 mai. 2018.

política externa do governo de Nicolás Maduro. Essas razões impactaram o exercício de sua liderança regional no atual governo.

Diante da grande concentração de recursos materiais no Brasil, quais são as estratégias de política externa à disposição das potências secundárias sul-americanas? Segundo Flemes (2012b), as potências desta natureza podem responder às estratégias de liderança da potência regional de forma conflitiva, cooperativa ou competitiva. O enfoque conflitivo envolve meios militares e o conflito direto como opção para limitar a liderança regional. Os enfoques competitivos e cooperativos se equilibram entre as estratégias de *balancing*, que envolve a busca por garantir um equilíbrio de poder regional, e de *bandwagoning*, que se reflete na conduta do carona (*free rider*) (WALTZ, 1979; SCHWELLER, 1994 apud FLEMES, 2012b, p.20)

Neste artigo, entende-se que a estratégia da Venezuela oscilou durante o período analisado entre os enfoques cooperativo e competitivo. Porém, durante a maior parte do período, observa-se a adoção do comportamento de *bandwagoning* pela Venezuela na sua relação com o Brasil. Isto porque embora Chávez tenha liderado diversos projetos de integração desenvolvidos a partir dos anos 2000 na América do Sul, consolidando uma liderança entre as nações periféricas, como Equador e Bolívia, a parceria com o Brasil sob gestão de Lula alçou a Venezuela a uma condição de destaque no sistema internacional, uma vez que os países atuarem de forma integrada na criação da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), na constituição do Banco do Sul, na expansão do MERCOSUL e no fortalecimento da América do Sul enquanto uma região de destaque na geopolítica e geoeconomia mundial.

Destaca-se, ainda, outros fatores que impactam o padrão de comportamento das potências secundárias em relação à potência regional, como: o legado histórico das relações; as imagens coletivas da potência regional; as percepções de ameaças à segurança; a influência de atores domésticos e de seus interesses em termos de política exterior. Além disso, a conduta da potência regional também pode impactar o seu relacionamento com as potências secundárias, caso exista uma situação de negligência regional. Nesse sentido, o exercício de liderança por parte do Estado mais forte é necessário para evitar a adoção de estratégias de contestação por parte dos países mais fracos (FLEMES, 2012a; 2012b) e como exposto ao longo deste artigo, o

Brasil, sob liderança de Lula, buscou ser mais ativo e propositivo no que tange aos projetos regionais.

Após a definição dos conceitos de potência regional e potência secundária, a seção a seguir apresenta as principais iniciativas e projetos que emergiram na América do Sul a partir dos anos 2000, para que nas seções seguintes as políticas externas do Brasil e da Venezuela e sua relação bilateral estejam devidamente contextualizadas.

A América do Sul como Espaço Geopolítico no Século XXI

O fim da Guerra Fria, a crise econômica dos anos 1980 e o cenário político favorável à preponderância de poder dos EUA impuseram desafios aos países sul-americanos nos anos 1990. As prioridades norte-americanas para a região baseavam-se no Consenso de Washington, nos novos temas e nas iniciativas de integração regional, que buscavam avançar a liberalização comercial, como a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Os principais temas na agenda regional deste período foram a negociação da dívida externa, a abertura comercial, a consolidação democrática, os ajustes estruturais e as condicionalidades impostas pelos países e instituições do centro do sistema internacional (PECEQUILO, 2013; LIMA, 2014).

Se os anos 1990 foram marcados por uma certa homogeneização das experiências nacionais dos países sul-americanos, os 2000 têm como característica a heterogeneidade e a diversidade (LIMA, 2014). Importantes transformações ocorreram na América do Sul com a implementação de novas formas de regionalismo que modificaram o espaço geopolítico e afetaram a formulação e condução das políticas externas dos países sul-americanos.

Entre os fatores que propiciaram o surgimento deste novo momento político da região destacam-se os acontecimentos externos, como os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 nos EUA e a crise financeira global em 2008 – que enfraqueceram a liderança norte-americana no subcontinente – e acontecimentos endógenos, como a ascensão de governos progressistas, a busca pela superação da ideologia neoliberal, a implementação de políticas desenvolvimentistas e de forte cunho social, além de políticas externas revisionistas (SERBIN et al, 2014). Esse novo momento político não se configurou em políticas convergentes em direção a um processo tradicional de integração regional. Fortaleceu-se o regionalismo, propiciando

cooperação em diferentes áreas e a coordenação de políticas que refletiam os interesses de política externa dos atores regionais (LIMA, 2014).

Uma das primeiras iniciativas que caracterizou a nova dinâmica geopolítica da região foi a criação da ALBA, em 2004, impulsionada pelos então presidentes Hugo Chávez e Fidel Castro. O projeto de cunho anti-hegemônico e com forte viés ideológico buscava estabelecer uma oposição aos EUA, caracterizando-se como um instrumento de contenção ao seu poder na região. Os anos 2000 também foram caracterizados pela expansão do MERCOSUL com a entrada da Venezuela no bloco em 2012, apesar da oposição paraguaia naquele momento, e com a incorporação da Bolívia por meio do Protocolo de Adesão, restando a ratificação do acordo pelos Estados membros para seu ingresso definitivo⁵. Não obstante a discussão sobre a flexibilização do MERCOSUL ou sua maior institucionalização, o bloco serviu como resistência para pressões assimétricas, como em negociações com os EUA e com a União Europeia ao longo do período (VIGEVANI; ARAGUSUKU, 2014). Com isso, o MERCOSUL consolidou-se como mais um instrumento de contenção da influência estadunidense ao Sul do continente, fortalecendo a América do Sul.

Outro projeto que marcou a região e sua maior integração foi a UNASUL, criada em 2008, em substituição à Comunidade Sul Americana de Nações (CASA), que fora estabelecida em 2004. Esta organização foi uma grande inovação em termos regionais, pois até então não existia uma organização que abrangesse os 12 Estados sul-americanos e fosse um fórum privilegiado para discussão e mediação dos problemas regionais. Ademais, no âmbito da instituição foram criados importantes órgãos para tratar da cooperação em diferentes áreas. Destaca-se a criação, em 2008, do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), iniciativa inédita na região. Segundo Battagliano (2012), o CDS desenvolve uma nova concepção sobre políticas em defesa, que deixam de ser tratadas de forma unilateral para dar origem a um processo de coordenação de posições para enfrentar os complexos desafios regionais. Ademais, é uma iniciativa pragmática de contestação da participação dos EUA nos assuntos de defesa da região.

Outro projeto que merece destaque é a Aliança do Pacífico. Esta foi formada por 3 países sul-americanos (Colômbia, Peru, Chile) e pelo México em 2011. Seus objetivos são construir uma área de livre comércio e uma plataforma de cooperação política, econômica e comercial que auxilie na projeção desses países no cenário

⁵ Disponível em: <<http://www.mercosul.gov.br>>. Acesso em: 13 jan. 2018.

internacional, sobretudo na Ásia e no Pacífico⁶. A Aliança se inscreve em um movimento distinto dos anteriores, visto que enfatiza acordos de livre comércio e soluções de mercado.

Conforme apresentado, desde os anos 2000 a América do Sul foi revitalizada como espaço geopolítico a partir da intensificação das articulações entre os países e da criação de uma nova arquitetura institucional. Os projetos e iniciativas são diversos entre si, respondendo às distintas preferências de política externa nacionais. Tendo em vista este contexto apresentado, como o Brasil, enquanto potência regional, se inseriu na região ao longo deste período? É esta pergunta que a seção a seguir busca responder.

O Brasil no Governo Lula: ativismo e liderança regional

Durante a primeira gestão de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), a liderança brasileira na América do Sul não foi um tema central em nossa política exterior, apesar da região ter sido uma das prioridades da agenda brasileira. Para além da integração regional através do MERCOSUL, o Brasil sediou a primeira reunião de presidentes da América do Sul, no ano 2000, e teve importante atuação como mediador no conflito entre Equador e Peru acerca da definição de limites territoriais (WEHNER, 2011). Também foi importante naquela época a negociação com os EUA para a criação da ALCA, conduzida pelo governo através do bloco regional. Contudo, no segundo mandato de FHC, entre 1999 e 2002, houve uma alteração de diretrizes da política externa brasileira para a América do Sul. Assistiu-se ao fortalecimento do MERCOSUL e o aprofundamento da presença brasileira na região, por meio da dinamização das relações comerciais e dos incentivos às obras de infraestrutura, que foram impulsionadas em 2001 com a criação da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) (ALSINA JUNIOR, 2006).

Mas, é a partir do governo Lula (2003-2010) que o exercício da liderança regional e o aprofundamento dos vínculos com os países sul-americanos ganhou intensidade. Com isso, a gestão petista exacerbou as diretrizes externas para o subcontinente que foram iniciadas por seu antecessor. O governo Lula empreendeu alterações estratégicas na política externa, que se direcionou a busca de maior

⁶ Disponível em: <<https://alianzapacifico.net>>. Acesso em: 13 jan. 2018.

autonomia. Assim, o governo brasileiro buscou diversificar as parcerias internacionais e reforçar as relações com outros países emergentes e em desenvolvimento, dando especial atenção às relações com os países vizinhos e à ampliação da capacidade de ação coletiva na região (PECEQUILLO, 2013).

No entanto, o Brasil enfrentou alguns obstáculos para aprofundar a capacidade de ação coletiva. Um exemplo foi o processo de integração regional por meio do MERCOSUL. A dificuldade de consenso entre os países membros, as grandes assimetrias entre os países do bloco e a tarifa externa comum com inúmeras exceções demonstraram problemas na implementação da iniciativa. Diante das diversas dificuldades em aprofundar a integração econômica no bloco, o governo brasileiro revitalizou a instituição aprofundando o seu viés político e estratégico. Assim, diversas iniciativas foram implementadas, como o Fundo para Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM) em 2005, o Parlasul em 2006 e o aprofundamento da IIRSA (criada durante o governo FHC) (MALAMUD, 2012). A entrada plena da Venezuela na organização, a inclusão da Bolívia e os acordos de associação do Chile, do Peru, da Colômbia e do Equador também se inserem nesse contexto (FLEMES, 2010).

É importante destacar que a atuação brasileira como potência regional no âmbito do MERCOSUL pode ser questionada no quesito liderança, visto que o país é reticente quanto a aprofundar a integração no bloco e limitar sua autonomia, adotando postura que Pinheiro (2004) caracteriza como institucionalismo pragmático. Ademais, se uma potência regional exerce influência por meio de estruturas de governança regional e articula a projeção de uma identidade da região, a baixa institucionalização do MERCOSUL é um aspecto que limita o exercício de liderança pelo Brasil. Como pontuam Vigevani e Aragusuku (2014), as limitações no bloco não devem ser atribuídas apenas ao Brasil, mas cabe ao país como potência regional trabalhar em prol da integração, assumindo o papel de *paymaster*. Nesse aspecto, salienta-se que a liderança brasileira em sua dimensão distributiva e estrutural encontra limites no âmbito desta instituição, apesar de seu viés cooperativo ao incorporar novos membros e buscar o aprofundamento da colaboração política e em infraestrutura.

Outro aspecto importante da atuação brasileira na sub-região foi a mediação de crises regionais, tema em que o Brasil exerceu papel ativo ao ajudar a reduzir as tensões entre Colômbia, Equador e Venezuela em 2008, durante crise relacionada ao

combate às FARC, e quando mediou o impasse relacionado à tentativa de golpe de Estado na Venezuela em 2002, liderando com Lula a criação do Grupo de Amigos da Venezuela em 2003 para promover cooperação entre governo e oposição. Ademais, teve papel importante para engajar a Argentina e o Chile na missão de paz (MINUSTAH) que lidera no Haiti (WEHNER, 2011). Nessas ocasiões, o exercício de liderança com traços consensual, cooperativa e empreendedora foi desempenhado pelo Brasil.

Contudo, mesmo atuando como potência regional nestas situações, em outras o país apresentou limitações em sua liderança na região. Um exemplo foi a recusa do Chile e da Bolívia da participação brasileira no litígio sobre a saída boliviana para o mar e o episódio de nacionalização do gás boliviano, em que faltou maior ativismo do governo no tratamento da crise. Estes episódios indicam, respectivamente, a ausência de liderança consensual/cooperativa e estrutural/distributiva. Ademais, destaca-se a omissão brasileira nas negociações entre Argentina e Uruguai acerca da implantação de empresas de celulose no Rio Uruguai (WEHNER, 2011), apontando para a limitação da liderança regional no que tange ao estabelecimento de consenso entre seus vizinhos.

No que tange à UNASUL, destaca-se o protagonismo brasileiro em sua construção ideacional e política, exercendo importante liderança normativa/intelectual. A liderança do país no processo de institucionalização da organização pode ser caracterizada também como consensual/cooperativa/empreendedora, pois embora tenha sido um dos principais promotores do organismo, dividiu a tomada de decisões com os demais atores regionais. A Presidência Pro-Tempore foi ocupada por outros países como Chile, Equador, Venezuela e Bolívia, bem como os cargos de Secretário-Geral.

No âmbito da UNASUL, a liderança estrutural/distributiva também é cobrada do Brasil enquanto potência regional. O país respondeu à iniciativa liderada por Chávez de criação do Banco do Sul, sendo um dos promotores da instituição. O banco que se apresenta como uma alternativa às demais instituições de crédito internacionais, tem como objetivo financiar projetos de desenvolvimento em áreas estruturantes para promoção da infraestrutura regional e expansão das cadeias

produtivas⁷. Também na UNASUL, a criação do Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN) contou com liderança brasileira. A iniciativa foi impulsionada pelo governo devido à sua dimensão estratégica ao propiciar investimento de recursos e de diferentes tipos de financiamento para os projetos de infraestrutura na região (PADULA et al, 2015). O COSIPLAN também implicou para o Brasil o desempenho de uma liderança distributiva, visto que cabe à potência regional ofertar bens coletivos em sua região.

Ainda no que tange à UNASUL, o CDS foi criado a partir de uma proposta exclusivamente brasileira, como forma de ampliar a cooperação em defesa e segurança na região, impulsionar a indústria de defesa e evitar a ingerência dos EUA e imposição de sua agenda de segurança no subcontinente. A esse respeito vale destacar a intensa presença militar norte-americana na América do Sul e especialmente em regiões limítrofes com o Brasil. Destaca-se o contexto de criação do órgão: logo após eclosão da crise entre Colômbia e Equador e dias após ser anunciada a reativação da Quarta Frota no Atlântico Sul pelos EUA, o que torna evidente a sua dimensão estratégica (BATTAGLINO, 2012). O CDS criou, portanto, a possibilidade de adoção de uma política regional autônoma na área de defesa e de uma coordenação de políticas no campo, algo inédito até então. No âmbito do CDS, o país teve papel importante ao atuar como estabilizador diante de algumas tensões, como no reestabelecimento das relações diplomáticas entre Colômbia e Venezuela em 2010 e na redução das tensões com os EUA sobre a utilização de bases militares na Colômbia (VIGEVANI; ARAGUSUKU, 2014). Nessas ocasiões, a liderança consensual/cooperativa/empreendedora se manifestou no desempenho brasileiro de potência regional.

O ativismo regional brasileiro também foi acompanhado pelo aumento da internacionalização do capital nacional, refletido na presença de grandes empresas na América do Sul, em setores de energia e infraestrutura (COSTA, 2009). A Petrobras por exemplo, respondeu por 10% do PIB boliviano em 2007 (NEL; STEPHEN, 2010). Outra empresa que expandiu consideravelmente sua atuação na região foi a Eletrobrás (PADULA et al, 2015). Ressalta-se que o BNDES teve papel central na internacionalização das empresas brasileiras, pois proveio crédito para impulsionar as exportações e os projetos de infraestrutura na região (COSTA, 2009). A

⁷ Disponível em: < <http://www.unasursg.org>>. Acesso em: 12 jul. 2016.

internacionalização das empresas brasileiras é mais um aspecto da liderança do Brasil enquanto potência regional na América do Sul, evidenciando um aspecto de liderança estrutural/distributiva.

Conforme afirmam Padula et al (2015, p.76):

O Brasil tem um grande potencial para promover a integração energética em diferentes aspectos [...]. Por meio de investimentos, financiamentos (BNDES, participação eventual no Banco do Sul e aportes no Focem) e de suas grandes empresas (Petrobras e Eletrobras), tem capacidade de impulsionar projetos energéticos e de interconexão nos países e entre eles, ajudando a resolver os problemas de abastecimento em alguns países e integrando a região.

Diante dos recursos materiais brasileiros, de sua participação ativa nos organismos regionais, da intensa busca pelo desempenho do papel de líder regional e da expansão de seu capitalismo na região, como lidaram os países vizinhos que se enquadram na categoria de potências secundárias, em especial a Venezuela?

De fato, o Brasil não exerceu seu ativismo e exercício de liderança de forma incontestada. Embora suas relações regionais sejam caracterizadas pela cooperação e seu legado histórico na região seja de um país pacífico, que respeita o direito internacional e que faz uso de recursos de *soft power*, algumas potências secundárias temeram a concentração da distribuição de poder na potência regional e possuíram um comportamento ambivalente em relação ao Brasil, variando entre a cooperação e a competição em temas específicos, fazendo uso de mecanismos de *soft balancing*.

A Argentina, por exemplo, ao longo dos anos 2000, ao mesmo tempo em que ampliou a cooperação com o Brasil e fez parte da construção de uma estrutura de governança regional, também construiu alianças com terceiros para contrabalançar o peso brasileiro na região, como indica a aproximação com a Venezuela durante os governos de Nestor e Cristina Kirchner. A busca por limitar o poder brasileiro se baseou em estratégias institucionais, como no MERCOSUL, por meio da adoção de políticas protecionistas, e na UNASUL, instituição na qual o ex-presidente Nestor Kirchner exerceu o cargo de Secretário Geral e onde a Argentina buscou atuar junto com o Brasil como mediador em crises regionais. Ademais, o vizinho não apoiou o pleito brasileiro por um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, como representante da América Latina.

O exemplo mais significativo foi da Venezuela. Este país investiu no fortalecimento das relações econômicas, buscando mudar o equilíbrio de poder sul-americano. Na área energética, a empresa estatal de petróleo, PDVSA, competiu com a brasileira, Petrobras, em busca de investimentos em recursos energéticos. Ademais, o país firmou inúmeros acordos garantindo o fornecimento de petróleo com condições diferenciadas para países vizinhos (FLEMES, 2010). Na área política, Chávez liderou junto com o Brasil a constituição da UNASUL e foi mais ativo no que tange à construção do Banco do Sul. Também seu ativismo ideológico exerceu papel central em fase de ascensão de governos progressistas, permitindo construir alianças políticas, que se refletiram sobretudo na ALBA. Assim, a Venezuela despontou como um país disposto a exercer uma liderança regional, oferecendo uma outra opção ideológica e de investimentos econômicos ao Brasil na América do Sul. Todavia, a liderança venezuelana de Chávez foi limitada na região, devido às grandes diferenças políticas e ideológicas que possui com alguns países, como Chile e Colômbia, por exemplo.

A respeito do Chile, o país apoiou a liderança brasileira na América do Sul quando o Brasil construiu consensos, persuadindo e limitando posições extremistas, como as da Venezuela. Por outro lado, contestou este papel quando houve tentativa de exercê-lo em assuntos relacionados aos seus interesses, como no conflito com a Bolívia e na área econômica, buscando se resguardar das negociações em bloco do lado brasileiro, evitando ficar atado às discussões políticas e comerciais do MERCOSUL.

Com relação à Colômbia, os governos Álvaro Uribe e Lula tiveram divergências em relação ao Plano Colômbia e à militarização do conflito, visto que os países compartilham cerca de 1.644 km e que o plano estabelece a presença militar estadunidense em região fronteiriça. Todavia, apesar das diferenças existentes, os governos ampliaram a cooperação na região amazônica, em segurança e combate ao narcotráfico, mas o país integra junto com o Chile a Aliança do Pacífico, iniciativa que aumenta a concorrência econômica na região e impõe desafios ao Brasil.

Assim, como se pode notar, as potências secundárias impuseram desafios e limitações ao exercício da liderança regional brasileira neste novo século, por meio de um enfoque competitivo. Frente a este cenário, o país buscou exercer de forma ativa a liderança na América do Sul, embora tenha manifestado seu papel de líder de diferentes formas, dependendo do tema e da instituição regional. A liderança

brasileira variou entre (i) consensual/cooperativa/empreendedora, (ii) normativa/intelectual e (iii) distributiva/estrutural, conforme apresentado. Todavia, muitos autores apontam para uma limitação na disposição brasileira para o exercício do papel de potência regional, devido à sua hesitação e mesmo falta de disposição para arcar com os custos da integração econômica, energética e em infraestrutura. A crítica se refere à falta de maiores concessões financeiras e da adoção plena do papel de *paymaster* na região (SPEKTOR, 2010; FLEMES, 2010).

Com efeito, existiram limitações no desempenho do papel de potência regional pelo Brasil na sub-região, mas considerando que para ser uma potência regional, alguns pré-requisitos devem ser satisfeitos, entre os países sul-americanos é o Brasil o país que melhor se enquadra na definição. O enquadramento não é perfeito, pois como apresentado, embora o país tenha os recursos materiais necessários, a disposição para assumir a liderança na região, o exercício da liderança regional e o reconhecimento dos vizinhos são quesitos que em alguns aspectos encontraram-se limitados. Todavia, quando analisado o padrão de comportamento dos países vizinhos em relação à liderança e ao maior ativismo brasileiro, percebe-se que o enfoque cooperativo prevaleceu frente ao competitivo, mesmo quando a competição foi proveniente do país que, durante o período analisado, exerceu o maior grau de competição ideológica e econômica frente ao Brasil, que foi a Venezuela chavista.

A seção a seguir apresenta a política exterior do país vizinho ao longo deste período e explica como a potência secundária investiu em sua relação bilateral com o Brasil de forma pragmática, alavancando resultados positivos para a integração da região, fomentando maior cooperação mesmo frente a momentos de maior competição.

A Venezuela Chavista: uma potência secundária entre o pragmatismo e o radicalismo com a América do Sul

A crise econômica na década de 1980 e a ocorrência das redemocratizações em grande parte dos países sul-americanos impulsionaram o surgimento de distintos processos de integração regional, como apontado anteriormente. Os venezuelanos foram entusiastas desses processos, apesar da sua política externa naquela década ter sido marcada pelo maior alinhamento com os EUA. Esse fato decorreu dos distúrbios

econômicos vividos pelo país, em decorrência do vertiginoso crescimento da sua dívida externa⁸ e do recrudescimento das tensões com os soviéticos que foram promovidas pelo governo de Ronald Reagan durante os seus dois mandatos presidenciais.

A relação com os estadunidenses, porém, não impediu a reaproximação com os vizinhos sul-americanos. Foi superado o distanciamento vivenciado nas décadas de 1960 e de 1970, que decorreu das críticas venezuelanas às ditaduras civis-militares predominantes naquele período. Além disso, os parâmetros da política externa venezuelana foram pautados pela Doutrina Betancourt. Esta foi elaborada pelo principal articulador do Pacto de Punto Fijo⁹, Rómulo Betancourt, e previa a condenação dos regimes ditatoriais sul-americanos e a defesa da democracia e dos direitos humanos. Em paralelo, a política externa venezuelana foi direcionada para a expansão de poder sobre o Caribe e para o estreitamento das relações com os EUA, principal comprador do petróleo do país. Destacou-se, ainda, a construção naquele período do protecionismo econômico, pois a industrialização venezuelana tornou-se prioridade (CERVO, 2001).

Um exemplo relevante da associação venezuelana com os sul-americanos foi o estabelecimento do Tratado de Cooperação Amazônica. Esse acordo foi estabelecido por Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela em 1978. Ele aliou essas nações com o intuito de promover a proteção e o aproveitamento científico das riquezas naturais amazônicas, o desenvolvimento sustentável, a criação de infraestrutura comunicativa e de transportes e a preservação do meio ambiente (TCA, 1978).

A aproximação entre a Venezuela e os países sul-americanos manteve-se em um crescente ao longo das décadas de 1980 e de 1990, embora os distúrbios econômicos e políticos entre os anos de 1989 e de 1998¹⁰ tenham dificultado a inserção

⁸ Segundo Victor Urquidi (2005), a dívida externa venezuelana saltou de US\$ 1.422 milhões em 1970 para US\$ 29.356 milhões em 1980. Para mais detalhes, ver Urquidi (2005, p.278).

⁹ O pacto de Punto Fijo foi um acordo realizado, em 1958, após o fim da ditadura militar de Marcos Pérez Jiménez, pelas principais lideranças políticas venezuelanas. Conduziram esse processo os partidos Comitê de Organização Política Eleitoral Independente (COPEI) e a Aliança Democrática (AD), que se alternaram no poder entre 1958-1998. O acordo originou o pouco inclusivo sistema bipartidário venezuelano, que foi marcado pelo arrefecimento das diferenças ideológicas e programáticas entre os sucessivos governos daquele período. Para um aprofundamento do tema, consultar McCoy e Myers (2007).

¹⁰ Nesse período, a Venezuela vivenciou forte turbulência política. Essa foi possibilitada pelo movimento popular de fevereiro de 1989 conhecido como *Caracazo*, pela tentativa de golpe de Estado liderado por

internacional do país. Contudo, o início do governo de Chávez, em 1999, transformou as diretrizes da política externa venezuelana. Observa-se a defesa do multilateralismo nas relações internacionais, constatado no incentivo às relações com a África, o Oriente Médio, a China e a Rússia, e a forte reivindicação da integração latino-americana. Concomitantemente, também foram realizadas contundentes críticas ao neoliberalismo e Chávez se utilizou de um discurso fortemente anti-imperialista, tendo os EUA como alvo central.

Em relação à América do Sul e aos países latino-americanos, a política externa chavista destacou-se pelo rechaço à ALCA, pelo apoio às construções da ALBA, da UNASUL e da CELAC, além das tratativas direcionadas ao ingresso no MERCOSUL, por mais que houvesse críticas ao caráter comercial desse bloco. O fomento à integração das Forças Armadas, impulsionadas com o surgimento do CDS no âmbito da UNASUL e a estruturação de políticas sociais comuns também consistiram em objetivos da política externa chavista (ARAUJO, 2013).

A diplomacia venezuelana impulsionou o fortalecimento da região e, em muitos aspectos, a liderança brasileira. Enquanto o governo Lula estimulava a integração comercial e industrial da América do Sul por meio das iniciativas supracitadas, a Venezuela apresentava-se como proponente da união sócio-política, com um discurso crítico ao neoliberalismo e que tinha na união das Forças Armadas regionais um objetivo central. Nesse aspecto, Chávez auxiliava o governo de Lula a articular os países vizinhos em prol de uma região mais autônoma e cooperativa. Ademais, a aliança com os brasileiros permitiu aos venezuelanos a projeção de poder na América do Sul, diminuindo a dependência dos espaços centro-americanos e caribenhos ganhando também um maior protagonismo no cenário internacional, visto sua inserção no MERCOSUL, na UNASUL e seu ativismo na criação do Banco do Sul.

As considerações sobre a política externa venezuelana podem ser observadas em documentos do Ministério das Relações Exteriores do país, como nos Fundamentos Filosóficos da Nova Integração do Sul (2007, p. 10-12 e 15):

Nossa proposta possui os seguintes aspectos: um plano estratégico de união dos povos e das repúblicas que supere os caducos esquemas de integração; a estruturação de planos de alimentação, saúde e

Chávez em fevereiro de 1992, pelo *impeachment* do presidente Carlos Andrés Pérez, em 1993, e pela fragilidade do governo de Rafael Caldera, afetado em sua gestão pela instabilidade política e por distúrbios econômicos. Para um aprofundamento da análise desse período da história recente venezuelana, consultar: Maya (2006) e McCoy e Myers (2007).

desenvolvimento econômico; o incentivo às negociações diretas entre os Estados e o fortalecimento de sua soberania; a criação de um bloco autônomo de poder na América do Sul ou América Latina e Caribe; a construção de um pacto de repúblicas; a coordenação das Forças Armadas dos distintos países (...). A decrepitude dos esquemas neoliberais de integração formulados pelas oligarquias ocorreu em razão da diminuição da influência das suas ideias e pelo surgimento de um novo modelo de união baseado em princípios, tais como: *solidariedade, cooperação, complementação, justiça social e desenvolvimento comum* (...). *A convergência dos projetos de integração e de superação do capitalismo objetiva um horizonte imediato de mudanças. A Venezuela empreendeu um programa fomentador de modelos alternativos de produção social. Alguns países acompanharam-no nesse caminho, enquanto outros se sentiram ameaçados por esse projeto. O Brasil intenciona liderar a integração regional, especialmente em indústria e comércio. A via venezuelana almeja incentivar mecanismos integracionistas, enfatizando o político e o social* (...). A coordenação das Forças Armadas dos países do Sul permite o surgimento de políticas comuns nas áreas de segurança e defesa. O papel delas assume diversos aspectos na evolução das sociedades latinas (tradução nossa, grifo nosso).

A edificação de um mundo multipolar e com equilíbrio de poder foi essencial para o chavismo. Isso também pode ser constatado nos encaminhamentos do Projeto Nacional Simón Bolívar (2007-2013), que estabeleceu os pontos centrais da política externa chavista, cujos elementos são: (i) identificação e definição de uma política de construção e articulação dos novos polos de poder geopolíticos mundiais, ou seja, almeja-se a edificação de uma nova matriz mundial de poder nos campos financeiro, midiático, militar e político; (ii) aprofundamento da amizade e da solidariedade entre as nações, vistas como instrumentos relevantes para o cooperativismo internacional e a multipolaridade; (iii) estabelecimento de um mapa geopolítico de desenvolvimento energético, por meio do qual a Venezuela ambiciona usar o potencial energético para o aprofundamento da unidade da América Latina; (iv) construção de espaços de cooperação econômica e financeira que permitam o surgimento do comércio justo entre as partes do globo; e (v) a integração cultural, educativa e científica entre os latino-americanos e demais povos do mundo (PNSM, 2006).

Durante o governo Chávez, o petróleo e os petrodólares serviram de instrumentos fomentadores dos projetos integracionistas defendidos pelo país. Em decorrência disso, houve acordos no interior da ALBA, com a ampliação dos membros desse bloco, e o impulso à venda subsidiada desse hidrocarboneto para os seus países membros. Com o surgimento da Petroamérica, intensificou-se a utilização do petróleo

na política externa venezuelana, pois esse recurso natural foi utilizado para o próprio desenvolvimento da integração regional (BARBARITO, 2009).

Assim, a Petroamérica¹¹ consistiu em um importante instrumento para o fomento da integração regional impulsionada pela ALBA, sobretudo no que tange ao estreitamento de laços com países como Equador e Bolívia. Por meio dessa empresa, o petróleo foi utilizado para a promoção de alianças estratégicas entre os países. Fundamentada nos princípios da solidariedade e da complementariedade, essa empresa almeja a utilização dos hidrocarbonetos para o desenvolvimento socioeconômico comum dos seus membros (GARCIA, 2009). Com efeito, esse aspecto da política exterior venezuelana fortaleceu o país na região e impulsionou seu maior ativismo frente aos países vizinhos considerados potências secundárias, o destacando como uma fonte alternativa de recursos energéticos e financeiros.

O uso do petróleo com tal propósito também pode ser constatado no acordo entre Venezuela e Cuba, firmado no final de 2004. O convênio estabeleceu que o primeiro país venderia petróleo subsidiado para os cubanos; em contrapartida, esses cederiam aos venezuelanos cerca de 20 mil médicos e professores para trabalhos sociais (ACUERDO PARA LA APLICACIÓN DE LA ALTERNATIVA BOLIVARIANA PARA LAS AMÉRICAS, 2004). Observa-se nas iniciativas supracitadas o investimento do governo venezuelano em iniciativas que envolvem recursos financeiros e energéticos, dando indícios de traços de liderança distributiva/estrutural.

Dessa forma, a diplomacia do governo de Chávez resgatou e aprofundou aspectos presentes na diplomacia venezuelana ao longo da década de 1970 quando impulsionado pela alta dos preços internacionais do petróleo, decorrente do choque internacional de 1973, o país intensificou suas ações na América Central e no Caribe. O objetivo foi elevar a cooperação e a interdependência econômica entre as regiões por meio da utilização do petróleo. Esse modelo se assemelhou ao realizado por Chávez durante o seu governo, pois o hidrocarboneto foi mais uma vez utilizado enquanto um

¹¹ A Petroamérica consiste em uma proposta de integração energética dos povos do continente que está inserida no interior da iniciativa da ALBA. Fundamenta-se nos princípios de solidariedade e complementariedade econômica entre os países e no uso democrático dos recursos naturais para o desenvolvimento comum entre os seus países membros. Para um aprofundamento da compreensão dessa iniciativa de integração energética, consultar: http://www.pdvsa.com/index.php?tpl=interface.sp/design/readmenu princ.tpl.html&newsid_temas=46 Acesso em: 22 jan. 2018.

instrumento fomentador da integração não apenas energética, mas em sua dimensão política, ideológica e social (VALENTE, 2015).

Tendo isso em vista, identificam-se dois importantes momentos da política externa chavista. O primeiro entre 1999 e 2003, quando a instabilidade política interna, resultante da tentativa de golpe de Estado em abril de 2002, do paro petrolero entre dezembro de 2002 e fevereiro de 2003 e do referendo revogatório de mandato em agosto de 2004, resultou em uma política externa mais pragmática, com a defesa do multilateralismo, da democracia e dos direitos humanos como pilares fundamentais. O segundo período sucedeu entre 2004 e 2012, quando há a consolidação política do chavismo, o que propiciou uma política externa mais agressiva, com a defesa do projeto da ALBA, da união sul-americana e dos acordos políticos e comerciais da região com as nações africanas, o Oriente Médio, a Rússia e a China (ARAUJO, 2013). É neste segundo momento que Chávez investe em grande ativismo regional e impulsiona o lugar ocupado pela Venezuela na hierarquia de poder regional, ganhando destaque enquanto potência secundária.

Com o intuito de estabelecer relações solidárias e cooperativas com os países sul-americanos e caribenhos, Chávez desfraldou as bandeiras do bolivarianismo e do socialismo do século XXI. Isso permitiu a incisiva propaganda ideológica do chavismo não apenas na América do Sul, mas também na América Latina, fortalecendo a influência do país na região e no cenário internacional. “O comandante” foi identificado mundialmente como uma das vozes mais críticas aos EUA e à hegemonia neoliberal, tornando a Venezuela um ator importante das relações internacionais no início do século XXI (ARAUJO, 2013), desenvolvendo uma intensa liderança normativa/intelectual na região, que trouxe uma alternativa ao modelo de integração defendido pelo Brasil, que embora pragmático e contestatório da ordem internacional vigente, tinha traços menos afirmativos e ideológicos no que tange ao relacionamento com os EUA e ao modelo de produção econômica vigente.

Em paralelo, fomentou-se a defesa da multipolaridade nas relações internacionais, a soberania venezuelana e das nações latino-americanas. Com isso, a defesa da integração regional tornou-se central para o chavismo, como averiguado no programa do Partido Socialista Unido de Venezuela (PSUV) apresentado aos venezuelanos para a disputa eleitoral da presidência em outubro de 2012. De acordo com esse programa:

Desempenharemos um papel protagonista na construção da unidade sul-americana e caribenha (...), fortaleceremos a ALBA, que é um espaço importante para o relacionamento internacional da revolução bolivariana. Utilizaremos essa entidade para transformar a relação entre os países latino-americanos e caribenhos, dinamizando novos espaços como a UNASUL e a CELAC. Reforçaremos os acordos políticos das nações da Aliança Bolivariana nos sistemas interamericano e universal, até sua transformação integral (...) solidificaremos a UNASUL enquanto espaço estratégico regional para a construção de um mundo pluripolar (...). Impulsionaremos a CELAC enquanto mecanismo de unidade da América do Sul e do Caribe (...), aprofundaremos a identidade política dos governos e dos povos irmãos da ALBA e do MERCOSUL, buscando a justiça social e a solidariedade em nossa América (...). Fortaleceremos o papel do Banco do Sul como uma instituição promotora da integração financeira regional (CHÁVEZ, 2012, p. 35-36, tradução nossa, grifo nosso.)

Como se pode notar, a Venezuela se consolidou como uma potência secundária durante os 13 anos de governo Chávez. O forte aumento do preço do petróleo entre 2003 e 2014 propiciou as condições para o fortalecimento da inserção regional do país, como já ocorrera na década de 1970, embora neste novo século a dimensão ideológica e política do bolivarianismo se somassem a esse projeto de inserção. Nesse contexto, as divisas provenientes das exportações de petróleo foram utilizadas como instrumentos fomentadores da política externa venezuelana. Como exemplos, destaca-se a compra de títulos da dívida pública argentina, na ocasião da sua reestruturação em 2005, e os acordos com países caribenhos de venda subsidiada de petróleo, nos marcos da ALBA. Assim, o país buscou exercer uma liderança estrutural/distributiva.

A partir do exposto, acredita-se que a Venezuela ampliou sua influência na região ao longo dos anos analisados e disputou com limites o exercício de liderança com o Brasil na região. Com limites porque por mais que algumas iniciativas tenham demonstrado o intuito de ampliar seu poder regional e fortalecer o país enquanto uma liderança, de modo geral, a política externa venezuelana se alinhou à brasileira, pois Chávez e Lula investiram conjuntamente em diversas ações de integração política, econômica e militar. Embora existissem diferenças políticas e ideológicas nas formulações das políticas externas dos dois países e a própria natureza de seus modelos de integração fossem heterogêneos, o entusiasmo de Chávez com os projetos de integração sul-americanos e de cooperação Sul-Sul propiciou condições para que o protagonismo brasileiro na América do Sul e entre os países em desenvolvimento se

robustecesse. Em conjunto com Lula, Chávez estimulou a criação da UNASUL, do CDS, o fomento à internacionalização de políticas sociais e de combate à fome, o fortalecimento da integração regional energética e a cooperação sul-americana, como retratado.

Assim, em seu caminho de maior ativismo internacional e regional, a Venezuela pode ter apresentado alguns desafios à liderança brasileira na região, ofertando novas opções de aliança política e de recursos econômicos e energéticos a países vizinhos, processo que se entende como natural frente ao robustecimento de sua política exterior durante o período. Contudo, quando considerada a política venezuelana durante todo o período analisado, entre cooperação e competição, a relação cooperativa e de parceria entre as nações é destacada, sobressaindo-se a dimensão de *bandwagoning* frente à estratégia de *balancing* discutida na seção conceitual deste trabalho.

Dessa forma, considera-se que mesmo diante da grande concentração de recursos materiais no Brasil, a Venezuela, enquanto potência secundária, respondeu às estratégias de liderança da potência regional mais de forma cooperativa do que competitiva, utilizando-se da integração regional estimulada pelo governo brasileiro para almejar maior protagonismo na região e no mundo. O Brasil, por sua vez, soube lidar com a ascensão da Venezuela como potência secundária, evitando que a ALBA ou a Petroamérica tornassem-se estratégias de contestação regional, exercendo **maior** liderança nos assuntos regionais e integrando, junto com a Venezuela, um movimento anti-hegemônico no subcontinente.

Considerações Finais

○ impulso às iniciativas de integração sul-americana durante os governos de Lula da Silva e de Hugo Chávez fortaleceram a América do Sul enquanto espaço geopolítico e geoeconômico. Aproveitando-se de um cenário internacional propício, onde se destacaram o aumento dos preços internacionais dos recursos naturais, a prioridade norte-americana ao Oriente Médio e a ascensão de governos de centro-esquerda na América do Sul, os dois mandatários conseguiram alavancar o protagonismo brasileiro e venezuelano no subcontinente. Com isso, os papéis do Brasil e da Venezuela enquanto potências regional e secundária, respectivamente, se

consolidaram ao longo dos mandatos presidenciais dessas duas importantes lideranças da região no início do século XXI.

Como buscou-se demonstrar nesse artigo, durante o processo de ascensão dos países na região observa-se que entre um padrão de competição e um padrão de cooperação houve, com efeito, mais cooperação na relação da potência secundária frente ao país considerado a potência regional. O estabelecimento de uma profícua colaboração entre essas nações acabou por fortalecer o protagonismo regional de ambos e as suas próprias diretrizes externas. Observa-se, ainda, que o desenvolvimento de distintos projetos de integração regional não foi empecilho para a colaboração entre brasileiros e venezuelanos. Iniciativas como a UNASUL, o CDS e o próprio fortalecimento do MERCOSUL ganharam destaque em virtude da prioridade à presença da América do Sul nas agendas externas de Lula e Chávez. Por isso, entre 1999 e 2013 a integração sul-americana ganhou uma inédita robustez.

Ressalta-se, com isso, a importância das políticas externas brasileira e venezuelana para a América do Sul nos anos iniciais do século XXI e o adensamento da cooperação entre estes países, visto que foram iniciativas vitais para o impulso à integração sul-americana. O resgate histórico desse debate é relevante para a academia e para a sociedade civil, pois as conjunturas políticas dos dois países a partir de 2013 vêm influenciando no relacionamento entre as nações sul-americanas, contribuindo, dessa forma, para o desmantelamento das profícuas políticas de integração regional desenvolvidas desde 1999.

Nesse sentido, na conclusão deste artigo ressalta-se brevemente os efeitos regionais das crises políticas vividas por esses países nos últimos cinco anos. Após o golpe institucional promovido contra a então presidente petista Dilma Rousseff, o seu vice-presidente, Michel Temer, assumiu o governo brasileiro, em 2016 em meio a um cenário adverso, de severas crises socioeconômica e política. Embora a política externa de Rousseff tenha sido marcada por alguns ajustes, cujas repercussões implicaram em menor ativismo regional do seu governo – abalando o projeto de liderança brasileira na região – manteve a cooperação sul-sul e a integração sul-americana enquanto eixos prioritários. Seu sucessor, no entanto, não partilhou dessa progressista visão.

Logo no início do seu mandato, Temer indicou que promoveria uma “nova política externa”, cuja prioridade era ampliar o intercâmbio com parceiros tradicionais, como EUA e UE, e mais recentes, como China e Índia. Não ficou claro o lugar da América do Sul na estratégia de inserção internacional do país, apesar dos discursos favoráveis ao MERCOSUL e à integração regional. Desde então, nota-se que, na prática, a importância conferida à região nos governos petistas, em especial de Lula, esvaziou-se. Assim, a busca pelo exercício da liderança e do papel de potência regional deixou de ser uma constante, abrindo espaço para que outros países busquem desempenhar este papel na América do Sul, como vem sendo o caso da Argentina, sob liderança de outro governista de centro-direita, Maurício Macri.

Contribuíram, igualmente, os questionamentos sobre a legitimidade do governo Temer a partir da abertura do processo de *impeachment* de Rousseff, em abril de 2016. Os traços golpistas do afastamento da então presidente fizeram com que importantes aliados regionais nas últimas duas décadas, como Venezuela, Bolívia e Equador, se afastassem do Brasil e iniciassem críticas sistemáticas ao quadro político brasileiro em distintos foros internacionais. Isso contribuiu para o distanciamento em relação a esses vizinhos, principalmente a Venezuela.

O cooperativismo e a busca por convergências com a Venezuela, predominantes entre 1999 e 2015, deram lugar, a partir da chegada de Temer à presidência, ao distanciamento e aos enfrentamentos. O Brasil pressionou para suspender o país do MERCOSUL e fez constantes críticas ao governo de Nicolás Maduro, que desde 2013 está em uma irreconciliável rota de colisão com as distintas oposições políticas internas. Assim, ao invés de atuar como potência regional e buscar mediar as crises políticas que se instalaram no interior da Venezuela e na relação desse país com o MERCOSUL, o Brasil adotou uma postura intransigente contra o governo de Maduro, buscando isolá-lo regionalmente. A suspensão total e não somente técnica da Venezuela do bloco mercosulino, sustentada no argumento da “ruptura da ordem democrática” do país, foi uma demonstração dessa diretriz política, que não parece contribuir para o apaziguamento das graves tensões políticas vivenciadas pelo país vizinho.

As seguidas medidas inconstitucionais adotadas pelo governo de Maduro, reeleito presidente em um controverso pleito realizado em maio de 2018, contribuíram para a intensificação da polarização política do país, o aproximando da

possibilidade de uma guerra civil e de uma possível intervenção militar. Essa última hipótese foi defendida publicamente pelo mandatário dos EUA, Donald Trump, que fortaleceu nos últimos meses a presença militar estadunidense no Panamá e na Colômbia. Além disso, a realização de um treinamento militar, em novembro de 2017, que simulou a criação de uma base multinacional para atender possíveis emergências humanitárias entre as Forças Armadas do Brasil, Colômbia, Peru e Estados Unidos, foram percebidas como indícios para que não se descarte uma intervenção militar na Venezuela, caso a sua crise política se agrave¹².

Por fim, diferentemente do Brasil, a Venezuela não alterou os paradigmas de sua política externa nos últimos anos. Maduro manteve as características multilaterais e anti-sistêmicas que se destacaram ao longo da presidência de Chávez. A defesa da integração regional e Sul-Sul; os aspectos anti-imperialistas, cuja retórica se direciona, sobretudo, para os EUA; as críticas a organismos internacionais, como Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial; e a prioridade ao relacionamento internacional com russos e chineses se perpetuaram enquanto aspectos centrais¹³.

Assim, as divergências atuais entre brasileiros e venezuelanos expressam um novo momento político na América do Sul. Como exemplo desse novo cenário, observa-se a suspensão da participação na UNASUL promovida pelos governos de Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Peru em abril de 2018, justificado pelas divergências políticas com a Bolívia, que assumiu a presidência temporária do bloco em substituição a Argentina. O esvaziamento da mais promissora organização a promover a unidade sul-americana por esses países revela uma possível tendência dos governos de centro-direita enfraquecerem os mecanismos autônomos de integração regional. Assim, observa-se que do padrão de maior cooperação estabelecido no

¹² Trump diz que considera opção militar na Venezuela. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/trump-diz-que-considera-opcao-militar-na-venezuela.ghtml>>. Acesso em: 12 ago. 2017. Brasil treina para criar base militar com os EUA, Colômbia e Peru na Amazônia. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/11/02/por-que-o-brasil-treina-para-criar-uma-base-militar-com-os-eua-colombia-e-peru-na-amazonia.htm>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

¹³ Ao consultar os sites do Partido Socialista Unido de Venezuela (PSUV) e do Ministério do Poder Popular para as Relações Exteriores, identificamos que as linhas centrais da política externa venezuelana se mantiveram as mesmas do período de governo de Hugo Chávez. Inclusive, nas eleições presidenciais de 2013 e 2018, Nicolas Maduro manteve como programa de governo o “Segundo Plan Socialista de Desarrollo Económico y Social de la nación 2013-2019”, que fora elaborado em 2012, ocasião da última candidatura à presidência de Hugo Chávez. Ver: Segundo Plan Socialista de Desarrollo Económico y Social de la nación 2013-2019. Disponível em: <<http://www.nicolasmaduro.org.ve/programa-patria-venezuela-2013-2019/#.WwWIy0gvzIU>>. Acesso em: 12 mai. 2018.

alvorecer desse novo século, as relações entre o Brasil e a Venezuela na América do Sul estão deslocando-se para a rota da competição.

Referências:

ADLER, Emanuel. *Imagined (Security) Communities: Cognitive Regions in International Relations*. Millenium: Journal of International Studies, v.26, n.2, 1997.

ALSINA JUNIOR, João Paulo Soares. *A política externa e política de defesa no Brasil: síntese imperfeita*. Brasília, Câmara dos Deputados, 2006.

ARAUJO, Rafael Pinheiro. *Discursos políticos comparados: indigenismo e bolivarianismo (1992-2013)*. Tese de doutoramento, Programa de Pós-Graduação em História Comparada (PPGHC). Rio de Janeiro: UFRJ, 2013.

ARDILA, Martha. *Características de inserción internacional de potencias regionales latinoamericanas. A propósito de Colombia y Venezuela*. Disponível: <http://revistas.uexternado.edu.co/index.php/oasis/article/view/3862> Acesso: Fev/2017.

BATTAGLINO, Jorge. *Defence in a Post-Hegemonic Regional Agenda: The Case of the South American Defence Council*. In: RIGGIORIZZI, Pia. TUSSIE, Diana. *The Rise of Post-Hegemonic Regionalism: the Case of Latin America*. Nova Iorque: Springer, 2012.

BARBARITO, Maria A. Hernández. *A integração energética da América Latina e Caribe*. IN: DEP – Diplomacia Estratégica Política nº 9, Janeiro-Março de 2009. Brasília, Projeto Raul Prebisch, 2009.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole. *Regions and Powers: the structure of international security*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

CERVO, Amado Luiz. *A Venezuela e seus Vizinhos*. Brasília: UNB, 2001. Disponível em: <http://www.cprepmauss.com.br/documentos/avenezuelaeseusvizinhos90669.pdf> Acesso: Out/2010.

COSTA, Wanderley Messias da. *O Brasil e a América do Sul: cenários geopolíticos e os desafios da integração*. Confins, n. 7, 2009

FLEMES, Daniel. *Brazil Strategic Options in the Changing World Order*. In: FLEMES, Daniel (ed). *Regional Leadership in the Global System: Ideas, Interests and Strategies of Regional Powers*. Farnham, Burlington: Ashgate Publishing, 2010.

----- . *Actores estatales y regionalismo estratégico: Brasil y Colombia en el orden multipolar*. In: JOST, Stefan; FLEMES, Daniel; PASTRANA, Eduardo. *Colombia y Brasil: ¿socios estratégicos en la construcción de Suramérica?* Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, Fundación Konrad Adenauer, German Institute of Global and Area Studies (GIGA), Universidad San Buenaventura, 2012a.

_____. *La política exterior colombiana desde la perspectiva del realismo neoclásico*. In: JOST, Stefan. *Colombia: ¿una potencia en desarrollo? Escenarios y desafíos para su política exterior*. Fundação Konrad Adenauer Colômbia: Opciones Gráficas Editores, 2012b.

FRAZIER; Derrick; STEWART-INGERSOLL, Robert. *Regional Powers and Security Orders: A Theoretical Framework*. New York: Routledge Global Security Studies, 2012.

GODFHARDT, Nadine; NABERS, Dirk. *Introduction*. In: _____. *Regional Powers and Regional Orders*. Londres: Routledge, 2011.

KEOHANE, Robert O. *Lilliputians' Dilemmas: Small states in international politics*. *International Organization*, v. 23, n. 2, p. 291-310, 1969.

KEOHANE, Robert. *After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy*. Princenton: Princenton University Press, 1984.

LIMA, Maria Regina Soares de. *A Nova Agenda Sul-Americana e o Papel Regional do Brasil*. In: HERSHBERG, Eric; SERBIN, Andrés; VIGEVANI, Tullo. *Pensamiento Próprio: El hemisferio en transformación: Regionalismo, multilateralismo y políticas exteriores en un entorno cambiante*. Buenos Aires: CRIES, ano 19, jan-jun, 2014.

MALAMUD, Andres. *Moving Regions: Brazil's Global Emergence and the Redefinition of Latin American Borders*. In: RIGGIORIZZI, Pia. TUSSIE, Diana. *The Rise of Post-Hegemonic Regionalism: the Case of Latin America*. Nova Iorque: Springer, 2012.

NEL; Philip; STEPHEN, Matthew. *The Foreign Economic Policies of Regional Powers in the Developing World*. In: FLEMES, Daniel (ed). *Regional Leadership in the Global System: Ideas, Interests and Strategies of Regional Powers*. Farnham, Burlington: Ashgate Publishing, 2010.

NOLTE, Detlef. *Regional Powers and regional governance*. In: GODEHARDT, Nadine; NABERS, Dirk. *Regional Powers and Regional Orders*. Londres: Routledge, 2011.

PADULA, Rafael; DESIDERÁ, Walter; MARIANO, Marcelo; HALLACK, Michelle; BARROS; Pedro. *Relações do Brasil com a América do Sul após a Guerra Fria: Política Externa, Integração, Segurança e Energia*. Texto para Discussão, IPEA, 2015.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. *A América do Sul como Espaço Geopolítico e Geoeconômico: o Brasil, os Estados Unidos e a China*. *Carta Internacional*, v. 8, n. 2, jul-dez, 2013.

RIGGIORIZZI, Pia. TUSSIE, Diana. *The Rise of Post-Hegemonic Regionalism in Latin America*. In: _____. *The Rise of Post-Hegemonic Regionalism: the Case of Latin America*. Nova Iorque: Springer, 2012.

ROMERO, Carlos A. *Jugando con el Globo - La política exterior de Hugo Chávez*. Caracas, Ediciones B, 2006.

SERBIN, Andrés; VIGEVANI, Tullo; HERSHBERG, Eric. *La nueva dinámica hemisférica: Desafíos y potencialidades*. In: _____. *Pensamiento Próprio: El hemisferio en transformación: Regionalismo, multilateralismo y políticas exteriores en un entorno cambiante*. Buenos Aires: CRIES, ano 19, jan-jun, 2014

TUSSIE, Diana. *Reshaping Regionalism and Regional Cooperation in South America*. In: HERSHBERG, Eric; SERBIN, Andrés; VIGEVANI, Tullo. *Pensamiento Próprio: El hemisferio en transformación: Regionalismo, multilateralismo y políticas exteriores en un entorno cambiante*. Buenos Aires: CRIES, ano 19, jan-jun, 2014

URQUIDI, Víctor L. *Otro siglo perdido - Las políticas de desarrollo en América Latina (1930-2005)*. México, Fondo de Cultura Economía, 2005.

VALENTE, Leonardo. *A política externa da Venezuela entre Punto Fijo e Hugo Chávez: rupturas e continuidades*. IN: SCHURSTER, Karl e ARAUJO, Rafael. *A Era Chávez e a Venezuela no Tempo Presente*. Recife/Rio de Janeiro, Editora Edupe/Autografia, 2015.

VIGEVANI, Tullo; ARAGUSUKU, Juliano. *Atitudes brasileiras para as organizações hemisféricas: Círculos concêntricos*. In: HERSHBERG, Eric; SERBIN, Andrés; VIGEVANI, Tullo. *Pensamiento Próprio: El hemisferio en transformación: Regionalismo, multilateralismo y políticas exteriores en un entorno cambiante*. Buenos Aires: CRIES, ano 19, jan-jun, 2014.

WEHNER, Leslie. *Roles and Actions of leadership: Brazil and the South American others*. In: GODEHARDT, Nadine; NABERS, Dirk. *Regional Powers and Regional Orders*. Londres: Routledge, 2011.

Sites consultados:

Aliança do Pacífico. Disponível em: <<https://alianzapacifico.net>>. Acesso em: 13 jul. 2016

Banco Mundial. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/>>. Acesso em: 13 jul. 2016.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/>>. Acesso em: 13 jul. 2016.

União de Nações Sul-Americanas (UNASUL). Disponível em: <<http://www.unasursg.org>>. Acesso em: 12 jul. 2016

Fundo Monetário Internacional (FMI). Disponível em: <<http://www.imf.org/external/index.htm>>. Acesso em: 23 jul. 2016.

Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Disponível em: <<http://www.mercosul.gov.br>>. Acesso em: 13 jul. 2016.

Fontes:

Estudio Económico de América Latina y el Caribe 2017: la dinámica del ciclo económico actual y los desafíos de política para dinamizar la inversión y el crecimiento. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/42001-estudio-economico-america-latina-caribe-2017-la-dinamica-ciclo-economico-actual> Acesso em: 20 mai. 2018.

Balance Preliminar de las Economías de América Latina y el Caribe 2017. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/42651-balance-preliminar-economias-america-latina-caribe-2017> Acesso em: 20 mai. 2018.

Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/integracao-regional/691-organizacao-do-tratado-de-cooperacao-amazonica-otca> Acesso em: 7 dez. 2016.

Acuerdo para la aplicación de la alternativa bolivariana para las Américas, 2004. Disponível em: <http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/2006/esp/f290406e.html> Acesso em: 12 Ago. 2018.

Proyecto nacional Simón Bolívar (primer plan socialista) – desarrollo económico y social de la nación (2007-2013). Caracas, Presidência da República, 2007.

Fundamentos Filosóficos de la Nueva Integración del Sur. Caracas, Instituto de Altos Estudios Diplomáticos Pedro Gual - Ministério del Poder Popular para Relaciones Exteriores, 2007.

Trump diz que considera opção militar na Venezuela. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/trump-diz-que-considera-opcao-militar-na-venezuela.ghtml> Acesso em: 12 ago. 2017

Brasil treina para criar base militar com os EUA, Colômbia e Peru na Amazônia. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/11/02/por-que-o-brasil-treina-para-criar-uma-base-militar-com-os-eua-colombia-e-peru-na-amazonia.htm> Acesso em: 21 nov. 2017.

Segundo Plan Socialista de Desarrollo Económico y Social de la nación 2013-2019. Disponível em: <http://www.nicolasmaduro.org.ve/programa-patria-venezuela-2013-2019/#.WwWIy0gvzIU> Acesso em: 12 mai. 2018.

As Políticas Externas do Brasil e da Venezuela para a América do Sul entre 1999-2013: entre a cooperação e a competitividade

Resumo

Considerando a nova dinâmica geopolítica que se estabelece na América do Sul a partir dos anos 2000, a ascensão da Venezuela como potência secundária sob gestão de Chávez (1999-2013) e o papel desempenhado pelo Brasil como potência regional sob a gestão de Lula da Silva (2003-2010), este artigo tem como objetivo analisar a política externa destes países para a região e compreender se desenvolveram um padrão de cooperação ou competição. Reconhecendo que Brasil e Venezuela possuem distintas capacidades de poder relativo e adotaram diferentes padrões de relacionamento com os países vizinhos, este artigo lança luz sobre como estes aspectos impactaram as políticas externas que se desenvolveram na América do Sul no início deste novo século, compreendendo se houve mais convergência ou disputa entre os países. Conclui-se que embora tenha existido competição em busca de influência na região, houve, com efeito, mais cooperação na relação bilateral e que o estabelecimento de uma profícua colaboração entre essas nações fortaleceu o protagonismo regional dos países e as suas políticas externas, tendência que não se verifica no momento atual dos governos de Michel Temer e Nicolás Maduro, como explorado na conclusão.

Palavras-chave: Brasil; Venezuela; América do Sul; Política Externa.

Brazil and Venezuela's Foreign Policies for South America between 1999 and 2013: between cooperation and competitiveness

Abstract

Considering the new geopolitical dynamic in South America from the 2000s, the rise of Venezuela as a secondary power under Chávez's administration (1999-2013) and the role played by Brazil as a regional power under Lula's administration (2003-2010), this article aims to analyze these countries foreign policy for the region and understand if they have developed a pattern of cooperation or competition in South America. Recognizing that Brazil and Venezuela have distinct capacities of relative power, different patterns of relations with neighboring countries, this article sheds light on how these aspects impacted their foreign policies in South America at the beginning of this new century, understanding if there was more convergence or dispute between these countries. It was concluded that although there was competition in pursuit of regional influence, it was observed more cooperation in the bilateral relationship and the establishment of collaboration between these nations strengthened their regional protagonism and their foreign policies, what is not observed in the current context with Michel Temer and Nicolás Maduro governments.

Keywords: Brazil; Venezuela; South America; Foreign policy.

Las Políticas Exteriores de Brasil y Venezuela para América del Sur entre 1999-2013: entre la cooperación y la competitividad

Resumen

En vista de la nueva dinámica geopolítica que se establece en América del Sur a partir de los años 2000, el ascenso de Venezuela como potencia secundaria bajo gestión de Chávez (1999-2013) y el papel desempeñado por Brasil como potencia regional en la gestión de Lula da Silva (2003-2010), este artículo tiene como objetivo analizar la política exterior de estos países para la región y comprender si han desarrollado un patrón de cooperación o competencia. Reconociendo que Brasil y Venezuela tienen distintas capacidades de poder relativo y han adoptado diferentes patrones de relación con los países vecinos, este artículo arroja luz sobre cómo estos aspectos impactaron las políticas externas que se desarrollaron en América del Sur al inicio de este nuevo siglo, comprendiendo si hubo más convergencia o disputa entre los países. Se concluye que, aunque haya existido competencia en busca de influencia en la región, hubo, en efecto, más cooperación en la relación bilateral y que el establecimiento de una provechosa colaboración entre esas naciones fortaleció el protagonismo regional de los países y sus políticas externas, aspecto que en los gobiernos de Michel Temer y Nicolás Maduro, como explotado en la conclusión, no ocurre.

Palabras clave: Brasil; Venezuela; América del Sur; Política externa.

O Perfil Tecnológico Brasileiro no Comércio Sul-Sul

Cleidi Dinara Gregori¹

Angélica Massuquetti²

Rosângela Viegas Maraschin³

Introdução

A partir dos anos 1990, o Brasil ampliou os fluxos de comércio e seus parceiros comerciais, especialmente no que diz respeito às relações Sul-Sul. (SARQUIS, 2011). A expansão do comércio Sul-Sul tem sido acompanhada por uma mudança em seu perfil, que tem se destacado pelas manufaturas mais sofisticadas em sua pauta. Assim, o aumento das trocas comerciais, especificamente entre esses países, segundo Dahi e Demir (2008), estimulam as exportações de manufaturas. Esse processo geraria benefícios em razão da possibilidade de transferência tecnológica entre os países em desenvolvimento⁴. (MORAIS et al., 2018).

Desde o início dos anos 2000, o comércio entre o Brasil e os países em desenvolvimento apresentou crescimento: as exportações passaram de US\$ 20,31 bilhões (36,84% do total exportado, em 2000) para US\$ 112,59 bilhões (58,90% do total exportado, em 2015) e as importações, por sua vez, passaram de US\$ 20,07 bilhões (35,93% do total importado, em 2000) para US\$ 88,30 bilhões (51,50% do total importado, em 2015). (BRASIL, 2017).

Em relação aos principais parceiros comerciais, em 2015, os países da América do Sul se destacaram, pois representaram 12,5% das exportações brasileiras e 16,3%

¹ Mestre em Economia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI). Contato: cleididinarag@gmail.com

² Doutora em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), com Doutorado Sanduíche na *Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales* (Paris/França), Mestre em Economia Rural e graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora no Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (PPGE UNISINOS). Contato: angelicam@unisinos.br

³ Mestre em Economia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), Doutoranda em Economia do Desenvolvimento pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Especialista em Administração de *Marketing* e em Planejamento e Gestão Empresarial pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), MBA em Negócios Internacionais pela UNISINOS e graduada em Administração de Empresas pela PUCRS e em Ciências Econômicas pela ULBRA. Contato: ro.viegas@yahoo.com

⁴ De acordo com Greenaway e Milner (1990), utiliza-se o termo Sul para denominar os países em desenvolvimento.

das importações. O comércio entre o Brasil e o continente africano representou 4,3% das exportações brasileiras, enquanto as importações oriundas da África corresponderam a 5% de todas as compras brasileiras. Já as vendas externas para o Sul da Ásia corresponderam a 8,2% do total comercializado pelo Brasil com o continente asiático e as importações desta região equivaleram a 14,3% de todas as importações de origem asiática. (BRASIL, 2017).

As relações comerciais Sul-Sul são consideradas uma oportunidade para alavancar o comércio externo desses países, segundo Conferência das Nações Unidas Sobre Comércio e Desenvolvimento⁵ (UNCTAD, 2004), além de gerar benefícios pela transferência tecnológica, como já mencionado anteriormente. Além disso, a crise econômica que teve início em 2008 levou à contração econômica dos países desenvolvidos, tornando-se o comércio Sul-Sul como uma opção para os países em desenvolvimento. (ALVAREZ, 2013; AMORIM, 2009).

Assim, considerando a importância do comércio entre os países em desenvolvimento e que autores, como Amsden (1987) e Lall (1987), afirmaram que esse intercâmbio comercial originaria oportunidades de ganhos associados às transferências tecnológicas entre esses países, torna-se relevante uma análise do perfil tecnológico dessas trocas comerciais com o intuito de verificar como o Brasil está se inserindo no comércio Sul-Sul. Nesse contexto, o objetivo geral do estudo, portanto, é analisar o perfil do comércio, por grau de intensidade tecnológica, entre o Brasil e a América do Sul, o Brasil e a África e o Brasil e o Sul da Ásia, no período 2000-2015. Segundo Furtado e Carvalho (2005), a análise por grau de intensidade tecnológica permite avaliar a diferença entre os níveis estruturais dos diferentes países. A classificação por intensidade tecnológica adotada nesta pesquisa é a proposta pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

As regiões investigadas são classificadas como em desenvolvimento e o estudo justifica-se, pois o comércio Sul-Sul possibilitaria que países em desenvolvimento aumentassem suas relações comerciais, bem como a transferência de tecnologia entre os mesmos. Segundo Sarquis (2011), o Brasil tem fortalecido sua relação comercial com esses países, buscando essas oportunidades.

Este artigo está dividido em cinco seções, considerando a Introdução. Na segunda seção é abordada, inicialmente, a classificação tecnológica e,

⁵ *United Nations Conference on Trade and Development.*

posteriormente, as agregações regional e setorial e a fonte dos dados. Na terceira seção é apresentada, primeiramente, a relação comercial Sul-Sul; em seguida, é analisada a evolução das relações comerciais, no período 2000-2015, entre o Brasil e a América do Sul, a África e o Sul da Ásia; e, por fim, são apresentados os estudos empíricos acerca destas relações comerciais. Na quarta seção é analisado o comércio Brasil-América do Sul, Brasil-África e Brasil-Sul da Ásia, por grau de intensidade tecnológica. Por fim, as considerações finais do estudo são apresentadas na quinta seção.

Aspectos Metodológicos

Classificação Tecnológica

A classificação de acordo com a intensidade tecnológica possui vantagens, segundo Cavalcante (2014), como agrupar um grande conjunto de dados setoriais, de forma que facilite o processo de análise e de tomada de decisão, e comparar padrões internacionais de grau tecnológico. Em relação à segunda vantagem, Furtado e Carvalho (2005) ressaltaram que esse tipo de classificação permite identificar os diferentes padrões tecnológicos em diversos países. Para os autores, nos países em desenvolvimento, o padrão tecnológico descreve a maneira como se dá a transferência de tecnologia, em geral, oriunda de países desenvolvidos.

Segundo Markwald (2004), quanto maior o grau tecnológico das indústrias, maiores serão os salários e maior será a contribuição para o crescimento de outros setores. Além disso, a classificação de acordo com o grau tecnológico é utilizada para verificar a condição que o país se encontra como exportador. No que se refere a esse aspecto, para Hatzichronoglou (1997), quanto maior o grau tecnológico nas indústrias, maior será a facilidade de expansão do comércio internacional, trazendo benefícios não apenas para a indústria, mas também para o país onde a mesma está localizada.

No entanto, o processo de classificação nem sempre é simples, conforme mencionado por Cavalcante (2014), pois as indústrias podem apresentar diferentes tipos de agrupamentos setoriais, o que dificulta a classificação por intensidade tecnológica. Para o autor, as formas mais utilizadas por pesquisadores para a

classificação de acordo com o grau de intensidade tecnológica são a taxonomia proposta por *Keith Pavitt*⁶ e a classificação proposta OCDE. Para o autor, os dois métodos de classificação levam em consideração a coleta e a ênfase de dados referentes aos investimentos em inovação realizados pelas empresas.

Para Markwald (2004), a classificação por grau tecnológico segundo a metodologia da OCDE possui aspectos positivos, que são: a instituição disponibiliza estudos atualizados do desempenho dos países conforme o grau tecnológico; o setor de alta tecnologia é desagregado e de forma clara e objetiva; e a classificação por setores tecnológicos pode ser realizada de forma clara, pois a divisão entre as categorias não é vulnerável. Cavalcante (2014) afirmou que a classificação proposta pela OCDE tem mais objetividade na agregação dos setores, pois a mesma considera o valor gasto com pesquisa e desenvolvimento (P&D) em relação ao valor gasto com bens de capital e o faturamento da indústria.

Para Furtado e Carvalho (2005), a classificação apresentada pela OCDE possui dois indicadores importantes para o agrupamento setorial tecnológico: os gastos com P&D e com investimento em tecnologia. Contudo, para os autores, uma crítica a essa classificação é que a mesma tem como base países desenvolvidos. Assim, a classificação da OCDE pode não caracterizar a realidade das indústrias dos países em desenvolvimento.

Segundo Markwald (2004), uma das primeiras tentativas de classificação de acordo com o grau tecnológico ocorreu por meio da coleta e da análise de dados de indústrias estadunidenses e, em 1984, foi realizada uma nova classificação, considerando o valor investido em P&D dividido pelo faturamento dessas indústrias e sendo analisado o ramo industrial de 11 países, o que resultou em uma classificação em três setores tecnológicos: alto, médio e baixo. Para Hatzichronoglou (1997), a classificação proposta pela OCDE, em 1984, era composta por uma ferramenta simples, o que era considerado pelo autor como uma vantagem, contudo, também apresentou obstáculos, como a falta de desagregação de dados.

Durante a década de 1990, foi realizada uma nova classificação, conforme Markwald (2004), composta por quatro setores tecnológicos: alta, média-alta, média-baixa e baixa. Essa nova classificação foi baseada numa relação do valor gasto com

⁶ A taxonomia original foi proposta para classificar empresas, sendo formada por quatro grupos: setores dominados pelos fornecedores; setores intensivos em escala; difusores do progresso técnico ou fornecedores especializados; e segmentos baseados em ciência. (PAVITT, 1984).

P&D com o valor gasto em bens tecnológicos utilizados na indústria, chegando a conclusão de que indústrias que mais investem em P&D são também as que mais utilizam bens tecnológicos.

Agregação Regional e Setorial e Fonte dos Dados

Neste artigo, são analisadas as relações comerciais (exportação e importação) entre o Brasil e a América do Sul, o Brasil e a África e o Brasil e o Sul da Ásia. Essas regiões são constituídas pelos seguintes países:

- a) América do Sul: Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela (além de Brasil);
- b) África: África do Sul, Angola, Argélia, Benin, Botsuana, Burkina Faso, Burundi, Cabo Verde, Camarões, Chade, Camarões, Congo, Costa do Marfim, Djibuti, Egito, Eritreia, Etiópia, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné Equatorial, Guiné-Bissau, Ilhas Maurício, Lesoto, Libéria, Líbia, Madagascar, Malauí, Mali, Marrocos, Maurítânia, Moçambique, Namíbia, Níger, Nigéria, Quênia, R. D. Congo, República Centro-Africana, Ruanda, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Seychelles, Somália, Suazilândia, Sudão, Sudão do Sul, Tanzânia, Togo, Tunísia, Uganda, Zâmbia e Zimbábue;
- c) Sul da Ásia: Afeganistão, Bangladesh, Butão, Índia, Maldivas, Nepal, Paquistão e Sri Lanka.

Em relação à agregação setorial por grau de intensidade tecnológica, adotou-se a classificação da OCDE, dividida em quatro categorias, além da inclusão de produtos primários:

- a) Primários: arroz, trigo, cereal, frutas e vegetais, oleaginosas, cana de açúcar e açúcar de beterraba, fibras e outras culturas, animais vivos, produtos de origem animal, leite e lã, silvicultura, pescados, óleo, carvão e gás, carnes, óleos vegetais e gorduras;
- b) Baixa: laticínios, arroz processado, açúcar processado, outros produtos alimentícios processados, bebidas e tabaco, têxteis, vestuário, artigos em couro, produtos de madeira e de papel;

- c) Média-baixa: produtos de petróleo e de carvão, produtos de metais, metais ferrosos, outros metais e outros produtos minerais;
- d) Média-alta veículos motorizados, peças automotivas e equipamentos de transporte, produtos químicos, plásticos;
- e) Alta: máquinas e equipamentos, equipamentos eletrônicos e outras manufaturas.

A base de dados utilizada neste estudo foi o Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior (AliceWeb), da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). O período de estudo foi de 2000 a 2015 e as variáveis analisadas foram as exportações e as importações brasileiras em termos monetários (US\$ *Free on Board* – FOB). Os dados seguiram a Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM), com base no Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias (SH6).

Relações Comerciais entre Países em Desenvolvimento

Comércio Sul-Sul

A relação comercial entre os países em desenvolvimento foi ampliada a partir de 1964, com o estabelecimento da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD). Uma das principais preocupações era a inclusão dessas economias no comércio internacional, com a negociação da redução de tarifas para o comércio de produtos de origem dos países em desenvolvimento (UNCTAD, 2012).

De acordo com Puente (2010) e Xalma (2011), a cooperação recente entre os países do Hemisfério Sul⁷ estaria privilegiando, além da ampliação do fluxo de comércio e da construção conjunta de tecnologias, determinados valores, tais como: a complementariedade e o respeito à diversidade de saberes; a valorização das habilidades e das competências locais; e o compartilhamento de experiências. Ainda segundo Xalma (2011), nesse modelo de cooperação, os países estabeleceriam redes de cooperação e de desenvolvimento que privilegiariam o reforço das capacidades entre os parceiros, via relações horizontais, em que ambos se beneficiariam.

⁷ Grande parte dos países em desenvolvimento localiza-se no Hemisfério Sul.

Para Greenaway e Milner (1990), o padrão do comércio entre os países em desenvolvimento, ou comércio Sul-Sul, é influenciado pelas políticas comerciais destes próprios países. Ainda segundo os autores, o comércio Sul-Sul poderia ser considerado um comércio substituto, fazendo com que os países em desenvolvimento diminuam o vínculo com países desenvolvidos. Segundo Dahi e Demir (2008), contudo, os países em desenvolvimento ainda não exploraram o potencial que o comércio Sul-Sul proporciona.

De acordo com UNCTAD (2004), o comércio Sul-Sul é uma oportunidade para os países em desenvolvimento expandirem as suas exportações. E o Brasil, conforme Sarquis (2011), vem apresentando uma mudança em relação aos seus parceiros comerciais, focando mais na relação com o eixo Sul-Sul do que na relação com o eixo Norte-Sul, formando, assim, a “nova geografia do comércio do Brasil”. Além disso, o crescimento do comércio Sul-Sul estaria sendo fortalecido por transferências tecnológicas, entre os países do Hemisfério Sul, bem como o aumento de investimento entre os mesmos.

Evolução das Relações Comerciais entre Brasil e América do Sul, África e Sul da Ásia

Nesta subseção, são apresentados, inicialmente, os principais parceiros comerciais do Brasil (exportações e importações). Num segundo momento, são analisadas, especificamente, as relações comerciais entre o Brasil e a América do Sul, a África e o Sul da Ásia. Nas Tabelas 1 e 2, respectivamente, observam-se os principais destinos das exportações brasileiras e as principais origens das importações nacionais nos anos de 2000 e de 2015.

Em relação às exportações, houve mudança na orientação do comércio brasileiro. Em 2015, as exportações direcionaram-se, principalmente, para as regiões do Hemisfério Sul, como Ásia e América do Sul, em comparação ao início do período estudado, quanto se tinha um valor expressivo de exportações destinado ao Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA)⁸ e à União Europeia (UE), que estão localizados no Hemisfério Norte.

Tabela 1 – Exportações do Brasil para regiões selecionadas – 2000/2015

⁸ *North American Free Trade Agreement.*

Regiões*	2000		2015		Variação da participação (p.p.)
	Valor (bilhões US\$)	Participação (%)	Valor (bilhões US\$)	Participação (%)	
Ásia (excluído o Sul da Ásia)	6,00	10,88	58,26	30,48	19,60
UE	15,37	27,89	33,95	17,76	-10,12
América do Sul	11,12	20,18	31,11	16,28	-3,90
NAFTA	15,65	28,40	30,17	15,78	-12,62
África	1,35	2,44	8,20	4,29	1,85
América Latina e Caribe (excluída América do Sul)	2,80	5,08	7,98	4,18	-0,90
Sul da Ásia	0,33	0,17	5,20	9,43	9,26
Demais regiões	2,50	4,53	16,29	8,52	3,99
Total	55,12	100,00	191,13	100,00	-

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Brasil (2017). Nota: (*) Ranking relacionado ao ano de 2015.

No que se refere às importações, no início do período estudado, os maiores valores importados eram oriundos da UE e do NAFTA, com cerca de 26% em ambos. Em 2015, os produtos importados pelo Brasil originaram-se, principalmente, do Hemisfério Sul, como Ásia (excluído o Sul da Ásia), com uma participação de aproximadamente 30% do valor total das importações.

Tabela 2 – Importações do Brasil oriundas de regiões selecionadas – 2000/2015

Regiões*	2000		2015		Variação da participação (p.p.)
	Valor (bilhões US\$)	Participação (%)	Valor (bilhões US\$)	Participação (%)	
Ásia (excluído o Sul da Ásia)	8,31	14,87	51,31	29,93	15,06
UE	14,54	26,03	36,65	21,37	-4,65
NAFTA	14,88	26,64	33,56	19,57	-7,07
América do Sul	10,88	19,48	21,55	12,57	-6,90
África	2,91	5,21	8,76	5,11	-0,90
América Latina e Caribe (excluída América do Sul)	0,94	1,68	5,68	3,31	1,63
Sul da Ásia	0,30	0,53	4,63	2,69	2,16
Demais regiões	3,11	5,57	9,31	5,43	-0,14
Total	55,85	100,00	171,45	100,00	-

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Brasil (2017). Nota: (*) Ranking relacionado ao ano de 2015.

Como é possível verificar, a região asiática é uma importante parceira comercial do Brasil. Tanto as exportações quanto as importações representaram, em 2015, em torno de 30% do total comercializado. No período de estudo, houve um aumento de 19,60 e de 15,06 pontos percentuais na participação das exportações e das importações, respectivamente, desta região no comércio com o país. Observa-se, portanto, que o Brasil está modificando as relações comerciais com seus parceiros, fato esse já citado por Sarquis (2011).

Cabe destacar que a China é o principal parceiro comercial brasileiro no continente asiático. Em 2015, este país representou 56% do total exportado para o continente e 55% das importações brasileiras oriundas desta mesma região. No período 2000-2015, o aumento da participação chinesa nas exportações e nas

importações nacionais foram de 39,01 pontos percentuais e de 40,77 pontos percentuais, respectivamente (BRASIL, 2017). Assim, percebe-se, claramente, a relevância da China⁹ no comércio exterior brasileiro e seu impacto no crescimento das relações comerciais Brasil-Ásia.

Brasil-América do Sul

Segundo Oliveira e Salgado (2011), a cooperação política e a integração regional entre os países sul-americanos surgiram muito depois das cooperações entre os países pertencentes à América Latina. O interesse pela cooperação regional surgiu a partir da década de 1980, mas foi durante a década de 1990 que a integração regional ganhou força, principalmente com o fim da Guerra Fria e a forte regionalização da região sul-americana.

Conforme Veiga e Rios (2011), com as mudanças nas políticas e as iniciativas para a integração regional, durante a década de 1990, os países apresentaram uma maior liberalização da economia, favorecendo, assim, os acordos comerciais e bilaterais entre os países sul-americanos. Um dos principais acordos estabelecidos foi o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), assinado em 1991, por meio do Tratado de Assunção. Seu principal objetivo é estabelecer uma integração que facilite o comércio entre os países membros, os quais são Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela inserida em 2012.

Como o MERCOSUL apresenta uma política rígida, de difícil expansão e integração com áreas que não pertencem ao bloco, foi proposto o Tratado da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), em 2008, assinado por 12 Chefes de Estado da América do Sul. (OLIVEIRA; SALGADO, 2011). A UNASUL tem como objetivo a articulação de áreas de infraestrutura e de energia e a coordenação de posições políticas (BRASIL, 2018). Segundo Mury (2012), o Tratado também apresenta como objetivo, a construção de um espaço de união entre os povos.

Para o Brasil, o comércio com os países vizinhos é relevante, pois os compradores sul-americanos corresponderam a 16,3% das exportações nacionais e as

⁹ Neste estudo, optou-se por não analisar a China em razão da magnitude de sua participação no comércio internacional, já que o país asiático representou, em 2015, 13,8% e 10,1% do total exportado e importado, respectivamente, no mundo. Sua posição no *ranking* de maiores exportadores e importadores mundiais foi a de primeira e a de segunda colocada, respectivamente (WTO, 2017).



importações de origem dos países da América do Sul representaram 12,6%, em 2015, do total adquirido pelo país (BRASIL, 2017). Observa-se, na Tabela 3, que as exportações apresentaram um aumento de 179,7%, entre 2000 e 2015, e as importações um aumento de 98,2%, durante o mesmo período. Apesar do crescimento do comércio entre o Brasil e os demais países da América do Sul, observa-se uma queda das exportações brasileiras a partir de 2011. Segundo Franke et al. (2018), deve-se destacar a consequência da maior participação da economia chinesa na região, que tem deslocado as vendas externas brasileiras. Mesmo que a pauta comercial brasileira para o mundo seja concentrada em *commodities*, o Brasil está na segunda posição no *ranking* de comércio de produtos de conteúdo tecnológico para toda a América Latina.

Tabela 3 – Intercâmbio comercial Brasil-América do Sul – 2000 a 2015 (bilhões US\$)

Ano	Exportação	Importação	Resultado	
	(A)	(B)	Saldo (A-B)	Corrente (A+B)
2000	11,12	10,88	0,25	22,00
2001	10,28	9,29	0,99	19,58
2002	7,49	7,63	-0,14	15,12
2003	10,17	7,66	2,52	17,83
2004	15,72	9,28	6,44	25,00
2005	21,24	10,73	10,50	31,97
2006	26,75	14,96	11,79	41,71
2007	31,90	18,52	13,39	50,42
2008	38,36	24,14	14,22	62,50
2009	27,01	19,12	7,89	46,12
2010	37,17	25,91	11,26	63,08
2011	45,26	30,91	14,36	76,17
2012	40,18	30,53	9,64	70,71
2013	41,17	32,19	8,98	73,36
2014	36,75	29,85	6,90	66,60
2015	31,11	21,55	9,55	52,66

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Brasil (2017).

O principal destino das exportações brasileiras dentre os países vizinhos, em 2015, foi a Argentina (US\$ 12,80 milhões exportados pelo Brasil e US\$ 10,28 milhões importados pelo país) (Tabelas 4 e 5). Assim como nas exportações, a Argentina também se destaca pela participação nas importações brasileiras: 62,9%, em 2000, e 47,7%, em 2015, no total importado pelo Brasil. Em relação ao principal parceiro comercial brasileiro na América do Sul, cabe também mencionar que a China tem obtido competitividade neste país em detrimento do Brasil (FRANKE et al., 2018).

Tabela 4 – Exportações do Brasil para os países da América do Sul – 2000/2015

País*	2000		2015		Variação da participação (p.p.)
	Valor (milhões US\$)	Participação (%)	Valor (milhões US\$)	Participação (%)	
Argentina	6,24	56,08	12,80	41,14	-14,93
Chile	1,25	11,22	3,98	12,79	1,57
Venezuela	0,75	6,77	2,99	9,60	2,83

Uruguai	0,70	6,02	2,73	8,77	2,75
Paraguai	0,83	7,48	2,47	7,95	0,47
Colômbia	0,52	4,64	2,12	6,80	2,16
Peru	0,35	3,18	1,82	5,84	2,65
Bolívia	0,36	3,28	1,48	4,76	1,49
Equador	0,13	1,20	0,67	2,14	0,94
Suriname	0,01	0,06	0,04	0,12	0,06
Guiana	0,00	0,04	0,02	0,07	0,03
Guiana Francesa	0,00	0,03	0,01	0,02	0,01
Total	11,12	100,00	31,11	100,00	-

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Brasil (2017). Nota: (*) *Ranking* relacionado ao ano de 2015.

Em 2015, ressalta-se a participação de Chile e Bolívia, que, em conjunto com o principal parceiro, representaram 75,2% do total comercializado. Mesmo com uma participação elevada do total das importações oriundas da América do Sul, a Argentina vem perdendo participação no período de estudo (-15,20 pontos percentuais). Por outro lado, Bolívia (aumento de 10,34 pontos percentuais) e Chile (aumento de 6,92 pontos percentuais) ampliaram suas exportações para o Brasil entre 2000 e 2015 (Tabela 5).

Tabela 5 – Importações do Brasil oriundas dos países da América do Sul – 2000/2015

País*	2000		2015		Variação da participação (p.p.)
	Valor (bilhões US\$)	Participação (%)	Valor (bilhões US\$)	Participação (%)	
Argentina	6,84	62,91	10,28	47,71	-15,20
Chile	0,97	8,90	3,41	15,82	6,92
Bolívia	0,14	1,29	2,51	11,63	10,34
Peru	0,21	1,94	1,26	5,83	3,89
Uruguai	0,60	5,53	1,22	5,64	5,53
Colômbia	0,42	3,82	1,19	5,52	1,70
Paraguai	0,35	3,23	0,89	4,10	0,87
Venezuela	1,33	12,21	0,68	3,15	-9,05
Equador	0,02	0,17	0,12	0,55	0,38
Guiana	0,00	0,00	0,01	0,04	0,04
Suriname	0,00	0,00	0,00	0,01	0,01
Guiana Francesa**	0,00	0,00	-	-	-0,00
Total	10,88	100,00	21,55	100,00	-

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Brasil (2017). Nota: (*) *Ranking* relacionado ao ano de 2015; (**) Guiana Francesa não possui dados referentes à importação em 2015.

Conforme Veiga e Rios (2011), a região sul-americana é um dos principais destinos dos produtos manufaturados brasileiros, destacando que foram exportados cerca de US\$ 11,88 milhões em produtos manufaturados para a Argentina. Para os autores, uma das principais características do comércio inter-regional sul-americano é a presença significativa destes produtos, em comparação à pauta exportadora da América do Sul para o restante do mundo, onde se ressalta a comercialização de *commodities*.

Brasil-África

Após a entrada de economias em desenvolvimento no comércio internacional e a intensificação da cooperação Sul-Sul, conforme Costa e Veiga (2011), houve um direcionamento da política comercial brasileira para nações com a forte presença da economia chinesa, como é o caso do continente africano. Como se observa na Tabela 6, as exportações apresentaram um aumento de 508,9%, entre 2000 e 2015, e as importações exibiram um aumento de 201,4%, durante o mesmo período. A queda das exportações brasileiras a partir de 2011 também pode ser explicada pela maior inserção da economia chinesa no mercado africano, sendo que a pauta de exportação e de importação da África tem se caracterizado por petróleo e por bens industrializados, respectivamente (ALVES, 2010).

Tabela 6 – Intercâmbio comercial Brasil-África – 2000 a 2015 (bilhões US\$)

Ano	Exportação	Importação	Resultado	
	(A)	(B)	Saldo (A-B)	Corrente (A+B)
2000	1,35	2,91	-1,56	4,25
2001	1,99	3,33	-1,34	5,32
2002	2,36	2,68	-0,31	5,04
2003	2,86	3,29	-0,43	6,15
2004	4,25	6,18	-1,94	10,43
2005	5,98	6,66	-0,68	12,64
2006	7,46	8,11	-0,65	15,57
2007	8,58	11,35	-2,77	19,92
2008	10,17	15,76	-5,59	25,93
2009	8,69	8,47	0,23	17,16
2010	9,26	11,30	-2,04	20,56
2011	12,22	15,44	-3,21	27,66
2012	12,21	14,27	-2,05	26,48
2013	11,09	17,45	-6,36	28,53
2014	9,70	17,06	-7,36	26,76
2015	8,20	8,76	-0,56	16,97

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Brasil (2017).

As Tabelas 7 e 8 apresentam, respectivamente, as exportações brasileiras para os países da África e as importações nacionais oriundas desses países nos anos de 2000 e de 2015. O continente africano é composto por 54 países, onde três desses concentraram 53,7% de todo o valor exportado em 2015, sendo eles o Egito (US\$ 2,056 milhões), a África do Sul (US\$ 1,353 milhão) e a Argélia (US\$ 0,993 milhão). A Argélia vem se destacando em relação ao total comercializado com o continente africano (9,03 pontos percentuais), enquanto o Egito apresentou um aumento de 7,29 pontos percentuais no período de 2000 a 2015.

Tabela 7 – Exportações do Brasil para os países da África – 2000/2015

País*	2000		2015		Variação da participação (p.p.)
	Valor (milhões US\$)	Participação (%)	Valor (milhões US\$)	Participação (%)	
Egito	0,24	17,78	2,06	25,07	7,29
África do Sul	0,30	22,44	1,35	16,51	-5,93

Argélia	0,04	3,07	0,99	12,11	9,03
Nigéria	0,25	18,33	0,69	8,39	-9,93
Argola	0,11	7,89	0,65	7,90	0,01
Marrocos	0,14	10,29	0,49	6,03	-4,27
Tunísia	0,04	2,99	0,30	3,69	0,71
Gana	0,04	3,18	0,18	2,23	-0,95
Líbia	0,05	3,39	0,15	1,80	-1,59
Mauritânia	0,00	0,23	0,14	1,73	1,49
Demais países	0,14	10,40	1,19	14,54	4,14
Total	1,35	100,00	8,20	100,00	-

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Brasil (2017). Nota: (*) *Ranking* relacionado ao ano de 2015.

Em relação às importações, referente ao ano de 2015, 52,9% do total comercializado com a África é oriundo da Nigéria (US\$ 4,63 milhões), que também apresentou o maior aumento em sua participação no período de 2000 a 2015: 27,63 pontos percentuais. Destaca-se que a Argélia ocupava o primeiro lugar no *ranking* no ano de 2000, com uma participação de 51,9%, reduzindo 31,20 pontos percentuais no período de estudo.

Tabela 8 – Importações do Brasil oriundas dos países da África – 2000/2015

País*	2000		2015		Variação da participação (p.p.)
	Valor (milhões US\$)	Participação (%)	Valor (milhões US\$)	Participação (%)	
Nigéria	0,73	25,24	4,63	52,87	27,63
Argélia	1,51	51,89	1,81	20,69	-31,20
Marrocos	0,08	2,85	0,74	8,44	5,60
África do Sul	0,23	7,83	0,64	7,36	-0,48
Guiné Equatorial	0,01	0,33	0,52	5,98	5,65
Egito	0,04	1,23	0,11	1,23	0,00
Costa do Marfim	0,06	2,18	0,06	0,73	-1,45
Tunísia	0,05	1,57	0,06	0,66	-0,91
República Democrática do Congo	0,00	0,01	0,04	0,46	0,46
Gana	0,00	0,03	0,03	0,39	0,35
Demais países	0,20	6,84	0,10	1,20	-5,64
Total	2,91	100,00	8,76	100,00	-

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Brasil (2017). Nota: (*) *Ranking* relacionado ao ano de 2015.

Costa e Veiga (2011), ao analisarem as exportações do Brasil para o continente africano, entre 2000/2002 e 2008/2010, observaram o crescimento da exportação de produtos básicos, com uma variação de 613%. Segundo os autores, o aumento do preço das *commodities* poderia ter beneficiado o aumento das exportações.

Brasil-Sul da Ásia

Conforme *International Centre for Trade and Sustainable Development (ICTSD)*, o Brasil tem se aproximado mais de países em desenvolvimento e, principalmente, da Ásia desde a década de 1990. (O NOVO..., 2008). Segundo Brasil (2017), em 2015, as

exportações para o Sul da Ásia corresponderam a 8,2% do total comercializado pelo Brasil com o continente asiático. Já as importações da desta região representaram 14,3% de todas as importações de origem asiática.

De acordo com a Tabela 9, pode-se verificar um aumento do comércio entre o Brasil e a região sul-asiática, observando que as exportações totais cresceram 1.586%, entre 2000 e 2015, e as importações foram ampliadas em 1.562%, no mesmo período.

Tabela 9 – Intercâmbio comercial Brasil-Sul da Ásia – 2000 a 2015 (bilhões US\$)

Ano	Exportação	Importação	Resultado	
	(A)	(B)	Saldo (A-B)	Corrente (A+B)
2000	0,33	0,30	0,03	0,62
2001	0,44	0,57	-0,13	1,01
2002	0,75	0,59	0,16	1,34
2003	0,70	0,51	0,20	1,21
2004	0,98	0,58	0,40	1,57
2005	1,62	1,23	0,39	2,85
2006	1,49	1,53	-0,04	3,02
2007	1,35	2,26	-0,91	3,62
2008	1,68	3,74	-2,06	5,42
2009	4,32	2,33	1,98	6,65
2010	4,48	10,77	-6,28	15,25
2011	4,31	6,35	-2,04	10,66
2012	6,60	5,37	1,23	11,97
2013	4,24	6,69	-2,45	10,93
2014	5,94	7,00	-1,06	12,94
2015	5,20	4,63	0,56	9,81

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Brasil (2017).

As Tabelas 10 e 11 apresentam, respectivamente, as exportações brasileiras para os países do Sul da Ásia e as importações nacionais oriundas desses países nos anos de 2000 e de 2015. A Índia é o principal parceiro comercial do Brasil na região sul-asiática, representando 69,6% do valor total das exportações referente ao ano de 2015. O país indiano também já ocupava a primeira posição no *ranking* no início do período estudado, sendo responsável por 66,4% do total das exportações. Em termos de variação de participação nas exportações, Bangladesh vem se destacando, com um aumento de 7,12 pontos percentuais, entre 2000 e 2015, enquanto a Índia, que lidera o comércio, apresentou um aumento de 3,14 pontos percentuais.

Tabela 10 – Exportações do Brasil para os países do Sul da Ásia – 2000/2015

País*	2000		2015		Variação da participação (p.p.)
	Valor (milhões US\$)	Participação (%)	Valor (milhões US\$)	Participação (%)	
Índia	0,22	66,43	3,62	69,57	3,14
Bangladesh	0,05	14,95	1,15	22,07	7,12
Paquistão	0,05	14,95	0,30	5,73	-9,22
Sri Lanka	0,01	3,56	0,12	2,25	-1,31
Maldivas	0,00	0,09	0,01	0,24	0,15
Afeganistão	0,00	0,00	0,01	0,13	0,12
Nepal	0,00	0,02	0,00	0,02	0,00
Butão ^{††}	-	-	0,00	0,00	0,00
Total	0,33	100,00	5,20	100,00	

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Brasil (2017). Notas: (*) *Ranking* relacionado ao ano de 2015; (**) Butão não apresentou dados referentes à exportação em 2000.

Porém, em termos de participação nas importações, Bangladesh apresentou uma pequena diminuição (-0,13 pontos percentuais) no período estudado. Como é possível observar, os principais parceiros comerciais são praticamente os mesmos: Índia, que possui a maior participação, seguida de Bangladesh e do Paquistão. A Índia vem liderando a origem das importações brasileiras desde o início do período estudado, com uma participação acima de 90%.

Tabela 11 – Importações do Brasil oriundas dos países do Sul da Ásia – 2000/2015

País*	2000		2015		Variação da participação (p.p.)
	Valor (milhões US\$)	Participação (%)	Valor (milhões US\$)	Participação (%)	
Índia	0,27	91,67	4,29	92,75	1,08
Bangladesh	0,01	4,71	0,21	4,58	-0,13
Paquistão	0,01	2,16	0,07	1,53	-0,63
Sri Lanka	0,00	0,91	0,05	1,12	0,21
Nepal	0,00	0,16	0,00	0,01	-0,15
Afganistão	0,00	0,38	0,00	0,01	-0,37
Butão**	-	-	0,00	0,00	0,00
Maldivas**	-	-	0,00	0,00	0,00
Total	0,30	100,00	4,63	100,00	

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Brasil (2017). Nota: (*) *Ranking* relacionado ao ano de 2015; (**) Butão e Maldivas não apresentaram dados referentes às importações brasileiras em 2000.

Conforme Haffner e Monteiro (2011), o comércio entre Brasil e Índia apresentou baixa representatividade, nos anos de 1990, onde as importações eram próximas a zero e as exportações brasileiras não alcançavam US\$ 0,2 bilhão. Os autores destacaram que a elasticidade indiana por produtos de origem brasileira era a mais baixa em comparação ao restante do mundo nos anos 1990, triplicando a demanda por produtos da América Latina, nos anos 2000.

Ainda segundo Haffner e Monteiro (2011), Brasil e Índia são considerados complementares, sendo que o maior obstáculo para o comércio entre ambos é o custo de transporte (distância e logística para o transporte dos produtos). Os autores destacaram que o transporte mais eficiente e a redução de tarifas de importação seriam medidas eficientes para ampliar o comércio Brasil-Índia.

Estudos Empíricos

Ferreira (2015), ao analisar o comércio externo brasileiro no período 2001 a 2012, observou que os produtos de alta tecnologia apresentaram uma queda na

participação no total das exportações, passando de 12,4% para 4,2%, enquanto os produtos não-industriais passaram de 16,6% para 38,4%, no mesmo período. Em relação às importações, os produtos não industriais e de baixa tecnologia mantiveram sua participação em torno de 12% e 8%, respectivamente, durante todo o período. Por outro lado, entre 2000 e 2012, os produtos de média-baixa tecnologia passaram de 15,7% para 18,7%, os de média-alta passaram de 38,4% para 41,7% e, por fim, os de alta tecnologia reduziram sua participação: de 25,4% para 18,5%.

Vogel e Azevedo (2015) avaliaram o perfil das exportações brasileiras e de estados selecionados no período de 2000 e 2010. Segundo os autores, o destaque foi o comércio de produtos primários, que representavam 15,18%, em 2000, passando para 35,11% do total exportado pelo país, em 2010. Nesse mesmo período, todos os demais produtos apresentaram queda na participação: os de baixa tecnologia passaram de 30,14% para 27,34%, os de média-baixa tecnologia de 17,15% para 13,06%, os de média-alta tecnologia de 23,38% para 18,24% e, por fim, os de alta tecnologia de 12,19% para 4,38%. Em relação ao destino das exportações dos produtos brasileiros, os autores identificaram que, para o MERCOSUL, destacam-se os produtos de média-alta e de média-baixa intensidade tecnológica; já para os EUA, as exportações são distribuídas entre todos os setores tecnológicos; e, no caso das exportações destinadas para a China, os produtos primários e de baixa intensidade tecnológica têm as maiores participações.

Chiarini e Silva (2014) analisaram o fluxo do comércio brasileiro nas décadas de 1990 e 2010. Em 1996, os produtos classificados como baixa tecnologia apresentaram uma participação de 43,02% nas exportações e de 15,65% nas importações. Em relação aos produtos de alta tecnologia, sua participação foi de 5,11% no total exportado e de 23,15% no que se refere às importações. Já para o ano de 2000, as exportações de alta tecnologia aumentaram sua participação, passando para 8,57%, enquanto os produtos de baixa tecnologia reduziram para 38,09%. Em relação às importações, por sua vez, as maiores participações ocorreram nos produtos de média-alta tecnologia (47,93%) e de alta tecnologia (27,42%), sendo que somente 7,86% eram considerados de baixa intensidade tecnológica. Por fim, em 2012, o perfil das exportações brasileiras era caracterizado por produtos de baixa tecnologia (40,14%) e somente 6,79% dos produtos exportados são considerados de alto grau tecnológico. No caso das importações, caracterizava-se por produtos de alto grau tecnológico (21,22%) e médio-alto grau

tecnológico (47,80%), sendo que 9,54% dos produtos importados eram de baixo grau tecnológico. Os autores observam, portanto, o aumento de exportações do Brasil de produtos de baixo grau de intensidade tecnológica, perdendo, assim, competitividade internacional por não apresentar produtos com alta e média-alta tecnologia.

Honório e Araújo (2014) avaliaram o perfil do Brasil no comércio internacional em relação aos principais parceiros comerciais, no período 1999 a 2011, com destaque para China, Estados Unidos da América (EUA), Argentina, Alemanha, Japão e Itália. A exportação brasileira de produtos não industriais não chegava a 20%, em 1999, passando dos 30% em 2011. Quando são considerados, em conjunto, os produtos não industriais e os produtos de baixa tecnologia, o valor ultrapassou 60% do total das exportações brasileiras para seus principais parceiros comerciais, em 2011. Em relação às importações brasileiras, produtos de alta e média-alta tecnologia ultrapassaram 60% do total das importações durante o período de 1999 a 2011.

Segundo Torezani e Campos (2013), cujo objetivo foi demonstrar a inserção da economia brasileira no comércio internacional entre 2000 e 2011, houve mudança do padrão do fluxo comercial nesse período. Continuando Torezani e Campos (2013), 83% das exportações brasileiras, no ano de 2000, eram classificadas como produtos industriais, ou seja, os produtos não industriais representavam apenas 17%. Já em 2011, a participação de produtos não industriais aumentou para 41% e, portanto, os produtos industriais reduziram sua participação para 59%. Em relação às importações, ao longo do mesmo período, os produtos industriais representaram em torno de 80%, enquanto os não industriais não ultrapassaram os 20%.

No que se refere, especificamente, à classificação das exportações por intensidade tecnológica, os autores Torezani e Campos (2013) obtiveram os seguintes resultados: os produtos não industriais, em 2000, representavam 16,67%, passando para 40,57%, em 2011; os produtos de baixa tecnologia correspondiam a 30,21%, em 2000, caindo para 24,46%, em 2011; os produtos de média-baixa tecnologia, em 2000, tinham uma participação de 18,87% e, em 2011, representavam 14,91%; os produtos de média-alta tecnologia passaram de 23,62%, em 2000, para 16,73%, em 2011; e os produtos de alta-tecnologia representavam 10,64%, em 2000, e 3,33%, em 2011. Já as importações se apresentaram da seguinte maneira: produtos com alta e média-alta tecnologia tinham uma participação de 59,48%, em 2011, e os produtos com média-baixa tecnologia, baixa tecnologia e produtos não industriais participaram 40,52%,

em 2011. Por fim, Torezani e Campos (2013) concluíram que o Brasil pode estar perdendo competitividade no comércio internacional, pois o país apresentou perda nas exportações de produtos industriais e, ao mesmo tempo, um aumento na importação desses produtos.

Silva, M., Silva, V. e Lima (2012) verificaram a inserção comercial brasileira no mercado internacional no período de 2002 a 2008. Em relação às exportações, os autores observaram que, no período de 2002 a 2004, os produtos não industriais representavam 27% e os produtos de baixa, média-baixa, média-alta e alta intensidades tecnológicas corresponderam, respectivamente, a 38%, 26%, 4% e 5% do total exportado. No período de 2004 a 2006, as participações dos produtos não industriais e de baixa, média-baixa, média-alta e alta intensidades tecnológicas foram, respectivamente, de 26%, 38%, 28%, 4% e 4% das exportações brasileiras. Por fim, entre 2006 e 2008, as participações desses mesmos produtos no total comercializado pelo Brasil com o mundo foram de 29%, 38%, 26%, 3% e 4%.

A partir da análise dos estudos empíricos, foi possível observar o aumento das exportações brasileiras de produtos classificados como não industriais e de baixo grau de intensidade tecnológica, ocorrendo o inverso em relação às importações, que se caracterizaram pela participação de produtos com grau mais elevado de intensidade tecnológica. Ferreira (2015) e Vogel e Azevedo (2015), por exemplo, evidenciaram um possível processo de reprimarização da pauta exportadora brasileira a partir de 2000.

Resultados e Discussão

Na Tabela 12 é possível observar o intercâmbio comercial entre o Brasil e a América do Sul. As exportações brasileiras caracterizaram-se, principalmente, como de média-alta intensidade tecnológica, passando de 44,31% do total exportado, em 2000, para 48,75%, em 2015. Ou seja, no período de estudo, houve um aumento de 4,45 pontos percentuais. Os produtos com intensidade tecnológica considerada média-alta, segundo a classificação da OCDE, enquadram-se na indústria automobilística em geral, equipamentos elétricos, entre outros. Destaca-se que também houve um aumento de participação dos produtos primários no período, de

8,20 pontos percentuais, representando 12,19% do total exportado pelo país, em 2015, para a região.

Tabela 12 – Intercâmbio comercial Brasil-América do Sul, por intensidade tecnológica, em bilhões de US\$ e % do total – 2000-2015

Comércio	Setores	2000	2005	2010	2015	Varição 2000/2015 (% e p.p)
Exportações	US\$ bilhões					
	Primários	0,44	1,26	4,17	3,79	753,89
	Baixa	2,50	3,01	5,33	6,04	141,07
	Média-Baixa	1,89	3,56	6,28	4,89	158,77
	Média-Alta	4,93	11,01	18,60	15,17	207,75
	Alta	1,36	2,40	2,79	1,23	-9,63
	Total	11,12	21,24	37,17	31,11	179,68
	% do total					
	Primários	3,99	5,94	11,22	12,19	8,20
	Baixa	22,51	14,16	14,34	19,40	-3,11
	Média-Baixa	16,98	16,75	16,89	15,71	-1,27
	Média-Alta	44,31	51,84	50,05	48,75	4,45
	Alta	12,21	11,31	7,50	3,94	-8,26
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	-
Importações	US\$ bilhões					
	Primários	3,79	3,19	6,42	6,86	81,02
	Baixa	1,79	1,44	3,42	3,11	73,38
	Média-Baixa	2,11	2,57	6,09	3,71	75,90
	Média-Alta	2,98	3,35	9,70	7,61	155,04
	Alta	0,20	0,18	0,28	0,26	31,50
	Total	10,88	10,73	25,91	21,55	98,15
	% do total					
	Primários	34,84	29,75	24,78	31,82	-3,01
	Baixa	16,49	13,43	13,19	14,43	-2,06
	Média-Baixa	19,39	23,99	23,50	17,22	-2,18
	Média-Alta	27,43	31,17	37,45	35,31	7,87
	Alta	1,85	1,66	1,08	1,22	-0,62
	Total	100	100	100	100	-

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Brasil (2017).

Em relação às importações brasileiras de produtos oriundos da América do Sul, destacaram-se tanto os produtos classificados como média-alta intensidade (35,31% do total importado, em 2015), quanto os produtos primários (31,82% do total importado, no mesmo ano). No entanto, no caso dos primeiros, houve uma ampliação, no período, de 7,87 pontos percentuais na sua participação no total importado. Por outro lado, a participação dos produtos primários apresentou uma queda no período de estudo (-3,01 pontos percentuais).

No período de estudo, como se identifica na Tabela 13, as exportações brasileiras para a África foram caracterizadas, principalmente, por produtos de baixa intensidade tecnológica (56,97% do total exportado, em 2015), representando um aumento de 16,31 pontos percentuais. As exportações de produtos primários apareceram na segunda posição do total exportado, 17,66% (aumento de 2,24 pontos percentuais). A maior queda de participação foi verificada no setor classificado como

média-alta intensidade tecnológica, que representava 28,15% do total exportado, em 2000, passando para apenas 15,24%, em 2015.

Tabela 13 – Intercâmbio comercial Brasil-África, por intensidade tecnológica, em bilhões de US\$ e % do total – 2000-2015

Comércio	Setores	2000	2005	2010	2015	Variação 2000/2015 (% e p.p)
Exportações	US\$ bilhões					
	Primários	0,21	0,57	1,44	1,45	597,36
	Baixa	0,55	2,71	5,44	4,67	753,16
	Média-Baixa	0,19	1,09	0,62	0,72	284,27
	Média-Alta	0,38	1,48	1,53	1,25	229,59
	Alta	0,03	0,13	0,23	0,11	340,83
	Total	1,35	5,98	9,26	8,20	508,87
	% do total					
	Primários	15,42	9,57	15,52	17,66	2,24
	Baixa	40,66	45,33	58,74	56,97	16,31
	Média-Baixa	13,84	18,24	6,69	8,74	-5,11
	Média-Alta	28,15	24,68	16,53	15,24	-12,91
	Alta	1,94	2,18	2,51	1,40	-0,53
	Total	100	100	100	100	-
Importações	US\$ bilhões					
	Primários	0,85	5,47	7,34	6,06	609,08
	Baixa	0,03	0,03	0,09	0,10	189,88
	Média-Baixa	1,86	0,74	2,78	1,63	-12,54
	Média-Alta	0,15	0,39	1,02	0,94	513,77
	Alta	0,006	0,02	0,06	0,04	628,28
	Total	2,91	6,66	11,30	8,76	201,47
	% do total					
	Primários	29,39	82,23	65,02	69,13	39,74
	Baixa	1,16	0,49	0,84	1,12	-0,04
	Média-Baixa	63,99	11,15	24,61	18,56	-45,43
	Média-Alta	5,24	5,85	9,02	10,67	5,43
	Alta	0,21	0,28	0,52	0,51	0,30
	Total	100	100	100	100	-

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Brasil (2017).

Em relação às importações oriundas do continente africano, observa-se a predominância dos produtos primários (69,13% do total importado, em 2015), com crescimento de 39,74 pontos percentuais no período analisado. Os produtos classificados como média-baixa intensidade tecnológica foram os que apresentaram a maior queda na participação entre 2000 e 2015: -45,43 pontos percentuais.

As exportações brasileiras para o Sul da Ásia caracterizam-se por uma alta participação de produtos de baixa intensidade tecnológica e produtos primários: 44,15% e 37,07%, respectivamente, do total exportado, em 2015 (Tabela 14).

Tabela 14 – Intercâmbio comercial Brasil-Sul da Ásia, por intensidade tecnológica, em bilhões de US\$ e % do total – 2000-2015

Comércio	Setores	2000	2005	2010	2015	Variação 2000/2015 (% e p.p)
US\$ bilhões						

Importações	Primários	0,03	0,23	1,87	1,93	5777,22	
	Baixa	0,17	0,90	1,94	2,29	1317,11	
	Média-Baixa	0,03	0,06	0,27	0,50	1807,80	
	Média-Alta	0,08	0,25	0,35	0,33	395,60	
	Alta	0,01	0,18	0,06	0,15	1865,37	
	Total	0,33	1,62	4,49	5,19	1588,36	
	% do total						
	Primários	10,19	14,42	41,66	37,07	26,88	
	Baixa	53,24	55,65	43,20	44,15	-9,09	
	Média-Baixa	8,39	3,82	5,91	9,55	1,16	
	Média-Alta	25,79	15,29	7,84	6,42	-19,37	
	Alta	2,39	10,83	1,39	2,81	0,42	
	Total	100	100	100	100	-	
	US\$ bilhões						
	Primários	0,01	0,01	0,09	0,05	354,97	
	Baixa	0,04	0,07	0,57	0,56	1238,04	
	Média-Baixa	0,07	0,70	2,18	2,11	2986,05	
	Média-Alta	0,13	0,33	1,30	1,52	1206,52	
	Alta	0,04	0,12	0,27	0,39	968,68	
	Total	0,29	1,23	4,42	4,63	1562,38	
% do total							
Primários	4,7	0,9	2,1	1,07	-3,63		
Baixa	15,2	5,7	12,8	12,02	-3,18		
Média-Baixa	23,8	56,7	49,4	45,53	22,53		
Média-Alta	42,5	26,6	29,4	32,84	-9,66		
Alta	13,8	10,0	6,2	8,54	-5,26		
Total	100	100	100	100	-		

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Brasil (2017).

Contudo, no período de estudo, houve uma queda na participação dos produtos de baixa intensidade tecnológica (-9,09 pontos percentuais), enquanto os produtos primários ampliaram sua participação em 26,88 pontos percentuais. Destaca-se a redução na participação dos produtos de média-alta intensidade tecnológica: representavam 25,79% do total exportado, em 2000, reduzindo para apenas 6,42%, em 2015. No que se refere às importações, os produtos de média-baixa e de média-alta intensidades tecnológicas foram os principais produtos importados desta região pelo Brasil, representando, em conjunto, 78,37%, em 2015, do total importado pelo país.

Por fim, no Quadro 1, é apresentada uma síntese do perfil de comércio entre o Brasil e a América do Sul, a África e o Sul da Ásia, por grau de intensidade tecnológica, em 2000 e em 2015.

Quadro 1 – Síntese do perfil de comércio entre Brasil e América do Sul, Brasil e África e Brasil e Sul da Ásia, por grau de intensidade tecnológica, 2000/2015*

Setores Anos	Exportação						Importação					
	América do Sul		África		Sul da Ásia		América do Sul		África		Sul da Ásia	
	2000	2015	2000	2015	2000	2015	2000	2015	2000	2015	2000	2015
Primários												
Baixa												
Média-Baixa												
Média-Alta												
Alta												

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Brasil (2017). Nota: (*) Maior participação no total exportado ou importado, em 2000 e em 2015.

Em relação às exportações, não houve mudança no perfil no período de estudo, sendo que o comércio brasileiro com a América do Sul caracterizou-se, principalmente, pela exportação de produtos de média-alta intensidade tecnológica, enquanto os produtos de baixa intensidade tecnológica foram majoritários nas exportações brasileiras para a África e o Sul da Ásia.

No que se refere às importações, no entanto, ocorreu uma alteração no perfil do comércio brasileiro com as três regiões entre 2000 e 2015. O Brasil importava, principalmente, produtos primários da América do Sul, em 2000, sendo que os produtos de média-alta intensidade tecnológica assumiram a primeira posição em 2015. No caso do continente africano, as importações brasileiras deixaram de ser caracterizadas por produtos de média-baixa intensidade tecnológica e os produtos primários tornaram-se o principal segmento importado pelo país. Por fim, nas importações oriundas do Sul da Ásia, os produtos de média baixa-intensidade tecnológica, em 2015, assumiram a posição que era ocupada pelos produtos de média-alta intensidade tecnológica, em 2000.

Considerações Finais

Neste estudo, observou-se que o Brasil vem apresentando mudança em relação aos parceiros comerciais e, segundo Sarquis (2011), a nova geografia comercial do Brasil estaria direcionada para um aprofundamento da relação Sul-Sul. De acordo com Greenaway e Milner (1990), o comércio Sul-Sul tem aprofundado o vínculo comercial entre os países em desenvolvimento. No entanto, para Dahi e Demir (2008), o potencial que esse fluxo de comércio proporciona ainda não foi explorado. Para UNCTAD (2004), a relação comercial Sul-Sul é uma circunstância oportuna para os países em desenvolvimento expandirem seu comércio exterior e obterem vantagens pela transferência tecnológica.

Essa modificação de direcionamento do comércio exterior brasileiro foi comprovada na análise da participação de seus principais parceiros na pauta exportadora do país. Em 2000, apenas 38,8% do total exportado para o mundo era direcionado para a América Latina e Caribe, a Ásia e a África. Já em 2015, essa

participação foi de 64,7%. O comércio Sul-Sul, no caso do Brasil, substituiu o tradicional comércio Norte-Sul no século XXI.

Chiarini e Silva (2014), Ferreira (2015), Honório e Araújo (2014), Silva, M., Silva, V. e Lima (2012), Torezani e Campos (2013) e Vogel e Azevedo (2015), ressaltaram que a pauta exportadora brasileira para o mundo apresentou perda de participação de produtos com maior grau de intensidade tecnológica, enquanto os produtos não industriais ganharam destaque nas exportações brasileiras. Ferreira (2015) e Vogel e Azevedo (2015) afirmaram, inclusive, que estaria ocorrendo um processo de reprimarização da pauta exportadora brasileira nos anos 2000.

No entanto, ao analisar o perfil do comércio, por grau de intensidade tecnológica, entre o Brasil e a América do Sul, o Brasil e a África e o Brasil e o Sul da Ásia, no período 2000-2015, constatou-se que as exportações nacionais na relação comercial Sul-Sul caracterizaram-se por produtos de média-alta e de baixa intensidades tecnológicas e não por produtos primários. Assim, o comércio Sul-Sul, além de ser uma oportunidade para os países em desenvolvimento ampliarem as suas exportações, conforme destacado por UNCTAD (2004), também gera benefícios pelas transferências tecnológicas.

Por fim, como sugestão de estudos futuros, recomenda-se analisar, especificamente, o perfil da transferência tecnológica entre os países em desenvolvimento com a ampliação do comércio Sul-Sul, com ênfase no Brasil. Em relação ao comércio em si, caberia investigar os distintos perfis dos países em desenvolvimento no padrão de exportação – e a posição do Brasil neste contexto – e aprofundar a análise da concorrência entre os países do Sul no comércio global. Finalmente, aconselha-se compreender os interesses públicos/privados no processo de diversificação de parceiros comerciais do Brasil no comércio Sul-Sul.

Referências

ALVAREZ, A. M. “O financiamento ao comércio Sul-Sul como ferramenta fundamental para a superação da crise”. *Boletim de Economia e Política Internacional*, Brasília, n. 14, p. 47-60, maio/ago. 2013.

ALVES, A. G. M. P. “Os interesses econômicos da China na África”. *Boletim de Economia e Política Internacional*, Brasília, n. 1, p. 25-31, jan./mar. 2010.

AMORIM, R. L. C. “O Brasil e os seus investimentos: quais são os impactos da crise?” *Pontes*, Geneva, v. 5, n. 2, jun. 2009.

AMSDEN, A. “The directionality of trade: historical perspective and overview”. In: HAVRYLYSHYN, O. (Ed.). *How direction affects performance*. Washington D.C.: World Bank, 1987, p. 123-138.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *União de Nações Sul-Americanas*. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/integracao-regional/688-uniao-de-nacoes-sul-almericanas>>. Acesso em: 26 jun. 2018.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento da Indústria e Comércio Exterior. Secretaria de Comércio Exterior. *Sistema de análise das informações de comércio exterior (ALICEWEB2)*: base de dados. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <<http://aliceweb.mdic.gov.br>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

CAVALCANTE, L. R. “Classificações tecnológicas: uma sistematização”. *Nota Técnica IPEA*, Brasília, DF, n. 17, mar. 2014.

CHIARINI, T.; SILVA, A. L. G. “Comércio de produtos tecnológicos e transferência internacional de tecnologia: análise exploratória do caso brasileiro nas décadas de 1990 e 2010”. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA - ANPEC, 42., 2014, Natal (RN). *Anais ...* Rio de Janeiro: ANPEC, 2014. p. 1-22.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO (UNCTAD). *Assegurando ganhos de desenvolvimento a partir do sistema comercial internacional e das negociações de comércio*. São Paulo, jun. 2004. Disponível em: <http://unctad.org/pt/docs/td397_pt.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2015.

CONFERENCIA DE LAS NACIONES UNIDAS SOBRE COMERCIO Y DESARROLLO (UNCTAD). *Historia de la UNCTAD*. Geneva, 2012. Disponível em: <<http://unctad.org/es/Paginas/About%20UNCTAD/A-Brief-History-of-UNCTAD.aspx>>. Acesso em: 20 dez. 2015.

COSTA, K. P.; VEIGA, P. M. “O Brasil frente à emergência da África: comércio e política comercial”. *Textos Cindes*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 2-28, jul. 2011.

DAHI, O.; DEMIR, F. “South-South trade in manufactures: current performance and obstacles for growth”. *Review of Radical Political Economics*, New York, v. 40, n. 3, p. 266-275, 2008.

- FERREIRA, W. C. “Uma análise do setor externo brasileiro entre 2000 e 2012 a luz do debate sobre a desindustrialização”. *Revista Economia Ensaios*, Uberlândia, v. 29, n. 2, p. 51-75, jan./jun. 2015.
- FRANKE, L et al. “Efeito China: impacto da China sobre as exportações de produtos industrializados de Brasil e México”. In: ENCONTRO DE ECONOMIA DA REGIÃO SUL, XXI, 2018, Curitiba. *Anais... ANPEC: Niterói (RJ)*, 2018. p. 1-20.
- FURTADO, A. T.; CARVALHO, R. Q. “Padrões de intensidade tecnológica da indústria brasileira: um estudo comparativo com os países centrais”. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 70-84, 2005.
- GREENAWAY, D.; MILNER, C. “South-South trade theory, evidence, and policy”. *World Bank Research Observer*, Philadelphia, v. 5, n. 1, p. 47-68, 1990.
- HAFFNER, J. A. H.; MONTEIRO, L. O. V. “As relações econômicas entre Índia e Brasil: trajetória e perspectivas”. In: ENCONTRO NACIONAL ABRI, 3., 2011, São Paulo. *Anais ... São Paulo: ABRI*, 2011.
- HATZICHRONOGLU, T. *Revision of the high-technology sector and product classification*. Paris, 1997. (OECD Science, Technology and Industry Working Papers, n. 2).
- HONÓRIO, M.; ARAÚJO, M. P. “Corrente de comércio do Brasil: rumos e desafios”. *Revista Ciência Sociais em Perspectiva*, Cascavel, v. 13, n. 25, 2. sem. 2014. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/ccsaemperspectiva/article/download/9635/7939>>. Acesso em: 18 jan. 2017.
- LALL, S. “India’s economic relations with the South”. In: HAVRYLYSHYN, O. (Ed.). *How direction affects performance*. Washington D.C.: World Bank, 1987. P. 109-120.
- MARKWALD, R. “Intensidade tecnológica e dinamismo das exportações brasileiras”. *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, Rio de Janeiro, n. 79, p. 3-11, 2004.
- MORAIS, M. D.; MASSUQUETTI, A.; AZEVEDO, A. F. Z. “O Brasil e a integração com as américas: o comércio Sul-Sul e Sul-Norte”. *Estudios Económicos*, Bahía Blanca, v. XXXV, n. 70, p. 27-56, ene./jun. 2018.
- MURY, L. G. M. “A importância da integração comercial da América do Sul”. In: SEMINÁRIO BRASILEIRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS INTERNACIONAIS, 2012, Porto Alegre. *Anais... Porto Alegre: UFRGS*, 2012. p. 1-23.
- O “NOVO regionalismo asiático”: maior integração ou mais um spaghetti bowl? *Pontes*, Geneva, v. 4, n. 1, feb. 2008.

- OLIVEIRA, A. C. V.; SALGADO, R. S. “Modelos de integração na América do Sul: Mercosul à Unasul”. In: ENCONTRO NACIONAL ABRI, 3., 2011, São Paulo. *Anais...* São Paulo: ABRI, 2011. p. 1-18.
- PAVITT, K. “Sectoral patterns of technical change: towards a taxonomy and a theory”. *Research Policy*, Amsterdam, v. 13, p. 343-373, 1984.
- PUENTE, C. A. I. *A cooperação técnica horizontal brasileira como instrumento de política externa: a evolução da cooperação técnica em países em desenvolvimento – CTPD – no período 1995-2005*. Brasília, DF: FUNAG, 2010.
- SARQUIS, J. B. S. *Comércio internacional e crescimento econômico no Brasil*. Brasília, DF: Ministério das Relações Exteriores: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.
- SILVA, M. G.; SILVA, V. S. P.; LIMA, D. J. P. “Comércio internacional e doença holandesa: evidências empíricas sobre o processo de desindustrialização da economia brasileira”. In: ENCONTRO DE ECONOMIA BAIANA, 8., 2012, Salvador. *Anais...* Salvador: EEB, 2012. p. 782-805.
- TOREZANI, T. A.; CAMPOS, A. C. de. “A dinâmica dos fluxos comerciais brasileiros nos anos 2000: uma análise por conteúdo tecnológico”. In: Encontro de Economia da Região Sul - ANPEC SUL, 16., 2013, Curitiba. *Anais...* Curitiba: ANPEC, 2013. p. 1-20.
- VEIGA, P. M.; RIOS, S. P. *O Brasil como vetor de integração sul-americana: possibilidades e limites*. [São Paulo]: Plataforma Democrática, jul. 2011. (Working paper, n. 17).
- VOGEL, G.; AZEVEDO, A. F. Z. “Intensidade tecnológica das exportações do Brasil e de estados selecionados (2000-2010)”. *Revista de Administração da UFSM*, Santa Maria, v. 8, n. 1, p. 26-41, mar. 2015.
- WORLD TRADE ORGANIZATION. WTO. *Estadísticas del comercio internacional 2015*. 2015. Disponível em:
<https://www.wto.org/spanish/res_s/statis_s/wts2016_s/wts16_chap9_s.htm>.
Acesso em: 17 set. 2017.
- XALMA, C. *Report on south-south cooperation in Ibero-America*. Madrid: SEGIB, 2011.

O Perfil Tecnológico Brasileiro no Comércio Sul-Sul

Resumo

O objetivo do estudo foi analisar o perfil do comércio, por grau de intensidade tecnológica, entre o Brasil e a América do Sul, o Brasil e a África e o Brasil e o Sul da Ásia, no período 2000-2015. A classificação por intensidade tecnológica adotada nesta pesquisa foi a proposta pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Concluiu-se que as exportações nacionais, na relação comercial Sul-Sul, caracterizaram-se por produtos de média-alta e de baixa intensidades

tecnológicas e não por produtos primários, ao contrário do que foi observado nas exportações do Brasil para o mundo nos anos 2000. Assim, o comércio Sul-Sul é uma oportunidade para os países em desenvolvimento ampliarem as suas exportações e obterem benefícios pelas transferências tecnológicas.

Palavras-chave: Brasil. Desenvolvimento. Comércio Sul-Sul. Intensidade Tecnológica. OCDE.

The Brazilian Technological Profile in South-South Trade

Abstract

The objective of the study was to analyze the profile of trade, by degree of technological intensity, between Brazil and South America, Brazil and Africa and Brazil and South Asia, in the period 2000-2015. The classification by technological intensity adopted in this research was proposed by the Organization for Economic Cooperation and Development (OECD). It was concluded that the national exports, in the South-South trade relationship, were characterized by medium-high products and low technological intensities and not by primary products, contrary to what was observed in exports from Brazil to the world in the years 2000. South-South trade is thus an opportunity for developing countries to expand their exports and benefit from technology transfers.

Keywords: Brazil. Development. South-South trade. Technological Intensity. OECD.

El Perfil Tecnológico Brasileño en el Comercio Sur-Sur

Resumen

El objetivo del estudio fue analizar el perfil del comercio, por grado de intensidad tecnológica, entre Brasil y América del Sur, Brasil y África y Brasil y el Sur de Asia, en el período 2000-2015. La clasificación por intensidad tecnológica adoptada en esta investigación fue la propuesta por la Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económico (OCDE). Se ha concluido que las exportaciones nacionales, en la relación comercial Sur-Sur, fueron caracterizadas por productos de media-alta y de baja intensidad tecnológica y no por productos primarios, al contrario de lo que se observó en las exportaciones de Brasil al mundo en los años 2000. Por lo tanto, el comercio Sur-Sur es una oportunidad para que Brasil y los demás países en desarrollo amplíen sus exportaciones y obtengan beneficios por las transferencias tecnológicas.

Palabras clave: Brasil. Desarrollo. Comercio Sur-Sur. Intensidad Tecnológica. OCDE.

Por uma Filosofia Latino-Americana e Caribenha

GARCÍA, F.V. La in-disciplina de Caliban: Filosofía en el Caribe más allá de la academia. La Habana: Editorial Filosofi@.cu, 2017

No livro recém-publicado pelo Departamento de Filosofia da Universidade de Havana, o filósofo cubano resgata uma série de conceitos e autores do Caribe para reivindicar a existência de uma filosofia produzida a partir de distinta perspectiva geográfica e cultural. Tributário da filosofia clássica, o Caribe reúne novos referenciais para a produção filosófica, mas enfrenta dificuldade para ser reconhecida. Por meio da figura de um ‘personagem-conceito caribenho, Caliban, o título do livro sugere ato de rebeldia acadêmica.

Caliban é o personagem-escravo que se revolta contra seu amo, Próspero, quando aprende a falar sua língua. Representando os povos que conformaram o atual Caribe, Caliban se revolta contra a dominação colonial, o genocídio dos povos nativos, a exploração dos povos africanos escravizados, a dependência e opressão impostas pelos colonizadores europeus no bojo da grande empresa capitalista do século XV. De forma perspicaz, o autor estabelece duplo sentido para a indisciplina de Caliban. Além da revolta de um sujeito explorado, denuncia a relação de dominação que existe, ainda nos dias atuais, quando menciona a oposição da filosofia ocidental-europeia à produção filosófica nos trópicos. Posiciona-se contra a posição de certos filósofos que acabam naturalizando o *ethos* e o *logos* europeus, superiores e identificados como o progresso, como o dever ser das coisas.

O livro está organizado em cinco partes, sendo que a introdução apresenta o propósito desta discussão: a indisciplina acadêmica filosófica que torna possível a defesa de uma filosofia praticada no Caribe. A primeira parte se dedica a algumas definições: Caribe, filosofia, ontologia e conhecimento. A segunda parte apresenta algumas vicissitudes da história que configuram a realidade e o pensamento caribenho. A terceira parte faz um percurso pelos temas da filosofia no Caribe por meio dos conceitos de negritude (“negritud”), gozo (“choteo”) e crioulização (“creolización”). Na quarta parte, o autor fala dos conceitos como expressão conceitual da realidade política, cultural e epistêmica do Caribe. Na última parte, o autor conclui defendendo uma filosofia no Caribe baseada em referenciais próprios provenientes da experiência singular da região.

Na primeira sessão da parte I, o autor caracteriza a região insular e explica a etimologia da palavra “Caribe”. Em substituição às pretéritas formas de se referir à região - “Antilhas” e “Índias Ocidentais” - Caribe é uma denominação relativamente recente e ainda não possui demarcação precisa. A região se constrói a partir de novos significados que surgem das necessidades política e econômica que aproximam os países, uma vez que a amplitude e os conteúdos do conceito ultrapassam a geografia, a história e a cultura. Desde a chegada de Colombo à ilha “La Española” (República Dominicana e o Haiti), a seguinte fase da colonização, marcada pela conquista dos impérios Asteca (México) e Inca (Peru), relegou a região caribenha a corsários e piratas de distintas bandeiras. Os séculos XVI e XVII foram tempos de trânsito comercial espanhol e de abandono e vazio de poder na região caribenha; os séculos XVIII e XIX mudaram a configuração da região por causa de um sistema de plantação que ocupava a totalidade da área física das várias ilhas; o século XX foi a época de migrações asiáticas, de revoltas sociais e de anseios independentistas, como a Revolução Cubana.

Com vistas à produção filosófica no Caribe, o autor cita uma série de obstáculos que dificultaram seu avanço, a saber: o espaço fragmentado da reduzida porção geográfica, os distintos modelos de dominação a que foram submetidos os povos e ilhas, as fracas relações políticas e econômicas entre eles, a manutenção de vínculos de dependência com os países europeus, a limitada vida acadêmica em muitas das ilhas (à exceção do Caribe hispânico) e o predomínio de perspectivas conceituais e metodológicas no estudo da filosofia, além de outras disciplinas, que impediam o reconhecimento de uma produção filosófica local.

No entanto, deve-se voltar ao propósito da filosofia para se reconhecer que ela deve ser contextualizada. Valoriza-se a reflexão crítica acerca da *praxis* histórica em detrimento de seu represamento em cosmovisões integradoras, em tradições do passado e sabedorias acumuladas por determinadas comunidades. Destarte, o autor se ampara na filosofia clássica alemã, em particular em Hegel e na crítica marxista, para sustentar a ideia de que a filosofia deve transcender as representações habituais da academia ocidental, sobretudo para poder explicar não apenas os diversos modos do mundo, mas interpretá-los em função da prática transformadora. Isso requer, também, voltar-se com outros olhos à filosofia grega para poder apreciar a filosofia caribenha.

No contexto latino-americano e caribenho, em especial, a questão da identidade ocupa o centro do interesse filosófico. A realidade resultante da experiência colonial gera temas e conceitos que diversificam e agregam àqueles da filosofia tradicional. Eles possuem abrangência universal na região e no Sul global e consistem naquele conjunto de perguntas fundamentais (ontológicas) que não são as mesmas para todos, tal e qual a práxis é diferente em cada momento e lugar.

As vicissitudes do passado colonial configuram a realidade e o pensamento caribenho. A tarefa fundamental, então, é proceder à leitura crítica do mundo presente segundo referenciais próprios, de tal forma a remover a perspectiva imposta pela colonialidade via noções e conceitos dos centros de poder metropolitanos. Esse exercício filosófico sempre foi muito presente entre os intelectuais da região, ainda que não incorporado às disciplinas científicas.

Com o fim de captar a realidade histórico-concreta do “estar sendo”, não como ação separada e como especulação abstrata, mas como expressão crítica do processo real da vida, aportam-se conceitos, nem sempre produzidos por profissionais de ofício ou de cátedra. Trata-se, assim, de considerar novos conceitos que se caracterizam por ser de máxima generalidade, por abarcar um conteúdo teórico-científico e também valorativo-cosmovisivo, próprios de um tempo histórico e conectados à prática social caribenha. O conceito *negritude* é aquele com maior transcendência filosófica e com impacto entre as décadas de quarenta e sessenta do século XX nos estudos e práticas caribenhas, africanas e de todo o Sul global, já que questionava o colonialismo racista do mundo capitalista, cristão e burguês; serve para denunciar a alienação, assimilação e opressão cultural e o desprezo pela cultura dos povos negros. Este conceito rendeu, no bojo de sua crítica, outros: *antilhanidade*, *créolité*, *branquitude* e *homo capitalisticus*. O conceito *gozo (choteo)* surgiu em Cuba no início do século XX no âmbito das análises acerca da jovem nação; Mañach o estudou como um fenômeno a ser compreendido a partir da fenomenologia husserliana e da psicologia social de Freud, Simmel e outros; relacionava-se à evasão da norma, à transgressão da lei, ao relaxamento e à busca de formas de resistência frente ao peso do rígido poder colonial, daí a música, a dança para carnavalizar e liberar-se do inimigo: a ordem, hierarquia e autoridade. O conceito *crioulização* surge em fins da década de sessenta com Brathwaite que se dedica ao estudo sobre a herança da escravidão, o processo de crioulização e a conformação cultural antilhana; a realidade insular é um processo inacabado culturalmente, o que é

percebido na continuidade espaço-temporal da aculturação (dominação de uma cultura sobre outra) e da interculturação (processo osmótico espontâneo), que precedem à criouliização como processo e produto – eis a palavra espanhola *criollo* formada a partir de *criar* e de *colono* –; deste debate surgem ainda outros conceitos como *indigenização* (Sylvia Wynter), *transculturação* (Fernando Ortiz) e *créolité* (Édouard Glissant).

Uma vasta revisão das principais bibliografias e discussões que compõem a expressão caribenha é realizada e forma parte do pensamento filosófico autônomo. Separando-as em cultural, política e epistêmica, identificam-se temáticas que geram conceitos ligados à prática histórica e mostram a preocupação do pensamento expresso em vários autores. Entretanto, a realidade política dependente caribenha, a realidade sociocultural e antropológica resultante na história e sua condição de estar sendo, assim como a preocupação pela credibilidade nos modos como conhecemos nosso mundo, têm sido grandes temas do pensamento caribenho e das inquietudes filosóficas. Materializações desse pensar filosoficamente são as discussões em torno de: “alienação pela cor” e “mímesis” (Fanon); “Caliban” (Retamar; Spivak); “poética da relação” e “identidade rizomática” (Glissant); “mulatez” (Ortiz); “fronteira imperial” (Bosch); “condenados da terra” (Fanon); “Nossa América” (Martí); “decolonização epistêmica (NWG – New World Group e GMC – Grupo Modernidade-Colonialidade); “capitalismo-escravidão” (Williams; Best; Beckford) e “história razonada”, método próprio que permite compreender a economia da plantação, típica do Caribe.

À guisa de conclusão, este percurso pelos conceitos, discussões e autores da região caribenha demonstra esquemas úteis de pensamento e lógicas para compreendê-lo. Sendo assim, o Caribe deve ser reconhecido como detentor de produção filosófica própria. A partir da realidade histórico-concreta da experiência insular, colonial e do sistema de plantação, a filosofia tem se manifestado de modo não diferenciado, mas invisibilizado nos limites da disciplina tradicional, com base em fundamentações da episteme moderna ocidental clássica. Daí a filosofia do Caribe estar manifestada em forma transdisciplinar, da transgressão disciplinar e de aproximação da realidade. Com base neste debate, deve-se reformular a visão estreita da filosofia de cunho euro-ocidental.

Nestas duas centenas de páginas, o livro traz uma contribuição inestimável para repensar a filosofia como disciplina acadêmica e, também, para compreender o

Caribe e sua vasta produção de conhecimento crítico. A filosofia tem sido cada vez mais desafiada, no presente, a inserir novas epistemes caracterizadas pela diversidade do mundo descolonizado que constitui o Sul global. Adicionalmente, por meio de um apanhado muito bem realizado, de forma breve e clara, o autor apresenta a vasta bibliografia aos estudiosos deste tema e serve, portanto, como guia para a leitura das obras citadas. É possível, ainda, reconhecer no livro a existência de uma identidade caribenha que permeia as distintas perspectivas científicas, sendo que os pensadores caribenhos se mostram bastante críticos e comprometidos com a transformação social da região.

